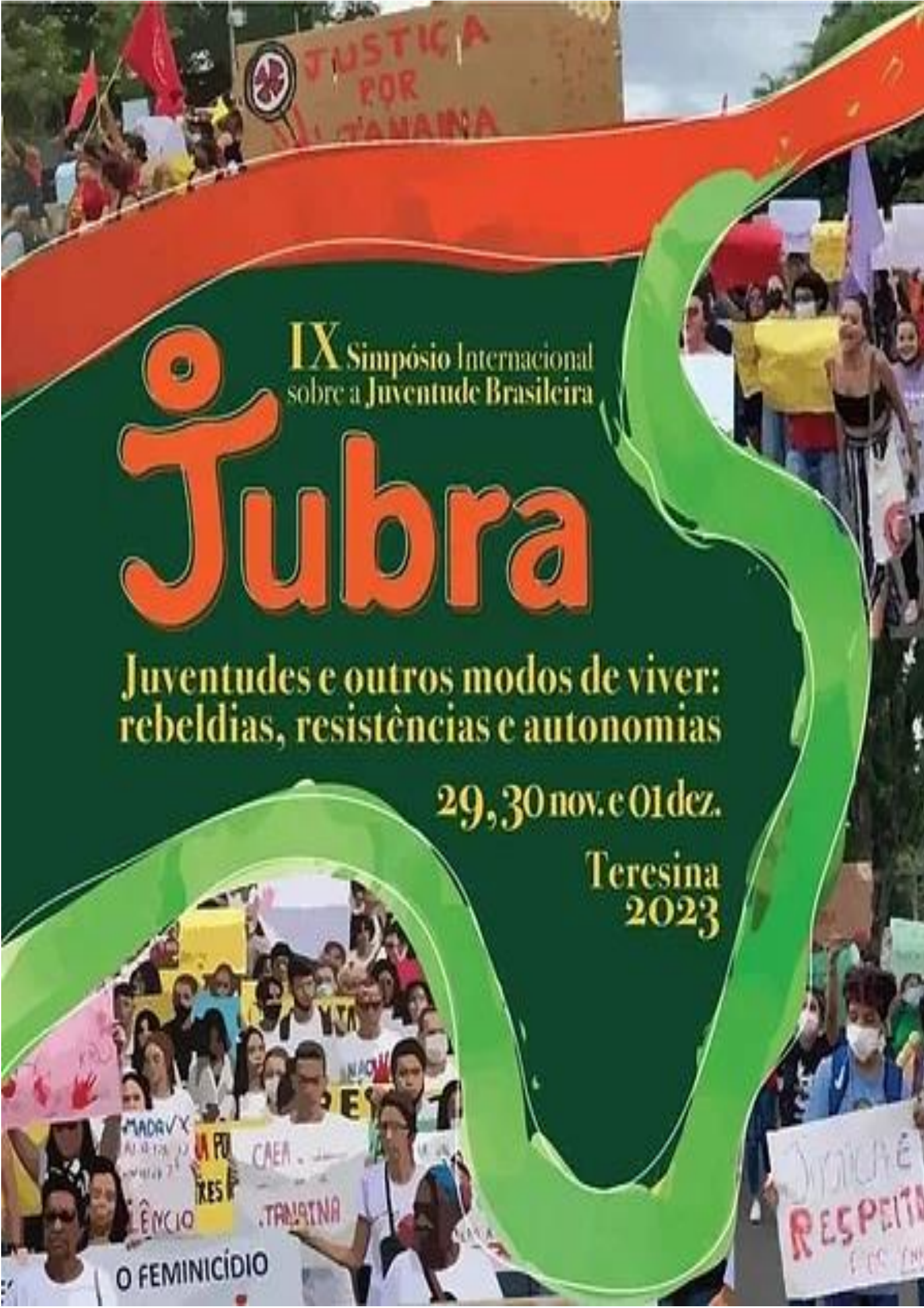


IX Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira

Jubra

Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias

29, 30 nov. e 01 dez.

Teresina
2023

Organizadores
Lila Cristina Xavier Luz – UFPI-BR
Shara Jane Holanda Costa Adad – UFPI-BR
Weslley da Silva Rodrigues

ANAIS DO IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA

“Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias”

IX Simpósio sobre Juventude Brasileira. (11.: 2023: Teresina, PI)

Anais do VIII Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira – Tema – Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias, Teresina, PI, 29 de novembro a 01 de dezembro de 2023 / Lila Cristina Xavier Luz, Shara Jane Holanda Costa Adad, Weslley da Silva Rodrigues (Organizadores). – Belém: Ed. IEPA, 2023.

E-book

ISBN: 978-65-89133-11-7

1. Juventude Brasileira. 2. Rebeldias. 3. Resistências. 4. Autonomias. VI. Título.

CDD – 370
CDD

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Reitor: Gildásio Guedes Fernandes
Vice-reitor: Viriato Campelo
Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPG
Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG
Ana Beatriz de Sousa Gomes
Pró-Reitoria de Administração – PRAD
Evangelina da Silva Sousa
Pró-Reitoria de Extensão – PROEC
Deborah Dettmam Matos
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC
Mônica Arrivabene
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN
Luís Carlos Sales
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PROPESQUI
Luiz de Sousa Santos Júnior
Coordenação Local do IX JUBRA
Lila Cristina Xavier Luz
Shara Jane Holanda Costa Adad
Presidenta da RedeJubra
Heloisa Dias Bezerra

Realização
Associação Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira – **REDEJUBRA**
Universidade Federal do Piauí **– UFPI**
Centro de Educação Aberta e à Distância **– CEAD-UFPI**

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
Instituto Federal de Educação – **IFPI**
Secretaria Municipal de Educação – **SEMEC**
Apoio
Fundação de Amparo à Pesquisa **– FAPEPI**

Comissão Nacional IX JUBRA
ASSOCIAÇÃO REDE DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA – Rede JUBRA

Comissão Organizadora Nacional
Dra. Heloísa Dias Bezerra – UNIRIO-BR
Dr. Flávio Munhoz Sofiati – UFG-BR
Dra. Lila Cristina Xavier Luz – UFPI-BR
Dra. Beatriz Akemi Takeiti – UFRJ-BR
Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva – UFPA-BR
Dra. Ilana Lemos de Paiva – UFRNBR
Dr. Breitner Luiz Tavares – UnB-BR
Dra. Márcia Stengel – PUC-MG-BR
Dra. Rosana Katia Nazzari – UNIOESTE-BR
Dra. Jacqueline Cavalcanti Chaves - UFRJ-BR
Dra. Rosane Castilho - UEG-BR

Comissão Organizadora Local
Lila Cristina Xavier Luz – UFPI–BR
Shara Jane Holanda Costa Adad – UFPI–BR
Marta Maria de Azevedo Queiroz – UFPI-BR
Maria Zenaide Alves -UFCAT-BR
Maria Dalva Macedo Ferreira – UFPI-BR

Comissão Científica
Marisa Feffermann – IS-SP-BR
Maria Dalva Macedo Ferreira – UFPI-BR
Shara Jane Holanda Costa Adad - UFPI-BR
Heloisa Dias Bezerra – UNIRIO-BR
Rosane Castilho - UEG-BR
Jacqueline Cavalcanti Chaves - UFRJ-BR
Ilana Lemos de Paiva – UFRN-BR
Marcia Stengel – PUC-MG-BR
Lucia Isabel da Conceição Silva – UFPA-BR
Gloria Maria dos Santos Diogenes – UFC-BR
Beatriz Akemi Takeiti – UFRJ-BR
Maria Zenaide Alves – UFCAT-BR
Marcílio Dantas Brandão - UNIVASF-BR
Vanessa Nunes dos Santos – UFPI-BR
Helen Cristina do Carmo (IFMG-MG)
Maria do Socorro Borges da Silva – UFPI-BR

Comissão de Infraestrutura
Francisco Williams Gonçalves - DEFE/CCE/UFPI

Maria Rosângela de Sousa - DCIES/PPGS/CCHL/UFPI
Yara Mary - Discente Pedagogia/CCE/UFPI

Comissão de Cultura
Ana Jessica Ferreira Cruz – UFPI-BR
Francisco de Oliveira Barros Júnior - UFPI-BR
Maria de Nazareth Fernandes Martins – UFPI-BR
Vanessa Nunes dos Santos – UFPI-BR
Elton Guilherme dos Santos Silva – UFPI-BR
Francisco Weriquis Sousa Sales - UFC-BR
Sabrina Thainara de Sousa Bernardina

Comissão de Secretaria
Elton Guilherme dos Santos Silva – UFPI-BR
Fernanda Sousa Rodrigues – UFPI-BR
Francisco Weriquis Sousa Sales - UFC-BR
Joelma Maria Costa – UESPI-BR
Olívia Dias Araújo – UFPI-BR
Wanderson William Fidalgo de Sousa - PMT-BR
Weslley da Silva Rodrigues
Vanessa Nunes dos Santos – UFPI-BR

Pareceristas Ad Hoc
Fabrizio Lorusso Filippo - UNILEON-México
Lygia Gonçalves Costa Hryniewicz - InterAgency Institute-Espanha
Miriam Abramovay – Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais-BR
Alfredo Domingos Nateras – UAM-MX
Victor Hugo Nedel de Oliveira – UFRGS-BR
Paula Maria Guerra Tavares – UNIPORTO-PT
Marcílio Dantas Brandão - UNIVASF-BR
Letícia Carolina Pereira do Nascimento – UFPI-BR

Arte e identidade visual
Lumena Costa Adad

Monitores e Monitoras
Amanda Emanuelle dos Santos Sousa
Anny Camilly Alencar de Carvalho
Antonia Adrielle dos Santos Rodrigues
Brenda Camilly Chaves Fonseca
Brendha Gabriela Gomes de Souza
Bruna Tatyelly de Sousa Nascimento
Cassiane Gabriela Amorim Carvalho
Daiana Cristina Dias Santos
Érika Maria Sabino de Araújo

Francisca Mikaelly da Costa Cunha
Francisco Daniel Leal Sousa
Gadiel Cauet de Sousa Ribeiro
Geisa Cavalcante Castelo Branco
Isabelle Alves da Silva
Isabelle Santos de Sousa
Isadora Maria Calasso de Oliveira
Jose Itamar da Silva
Juliana Veras de Sousa
Kalynne Souza Fernandes de Moura
Kamilly Duarte Sousa
Kellyne Hellen Cunha Sousa
Lisa Sthefanny Rodrigues da Silva
Luan Rodrigues de Miranda
Lucas Mateus do Nascimento Patuci
Márcia Rocha Ferreira
Maria Clara dos Santos Sousa
Maria Eduarda dos Reis Santos
Maria Francisca Vieira Santos
Maria Gabriela de Sousa Silva
Maria Leirislene de Sousa
Maria Vitória Silva Santana
Marlia Ferreira Ribeiro
Nagila Karyne Araújo da Costa
Rafael Christian Vilela Rodrigues
Rebeca Valentim
Renan Miranda Martins
Renata Schynaider Alves de Sousa
Ruth Ellen Vieira dos Santos
Sarah Silva Ferreira
Tatiana de Jesus Sodré
Vanessa da Silva Borges
Vitória Kaline Sousa do Nascimento

Coordenadores de Grupos de Trabalho[1]

GT 01 – Juventudes: espaços, lugares e territórios – Victor Hugo Nedel (UFRG-BR) e Adelson Dias (UNIVASF-BR)

GT 02 – Juventudes, religiosidades e modos de viver: interfaces, cenários e tendências -Flávio Munhoz Sofiati (UFG-BR), Igor Adolfo Assaf Mendes (UNB-BR) Joilson de Souza Toledo (PUC/RIO-BR) e Verônica Michelle Gonçalves (UFG-BR)

GT 03 – Juventudes e ruralidades contemporâneas - Nilson Weisheimer (UFRB-BR) Maria Assunção de Lima Paulo (UFCG-BR)

GT 04 – Na margem da cidade o que se faz? juventudes urbanas periféricas, arte-cultura e novas territorialidades - Beatriz Akemi Takeiti (UFRJ-BR), Joana da Costa Macedo (UFRJ e SEEDUC-RJ-BR) e Monica Villaça Gonçalves (UFES-BR)

GT 05 - Tecnologia e educação: desafios e benefícios das mídias sociais na educação do século 21 - Carlito Lins de Almeida Filho (UFC-BR) e Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo (UNICAMP-BR)

GT 06 - Juventudes e cultura política: abordagens a partir dos marcadores sociais da diferença - Rogério de Oliveira Araújo (PPGPP-UFPI-BR) e Olívia Cristina Perez (UFPI-BR)

GT 07 – Juventudes, Políticas de Morte e Sistema Prisional: do brutalismo ao processo de fronteirização em tempos de escalada neoliberal da violência - Francisco Elionardo de Melo Nascimento (UNINTA-COVIO-BR) e Luiz Gomes da Silva Neto (FIED-BR)

GT 08 – Leitura, literatura e protagonismo juvenil - Claudiney Saraiva Guedes (IFPI-BR) e Sabrina Bernadina Thainara de Sousa (UFPI-BR)

GT 09 - Juventudes, conflitos e violências nas instituições e territórios das cidades - Geovani Jacó de Freitas (UECE-BR), Clodomir Cordeiro de Matos Júnior (UFMA-BR) e Maria Messianne de S. Vieira (UFC-BR)

GT 10 – As interfaces do Juvenicídio no Brasil: raça, classe e gênero - Marisa Feffermann (ISaúde da SES/SP-BR) e Ilana Lemos Paiva (UFRN-BR)

GT 11 – Do acesso à permanência na graduação e pós-graduação: experiências/trajetórias educacionais e estratégias de ingresso e permanência na universidade - Maria Isabel S. B. Linhares (PROFSOCIO/UVA-BR), Shara Jane Holanda Costa Adad (PPGED/UFPI-BR), Maria Zenaide Alves (PPGEDUC/UFCAT-BR) e Wanderson William Fidalgo de Sousa (RUA – Juventude Anticapitalista-BR)

GT 12 – Juventudes, artes, ativismos e sul global - Paula Guerra (UNIPORTO-PT), Ana Cristina Meneses de Sousa (UFPI-BR) e Francisco Alves de Oliveira Júnior (UFC-BR)

GT 13 – Juventudes, saúde e bem viver - Janaina Mª dos S. Francisco de Paula (CATF-BR) e Marttem Costa de Santana (UFPI-BR)

[1] Os grupos foram reorganizados conforme apresentação dos trabalhos.

GT 14 – Juventudes e Educação - Rosane Castilho (UEG-Observatório Juventudes na contemporaneidade-BR), Bonfim Gesio Lima dos Santos (UEG-BR) e Sandra Mª Oliveira (SEEDUC-GO-Observatório Juventudes na Contemporaneidade-BR)

GT 15 – Juventudes, gênero e sexualidades: práticas, identidades e feminismos - Jacqueline Cavalcanti Chaves (UFRJ-RedeJubra-BR), Joyce Louback (UFRJ-BR) e Nina Quieroz Kertzman (Escola Eliezer Max-BR)

GT 16 – Juventudes e acesso a renda na sociedade do consumo e juventudes, empregabilidade e empreendedorismo - Tâmara Feitosa Oliveira (PPGPP/NUPEC/UFPI-BR), Fernanda Sousa Rodrigues (RedeJubra-BR), Brenda Ravenna Soares Silva (PPGS-NUPEC/UFPI) e Francisca Mª Cosme de Carvalho (UFPI/BR)

GT 17 – Racismos e relações ético raciais: juventudes indígenas, negras e quilombolas - Maria Helena Cariaga (UFT-BR) e Lúcia Isabel Silva (UFPA-BR)

GT 18 – Juventudes e Políticas Públicas de juventude - Mailson Santos Pereira (UFBA-BR), Rodrigo Crivelaro (USP-BR) e Larissa Lima Santos (SEC/BA-BR)

GT 19 – Ocupe SUS Juventudes IST/HIV/AIDS – observatório de promoção à saúde, prevenção e assistência na perspectiva da saúde mental com foco no cuidado em liberdade e redução de danos e Ocupe sus juventudes ist/hiv/aids – observatório de promoção à saúde, prevenção e assistência na perspectiva antiracista e decolonial - Analice de Oliveira (Centro de Referência e Treinamento – DST/Aids – SES-SP-BR), Fabiana Elias de Mesquita (Instituto Multiverso-SP-BR), Igor Rosa da Silva (Rede Nacional de Adolescentes e Jovens com HIV/AIDS-BR), Sandra Vilchez (Centro de Referência e Treinamento - DST/Aids - SES–S-BRP) e Jean Vinicius Costa de Oliveira (UFF e Rede Jovem Rio+)

GT 20 – Juventudes e Políticas de narrativas: cenas e cenários da pesquisa COM jovens - Luciana Martins Quixadá (UECE-BR) e Antônio César de Holanda Santos (UFAL-BR)

GT 21 – Juventudes e escuta sensível: construindo cultura de paz na escola - Maria Dolores dos Santos Vieira (UFPI-BR), Rosa Maria de Almeida Macêdo (UFPI-BR) e Millena Maria da Cruz Leitão (Proj. de Extensão “cuidar em escuta sensível”- UFPI-BR)

GT 22 – O debate público das drogas na atualidade: proibicionismo, encarceramento e juventudes - Celso de Brito (UFPI-BR) e Marcondes Brito da Costa (IFPI-PPGS-NUEPC-UFPI-BR)

GT 23 – Nas trilhas das Políticas Públicas de Juventudes - Marcílio Dantas Brandão (Univasf-BR), Waneska Bonfim (DIACONIA-BR) e Ariadne Savatore Alves da Costa (UBES-BR)

PROGRAMAÇÃO

DIA 29/11
MANHÃ
9h30 **I OCUPAÇÃO CULTURAL**
RESPONSÁVEL: Tarcila Maria Macedo Ferreira
Local: Praça de Alimentação "A gente quer comida, diversão e Arte" (PA entre o CCE/CCHL)
10h às 17h30 - Credenciamento
Local: Praça de Alimentação "A gente quer comida, diversão e Arte" (PA entre o CCE/CCHL)
TARDE
14 às 17h30

PROGRAMAÇÃO JUBRINHA 2023

Curadoria: Observatório do Brincar (OB BRINCAR) e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Educação Infantil e da Criança (NEPEIC)
Coordenação: Profa. Dra. Maria de Nazareth Fernandes Martins – UFPI/DMTE/CCE e Profa. Dra. Disnah Barroso Rodrigues – UFPI/DMTE/CCE
Local: Brinquedoteca Peter Pan (CCE/UFPI)
14h às 17h

PROGRAMAÇÃO OFICINAS E MINICURSOS

MINICURSO - SUA VOZ, SUA HISTÓRIA: como empoderar mentes ativas em sala de aula através da educação midiática
Coordenação: Wagner da Silveira Bezerra, Heloisa Dias Bezerra e José Diôgo Lima da Silva (representação juvenil)
Sala: 304 – CCHL

MINICURSO - UM OLHAR SOBRE O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA SOBRE AS PASTORAIS DA JUVENTUDE
Coordenação: Verônica Michelle Gonçalves e Joilson de Souza Toledo (PUC-GO/BR)
Sala: 305 – CCHL

MINICURSO POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: marcos teóricos, históricos e legais das ações estatais de/para/com as juventudes

Coordenadoras/es: Larissa Lima Santos – SEC/BA; Mailson Santos Pereira – UFBA; Michelle Vieira do Nascimento – FLACSO-BR e Ronald de Jesus Castro – CEJUVE/BA
Sala: 306 – CCHL

MINICURSO – O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS SUJEITOS E NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS
Coordenadores/as: Ms. Edvaldo Ferreira de Lima (UERN-BR), Ms. Francisca Daniele Rawanny (UERN-BR), Mayra de Melo Silva – (estudante da Escola Marista Champagnat de Teresina), Kaylane Sabrina da Silva- (estudante da escola Marista Champagnat de Teresina) e Francisco Abílio Cerqueira de Sousa- estudante da Escola Marista Champagnat de Teresina)
Sala: 307 – CCHL

OFICINA GÊNEROS E SEXUALIDADES NA CENA O CUIDADO DE SI E DO OUTRO COMO ARTE
Facilitadoras/es: Sandra Regina Vilchez da Silva (Especialista em Promoção da Saúde), Analice de Oliveira (Especialista em Prevenção às IST-HIV-AIDS), Igor Rosa da Silva (Especialista em Saúde Pública), Jean Vinicius Costa de Oliveira (Ciências sociais/UFF, Rede Jovem Rio+) e Nicole Monteiro (Bal. Artes - Ocupe SUS Juventudes)
Sala: 351 – CCHL

OFICINA EPIDEMIA DE HIV/AIDS E JUVENTUDES: rede e participação política
Facilitador: Jean Vinicius Costa de Oliveira - (UFF/BR)
Sala: 353 – CCHL

OFICINA DANÇA E TEATRO COM JOVENS ESTUDANTES: pensando referenciais curriculares para o Ensino Fundamental
Facilitadores: Prof. Dr. Francisco Roberto de Freitas 1 (SEMEC/Teresina), Estudantes de 2º Ciclo do Ensino Fundamental da Escola Municipal Eurípides de Aguiar
Sala: 354 – CCHL

OFICINA UTOPIAS PIRATAS: buracos na babilônia da informação
Facilitadores/as: Francisco Alves de Oliveira Júnior, Rafael Marques Gomes, Bárbara Rayanny Gomes Viana e Júlia Rahab de Oliveira
Sala: 357 – CCHL

OFICINA - QUE HISTÓRIA É ESSA? LITERATURA MENOR E PRODUÇÃO DE FANZINES

Facilitadoras: Me. Claudiney Saraiva Guedes (PPGEd/OBJUVE/UFPI/BR) e Me. Gerciane Lima (OBJUVE/UFPI)
Sala: 585 – CCHL

OFICINA – ALINHAVANDO REGISTROS, COSTURANDO MEMÓRIAS
Facilitadoras: Jorn. Milena Andrade da Rocha (LABCINE)
Sala de Vídeo do CCE

NOITE

18h – **II OCUPAÇÃO CULTURAL**
18h II OCUPAÇÃO CULTURAL - SAUDAÇÃO DE BOAS VINDAS AO IX JUBRA
BATERIA CABULOSA (UFPI/BR)
QUARTETO DE VIOLÕES (IFPI/BR)
HINO DE TERESINA com a voz de ANA VALENTINA GONÇALVES
CAJUÍNA COM A VOZ de JORRANIA GOMES DA SILVA
ECOS DO ESTATUTO DA' JUVENTUDE com JOVENS MONITORAS/ES DO IX JUBRA
JOVENS MULHERES DO "SLAM DAS AYAS"
JOVENS DO BREAK "ALL BROKEN"
AXÉ da Yalorixà Obà Oxê - Mãe Joelfa de Xangô e Ekedy Letícia Carolina do Nascimento (Ilê Axé Oba Oladaji)
Local: Cine Teatro/Espaço Rosa dos Ventos

19h30 Mesa de abertura com as autoridades convidadas
20h - **CONFERÊNCIA DE ABERTURA: JUVENTUDES E OUTROS MODOS DE VIVER: REBELDIAS, RESISTÊNCIAS E AUTONOMIAS**
Conferencista: Dr. Carles Feixa - Universidad Pompeu Fabra (Barcelona/ES)
Local: Cine Teatro/Espaço Rosa dos Ventos

DIA 30/11

MANHÃ
8h **III OCUPAÇÃO CULTURAL**
8h às 11h30

PROGRAMAÇÃO JUBRINHA 2023

Curadoria: Observatório do Brincar (OB BRINCAR) e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Educação Infantil e da Criança (NEPEIC)
Coordenação: Profa. Dra. Maria de Nazareth Fernandes Martins – UFPI/DMTE/CCE e Profa. Dra. Disnah Barroso Rodrigues – UFPI/DMTE/CCE
Monitoras:
Jéssica Lívia Veras Monteiro – graduanda de Pedagogia/ UFPI/DMTE/CCE
Mônica Larisse Pereira Rosa – graduanda de Pedagogia/ UFPI/DMTE/CCE
Local: Brinquedoteca Peter Pan (CCE/UFPI)

PROGRAMAÇÃO do JUBRA Conecta+

8h30 às 12h
TENDA TEMÁTICA I – JUVENTUDES, BNCC E ENSINO MÉDIO
Coordenação: Profa. Dra. Zenaide Alves (UFCAT/BR) e Helen Cristina do Carmo (IFMG/BR) - Participação Miriam Abramovay (FLACSO-BR)
IV OCUPAÇÃO CULTURAL
Responsável: IFPI OEIRAS/BR
Local: Pátio de Convivência Osmarina Moura (PPGEd/UFPI/BR)

TENDA TEMÁTICA II – JUVENTUDES, CUIDADO E BEM VIVER NA EDUCAÇÃO
Coordenação: Profa. Dra. Janaina de Paula (CAFS/UFPI/BR) e Profa. Dra. Dolores Vieira (DEFE/UFPI/BR)
V OCUPAÇÃO CULTURAL
Responsáveis: Terapias Integralistas
Local: Pátio Praça de Alimentação - PA (CCE/CCHL)

TENDA TEMÁTICA III – JUVENTUDES, DIVERSIDADES E A CONVIVÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS
Coordenação: Profa. Dra. Vanessa Nunes (CAFS/OBJUVE/UFPI/BR) e Pedagoga Me. Dilma Andrade (NAU/PRAEC/OBJUVE/UFPI/BR)

VI OCUPAÇÃO CULTURAL
Responsável: IFMA TIMON/BR
Local: Pátio da Biblioteca Setorial Profa. Raimunda Melo (CCE/UFPI)

PROGRAMAÇÃO DOS SIMPÓSIOS

BLOCO I - 8h30 às 10h30

SIMPÓSIO I - JUVENTUDES, CONFLITOS, DESLOCAMENTOS E DESAPARECIMENTOS NO BRASIL E NO MÉXICO
Prof. Dr. Fabrizio Lorusso (UNILEON/MX)
Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de M. Júnior (UFMA/BR)
Prof. Dr. Giovani Jacó de Freitas (UECE/BR)
Coordenação: Prof. Dr. Marcondes Brito da Costa (IFPI/BR)
Local: Auditório Noé Mendes (CCHL/UFPI)

SIMPÓSIO II - INTERGERACIONALIDADES, DIREITOS SOCIAIS E FUTURO
Prof. Dr. Geovanie Sherrenn (UFRGS/BR)
Profa. Dra. Solânge Maria Teixeira (UFPI/BR)
Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira (NUPEC/UFPI/BR)
Coordenação: Profa. Dra. Lila Cristina Xavier Luz (NUPEC/UFPI/BR)
Local: Auditório PPG (CCHL/UFPI)

SIMPÓSIO III - JUVENTUDE DO CAMPO E RE(EXISTÊNCIA) CAMPONESA: a Escola do Campo como Território de Formação Política
Profa. Dra. Kamila Costa de Sousa (UERN/BR)
Profa. Dra. Jaiane Araújo de Oliveira (IFCE/BR)
Coordenação: Ma. Patrícia Lima (PPGEd/UFPI)
Local: Auditório Profa. Dra. Socorro Lira (CCHL/UFPI)

SIMPÓSIO IV - JUVENTUDES BRASILEIRA E DESAFIOS ATUAIS: uma perspectiva interdisciplinar
Profa. Dra. Heloísa Dias Bezerra (UNIRIO-RedeJubra-BR)
Profa. Dra. Márcia Stengel (PUCMG/RedeJubra/BR)
Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva (UFPA/RedeJubra/BR)
Coordenação: Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati (UFG/RedeJubra/BR)
Local: Auditório Salomé Cabral (CCE/UFPI)

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

BLOCO II –10h30 às 12h30

SIMPÓSIO V – JUVENTUDES, INTERSECCIONALIDADES E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Me. Flavio André Moura (ReBEDH/PI)
Profa. Dra. Elizete Santos (UEMA/UNINEGRO)

Dr. Igor Sampaio (NDHDP-PI/DEFENSORIA PÚBLICA)
Profa. Dra. Krícia de Sousa Silva (CAFs/OBJUVE/UFPI)
Ana Jessica Ferreira Cruz (Movimento Hip Hop/Teresina)
Coordenação: Profa. Dra. Maria do Socorro Borges da Silva (UFPI/ReBEDH/PI)
Local: Auditório Profa. Salomé Cabral (CCE-UFPI)

SIMPÓSIO VI - INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira (NUPEC/UFPI/BR)
Gil Kairós Neto (Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Juventudes - CEDJUV/PI/BR)
Coordenação: Assistente Social Luciana Cristina da C. Bonfim (PPGS/UFPI/BR)
Local: Auditório Noé Mendes (CCHL/UFPI**)**

SIMPÓSIO VII – JUVENTUDES, INTERSECCIONALIDADES E EMOÇÕES EM CONTEXTOS CAMBIANTES
Profa. Mes Veronica Cenitagoya (FLACSO/CH)
Prof. Dr. Marcílio Brandão (UNIVASP/BR)
Ma. Francisca Maria Véras Linhares (OBJUVE/UFPI/BR)
Prof. Ms. Weriquis Sales (UFC/BR)
Coordenação: Ma. Ianara Evangelista – (SEMPI/PI)
Local: Auditório do PPG (CCHL/UFPI)
12h30 às 13h30

VII OCUPAÇÃO CULTURAL – EXPOSIÇÃO DE AUDIOVISUAL
Responsáveis: JOVENS MONITORAS/ES DO IX JUBRA
Local: Sala de vídeo do CCE e Sala de Vídeo do CCHL

TARDE
13h30 às 17h30 **– ASSEMBLEIA DA REDEJUBRA**
Local: Auditório Profa. Salomé Sobral

14h às 19h
VIII OCUPAÇÃO CULTURAL - EXPOSIÇÃO RIZOMA JUVENIL
Curadoria: Dra. Luciana Leite, Ma. Jaqueline Bezerra e Ana Claudia Duarte de Almeida
Local: Galeria Liz Medeiros/CCE

16h **IX OCUPAÇÃO CULTURAL - JUVENTUDE VAI AO CINEMA**
Coordenação: Prof. Dr. Francisco Oliveira Barros Júnior (UFPI/BR)
Local: 340B - CCHL

NOITE

18h – **X OCUPAÇÃO CULTURAL - LANÇAMENTO DE LIVROS**
Coordenadora: Profa. Dra. Kricia Sousa Silva (CAFs/UFPI)
Local: Auditório Profa. Salomé Cabral (CCE/UFPI)

PROGRAMAÇÃO DO MEMORIAL Janaína Bezerra

19h Solenidade de Inauguração do Memorial Janaina Bezerra
Local: CACOS – Centro Acadêmico de Comunicação Social/CCE

XI OCUPAÇÃO CULTURAL
Local: Teatro de Arena/ CCE

20h **II CONFERÊNCIA – VIOLÊNCIA E CONVIVÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS**
Conferencista: Profa Dra. Miriam Abramovay (FLACSO-BR)
Local: Auditório Profa. Maria Salomé Cabral (CCE/UFPI)

DIA 01/12

MANHÃ
8h às 11:30

PROGRAMAÇÃO JUBRINHA 2023

Curadoria: Observatório do Brincar (OB BRINCAR) e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Educação Infantil e da Criança (NEPEIC)
Coordenação: Profa. Dra. Maria de Nazareth Fernandes Martins – UFPI/DMTE/CCE e Profa. Dra. Disnah Barroso Rodrigues – UFPI/DMTE/CCE
Local: Brinquedoteca Peter Pan (CCE/UFPI)

PROGRAMAÇÃO MESAS-REDONDAS

BLOCO I 8h30 às 10h30

MESA I - JUVENTUDES, GÊNERO, SEXUALIDADES E AS INTERSECCIONALIDADES
Profa. Dra. Letícia Carolina Nascimento (UFPI/BR)
Ayan Beatrix Pereira Gomes (Psicológo)
Samantha Ariadne Savatore Alves da Costa (UBES)
Coordenação: Profa. Dra. Marília Passos Apoliano Gomes (UFPI/BR)
Local: Auditório Noé Mendes (CCHL/UFPI)

MESA REDONDA II – JUVENTUDES, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Prof. Dr. Geovanie Sherrenn (UFRGS/BR)
Maria Luiza Braz (FME/THE e Grêmio Estudantil do Liceu Piauiense).
Coordenação: Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira (UFPI/BR)
Local: Auditório PPG (CCHL/UFPI)

MESA REDONDA III – FACES DO JUVENICIDIO NO BRASIL: INTERFACES GÊNERO, CLASSE E RAÇA
Profa. Dra. Ilana Lemos: (UFRN/BR)
Profa. Dra. Marisa Feffermann (Instituto de Saúde/SES/SP)
Coordenação: Discente Elton Guilherme (UFPI-NUPEC-ObservMA/BR)
Local: Sala de Vídeo I (CCHL/UFPI)

BLOCO II

MESAS-REDONDAS 10h30 às 12h30

MESA REDONDA IV – JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E TODAS AS ARTES
Profa. Dra. Paula Guerra (UNIPOR/PT)
Profa. Dra. Glória Diógenes (UFC/BR)
Profa. Dra. Luciana Leite (OcupARTHE/PI/BR)
Artur Doomer – (CasaHH Hip Hop/PI/BR)
Coordenação: Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI/BR)
Local: Auditório Profa. Salomé Cabral (CCE/UFPI)

MESA REDONDA V - JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
Prof. Dr. Luis Groppo (UNIFAL/BR)
Prof. Dr. Victor Nedel (UFRGS/BR)
Esp. Popular Sammuel Santos (Advogado Popular/PI/BR)
Coordenação: Profa. Dra. Olivia Perez (UFPI/BR)
Local: Auditório PPG (CCHL/UFPI)

MESA REDONDA VI – JUVENTUDES, ENSINO SUPERIOR E AÇÕES AFIRMATIVAS
Profa. Dra. Lúcia Izabel da Conceição Silva (UFPA/RedeJubra/BR)
Prof. Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG/BR)
Coordenação: Wanderson Fidalgo (UFPI/BR)
Local: Auditório Salomé Cabral (CCE-UFPI)

MESA REDONDA VII – MÍDIAS E TECNOLOGIAS: SABERES E FAZERES DAS JUVENTUDES
Profa. Dra. Heloisa Dias Bezerra (UNIRIO/RedeJubra/BR)
Me. Francisco de Oliveira (UFC/LabCine/BR)
Profa. Dra. Wagner da Silveira Bezerra (Cibereducomunicação/BR)
Jorn. Milena Andrade da Rocha (LABCINE)
Coordenação: Profa. Dra. Marta Maria Azevedo Queiroz (UFPI/BR)
Local: Auditório Noé Mendes (CCHL/UFPI)
12h30 às 13h30

VII OCUPAÇÃO CULTURAL – EXPOSIÇÃO DE AUDIOVISUAL
Responsáveis: JOVENS MONITORAS/ES DO IX JUBRA
Local: Sala de vídeo do CCE e Sala de Vídeo do CCHL
TARDE
14 às 17h30

PROGRAMAÇÃO JUBRINHA 2023

Curadoria: Observatório do Brincar (OB BRINCAR) e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Educação Infantil e da Criança (NEPEIC)
Coordenação: Profa. Dra. Maria de Nazareth Fernandes Martins – UFPI/DMTE/CCE e Profa. Dra. Disnah Barroso Rodrigues – UFPI/DMTE/CCE
Local: Brinquedoteca Peter Pan (CCE/UFPI)

14h às 19h – **VIII EXPOSIÇÃO RIZOMA JUVENIL**
Curadoria: Dra. Luciana Leite, Ma. Jaqueline Bezerra e Ana Claudia Duarte de Almeida Local: Galeria Liz Medeiros/CCE

PROGRAMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO – GTs
BLOCO I 14h às 15h30
Local: Salas de Aula do CCE/CCHL

BLOCO II
16h às 17h30
Local: Salas de Aula do CCE/CCHL

16h **XIV OCUPAÇÃO CULTURAL - JUVENTUDE VAI AO CINEMA**
Coordenação: Prof. Dr. Francisco Oliveira Barros Júnior (UFPI/BR)
Local: 340B - CCHL

NOITE
18h **XV OCUPAÇÃO CULTURAL**
Local: Cine Teatro/ Espaço Rosa dos Ventos

18h30 **CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO - JUVENTUDES BRASILEIRAS E SEUS DESAFIOS ATUAIS**
Conferencista: Profa. Dra. Lúcia Rabello de Castro (NIPIAC/UFRJ/BR)

20h **XVI OCUPAÇÃO CULTURAL - Leitura da "Carta das Juventudes"** do IX JUBRA/Teresina/PI
Local: Cine Teatro/ Espaço Rosa dos Ventos

20h30 **XVII OCUPAÇÃO CULTURAL**
Local: Cine Teatro/ Espaço Rosa dos Ventos

SUMÁRIO

Apresentação..... 42

COMUNICAÇÕES ORAIS..... 45

Grupo de Trabalho 1..... 46

A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA E SUAS JUVENTUDES: discurso hegemônico, inferências e construção de identidades juvenis na Amazônia paraense..... 47
Denny Junior Cabral Ferreira

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: uma expressão multifacetada da questão social..... 50
Iolanda Carvalho Fontenele
Geovanna Kariny Lopes Gaspar
Sarah Letícia Pachêco Calaça

ENTRE O CAOS E A PAZ: oportunidades e desafios às mobilidades de jovens moradores de periferias do Rio de Janeiro..... 53
Eduarda Santos de Azevedo Silva
Sabrina Martins Silva
Sabrina Dal Ongaro Savegnago
Júlia Antônia Branco de Oliveira
Wellington Virginio da Silva

IDENTIDADES E TERRITÓRIO: a relação das juventudes do interagindo com os espaços de Belo Horizonte..... 56
Camila de Souza Costa
Mariana Alves Luz
Victor Stanley Souza Gomes
Marjory dos Santos Muniz
Jorddana Rocha de Almeida

IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO À FORMAÇÃO INTEGRAL DAS JUVENTUDES..... 59
Orlandil de Lima Moreira

MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2021: uma análise da produção brasileira sobre a participação juvenil..... 63
Rodrigo Crivelaro
Elizabete Franco Cruz

MOVIMENTOS PENDULARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA..... 67
Luiza Jairiane Batista Frota
Thomas Ravelly dos Santos da Silva
Antonia Thrycia Sena Lima

O RESGATE DAS MEMÓRIAS ETNOBOTÂNICAS E O USO RELIGIOSO: fortalecendo a identidade da juventude rural..... 70

Keiliane Almeida de Oliveira
Adelson Dias de Oliveira
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
OS SARAUS DE POESIA EM "SALVA A DOR" E AS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES DA JUVENTUDE NEGRA..... 73
Célio Santos
A RUA E AS SOCIABILIDADES JUVENIS EM MACEIÓ: como os jovens ocupam o entorno do Estádio Rei Pelé?..... 76
João Victor Mendes

Grupo de Trabalho 2..... 79

"A GENTE TRANSBORDA NOSSA EXPERIÊNCIA, PARECE QUE É UMA MARCA": práticas de letramento e trajetórias juvenis na Pastoral da Juventude de Guarulhos-SP..... 80
Filipe Henrique Santos Peixoto
"AH, OS JOVENS, RAZÃO DA ENTREGA DE VIDA!" O IMAGINÁRIO DA JUVENTUDE NA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM..... 83
Emanuel Freitas da Silva
ABORDAGEM DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA DO LIVRO "AMORAS"..... 87
Antonia Adrielle dos Santos Rodrigues
Bianca da Silva Probo Teixeira
Luara Cristina da Silva Pereira
JUVENTUDE E ESPIRITUALIDADE: do encontro com o Preto-Velho à identificação com a ancestralidade – relato de experiência..... 90
Carmem Letícia dos Santos
PASTORAL DA JUVENTUDE *VERSUS* JUVENTUDE DA ASSEMBLEIA DE DEUS: expressões juvenis do modo de vida amazônico em suas múltiplas e dinâmicas expressividades religiosas..... 93
Denny Junior Cabral Ferreira
ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: a juventude católica em busca de outro modelo de sociedade..... 96
Flávio Munhoz Sofiati
FORMAÇÃO POLÍTICA E OS NOVOS MODOS DE EXPERIMENTAR A FÉ: relatos das ocupações estudantis no Brasil em 2015-2016..... 97
Douglas Franco Bortone
Luis Antonio Groppo

Grupo de Trabalho 3..... 98

JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES: questão agrária e dinâmicas sucessórias..... 99
Nilson Weisheimer

JUVENTUDE RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIARIO: um levantamento do Estado da Arte..... 102
Maria Raimunda Belchior dos Santos
JUVENTUDE E IDENTIDADE CAMPESINA: o papel da agroecologia no fortalecimento do protagonismo juvenil..... 105
Raniere de Carvalho Almeida
Adelson Dias de Oliveira
POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE: percepções de estudo no assentamento Frei Vantuy..... 108
Vinícius Souza Santos
Nilson Weisheimer

Grupo de Trabalho 4..... 111

A CONSTRUÇÃO DA SOCIOEDUCAÇÃO POR MEIO DE ARTE, CULTURA E COMUNICAÇÃO..... 112
Clarice Canuto Pinheiro
JUVENTUDE(S) E PRODUÇÃO DE PODCAST COMO ESTRATÉGIA DE DIÁLOGO EM REDE..... 115
Beatriz Akemi Takeiti
Michel Riff da Cunha
Lorraine Matheus Nascimento Ribeiro
BIXARIA CREW: o graffiti como dispositivo político-cultural para a construção das territorialidades juvenis de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+..... 121
Lorena Pacheco Lopes
Ayan Beatrix Pereira Gomes
JUVENTUDES E O DIREITO À CIDADE: olhares a partir de jovens da Região Metropolitana de Vitória (ES)..... 124
Monica Villaça Gonçalves
Júlia Avide Campos
Danielle Rodrigues Borges
LINGUAGENS ARTÍSTICAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL ENTRE 2016 E 2018..... 128
Maria Clara dos Santos Oliveira
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
A JUVENTUDE PERIFÉRICA DE FORTALEZA-CE E SUA RELAÇÃO TRANSFORMADORA COM OS EQUIPAMENTOS DA REDE CUCA: um olhar sobre o território..... 132
Maria Carolina Galvão Silva
O RAP E SUAS NUANCES POLÍTICAS EM TERESINA: a juventude e o Hip-Hop na luta por mais cidadania (2016-2018)..... 135
José Hilário Neto
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

A CULTURA COMO ELEMENTO DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS PARA A JUVENTUDE: um recorte dos projetos sociais que atuam no bairro Curió..... 138
Lara Holanda Nepomuceno Vasconcelos
O QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES INFORMAM?... 141
Luísa Beltrame Lovatel
Beatriz Akemi Takeiti
Monica Villaça Gonçalves
JUVENTUDES PERIFÉRICAS: o impacto da Areninha Itaoca na dinâmicas de rede..... 144
Edimilson Pereira de Azevedo
RETRATOS DA CULTURA PARA JOVENS NO RIO DE JANEIRO..... 147
Joana da Costa Macedo
Débora Irmão Santos
Ana Luiza Soares de Oliveira
A IMPORTÂNCIA DA TURMA PARA FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DE EXPRESSÃO CULTURAL DOS JOVENS..... 148
Joana da Costa Macedo
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DO HIP HOP: escrevivências que contribui para a formação e a prática educativa da juventude periférica em Teresina/PI.... 149
Ana Jessica Ferreira Cruz
Shara Jane Holanda Costa Adad

Grupo de Trabalho 5..... 150

ATOPIA E ACRONIA NA CULTURA DIGITAL: os sentidos e significados das/dos jovens estudantes..... 151
Rafael Vieira de Araújo
Divino de Jesus da Silva Rodrigues
Rildo Vieira de Araújo
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: o uso de TICs durante o período de estágio no programa de residência pedagógica..... 154
Carlos Alberto Pereira Junior
APRENDER CRIANDO: construção colaborativa de *Chatbot* como ferramenta de aprendizagem na disciplina de cultura digital..... 157
Ricardo Normando Ferreira de Paula
Heitor Barros Chrisostomo
DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA COM O USO DE MODELAGEM MATEMÁTICA UTILIZANDO O SOFTWARE MODELLUS 161
Ricardo Normando Ferreira de Paula
Heitor Barros Chrisostomo
ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS INFANTOJUVENIS: o projeto pílulas jurídicas do RECAJ UFMG..... 166
Adriana Goulart de Sena Orsini

Isabelle Bianca de Jesus Baeta
Laura Máximo Nascimento
CINE NUCEPEC: construindo trajetórias e saberes com e para as juventudes em tempos pandêmicos..... 169
Wládia Maria Tabosa Cruz
Yasmin Alencar Guerreiro
CINE NUCEPEC NA ESCOLA: diálogos sobre direitos humanos a partir da arte e do lúdico..... 172
Maria Olívia Mendes Rocha
Rayssa de Goes Pinheiro

Grupo de Trabalho 6..... 175

A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONTRAMÃO DAS INCERTEZAS DEMOCRÁTICAS..... 176
Andréa Wahlbrink Padilha da Silva
Nilda Stecanela
A EXTREMA-DIREITA É JOVEM, CRISTÃ E UM FENÔMENO ELEITORAL: apontamentos sobre o Brasil contemporâneo..... 179
Emanuel Freitas da Silva
LIGA DE DIREITOS HUMANOS: potencialidades nas discussões com juventudes periféricas de Fortaleza acerca da garantia de direitos..... 184
Abner Oliveira Lopes da Silva
Luana Beatriz Oliveira Teixeira
Wládia Maria Tabosa Cruz
REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E JUVENTUDE A PARTIR DA ANÁLISE DO CONTO "QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?" de Conceição Evaristo 187
Antonia Adrielle dos Santos Rodrigues
Izabela dos Santos Silva
MOVIMENTO ESTUDANTIL: formação e organização política de discentes em Serviço Social 189
Natacha Yanis Porfírio Ferreira Mendes
Natália Mayra da Silva Santos
Beatriz Santos Teixeira da Silva
A PERCEPÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA: um estudo comparado entre anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey..... 193
Simone Piletti Viscarra
Bruna da Silva Barbosa
ENCONTROS COM A JUVENTUDE: existência e resistência em tempos de crise 194
Josefa Alexandrina Silva
Luís Antônio Groppo
Rejane Brandão Siqueira
REDES SOCIAIS: amigas ou inimigas da participação política dos jovens?..... 196

Rafael Barros Sampaio

Grupo de Trabalho 7..... 197

NECROPOLÍTICA E O GOVERNO JAIR BOLSONORO: breves notas sobre suas declarações..... 198
Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade

Grupo de Trabalho 8..... 199

O ENSINO DE ARTE PARA JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: caminhos possíveis na rede pública municipal de Teresina – Piauí 200
Francisco Roberto de Freitas

PRÁTICA DE LETRAMENTO LITERÁRIO NO CONTEXTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL 204
Daiana Cristina Dias Santos
Hítalo Silva Próspero
Sarah Beatriz Montenegro Ribeiro

EXPERIÊNCIAS DE JOVENS GRADUANDOS NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: desafios e perspectivas..... 207
José Renato Sales da Silva
Francisca Marília Silva Mendes

EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICA DOCENTE VIVENCIADAS NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL-PET- PEDAGOGIA..... 210
Francisca Marília Silva Mendes
Krisnayra Evangelista de Araújo
Rute Ellen Ferreira de Sousa

PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: contribuições para a prática pedagógica dos jovens graduandos de pedagogia..... 213
Ranaísa Braga da Silva
Kédhyma Cabral França

JUVENTUDES EM FORMAÇÃO INICIAL: os ditos e não ditos a partir da experiência no projeto letramento literário..... 216
Geisa Cavalcante Castelo Branco
Marcus Gabriel Coutinho Silva
Ana Stefânia Silva de Oliveira

SABERES DOCENTES CONSTRUÍDOS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO..... 219
Ronni Cássio da Silva Araújo
Armennia Vitória Araújo Santos
Hilda Mara Lopes Araujo

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: experiências no projeto letramento literário..... 222

Armennia Vitória Araújo Santos
Diva Maria Pita Mendonça
Ronni Cássio da Silva Araújo
EU -SOCIAL- PRÁTICAS EDUCATIVAS: juventudes no Ensino Médio..... 226
Ada de Alencar
Maria Eduarda Araújo Furtado Ferreira
PRÁTICAS DE LETRAMENTO LITERÁRIO COMO APORTE PARA JOVENS GRADUANDOS DE PEDAGOGIA NA DIFUSÃO DO ACESSO DE CRIANÇAS À LEITURA LITERÁRIA..... 228
Maycon Gabriel Lima Silva
Danielly Ketlhyn Cavalcante Silva
Talita de Sousa Rodrigues
LEITURA COLABORATIVA: repensando a construção do conhecimento dentro da academia..... 231
Cintia da Silva Sousa
Luara Cristina da Silva Pereira
Izabela dos Santos Silva
DISCUTINDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COM A JUVENTUDE DE FORTALEZA: relato de experiência num espaço de educação não formal..... 234
Sara Vitória de Carvalho da Silva Thé
PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: contribuições para a prática docente de estudantes do Programa de Educação Tutorial (PET)..... 237
Ranaísa Braga da Silva
Emanoelly Vitória Coimbra Nunes
Hilda Mara Lopes Araujo

Grupo de Trabalho 9..... 240

8 ANOS DEPOIS: disputa de narrativas na cobertura midiática do primeiro julgamento dos acusados da chacina do Curió..... 241
Antônio Ezequiel Alves Vieira
Clarice Canuto Pinheiro
Helena Martins do Rego Barreto
ADOLESCENTE E ATO INFRACIONAL: papel exercido pela medida socioeducativa de internação no contexto neoliberal..... 245
Ananda Ingred Rodrigues de Oliveira
Rosilene Marques Sobrinho de França
DIREITO À PARTICIPAÇÃO DO JOVEM PRIVADO DE LIBERDADE NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO..... 248
Wilka Francinara Alcantara França
Judith Zuquim
JUVENTUDE E AGROECOLOGIA EM CONTEXTO URBANO..... 251
Clara Mabeli Bezerra Baptista

JUVENTUDE NEGRA EM PERSPECTIVA NO BRASIL: racismo e violências.... 258
Jayne Barbara Nunes Maia
Helen Rejane Batista Louzeiro
Ana Mayza Nascimento de Araújo
JUVENTUDE, "CULTURA POPULAR" E CONFLITUALIDADES: as brincadeiras dos "cão" em Juazeiro do Norte-CE..... 261
Antonio Lucas Cordeiro Feitosa
PODER E VIOLÊNCIA DO ESTADO: como tais mecanismos afetam as juventudes periféricas e vulneráveis?..... 264
Dállia do Sol Silva Pinheiro
Antonia Thrycia Sena Lima
JUVENTUDES E VIOLÊNCIA ESCOLAR EM SALVADOR- BA..... 267
Antonio Mateus Soares
JUVENTUDE E VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA NA AMÉRICA LATINA: uma análise comparativa entre Brasil e Argentina..... 270
Juliana Veras de Sousa
Luciana de Carvalho Nogueira Albuquerque
Francisca Cibele da Silva Gomes
PESSOAS IDOSAS E JOVENS EM PERSPECTIVAS NO BRASIL: preconceitos e violências..... 276
Antônio Cézar Sobreira Marques Filho
Iolanda Carvalho Fontenele
Ana Mayza Nascimento de Araújo
CIDADE E JUVENTUDE: a vulnerabilidade social e estigmatização de adolescentes que cometem atos infracionais..... 279
Mariana Silva Santana Santos
TRAJETÓRIAS ITINERANTES (RE)EXISTENTES DE EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE 286
Jorddana Rocha de Almeida

Grupo de Trabalho 10..... 287

AS JUVENTUDES NO DISCURSO DA MÍDIA: trajetórias invisibilizadas pela violência..... 289
Israel Silveira Rocha
Giovane Antonio Scherer
Ariani Pires Peixoto
JUVENTUDES, VIOLÊNCIA POLICIAL E JUVENICÍDIO: nos (des) encontros dos direitos humanos..... 292
Giovane Antonio Scherer
Mariane de Castro Echer
Sabrina Elizabeth Silva Collins
SOBRE VIVÊNCIAS: juventude negra na encruzilhada da violência policial e faccional..... 299
Elton Guilherme dos Santos Silva

Lila Cristina Xavier Luz
SELETIVIDADE PENAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E AS AOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL..... 302
Carmem Letícia dos Santos
Rosilene Marques Sobrinho de França
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA VIOLÊNCIA NAS JUVENTUDES E A SUA RELAÇÃO COMO MARCADOR RACIAL Relato de Experiência..... 305
Lilian Maria da Silva Mello
INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA: análises da violência que redimensionam o futuro das juventudes..... 308
Nicholas Gabriel Cardoso Pinto
Luís Paulo Cruz Borges

Grupo de Trabalho 11..... 309

PROJETOS DE VIDA DA JUVENTUDE EM MINAS GERAIS: o que dizem as pesquisas?..... 310
Douglas Franco Bortone
Maria das Dores de Saraiva Loreto
Lílian Caixêta Perdigão Reis
JUVENTUDE QUILOMBOLA E O ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: uma análise das ações afirmativas para ingresso de quilombolas na Universidade Federal do Pará..... 313
Tiago da Silva Conceição
Hercilon Delen Souza Gomes de Castro
Lucas Miguel Santos Lima
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MEDIADOR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DE BAIXA-RENDA 321
Samara Costa Oliveira
Talisia de Sousa Gomes
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
POLÍTICAS PRÓPRIAS DE PERMANÊNCIA DE JOVENS COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA..... 324
Wanderson William Fidalgo de Sousa
ACOLHER: dialogando sobre saúde mental e vestibular..... 328
Mirela Studart Mendes Cavalcante
Lorena de Souza Vasconcelos
Gislaine de Almeida Maia
EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DAS CLASSES POPULARES DE ORIGEM INTERIORANA..... 332
Maria Leirislene de Sousa
ACOLHER ITINERANTE: dialogando sobre saúde mental com pré-universitários..... 335
Eveliny Costa de Oliveira

Melyne Brenda Moiseis de Araújo
Lucas Araújo da Silva
A DIVERSIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFCAT PELO OLHAR DOS JOVENS ESTUDANTES..... 338
Geisiel Antônio de Morais Cassimiro
Maria Zenaide Alves
POLÍTICA DE COTAS RACIAIS COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO DE JOVENS NEGROS À UNIVERSIDADE..... 341
Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Wanderlei Souza Abreu
RELATOS DE EX-MORADORES DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UVA: um resgate de memórias e vivências..... 345
Maria Fabiana de Souza Lopes
Francisco Ednardo Lopes
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
ELEMENTOS QUE IMPACTAM A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma revisão sistemática..... 348
Lilian Aparecida Carneiro Oliveira
Lilian Perdigão Caixêta Reis
Emmanuella Aparecida Miranda
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E CURSINHOS POPULARES COMO TERRITÓRIOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO..... 357
Beatriz Fernanda Carreira
Maria Zenaide Alves
NARRATIVAS DA ALTERIDADE: a saudável inconstância dos castelos de areia 361
Amanda do Nascimento dos Santos Almeida
ANÁLISES DOS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE JOVENS..... 365
Erilene Alves de Sousa
Paula Franssinetti Jales Cartaxo
Alexsandra Maria Sousa Silva
QUEM SÃO OS PROFESSORES DE PROJETO DE VIDA EM MINAS GERAIS?..... 366
Mateus José dos Santos
Douglas Franco Bortone
Sidney Pires Martins
Rita Márcia Andrade Vaz de Mello
JOVENS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: percepções de estudantes de uma universidade pública no extremo norte do país sobre projetos profissionais e trabalho..... 367
Fernanda Ax Wilhelm
Suzana da Rosa Tolfo
Luciana Dutra-Thomé
A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS..... 368

Lílian Caixêta Perdigão Reis
Douglas Franco Bortone
Maria das Dores de Saraiva Loreto
Andreza Teixeira Guimarães Stampini
A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO..... 369
Rayfran Pereira Ximendes
O ACESSO ÀS TDIC NAS ESCOLAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE COVID-2019..... 370
Andreza Teixeira Guimarães Stampini
Angelita Alves de Carvalho
Mary Anne Nascimento-Souza
Douglas Franco Bortone

Grupo de Trabalho 12..... 371

A PIRATARIA DE FILMES COMO UMA FORMA DE ACESSO E CONSUMO A CULTURA CINEMATOGRÁFICA PARA A JUVENTUDE..... 372
Maria Francisca Vieira Santos
Bárbara Lis de Carvalho Sousa
"A ARTE URBANA É UMA FORMA DE EXISTIR NA CIDADE": vivências de jovens na periferia de Fortaleza, Ceará (Brasil)..... 375
Virzângela Paula Sandy Mendes
Glória Maria dos Santos Diógenes
LIGACAST: Podcast como espaço e instrumento de democratização do debate acerca da garantia de direitos das juventudes fortalezenses..... 379
Rayssa de Goes Pinheiro
Maria Eduarda D'Almeida Santos Ysla
Aline Aguiar Sousa
Abner Oliveira Lopes da Silva
Luana Beatriz Oliveira Teixeira
O GURU DAS SETE CIDADES: entre convenções e conversações no Piauí (Anos 1970)..... 382
Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
ADOLESCENTES, CULTURA E POLÍTICA: em torno do *Slam Interescolar*..... 385
Sonia de Deus Rodrigues Bercito
Simone Luci Pereira
PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DIGITAIS: aprendendo com as narrativas de jovens do hip hop de Parnaíba/PI..... 388
Krícia de Sousa Silva
JUVENTUDES, TERRITÓRIO E COMUNICAÇÃO: uma análise a partir do olhar periférico..... 390
Kaio Vieira de Sousa

Grupo de Trabalho 13..... 391

ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES DE ADOLESCENTES E JOVENS POR PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL NO ESTADO DO CEARÁ..... 392
Diego Mendonça Viana
Paulo Sergio Dourado Arrais
EDUCAÇÃO E SUICÍDIO: o despertar sociológico sobre a saúde mental dos estudantes do Ensino Médio Integral dos Institutos Federais do Piauí - IFPI`S, do Teresina Central, entre os anos de 2020 a 2022..... 394
Douger Sousa Campelo
Evannoel de Barros Lima
Maria de Jesus Rodrigues Alves
DESAFIOS DA JUVENTUDE NA LUTA CONTRA O HIV/AIDS: vulnerabilidades psicossociais..... 397
Junior César Lopes Marçal
Luciana Martins Quixadá
Dominique Araújo de Freitas
Erica Carneiro Ricarte
Taiane Emyll Silva Sampaio
MODIFICAR-SE: experiência de extensão sobre saúde mental com universitários 401
Jéssica Tarcylla Beviláqua de Aguiar
Ana Mara Farias de Melo
Isabelle Melo Rocha
Erilene Alves de Sousa
PERCEPÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM FORTALEZA..... 404
Lilian Maria da Silva Mello
Anderson Souza Oliveira
O AMOR, O PERDÃO E A TECNOLOGIA IRÃO NOS LEVAR PARA OUTRO PLANETA? O desbravamento de alguns dos mundos possíveis do universo digital para a geração Z e Alpha..... 407
Carlos André dos Santos Oliveira
Pedro Lucas Souza da Trindade
A DIMENSÃO AFETIVA DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO E A PRÁTICA DOCENTE..... 410
Lucilia Dias Furtado
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA INFÂNCIA E JUVENTUDE: a atuação das entidades filantrópicas inseridas nessa política..... 414
Francisca Mikaelly da Costa Cunha
Brenda Camilly Chaves Fonseca
Kalynne Souza Fernandes de Moura
DIGITAL INFLUENCER NO MUNDO DAS MARAVILHAS "INSTAGRAMÁVEIS"..... 417
Gleica Mirela Salomão Soares
Luciana Dutra-Thomé

Matheus Portela Carvalho
MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE JOVEM E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: acesso ao SUS, saúde mental e física..... 418
Lucas Lênin Silva Queiroz

Grupo de Trabalho 14..... 419

COMO ME CONSTITUI PESQUISADORA DE JOVENS DE GRUPO DE BASE DAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS..... 420
Maria da Conceição da Silva Santos
Maria do socorro Borges da Silva
JOVENS E IDOSOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPI: a questão da intergeracionalidade..... 424
Iolanda Carvalho Fontenele
Ananda Ingred Rodrigues de Oliveira
Melissa Flávia de Oliveira Rodrigues
PRÁTICA EDUCATIVA DE FORMAÇÃO E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: experiências no programa de monitoria da UFPI..... 427
Hilda Mara Lopes Araújo
Matheus César Silva Santos
Rafael da Rocha Melo
EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E JUVENTUDE NO LIVRO ULISSES ENTRE O AMOR E A MORTE..... 430
Alexsandro Rocha da Silva
Maria do Amparo Borges Ferro
SONHO DE ÍCARO: encantos e desencantos dos jovens da EJA com a escola..... 433
Kleyssa da Silva Celestino
Francisca Eluar Marinho Silva Soares
JUVENTUDES E DIREITOS: participação juvenil na extensão universitária..... 442
Joyce Aparecida da Luz Colaço
Daniel Felipe Araides
Cristiane Sander
A EXPERIÊNCIA DE *PRÁXIS* DOCENTE NA MONITORIA DE PSICOPATOLOGIA I: o protagonismo juvenil em foco..... 445
Luana Bezerra Silva
Luiz Gomes da Silva Neto
A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR..... 448
Rayfran Pereira Ximendes
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS RESIDENTES DE SOCIOLOGIA E FILOSOFIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA..... 452
Maria Rosângela de Souza
OS SENTIDOS DE FUTURO NAS VOZES DISCENTES: um estudo sobre a relação dos jovens-estudantes com a escola pública..... 455
Luís Paulo Cruz Borges
Nicholas Gabriel Cardoso Pinto

PRODUÇÃO E AGÊNCIA: fanzines aplicados ao ensino de Sociologia..... 458
Cintia da Silva Sousa
PONTE PARA O FUTURO: novo Ensino Médio e a escolha profissional na juventude..... 461
Juliana Veras de Sousa
Luciana de Carvalho Nogueira Albuquerque
Francisca Cibele da Silva Gomes
AS JUVENTUDES FRENTE ÀS PRÁTICAS MERITOCRÁTICAS DE ENSINO 469
Dállia Do Sol Silva Pinheiro
Luiza Jairiane Batista Frota
Antonia Thrycia Sena Lima
PELO OLHAR DE QUEM VIVENCIA: como os jovens percebem as desigualdades sociais no Novo Ensino Médio..... 472
Francisca Bruna Pereira Farias
Isaurora Cláudia Martins de Freitas
O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DE FRAGMENTAÇÃO CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO..... 475
Denise Maria Reis
O USO DO LÚDICO NO ENSINO DOS DIREITOS E PSICOEDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO..... 478
Ana Priscila Florêncio Queiroz Aquino
João Pereira da Silva Neto
Lívia Soares de Sousa
JUVENTUDES DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO: uma revisão de princípios agroecológicos em escola cearense..... 481
Raniere de Carvalho Almeida
Adelson Dias de Oliveira
PEGA A VISÃO: fotografia participativa, culturas juvenis e educação física escolar 484
Thales Rodrigo de Siqueira
Renata Ferraz de Toledo
Bruna Gabriela Marques
A EXPERIÊNCIA REMOTA DE PSICOEDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PELO PROJETO NOVAS CORES: potencialidades e desafios..... 488
Rafaela Firmino Leite
Ana Priscila Florêncio Queiroz Aquino
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E JUVENTUDES: reflexões na educação profissional..... 491
Lucian da Silva Barros
O LUGAR DE MULHERES/MÃES NA RELAÇÃO COM JOVENS NO CONTEXTO DE UMA AÇÃO COLETIVA DO AGLOMERADO DA SERRA/BELO HORIZONTE..... 492
João Paulo Mariano Domingues
Jorddana Rocha de Almeida
Symaira Poliana Nonato

OFICINA PEDAGOGIA DAS JUVENTUDES: uma proposta *online* para a formação de professores..... 494
Lucian da Silva Barros

33

Grupo de Trabalho 15..... 495

E AÍ, VAI ASSUMIR? O conceito de parentalidade precedente como abordagem sociológica do fenômeno da gravidez na juventude..... 496
Carla Juliana Loiola de Oliveira
Antônio Cristian Saraiva Paiva
ESCRITA DE UMA MULHERZINHA É RESISTÊNCIA AOS PADRÕES PRÉ-ESTABELECIDOS..... 499
Weslley da Silva Rodrigues
Shara Jane Holanda Costa Adad
A MASCULINIDADE *GEEK* ENQUANTO CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E A SUA PARTICIPAÇÃO EM ATAQUES MISÓGINOS SISTÊMICOS *ONLINE*..... 511
Pâmela da Silva Rocha
Soraya Madeira da Silva
CONSIDERAÇÕES SOCIOANTROPOLÓGICAS ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E SEUS DESDOBRAMENTOS..... 514
Izabela dos Santos Silva
MENINAS NO CRIME: performatividade de gênero das adolescentes envolvidas em práticas ilícitas no Ceará..... 517
Vitória Rodrigues da Silva
Verônica Morais Ximenes

Grupo de Trabalho 16..... 518

GENTE AQUI NÃO TEM VALOR, SÓ TEM TRABALHO: significados do trabalho para jovens entregadores subordinados a aplicativos..... 519
Mirlly de Souza Ferreira
José Ítalo Francolino da Silva
Margarida Mayara Moura Miranda
Fellipe Coelho Lima
"NEM-NEM": uma análise dos efeitos sociais e econômicos da exclusão juvenil..... 522
Antonio Felipe de Sousa
Francisco Elionardo de Melo Nascimento
O AUTOCUIDADO É UM ATO POLÍTICO: narrativas sobre autocuidado de corpos pretos femininos no Instagram e as relações de consumo e bem-estar físico e mental..... 526
Raylane Maria de Sousa Pereira
Thiago Meneses Alves

O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA DE JOVENS AMBULANTES NO RIO DE JANEIRO: um estudo de caso do ramal Santa Cruz da Supervia..... 530
Maria Julia Reis

Grupo de Trabalho 17..... 534

EU SOU, EU EXISTO E SEI O QUE QUERO! Escrevivências, resistências e potencialidades na trajetória do corpo negro jovem.....
Samuel José Lima de Carvalho
Maria do Socorro Borges da Silva

BONECAS QUE FALAM: criações de mulheres negras da EJA 535
Maria Naira de Carvalho
Maria do Socorro Borges da Silva

MULHERES JOVENS QUILOMBOLAS: a ancestralidade como diretriz das políticas públicas..... 541
Márcia Regina Galvão de Almeida
Elaine Ferreira do Nascimento

A FORÇA DE TRABALHO MAIS BARATA DO MERCADO É A DO JOVEM NEGRO: análise do trabalho de jovens entregadores de aplicativo em Natal/RN... 545
Mirlly de Souza Ferreira
José Ítalo Francolino da Silva
Margarida Mayara Moura MirandaFellipe Coelho Lima

POR MAIS JOVENS CIENTISTAS NEGRAS: uma análise da presença feminina no curso de licenciatura em matemática do IFMA..... 549
Bruna Giovanna Oliveira Costa.
Claudicéa Alves Durans

A UNIVERSIDADE COMO POSSIBILIDADE E OS PROJETOS DE VIDA DE JOVENS DE CAMADAS POPULARES..... 552
Maria Zenaide Alves
Kamila Evelyn Martins Marques

PRETAGOGIA COM JUVENTUDES NO MATIZES: para desbloquear nossos afrosaberes..... 555
Wanderson William Fidalgo de Sousa.
Sabrina Bernardina Thainara de Sousa

SABERES INDÍGENAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: o que se aprende com a Festa da Menina Moça..... 561
Zenailde Rodrigues Costa
Maria do Socorro Borges da Silva

ASPECTOS DO PACTO DA BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO CEARENSE..... 566
Anderson Souza Oliveira

O PROCESSO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO DOS JOVENS NEGROS E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL..... 569
Thomas Ravelly dos Santos da Silva
Lilian Maria da Silva Mello

JUVENTUDES E RELAÇÕES RACIAIS: percepções de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Fortaleza-CE..... 572
Manuel Naiury Guedes de Sousa
Lilian Maria da Silva de Mello

OS JOVENS INDIGENAS XERENTE NA UNIVERSIDADE..... 575
Rosemary Negreiros de Araújo
Maria Helena Cariaga

TERRITÓRIO INDÍGENA: uma releitura e atualização de dados do estudo *Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais*..... 577
Layanna Giordana Bernardo Lima
Gabriel Moreira Santana

AS JUVENTUDES INDÍGENAS E A ZONA URBANA DE MANAUS..... 578
Ronaldo Guimarães Santos

CAPOEIRA E JUVENTUDES: ancestralidade e tradição entre jovens capoeiristas em Goiânia..... 579
Ronan Marcelino de Souza

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS NEGRAS: um olhar sobre os perfis de Tatielly Cachos e Duda Acaiaba no Instagram..... 580
Maria de Fátima Carvalho de Castro
Marta Maria Azevedo Queiroz

Grupo de Trabalho 18..... 581

JUVENTUDES E O PROGRAMA ID JOVEM: impactos na redução de exclusões sociais..... 582
Sabrina Lima de Vilhena
Beatriz Akemi Takeiti

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL: ações junto a jovens de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos..... 585
Monica Villaça Gonçalves
Giovanna Bardi
Thayane Eulália Martins Carneiro da Silva

Emanuelle Oliveira Correa

JUVENTUDE, POLÍTICA PÚBLICA E AS INTERSECÇÕES PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS ESTRUTURAIS..... 588
Ronald de Jesus Castro
Mailson Santos Pereira
Nivaldo Antonio Lopes Neto

PERCURSOS DA JUVENTUDE NA AGENDA DE DECISÃO DO GOVERNO DA BAHIA..... 592
Mailson Santos Pereira

REFLEXÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DA GESTÃO SOCIOTERRITORIAL NO ÂMBITO DO SUAS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE..... 596
Melissa Flávia de Oliveira Rodrigues
Selene Elaine dos Santos Lima

POBREZA MENSTRUAL: análise da implementação da Política Assistencial ao Combate à Pobreza Menstrual entre os estudantes da EPPP Monsenhor Waldir..... 599
Yara Maria Vieira Pontes

VIRANDO O JOGO NUM CAMPO MINADO: serviço de apoio psicossocial para adolescentes, jovens e familiares em condições de vulnerabilidade..... 603
Jaína Linhares Alcantara
Danyelle Gonçalves Nilin
Márcia Maria Tavares Machado

A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA POLÍTICA DE JUVENTUDE NA CIDADE DE SURUBIM/PE..... 606
José Aniervson Souza dos Santos

PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO: os (des)encontros entre as expectativas dos jovens e dos agentes estatais..... 610
Giovanna Silva Palhano
Márcio Freitas Costa

O LUGAR OCUPADO PELAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES COM NECESSIDADES EM SAÚDE MENTAL NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE TERESINA PIAUÍ..... 613
Sayonara Genilda de Sousa Lima
Sofia Laurentino Barbosa Pereira

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E POLÍTICAS JUVENIS EM FOZ DO IGUAÇU..... 616
Andres Steven Amaya Sanchez

Cristiane Sander

POLITICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE..... 619
Maria Ketully Neyane Alves Pinto
José Alex Ferreira Rodrigues
Janailton Coutinho

A GESTÃO ESTADUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA: o que dizem seus atores?..... 623
Mailson Santos Pereira

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO PARA A JUVENTUDE RURAL: uma análise das principais abordagens na literatura..... 626
Keiliane Almeida de Oliveira
Adelson Dias de Oliveira
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

O LUGAR DE FALA DAS JUVENTUDES: participação estudantil nas feiras e festas literárias na Bahia..... 629
Larissa Lima Santos
Emmanuelle Luiza Santos Menezes

Grupo de Trabalho 19..... 631

AS SEQUELAS INVISÍVEIS: a situação dos órfãos da Covid-19..... 632
Bárbara Vitória Martins Almeida
Letícia Vitória Nogueira da Silva
Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Francisco Mikael Paulino de Oliveira

HOMENS JOVENS COM PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS E GESTÃO DE RISCO AO HIV E AO SARS-COV-2 NA PANDEMIA DE COVID-19..... 635
Luís Felipe Rios
Thamiris Dayane de Sá Pereira
Larissa Vitória Silva Soares

EPIDEMIA DE HIV/AIDS E JUVENTUDES: rede e participação política..... 638
Jean Vinicius Costa de Oliveira

Grupo de Trabalho 20..... 639

ESCUTA ATIVA E EMPATIA: relato de experiência de gestão em uma escola pública pós-isolamento social 640
Camila Maria Ferreira dos Santos Monteiro
Heitor Barros Chrisostomo

Luciana Martins Quixadá
PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES NO ENFRENTAMENTO AO ADOECIMENTO MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR..... 643
Patricia Veras Rodrigues
Luciana Martins Quixadá
RISCOS ONLINE: reflexões e ações para o uso crítico da internet entre jovens de uma escola pública de Fortaleza..... 648
Abner Oliveira Lopes da Silva
Luisa Maria Freire Miranda
Luciana Lobo Miranda
NARRATIVAS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE SEXUAL PARA JOVENS GAYS... 651
Luís Felipe Rios
CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS A PARTIR DE UMA MATRIZ DE VULNERABILIDADES: planejamento para intervenções psicossociais junto a jovens da periferia da cidade de Fortaleza..... 654
Raquel Alencar Barreira Rolim
Carla Melo da Escossia
Márcia Maria Tavares Machado
A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE CUIDADO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA..... 660
Roseane Amorim da Silva
Jaileila de Araújo Menezes
Antônio César de Holanda Santos
NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO NUMA PROPOSTA INOVADORA DE ENSINO..... 663
Jaileila de Araújo Menezes
Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Grupo de Trabalho 21..... 664

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA SENSÍVEL DE JOVENS ESTUDANTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... 665
Graziela Dutra Kantorski
Maria de Lourdes Soares Ornellas
AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCUTA SENSÍVEL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: um olhar da monitoria..... 669
Maria Gabriely Alves da Silva
Júlia Lorrana Viana Duarte
Lorena Beathriz Costa Dourado
Maria Dolores dos Santos Vieira
OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL..... 672
Kaio Eduardo Silva Lima
Luciana Martins Quixadá

SIGNIFICAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o que dizem a família e a escola?..... 675
Joseane Rebech Rodrigues Félix
Maria Dolores dos Santos Vieira
EDUCAÇÃO FAMILIAR E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIANTE (TOD): um estudo bibliográfico..... 676
Bárbara Layse de Sousa Passos
A EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DISLEXIA: escutando vozes da escola..... 677
Natália Cardoso dos Santos Campos
Maria Dolores dos Santos Vieira
A ESCUTA SENSÍVEL NO ACOLHIMENTO À JOVENS: um apoio no enfrentamento do transtorno da ansiedade..... 678
Lia Raquel Saraiva de Sousa
A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma escuta sensível de si e do outro..... 679
Karine Maria Fernandes Medeiros
Maria Dolores dos Santos Vieira
EDUCAÇÃO FAMILIAR E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIANTE (TOD): um estudo bibliográfico..... 680
Bárbara Layse de Sousa Passos
O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH): olhares docentes na Educação Infantil..... 681
Kellyne Hellen Cunha Sousa
TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO E PRÁTICA EDUCATIVA: a urgência de uma relação dialógica e contextual..... 682
Airan Celina Sepúlveda dos Santos Rocha de Abreu

Grupo de Trabalho 22..... 683

JUVENTUDE E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRÁFICO DE DROGAS E EM CONFLITO COM A LEI..... 684
Antônio Mateus Soares
Claudenice Teixeira C. Mayo
REPRESSÃO ÀS DROGAS E ENCARCERAMENTO DAS JUVENTUDES: reafirmação das hierarquias sociais, raciais e de sexo/gênero..... 687
Francisca Mikaelly da Costa Cunha
Rubia Maria Vieira e Silva
Marina Daniel e Silva
USO DE DROGAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a experiência de São Domingos do Maranhão..... 690
Leila Daniela Sousa Ferreira Teixeira
O DIREITO PENAL DO INIMIGO NA LEI DE DROGAS: um estudo sobre usuário e traficante em sentenças prolatadas pela Vara Única da comarca de Uruçuí no ano de 2023..... 695

Clériston Tomaz da Silva
Gabriel Eidelwein Silveira
"JOVENS, MACONHEIROS E MARGINAIS": uma análise do discurso de parlamentares frente aos debates sobre a descriminalização da maconha no Brasil **698**
Pedro Henrique Soares da Silva

Grupo de Trabalho 23 **699**

POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para uma Juventude de Rede **700**
Angeline Feitosa de Carvalho
Jéssica Rodrigues Soares
Pedro José de Sousa Santos
DIÁLOGOS E POLITICAS PÚBLICAS SOBRE JUVENTUDES COM DEFICIÊNCIA: estigma, invisibilidade e exclusão **708**
Jéssica Rodrigues Soares
FILHOS DA POBREZA E DO ESTADO: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil **719**
Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes
LUGAR DAS JUVENTUDES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO ORÇAMENTO PÚBLICO EM FOZ DO IGUAÇU/PR **722**
Cristiane Sander
Andres Steven Amaya Sanchez
33 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NO BRASIL: caminhos e (des)caminhos dos movimentos sociais **725**
Ada Márcia Rêgo Bastos
Dafne Dias Lages Monteiro
Iolanda Carvalho Fontenele
POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO JUVENIL BRASILEIRA: sociedade e delinquência juvenil **728**
Antônia Camille Severiana Maciel
Maria Ricardina de Alencar Neta
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: trajetórias e desafios **731**
Lívia Danniele de Lima e Silva
Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva
Pamela da Silva Geraldo
ANÁLISE SOCIOLOGICA DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA **734**
Nilson Weisheimer
Raul Bomfim Landim
HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: revoluções do pião NUCEPEC nas convers(ações) da juventude para/com a juventude **738**
Yasmin Alencar Guerreiro
Rafaela Firmino Leite

JUVENTUDES: entre Direita, Esquerda e o Pensamento Neoliberal..... 741
Rogério de Oliveira Araújo
Olívia Cristina Perez
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e possibilidades..... 745
Lizandra Inês Both
ANÁLISES DOS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE JOVENS..... 746
Erilene Alves de Sousa
Paula Franssinetti Jales Cartaxo
Alexsandra Maria Sousa Silva
JUVENTUDES, SOCIABILIDADES E INTERSECCIONALIDADE NA ESTAÇÃO DA JUVENTUDE EM SOBRAL-CE..... 748
.Isabelle Melo Rocha
Erilene Alves de Sousa
Lucielle Nascimento Araújo

Apresentação

Nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2023, foi realizado na cidade de Teresina-Piauí, na Universidade Federal do Piauí, o IX JUBRA-Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira que teve como tema **"Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias"**.

O IX JUBRA-Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira foi um espaço de debates e intercâmbios entre pesquisadoras/es, estudantes de Graduação e de Pós-Graduação, profissionais e as juventudes interessadas em promover aprofundamentos e discussões acerca das juventudes brasileiras.

Além disso, o evento intentou:

- Articular pesquisadoras/es, estudantes, profissionais e jovens para a construção coletiva do IX JUBRA, centrando as discussões em torno dos temas que mobilizam as juventudes brasileiras;
- Favorecer a construção de novos conhecimentos e subsídios para a produção de políticas para as juventudes e ações de enfrentamento de problemas que dizem respeito a esses segmentos populacionais;
- Promover as condições para a criação de uma rede de pesquisadoras/es das diferentes regiões do país, que estudam essa temática, constituindo uma associação sem fins lucrativos - a REDEJUBRA;
- Contribuir para a manutenção do evento JUBRA no Brasil, em suas edições bianuais com a realização do IX JUBRA;
- Promover um espaço de criação e divulgação de expressões artísticas e culturais de jovens participantes do Simpósio por meio das parecerias com Movimentos Sociais e Coletivos juvenis da região.

Foram três dias de uma intensa e interativa programação com Atividades Científicas e Culturais, Conferências de Abertura e encerramento, Grupos de Trabalhos e Mesas Redondas que apresentaram e debateram em forma de Comunicação Oral nos vinte e um Simpósios Temáticos.

O IX JUBRA foi um evento de/para/com as juventudes, sendo o JUBRA Cultural, um espaço que contemplou mostra audiovisual e apresentações artísticas de diferentes linguagens, realizadas em parceria com Coletivos Juvenis, selecionados por meio de edital.

Fez parte da programação do IX JUBRA a eleição do mandato da Diretoria da Rede Nacional de Pesquisadores interessados nesta temática, a REDEJUBRA, para o biênio 2024-2026.

Após dois anos de pandemia, o JUBRA foi presencial e sua organização esteve a cargo de pesquisadoras/es, professoras/es, estudantes, profissionais e jovens de movimentos sociais e de coletivos juvenis que trabalham com as realidades dos jovens. Em especial, fizeram parte da Comissão Organizadora docentes das seguintes instituições: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDAR) e Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Da UFPI participam de Comissões docentes de programas de pós-graduação em Educação; Sociologia e Política Pública, além daqueles vinculados aos Núcleos de Pesquisas: Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens-**NUPEC**; **N**úcleo de Pesquisas e Estudos "Educação, Gênero e Cidadania-**NEPEGECI**; Observatório das Juventudes e Violências na Escola – OBJUVE; Núcleo sobre Gênero e Desenvolvimento-**ENGENDRE**; **NEGIF**. Também participam da organização docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da **UFCAT**.

Nesse cenário de ataque à educação, por meio de ações de caráter protofascistas nas escolas, do crescimento do juvenicídio, da precariedade das políticas públicas de juventudes, do ataque ao Ensino Médio, nossa intenção foi contribuir para a construção coletiva de proposições sobre a realidade juvenil que oriente a elaboração de políticas públicas e sociais direcionadas aos diversos segmentos de jovens, em especial, do Brasil.

Desse modo, o IX JUBRA, assim como as edições passadas, tem, por conseguinte, o compromisso de colocar em destaque as questões das juventudes brasileiras. Nessa edição, foi inaugurado o Memorial Janaina Bezerra, por entendermos que "olhar para atrás" é assegurar o presente e outras conexões de afirmação da Vida de jovens nos espaços educativos da UFPI. Com essa finalidade, aliou-se ao Centro Acadêmico de Comunicação Social (CACOS), em articulação com o Centro de Ciências da Educação (CCE/UFPI) e o Grupo de Trabalho de Enfrentamentos das Violências de Gênero/UFPI que, à frente, organizaram a inauguração do Memorial, dia 30 de novembro, no Teatro de Arena, no CCE, às 18h30.

O Teatro localiza-se nas imediações do bloco do curso de Jornalismo/CCE, onde Janaina Bezerra estudava, que vitalizado recebeu a homenagem à estudante e poderá tornar palco de diferentes expressões, práticas culturais e educativas de sociabilidades. Ademais, Oxalá abra passagem para as pautas juvenis sobre diversos temas e problemáticas, a exemplo das relativos às violências de gênero, racismo, diversidade e inclusão. Revitalizar o Teatro de Arena como espaço de valorização da vida, de socialização de experiências, de acolhimento à comunidade ufpiana e, sobretudo, de construção de uma universidade livre de juvenicídios – práticas de extermínio do machismo e da misoginia.

Por outro lado, o IX JUBRA apresentou como destaque o JUBRA CONECTA+, que teve espaço em Tendas temáticas que objetivaram problematizar o Novo Ensino Médio, as dimensões do Cuidado e Bem Viver e da Convivência nos espaços educativos com uma programação com/para jovens, envolvendo professores da Educação Básica de Institutos Federais e de Escolas Estaduais do Piauí e do vizinho estado do Maranhão.

Além disso, realizou-se o JUBRINHA. Um espaço que integrou um conjunto de ações do Observatório do Brincar e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Educação Infantil e da Criança, em parceria com os estudantes de licenciatura e do PIBID. O objetivo desse espaço foi acolher na Brinquedoteca do CCE as crianças que vieram acompanhando os inscritos no JUBRA.

Foi com um caloroso afeto que acolhemos a juventude brasileira e as/aos pesquisadoras/es de várias universidades e de diversas organizações para debater o tema **"Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias"** e

participar desse momento de troca, discussão e avaliação com vistas a desenhar, no calor dos encontros, caminhos a serem trilhados.

Nesta edição, experimentando novos formatos de trabalhos para além das comunicações de pesquisa. Tivemos exibição de vídeos, realização de performances, apresentação de relatos de experiências, dentre outros.

Comissão Local do IX JUBRA

Teresina, maio de 2023.

Comunicações orais

Grupo de Trabalho 1 – JUVENTUDES: espaços, lugares e territórios

Coordenadores do GT: Victor Hugo Nedel Oliveira e Adelson Dias.

A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA E SUAS JUVENTUDES: discurso hegemônico, inferências e construção de identidades juvenis na Amazônia paraense

Denny Junior Cabral Ferreira[2]

Resumo
Este texto analisa a gênese da invenção da Amazônia com base no discurso hegemônico sobre a região e os processos de (in)visibilização das subjetividades juvenis no território paraense. É fato que a invenção da Amazônia e da juventude são dois processos distintos, envolvem construção de identidades coletivas e imaginários sociais que se reproduzem e, não são fenômenos isolados, mas partem de práticas discursivas e institucionais que conforma a realidade amazônica e juvenil.

Palavras-chave: Amazônias. (In)visibilidade. Subjetividades Juvenis.

1 Introdução

A comunicação corresponde a um recorte preliminar da pesquisa de Doutoramento em andamento com o objetivo de analisar a gênese dos discursos sobre a juventude histórico, social e cultural, contextualizada nacionalmente, e como tais discursos interferem, direta ou indiretamente, nos processos de (in)visibilização das subjetividades juvenis na Amazônia Paraense. A Amazônia contempla uma complexa sócio biodiversidade que se materializa em verdejantes matas, caudalosos rios, diversificadas fauna e flora, natureza; esta que abriga uma multiplicidade de populações, culturas e tradições: ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores familiares, grandes centros urbanos etc. – cujas povos afirmam sua identidade e reproduzem historicamente seu modo de vida, de produzir e existir sociocultural e ambientalmente.

É no mosaico de paisagens contrastantes em seus múltiplos aspectos – ambiental, econômico, social, cultural – que as juventudes amazônicas tecem seu cotidiano, sua identidade e seus projetos de vida. Ventilou-se a hipótese de que se as juventudes amazônicas revelariam no seu cotidiano e projetos de vida traços identitários que as singularizam na cartografia sociocultural juvenil brasileira, sem desconsiderar sua inserção no circuito das ditas culturas hegemônicas. O objetivo é analisar a gênese acerca dos discursos sobre a juventude: histórico, social e culturalmente contextualizados nacionalmente, e como tais discursos interferem, direta ou indiretamente, nos processos de construção das subjetividades juvenis na Amazônia paraense

2 Metodologia

[2] Mestre em Ciências da Religião – PPGCR/UEPA. Doutorando em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mails: denny.ferreira@ifch.ufpa.br ou dennyjr.ferreira@gmail.com

A metodologia tem como base a pesquisa do tipo qualitativa, de teor bibliográfico e revisão de literatura. Tal estudo é preliminar, ainda carece ser aprofundado e de pesquisa de campo para uma delimitação e caracterização mais precisa diante da realidade juvenil recortada e que venha a validar a hipótese ou rejeitá-la.

3 Resultados e discussões

A "invenção da Amazônia" foi construída a partir de estereótipos e visões distorcidas da região que foram reforçadas ao longo do tempo por meio de narrativas e representações que destacavam sua exuberância natural, sua população "primitiva" e sua distância em relação aos centros de poder (Godim, 2019). Essa imagem da Amazônia como uma região selvagem e inexplorada foi reproduzida em diversas esferas, incluindo a literatura, a arte, a ciência e a política. Assim, a tese de Neide Gondim é que a ideia de uma região homogênea e exótica chamada "Amazônia" é uma invenção social e histórica, que foi construída a partir de estereótipos e visões distorcidas da região, e que essa imagem tem consequências políticas e econômicas até os dias de hoje.

Nesse cenário que é a Amazônia Paraense, sua identidade contempla uma complexa sócio biodiversidade geradora de diversas categorias e de diversas juventudes amazônicas que, somente podem ser compreendidas, nessa dinâmica que marca a região, visto que as juventudes amazônicas revelam no seu cotidiano e em seus projetos de vida traços identitários que os singularizam na cartografia sociocultural juvenil do restante do país.

Ao longo da história, muitas vozes, foram suprimidas e marginalizadas, especialmente as dos grupos considerados subalternos e oprimidos (Spivak, 2010). Restituir essas vozes, significa valorizar a diversidade epistêmica e cultural, reconhecendo a importância de diferentes perspectivas na construção de uma sociedade mais democrática e plural. É necessário, portanto, ampliar a participação dos sujeitos considerados “subalternos” nos processos de produção de conhecimento e de formulação de políticas públicas, para que possam contribuir de forma mais significativa e efetiva para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Nesse sentido, o diálogo entre povos colonizados (tendo os jovens como sujeitos dessa interlocução) ou que vivenciam a colonialidade, a partir desse *lócus* amazônico, que se enfrente a modernidade euro, centrada por meio de uma multiplicidade de respostas críticas decoloniais que partam do sul global, escutados não apenas aqueles que se encontram geograficamente ao Sul, mas aqueles povos, as culturas e os lugares epistêmicos que foram subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade (Grosfoguel, 2009).

Considerando a realidade juvenil da Amazônia Paraense, não é possível pensar uma política pública e estatal sem considerar os jovens, em especial suas identidades e culturas e a articulação de seus projetos de vida com um projeto mínimo para a região, onde mais de ¼ da população é jovem entre 18 e 29 anos (conforme definido pelo Estatuto da Juventude), no sentido de validar ou não o paradigma das PPJs aplicado à região.

Considerações finais

Notadamente, a invenção da Amazônia e da juventude são dois processos apresentados de forma distinta, quando não, isolados. Argumento que para uma reveladora socioantropológica da juventude amazônica, tais categorias devem dialogar em relação ao modo como construímos e reproduzimos ideias e representações sobre diferentes realidades sociais sobre a região, pois ambos os processos de invenção envolvem a construção de identidades coletivas e imaginários sociais que se reproduzem por meio de diferentes práticas e discursos, em grande medida, práticas e discursos colonizadores e subalternizadores. A invenção da Amazônia e da juventude, portanto, não são fenômenos isolados, mas fazem parte de um conjunto de práticas discursivas e institucionais que conformam a realidade social em que vivem historicamente as populações amazônicas.

Referências

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 419-442.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: uma expressão multifacetada da questão social

Iolanda Carvalho Fontenele[3]
Geovanna Kariny Lopes Gaspar[4]
Sarah Letícia Pachêco Calaça[5]

Resumo
O objetivo do presente resumo é discutir a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, com ênfase nas expressões da questão social que permeiam essa realidade. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica, amparado em pesquisas científicas e legislações, cujas conclusões estão relacionadas ao fato de que essa problemática está enraizada na pobreza, na injustiça social, nas questões familiares e subjetivas.

Palavras-chave: Crianças/Adolescentes. População de Rua. Questão Social.

1 Introdução

A rua como espaço de sobrevivência é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo. No Brasil, essa realidade ganha ainda mais destaque pela alarmante condição que se encontram crianças e adolescentes em situação de rua, com flagrante violação da dignidade e dos direitos humanos fundamentais. Assim, o presente trabalho tem por finalidade analisar as condições sociais que permeiam a vida de crianças e adolescentes que estão em situação de rua, destacando os fatores que os levam a buscarem a rua como local de sobrevivência, considerando essa problemática como um reflexo das expressões da questão social.

2 Metodologia

O estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, para tanto, utilizou-se produções de autores que discutem, de forma crítica, acerca da temática central do texto, de pesquisas científicas, bem como de legislações, mas também o uso de dados estatísticos, tendo em vista uma análise quanti-qualitativa.

3 Resultados e discussões

[3] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com.
[4] Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: geovannakarinylopes@ufpi.edu.br.
[5] Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: sarahcalaca@ufpi.edu.br.

São 281.472 mil pessoas em situação de rua no Brasil em 2022 (Natalino, 2023), no entanto, faltam dados sobre crianças e adolescentes em situação de rua e por outro lado houve um esvaziamento no tocante à oferta de serviços e programas mais incisivos sobre essa problemática no país, apesar do fato de que a população de rua em geral é 38% maior em relação a 2019 e 211% em comparação a 2012 (Natalino, 2023).

Tudo isso aponta para a invisibilidade das crianças e adolescentes na agenda pública, inclusive tendo em vista o arrefecimento do movimento social no país que foi responsável pelas conquistas na Constituição Federal (CF) de 1988 e o próprio Estatuto da Criança e Adolescente em 1990.

As populações que sobrevivem nas ruas englobam uma variedade de situações que vão desde aquelas pessoas que buscam as ruas como espaço de moradia, a exemplo dos desabrigados, migrantes, em rompimento com os laços familiares e outras que mendigam ou mesmo aquelas que realizam trabalhos e voltam para suas casas no final da jornada. Depois, esses números estão relacionados ao crescimento das cidades, ou seja, quanto maior o município maior o número da população de rua, com maior prevalência entre as cidades de grande porte e as metrópoles (Natalino, 2023).

As causas da ida que levam crianças e adolescentes a viverem nas ruas são diversas. Entre elas, destacam-se a situação de pobreza e/ou extrema pobreza, a fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares, a falta de moradia, o uso de álcool e/ou outras substâncias psicoativas, a busca por alimentação, a necessidade de trabalhar e auferir renda, ou mesmo, a prática de delitos.

Apesar de ser vista como uma oportunidade de liberdade “a rua é, e sempre será, um espaço de perigo para os que nela buscam a sobrevivência” (Andrade; Pereira; Silva, 2022, p. 121), camufla situações de violência, de riscos, de medo e insegurança, portanto, essas crianças e adolescentes encontram-se numa condição de vida sub-humana, em franca oposição aos direitos garantidos nos diversos mecanismos legais nacionais e internacionais.

A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais constitutivas e engendradas pelo capitalismo contemporâneo. Esse sistema econômico, social e político, iníquo e desigual, ao mesmo tempo que produz muita riqueza, ele torna a maioria da população destituída das condições mínimas de sobrevivência, em condição pobreza e desigualdade, em decorrência disso, muitas famílias não têm as condições básicas para sua subsistência, o que faz com que crianças e adolescentes e suas famílias busquem nas ruas a sua sobrevivência.

Essa questão inclui e extrapola a problemática da pobreza que está associada a problemas de renda e trabalho, à precariedade do acesso a serviços básicos de qualidade com destaque para a educação que constitui uma política fundamental para crianças e adolescentes, bem como o lazer, a arte e o esporte.

Na verdade, esses sujeitos considerados pelo Estado brasileiro, como pessoas em desenvolvimento, como cidadãos de direitos, antes de serem órfãos de suas famílias, o são do próprio Estado e da Nação. Se as questões familiares também estão presentes na base dessa problemática das populações de rua, bem como as substâncias psicoativas, o crime, a violência e as subjetividades, não se pode negar a negligência e a ausência do Estado por meio de políticas públicas, bem como a constituição de uma sociedade e do

poder público assentados no autoritarismo e nas mais diversas formas de preconceitos de classe, de gênero e étnico-racial.

Considerações finais

A situação de rua nas quais esses sujeitos encontram-se é uma expressão multifacetada da questão social que aflige o país, enfrentam a falta de moradia, a fome, dentre outros. Diante da falta de oportunidades, da desigualdade social, das questões familiares e da falta de acesso aos serviços básicos, e diante da ausência de alternativas, encontram nas ruas o único espaço possível de sobrevivência. Vivem em um ambiente sem proteção qualquer, expostas à violência, às substâncias psicoativas e à criminalização. Faz-se necessário priorizar políticas de inclusão que visem resgatar os direitos dessas crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, bem como o fortalecimento e a retomada de movimentos pró-direito desse segmento da população.

Referências

ANDRADE, Fábio Santos de; PEREIRA, Reginaldo Santos; SILVA, Armelinda Borges da. Crianças e adolescentes em situação de rua: relações entre a rua, o trabalho e a escola. **RIDH**-Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 10, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.5016/ridh.v10i1.128. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/128. Acesso em: 1 ago. 2023.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília, DF: IPEA/DISOC, Nota Técnica nº 103, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11604. Acesso em: 28 ago. 2023.

ENTRE O CAOS E A PAZ: oportunidades e desafios às mobilidades de jovens moradores de periferias do Rio de Janeiro

Eduarda Santos de Azevedo Silva[6]
Sabrina Martins Silva[7]
Sabrina Dal Ongaro Savegnago[8]
Júlia Antônia Branco de Oliveira[9]
Wellington Virginio da Silva[10]

Resumo
Este trabalho busca analisar quais oportunidades e obstáculos às mobilidades jovens moradores de periferias urbanas cariocas experienciam nas relações que estabelecem com e na cidade. A pesquisa foi realizada em 2022 em uma escola pública do Rio de Janeiro, através de grupos de discussão com a participação de 52 jovens.

Palavras-chave: Juventudes. Mobilidades. Oportunidades.

1 Introdução

O presente trabalho surge de um recorte de uma pesquisa que busca compreender como jovens em contexto de precariedade social se movem através de um meio social desfavorável, criam estratégias de enfrentamento e oportunizam para si experiências com relevância biográfica, que não se referem apenas ao aqui e agora, mas também a tempos e espaços dilatados.

A mobilidade se refere ao processo de engajamento com o mundo, à prática social de deslocamento através do tempo e espaço, possibilitando o acesso a atividades, pessoas e lugares. Envolve, além das dimensões espaciais e temporais, aspectos corporais, simbólicos e afetivos, desigualmente vividos, em relação à classe, ao gênero, a idade, a etnia, o território, entre outras dimensões (Chaves *et al.*, 2017). Os marcadores sociais são fundamentais para refletir como a circulação desse jovem, agente ativo no território da cidade, se dá. A mobilidade na cidade não se resume apenas ao trajeto de um ponto a outro, mas é carregada de sentidos, por isso, pode evocar sentimentos diversos, além de envolver pertencimentos e exclusões.

Cabe indagar, então, que oportunidades e que obstáculos às mobilidades são experienciados nas relações que os jovens estabelecem com e no espaço da cidade, uma vez que este é diverso e pode ser hostil, excludente e desafiador, ao mesmo tempo que pode gerar encontros, movimentos e oportunidades. Com isso, "oportunidade" é compreendida como uma situação favorável que move e conduz o jovem para algum

[6] Graduanda em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: eduarda.azevedo44@gmail.com
[7] Graduanda em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sabmrts@gmail.com.
[8] Doutora em Psicologia, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sabrinadsavegnago@gmail.com
[9] Graduanda em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: juliabbranco13@gmail.com
[10] Graduando em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: wvirginio@gmail.com

lugar. Para jovens que vivenciam inúmeras fortuidades do tempo e do espaço, a oportunidade é vista como tendo valor no aqui e agora, podendo ter efeitos posteriores em suas vidas (Savegnago; Castro, 2020).

Assim, o trabalho pretende analisar a maneira que jovens da periferia urbana do Rio de Janeiro se movem pela cidade e as oportunidades e desafios que se apresentam em suas mobilidades. Dessa forma, compreende-se o espaço da cidade não apenas enquanto físico, mas também quanto espaço social, uma vez que as relações animam as formas espaciais, dando-lhes conteúdo e sentido (Santos, 2002).

2 Metodologia

A pesquisa foi realizada com 52 jovens de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de uma escola municipal na Zona Central do Rio de Janeiro, com idades entre 13 a 16 anos. Foram conduzidos 4 grupos de discussão no formato de oficinas envolvendo atividades com desenhos, fotografias e jogos.

O estudo baseou-se no paradigma da pesquisa-intervenção e os encontros foram registrados por meio de diários de campo, gravações de áudios e transcrições, que estão sendo analisados através do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016).

3 Resultados e discussões

Destaca-se que a importância dos lugares para os jovens está intrinsecamente ligada às pessoas e às interações sociais ocorridas nesses espaços. Para muitos, os lugares se tornam significativos devido a lembranças de pessoas queridas, como familiares falecidos, muitas vezes envolvidos com o tráfico de drogas e mortos em confrontos com a polícia.

Além disso, os jovens enfrentam desafios de mobilidade e segurança. A violência constante nas favelas os coloca em risco, tornando seus deslocamentos uma jornada incerta. O assédio na rua, nos transportes públicos e na escola afeta sua mobilidade e sensação de segurança.

A péssima infraestrutura do transporte e a falta de recursos financeiros limitam o acesso a serviços e oportunidades. Eles enfrentam longos deslocamentos e, às vezes, preferem visitar locais mais distantes a locais geograficamente mais próximos de onde moram, frequentados majoritariamente por pessoas de classe média alta. Nota-se a criação de barreiras invisíveis, reflexo das desigualdades socioeconômicas que afetam suas oportunidades e mobilidades. Desse modo, a forma como os jovens se apropriam dos espaços pode ser influenciada pelas condições sociais, culturais e econômicas em que vivem (Cassab; Mendes, 2011).

Muitos jovens relataram que a pandemia de COVID-19 afetou seu bem-estar emocional, ampliando sentimentos de solidão e ansiedade, impactando a saúde mental. Afirmaram que, após a pandemia, não saem tanto quanto antes, o que pode estar relacionado ao impacto psicológico e socioeconômico da crise de saúde pública.

Diante dos desafios e do caos do espaço urbano, o compartilhamento de imagens - fotográficas e mentais - que remetiam à natureza foi bastante frequente. Assim, expressam seu anseio por lugares calmos e silenciosos, e associam ao sentimento de paz que gostariam de ter. Também reconhecem a presença de ONGs e projetos sociais na

favela onde moram como pontos positivos e tentam ressignificar a imagem de suas áreas, destacando as pessoas talentosas e boas que lá vivem.

Considerações finais

Em síntese, os jovens participantes do estudo enfrentam desafios relacionados à violência urbana e policial, preconceitos e imprevisibilidades, os quais afetam suas mobilidades e acesso a oportunidades, mas também buscam encontrar paz e valorizar as qualidades e oportunidades presentes em seus territórios.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2016.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. "Perder-se também é caminho": a dimensão espacial da juventude. **Libertas On-line**, [*S.l.*], v. 11, n. 2, p. 1-18, 2011.

CHAVES, M. *et al.* Interdependencias múltiples y asimetrías entre géneros en experiencias de movilidad cotidiana en el corredor sur de la Región Metropolitana de Buenos Aires (Argentina). **Revista Transporte y Territorio,** [*S.l.*], n. 16, p. 41-67, 2017.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura,** [*S.l.*], v. 56, n. 2, p. 21-22, 2002.

SAVEGNAGO, S. D. O.; CASTRO, L. R. Oportunidades e mobilidades de jovens em contextos de precariedade social. **Gerais**, [*S.l.*], v. 15, n. 1, 2022.

IDENTIDADES E TERRITÓRIO: a relação das juventudes do interagindo com os espaços de Belo Horizonte

Camila de Souza Costa[11]
Mariana Alves Luz[12]
Victor Stanley Souza Gomes[13]
Marjory dos Santos Muniz[14]
Jorddana Rocha de Almeida[15]

RESUMO
Os territórios são vivenciados de maneiras distintas por cada sujeito que os ocupa, sendo fundamental nas construções de identidades. O trabalho relata uma oficina sobre Território, com a utilização do "My Maps", junto às provocações e discussões sobre territórios e identidade para compreender e refletir a relação dos jovens do Projeto Interagindo com os espaços, considerando as diversas experiências dos jovens em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Juventudes. Território. Identidade.

1 Relato de Experiência

Este trabalho relata um processo educativo realizado pelo Projeto Interagindo, uma ação de extensão, realizada com jovens trabalhadores/as, desenvolvida pelo Programa Observatório da Juventude em parceria com a Faculdade de Educação da UFMG em parceria com a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte (ASSPROM). O Interagindo tem como objetivo construir espaços/tempo de reflexão, sistematização e ampliação com as juventudes trabalhadoras sobre seus projetos de vidas.

Compreendendo os/as jovens como sujeitos socioculturais, o processo formativo foi desenvolvido de abril a setembro, presencialmente, na FaE/UFMG. Os encontros eram semanais, às quintas-feiras, de 08h00 às 12h00, e contaram com 34 jovens. As atividades do projeto consistiram em oficinas temáticas, pautadas no eixo central: "Juventude e Projeto de Vida" interseccionados a outras temáticas, incluindo "Juventudes e Territórios".

O Projeto Interagindo se organizava a partir de oficinas temáticas. Assim, no presente texto, o recorte será uma análise da oficina "Juventudes e Território". A oficina "Juventude e Território", foi realizada em um dos laboratórios de informática da FaE/UFMG. Para a sua execução, os/as jovens participantes utilizaram o "MyMaps", extensão do Google, que permite personalizar mapas, com o objetivo de conhecer os

[11] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: costa.camila.cs@gmail.com
[12] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: marianaluz739@gmail.com
[13] Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. E-mail: victorstanley200@gmail.com
[14] Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: marjorymuniz.universidade@gmail.com
[15] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do Instituto Federal de Sabará. E-mail: jorddana.rocha@gmail.com

territórios sociais que compõem as identidades pessoais de cada jovem. Articulado ao processo de construção dos mapas, foi possível refletir coletivamente sobre os espaços demarcados por eles/as e o direito à cidade.

Para a realização da oficina sobre Territórios, os/as educadores/as passaram algumas orientações que possibilitaram aos/às jovens a socialização de suas vivências pelos espaços em que transitam. Individualmente, cada jovem deveria marcar, no "My Maps", lugares que respondessem aos seguintes direcionamentos: lugares que me identifico/gosto/frequento. Marcar os espaços simbólicos ocupados por lazer e redes de solidariedade; lugares em que não sinto que sou bem-vindo/a, não me sinto à vontade para ir; Quais espaços não são preparados para me receber? lugares onde desejo ir e ainda não conheço? Quais espaços eu desejo, quero, posso ir e vou, porém ainda não conheço?

A partir dos comentários de cada marcação e das discussões realizadas entre os/as jovens e os/as educadores/as, pudemos refletir sobre a relação entre os territórios usados pelos/as jovens e seus estilos, culturas e modos de estar no mundo. O diálogo perpassou questões relacionadas à identidade, relações étnico-raciais e a compreensão da dimensão do território para além do espaço físico, em concordância com a conceituação do geógrafo Milton Santos, que afirma: “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (Santos, 2000, p. 97).

Em resposta ao primeiro questionamento, os jovens marcaram lugares como: cinema, shopping, praças, Mineirão (estádio de futebol), igreja, restaurantes, centros culturais, centro de Belo Horizonte, Universidade, parques, casas de familiares, clubes etc. Entre os comentários registrados nas localidades marcadas, os/as jovens relataram que esses lugares representam momentos de diversão com seus familiares, ‘amigues’ e ‘namorades’. Além disso, alguns comentários apresentaram termos como: descansar, refletir e ter recordações da infância.

Escola, cemitério, centro de Belo Horizonte, hospital, estação do MOVE (estação de ônibus) e a sede do seu trabalho foram lugares marcados como respostas ao segundo direcionamento, demonstrando sentimentos de trauma e desconforto. O entendimento do local de trabalho como um lugar de desconforto apresentou discordância entre os/as jovens. Em um dos comentários, ficou evidente a frustração de uma jovem quanto à falta de interesse de seus/suas colegas. Entretanto, outros/as jovens retrataram esse local como cansativo e como um espaço onde não podem se expressar, não podem se vestir da forma como gostariam e não podem ser quem são, apontando um processo de desterritorialização (Leal; Lima, p. 25), isto é, negação de suas culturas e identidades, frisando que a forma como são tratados reflete na falta de interesse, sendo importante compreender a realidade de cada um, visto que questões emocionais implicam na relação com o espaço.

A terceira pergunta foi respondida com marcações em: Palácio das Artes (espaço de arte e cultura de BH), parques, estádios, rua Sapucaí (rua de bares famosa em BH), Faculdades, praças, centros culturais, bibliotecas, museus e restaurantes. Aqui, os/as jovens indicaram o sonho de estar em uma faculdade e lugares que poderiam ser divertidos de conhecer.

Além disso, discussões sobre as lógicas racistas e machistas e suas reverberações nos campos subjetivos, econômicos, sociais, etc., foram apresentadas, trazendo reflexões sobre o genocídio da juventude negra e a necessidade de refletir sobre como essas questões afetam a vida e o cotidiano.

A oficina "Juventudes e territórios" evidenciou o impacto significativo das questões raciais e religiosas nos territórios por onde esses/as jovens circulam. É perceptível como alguns lugares são acolhedores, enquanto outros provocam desconforto, Há, também, o desejo de explorar novos territórios. A ocupação dos espaços pelos/as jovens do projeto Interagindo está intrinsecamente ligada à construção de sua identidade e à maneira como eles/as se relacionam com os diversos territórios que habitam, contribuindo para uma compreensão mais profunda das complexidades sociais e culturais em jogo. Ademais é possível afirmar que a experiência da oficina citada, foi importante para compreender, refletir e legitimar a relação deles/as com o espaço social, destacando os desafios, críticas e percepções dos/das jovens sobre a cidade.

Referências

LEAL, Álida Angélica Alves; LIMA, Gerson Diniz. **Juventudes e território**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Disponível em: https://observatoriodajuventude.ufmg.br/livros-links-artigos-2/. Acesso em: 14 fev. 2023.

NONATO, Symaira Poliana; ALMEIDA, Jorddana Rocha de; FARIA, Ivan; GEBER, Saulo Pfeffer *et al*. Por uma pedagogia das juventudes. *In*: DAYRELL, Juarez (org.). **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2016. p. 79-89.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO À FORMAÇÃO INTEGRAL DAS JUVENTUDES

Orlandil de Lima Moreira[16]

Resumo
O estudo é resultado do projeto de PIBIC (2022-2023). Para isso, foi abordado o "Novo Ensino Médio" (NEM), como resultado da reforma no governo Temer, consolidada por meio da aprovação da Lei 13.415/17. O estudo tem como objetivo mapear as Leis, Normas e Diretrizes que orientam os sistemas de ensino no âmbito do NEM e o seu alcance para a formação integral das juventudes e a manifestação de uma cultura democrática, cidadã e em direitos humanos.

1 Introdução

O Ensino Médio sempre teve o papel na formação das juventudes, com acesso aos mais diversos conhecimentos no âmbito da cidadania e para o trabalho, como indica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Nos últimos anos, foi incorporado na agenda educacional do Brasil, a necessidade de uma reforma do Ensino Médio, com a alegação de que seus indicadores de qualidade, medidos por exames de larga escala, são pífios e que o Ensino Médio não correspondia à expectativa dos jovens (Silva; Possami; Martini, 2020).

O golpe de 2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma, intensificou a possibilidade de implementar uma reforma do Ensino Médio orientada pelo pensamento neoliberal, que se concretiza com a Medida Provisória nº 746/2016 a aprovação do Projeto de Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que resultou no "novo Ensino Médio" (NEM) (Silva, 1994 *apud* Palú; Petry, 2020, p.7).

O estudo busca entender o sentido do NEM, a partir da sua orientação curricular. A questão orientadora dia respeito a qual o sentido do "novo Ensino Médio" para à formação das juventudes? Tem como objetivo mapear as Leis, Normas e Diretrizes que orientam os sistemas de ensino no âmbito do NEM e o seu alcance para a formação integral das juventudes e a manifestação de uma cultura democrática, cidadã e em direitos humanos.

2 Metodologia

A pesquisa tem como eixo metodológico a abordagem qualitativa, balizada na pesquisa documental a qual incorpora vários procedimentos metodológicos e instrumentos para compreender os fenômenos sociais de forma indireta, por meio de fontes documentais e o estudo bibliográfico (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

A análise dos dados teve como referência o método de análise de conteúdo, segundo a concepção de Bardin (Bardin, 1977).

A pesquisa foi desenvolvida em quatro momentos: o primeiro, a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de mapear referências de pesquisa já compartilhadas por meio de artigos. No segundo momento, a pesquisa documental junto ao portal do

[16] Universidade Federal da Paraíba.

Ministério de Educação e Secretaria de Educação da Paraíba, com o objetivo de identificar as Leis, Normativas, Resoluções e Portarias que orientam a implementação do Ensino Médio. No terceiro momento, catalogação dos documentos e leitura para a realização da análise. Por fim, a análise e sistematização dos dados.

3 Resultados e discussões

A reforma do Ensino Médio situa-se em um contexto de disputas: política, econômica e cultural, que vem permeando a sociedade brasileira na construção de um projeto de sociedade e o papel da educação nesse projeto, tendo como orientação o pensamento neoliberal, apesar das resistências e crises que sofrera nos últimos anos. (Moura; Lima Filho, 2017).

O campo da educação ganha destaque nesse movimento, quando nos primeiros meses de sua posse, o presidente Temer, emite uma Medida Provisória e, em seguida, a aprovação da Lei 13.415 em 2017, dando origem ao chamado "Novo Ensino Médio" (NEM) (Brasil, 2017).

Em um movimento de resistência ao NEM, assiste-se a diversas manifestações colocando-se contrária ao conteúdo e a forma como foi definida a reforma do Ensino Médio, com mobilização dos estudantes em diversos estados brasileiros e ocupações de escolas.

Com a aprovação do NEM, ocorreram mudanças na reestruturação dessa etapa da Educação Básica, tais como: o alargamento das horas aulas de 800 horas por ano, para no mínimo 1.000 horas, somando um total de 3.000 horas, jornada escolar de tempo parcial para tempo integral.

Com NEM e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem-se várias mudanças na estrutura curricular, proposta de um currículo flexível, atualizado e dinâmico que possibilite a escolha dos jovens de seu processo formativo e uma jornada integral,

Do ponto de vista da estrutura e organização curricular com currículo flexível, isso se configura na verdade, em uma redução de conteúdo, com destaque para itinerários formativos, com uma narrativa de escolha de diferentes processos formativos e o protagonismo juvenil.

A proposição de jornada integral não apresenta uma clara proposta de educação integral, ao contrário, aponta para a restrições de disciplinas que tem um papel importante na formação das juventudes, a exemplo da Filosofia, da Arte e da Sociologia, que contribuem para a cidadania, a consciência democrática e os direitos humanos.

O currículo deixa de se estruturar por disciplinas e passa a se constituir por área de conhecimento, com uma base comum e uma parte diversificada que se organiza em cinco itinerários formativos (Brasil, 2017), o que reflete em prejuízo para a formação das juventudes, desfigurando a formação integral. Um resultado perverso que se soma a narrativa do protagonismo juvenil, sem apresentar as condições efetivas para a possibilidade de escolhas dos jovens de seu processo formativo.

Trata-se de um movimento de aumento das desigualdades educacionais, aprofundando ainda mais o fosso das desigualdades existentes entre os segmentos juvenis mais pobres, os sujeitos das escolas públicas (ANPED, 2023), que se efetiva também pela possibilidade de oferecimento de parte dos conteúdos via internet,

modalidade que não apresenta o mesmo rendimento de aprendizagem para os alunos, em função das condições diferenciadas de acesso as plataformas de ensino por parte da maioria dos alunos.

Uma proposta curricular que compromete a formação das juventudes numa perspectiva da formação integral, dando prioridade a formação para o trabalho, como vem se observando nas disciplinas eletivas que tem sido oferecida denominada de ***projeto de vida***.

Considerações finais

A reforma do Ensino Médio trouxe desafios às escolas públicas, ficando evidente a falta de diálogo do governo com os profissionais da educação e os estudantes. Uma ação autoritária que não considerou o acúmulo do debate que vinha sendo feito acerca do Ensino Médio.

A reforma elegeu como principal orientação o pensamento neoliberal. A flexibilização curricular e os itinerários formativos visam favorecer a perspectiva mercadológica, que representa a desvalorização dos conhecimentos das Ciências Humanas, e fragiliza a formação integral das juventudes.

O NEM tem uma visão voltada para o empreendedorismo e a adaptação ao trabalho precarizado. As orientações curriculares para educação em direitos humanos não aprecem como fundamentos para a formação, assim como a cultura democrática, o que nos faz reforçar a sua revogação.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Relatório final**: Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer. Brasília: ANPED, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, Presidência da República [2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso:10 dez. 2022.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista UNAD**, Bogotá, v.14, n.2, p. 55-60, jul./dez. 2015. Disponível: https://docplayer.com.br/58230159-Pesquisa-documental-na-pesquisa-qualitativa-conceitos-e-caracterizacao.html . Acesso em: 13 abr. 2022.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. A reforma do Ensino Médio: regressão de direitos sociais. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v.11, n.20, p. 109-129, jan./jun. 2017. DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.760. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760. Acesso em: 17 abr. 2023.

PALÚ, J.; PETRY, O. J. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Ed. Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, [*S.l.*], v.15, p. 1-21, jun. 2020. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15317.063. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa. Acesso em:18 set. 2022.

MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2021: uma análise da produção brasileira sobre a participação juvenil

Rodrigo Crivelaro[17]
Elizabete Franco Cruz[18]

Resumo
Esta comunicação visa apresentar os resultados iniciais da pesquisa de mesmo título, que tem por objetivo descrever e analisar a produção acadêmica sobre participação juvenil nas manifestações ocorridas no Brasil a partir de 2013, iniciados com a denominada primavera de junho. Ao utilizar o estado de conhecimento como metodologia busca responder: quais as construções discursivas sobre juventudes, manifestações e espacialidades são construídos em produções acadêmicas pós 2013?

Palavras-chave: Juventudes. Participação Política. Cidades.

1 Introdução

A pesquisa, *Manifestações de rua no Brasil no período de 2013 a 2021: uma análise da produção brasileira sobre a participação juvenil*, tem por objetivo descrever e analisar a produção acadêmica sobre participação juvenil nas manifestações ocorridas no Brasil a partir de 2013.

Desde 2013, uma série de manifestações populares começou a ganhar as ruas em todo o Brasil, com uma proporção e adesão que não era vista desde os "caras pintadas" que lutaram pelo impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Embora grupos, em sua maioria alinhados à esquerda, tenham realizado protestos e manifestações, em nenhum momento, viram-se tantas pessoas nas ruas, e uma frequência recorrente de protestos, em curto espaço de tempo.

Para quem viveu este período, além de lembranças, memórias, pensa-se também na trajetória e nos caminhos que nosso país e nossa sociedade, por meio da política, trilharam de lá para cá.

Tais eventos marcaram não apenas a volta das grandes manifestações de ruas, mas também a volta da direita às ruas no Brasil, em um momento que o país era governado por uma coalisão liderada por um partido de esquerda.

Foram anos marcados por avanços sociais, por políticas de redistribuição de renda, criação de dezenas de universidades pelo país, programas de moradias populares, políticas de cotas, debates sobre legislações buscando incluir em políticas públicas grupos ditos como minoritários (mesmo quando não são, como no caso da população afro-brasileira), não foram suficientes para conter o descontentamento de uma classe média, que viu seu poder aquisitivo crescer e não estava disposta a regredir.

Os protestos de rua que se iniciaram liderados por um grupo mais à esquerda, o Movimento Passe Livre (MPL), porém considerado um movimento e protestos sem uma liderança, e até por alguns estudiosos como desarticulados, foram tomados por grupos de direitas e com bandeiras bem distintas das quais se iniciaram. Desde então a direita

[17] EACH-USP/ IFSP-HTO.
[18] EACH-USP.

não saiu das ruas e considera que teve grande êxito ao derrubar, através de um golpe a presidenta Dilma Rousseff, conseguindo após isso a ascensão de um governo conservador e de extrema direita, com pautas reacionárias e consideradas por alguns como neofascistas.

Viver este contexto, seguido do retorno ao poder do mesmo governo de esquerda que desencadeou os avanços sociais e, concomitantemente, a ira conservadora e de direita, me provoca como pesquisador a reflexão sobre o contexto e a busca por respostas para algumas perguntas: qual o papel das juventudes no retorno da população às ruas em 2013? Como o espaço urbano, em especial a rua, funciona como agente formador das juventudes? Como se dá a participação das juventudes nos novos movimentos sociais de direita e de esquerda? E minha questão central que almejo responder em minha pesquisa: Quais as construções discursivas sobre juventudes, manifestações e espacialidades são construídos em produções acadêmicas pós 2013?

2 Metodologia

A pesquisa tem como metodologia o estado de conhecimento/estado da arte definido por Morosini, Nascimento e Nez (2021) “como uma perspectiva metodológica para identificar o levantamento teórico de determinado tema” e que “busca observar a incidência e o conteúdo sobre a temática escolhida para estudos, pela comunidade científica” (Morosini, Nascimento; Nez, 2021, p. 70).

Sobre as manifestações ocorridas no Brasil desde 2013, estou recorrendo a artigos publicados em revistas científicas e aos bancos de dissertações e teses de universidades brasileiras, espelhadas pelas cinco macrorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São descritores utilizados, as seguintes palavras: juventude, jovens, manifestações, protestos e cidades.

São autores utilizados como referencial teórico Michel Foucault, Milton Santos, Manuel Castells e David Harvey.

Para análise dos trabalhos acadêmicos será utilizado a análise do discurso. Segundo Fairclough (2019), são várias as possibilidades e alternativas dentro do uso da análise do discurso como ferramenta metodológica. O autor menciona, por exemplo, as abordagens de Sinclair e Coulthard, Laboc e Fanshel, Potter e Wetherell, linguística crítica, análise da conversação, Pêucheux. Porém, a opção será pela análise do discurso fundamentada em Foucault.

A escolha por Foucault para análise do discurso remonta as suas publicações de A arqueologia do saber, As palavras e as coisas, A ordem do discurso e História da Sexualidade: a vontade do saber. De acordo com Fairclough (2019, p. 63), Foucault tem tido uma enorme influência sobre as ciências sociais e as humanidades, e a popularização do conceito de discurso e de análise de discurso como um método pode parcialmente ser atribuída a essa influência. O mesmo autor acrescenta que:

> O trabalho de Foucault representa uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em área como a relação entre o discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social (Fairclough, 2019, p.64).

Fernandes (2014, p.105) afirma que, para Foucault, o homem é uma invenção moderna e que em sua obra o autor investiga os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos e coloca em ênfase a relação entre o sujeito e o discurso. Salienta, ainda, que nas últimas obras de Foucault, o discurso é aquilo que promove a produção da subjetividade, sendo o sujeito um efeito da subjetividade (Fernandes, 2014, p.111).

Dessa forma, é fato que a análise do discurso, a partir da obra de Foucault, permitirá compreender como o jovem e as juventudes, como sujeitos, são construídos e qual a prática discursiva sobre esta participação nos protestos e manifestações no Brasil a partir de 2013.

3 Resultados e discussões

Foram pesquisadas as bases de dissertações, teses e artigos científicos nas seguintes universidades brasileiras:

- Região Sudeste: PUC-SP, UERJ, UFF, UFMG, UFRJ, UFSCAR, UNESP, Unicamp, USP, FGV, Unifesp.
- Região Sul: UEL, UFPR, UFRGS, UFSC.
- Região Nordeste: UFC, UFRN, Unisinos, UFPB, UFPE.
- Região Centro-Oeste: PUC-GO, UnB.
- Região Norte: UFPA.

Identificaram-se, inicialmente, 201 publicações, das quais, aplicando um novo filtro, após a leitura de suas apresentações e resumos, chegou-se a 128 publicações que poderiam ser utilizadas para esta tese.

Considerações finais

A polarização na política foi antecedida pelo êxito neoliberal em promover uma acentuada polarização na distribuição das riquezas (Harvey, 2014, p.48).

No mesmo prisma, Carlos (2021, p. 82) destaca que “o espaço traz a marca de uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Um homem produz a história a partir de um processo contínuo onde cada geração tende a suplantar a anterior.”

O homem é transformado em uma máquina do sistema capitalista, onde, como força de trabalho abundante, é chamado a suprimir suas necessidades e aceitar as desigualdades como produto natural e insuperável. A desigualdade é produto do “privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.” (Carlos, 2021, p. 83).

Ainda que os atores sejam anônimos, não associando os protestos a um nome, pode-se destacar entre os atores, a participação das juventudes nas ruas:

Mostraram sua juventude, sua forma política surpreendente, seu ativismo midiático que se vale de redes sociais e celulares. Não encontraram ponte e braços que as projetassem para o centro do Estado, porque os que estão no Estado não conseguem sentir as ruas, e quem está nas ruas não acredita que o Estado esteja interessado em ouvir ou dialogar. As ruas, porém, ainda que em hibernação, permanecem vivas, em condições de mobilização latente, fiéis à combinação e hipermodernidade, juventude, injustiça e caos que as qualifica.

Referências

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERNANDES, C. A. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. *In*: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016. p. 107-124.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M.; NEZ, E. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & inovação**, v. 8, n. 55, p. 69-81, ago. 2021.

MOVIMENTOS PENDULARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Luiza Jairiane Batista Frota[19]
Thomas Ravelly dos Santos da Silva[20]
Antonia Thrycia Sena Lima[21]

Resumo
Este trabalho busca analisar a temática de Movimentos Pendulares, trabalhando especificamente com os "Movimentos Pendulares na Região Metropolitana de Fortaleza". Para isso, frisa nas análises obtidas por meio do artigo de Da Silva (2020) que dialoga com o tema central das movimentações pendulares, e em cima de dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2000 a 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando nossas perspectivas sobre a problemática.

Palavras-chave: Movimentos. Metropolitana. Fortaleza.

1 Introdução

Dessa maneira, averígua-se que os movimentos de transição têm tomado decisões distintas, as populações de baixa renda tendem a mobilidade entre municípios para especular emprego e trabalho, as populações com condições mais favoráveis vasculham emprego e melhores cenários para viver. Com isso, o exposto irá apresentar questões preliminares em relação ao movimento pendular da Região Metropolitana de Fortaleza.

Pretende-se observar qual a população mais propícia e quais os geradores deste processo. O resgate deste estudo utilizará produções realizadas por pesquisadores que se debruçaram sobre este exercício de um conjunto da Região Metropolitana de Fortaleza, que contempla os municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante.

2 Metodologia

Demos início a esta pesquisa por meio das análises de João Gomes da Silva (2020) sobre a temática de movimentos pendulares na região metropolitana de Fortaleza para um melhor entendimento de como ocorre essa movimentação nos tempos atuais, também utilizamos os dados do IBGE do censo de 2000 a 2010 para um melhor para assegurarmos nossas falas.

3 Resultados e discussões

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), então nascida a partir de 1973 com a integração de Aquiraz, Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Pacatuba, consolidando

[19] Universidade Estadual do Ceará.
[20] Universidade Estadual do Ceará.
[21] Universidade Estadual do Ceará.

assim em uma região metropolitana, e além desses municípios vieram outros 10 para esse grupo, que foram: Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Pacajus, Pindoretama e São Gonçalo. Dentre esses municípios, há três onde tem uma maior concentração de migração pendular, estes são: Caucaia, Fortaleza e Maracanaú.

De antemão, os movimentos pendulares na RMF têm sua ligação mais forte com o trabalho, tendo em vista, que a maior concentração de polos industriais está localizada em Fortaleza e Maracanaú o que faz, assim, haver mais transição entre cidades vizinhas devido a pouca demanda de empregos encontrados fora dessas regiões. Maracanaú, por sua vez, se concretiza o mais relevante polo industrial da RMF contendo em seu espaço indústrias têxteis, alimentícias, confecções e metal mecânico, sendo assim, um dos municipais mais interligado com o centro metropolitano (Fortaleza) como afirma Da Silva (2020), em vista disso, Fortaleza veio passando por uma descentralização de acordo com o autor que enfatiza:

> A partir da década de 1990, década no qual o Ceará vivencia momentos de crescimento econômico, ao receber diversos investimentos, constata-se paulatina desconcentração da atividade econômica/produtiva de Fortaleza em direção ao seu entorno metropolitano e interior do estado (Da Silva, 2020, p.5).

Não obstante, o processo migratório também se faz presente pela problemática da saúde, devido aos hospitais com um melhor aparelhamento estarem localizados em Fortaleza, os demais municípios se tornam totalmente desassistidos pela falta de investimentos na saúde pública.

Em vista disso, as movimentações pendulares que são possíveis visualizá-las em RMF são, em sua maioria, motivadas pelas ações de trabalho e saúde atreladas, muitas vezes, por uma vulnerabilidade socioeconômica que se estende em cima das populações de baixa renda que são submetidas a situações de abandono por parte do poder do estado, o que as obrigam a realizar essas migrações pendulares diariamente para garantir a sobrevivência.

Considerações finais

Este resumo teve como objetivo explicar os fenômenos pendulares na região metropolitana de Fortaleza. Observa-se, que a principal causa do movimento pendular é trabalho, isso, nos revela que há uma escassez de políticas direcionadas a essa região, como comprova as análises descritas nos referenciais estudados. Do quais também, revelam que o contingente com maior participação pendular é homens pardos entre 22 e 44 anos de acordo com IBGE, este grupo tem, na maioria das vezes, o nível Médio completo e até Superior completo, e a renda fica entre os três salários mínimos.

Para averiguar possibilidades futuras desse cenário, seria necessário novas pesquisas de censo para que assim seja possível realizar análises em relação à taxa de elevação ou queda dessa prática entre capital e regiões periféricas no contexto atual. Com isso, é possível observar que é mais propício haver investimentos na capital, o que acarreta este processo.

Ainda, é importante mencionar que cada espaço gera suas particularidades pendulares, então, seria necessário estudos aprofundados de cada região, para assim, elaborar políticas que averiguem as especificidades de cada território e dessa forma construir ações de minimização das distâncias e dos problemas de integração e investimentos.

Referências

DA SILVA, João Gomes. Movimentos Pendulares por razões laborais na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): quem Pratica? **Latin American Journal of Business Management**, v. 11, n. 2, p. 60-69, jul./ dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

O RESGATE DAS MEMÓRIAS ETNOBOTÂNICAS E O USO RELIGIOSO: fortalecendo a identidade da juventude rural

Keiliane Almeida de Oliveira[22]
Adelson Dias de Oliveira[23]
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira[24]

Resumo
O presente trabalho teve como objetivo resgatar as memórias da abordagem etnobotânica acerca do uso de plantas medicinais e de seu uso religioso, a fim de discutir como essas práticas contribuem para a construção da identidade da juventude rural. A pesquisa teve três fases qualitativamente distintas. A partir dos resultados, é fato que o resgate dessas memórias contribui no fortalecimento da identidade da juventude rural, promovendo o reconhecimento e a valorização de suas raízes.

Palavras-chave: Preservação. Resgate. Tradição.

1 Introdução

Na referida pesquisa pretende-se discutir as práticas etnobotânicas e sua religiosidade pelas comunidades rurais. A temática "o resgate das memórias etnobotânicas e o uso religioso: fortalecendo a identidade da juventude rural" está inserida numa discussão que abrange modos de vida, prática de um viver rural, religiosidade, enfim uma diversidade própria.

A utilização de plantas medicinais por populações rurais, é orientada por uma série de conhecimentos acumulados mediante a relação direta dos seus membros com o meio ambiente e da difusão de uma série de informações tendo como influência o uso tradicional transmitido oralmente entre diferentes gerações.

A falta de identidade é uma questão que afeta profundamente a juventude rural em muitas partes do mundo. Enquanto as áreas urbanas têm uma identidade cultural mais definida e oportunidades variadas, os jovens que crescem em comunidades rurais muitas vezes enfrentam desafios únicos que podem levá-los a se sentirem desconectados de sua própria identidade. Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo analisar como o resgate das memórias etnobotânicas relacionadas ao uso de plantas medicinais e seu uso religioso contribui para a construção da identidade da juventude rural. A temática está inserida numa discussão que abrange modos de vida, religiosidade, numa diversidade própria.

[22] Professora/Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, UNIVASF; Mestra em Ciências (UNIVASF, 2016). E-mail: keiliane.oliveira@discente.univasf.edu.br
[23] Professor/Doutor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UNIVAS.
[24] Professora/Doutora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UNIVASF.

A relevância sociocultural deste estudo destaca-se por fortalecer a identidade da juventude rural. Essa prática promove a preservação da cultura local, a conexão com a natureza circundante, a identificação pessoal e a participação ativa na comunidade.

2 Metodologia

A presente pesquisa foi realizada nas comunidades rurais de Filadélfia, Bahia. Em três fases qualitativamente distintas. Esta é uma pesquisa descritiva e qualiquantitativa, onde se utilizou como meios técnicos: na primeira fase, o levantamento bibliográfico e documental, os quais disponibilizaram conhecimentos e dados sobre a temática abordada nesta pesquisa e da observação nas bases de dados da Scielo e Portal de Periódicos da Capes.

A segunda fase teve o objetivo de trabalhar diretamente com a comunidade, utilizando-se para isto questionários semiestruturados para obtenção das informações a respeito das plantas medicinais utilizadas pelos moradores, e também acerca da transmissão oral de conhecimento para juventude rural.

Na terceira fase foi a análise das entrevistas e a construção de uma pequena cartilha sobre as informações coletadas.

3 Resultados e discussões

Notou-se que o aprendizado foi transmitido oralmente de pessoa a pessoa, indo ao encontro de estudos que mencionam que as primeiras manifestações desse conhecimento começam na infância passando de geração para geração. Essa informação reforça o modo de transmissão do conhecimento sobre as plantas medicinais sustentado na relação de afeto entre a mulher-mãe e seus filhos, na tentativa de passar seu saber às próximas gerações, destacando que o resgate das memórias etnobotânicas fortalece a identidade da juventude rural de várias maneiras.

Quase a totalidade dos entrevistados mencionou ter aprendido a usar plantas medicinais com as mulheres; oito deles citaram a figura da mãe, da avó e da irmã mais velha como a principal transmissora desse conhecimento.

Diante disso, este estudo enfatiza a importância do resgaste dessas memórias pois o entendimento das práticas etnobotânicas ajuda os jovens a construir sua própria identidade. Eles se sentem orgulhosos de fazer parte de uma comunidade que possui um conhecimento tão rico e valioso sobre as plantas e suas aplicações.

Ao aprender sobre as práticas etnobotânicas, os jovens se tornam defensores ativos da preservação da cultura local. Eles podem desempenhar um papel importante na transmissão desse conhecimento para as gerações futuras, garantindo que a herança cultural seja mantida viva.

Considerações finais

A juventude rural corresponde a uma parcela significativa da população brasileira, enfrentando desafios diversos, como falta de acesso à educação, à saúde, a oportunidades de trabalho e emprego. Decorrente dos desafios enfrentados por aqueles que permanecem no campo, a crescente migração de jovens das áreas rurais e a perca da identidade dessa juventude rural.

O resgate das memórias etnobotânicas sobre o uso de plantas medicinais e o uso religioso é fundamental para fortalecer a identidade da juventude rural. Essa prática promove a preservação da cultura local, a conexão com a natureza, a identificação pessoal e a participação ativa na comunidade.

Referências

JUNGES, D. **Jovens rurais de Iracema do Oeste**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Curitiba, 2009.

MONTEIRO, R; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.

OS SARAUS DE POESIA EM "SALVA A DOR[25]" E AS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES DA JUVENTUDE NEGRA

Célio Santos [26]

Resumo
Na última década, emergiram na cena cultural da cidade de Salvador inúmeros saraus literários, que se espalharam pela periferia da cidade, e, em sua maioria, organizados pela juventude negra, pobre e periférica, a qual enxergou no sarau uma forma de mobilização, auto-organização política e transformação social construída por meio de práticas espaciais insurgentes, bem como, baseada nos princípios libertários: autogestão, autonomia, ajuda mútua e horizontalidade.

Palavras-chave: Sarau. Juventude negra. Práticas espaciais insurgentes.

1 Introdução

O presente texto é um desdobramento da tese de doutoramento desenvolvida no seio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Santos, 2022), e tem como objetivo discutir as práticas espaciais insurgentes da juventude, debruçando-se sobre dois coletivos: Bairro da Paz Vive – BDP e Juventude Ativista de Cajazeiras – JACA; que, por sua vez, organizam os saraus em dois bairros da periferia da capital baiana, respectivamente: Bairro da Paz e Cajazeiras.

As práticas espaciais, um dos conceitos centrais da pesquisa, têm sido pouco debatidas e problematizadas pelos geógrafos, o que acaba por ser um contrassenso, haja vista que o termo produção do espaço é muito comum na Geografia brasileira. Nota-se uma grande quantidade de pesquisas que discute a ótica da produção do espaço, porém, não revelam as práticas espaciais e muito menos os sujeitos que estão por produzir esses espaços. São as práticas espaciais que irão possibilitar a materialidade das ações dos diversos sujeitos sociais no espaço, sendo este a condição, meio e produto dessas ações.

Segundo Souza (2013), as práticas espaciais podem ser de variados tipos. Entretanto, as mesmas, ao longo da história, assumem dois posicionamentos distintos: I - Ligadas a práticas heterônomas: quando estas estão a serviço da dominação, da permanência das hierarquias, da coerção e da imposição de um modelo de sociedade que se constrói pelas relações verticais (de cima para baixo); II - Ligadas a práticas autônomas: que, por sua vez, lutam contra a heteronomia.

São práticas que se balizam pela emancipação, pela autodeterminação e pela autogestão. São justamente essas práticas espaciais de cunho mais libertário, as quais chamamos de insurgentes, que iremos nos aprofundar no referido texto, haja vista que é

---

[25] O título Salva a dor faz referência a poesia da Dricca Silva, A poesia conta um pouco do mundo da vida cotidiana do/a jovem negro/a residente na periferia de Salvador. Cotidiano violento que faz Salvador ser uma cidade da dor para a população negra e pobre.

[26] Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professor do Instituto Federal Baiano – IFBAIANO – Campus Catu. E-mail: celio.santos@ifbaiano.edu.br

na realização do sarau que a territorialidade dos/as jovens poetas é projetada na cidade de forma mais intensa.

É o momento em que corpo, cidade e poesia se imbricam, é quando o corpo negro, de forma insurgente, se apropria e desafia a cidade ao se deslocar do seu bairro de moradia ou de trabalho para o sarau. A apropriação da cidade acontece tanto na forma material da mobilidade desses/as sujeitos pela cidade, quanto de forma simbólica por meio das poesias e de suas performances poéticas, colocando em prática a tríade corpo-cidade-poesia (Rosário,2019).

Ao longo da pesquisa foi possível identificar as seis possibilidades de práticas espaciais insurgentes, apontadas por Souza (2013), que seriam: 1. Territorialização em sentido estrito; 2. Territorialização em sentido amplo; 3. Refuncionalização/restruturação do espaço material; 4. Ressignificação dos lugares; 5. Construção de circuitos espaciais alternativos; e 6. Construção de redes espaciais.

Assim como, durante o fazer da pesquisa, a partir da observação e da interlocução com os sujeitos da pesquisa, foi possível identificar outras práticas espaciais insurgentes, que são: **construção e proposição de outras formas de organização política**, **construção de um modo de ser e viver a juventude e a prática espacial da autoproteção na cidade e da projeção da territorialidade**.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa sustentada por interpretações de teorias e procedimentos metodológicos qualitativos, os quais os dados foram produzidos a partir das seguintes técnicas de pesquisa: pesquisa de campo, observação, entrevistas, conversas informais, rodas de conversas e aplicação de enquetes durante a realização dos saraus.

3 Resultados e discussões

A metodologia ofereceu subsídios para caracterizar os jovens que frequentam o sarau, como: jovens, negros, pobres, moradores das periferias de Salvador, que utilizam o transporte público para se locomover na cidade, com um grau de escolaridade que varia entre o ensino médio (completo ou em curso) e a pós-graduação (especialistas e mestres), e que se organizam em coletivos para promover cultura e política na cidade.

Considerações finais

Ao final, constata-se que o sarau assume um papel potente na/para a construção de redes de sociabilidade dos jovens na cidade: é a encruzilhada (Rosário, 2019), o lugar de encontro, de aprender, de fazer, de debater e de construir e de operar a política. O sarau é o nó da rede das tramas de relações que são tecidas na cena política e cultural soteropolitana, é o espaço da produção da autonomia da juventude, é o lugar onde os jovens estão vivenciando, experienciando e construindo um outro modo de *ser* jovem negro, pobre e periférico na cidade de Salvador.

Referências

ROSÁRIO, A. T. Corpoeticidades dos saraus de poesia: o movimento eu, Poeta Errante, de França de Olinda. *In*: DALCASTAGNÈ, R; TENNINA, L. (org.).

Literatura e periferias. Porto Alegre: Zouk, 2019. p. 203-216.

SANTOS, C. J. dos. **Geografias insurgentes**: práticas espaciais e a luta pela autonomia da juventude negra e periférica em Salvador – BA. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

A RUA E AS SOCIABILIDADES JUVENIS EM MACEIÓ: como os jovens ocupam o entorno do Estádio Rei Pelé?

João Victor Mendes[27]

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo traçar uma análise das dinâmicas de sociabilidades juvenis no entorno do Estádio Rei Pelé em dias de jogos do Centro Sportivo Alagoano (CSA), revelando como esses jovens ocupam os espaços públicos e privados, transformando-os em seus territórios durante o momento da partida de futebol do seu clube.

Palavras-chave: Juventudes. Torcidas Organizadas. Território. Lazer.

1 Introdução

Este artigo surge a partir de incursões socioantropológicas, oriundas das minhas pesquisas de monografia e dissertação de Mestrado, onde acompanhei jovens que fazem parte da Torcida Organizada Mancha Azul-CSA[28]. O Estádio Rei Pelé, é o principal palco esportivo do estado de Alagoas, é nele que os grandes clubes da capital (CSA e CRB) mandam seus jogos.

Ao frequentar esses espaços, podemos perceber toda uma preparação do entorno em dias de jogos, as ruas são interditadas, as calçadas são ocupadas por ambulantes, torcedores e transeuntes, é na rua que essa sociabilidade vai se moldando (Sposito, 1994), e dividindo espaços. O que é público torna-se privado naquele momento, os torcedores se aglomeram nas ruas. O foco dessa trajetória são os jovens, percebendo-os como sujeitos sociais (Dayrrel, 2003) e protagonistas da sua história, desde a sua chegada no estádio, até as diferentes maneiras que eles encontram de ocupar o entorno do estádio.

É nesse entorno que podemos observar diferentes sociabilidades (Simmel, 2006), os jovens torcedores se aglomeram de acordo com as suas afinidades e sociabilidades. O objetivo do trabalho é revelar como as sociabilidades torcedoras estão dispostas em diferentes espaços no entorno do Estádio Rei Pelé, traçando uma etnocartografia em três espaços: 1) posto de gasolina; 2) bares; 3) Rua Ary Pitombo (Rua das drogas).

2 Metodologia

A presente pesquisa se desenvolveu mediante observações participantes e etnocartografias do campo de pesquisa entre os anos de 2020 e 2023, foram analisadas as dinâmicas do entorno em jogos do Centro Sportivo Alagoano (CSA), e de como os seus torcedores estão dispostos nesses espaços, criando circuitos (Magnani, 2002), onde

[27] Doutorando em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jvmendes.ics@gmail.com.
[28] Torcida Organizada Mancha Azul- Principal torcida organizada do Centro Sportivo Alagoano (CSA).

os mais diferentes perfis transitam e ocupam esses espaços, sejam eles privados ou públicos.

3 Resultados e discussões

Terminais de ônibus e praças são espaços que os jovens torcedores de Maceió transformam ao ocupar (Mendes, 2022), saindo de suas casas em bondes até o estádio esses jovens ressignificam os espaços com o seu trajeto (Magnani, 2002), ocupam o entorno como se fossem o seu território.

A maneira como esses jovens se apropriam do espaço urbano é bastante singular, de acordo com Agier (2015), a cidade é composta por movimentos e para compreendê-la é necessário observar como esses movimentos são executados entre os sujeitos. A experiência urbana é determinada por subjetividades sendo o fazer-cidade algo plural e processual, produzido nas relações entre os agentes.

Levando em conta as observações feitas, três pontos de encontro foram mapeados nessas dinâmicas de sociabilidade torcedora. O primeiro espaço ocupado por esses jovens é o posto de gasolina, existem dois postos, porém, o que aglomera mais pessoas é o Posto Ipiranga, com conveniência e banheiros, nele ficam aglomerados os jovens que em sua maioria não fazem parte de nenhuma TO[29], que no termo nativo são denominados de "povão[30]", a maioria veste as camisas oficiais do clube e consomem as bebidas vendidas na conveniência do posto, alguns levam caixas térmicas com suas próprias bebidas. O posto é uma propriedade privada, que naquele momento lucra com o consumo dos torcedores.

Outro espaço no entorno do estádio são os bares, que aglomeram torcedores de maneira mais organizadas: os jovens dividem esse espaço com pessoas mais velhas, que preferem estar ali por dispor de uma estrutura melhor, como mesas, cadeiras, banheiros limpos e um ambiente mais tranquilo; é comum, em dias de jogos, os bares colocarem bandas ao vivo para animar o pré-jogo[31]. Destacamos aqui o bar chamado "Pimenta de cheiro", cujo dono é torcedor declarado do CSA, logo, a preferência dos torcedores é em frequentá-lo.

E um terceiro ponto, que fica localizado em frente a uma das entradas do Estádio Rei Pelé, é a Rua Ary Pitombo, rua residencial, que durante os jogos de futebol em Maceió se transforma em território dos torcedores organizados. Nessa rua, se aglomeram os integrantes da Mancha Azul, maioria são jovens, nesse ponto, a dinâmica difere de tudo o que é visto no entorno. Nela, a maioria dos indivíduos estão vestidos com os uniformes da torcida e não do clube, não existe bar, alguns ambulantes oferecem o serviço de venda de bebidas e comidas.

O consumo e a venda de drogas, nessa rua é intenso, devido a isso ela é conhecida entre os torcedores como "Rua das Drogas" (RDD), por essa alcunha abordagens policiais são frequentes, torcedores são agredidos e estigmatizados como criminosos por frequentarem esse espaço. Essa é uma dinâmica própria dessa rua, não costumam ocorrer abordagens policiais nos postos de gasolina ou nos bares. Essa rua é

[29] TO: abreviação de Torcida Organizada.
[30] Povão: Termo designado pelos torcedores organizados para diferenciar os indivíduos que não fazem parte de nenhuma torcida organizada.
[31] Pré-jogo: momentos que antecedem o início da partida de futebol.

o território dos torcedores organizados, as paredes das casas são gravadas com o nome da torcida, os moradores revelam um certo receio de sair de suas casas em dias de jogos.

Considerações finais

Após a realização das incursões no campo de pesquisa, podemos entender um pouco o entorno do Estádio Rei Pelé em dias de jogos do CSA, perceber o comportamento dos torcedores, que antes de adentrar ao estádio participam de todo um ritual de sociabilidade com seus pares, seja ele o torcedor comum considerado como "povão", ou os torcedores organizados. Uma parcela da juventude azulina se sente atraída pela dinâmica da TO, e com isso, se aglomera na RDD. Aqueles que não frequentam a TO, jovens ou não, se dispõem nos bares/ambulantes ou postos de gasolina. A territorialização dos torcedores revela os significados que eles atribuem a dinâmica do entorno.

Referências

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. Mana, v. 21, n. 3, p. 483-498, jan. 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

DAYRELL, J. "O jovem como sujeito social". **Revista Brasileira de Educação**, p. 40-51, set./out./nov./dez. 2003.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista **Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29, jun. 2002.

MENDES, J. V. **Torcer pela cidade**: Um estudo sobre as dinâmicas socioespaciais entre jovens da Torcida Organizada Mancha Azul em Maceió-AL. *In*: VII REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 7., 2022, Roraima. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: https://www.even3.com.br/7rea/. Acesso em: 14 fev. 2023.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 5, n.1-2, p. 161- 178, nov. 1993.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia**. São Paulo: Zahar, 2006.

Grupo de Trabalho 2 – Juventudes, religiosidades e modos de viver: **interfaces, cenários e tendências**

Coordenadores: Flávio Munhoz Sofiati; Igor Adolfo Assaf Mendes; Joilson de Souza Toledo; Verônica Michelle Gonçalves.

"A GENTE TRANSBORDA NOSSA EXPERIÊNCIA, PARECE QUE É UMA MARCA": práticas de letramento e trajetórias juvenis na Pastoral da Juventude de Guarulhos-SP

Filipe Henrique Santos Peixoto[32]

Resumo

Neste resumo, são apresentados os resultados da pesquisa sobre os letramentos que se configuram no âmbito da religião, discutindo os efeitos dessas práticas e como jovens do município de Guarulhos (São Paulo -Brasil) se percebem nelas enquanto integrantes da Pastoral da Juventude (PJ). A investigação, de caráter qualitativo, está amparada nos estudos do Letramento (Kleiman, 1995), nos estudos decoloniais (Hernandez-Zamora, 2019) e na Teoria Social da Aprendizagem (Lave, 2015). A adesão voluntária de integrantes da PJ foi fundamental para realizar entrevistas semiestruturadas, a fim de discutir como os participantes significaram essas práticas de letramento, os possíveis efeitos da sua participação.

Palavras-chave: Juventudes. Letramentos. Aprendizagens. Decolonialidade. Religião.

1 Introdução

A pesquisa apresentada nesse resumo, nasce a partir de diálogos e inquietações sobre os diversos campos da educação de pessoas jovens e adultas, iniciadas no grupo de pesquisa *Sujeitos, espaços e práticas no campo da educação de jovens e adultos*, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Olhar para essa articulação popular e social, ligada ao campo religioso e cujos membros são jovens e adultos socialmente excluídos e marginalizados, mostrou-nos práticas de letramentos de caráter local, com pouco prestígio social e, em sua maioria, invisibilizados em detrimento de práticas de letramento institucionalizadas, como exemplo, as escolares e universitárias.

O interesse da pesquisa, então, foi duplo: por um lado, contribuir, a partir das perspectivas da decolonialidade, dos estudos de letramento e da teoria social da aprendizagem, com o campo da educação de jovens e adultos, da educação popular e da linguagem, visando fazer uma reflexão sobre os diversos contextos de educação como espaços dialéticos, sociais e relacionais no cotidiano dos sujeitos, capazes de promover transformações nestes e nas suas práticas (Lave, 2015). Por outro lado, buscamos colocar em destaque, a partir das e com as trajetórias narradas, a necessidade de olharmos para as diversas experiências populares que se encontram enlaçadas com uma *práxis* de transformação e criação de novos projetos de sociedade e de sujeitos.

2 Metodologia

[32] Universidade Federal de São Paulo.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem etnográfica, que contou com a adesão voluntária de integrantes e de ex-membros da PJ, durante 2019, foram empregados dois instrumentos de pesquisa: a observação participante, com notas de campo adensadas, de uma atividade de caráter anual, que congrega diversos grupos de jovens guarulhenses, chamada "Assembleia Diocesana", na qual, por dois dias consecutivos, os jovens dialogam sobre problemas sociais, refletem sobre a realidade e elaboram propostas de ação coletivamente.

Nosso intuito foi o de construir um quadro descritivo e analítico dos eventos de letramento e aceder aos significados atribuídos a esses eventos pelos jovens participantes, segundo a proposição de Hamilton (2000). E entrevistas semiestruturadas em três ex-membros[33] (uma jovem e dois jovens), escolhidos aleatoriamente, a fim de compreender como significaram essas práticas de letramento e os possíveis efeitos desta participação nessa agência formativa.

3 Resultados e discussões

Darcy, Rafa e Cris nos contaram sobre suas trajetórias de vida, suas famílias, os períodos de escolarização e todo seu caminho dentro da PJ. Eles nos mostraram as potencialidades criativas que suas experiências dentro da PJ trouxeram, como da jovem Darcy: "[...] acho que a pastoral potencializou esse lado criativo, porque a gente sempre reinventava e criava, então a gente aprendeu o caminho mesmo".

As potencialidades de aprendizagens comunitárias em contextos não escolares, como de Rafa: "[...] foi de se conhecer, de aprender muito com as pessoas e com o grupo", as práticas de leitura e escrita: "[...] você vai sabendo e descobrindo e vendo que tem coisas que você não sabia ... os materiais ajudaram a gente a ampliar nossa visão de mundo, de ver que a gente não tá em uma bolha" e a oralidade como aponta Cris: "[...]acho que a oralidade na pastoral me ajudou mais do que muitos tratamentos que eu fiz, com fono etc.; acho que a pastoral me ajudou mais a trazer essa segurança, a me posicionar e a falar em qualquer espaço que tiver."

Todos os esses dados apresentados e vários outros, nos mostram que as experiências dos sujeitos dentro dessa agência, comunidade, movimento, estão presentes nos discursos dos jovens, nas suas construções coletivas em outros espaços, nos seus modos de falar e escutar, escrever, ler e estar no mundo. Esses jovens aprendem e recriam o caminho na relação e nas práticas cotidianas, junto a outros jovens, revelando, assim, um potencial protagonismo juvenil que subverte as expectativas de uma formação estática, rígida ou pré-estabelecida para esses sujeitos. Todas as práticas de escrita, leitura e oralidade narradas colocam novos modos de relação com a sociedade (Hernandez-Zamora, 2019; Souza, 2009; Kleiman; Sito, 2019), pois essas experiências vividas são tão marcantes que impactam diretamente seus projetos de vida

Considerações finais

Ao observarmos toda a literatura estudada e os dados analisados, constatamos que a participação em práticas de letramento está muito mais ligada à nossa experiência e aos espaços em que circulamos. Por isso, afirmamos que a PJ é uma agência,

[33] Darcy, Rafa e Cris.

comunidade de práticas, movimento de formação de jovens e adultos; que democratiza algumas práticas de escrita, que ajuda os jovens a se perceberem como atores sociais e onde, coletivamente, junto com outros jovens, eles assumem papéis sociais que historicamente lhes eram negados, constroem saberes "outros" e recriam a partir do contexto histórico e social novas práticas, formas e ações de fazer até mesmo a própria Pastoral da Juventude.

Portanto, a análise dos dados deste estudo, amparada pelos estudos decoloniais, na perspectiva sócio-histórica do letramento, no campo da educação de jovens e adultos e na teoria social da aprendizagem, nos possibilitam, em síntese, compreender a Pastoral da Juventude como uma comunidade de práticas e como uma agência de formação de Pessoas Jovens e Adultas, que suscita no cotidiano dos jovens que dela participam projetos e processos intrinsecamente ligados aos mais pobres e excluídos, e cujos membros podem, potencialmente, questionar e criar fissuras na colonialidade ao traçarem seus projetos de vida e de sociedade.

Referências

HAMILTON, M. Ampliando os novos estudos sobre letramento: o uso de fotografias para explorar o letramento como prática social. *In*: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (org.). **Situated literacies**. Tradução livre de Sandro dos Santos (UERN). Londres: Routledge, 2000. p. 16-33.

HERNANDEZ-ZAMORA, G. Dos novos estudos de letramento às perspectivas decoloniais nas pesquisas sobre o letramento. **Íkala** [*online*], [*S.l.*], v. 24, n. 2, p. 363-386. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-34322019000200363&lng=en&nrm=iso&tlng=pt&gt. Acesso em: 29 abr. 2021.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, A. B.; SITO, L. Multiletramentos, interdições e marginalidades. *In*: KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. **Significados e ressignificações do letramento**: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 169- 198.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, [*S.l.*], v. 21, n. 44, p. 37–47, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832015000200037&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2021.

"AH, OS JOVENS, RAZÃO DA ENTREGA DE VIDA!" O IMAGINÁRIO DA JUVENTUDE NA COMUNIDADE CATÓLICA SHALOM

Emanuel Freitas da Silva[34]

Resumo
O objetivo da Comunicação é analisar o imaginário da categoria *"juventude"* no interior da Comunidade Católica Shalom. Fundada em 1982, em Fortaleza, a CCSh tem na *"evangelização dos jovens"* a razão de ser de sua atuação missionária, daí emergindo uma série de direcionamentos, como a produção de grandes eventos e a existência de um "Projeto Juventude", que balizam uma atuação para a "conquista" sempre ampliada de "mais jovens" para seus quadros, engendrando elementos de uma "radicalidade evangélica" neles ancorada.

Palavras-chave: Juventude Carismática. Catolicismo. Comunidade Shalom.

1 Introdução

Nas redes sociais da Comunidade Católica Shalom (CCSh), uma postagem publicada em 11 de setembro de 2023, dentre outras que registravam momentos da última edição do *Fórum Shalom*, realizado no Centro de Eventos de Fortaleza entre os dias 08 e 10 de setembro, chamou-nos a atenção. Nela se podia ler a seguinte legenda: *"Ah, os jovens! Por eles o Moysés Azevedo, fundador da Comunidade Shalom, ofertou a sua vida a Deus. Hoje, são os jovens que ofertam as suas vidas para anunciar a alegria do Ressuscitado que passou pela Cruz"*[35]. Acompanhando a legenda, pode-se ver cinco imagens, tendo na primeira Moysés cercado por jovens, depois um conjunto de jovens entregando-lhe presentes e uma terceira uma troca de olhares entre ele e um jovem. Mas, como essa postagem pode interessar-nos sociologicamente para uma reflexão sobre juventudes?

A CCSh foi fundada em 1982 por um grupo de cinco jovens que realizavam trabalho missionário na Arquidiocese de Fortaleza, que decidiram, naquele ano, deixar as casas de seus pais e os estudos que realizavam à época, para dedicarem-se "radicalmente" à "evangelização" no interior do catolicismo, inspirados pelos ideais da Renovação Carismática Católica (RCC), que começava a atuar na cidade. Liderados pelo jovem Moysés de Azevedo, então, estudante de fisioterapia, dariam corpo inicialmente a uma lanchonete, à qual chamariam de "Shalom", onde diversos outros jovens, que não praticavam o catolicismo, pudessem ir para "comer um sanduíche e beber uma coca-cola". Assim surgia, segundo narrativas, a Comunidade Católica Shalom (CCSh), hoje, uma das mais importantes expressões do catolicismo carismático no Brasil e no mundo.

---

[34] Doutor em Sociologia (UFC), Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UECE). E-mail: emanuel.freitas@uece.br. Bolsista de Produtividade (BPI/FUNCAP).

[35] As imagens comporão o corpo do artigo a ser enviado para publicação dos Anais. Por questão de economia de espaço, serão omitidas aqui.

Nascida em meio aos jovens, e com a expressa orientação de seu fundador para que se fizesse deles a razão de ser de sua existência e de sua atuação[36], a CCSh mantém um irrestrito direcionamento de sua atuação missionária para este segmento, com destaque, nos últimos anos, para uma intensa mobilização para a ida de jovens, membros da Comunidade ou não, às *Jornadas Mundiais da Juventude*, evento trienal promovido desde o pontificado de João Paulo II e que já conta com 17 edições[37].

Dentre os setores estratégicos nela existentes, um se destaca no estrito serviço dedicado ao trabalho missionário com os jovens: o *Projeto Juventude*[38]. Importantes eventos, que hoje atingiram grandes proporções (seja em Fortaleza, cidade da sede da Comunidade, seja em outras cidades e países onde ela está presente) no que diz respeito à magnitude conferida a eles, dos quais pode-se destacar: o *Congresso de Jovens Shalom*, realizado anualmente; o *Festival Halleuia*, reunindo, somente na edição de Fortaleza, mais de 1 milhão de pessoas, com atrações da música católica nacional e internacional; e o *Acampamento de Jovens Shalom*, realizado duas vezes ao ano.

Assim, a questão que estrutura o presente trabalho é a seguinte: **que elementos compõem o imaginário de juventude mobilizado pela CCSh em seu trabalho missionário?**

Com o objetivo de discutir o imaginário da juventude e a construção do "ser jovem shalom", a comunicação inscreve -se, ao mesmo tempo, nas pesquisas de sociologia da religião e de sociologia da juventude, numa sociologia da juventude católica carismática (Sofiati, 2011), possibilitando a compreensão mais plural seja das juventudes brasileiras, seja das juventudes religiosas que buscam produzir sentidos distintos de existência, pluralizando respostas a um mundo cada vez mais individualizado e permeado por incertezas de diversos matizes (Bauman; Raud, 2018), com destaque para aquilo que formatam e sustenta as identidades, tidas por muitos como em "crise" (Dubar, 2009).

Logo, tomando a CCSh como estudo de caso, busca-se compreender o trabalho religioso voltado aos jovens de uma comunidade carismática e, assim, se produzir uma compreensão sociológica do lugar da juventude no catolicismo contemporâneo.

2 Metodologia

[36] Numa das memórias apresentadas à Comunidade, Moysés assim se expressa: "Tendo tido essa experiência em plena juventude, não podia ficar indiferente a tantos jovens, homens e mulheres que desconhecem a grande verdade: a felicidade é Jesus Cristo. Incomodava-me especialmente, andar pelas ruas de minha cidade e contemplar o rosto de milhares de jovens, que tal como eu havia feito no passado, buscavam desenfreadamente a felicidade em caminhos vazios. [...] Queria ofertar minha vida e minha juventude para evangelizar com ousadia e criatividade! Dessa inspiração nasceu a Comunidade Católica Shalom" (Azevedo Filho, 2012, p. 108).

[37] O trabalho de Hervieu-Lèger (2008) analisa a importância desse evento para o catolicismo no que diz respeito à "transmissão da fé católica" para as novas gerações, desafiadas pelo imperativo da "crise de sentido" e da "fé tradicional". Sobre isso, ver também o trabalho de Berger e Luckmann (2012).

[38] Os outros são: Projeto Família (dedicado à evangelização de casais), o Projeto com Maria pelos Sacerdotes (responsável por "cuidar" dos padres que não são da Comunidade, sobretudo por meio da prestação de serviços), Promoção Humana (que reúne um conjunto de ações para "os pobres"), Projeto Mundo Novo (ações voltadas para a evangelização de empresários) dentre outros, cada um expressando linhas de atuação consideradas estratégicas para a ação missionária por eles desenvolvida.

A metodologia utilizada para a produção da Comunicação e do Artigo a ser publicado compõe-se de: identificação e análise do conteúdo de documentos (notas, livros, textos distribuídos em eventos e letras de músicas) de autoria de membros da Comunidade; análise de pregações direcionadas aos jovens; análise de entrevistas sobre juventudes concedidas por membros da Comunidade. De todos esses métodos se produzirá, pois, a identificação e compreensão do que vem a ser **o imaginário da juventude na CCSh**.

3 Resultados e discussões

O "jovem shalom" é, antes de tudo, uma "versão atualizada" do fundador da Comunidade, Moysés Azevedo. Essa é a primeira discussão que se produz al analisar documentos diversos produzidos pela Comunidade. Ancorados no que acreditam ter sido "a experiência do fundador" com Jesus Cristo, e depois a experiência dele de "ofertar a própria vida pelos jovens", o jovem socializado na CCSh almeja ser um "novo Moysés" num duplo sentido: "conhecer" a Cristo como ele conheceu e "evangelizar" com a intrepidez com que ele o faz.

Esse modo de ver, crer e fazer uso da sua própria juventude é animado por uma série de textos, letras de música, palavras ditas em pregações e, sobretudo, por "testemunhos" dados pelo próprio Moysés, seja dado por outras pessoas próximas a ele (também de modo escrito, como em Azevedo Filho, 2011, e em Dias, 2015).

Movido pela ideia de uma vocação à "radicalidade evangélica", esse jovem se percebe como pertencente a uma outra realidade de vida, um mundo encantado produzido pela cosmovisão da Comunidade que lhe constrói um mundo onde passa a viver, levando-o a um duplo movimento: por um lado, formata-se uma nova existência por meio de ideais compartilhados com outros jovens e demais membros da CCSh, num novo laço social de identidade e solidariedade; por outro lado, e como consequência inevitável, uma ruptura com o "mundo" tal como se apresenta, fora da sua cosmovisão, produzindo certa "intolerância com o diferente" (Miranda, 2010), que passa a ser vista como "diferente" a ser capturado pela ação evangelizadora ou a ser evitado/segredo pela não-convivência.

Considerações finais

Com a realização do trabalho verifica-se a pluralidade da identidade católica no mundo contemporâneo, assim como os desafios para que esta possa redundar num ambiente social mais democrático e plural.

A assunção de novas identidades juvenis, a partir do caso religioso aqui estudado, demanda da Sociologia uma compreensão atenta aos processos de construção de laços sociais diversos que tentam lidar com o fenômeno da crise das identidades e da modernização da vida social, ainda em curso, produzindo respostas diversas, como a da dedicação quase que integral do trabalho missionário à evangelização de jovens, produzindo um mundo nem sempre tão diverso, universal ou "católico" assim.

Referências

AZEVEDO FILHO, Moysés Louro de. **Escritos**: Comunidade Católica Shalom. 12.ed. Aquiraz, CE: Edições Shalom, 2012.

AZEVEDO FILHO, Moysés Louro de. **Vós, quem dizeis que eu sou?** 5.ed. Aquiraz: Edições Shalom, 2011.

BAUMAN, Zygmunt; RAUD, Rein. **A individualidade numa época de incertezas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralidade e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIAS, Gabriela. **Pescadores de homens**: evangelizar com ousadia. Aquiraz: Edições Shalom, 2015.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: EdUSP, 2009.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIRANDA, Julia. Convivendo com o "diferente": juventude carismática e tolerância religiosa. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 311–314, 2012. DOI: 10.1590/S0103-20702012000100017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/48872. Acesso em: 15 set. 2023.

SOFIATI, Flavio Munhoz. **Religião e juventude**: os novos carismáticos. Aparecida: Ideias & Letras, 2011.

ABORDAGEM DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA DO LIVRO "AMORAS"

Antonia Adrielle dos Santos Rodrigues[39]
Bianca da Silva Probo Teixeira[40]
Luara Cristina da Silva Pereira[41]

Resumo
O presente trabalho tem por objetivo apresentar, por meio da contação de história, aspectos da cultura afro-brasileira como forma de combate às ações discriminatórias em sala de aula por intermédio da literatura infantil. A base para isso é o livro *Amoras*, do cantor e escritor Emicida. A metodologia utilizada no presente trabalho se enquadra dentro da abordagem qualitativa, cuja coleta de dados foi feita mediante entrevista, observação participante e contação de história.

Palavras-chave: Diversidade. Discriminação. Contação de história.

1 Introdução

A pesquisa é resultado de uma atividade de extensão, ligada à disciplina de "Teoria de Currículo e Sociedade", ofertada para alunos do curso de Pedagogia e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI), fazendo uma conexão entre escola-universidade. A atividade proporcionou uma visitação a uma escola, localizada na Zona Norte da cidade de Teresina-PI, onde realizamos uma observação participante na turma do 5° ano, e detectamos ações de racismo religioso por partes de alguns alunos a partir da fala exposta durante a entrevista com a professora.

Considerando os fatos observados, destacamos a contação de história como um dispositivo pedagógico para abordagem de temáticas que contemplem a pluralidade religiosa. No processo de ensino-aprendizagem, é necessário compreender as vivências escolares que contemplem a diversidade dos alunos. Nesse sentido, nós enquanto futuras educadoras traçamos o presente desafio de contemplar com literatura as experiências e discussões em sala de aula.

A contação de histórias é um relevante dispositivo na construção cognitiva do pensamento crítico, dentre as propostas pedagógicas destacadas por uma instituição de ensino, é fundamental que haja projetos voltados para o incentivo à leitura, mas o currículo enrijecido não desenvolve as competências ideais para conscientização social e cultural dos indivíduos através da leitura. O Brasil é um país multicultural, porém,

[39] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: adrielle.rodrigues1@ufpi.edu.br
[40]Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: biancasilvasilva96868@gmail.br
[41]Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: luarasilva@ufpi.edu.br

ainda está preso a um currículo e uma prática monocultural, afirmam Morais e Velanga (2021).

2 Metodologia

A pesquisa aqui realizada tem como metodologia a abordagem qualitativa, onde "o pesquisador coloca interrogações que vão sendo discutidas durante o próprio curso da investigação. Ele formula e reformula hipóteses, tentando compreender as mediações e correlações entre os múltiplos objetos de reflexão e análise" (Suassuna, 2008, p.349). O cruzamento das questões encontradas no "campo", por meio de entrevista e observação, permitiu que fossem levantadas questões a respeito do tratamento da temática do racismo religioso para alunos do Ensino Fundamental I.

Gusmão (2003) trata das dificuldades de implantar projetos educativos dentro da escola, ressaltando a importância de se observar o contexto presente dos alunos quando diz que o "desafio da escola e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para compreender a cultura de um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é necessário olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem" (Gusmão, 2003, p.92).

Ao percebermos a importância de uma abordagem metodológica que se enquadra na faixa etária dos alunos e um tema que dialogue com suas vivências, sem deixar de considerar os elementos educativos que estão implicados na prática realizada, a oficina preparada foi separada em três momentos.

No primeiro momento, iniciamos com a contação de história do livro *Amoras* do Emicida; No segundo momento, houve interação com a turma, onde explicamos alguns elementos da história, assim como instruímos sobre a dinâmica que seria realizada; o terceiro momento, foi voltado para a aplicação da dinâmica, para instigar a imaginação dos alunos e promover reflexão sobre a temática abordada.

3 Resultados e discussões

A construção da presente atividade permitiu, por meio da visita a escola e durante o processo de planejamento e execução da atividade, a identificação de aspectos que atravessam as vivências dos alunos, mas que não estavam sendo contempladas com a atenção necessária, sendo esta a questão do racismo religioso. Marisa Castanho e Beatriz Scoz (2013) afirmam que não há como se pensar um processo de ensino-aprendizagem desvencilhado das experiências que acometem as vidas dos alunos.

A experiência da pesquisa aponta para a necessidade de um olhar mais abrangente sobre o espaço escolar. Quando nós restringimos a pensar somente em resultados quantitativos de aprendizagem, partes cruciais do processo de ensino, como a integração dos alunos no ambiente, ficam afetadas e consequentemente geram resultados negativos nos objetivos finais da educação. A formação de estudantes respeitosos e agentes sociais munidos de conhecimentos aptos a atuar em comunidade deve levar em consideração a pluralidade de experiências vivenciadas dentro e fora da sala de aula.

Entendemos a importância da Contação de Histórias na sala de aula de acordo com a perspectiva de proporcionar diversão e atingir outros objetivos, como educar, instruir, socializar e desenvolver a inteligência e a sensibilidade (Mateus *et al*., 2013).

Diante disso, discutimos o tema da diversidade religiosa, promovendo empatia e respeito pelo próximo, pois por meio da contação de história, metodologia utilizada como meio para a realização da aprendizagem significativa, podemos estimular o interesse pela literatura e o senso crítico do alunado.

Considerações finais

Com este trabalho, constatamos a importância da abordagem da temática de liberdade religiosa na sala de aula, visto que é um tema que afeta a subjetividade tanto dos alunos como da equipe docente e demais trabalhadores da escola. Além disso, o trabalho visou destacar a relevância da literatura para o desenvolvimento cognitivo das crianças, como também uma forma metodológica e didática de se abordar temas sociais importantes que atravessam os alunos.

Referências

CASTANHO, M. I. S.; SCOZ, B. J. L. Subjetividade, ensino e aprendizagem: aproximação histórico-cultural em trabalhos acadêmicos. **Psicologia em Estudo**, [*S.l.*], v. 18, n. 3, p. 487–496, jul. 2013.

EMICIDA. **Amoras**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

MATEUS, A. N. B; SILVA, A. F; PEREIRA, E. C; SOUZA, J. N. F. *et al.* A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, [*S.l.*], v. 5, n. 1, p. 54-69, out. 2013.

MORAIS, L. M. de; VELANGA, C. T. Diversidade cultural na escola: Desafios para a prática docente. **RECH**-Revista Ensino de Ciências e Humanidades Cidadania, Diversidade e Bem Estar, [*S.l.*],. 5, n. 1, p. 9-32, jan./jun. 2021,

SUASSUNA, L. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 341-377, jan./jun. 2008.

JUVENTUDE E ESPIRITUALIDADE: do encontro com o Preto-Velho à identificação com a ancestralidade – relato de experiência

Carmem Letícia dos Santos[42]

Resumo
Este estudo tem como objetivo relatar o encontro com um Preto-Velho em um terreiro de umbanda, apresentando a importância dessa entidade para a identificação da autora com sua raça/cor e sua ancestralidade. Além disso, oferece a juventude negra uma fonte de espiritualidade, com práticas de resistências e lutas. A metodologia consistiu em um relato de experiência, com abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Pretos-Velhos. Espiritualidade. Juventude.

1 Introdução

Os Pretos-Velhos, nos terreiros de umbanda não representam apenas os negros escravizados, apesar do sofrimento vivenciado, são símbolos de humildade, caridade e perdão. Suas experiências de vida os tornaram sábios, sendo uns dos guias mais acolhedores e adaptados a dar conselhos, conhecedores das ervas que resolvem problemas de saúde física e espiritual. São entidades espirituais que carregam em suas histórias lutas e resistências.

Considerando a espiritualidade dos jovens, devido ao racismo estrutural a sua prática religiosa, é permeada de muito preconceito. Já outros jovens, acabam não se identificando com a religião afro-brasileira (Umbanda), devido não aceitarem sua cor, causando danos com sua identidade e subjetividade, afetando sua autoestima, desenvolvendo vergonha e desprezo por si mesmo, rejeitando qualquer manifestação social, cultural e religiosa do povo negro, uma vez que, não se reconhecem nos espaços culturais (Lages, 2019), e consequentemente, sem alternativas para lidar com a discriminação no seu dia-a-dia.

Diante disso, este estudo tem como objetivo relatar o encontro com um preto-velho em um terreiro de umbanda, apresentando a importância dessa entidade para a identificação da autora com sua raça/cor e sua ancestralidade. Além disso, oferecendo a juventude negra uma fonte de espiritualidade, com práticas de resistências e lutas.

2 Metodologia

A metodologia consistiu em um relato de experiência, construído a partir dos encontros com o Preto-Velho Pai Joaquim de Angola. Além disso, foi empregada a abordagem qualitativa, que busca explicar, aprofundar, ampliar os fenômenos da pesquisa, compreendendo as motivações, crenças, atitudes e valores dos sujeitos (Gil, 2008).

---

[42] Mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Especialista em Seguridade Social, pela Faculdade Adelmar Rosado – FAR. Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: carmemleticiass01@gmail.com.

3 Resultados e discussões

O racismo estrutural, é um sistema presente que permeia a coletividade geral, provocando sérios danos a população negra, como criminalização, extermínio e encarceramento dos jovens, exclusão dos negros no acesso a riqueza socialmente produzida e violência aos praticantes das religiões afro-brasileiras e de matrizes-africanas.

Além disso, o racismo provoca contra o negro discriminação e preconceito consigo mesmo, ou seja, o negro não aceita sua cor de pele, conformando-se com sua condição de exclusão social, se rejeitando e desprezando qualquer manifestação social, cultural e religiosa do povo negro. Segundo Lages (2019):

> Esses danos [...], podem fazer com que essas crianças se tornem jovens e futuros adultos despotencializados para os campos de luta em prol da transformação social, seja como pessoas que aceitam passivamente a situação em que vivem, seja como pessoas que não se tornam sujeitos de direitos nos espaços culturais e políticos (Lages, 2019, p. 61).

Considerando a espiritualidade da autora, esta relata que até sua fase de juventude não teve nenhum contato próximo com a umbanda, desconhecendo, assim, as doutrinas e os elementos constituídos da religião, logo, sem nenhum grau de identificação com as manifestações culturais do povo negro. Tal distanciamento, se dava também devido a não aceitação com a sua cor, rejeitando algo que visivelmente era característico do povo negro.

A sua chegada em uma casa de umbanda, é permeada de muitas experiências, dentre elas considera mais importante seu encontro com o Preto-Velho Pai Joaquim de Angola. Em um dos encontros, Pai Joaquim questiona a jovem sua autoestima, encontrando desconforto com sua imagem e sua cor. Ali a jovem sentiu, que estava diante de um ser que embora não podia vê-lo em sua origem, compreendia seus pensamentos negativos e os problemas com sua autoimagem.

Foi a partir desses encontros, que a jovem começa a se identificar com a sua ancestralidade, aceitando a cuidar de si espiritualmente, fazendo desses momentos fontes de conhecimento, para lidar tanto consigo, encontrando resistência para si e para seu povo. Cada encontro, representava uma aproximação com sua espiritualidade e ancestralidade, que atualmente, por ser filha da casa encontra em Pai Joaquim umas das maiores manifestações de força, sabedoria, amor, humildade, proteção e perdão.

Considerações finais

Os encontros com o Preto-Velho representaram para a autora, como jovem negra, uma ressignificação, encontrando neste, orientações para lidar com os problemas espirituais e emocionais. Além disso, ajudou a se reconhecer como uma jovem negra de direitos, engajada nos assuntos sobre o racismo e sobre o povo negro, encontrando valorização de sua autoestima, buscando em si e nas possibilidades dos caminhos,

resistências para ocupar espaços que há muito tempo foram negados ao povo negro. *Adorei as Almas*!

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Preto-velho, memória, juventude umbandista. **Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./jun. 2019.

PASTORAL DA JUVENTUDE *VERSUS* JUVENTUDE DA ASSEMBLEIA DE DEUS: expressões juvenis do modo de vida amazônico em suas múltiplas e dinâmicas expressividades religiosas

Denny Junior Cabral Ferreira[43]

Resumo
Esta pesquisa analisa, de forma comparativa, o discurso religioso de jovens militantes da Pastoral da Juventude da Igreja Católica e o de jovens assembleianos, buscando identificar categorias comuns e refratárias, tendo como pano de fundo suas subjetividades juvenis como sujeitos amazônicos. As duas expressões juvenis são diferentes em temos teológicos e pastorais, mas igualmente impactadas pelo imaginário amazônico geradora uma religiosidade performática da realidade amazônica e juvenil.

Palavras-chave: Amazônia. Religiosidade. Subjetividades Juvenis.

1 Introdução

A comunicação corresponde a um recorte preliminar da pesquisa de doutoramento em andamento com o objetivo de analisar a gênese dos discursos sobre a juventude histórico, social e culturalmente contextualizados nacionalmente, e como tais discursos interferem, direta ou indiretamente, nos processos de (in)visibilização das subjetividades juvenis na Amazônia Paraense.

A Amazônia contempla uma complexa socio biodiversidade que se materializa em verdejantes matas, caudalosos rios, diversificadas fauna e flora, natureza essa que abriga uma multiplicidade de populações, culturas e tradições. Ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores familiares, grandes centros urbanos etc. – cujos povos afirmam sua identidade reproduzindo historicamente seu modo de vida, de produzir e existir sociocultural e ambientalmente.

É no mosaico de paisagens contrastantes em seus múltiplos aspectos – ambiental, econômico, social, cultural – que as juventudes amazônicas tecem seu cotidiano, sua identidade e seus projetos de vida. Ventilou-se a hipótese se as juventudes amazônicas revelariam no seu cotidiano e projetos de vida traços identitários que as singularizam na cartografia sociocultural juvenil brasileira, sem desconsiderar sua inserção no circuito das ditas culturas hegemônicas. O objetivo neste recorte é analisar o discurso religioso de jovens militantes dos dois coletivos, em que se aproximam e em que se distanciam, no tocante à Amazônia.

2 Metodologia

O critério metodológico tem como base a pesquisa do tipo exploratória ou panorâmica, qualitativa, de teor bibliográfico, com base numa de revisão de literatura e

[43] Mestre em Ciências da Religião – PPGCR/UEPA, doutorando em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. E-mails: denny.ferreira@ifch.ufpa.br ou dennyjr.ferreira@gmail.com

de interlocução com o campo. O resultado enquanto metodologia é gerar uma análise do discurso no campo religioso.

A análise do discurso é um método de análise da linguagem usado para entender a estrutura, o conteúdo e a função de um discurso. Essa abordagem procura identificar os elementos estruturais e linguísticos que compõem um discurso, bem como as intenções subjacentes e a influência do contexto na construção e compreensão dos discursos.

3 Resultados e discussões

A “Amazônia" foi construída a partir de estereótipos e visões distorcidas da região, que foram reforçadas ao longo do tempo por meio de narrativas e representações que destacavam sua exuberância natural, sua população "primitiva" e sua distância em relação aos centros de poder (Godim, 2019). Assim, a tese de Neide Gondim é que a ideia de uma região homogênea e exótica chamada "Amazônia" é uma invenção social e histórica, que foi construída a partir de estereótipos e visões distorcidas da região, e que essa imagem tem consequências políticas e econômicas até os dias de hoje.

Nesse cenário que é a Amazônia Paraense, sua identidade contempla uma complexa socio biodiversidade, geradora de diversas categorias e de diversas juventudes amazônicas que, somente podem ser compreendidas, nessa dinâmica que marca a região, visto que as juventudes amazônicas revelam no seu cotidiano e em seus projetos de vida traços identitários que os singularizam na cartografia sociocultural juvenil do restante

Quanto ao imaginário amazônico é um conceito que explora a relação entre o meio ambiente e a cultura na Amazônia, abrangendo desde as explorações na região às narrativas e mitos construídos em torno da floresta. Ele é, muitas vezes, associado à ideia de uma "Amazônia inexplorada" e um paraíso intocado, mas deve ser entendido aqui como um sistema de representações, crenças e interesses que contribuem para a produção de discursos, narrativas e imagens sobre a região.

As figurações regionais: relacionadas à Amazônia são manifestações culturais que destacam a identidade regional amazônica. Estas manifestações incluem música, dança, literatura, artes visuais, performances, vestuário e outras expressões culturais. Estas manifestações são únicas e diferenciam-se das manifestações culturais dos outros estados brasileiros. Estas manifestações refletem o imaginário amazônico, que é uma mistura de diferentes influências culturais, como a cultura indígena, a cultura portuguesa e a cultura africana.

As homologias locais são um conceito advindo da biologia e se referem às características que possuem as mesmas origens embrionárias, presentes em espécies que partilham de um ancestral comum. Neste estudo, é observado e as homologias locais mais conhecidas: o artesanato, a culinária, as manifestações culturais e religiosas, por exemplo, como o uso de roupas típicas, o cantar de música folclórica e o uso de instrumentos musicais tradicionais. Todas essas manifestações refletem a cultura local e a forte ligação com a natureza que caracteriza a Amazônia e que há de comum entre os jovens da PJ e os jovens da Assembleia de Deus no tocante ao tema da religiosidade.

Considerações finais

Adotar a multimodalidade significa assumir que o texto produzido, no sentido proposto por Ricouer (2002), seja ele escrito, falado, oralizado, poetizado, pintado, dançado, movimentado, musicado etc., se encontra nessa diversidade de relações entre os modos de ser, aqui jovem, como representações que emergem de suas condições sociais.

Significa também considerar os diferentes potenciais de significado, apresentados pelos modos e a seleção feita pelos jovens, baseados em suas formas de crença religiosa, possibilitando a partir de recortes particulares das análises de discurso de cada coletivo, uma macro recorte religioso que possam viabilizar que noção de Amazônia que estes jovens militantes partem ou apontam no que diz respeito a forma de produção de subjetividades religiosas na Amazônia Paraense.

REFERÊNCIAS

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 3. ed. Manaus. Editora Valer, 2019.

RICOEUR, Paul. **Del Texto a la Acción**. México: Fondo de Cultura Ecónomica, 2002.

ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: a juventude católica em busca de outro modelo de sociedade

Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Resumo

A convocação do Papa Francisco aos jovens do mundo para pensar outra economia tem reverberado de diferentes maneiras na juventude católica. Inspirado nos ensinamentos de São Francisco de Assis, o papa entende que o modelo global atual é inviável do ponto de vista humano e da natureza. Francisco propõe aos jovens pensar uma economia "com alma" em favor da vida e não da morte, em vistas da inclusão e não da exclusão, uma economia preocupada com a natureza e que não a explore sem limites, enfim, uma economia que humaniza e não desumaniza. Apesar de predominar no Vaticano a lógica do capitalismo inclusivo, parte da juventude católica brasileira interpreta esse chamado do papa numa perspectiva anticapitalista. Esses jovens articulam a ideia do "realmar a economia" em um exercício de reintegração da ética com o consumo e produção. Eles tomam como referência as experiências concretas já existentes no continente latino-americano, como a da economia solidária, e assumem o viés da democracia participativa. Nos caminhos do bem-viver, essa juventude entende que a vida comunitária exige o "ter em comum". Destarte, esta comunicação apresenta as análises de entrevistas aplicadas em lideranças jovens que participam da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC). São analisados os perfis, principalmente a trajetória religiosa, de sete lideranças jovens de diferentes contextos do catolicismo brasileiro que participam da iniciativa papal. A proposta é compreender a concepção desses jovens acerca da Economia de Francisco, sua participação na ABEFC, a recepção da proposta no país e suas perspectivas quanto à transformação da economia global. É constatado que, apesar de herdeiras dos princípios do Vaticano II e do diálogo com a Teologia da libertação, trata-se de uma juventude predominantemente branca, cisgênero, heterossexual, composta por jovens-adultos (acima dos 25 anos), de classe média, com Graduação ou Pós-Graduação e forte presença no sudeste e sul do Brasil. São majoritariamente jovens católicos praticantes, mas com baixa capilaridade nas comunidades católicas, uma juventude à margem das estruturas oficiais da instituição, principalmente das paróquias. No entanto, esses jovens rejeitam a economia de mercado por considerarem que ela perpetua a exclusão. Por isso, almejam um modelo econômico socialmente justo que garanta vida digna para as pessoas e que respeite ao meio ambiente.

Palavras-chave: Catolicismo. Juventude, Papa Francisco. Economia de Francisco e Clara.

FORMAÇÃO POLÍTICA E OS NOVOS MODOS DE EXPERIMENTAR A FÉ: relatos das ocupações estudantis no Brasil em 2015-2016

Douglas Franco Bortone [44]
Luis Antonio Groppo[45]

Resumo

A participação dos estudantes nas ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016 resultaram em novos modos de vida para as juventudes. A pesquisa nacional *Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015-2016: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos* buscou investigar os múltiplos impactos do ciclo de protestos na vida e trajetória dos estudantes que ocuparam suas escolas em todo território nacional. Nessa perspectiva, a presença da experiência religiosa, atrelada ao processo de subjetivação política, se destaca como possibilidade de encontrar sentidos para novos modos de vida distante da religião institucionalizada. Após identificar nas primeiras entrevistas a variável religião como fator estruturante das escolhas e ações dos respectivos estudantes, foram selecionados para novas entrevistas aqueles, cujos relatos mais se mencionavam questões de cunho religioso. Assim, foi possível considerar que os ocupadores visualizaram novas perspectivas de relacionamento com o sagrado, incluindo em seus projetos de vida abertura para outras experimentações – pessoais e religiosas – sem o controle e validação das igrejas. Os estudantes que ingressam nas ocupações secundaristas com pertencimento religioso ativo, demonstraram em grande parte, a mobilidade religiosa e a ruptura com a experiência religiosa herdada. Para esses estudantes, a fé continua exercendo um lugar importante de significação da vida, mas de forma autônoma e fluída, nos quais os novos arranjos da experiência religiosa dialogam com o ciclo de vida que estão experimentando.

Palavras-chave: Ocupações Secundaristas. Experiência Religiosa. Juventudes.

[44] Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas e Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: douglas.bortone@ufv.br

[45] Doutor em Ciências Sociais (Unicamp); Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: luis.groppo@unifal-mg.edu.br

Grupo de Trabalho 3 - Juventudes e ruralidades contemporâneas

Coordenadores: Nilson Weisheimer (UFRB-BR); Maria Assunção de Lima Paulo (UFCG-BR)

JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES:
questão agrária e dinâmicas sucessórias

Nilson Weisheimer[46]

Resumo
Este trabalho aborda a especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares. Discute categorias fundamentais da sociologia da juventude, a questão agrária, a agricultura familiar no Brasil e a situação juvenil na agricultura familiar. A partir dos resultados é fato que a estrutura agrária concentrada e a baixa autonomia material dos jovens são determinantes para os impasses sucessórios na agricultura familiar.

Palavras-chave: Sociologia da Juventude. Questão Agrária. Jovem Agricultor Familiar.

1Introdução

Este trabalho visa chamar atenção para a especificidade dos jovens agricultores familiares, visto que eles são protagonistas das dinâmicas de produção e reprodução social da agricultura familiar, e agentes sociais estratégicos para desenvolvimento rural sustentável. Além de situar a especificidade sociológica dessa categoria em suas dimensões históricas, sociais e políticas. Nesta comunicação, fazemos um percurso panorâmico de categorias fundamentais da sociologia da juventude. Num segundo momento a questão agrária e a agricultura familiar no Brasil. Na terceira sessão, apresentamos os principais resultados, obtidos com a agenda de pesquisa sobre a situação juvenil da agricultura familiar realizadas nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia.

2 Metodologia

Foram realizados uma série de estudos representativos da população jovem ocupada na agricultura familiar, nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia. A base inferencial no Rio Grande do Sul, realizada no período de 2007 a 2008, conta com tamanho amostral de 681 entrevistas.

Os dados para o estado da Bahia tiveram como base o universo de jovens ocupados na agricultura familiar do Território do Recôncavo da Bahia, em 2012, com uma amostra de 164 casos (Weisheimer, 2019); do Território de Valença, realizada, em 2017 e 2018, com 138 entrevistas (Sousa, 2018) e; do Território do Sisal, realizada entre 2021 a 2022, com de 315entrevistados (Moraes, 2022). Esses resultados foram agrupados e apresentados os índices médios dos indicadores citados.

3 Resultados e discussões

A juventude aparece como uma construção social, cultural e histórica bastante complexa. Reconhecer a complexidade de um fenômeno sociológico não equivale a

[46] Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Permanente do PPGCS / UFRB. Lider do G.P. Observatório Social da Juventude (OJS / UFRB / CNPq). E-mail: nw65br@gmail.com

negar sua possibilidade de compreensão e sistematização, através de conceitos gerais e válidos para múltiplas realidades. Deste modo, são apresentadas definições sintéticas, de caráter teórico–operacional, para as categorias: **juventude, jovens, condição juvenil; situação juvenil** e **socialização**. Este debate colabora para perceber a juventude como uma categoria multidimensional, que se constitui a partir de um amplo feixe de relações. Em decorrência disto, se propôs que a especificidade de cada categoria juvenil fosse apreendida por meio dos processos de socialização vividos pelos jovens, o que requer identificar a especificidade da agricultura na formação social brasileira.

Para compreender a situação juvenil na agricultura familiar é necessário considerar a questão agrária. Isto porque a agricultura familiar resulta diretamente do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A questão agrária consiste justamente na interpretação crítica dessa dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da sua lei geral de acumulação, buscando identificar a dinâmica de formação de classes sociais na agricultura; as relações entre capital e trabalho; os conflitos resultantes dos interesses objetivos desses, que engendram as lutas de classes no campo, o que apresentamos, de forma sucinta, à peculiaridade da formação social brasileira.

A estrutura agrária concentrada, organizada com base no latifúndio agroexportador é uma característica estrutural do padrão de acumulação capitalista dependente, que está organizada em conformidade com as dinâmicas de acumulação externas do capital. Ela esta subordinada ao centro hegemônico da acumulação capitalista, sendo um obstáculo para reprodução social da agricultura familiar e para as possibilidades de desenvolvimento dos jovens agricultores familiares. Portanto, essa estrutura agrária é que determina, em última instância, as condições sociais de existência dos jovens na agricultura familiar e as possibilidades de sucessão geracional nessa atividade.

Os jovens agricultores familiares se constituem como uma categoria social específica devido a sua socialização no processo de trabalho agrícola. A socialização realizada, nesse contexto, produz a incorporação de saberes específicos associada às configurações de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Como são membros de uma unidade doméstica, que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza.

Para proceder uma reconstrução sociológica da situação juvenil na agricultura familiar, desenvolvemos um modelo analítico-descritivo que envolve as dimensões objetivas e subjetivas da realidade juvenil, distribuídas em quatro eixos temáticos e suas variáveis-chave: a) as condições materiais (acesso à terra, renda agrícola, autonomia material); b) os processos de socialização (trabalho familiar agrícola, educação formal, sociabilidades juvenis e comunitária); c) as representações sociais (trabalho agrícola e não agrícola, modo de vida dos pais, autoidentificação); e d) os projetos juvenis (projeto de escolarização, projeto profissional, projeto de vida). Por sua vez, cada uma das variáveis foi submetida a uma dupla comparação, por gênero e faixa etária, uma vez que estes são fatores que produzem diferenciação entre os jovens dentro deste mesmo grupo social.

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, é possível sustentar que a situação juvenil na agricultura familiar se caracterizaria por uma baixa autonomia material e por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Além disso, ficou constatado que os projetos juvenis são influenciados pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades produtivas determinada pela estrutura agrária, que atua como determinação objetiva sobre a construção das disposições juvenis para a reprodução ou a ruptura com o trabalho familiar.

A Socialização no trabalho agrícola pode ser percebida como principal dispositivo de reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores. Contudo, frente à precariedade material, a socialização no trabalho familiar não é suficiente para gerar nos jovens as disposições necessárias à sua reprodução de geração a geração. Efetivamente, nas situações nas quais os jovens adquirem mais autonomia material, e são mais intensamente socializados no trabalho familiar, eles tendem a elaborarem com maiores frequências projetos profissionais agrícolas. Por sua vez, em situações econômicas precárias, caracterizadas por uma baixa autonomia material dos jovens aparece como fator determinante para a ruptura com a agricultura familiar. O desenvolvimento de uma agenda de pesquisas com os jovens agricultores familiares contribuí para dar mais visibilidade a essa categoria social.

Referências

MORAES, Sabrina Silva. **Juventude e Agricultura Familiar no Território do Sisal: condições materiais, socialização de gênero e projetos profissionais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022.

SOUSA, João Paulo Aguiar de. **Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019.

JUVENTUDE RURAL E A POLÍTICA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIARIO: um levantamento do Estado da Arte

Maria Raimunda Belchior dos Santos[47]

Resumo

Neste artigo promove um estado da arte do tema Juventude Rural e a política Nacional de Crédito Fundiário. Iniciando com concepções sobre juventudes, seus desafios e dificuldades, relacionado ao PNCF. Em seguida, os resultados do levantamento e contribuições das literaturas analisadas. A metodologia se deu através de pesquisa descritiva inventariante, o recorte temporal entre 2005 e 2021.

Palavras-chave: Juventude Rural. Crédito Fundiário. Políticas Públicas.

1 Introdução

No Brasil, a trajetória da temática juventude tem trazido muitas discursões e conceitos que a princípio se configuravam em duas vertentes de juventudes, a que se preparava para a vida adulta por meio da educação, que era, muitas vezes, destinadas aos jovens da burguesia, e a outra por parte da classe trabalhadora, que sequer eram vistas como jovens.

Contudo, o novo milênio é caracterizado por diferentes formações econômicas e políticas, assim surgiram condições para a construção de novos paradigmas sobre a temática juventude. E para as juventudes rurais, denotam uma diversidade de questões e grandes desafios que, os autores Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 10) afirmam "o jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado, subordinado do pai".

Para compreender o que os autores analisaram sobre o assunto, este artigo se propôs mapear as literaturas existentes sobre a temática juventude rural e as contribuições do Crédito Fundiário, para a permanência do jovem no campo.

Diante da proposta, a questão norteadora deste artigo é: o que revela o estado da arte sobre o tema da juventude rural e o acesso a Política de Crédito Fundiário. A partir disso, este trabalho está estruturado: introdução, seguida pelo tópico, juventude rural e linha NPT. Posteriormente a metodologia, seguida com os resultados do levantamento do estado da arte, das considerações finais e referências.

2 Metodologia

É uma pesquisa descritiva inventariante com o recorte juventude rural e Crédito Fundiário, sendo uma revisão bibliográfica, onde foi mapeado trabalhos sobre a temática, entre 2005 e 2021. O estudo se deu por meio de coleta de dados, em doze

[47] Mestranda do curso Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Piauí (PPGPP). E-mail: mariaraimundaana@hotmail.com

trabalhos pesquisados: distribuídos em: artigos; livros de coletâneas; monografia; tese e dissertação, abrangendo diversas áreas de conhecimento.

3 Resultados e discussões

Os trabalhos reunidos nesse levantamento, se distribuem nas mais diversas áreas de conhecimento, como: Políticas Públicas; Antropologia; Economia; etc. Discutindo categorias de juventude e jovem rural, conceitos sobre Estado e Políticas Públicas; Continuidade e permanecia dos jovens nos assentamentos, movimentos sociais juvenis, formulação e avaliação de políticas para categoria.

Os trabalhos elencados e respectivas autorias foram detalhados por agrupamento de focos trabalhados nas pesquisas. Vejamos o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Focos dos trabalhos e autorias

Foco	**Quant. De Trabalhos**	**Autorias**
Acesso a Política pública de crédito Fundiário, pelos jovens;	1	GONÇALVES, (2021)
Condições e acesso à terra; possibilidades e permanência no campo; sucessão familiar e migração.	3	CASTRO, [ET.AL], (2013)
Debate das ruralidades, no Brasil, e as novas configurações campo-cidade; Configuração do PNCF voltado para juventudes rurais.	3	RODRIGUES; RAMOS, (2017); (BARCELLOS, 2016; RANGEL, 2013)
Relação entre rural e urbano; discurso sobre continuidade dos assentamentos.	1	CASTRO, (2005)
Implantação e a Continuidade dos projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas de jovens.	1	ZANOL, (2013)
	12	

Fonte: elaborado pela autora do artigo, a partir do levantamento realizado.

Como exposto, os setes focos identificados nos 12 trabalhos trazem um amplo leque de abordagens com visões mais abrangentes para as questões juvenis com afunilamento para a política de crédito fundiário-NPT. Embora, de certa forma haja confluências no tratamento das questões sobre juventude e agricultura familiar, vimos contribuições específicas sobre novas ruralidades e projetos juvenis; implantação e continuidade dos projetos; operacionalização; formulação e avaliação da política; acesso e condições a terra através do crédito, a possibilidade e permanência no campo; sucessão familiar e migração; experiências localizadas por meio de pesquisa de campo.

Considerações finais

Concluímos que, por meio do levantamento estado da arte, possibilitou mapear e trazer contribuições relevantes e verificar como anda as pesquisas sobre a temática observando as lacunas sobre o tema. Mediante o levantamento, observamos que as pesquisas em questão, fazem uma análise histórica sobre a problemática da juventude, das políticas de acesso à terra e as alternativas do Estado em facilitar o crédito, tendo em vista que a Reforma Agrária, mesmo sendo incentivada por movimentos sociais, não tem previsão para implantação de forma ampla. Dessa forma, os trabalhos analisados permitiram concluir que os jovens se motivam a acessar o Programa de Crédito.

Referências

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

JUVENTUDE E IDENTIDADE CAMPESINA: o papel da agroecologia no fortalecimento do protagonismo juvenil

Raniere de Carvalho Almeida [48]
Adelson Dias de Oliveira[49]

Resumo
Este trabalho visa discutir o papel da Agroecologia no fortalecimento do protagonismo de jovens campesinos. A questão que o norteia é: de que modo a Agroecologia pode fortalecer o protagonismo de jovens campesinos? A perspectiva agroecológica está presente em diferentes setores da sociedade a exemplo da educação, compreendendo princípios sociais, culturais, ambientais, econômicos e outros. Estes favorecem o protagonismo dos sujeitos, inclusive, da juventude campesina, por torná-la crítica e participativa.

Palavras-chave: Campesinato. Educação. Jovens.

1 Introdução

A Agroecologia é uma ciência, movimento e luta regada de educação, saúde, cultura, juventude, feminismo, cooperativismo, comunicação e outras vertentes. Sua perspectiva está presente em diferentes áreas como a educação que, segundo Boff (2010), a tem como um dos seus pressupostos teóricos.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) jovens são sujeitos que possuem de 15 e 29 anos e que se concentram no campo e cidade. A juventude campesina convive com a agricultura e outras ruralidades, além de problemas decorrentes, inclusive, das condições climáticas (Andrade, 2008).

De que modo a Agroecologia pode fortalecer o protagonismo dos jovens campesinos? Este trabalho objetiva discutir o papel da Agroecologia no fortalecimento do protagonismo de jovens campesinos. Justifica-se por reconhecer a juventude rural como categoria agroecológica empoderada.

2 Metodologia

Este trabalho adotou o método de revisão bibliográfico-documental. Seu período de realização foi de 06/07 a 04/09/2023. Buscou-se levantar dados em repositórios como o *Research Gate e Google Scholar*, empregando os descritores: 1. Agroecologia; 2. Juventude; 3. Campesinato e 4. Protagonismo. As fontes localizadas passaram por critérios de inclusão/exclusão como sua relação com o objeto da pesquisa e temporalidade não superior a 15 anos, exceto clássicas e legislação, sendo selecionadas 9 de um total de 15.

[48]Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e EEMTI Simão Ângelo, E-mail: raniere.carvalho@discente.univasf.edu.br.
[49]Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Professor na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br

Foram identificados trabalhos de autores como Boff (2010), Freire (1967; 2004) e outros, além de documentos como a Lei de Diretrizes de Bases (LDB) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que fundamentaram os resultados e discussão. No tratamento dos dados adotaram-se princípios da análise de conteúdo de Bardin (2016): pré-análise, exploração e interpretação.

3 Resultados e discussões

O protagonismo dos jovens campesinos está diretamente associado ao seu modo de vida, suas ações diárias no meio rural e outros espaços como a escola, onde socializam suas construções socioculturais junto a outros sujeitos com os quais se relacionam. Segundo Borsato *et al.* (2009), a perspectiva agroecológica resgata saberes interdisciplinares, a consciência da população, o que tende a fortalecer seu protagonismo. Os saberes agroecológicos vão além do cultivo e consumo de alimentos, envolvendo questões sociais, ambientais, culturais e econômicas, que traduzem os eixos da sustentabilidade, necessária à manutenção da vida, inclusive, das gerações futuras, e outros processos como o desenvolvimento sustentável, que envolve a participação de diferentes atores (Caporal; Costabeber, 2003).

Os jovens do campo são detentores de vivências relacionadas às ruralidades e suas construções socioculturais. Ao confrontá-las com o conhecimento Agroecológico, inclusive, formal, ampliam seu horizonte como sujeitos, por defenderem a liberdade frente ao capitalismo, tornando-os seres pensantes e autônomos. Para Freire (2004), a experiência em seus territórios é pré-requisito para alavancar o crescimento intelectual.

De acordo com Freire (1967), a educação é uma prática libertadora, que torna os sujeitos críticos e participativos, capazes de lidar com diferentes situações com as quais se deparam durante a vida. Os saberes e fazeres agroecológicos favorecem uma formação humana sólida, sob a égide de princípios como a cooperação e justiça social, formando cidadãos, o que requer, segundo Freire (2004) espírito de liderança, diálogo, além de comunicação e proatividade.

A identidade juvenil campesina é multicultural, marcada por saberes e fazeres diversos e que se entrelaçam com os de outros jovens, por exemplo, do meio urbano, gerando a interculturalidade, que traz à tona conhecimentos sociais, culturais, ecológicos, ancestrais e outros, os quais são objeto de estudo da Agroecologia. Para Lopes (2002), o conhecimento e a experiência contextual tornam o jovem um produtor, ao invés de expectador, o que remonta à proatividade.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) possuem base agroecológica, compreendendo perspectivas como a alimentação, meio ambiente e recursos naturais, que despertam autonomia. O protagonismo juvenil, especialmente, nas escolas do campo, também está presente em competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que trazem objetos do conhecimento relacionados às juventudes e princípios agroecológicos (Brasil, 2018; 2019).

Considerações finais

Observou-se que a Agroecologia compreende princípios socioculturais e ambientais que fortalecem o protagonismo dos sujeitos, inclusive, do campo como os jovens campesinos, valorizando suas ruralidades em diferentes esferas como a escola, além de fortalecer sua autonomia, criticidade e participação na sociedade. Sugere-se o aprofundamento da temática, discutindo o papel da Educação Agroecológica na formação cidadã da juventude.

Referências

ANDRADE, C. C. de. **Juventude e trabalho**: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo, 2008. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4077/1/bmt37_09_juventude_e_trabalho.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2016.

BOFF, L. **Cuidar da Terra, proteger a vida**. Como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BORSATO, A. V. *et al*. **Plantas medicinais e agroecologia:** uma forma de cultivar o saber popular na região de Corumbá, MS. Dados eletrônicos -. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IPEA, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: Uma perspectiva Agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1. n.27, p.153-165, jan. 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação & Sociedade**, [*S.l.*], v. 23, n. 80, p. 386-400, jun. 2002.

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE: percepções de estudo no assentamento Frei Vantuy

Vinícius Souza Santos[50]
Nilson Weisheimer[51]

Resumo
O presente trabalho trata de uma pesquisa realizada no Assentamento Frei Vantuy, no sul da Bahia. O Objetivo da pesquisa foi analisar as contribuições e limitações da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como a influência de outras políticas públicas. O estudo revela por meio das políticas públicas, formas de integração diretas e indiretas dos jovens na cadeia produtiva, enquanto forma de conquistar sua autonomia e protagonismo.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas Públicas. Assentamentos.

1 Introdução

Este trabalho é uma proposta de aprofundamento temático, mediante um recorte da pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, na UESC. Buscamos através da especificidade dos jovens, evidenciar suas relações com o meio rural, políticas públicas e unidade familiar.

Tendo como integrantes da pesquisa beneficiários/as do PAA, a própria descrição da participação dos jovens foi mediada por familiares e/ou lideranças da comunidade. Ainda que sob essa limitação, o recorte apresenta caminhos para aprofundamento da especificidade, tendo por base que as relações sociais que constituem o jovem na agricultura familiar, se assentam na divisão social do trabalho como filhos de agricultores (Weisheimer, 2004).

De tal forma, a importância do trabalho se revela na possibilidade de aprofundamento das bases de análise para políticas públicas em assentamentos, e a influência destas para sua juventude. Visando nesta colaborar com o desenvolvimento e democratização destas, junto a maior aproximação/integração entre Universidades e comunidade assentadas.

2 Metodologia

Quanto à natureza da pesquisa, utilizamos métodos qualitativos e quantitativos para realização de uma análise mais aprofundada sobre o tema. Tratando-se de uma política pública implementada em um contexto específico, consideramos este trabalho enquanto um estudo de caso. Utilizamos da análise documental, a partir do levantamento e análise dos dados do projeto de execução do PAA, assim como atas e documentos da associação agrícola. Para investigar os dados do PAA em todo Brasil, analisamos os

[50] Mestrando PPGCS-UFRB. E-mail: vinicio_00100@hotmail.com
[51] Prof. Dr. vinculado à UFRB. E-mail: nw65br@gmail.com

Compêndios de estudos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela divulgação pública dos dados do PAA.

Para discutir a revisão bibliográfica, buscamos a literatura acadêmica sobre o PAA, tendo por critérios a relevância e abrangência de temáticas ligadas ao programa. Os materiais foram pesquisados através da biblioteca eletrônica científica online (SciELO), google acadêmico e repositórios de instituições públicas.

Acerca da percepção de assentados, foram feitas entrevistas individuais e semiestruturadas com as e os treze beneficiários do programa no edital 2020/2021. As visitas a campo cumpriram o papel essencial de capturar a percepção daqueles/as que participam ativamente da construção e efetivação do programa na comunidade, assim como participantes diretos e indiretos de sua execução. Nesse processo, enquanto pesquisador ativo no campo, sob a orientação de não se deixar conduzir pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos (Chizzotti, 1991).

3 Resultados e discussões

Foram entrevistados e acompanhados treze beneficiários do programa PAA durante o processo de pesquisa, sendo três participantes homens e dez mulheres. No que diz respeito a jovens, encontramos apenas uma participação direta registrada no programa, sendo registrada seu acompanhamento do programa desde a infância, pela participação da família. A partir desse dado, evidenciamos as formas de participação indireta da juventude na execução da política pública.

Dentro do grupo de beneficiários/as, verifica-se uma composição familiar com variação de 1 a 13 pessoas. Nestas, em 76% das unidades familiares (UF), resguardando as crianças, todos membros trabalham no lote produtivo. Sendo maioria destas famílias formadas por filhos e filhas, sem relações empregatícias externas, além do trabalho constatado no lote familiar, estes são também compreendidos como contribuintes da renda da UF.

Durante o trabalho, foi destacado a influência da forma organizativa do programa e as existências burocráticas exigidas, como DAP, restrita a “chefes” familiares. Apesar da formalidade, foi constante a participação de jovens nas etapas de entregas, organização das cestas, assim como através do fornecimento de pequenas produções próprias.

Durante as entrevistas e observações, foi notada a participação efetiva dos jovens na comercialização de produtos na feirinha do assentamento, no acostamento da BR-415. Enquanto registro e memória, foi evidenciado o protagonismo juvenil em diversas funções da fabriqueta de frutas desidratadas, desativada durante o período da pesquisa, e construída com recursos do PAA.

Considerações finais

Verificamos, durante a pesquisa, que as e os assentados, por meio da Associação agrícola, possuem uma boa percepção do PAA, seus pontos positivos, suas deficiências e seu modo de funcionamento. Tal articulação permite aspectos positivos na forma de avanços socioeconômicos, de integração e protagonismo de setores femininos e juvenis.

A partir de tal constatação frente à pesquisa, este trabalho busca evidenciar aspectos ligados a juventude, tendo por finalidade iniciar um aprofundamento de sua

especificidade. Fica em aberto para nova pesquisa em formulação, estabelecer como melhor se dá a participação e as percepções diretas dos jovens sobre as políticas públicas e seu projeto de vida no meio rural.

Referências

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

WHEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS). 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Grupo de Trabalho 4 – Na margem da cidade o que se faz? juventudes urbanas periféricas, arte-cultura e novas territorialidades

Coordenadores: Beatriz Akemi Takeiti (UFRJ-BR); Joana da Costa Macedo (UFRJ e SEEDUC-RJ-BR); Monica Villaça Gonçalves (UFES-BR)

A CONSTRUÇÃO DA SOCIOEDUCAÇÃO POR MEIO DE ARTE, CULTURA E COMUNICAÇÃO

Clarice Canuto Pinheiro [52]

Resumo
O presente trabalho discute as engrenagens do Sistema Socioeducativo a partir do estudo de caso do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, em Fortaleza. Essa tentativa ocorre a partir da análise de processos de inserção de arte e cultura nesses espaços, com o suporte da comunicação, em uma busca pelo rompimento do ciclo de violência, alimentado pela lógica punitivista que corrobora a ideia de "escola do crime".

Palavras-chave: Juventudes. Socioeducação. Direitos.

1 Introdução

A construção estigmatizada da imagem de jovens periféricos é perpetuada em "um processo de sujeição de jovens das periferias urbanas, em uma articulação entre periculosidade, pobreza e violência" (Barros; Benício, 2017.), processo esse que toma proporções ainda mais definidoras quando se aplica a jovens que estão ou já passaram pelas instituições do Sistema Socioeducativo, como se dessa forma a sociedade tivesse a confirmação irrevogável de real periculosidade.

A partir das afirmações anteriores e de que os jovens que se encontram na situação em que são ou foram privados de liberdade ou são atendidos pela Socioeducação "já passaram por diversas violações de direitos e violências por parte do Estado, família e sociedade. A socioeducação é a última política pública, quando todas as outras já falharam" (Silva, 2020), passamos a pensar as formas possíveis de viabilizar a reabitação desses jovens dentro e fora das instituições, constituindo novas formas de ser e estar coletivamente no mundo, . É dessa forma que as trajetórias dessas juventudes encontram e são potencializadas pelo acesso à arte, cultura e comunicação, como é o caso estudado dentro do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, no bairro Passaré, em Fortaleza.

2 Metodologia

A presente pesquisa se constrói por meio do desenvolvimento de análise bibliográfica, a partir de estudos que envolvam as propostas mais gerais do Sistema Socioeducativo no Brasil, o debate sobre direito à comunicação, conceitos relacionados a políticas públicas de juventude e suas aplicações, assim como paralelos com o sistema carcerário, analisando objetivos e atuação de forma mais ampla dentro desses eixos. A partir desse processo, a pesquisa passa a se afunilar, até chegar ao contato com o Centro

[52] Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda da UFC. E-mail: canutoclarice@gmail.com

Socioeducativo Patativa do Assaré, no bairro Passaré, em Fortaleza, que norteia melhor o caminhar da pesquisa, sendo a amostra escolhida.

A partir desse processo passamos a pensar também a funcionalidade e os impactos específicos desenvolvidos a partir do acompanhamento da ação colaborativa dos jovens do centro junto a Rede Cuca (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), demonstrando a repercussão da comunicação como elemento formativo alinhado às iniciativas de arte e cultura que são proporcionados como tentativa de cultivar culturas de paz a serem disseminadas dentro e fora das instituições.

3 Resultados e discussões

Considerando a prerrogativa de que o sistema socioeducativo existe como uma medida para ressocializar, reeducar socialmente, é importante se ter em vista que ressocialização é acesso à arte, cultura, esporte e lazer. São definidores de trajetórias os impactos desses meios, suas formas de desenvolvimento e, também, o impacto da ausência do acesso a esses em momentos anteriores ao da internação, dentro de toda a jornada dos jovens, que perpassa, na maioria das vezes, vivências periféricas negligenciadas por políticas públicas. O Centro Patativa do Assaré surge como uma pequena amostra que tem muito a dizer sobre essas medidas, com iniciativas voltadas para o *slam*, as artes visuais e outras formas de expressão, com resultados e encaminhamentos próprios.

As discussão perpassa como a arte, a cultura e a comunicação podem contribuir para o processo de ressocialização dos jovens dentro do Sistema Socioeducativo e também o caminho inverso: como o sistema se constrói a partir desses fatores, se alinhados a ele. Analisar atividades realizadas e a recepção dos jovens para com elas, entendendo as necessidades, assim como o funcionamento dessas interações, traz a tona processos como constituição do podcast feito em parceria com a Rede Cuca, que trabalham formação sobre o fazer comunicacional e, mais que isso, o protagonismo dos jovens sobre suas próprias narrativas, contadas por eles mesmos.

Considerações finais

Tendo em vista as legislações que regem o funcionamento do atendimento socioeducativo, como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, esse serviço se estabelece como um serviço de caráter educativo, muito mais que punitivo, respeitando a fase de desenvolvimento que caracteriza a adolescência.

Portanto, a presença, mesmo que tardia, de fatores como arte, cultura e comunicação, entre tantos outros, são potencializadores e transformadores de trajetórias a partir do momento em que viabilizam perspectivas de futuro que saiam do ciclo de violência no qual esses jovens estão muitas vezes inseridos e ao qual não foram apresentadas outras alternativas verdadeiramente possíveis.

Referências

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em

Fortaleza. **Revista de Psicologia**, [*S.l.*], v. 8, n. 28, p. 34-43, dez. 2017. Acesso em: http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313. Acesso em: 5 jul. 2023.

JUVENTUDE(S) E PRODUÇÃO DE PODCAST COMO ESTRATÉGIA DE DIÁLOGO EM REDE

Beatriz Akemi Takeiti[53]
Michel Riff da Cunha[54]
Lorraine Matheus Nascimento Ribeiro[55]

Resumo
Este resumo apresenta experiências tecidas pelo projeto *Juventude(s): intervenções urbanas de arte-cultura no território* a partir da produção de podcast como estratégias de diálogo em rede, iniciada durante a pandemia do covid-19. Narramos as experiências de gravação dos episódios desde o início de 2021 com a criação de um canal no *Spotify* abordando diferentes temáticas com jovens na favela, em especial, no Complexo do Alemão.

1 Introdução

A proposta deste resumo é apresentar o processo de produção de podcasts realizada pelo projeto de extensão *Juventude(S): intervenções urbanas de arte-cultura no território* (Takeiti; Gonçalves, 2021) que desde 2015 vêm desenvolvendo intervenções para/com jovens no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. O projeto está vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ e conta com uma coordenadora e três estudantes de Terapia Ocupacional.

O projeto tem como objetivo ofertar oficinas de arte-cultura buscando ampliar os repertórios sociais, educacionais e ocupacionais de jovens em situação de vulnerabilidade social. As ações foram realizadas em dois espaços institucionais - uma escola estadual do Ensino Médio e uma organização não-governamental no Complexo do Alemão.

Um dos carros-chefes do projeto sempre foi dar visibilidade às ações desenvolvidas, mediadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). O projeto hoje conta com grupo de *WhattsApp*, perfis no Instagram, Twitter, Facebook, um canal no YouTube e, mais recentemente, com um canal no *Spotify* para divulgação do podcast. Neste trabalho, destacamos nossa experiência com relação ao Podcast, que tem sido um tipo de programa de rádio personalizado gravados em formatos digitais que permitem armazenar músicas e arquivos de áudio em um espaço relativamente pequeno, podendo ser armazenados ou disponibilizados na Internet por meio de canais que permitem que os ouvintes acessem os programas (Barros; Menta, 2007, s/p).

2 Metodologia

[53] Doutora em Psicologia Social. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), UFRJ. E-mail: biatakeiti@medicina.ufrj.br
[54] Graduando em Terapia Ocupacional, UFRJ. E-mail: mriffcunha@gmail.com
[55] Graduando em Terapia Ocupacional, UFRJ. E-mail: loyyaicaua@gmail.com

Durante o período da pandemia de COVID-19, com a adoção do ensino remoto, houve um investimento massivo na produção de conteúdo para diversas mídias sociais. Nesse contexto, o Juventude(S) passou a investir na produção de podcasts, numa tentativa de continuar a existir enquanto projeto, e objetivando o compartilhamento de informações e conteúdos, o que consequentemente gera um fortalecimento da rede.

O suporte de pares, uma abordagem comumente utilizada no campo da saúde mental, se baseia na concepção de que pessoas que vivenciaram situações de crise ou adoecimento e conseguiram superá-las, podem instituir uma relação de ajuda, respeito mútuo e suporte social com outras pessoas que tenham ou estejam vivenciando situações semelhantes (Dahl *et al.*, 2017). A partir dos podcasts este suporte é criado conforme a escuta é impetrada como pedra angular para que todos os participantes do programa possam falar, serem ouvidos e compreendidos.

Nos episódios iniciais, o método utilizado pela equipe baseava-se em reuniões semanais com o objetivo de discutir o roteiro de cada episódio, as informações abordadas, divisão de conteúdo entre participantes, tempo de duração da gravação, ferramentas e aplicativos utilizados na edição e divulgação do mesmo. Atualmente, iniciamos as atividades a partir de dinâmicas, objetivando encontrar temas que sejam da área de interesse dos jovens. Ademais, os mesmos também propõem temas.

Após selecionarmos o tema de um episódio, a equipe se reúne e elabora um roteiro com perguntas norteadoras para a conversa, não estipulamos um tempo mínimo de gravação, visto que a narrativa entre os jovens é fluída e, a depender do número de participantes e interesse acerca da temática, torna-se difícil estabelecer um tempo exato de gravação. As gravações ocorrem em uma ONG no Complexo do Alemão e em um colégio estadual em Bonsucesso, bairro do Rio de Janeiro, e são realizadas por meio dos celulares e microfones dos extensionistas.

A edição dos episódios é feita pelos extensionistas do projeto por meio do *software Audacity*, onde adicionamos as vinhetas de entrada e saída, que são previamente gravadas. Ao finalizar a edição, o arquivo é convertido de áudio completo para MP3.

Para fins de divulgação e apresentação dos nossos resultados, foi criado um canal na plataforma *Spotify* denominado *Projeto Juventude(S),* (UFRJ), onde lançamos um episódio a cada mês sobre diversos temas escolhidos pelos jovens do Complexo do Alemão, e um perfil no aplicativo Instagram, onde nos comunicamos, anunciamos e divulgamos o trabalho realizado.

3 Resultados e discussões

Tivemos que reinventar uma forma de continuar com as intervenções para que o projeto acontecesse, a partir disso idealizamos e criamos um canal no *Spotify*, priorizando uma maior visibilidade às atividades do projeto. Em 2022 retornamos às atividades presenciais tanto na escola como no Educap, continuamos com a produção de podcast uma vez que o mesmo se tornou potência, espaço onde conseguimos dialogar sobre assuntos que muitas vezes são difíceis de serem abordados dentro de sala de aula, a partir de temas como: Educação, política, racismo, Novo Ensino Médio, território. Ao longo desse 1 ano e 10 meses aproximadamente, a partir do primeiro episódio publicado em nosso canal no *Spotify* temos 10 episódios publicados.

Quadro 1 – Episódios publicados

Episódio e Título	Descrição	Data de publicação	Duração do programa
1 - Construção do projeto Juventude(S)	Primeiro episódio gravado. Nele, contamos um pouco sobre a construção do projeto. Como surgiu, onde está, o que fazemos e outras coisas mais.	25/11/2021	32:52:00
2 - Olhares do Alemão na perspectiva de uma moradora	No segundo episódio, a moradora Lúcia Cabral, mulher de favela, assistente social, empreendedora e fundadora da ONG Educap fala um pouco sobre as suas vivências e o seu olhar sobre o território do Complexo do Alemão.	17/12/2021	27:04:00
3 - Saber - Fazer: intervenções de extensionistas no território	Neste episódio, conversamos sobre as experiências de alguns ex-estudantes do Juventude(s): Gabriele Canedo, Letícia Marcelino e Paulo Vieira participaram do projeto de extensão, em momentos	22/01/2022	43:56:00

	distintos.		
4 - Olhares do Alemão - O papel da fotografia em tempos pandêmicos.	Neste episódio, a conversa gira em torno das experiências de Natalia Menezes, Luiz Rafael e Isabele Rodrigues no campo da fotografia em tempos pandêmicos.	01/04/2022	43:16:00
5 - Racismo na escola - Perspectiva dos estudantes.	Episódio gravado durante o mês de novembro com os estudantes do Colégio Estadual Olga Benário Prestes falando sobre o racismo na escola e as suas perspectivas sobre a temática.	01/01/2023	23:08:08
6 - Racismo na escola - Perspectiva dos professores.	Episódio gravado durante o mês de novembro com professores do Colégio Estadual Olga Benário Prestes falando sobre o racismo na escola e as suas perspectivas sobre a temática.	28/02/2023	34:09:00
7 - Ser jovem hoje - Tarefa difícil?	Nesse episódio, a conversa foi com jovens estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Olga Benário Prestes sobre o que	31/03/2023	18:18:00

	significa ser jovem hoje e quais são suas expectativas para o ano de 2023.		
8 - Novo Ensino Médio - As experiências dos estudantes.	Você sabe quais mudanças foram feitas a partir da reforma do Ensino Médio? Como os jovens estão sentindo tais mudanças? Neste episódio, debatemos com os estudantes do Colégio Olga Benário Prestes o Novo Ensino Médio implantado.	10/05/2023	29:02:00
9 - Juventudes - Dinheiro e internet	Como usar a internet a favor do bolso? A quais golpes os jovens estão mais expostos? Que experiências e dicas eles têm para compartilhar? Isso e muito mais no episódio de número 9.	21/06/2023	30:47:00
10 - Juventudes - Saúde mental	A Juventude é um momento único, que molda as pessoas para a vida adulta. Neste episódio conversamos sobre: o que fazer para ter uma boa saúde mental?	12/07/2023	54:00:00

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir da produção, foi possível desenvolver debates, gerando questionamentos e reflexões críticas entre os participantes, retomar o contato e conexão com os jovens, entender quais as demandas atuais desse público e trazer temas da atualidade para um debate coletivo. A equipe de extensão atualmente é formada somente por estudantes de terapia ocupacional preocupados em amparar a discussão das juventudes de modo a favorecer maior integração dos conteúdos que atravessam os jovens de maneira geral com um olhar atento às pluralidades deste público.

Considerações finais

Sabemos que apesar da existência de uma grande desigualdade de inclusão digital no Brasil, acentuadas e destacadas principalmente durante a pandemia, o acesso à internet tem sido facilitado nos últimos anos, não apenas pela possibilidade de uso dos smartphones, o que permite que mesmos os que não tenham um computador próprio em casa naveguem pela internet, mas também pelas *lan houses* e centros comunitários que disponibilizam esses recursos para a população de seu território.

Aqui, buscamos apresentar como a produção e fruição por meio de conteúdos produzidos pelos podcasts se apresentam como possibilidades de interação com os jovens e a comunidade do Complexo do Alemão. Esperamos que o projeto de podcasts por meio do canal Projeto Juventude(S), UFRJ seja uma experiência interativa entre Universidade e sociedade, permitindo o diálogo, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, numa relação "bidirecional", como se espera que toda a extensão universitária aconteça.

Referências

BARROS, G. C.; MENTA, E. Podcast: produções de áudio para educação de forma crítica, criativa e cidadã. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, [*S.l.*], v. 9, n. 1, p. 1-14, dez. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/217/186. Acesso em: 25 abr. 2021.

TAKEITI; B. A. GONÇALVES, M. V. **Juventude(s) e arte-cultura no Complexo do Alemão**: narrativas de uma experiência em extensão. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

DAHL, C. M. *et al*. Suporte Interpares no contexto de uma Pesquisa Clínica: dificuldades, facilitadores e experiências significativas no processo de trabalho. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 179-198, abr. 2017.

BIXARIA CREW: o graffiti como dispositivo político-cultural para a construção das territorialidades juvenis de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+

Lorena Pacheco Lopes[56]
Ayan Beatrix Pereira Gomes[57]

Resumo
Esta pesquisa é um relato etnográfico de experiências compartilhadas peles autories enquanto grafiteires que integram a Bixaria *Crew*. Tem como objetivo compreender como o grafite age como dispositivo cultural e político para a construção das territorialidades juvenis de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ a partir da Bixaria *Crew*. Esta é composta por um grupo de 12 pessoas de diversos gêneros, sexualidades e identidade racial, com idades que variam dos 16 aos 27 anos.

Palavras-chave: *Graffiti*. Juventudes Urbanas. Gênero. Sexualidade. Bixaria *Crew*.

1 Introdução

Ao analisar a relação do jovem e a cidade, Castro (2001) destaca a rua como um espaço de convívio de todos e como lugar de saberes e práticas coletivas, onde, ao mesmo tempo, o jovem luta por tornar a cidade um espaço seu, uma vez que a mesma pode desfazer seu poder de pertencer e participar como sujeito. Assim, no grafite, os muros da cidade se tornam suporte para criação, e as ruas, um museu a céu aberto onde as obras ficam expostas a 'todes'. Desse modo, a juventude pode usar esse dispositivo para resistir e ser vista na cidade que a exclui e invisibiliza.

A cena do grafite piauiense data de 1990 e ganha notoriedade nos anos 2000 (Batista; Dourado, 2021), tendo como referência às figuras de homens cisgêneros e heterossexuais, que faz questionar quais os espaços ocupados por pessoas que fogem desse padrão neste cenário. Diante disso e dos constantes processos de invisibilização, nasce a Bixaria *Crew*, uma coletiva de jovens 'grafiteires', organizada por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Vale ressaltar que as 'autories' integram esta *crew* e que desde antes já compartilhavam telas e a ideia de construir um espaço acolhedor na cena de grafite para pessoas que não são homens cisgêneros heterossexuais.

Assim, o estudo objetiva entender como o grafite age como dispositivo cultural e político para a construção das territorialidades juvenis de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ a partir das experiências da Bixaria *Crew*. E como objetivos específicos relatar a importância de uma coletiva de grafite formada por mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ dentro da cena do grafite teresinense; identificar como 'es grafiteires' da Bixaria imprimem suas identidades juvenis periféricas pela cidade de Teresina interseccionando-as com os marcadores da diferença.

2 Metodologia

[56] Graduanda de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: lorenaplopes.1998@gmail.com.
[57] Bacharel e Licenciade em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: abpgomes2@gmail.com.

Este estudo é de caráter qualitativo e de base etnográfica, configurando-se como um relato etnográfico ‘des dues pesquisadories’ a partir das experiências compartilhadas enquanto ‘grafiteires’ que integram a Bixaria *Crew*. Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática do Hip Hop, *Graffiti*, Juventudes, Gênero e Sexualidade por meio de artigos, livros e meios eletrônicos.

3 Resultados e discussões

A Bixaria *Crew* surgiu neste ano de 2023, a partir da necessidade de pessoas LGBTQIAPN+ se unirem na cena de grafite de Teresina, predominada por homens cisgêneros heterosexuais. Atualmente, a *crew* é composta por 12 pessoas de diversos gêneros, sexualidades e identidade racial, com faixa etária dos 16 aos 27 anos.

A ideia do nome “Bixaria’’ veio da palavra “bicha/bixa’’ comumente usada de forma pejorativa. No entanto, se tornou parte do dialeto entre pessoas que fogem das expectativas de sexo e gênero, assumindo assim um caráter político-subversivo a partir da reapropriação da linguagem (Butler, 2018).

A “Bixaria’’ emerge como busca por representatividade às pessoas LGBTQIAPN+. A *crew* busca a inclusão dessas pessoas no movimento hip hop, reconhecendo a cisheteronormatividade como grande obstáculo (Queiroz; Lopes, 2017) para a participação plena dessies indivídues na cena de grafite de Teresina.

Diante disso, as artes das bixas que compõem a Bixaria vão desde personas a letras que simbolizam narrativas pessoais/coletivas e que buscam interações entre si, sendo que o uso de cores vivas é algo que demarca essa coletividade interativa. Logo, a presença de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ no grafite possui potencial político por trazer novas realidades, vivências e experiências nos muros e gerar reflexão a partir disso **(**Queiroz; Lopes, 2017**)**.

Ademais, no mês de agosto a setembro foram realizadas intervenções da Bixaria em parceria com outras crews e ‘grafiteires’ na cidade de Teresina, dentre elas: um encontro de grafite no ponto turístico Encontro dos Rios; um evento realizado junto do Coletivo 086, a Ação Cultural e Mutirão de *Graffiti* do Grande Vale do Gavião. Além disso, a *crew* ministrou uma oficina de grafite em uma escola no bairro Satélite. Estas últimas ações, denotam uma característica da Bixaria como um espaço também de arte-educação-popular e diálogo constante com as infâncias e juventudes periféricas.

Considerações finais

Nas vivências com a Bixaria *Crew*, percebemos o grafite nos muros da cidade como um manifesto coletivo de ocupação da cidade de Teresina por pessoas que transgridem as normativas de gênero e de sexualidade. Além disso, a *crew* fomenta também arte-educação sobre hip hop, gênero e sexualidade a partir de oficinas de grafite e ações culturais. Sendo, portanto, às artes feitas nos muros formas de imprimir novas identidades e/ou novas narrativas que carregam consigo a política do acolhimento e respeito às diversidades.

Referências

BATISTA, Francisco Marcus da Silva; DOURADO, Jacqueline Lima. **Galeria de arte urbana - UFPI**. 2. ed. Teresina: Circuito Urbano de Intervenções Artísticas, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças, jovens e cidades**. Subjetividade e cidadania. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2001.

QUEIROZ, Lucas Silva; LOPES, Ivana Maria Nicola. **Identidades periféricas e resistência**: lutas de gênero escritas pelo grafitti no século vinte e vinte e um, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/CulturaVisual_L1_042.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

JUVENTUDES E O DIREITO À CIDADE: olhares a partir de jovens da Região Metropolitana de Vitória (ES)[58]

Monica Villaça Gonçalves[59]
Júlia Avide Campos[60]
Danielle Rodrigues Borges[61]

Resumo
Trata-se de apresentação dos resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar a percepção de jovens moradores de bairros periféricos da região Metropolitana de Vitória (ES) sobre a cidade em que vivem. Foram realizados até o momento acompanhamentos individuais com dois jovens que trazem questões semelhantes relacionadas ao sentimento de pertencimento territorial, a repressão policial e o preconceito racial.

Palavras-chave: juventudes, direito à cidade, território.

1 Introdução

A juventude pobre e periférica dos centros urbanos brasileiros tem a sua participação social limitada devido a situações de vulnerabilidade e desigualdades sociais expressas territorialmente na organização dos espaços públicos da cidade. Garantir o direito à cidade é entendê-la como um espaço de trocas, encontros e produção de vida coletiva e das relações sociais, na contramão da ideia de mercadoria ou espaço de consumo (Lefebvre, 2001).

Existem diversos fatores os quais impactam no acesso ao Direito à Cidade, especialmente para os jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. Os estigmas relacionados ao local de moradia, relacionados à pobreza e o imaginário social a respeito o bairro, se interseccionam com o medo do desconhecido e da violência, a orientação sexual e identidade de gênero, restringindo a mobilidade urbana e consequentemente a possibilidade de acessar os espaços da cidade (Gonçalves; Malfitano, 2021).

2 Metodologia

É um relato de uma pesquisa-ação participativa, que utilizou como métodos de produção de dados, o fotovoz e as oficinas de atividades, com jovens de frequentadores

[58] Pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo â Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) - edital 14/2022 - Termo de Outorga nº 963/2022
[59] Doutora em Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Espírito Santo (monica.v.goncalves@ufes.br)
[60] Graduanda em Terapia Ocupacional e Bolsista de Iniciação Científica (FAPES). Universidade Federal do Espírito Santo (julia.a.campos@edu.ufes.br)
[61] Graduanda em Terapia Ocupacional e Bolsista de Iniciação Científica (FAPES). Universidade Federal do Espírito Santo (danielle.borges@edu.ufes.br)

de serviços socioassistenciais da região Metropolitana de Vitória (ES), objetivando analisar as suas percepções sobre a cidade e o território em que vivem. A utilização de atividades, como recurso da Terapia Ocupacional, envolve o participante na pesquisa para apreender a história e cultura dos sujeitos e dos coletivos, além de ser uma tecnologia mediadora do trabalho de aproximação, acompanhamento e fortalecimento de vínculos (Lopes *et al*., 2014). Já o fotovoz é um recurso em que os participantes utilizam fotografias para registrar suas visões a respeito de determinados temas (Hartman *et al*., 2011).

Dessa forma, até o momento foram realizados dois acompanhamentos individuais com dois jovens do sexo masculino com idade de 21 anos, moradores de bairros periféricos da cidade de Vitória (ES), sendo três encontros com cada jovem. Um dos jovens frequentava o Projovem de um Centro de Referência da Assistência Social, e outro o Centro de Referência das Juventudes.

Nos encontros foram realizados os acompanhamentos singulares territoriais com os jovens, outra tecnologia social da Terapia Ocupacional que possibilita uma aproximação com o cotidiano e os contextos de vida dos sujeitos (Lopes *et al*., 2014). Nesses acompanhamentos, os jovens circularam junto com as pesquisadoras pelos territórios que frequentam em seu cotidiano para registrá-los em imagens.

Com os registros fotográficos de cada encontro em mãos, foram realizadas conversas para que os jovens pudessem explicar e criar narrativas sobre o que cada imagem representava, como foi realizada, e um planejamento do que fazer com as imagens captadas, a partir do que for significativo para cada um.

A pesquisa ainda está em andamento, e as pesquisadoras estão em contato com um grupo de jovens frequentadores do Projovem de um CRAS, em parceria com uma Unidade Básica de Saúde, para iniciar novos acompanhamentos.

3 Resultados e discussões

É uma pesquisa em andamento, portanto, os resultados ainda são preliminares. Um dos pontos a se destacar foi a dificuldade de agendamento com os jovens, devido a fatores como meios de comunicação, a disponibilidade de horários dos jovens devido seus outros compromissos, uma possível desconfiança com relação a pesquisa e em alguns casos a falta de vínculos com as pesquisadoras, que haviam se aproximado recentemente dos serviços que os jovens frequentavam. Essa questão nos indica que em pesquisas sociais, com abordagens qualitativas com os jovens, os pesquisadores devem estar preparados para adequações aos imprevistos e mudanças metodológicas, como já apontado por Ferreira (2017).

Os principais pontos retratados pelos dois jovens eram semelhantes, ou seja, dois jovens diferentes, moradores de bairros distintos, com histórias de vida diferentes, relatam situações cotidianas parecidas. Os três assuntos que surgiam com mais frequência durante o acompanhamento foi o pertencimento territorial, a repressão policial e o preconceito racial.

Com relação ao pertencimento territorial, eles relatam que se sentem pertencentes ao território, mas não exploram outros espaços da cidade por não “se sentirem à vontade”, e por isso sentem falta de outros tipos de espaços em seus próprios bairros, para além de pracinhas e quadras públicas.

Ambos retratam a repressão policial, presente em seus cotidianos, em que os episódios de abuso de poder e a violência são recorrentes e gera um sentimento de injustiça e apreensão por parte dos jovens, ao ponto de que um deles evita transitar por locais onde há a presença policial. A juventude pobre e periférica é vista como potencialmente criminosa, marcada pela sua condição de pobreza e por ser moradores de periferia, carregando estigmas diretamente ligados ao território de moradia.

Outro ponto relatado pelos jovens, que reforça o estigma da periferia pobre é a raça. A construção do imaginário social da criminalidade do povo negro, fundamenta um estereótipo em torno do jovem negro da periferia que o coloca na condição de suspeito de qualquer crime. Os relatos dos jovens reiteram o estigma, em que a falta de mobilidade urbana ocorre devido a situações degradantes como serem barrados, serem seguidos por seguranças e, até mesmo, serem expulsos e agredidos de espaços públicos. Mesmo no território de moradia em que há o sentimento de pertencimento, quando se é preto ainda há a insegurança de transitar no território, porque qualquer atitude é passível de ser julgada.

Considerações finais

Os dados preliminares da pesquisa já demonstraram uma coerência com o que se encontra na literatura sobre o tema, apontando que, mesmo em cidades diferentes, contextos e tempos distintos, há algo em comum entre os jovens periféricos no que se refere às suas possibilidades de acessarem e participarem da cidade.

Referências

FERREIRA, V. S. Caminhos e desafios metodológicos na pesquisa com jovens. *In:* VIANNA, A. C. F. (org.). **Pesquisar jovens**. Caminhos e desafios metodológicos. Lisboa: ICS - Impresa de Ciências Sociais, 2017. p. 17–32.

GONÇALVES, M. V.; MALFITANO, A. P. S. Social Occupational Therapy, Impoverished Youth, and Everyday Urban Mobility. **South African Journal of Occupational Therapy**, [*S.l.*], v. 51, n. 3, p. 32–40, dez. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.17159/2310-3833/2021/vol51n4a5. Disponível em: https://scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2310-38332021000400005. Acesso em: 11 jun. 2019.

HARTMAN, L. R. *et al*. How Do We 'See' Occupations? An Examination of Visual Research Methodologies in the Study of Human Occupation. **Journal of Occupational Science**, [*S.l.*], v. 18, n. 4, p. 292–305, out. 2011. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14427591.2011.610776. Acesso em: 11 jun. 2019.

LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 5a. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, R. E. *et al*. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, [*S.l.*], v. 22, n. 3, p. 591–602, dez. 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.081. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281021771_Recursos_e_tecnologias_em_Terapia_Ocupacional_Social_acoes_com_jovens_pobres_na_cidade. Acesso em: 11 jun. 2019.

LINGUAGENS ARTÍSTICAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL ENTRE 2016 E 2018

Maria Clara dos Santos Oliveira[62]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[63]

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo estudar duas propostas, dentro de uma série de reformas neoliberais aprovadas pelo governo de Michel Temer. Sendo elas, a Emenda Constitucional 95/2016 - que estabeleceu um teto de gastos públicos para o governo federal – e a Lei 13.467/2017 que alterou as leis trabalhistas no país, procurando analisar suas repercussões na mídia e a manifestação da sociedade em decorrência delas.

Palavras-chave: Juventudes. Participação Política. Coletivos Juvenis.

1 Introdução

A presente pesquisa acontece por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), cujo plano de trabalho se intitula: *Linguagens Artísticas em Defesa da Democracia no Brasil entre 2016 e 2018*. Marcando o mandato golpista de Michel Temer na presidência da república. O objetivo da pesquisa encontra-se em analisar, por meio da mídia, a reverberação das propostas neoliberais aprovadas no novo governo, sendo elas a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016) e a Reforma Trabalhista, ambas defendidas pelo governo como uma maneira de superar a crise econômica deixada pela gestão anterior.

2 Metodologia

Realizamos a leitura e fichamento de uma ampla bibliografia que contemplasse a nossa pesquisa, além de buscar e catalogar notícias em sites de jornais (da grande mídia e outros alternativos) que fossem úteis para o nosso trabalho, a fim de mapear as informações relacionadas ao tema. Utilizamos *sites* de jornais, como: *G1*, *Folha de São Paulo, Estadão, O Globo, Brasil 247, Brasil de Fato, O Tijolaço* e *Carta Capital*. Contudo, não nos limitamos apenas a estes e buscamos outras fontes quando foi necessário.

3 Resultados e discussões

A chave de construção do processo de Impeachment se deu por meio de uma ampla cobertura midiática que teve apoio de grandes grupos brasileiros com poder

[62] Graduanda do último período do curso de história da Universidade Federal do Piauí, bolsista PIBIC/CNPq. Email: mariaclaraoliveira@ufpi.edu.br
[63] Orientadora, Professora Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Email: claudiafontineles@ufpi.edu.br

econômico, sendo responsáveis por colocar o Brasil em um estado de crise e inseguridade democrática.

Notamos, que a partir disso, o neoliberalismo toma conta cada vez mais do cenário político, materializado em propostas de governo que negligenciam o bem-estar da população, e colocam em risco a saúde, educação e os direitos trabalhistas do brasileiro.

Cumpre notarmos que as medidas tomadas tiveram repercussão negativa na população e consequentemente na popularidade no governo, materializadas tanto em manifestações populares quanto artísticas, como demonstram as figuras a seguir.

Figura 1 – Temer exterminador do futuro

Fonte: Levante Popular da Juventude.

Figura 2 – Carteira de Trabalho queimada

Fonte: Reprodução/Twitter.

A Figura 1 retrata justamente a insatisfação da juventude com a Emenda 95, onde educação e saúde são tratadas como mercadorias pelo governo. Assim como a figura 2, por meio da escola de samba Paraíso do Tuiuti, no carnaval de 2018, demonstra a repercussão negativa que a Reforma Trabalhista teve nos brasileiros por meio da representação de uma Carteira de Trabalho queimada, em alusão a destruição dos direitos trabalhistas por meio da nova lei vigente.

No ano de 2016, destacamos ainda as ocupações estudantis em todo o país que escancaravam a situação crítica na qual a educação do Brasil se encontrava, e onde estudantes e professores - inspirados pelos secundaristas de São Paulo em 2015 contra as reformas do governo de Alckmin – ocuparam diversas instituições de ensino e se engajaram na luta, resistido bravamente na linha de frente contra as reformas do governo.

Considerações finais

Dessa forma, ao lançarmos luz sobre os acontecimentos, podemos notar a forte presença do neoliberalismo nas políticas adotadas pelo governo Temer a partir de 2016, com ênfase na articulação entre o capital privado. Sendo assim, o projeto político que não foi pensado para a população acabou colocando-a a em um lugar de inseguridade social que repercute nos índices sociais e econômicos brasileiros.

Após a análise dos processos anteriores ao golpe de 2016 e a influência que teve a mídia na elaboração de opiniões populares relacionadas ao processo de Impeachment, pudemos perceber como a trama foi se constituindo na nossa história e levando ao desmonte de políticas públicas por meio de reformas neoliberais que atravessam os anos do governo de Michel Temer. Contudo, também notamos que houve uma ampla participação da população na luta e defesa de seus direitos, não se mantendo na inércia quando estes foram afetados.

Referências

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. A vitalidade da história em um tempo de ebulição. **Revista Unisinos**, [S.l.], v. 32 n. 2, p.317-321, maio/ago. 2019.

MATTOS, Hebe *et al*. **Historiadores pela democracia**: o Golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

PINSKY, Carla B. *et al*. **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

A JUVENTUDE PERIFÉRICA DE FORTALEZA-CE E SUA RELAÇÃO TRANSFORMADORA COM OS EQUIPAMENTOS DA REDE CUCA: um olhar sobre o território

Maria Carolina Galvão Silva[64]

Resumo
O artigo visa discutir às interações complexas entre a juventude periférica de Fortaleza-CE e os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Rede Cuca), criados em 2009. Esses Centros são considerados espaços que enriquecem a experiência juvenil em diversas áreas criativas, socioeconômicas e culturais. O estudo discute como essa relação se forma e o impacto que ela exerce no território periférico onde os Centros estão situados.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas Públicas. Territórios. Rede Cuca

1 Introdução

A juventude periférica no Brasil enfrenta desafios complexos e multifacetados, que variam desde a precarização da educação até a falta de acesso a serviços essenciais, passando pela violência urbana e a falta de oportunidades. O reconhecimento da importância de políticas públicas que levam em conta a faixa etária da juventude, embasadas na premissa de que os jovens são detentores de direitos, representa um avanço relativamente recente no país (Oliveira, 2019).

A título de exemplo, foi somente em 2013 que o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, o qual estabelece princípios e diretrizes para políticas públicas destinadas a assegurar direitos fundamentais dos jovens, abrangendo áreas como saúde, educação, lazer, profissionalização, cultura e dignidade. (Silva, A.; Ximenes, V, 2019)

No contexto específico da cidade de Fortaleza, essas questões adquirem contornos particulares, refletindo as complexidades e desafios enfrentados pela juventude. Elas também destacam a importância de ações públicas abrangentes para atender às necessidades variadas dos jovens, assegurando-lhes acesso a programas socioeducativos e iniciativas que promovam o fortalecimento e desenvolvimento da cidadania.

Dentro desse panorama, a Rede Cuca emerge como uma iniciativa governamental destinada a fornecer acesso à educação, cultura e esporte para jovens nessas áreas. Além de abordar as necessidades da juventude, a Rede Cuca também reconhece a influência do território em suas vidas, buscando estabelecer uma conexão significativa entre as oportunidades oferecidas e a realidade local, contribuindo assim para um desenvolvimento mais integrado e inclusivo dessas comunidades (Henrique, 2017).

2 Metodologia

[64] Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. E-mail: c.carolinagalvao@gmail.com

A metodologia deste estudo se baseou principalmente na revisão bibliográfica extensiva de literatura relevante relacionada à juventude, cultura, território e identidade. Optamos por selecionar a Rede Cuca como nosso caso de estudo devido à sua relevância para a pesquisa, permitindo uma investigação aprofundada e contextualizada da relação entre a juventude periférica e esse equipamento cultural específico.

3 Resultados e discussões

A relação entre a juventude periférica de Fortaleza, as políticas públicas e seus territórios, notadamente exemplificada pela Rede Cuca, configura um fenômeno de relevância sociopolítica e territorial multifacetada. Instituída em 2009, a Rede Cuca representa uma política pública de proteção social e desenvolvimento dirigida aos jovens, orquestrada pela Prefeitura de Fortaleza por meio da Secretaria Municipal da Juventude. Composta por cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, situados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu, José Walter e Pici, se estabeleceu como um complexo multicultural, catalisador de difusão cultural e protagonismo juvenil.

No que diz respeito aos impactos territoriais, a presença desses centros nas periferias de Fortaleza gerou efeitos transformadores. Áreas previamente negligenciadas foram revitalizadas de maneira substancial, a partir de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação artísticas, trazendo para as áreas periféricas de Fortaleza a possibilidade de fruição cultural, estimulando, desse modo, a vida cultural e fortalecendo o senso de pertencimento das comunidades a seus próprios territórios. (Henrique, 2017).

Mais crucial ainda, os jovens que participam ativamente da Rede Cuca existem enquanto agentes de mudança dentro de suas comunidades, promovendo o desenvolvimento social e cultural local. Isso desafia a percepção restrita de periferia como uma dimensão puramente física de carência, nos instigando a considerá-la como um "território-vivo", um espaço multifacetado, caracterizado por pluralidade, diversidade e a produção de subjetividades diversas (Santos, 2000; Takeiti, 2019). Assim, a relação entre a juventude periférica de Fortaleza, as políticas públicas e seus territórios é complexa e multifacetada. Ela demonstra que investir na juventude e nas comunidades periféricas não apenas beneficia os jovens, mas também contribui para a transformação positiva desses territórios e para o crescimento sustentável da cidade como um todo (De Oliveira, E;Barbalho, A, 2018).

Considerações finais

Em resumo, este estudo destaca a importância fundamental da Rede Cuca na vida da juventude periférica de Fortaleza. Além de ser uma plataforma de desenvolvimento pessoal, esses espaços representam centros de expressão cultural e identitária. Eles não apenas beneficiam diretamente a juventude, mas também influenciam a transformação do território periférico, contribuindo para uma mudança positiva na cidade como um todo.

Além disso, a compreensão do território como dinâmico e relacionado à identidade nos lembra que a construção de espaços inclusivos e culturalmente ricos é um processo contínuo e vital para a promoção do direito à cidade. Investir e fortalecer

esses espaços é vital para o desenvolvimento social, cultural e urbanístico de Fortaleza e de outras metrópoles.

Referências

DE OLIVEIRA, E. A.; BARBALHO, A. A. **Os limites e as possibilidades dos Cucas como política pública de juventudes em rede**, 2018. Disponível em: https://e2.institutopublix.com.br/images/acervo/os-limites-e-as-possibilidades-dos-cucas-como-politica-publica-de-juventudes-em-rede.pdf. Acesso em: 3 jun.2023.

HENRIQUE, S. D. A. X.; PATRICIO, E. **A percepção de 'periferia' na produção audiovisual de grupos comunitários em Fortaleza**, 2017. Disponível em: https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic. Acesso em: 3 jun.2023.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. **Juventude (s) periférica (s) e subjetivações: narrativas de (re) existência juvenil em territórios culturais**, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/zdCRzXcBsFhkQvkDrbLTp3s/?format=html. Acesso em: 01 jun. 2023.

O RAP E SUAS NUANCES POLÍTICAS EM TERESINA: a juventude e o Hip-Hop na luta por mais cidadania (2016-2018)

José Hilário Neto[65]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[66]

Resumo
O trabalho tem como objetivo proporcionar reflexões no contexto Hip-Hop e sociedade, visando perceber o Hip-Hop como movimento social e histórico, visa analisar fontes que dizem respeito a história política, ao hip-hop e as disputas políticas em Teresina. Dessa forma, o estudo aborda diferentes campos da história na tentativa de explicar como os eventos referentes ao hip-hop têm ligação direta com os acontecimentos da política a nível local e nacional.

Palavras-chave: Juventudes. Participação Política. Coletivos Juvenis.

1 Introdução

O presente trabalho nasce a partir da pesquisa "A arte como resistência: o hip-hop e as lutas por cidadania em Teresina (2016-2018)", realizada com o apoio e financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, partindo do projeto de pesquisa "Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (a partir da década de 1960)". Projeto esse desenvolvido por graduandos do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí, sob a coordenação da professora Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

A pesquisa visa estruturar-se a partir da análise de fontes que dizem respeito tanto a história política quanto de fontes sobre os acontecimentos que relacionam o hip-hop e as disputas políticas em Teresina, ou seja, o trabalho aborda diferentes campos da história na tentativa de explicar como os eventos abordados referentes ao Hip-Hop tem ligação direta com os acontecimentos da política a nível local e nacional.

2 Metodologia

O ponto de partida da construção de nossa pesquisa se deu mediante uma busca prévia por debates históricos sobre a relação entre o gênero do rap e a sua relação com a política na cidade de Teresina.

Dessa forma, constatamos que o hip-hop se constitui por uma cultura que tem atores que optamos por classificar como "sujeitos politicamente engajados", percebemos que eles agem de maneira onde tentam tornar o seu público mais crítico, espalhando suas mensagens, que muitas vezes são compostas por denúncias.

---

[65] Graduando em história pela Universidade Federal do Piauí, bolsista PIBIC/CNPQ. Email: hilarioneto@ufpi.edu.br.
[66] Orientadora, Professora Dr.ª do Departamento de História e do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Email: claudiafontineles@ufpi.edu.br

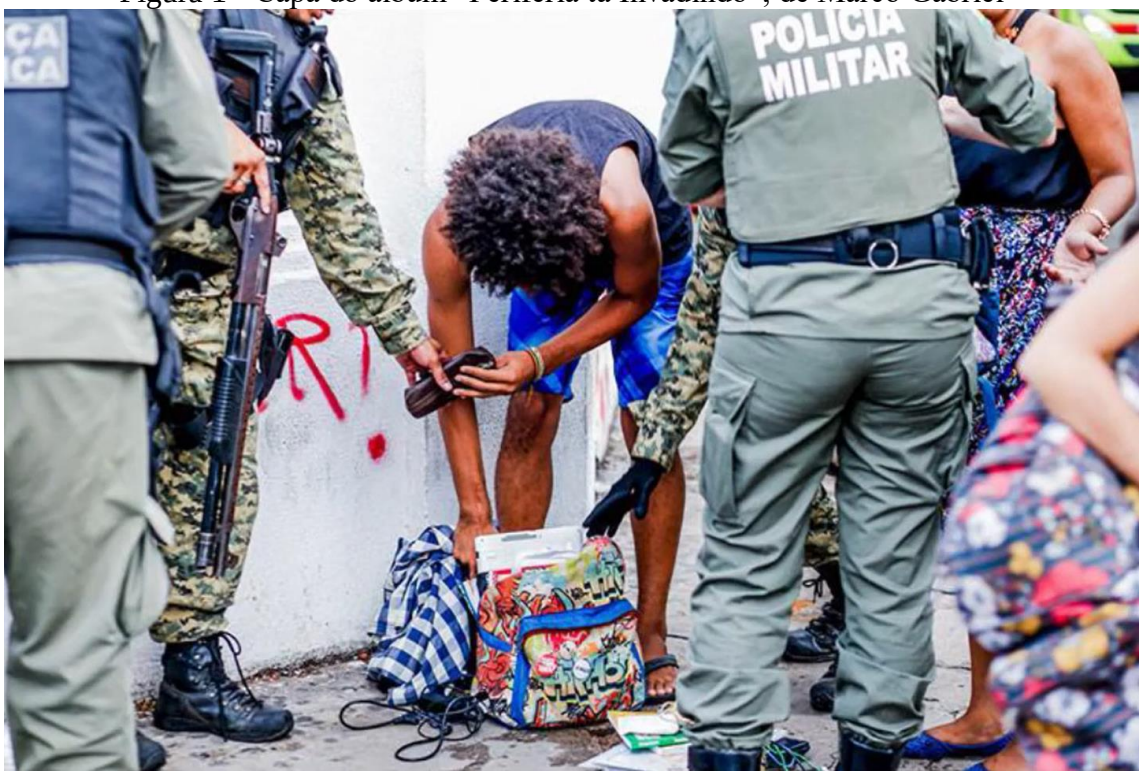
A partir desse ponto, buscamos então compreender qual era o contexto em que essa cultura dispunha, ou seja, observamos como se configurava a conjuntura política vigente entre os anos de 2016 e 2018.

3 Resultados e discussões

O álbum "Periferia tá Invadindo", do *rapper* Marco Gabriel, lançado em 2017, conta com 6 músicas, carregadas de muitas críticas e reflexões sobre as tensões vividas no período. Não como se o artista fosse refém de seu tempo, pelo contrário, ele demonstra nas suas narrativas bastante maturidade e coesão no que deseja reivindicar. Direcionaremos nosso olhar para essa parte da vida política do artista não como primeiro plano, buscamos evidenciar durante nosso trabalho como essa vivência foi expressa por meio das músicas que o mesmo produziu durante esse período.

Acreditamos que trabalhar dessa forma, nessa perspectiva metodológica, é o caminho mais coerente e sensível para a análise histórica das obras produzidas pelo artista, pois, é bem característico das letras de rap serem compostas por narrativas do que foi vivido num período recente, alimentando conceitos essenciais para aqueles que desejam compreender as relações entre vivência, memória e narrativas históricas.

Figura 1 - Capa do álbum "Periferia tá Invadindo", de Marco Gabriel



Fonte: Captura de tela de uma plataforma de *streaming*, autoria de José Hilário Neto, 2023.[67]

[67] O álbum "Periferia tá invadindo encontra-se disponível por meio do canal do artista Marco Gabriel, na plataforma Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/@marcogabriel6607/videos. Acesso em: 10 ago. 2023.

Fomos pensando a presença do rap nos diferentes espaços da cidade, assim, podemos observar como foi se constituindo os cantos e encantos que a juventude experimentou por meio do Hip-Hop, como ela se inseriu em alguns "cantos" e se retirou de outros, onde, o seu cantado atraiu ou afastou os ouvidos, os rostos, os olhares. O "canto" se não pode ser visto escrito em algumas linhas, ele deve ser pensado: passamos por espaços inapropriados para viver, as periferias, até o centro e seus eventos. De certa forma, passamos também pelo canto falado do rap, que invade lugares e mentes, com o desejo de educar seu público para ser mais crítico sobre os cantos que lhe cercam.

Considerações finais

O trabalho se propôs a debater quais foram os espaços que os jovens participantes do rap fizeram questão de se inserir e demonstrar sua voz ao mundo. Seguindo esse caminho, fomos capazes de perceber algumas relações entre esses atores e o poder dominante. Percebemos, também, como de maneira criativa esses jovens conseguiram utilizar a cultura como uma válvula de escape das violências urbanas que os cercam, bem como, os espaços de sociabilidade que eles conseguiram criar.

Referências

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; Sousa Neto, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

A CULTURA COMO ELEMENTO DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS PARA A JUVENTUDE: um recorte dos projetos sociais que atuam no bairro Curió

Lara Holanda Nepomuceno Vasconcelos[68]

Resumo
O presente trabalho busca entender a cultura como instrumento fundamental na garantia dos direitos sociais da juventude. Além de investigar a atuação de projetos comunitários que atuam no bairro Curió, localizado em Fortaleza, compreendendo seus surgimentos e desdobramentos no cotidiano da comunidade e dos jovens atendidos. Assim, a pesquisa tem por foco ressaltar a importância da arte e do esporte na construção das vivências juvenis no território em que ocupam.

Palavras-chave: Juventudes. Cultura. Direitos.

1 Introdução

O bairro Curió é uma região historicamente marcada pela violência e repressão do Estado contra a juventude, o que, por outro lado, fez surgir vários grupos de luta e resistência contra a marginalização e opressão protagonizadas pelos poderes públicos e direcionadas aos seus moradores, sobretudo aos jovens. Diante desse contexto, surge a necessidade da elaboração e criação de projetos que protejam e protagonizem esses indivíduos que estão na mira do extermínio pensado pelo governo.

Sendo assim, dois projetos foram explorados na presente pesquisa, sendo eles, a biblioteca comunitária Livro Livre e o time de futebol Treinando Futuros Profissionais, grupos esses criados para atender crianças e jovens do bairro Curió e oferecer atividades que promovem a cultura e o protagonismo juvenil.

Além disso, os projetos explorados atuam no combate à entrada de jovens na criminalidade, oferecendo a eles outras perspectivas de condução de suas vivências e moralidades. As juventudes periféricas, as quais se apresentam na centralidade da referente investigação, para além da vulnerabilidade social, são vítimas da estigmatização e marginalização das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, expondo-as a violências públicas e, devido às frequentes violações de liberdades e garantias, o estabelecimento da ordem social se dificulta e o crescimento de repressões e criminalidades vai se fazendo na sociedade (Adorno, 2002). Logo, a pesquisa aqui desenvolvida, é de suma relevância para a condução dos estudos referentes a sociedade atual e dos problemas que ela carregada, sobretudo ao campo da Ciências Sociais e demais áreas que buscam compreender as relações entre juventudes e direitos humanos.

2 Metodologia

[68] Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lara.vasconcelos@aluno.uece.br

A pesquisa, tratando-se de uma metodologia de abordagem qualitativa, contou com a observação direta dos projetos sociais que atuam no bairro Curió, percebendo a atuação das suas atividades e a participação dos jovens atendidos. Ainda assim, com a intenção de investigar os objetivos pensados e os resultados das ações culturais por eles produzidas, foram realizadas entrevistas direcionadas tanto aos organizadores, quanto ao público participante, a fim de relacionar ambas as percepções.

Além disso, com o objetivo de entender como o Estado atua no bairro, no que concerne à elaboração e execução de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da criminalidade na região e na garantia dos direitos da juventude moradora do bairro, foi traçado um levantamento documental referente às ações governamentais atuantes na região. Logo, o quadro metodológico foi delimitado a partir da minha participação ativa nos projetos culturais que compõem a pesquisa, juntamente a entrevistas e pesquisas realizadas em torno da história e atuação política na referida localidade.

3 Resultados e discussões

Ao final da presente pesquisa, foi possível perceber a relevância que esses grupos, organizados pela comunidade moradora do bairro, possuem na condução da juvenilidade daqueles que são atendidos por eles, na pluralidade de seus corpos e vivências. Bourdieu (1983) afirma que a juventude tem sua infinidade no sentido mais diversos, pois cada indivíduo experimenta o cotidiano e as sensações de um lugar diferente, físico, emocional e social.

Ainda assim, notam-se resultados eficazes no que concerne ao combate à entrada de jovens nas facções criminosas presentes no bairro e nas regiões vizinhas, à medida que os mesmos se interessam pela proposta dos projetos sociais e começam a fazer parte de forma assídua de suas atividades. A violência então, está presente na sociedade na sua forma mais insípida e cruel, e os indivíduos mais atingidos são aqueles mais frágeis a vista do Estado, e a juventude se apresenta como alvo para a marginalização de políticas públicas, fazendo-se necessário atenção sobre esse grupo social, pois são corpos e que diariamente são atingidos por repressões e estigmas por parte dos donos do poder da sociedade.

Considerações finais

Conclui-se, então, a relevância que a promoção da cultura, carregada pela literatura, música e esporte, possui no cotidiano dos jovens moradores da periferia. Motivados pelo combate à violência e na garantia dos direitos da juventude, os projetos aqui explorados foram elaborados com o intuito de atender a crianças e adolescentes que anseiam pela escuta de suas vozes e de seus potenciais, oferecendo então, outros caminhos para seus desejos e vivências, para que eles não apenas sobrevivam, mas que vivam suas pluralidades e infinitudes e, sobretudo, chamando a atenção do Estado para a proteção desse grupos sociais, acabando as repressões e estigmas contra essa comunidade.

Referências

ADORNO, S. A. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/NHCPpWZJ3mnhknNxjxxbKWh/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

O QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES INFORMAM?

Luísa Beltrame Lovatel [69]
Beatriz Akemi Takeiti [70]
Monica Villaça Gonçalves [71]

Resumo
As políticas públicas objetivam atender aos interesses da população no que tange aos assuntos públicos. Apresenta-se um mapeamento de políticas públicas dos diferentes setores voltadas à juventude, realizado no período de 2021 e 2022. Os resultados apontam que a maioria encontra-se no setor da educação (38), Esporte e Lazer (8), Saúde e Assistência Social (7 cada), Segurança (6), Cultura (3) e Comunicação (1). Nenhuma política relacionada ao trabalho foi encontrada.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas públicas. Estado. Direitos sociais.

1 Introdução

Políticas públicas "são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade" (Amabile, 2012, p.390). Assim, podemos defini-las como estratégias de atuação pública que são de responsabilidade do Estado, porém com o compartilhamento de proposições e decisões junto à sociedade civil. Tem como objetivo alcançar resultados que sejam de interesse coletivo da sociedade (Amabile, 2012). Elas são a concretização da ação governamental, e podem ser operacionalizadas por meio de programas, projetos e ações.

Historicamente, as ações públicas junto à população jovem no Brasil foram, por muito tempo, ofertadas por meio de uma assistência baseada na caridade, não entendendo esses cuidados como direitos dos jovens. Entretanto, desde a Constituição de 1988, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e de prioridades e o Estado brasileiro passa então a ser "tutor de direitos e não de pessoas" (Lopes; Silva; Malfitano, 2006, p.119). Dois anos depois da Constituição foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que ratifica tal posição, estabelecendo um sistema de garantia de direitos às crianças e aos adolescentes.

[69] Graduanda em Terapia Ocupacional, UFRJ, bolsista PIBIC/UFRJ. E-mail: luisabeltramelovatel@gmail.com
[70] Terapeuta Ocupacional. Doutora em Psicologia Social. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), UFRJ. E-mail: biatakeiti@medicina.ufrj.br
[71] Terapeuta Ocupacional. Doutora em Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: monica.v.goncalves@ufes.br

Para os jovens, a institucionalização dos direitos em lei é mais recente, apenas em 2013 foi promulgado o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), estabelecendo os princípios, as diretrizes e as ações das políticas de juventude por meio do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE).

2 Metodologia

Neste trabalho, apresenta-se a primeira etapa da pesquisa, que consistiu em um mapeamento de políticas públicas voltadas para jovens no Brasil. A busca foi realizada por meio de sites oficiais de diferentes esferas do governo no período de novembro de 2020 até abril de 2021. O objetivo era levantar políticas, programas, projetos e ações específicas para a juventude nas diferentes esferas governamentais.

Como critério de inclusão da pesquisa, determinou-se que os documentos encontrados deveriam ter os jovens como público alvo prioritário e direto da ação. Considera-se a juventude a partir das normativas jurídicas brasileiras, ou seja, pessoas com idade entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e da Juventude (Brasil, 2013).

Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem quanti-qualitativa, com o objetivo de pensar de que modo tais políticas funcionam como dispositivos que podem operar realidades locais. Este levantamento foi realizado pelos sites oficiais dos governos federal, estadual e municipal e no site do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE).

Os dados encontrados foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel, contendo as seguintes informações: nome do programa/política; classificação (se política/programa); setor (saúde, educação, esporte/lazer, cultura, assistência social, comunicação); ministério ou secretaria ao qual pertence; âmbito; lei, portaria ou decreto; link de acesso ao dado; data de acesso; faixa etária; e pequena descrição da proposta.

3 Resultados e discussão

Pontua-se que no período da pesquisa, o governo federal brasileiro era liderado por políticos da extrema direita. Eles tomaram medidas como extinguir vários ministérios e agrupar outros em um único setor, reorganizando a estrutura política anterior. Além disso, eliminaram informações dos sistemas, não tornando-as mais acessíveis ao público devido à sua oposição às políticas sociais anteriores (Feitosa, 2021). Tal cenário dificultou o acesso ao material que era buscado.

Foram excluídas políticas, programas e projetos, principalmente ligados ao campo da educação, que relacionavam-se à formação de profissionais que atuavam com os jovens, mas não diretamente a eles.

De acordo com o levantamento realizado, os resultados apontam que a maioria das políticas públicas encontra-se no setor da educação (38), seguidas por Esporte e Lazer (8), Saúde e Assistência Social (7 cada), Segurança (6), Cultura (3) e Comunicação (1). Não foram encontradas políticas relacionadas ao trabalho na busca.

Assim, é possível afirmar que essas medidas apresentaram impactos não apenas na formulação de políticas públicas para os jovens, mas também na operacionalização das ações nesta área, uma vez que há um esvaziamento de programas e de ações públicas

no que tange a garantia de direito das juventudes.

Considerações finais

Discute-se se essa concentração no setor educação pode indicar uma visão estigmatizada das juventudes, especialmente as periféricas, alvos preferenciais dessas políticas, que entram com o objetivo de controle e de normatização dos corpos jovens.

Os resultados limitados relacionados à cultura, ao esporte e ao lazer apontam ainda um movimento de retrocesso político na época em que foi realizado o levantamento, momento em que o país vivia sob um governo de extrema-direita.

A partir disso, destaca-se, então, a rasa operacionalização de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, principalmente aquelas relacionadas à cultura, ao esporte e ao lazer. Portanto, considera-se fundamental o debate acerca da temática proposta e a compreensão de que políticas públicas são um direito dos jovens e devem ser garantidos a eles. Entende-se, diante do que foi apontado, que é urgente a necessidade de reestruturação das políticas públicas destinadas a essa população, para que de fato se possa oportunizar aos jovens o acesso e a garantia de direitos.

Referências

AMABILE, A. E. de N. Políticas Públicas. *In*: CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas.** Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 390–391.

BRASIL. **Lei no. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, Presidência da República [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 28 dez.

BRASIL. **Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude –Sinajuve. Brasília, DF, Presidência da República [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 28 dez.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, [*S.l.*], v. 23, p. 114–130, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art08_23.pdf. Acesso em: 1 ago. 2017.

JUVENTUDES PERIFÉRICAS: o impacto da Areninha Itaoca na dinâmicas de rede

Edimilson Pereira de Azevedo[72]

Resumo
A pesquisa objetivou analisar como o território influencia na dinâmica de redes entre os jovens. Para isso, foi observada a Areninha Itaoca, para compreender como os diferentes grupos de jovens faziam o uso do espaço e como eles se articulavam entre si. Assim observando uma complexa dinamicidade entre os jovens e uma mutabilidade entre as rede de jovens constituídas no espaço estudo.

Palavras-chave: Território. Performance. Rede.

1 Introdução

A Areninha da Itaoca é um espaço de lazer construído pela Prefeitura de Fortaleza, no bairro da Itaoca, em um local anteriormente abandonado pelo poder público. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivos compreender como são as dinâmicas das juventudes periféricas que socializam nesse espaço e quais as formas quese dão o uso desse território, isso será feito por meio de observações de campo.

Foi feito um levantamento das redes identificadas, buscando assim compreender os efeitos que o território tem sobre as juventudes que ocupam o local. Adotou-se, uma análise a partir da territorialização do espaço (Castro, 2000), com o intuito de compreender se a construção dos equipamentos teve impacto sobre as relações práticas e sociais dos jovens. Por fim, considerando os trajetos da pesquisa e as imersões em um campo tão próximo caracterizo essa como emocionalmente engajada (Silva, 2022).

2 Metodologia

Utilizando-se da observação de campo, nos dois primeiros dias de observação foram feitas durante o dia e a noite e nos cinco dias de observação posteriores apenas no período da noite. Notou-se que o uso se dá quase que exclusivamente no período da noite. Justifica-se assim essa tomada de decisão na abordagem metodológica. Destaca-se que a observação direta de campo se deu em uma semana, mas devido a proximidade com o campo houve a possibilidade de coleta de dados por meio de uma “observação indireta” após o período definido como exclusivo de observação, tornando essa uma pesquisa emocionalmente engajada (Silva, 2022).

3 Resultados e discussões

[72]Universidade Estadual do Ceará. E-mail: edimilson.azevedo@aluno.uece.br

Durante as observações de campo o primeiro trabalho que a pesquisa buscou foi a listagem de grupos que estavam presentes, identificou-se sete grupos principais, 1) os jogadores de futebol, o público alvo direto do equipamento, 2) jogadores de futebol de mesa, 3) os que praticam capoeira, 4) jogadores de vôlei de areia, 5) os que dançam, 6) os que socializam com amigos e pares românticos, contudo existe um último grupo, mais discretos, são os que vão a esse ambiente para fazer uso de álcool, maconha e outros entorpecentes, 7) os outsiders (Becker, 2008).

Nesse sentido, os grupos compartilham o espaço de maneira mútua, como se já houvessem demarcado o espaço a qual cada um pertence. Observando-se esses diferentes grupos entre os próprios jovens, deteve-se então a compreensão que Castro (2000) proporciona sobre a maneira que pode ocorrer a territorialização do espaço.

Nesse sentido, identificamos que as relações sociais e os ritos de sociabilidade eram feitos nos locais destinados, portanto os jovens que praticavam esportes mantinham relações entre os outros grupos. Contudo, o encontro das práticas era em seus devidos locais, isto é, quem foi a praça para fazer uso de álcool, por exemplo, não o fazia no local da prática de futebol, ele o fazia no ambiente definido para isso, se houvesse a necessidade ou a vontade de se socializar com outro grupo, abandonava seu antigo e passava a performar as ações do que lhe interessava. Isso revelou um forte cruzamento entre as redes existentes, nesse sentido Giddens e Sutton (2017) definem rede como um "Conjunto de vínculos formais e/ou informais que conectam as pessoas entre si, seja em formas de organização mais livre ou na vida social" (Giddens; Sutton, p.199, 2017). Portanto, há um conjunto de vínculos que os jovens compartilhavam entre assuas redes, mas se articulavam com outros do qual compartilham vínculos, expondo uma marcante adaptabilidade.

Essa dinamicidade e mutabilidade analisada tem forte influência na forma como o uso de um equipamento público proporciona ambientes de desenvolvimento e de sociabilidades diversas (Castro, 2000). É importante destacar que, não se está assumindo que a transitoriedade entre as redes existentes no local seja apenas devido ao equipamento público, porém, essa Areninha proporciona um ambiente ideal para desenvolver esse fenômeno.

Considerações finais

Portanto, juventudes periféricas possuem um alto grau de dinamicidade para se articular entre diferentes redes sociais, tendo um alto grau de mutabilidade em suas performances sociais. Isso significa que, esses atores conseguem articular diferentes modos de socialização para se articularem em diferentes grupos.

Além disso, a pesquisa apontou para um olhar maior sobre o efeito que o território tem sobre as dinâmicas de rede que ele pode gerar. Considera-se importante ressaltar que, ainda é preciso comparar a dinâmica dos jovens em outros territórios além das formas que se dão o compartilhamento do espaço, ou seja, é preciso fazer mais análises sobre a influência do território sobre as redes sociais dos jovens e como elas são afetadas pelo território.

Referências

BECKER, H. Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, E. Iná *et al*. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2000.

GIDDENS, Antony; SUTTON, W. **Philip**: conceitos essenciais da sociologia. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, D. Lara. É possível uma pesquisa emocionalmente engajada? Afetos e emoções
na esfera pública. *In*: MENDES, P. S. Virzângela *et al.* (org.). **Poéticas e políticas da pesquisa**: relatos sobre escrita, envolvimento e análise científica. Fortaleza: Imprece, 2022.

RETRATOS DA CULTURA PARA JOVENS NO RIO DE JANEIRO

Joana da Costa Macedo [73]
Débora Irmão Santos[74]
Ana Luiza Soares de Oliveira [75]

Resumo
O projeto de pesquisa "Juventudes urbanas periféricas e ocupação cultural" parte do pressuposto de que atividades culturais, além de gerar emprego e renda, são promotoras de inclusão, especialmente para jovens. O presente trabalho diz respeito a um recorte do projeto de pesquisa em questão e objetiva mapear as ações e projetos de cultura voltados para jovens na cidade do Rio de Janeiro. Para a obtenção dos dados, foi realizada uma pesquisa *online* por meio de sites oficiais da prefeitura do Rio de Janeiro e, em particular, na Secretaria Municipal da Juventude. Em relação às ações e projetos governamentais atrelados à Prefeitura do Rio de Janeiro, foram levantados 15 projetos, dos quais 11 ainda estão em andamento. No que diz respeito às ações não-governamentais, foram identificados 9 projetos, totalizando assim 24 projetos. Todas estas ações foram discriminadas em uma planilha *Excel* e seus dados foram extraídos a partir de: autores/promotores; parcerias; financiamento; público; local; setor; síntese; bolsas e status do andamento da ação. Preliminarmente, os dados apontam uma preocupação com ações voltadas para o público jovem que considera ações culturais em territórios mais vulneráveis. Além disso, tais ações culturais ocorrem em consonância a outras práticas intersetoriais como saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, às tecnologias digitais, dentre outras. É possível apontar que tais ações políticas culturais têm oportunizado jovens a ampliarem os repertórios sociais e educacionais na direção de garantir cidadania e formação em direitos humanos.

Palavras-chave: Juventudes. Ações e projetos culturais. Políticas públicas culturais.

[73]Doutora em Ciências Sociais. Professora de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. (SEEDUC-RJ). E-mail: jocsmacedo@gmail.com
[74] Graduanda em Terapia Ocupacional, UFRJ, bolsista PIBIC/CNPQ. E-mail: deborasantos210900@gmail.com
[75] Estudante do Ensino Médio no Colégio de Aplicação, UFRJ, bolsista PIBIC-EM/CNPQ. E-mail: analuizasolis@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA TURMA PARA FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DE EXPRESSÃO CULTURAL DOS JOVENS

Joana da Costa Macedo [76]

Resumo

Esta pesquisa objetiva refletir sobre a importância da turma para a expressão cultural dos(as) jovens estudantes do Ensino Médio em uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro. A turma é um núcleo importante do processo de socialização dos jovens dentro da escola, e é o grupo no qual eles(as) passam a maior parte do tempo escolar. Dentro da turma para a qual os (as) estudantes são designados, várias relações sociais, processos de subjetividades, conexões interpessoais das mais diversas são construídos. Este trabalho pretende analisar as construções culturais dos jovens que partiram das relações estabelecidas dentro das turmas em uma escola pública estadual. A etapa do Ensino Médio é crucial para o desenvolvimento da expectativa de futuro dos(as) jovens estudantes, pois é a última do ciclo da educação básica, além disso, os estudos sobre as juventudes ressaltam que a trajetória escolar pode ser permeada por condições materiais desigualmente estratificadas que afetam diretamente as oportunidades educacionais e as trajetórias individuais. Assim, a pesquisa pretende investigar as formas de expressão e organização culturais dos jovens dentro das turmas, esperando, como resultado preliminar, que a turma e as relações estabelecidas nela possibilitam a criação de formas de organização juvenil, bem como a realização de expressões artístico-culturais que afetam as trajetórias individuais e escolares dos(as) jovens estudantes.

Palavras-chave: Turma. Jovens estudantes. Organização e expressões culturais.

[76] Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutoranda da UFRJ, bolsista CNPq. Professora de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). E-mail: jocsmacedo@gmail.com

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DO HIP HOP: escrevivências que contribui para a formação e a prática educativa da juventude periférica em Teresina/PI

Ana Jessica Ferreira Cruz[77]
Shara Jane Holanda Costa Adad[78]

Resumo
A investigação apresenta experiências educativas no movimento *HIP-HOP* e suas contribuições na formação e prática educativa da juventude periférica na cidade de Teresina/PI. Trago essas experiencias por meio de escrevivências, que relatam atravessamentos formativos advindos da experiência vivenciada que tive com o movimento Hip-Hop, mesmo antes do meu nascimento, enraizada no meu âmbito familiar. A pesquisa tem como questão norteadora: por meio de minhas escrevivências, como as experiências educativas do/no Hip-Hop contribuem para a formação e prática educativa da juventude periférica, em Teresina/PI/BR? Com intensão de sanar essa questão, objetivos são: a) Compreender, por meio de minhas escrevivências, as experiências educativas do Hip-Hop que contribuem como formação e prática educativa da juventude periférica em Teresina/Pi; b) Identificar nas minhas escrevivências a relação estabelecida entre a juventude periférica e o Hip-Hop; e c) Descrever as experiências educativas do hip hop nas escrevivências que contribuíram para a formação e prática educativa da juventude periférica em Teresina/Pi. A investigação se apoia na abordagem de pesquisa qualitativa, na coleta de dados foi feita por meio de Diários de Itinerância. São ressaltados os seguintes resultados da investigação: a perspectiva do Hip-Hop como uma ferramenta para a construção identitária dentro do processo educativo e formativo da juventude periférica em Teresina/PI, por meio das expressões artísticas que envolve a cultura Hip-Hop, trazendo a possibilidade de criação e invenção, bem como o pertencimento existente na relação da cultura HIP-HOP com a juventude periférica.

Palavras-chave: Escrevivência. Hip-Hop. Juventude. Periferia. Pedagogia

[77] Universidade Federal do Piauí.
[78] Universidade Federal do Piauí

Grupo de Trabalho 5 – Tecnologia e educação: desafios e benefícios das mídias sociais na educação do século 21

Coordenadores: Carlito Lins de Almeida Filho (UFC-BR); Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo (UNICAMP-BR)

ATOPIA E ACRONIA NA CULTURA DIGITAL: os sentidos e significados das/dos jovens estudantes

Rafael Vieira de Araújo[79]
Divino de Jesus da Silva Rodrigues[80]
Rildo Vieira de Araújo[81]

Resumo
Neste estudo bibliográfico, são analisados os conceitos de atopia e acronia nas culturas digitais dos jovens estudantes, bem como seus impactos. O trabalho aborda a ausência do espaço-temporal, destacando o impacto da "telepresença" e "teleobservação" como mercadorias e as contradições entre os ambientes digital e material. Uma análise crítica com base nas reflexões de Marilena Chauí (2008) é realizada onde se conclui a necessidade do processo de conscientização desses fenômenos na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: atopia, acronia, culturas digitais, jovens.

1 Introdução

A rápida evolução das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) tem transformado profundamente a forma como as/os jovens vivenciam o tempo e o espaço. Nesse contexto, emergem conceitos como atopia e acronia que servem para ampliar o alcance e a intensidade da exploração capitalista, ao mesmo tempo em que cria novas formas de controle e alienação.

Atopia, ou a sensação de não lugar, está intrinsecamente relacionada à globalização capitalista e às tecnologias digitais. À medida que o capital flui sem fronteiras geográficas, criando uma economia global, as/os jovens são levados a uma sensação de não pertencimento a um lugar específico. Elas/Eles vivenciam um espaço digital que transcende limitações geográficas e que é moldado pelas forças do mercado global.

Acronia, por outro lado, remete à sensação de "não tempo". A acronia é, portanto, uma resposta ao ritmo acelerado das relações de produção capitalistas, onde a busca pelo lucro imediato muitas vezes obscurece a noção de passado, presente e futuro.

[79] Prof. Doutorando, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). E-mail: educadorrafael.araujo@gmail.com
[80] Prof. Dr. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação. E-mail: divino.psi@pucgoias.edu.br
[81] Prof. Dr. Instituto Federal de Mato Grosso–Barra do Garças, Ciências Ambientais. E-mail: ifmt.rildo@gmail.com

Assim, a sensação de não pertencimento a um lugar específico e a perda das fronteiras temporais são, em última análise, produtos da busca incessante de lucro que caracteriza o sistema capitalista.

Para compreender essas dinâmicas, este estudo utiliza uma abordagem crítica, baseada nas ideias de Marilena Chauí (2008), para analisar como a telepresença e a teleobservação. Além disso, explora como esses conceitos se entrelaçam e moldam a experiência das juventudes na aprendizagem e no ambiente educacional.

Problematização

A fragmentação da experiência humana, resultante da globalização econômica e das tecnologias eletrônicas, transformou uma dualidade no modo como os sujeitos percebem o espaço e o tempo. Somadas aos dispositivos móveis e as redes sociais, como produtos mercantis na cultura digital, são exemplos de como a lógica de mercantilização e a objetivação da vida social se manifestam nesse ambiente

As TDIC trouxeram consigo a promessa de maior conectividade, acessibilidade e instantaneidade. No entanto, à medida que essas tecnologias permeiam cada vez mais a vida cotidiana das juventudes, surgem questões críticas sobre como elas estão condicionando a experiência temporal e espacial dessa geração.

Assim, sob uma perspectiva marxista, delimitou a seguinte problematização: quais são os sentidos e significados de atopia e acronia para as/os jovens estudantes nas culturas digitais, levando em consideração as relações de produção e as estruturas de poder inerentes à sociedade capitalista?

Objetivos

O objetivo principal deste estudo é apreender os sentidos e significados de atopia e acronia nas culturas digitais para as/os jovens estudantes.

2 Metodologia

A metodologia deste estudo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, envolvendo uma análise crítica e interpretativa do texto de Chauí (2008) sobre os conceitos de atopia e acronia apresentados por Paul Virilio (1993).

O processo de investigação foi fundamentado pelos pressupostos teóricos da Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski (2009), que se estruturaram pelo método materialista histórico-dialético (Marx, 2013).

3 Resultados e discussões

Nesse contexto de fragmentação da realidade, a sociedade capitalista se dividiu, utilizando a abordagem cartesiana, a compreensão e os significados que os sujeitos têm das dimensões de espaço e tempo no ambiente tecnológico. Ao abordar o tema, Chauí (2008, p. 62) observa que

> [...] a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias,

> diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro.

As constatações da autora ensejam perceber que a sociedade capitalista produziu uma fragmentação e uma dissolução do espaço e do tempo, tornando difícil sua integralidade. Além disso, o tempo também é visto como instantâneo e sem uma profundidade significativa. Referindo-se a Paul Virilio (1993), Chauí (2008, p. 62) reitera que ele "[...] fala de acronia e atopia, ou da desaparição das unidades sensíveis do tempo e do espaço vivido sob os efeitos da revolução eletrônica e informática."

Como salienta Chauí (2008, p. 62), "[...] vivemos sob o signo da telepresença e da teleobservação, que impossibilitam diferenciar entre a aparência e o sentido, o virtual e o real, pois tudo nos é imediatamente dado sob a forma da transparência temporal e espacial das aparências, apresentadas como evidências."

Destarte, como indicado na citação anterior, que a diminuição da profundidade temporal, que implica na perda do anonimato e na fusão do tempo e do espaço, pode resultar na perda do significado da cultura como uma atividade histórica. Nas palavras de Chauí (2008, p. 62): "[...] em outras palavras, perdemos o sentido da cultura como ação histórica".

Considerações finais

É importante ressaltar o processo de conscientização dos jovens sobre os conceitos de atopia e acronia nas culturas digitais, sob uma perspectiva de emancipação. Esses conceitos desempenham um papel crucial na forma como as/os jovens vivenciam o tempo e o espaço na era digital, impactando diretamente sua forma de agir de forma crítica e emancipada na sociedade.

Assim, a inserção desses conceitos no currículo educacional subsidia as/os jovens a compreenderem como a tecnologia usada como mercadoria pode alienar suas vidas e para questionarem as estruturas de poder subjacentes a essa transformação.

Portanto, a conscientização sobre atopia e acronia na perspectiva da emancipação fortalece como sujeitos de transformação social, capazes de contribuir para uma sociedade mais igualitária, justa e emancipada, onde todos tenham acesso aos recursos necessários para viver com dignidade e exercer plenamente sua cidadania cultural, social e política.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: o uso de TICs durante o período de estágio no programa de residência pedagógica

Carlos Alberto Pereira Junior[82]

Resumo
O Programa de Residência Pedagógica, é uma iniciativa voltada para a formação inicial de professores que explora a dimensão reflexiva da prática pedagógica ao oferecer a oportunidade aos alunos dos cursos de licenciatura de vivenciarem a profissão docente por meio do exercício da práxis pedagógica. Essa pesquisa propõe a analisar a utilização das TICs durante o estágio no Programa de Residência Pedagógica que ocorreu no período da pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: TICs. Programa de Residência Pedagógica. Covid-19.

1 Introdução

Durante a minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, tive a oportunidade de participar do Programa de Residência Pedagógica, que é um programa voltado para a formação inicial de professores. Contudo, a minha experiência no programa foi completamente diferente daquilo vivenciado nas edições anteriores, pois essa edição ocorreu simultaneamente com a crise pandêmica da Covid-19. Para minimizar os efeitos desse problema, as escolas adotaram um modelo de ensino não presencial aprovado pelo Ministério da Educação que foi denominado “Ensino Remoto Emergencial”.

Considerando que o local onde realizei minha experiência de estágio foi o CETI Professor Darcy Araújo, localizado em Teresina-PI, a proposta dessa pesquisa é analisar como se deu esse processo de implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no modelo de Ensino Remoto Emergencial empregado pelo CETI Professor Darcy Araújo durante o período pandêmico de Covid-19. Esse tema foi escolhido, pois dele emergem discussões importantes como a adaptação do formato presencial empregado nas aulas para se adequar ao formato remoto implementado no período pandêmico e a exclusão dos alunos no processo de ensino aprendizagem.

2 Metodologia

A presente pesquisa é do tipo descritiva e utiliza uma abordagem qualitativa, onde faço um relato de experiência sobre a minha participação no Programa de Residência Pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí. Segundo a classificação empregada por Gil (2008), essa pesquisa seria classificada como “descritiva” pois descreve as características de fenômenos que são analisados e interpretados por meio da articulação entre teoria e realidade.

[82] E-mail: juniorpereira3.jp@gmail.com

A abordagem qualitativa foi utilizada nessa pesquisa, pois de acordo com Pereira *et al.* (2018), as pesquisas desse tipo tentam interpretar fenômenos observados considerando a interpretação do pesquisador ao invés de considerar somente a quantidade de dados obtidos. As experiências que relato no decorrer dessa pesquisa foram sistematicamente documentadas por meio do meu diário pessoal de aulas e dos relatórios produzidos durante o meu período de estágio no Programa de Residência Pedagógica, que por sua vez serão analisadas a partir da revisão bibliográfica de leituras científicas que fornecerão a fundamentação teórica para a interpretação dos dados registrados.

3 Resultados e discussões

Segundo Behar (2020), por conta do caráter excepcional do contexto da pandemia de Covid-19, esse novo formato de ensino não presencial adotado seria "uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro". No Ensino Remoto Emergencial, o objetivo é que os alunos e professores de uma mesma turma continuem a interagir nos mesmos horários nos quais as disciplinas aconteciam quando era adotado o formato de aulas presenciais.

A implementação do Ensino Remoto Emergencial ocorreu de forma bastante acelerada sob a justificativa de evitar a evasão escolar. Desse modo, professores das redes privada e pública não tiveram tempo para receberem a capacitação necessária para a atuar nesse novo formato de ensino, sendo que muitos desses profissionais sequer sabiam manusear as plataformas digitais que seriam utilizadas nas aulas remotas (Vieira; Ricci, 2020).

Segundo Zanona (2017), isso representa um risco pois um profissional docente inábil com o uso das ferramentas utilizadas no ensino remoto possui pouco controle sobre o ambiente de aprendizado virtual, ampliando as possibilidades do surgimento de cyberbullying direcionado a alunos e professores, pois os possíveis agressores se sentem encorajados em acreditar que o espaço virtual está sem controle e regulamentação.

Durante o período em estagiei no CETI Professor Darcy Araújo, recebi treinamento no uso dos TICs no ambiente educacional, mas percebi que muitos alunos sofriam com problemas de acesso à internet. Para superar essa situação, estagiários disponibilizaram digitalmente diversos materiais complementares como uma forma de reforçar o aprendizado dos alunos dessa turma, somado a isso os estagiários que atuavam na turma também se disponibilizaram para receber as dúvidas dos alunos no grupo de WhatsApp da turma para tirarmos suas dúvidas. Decidimos também produzir um podcast e um perfil no Instagram para discutir os temas trabalhados em sala de forma que os estudantes pudessem ter mais uma ferramenta para utilizar durante os seus estudos em casa.

Com a implementação da estratégia de produção de conteúdos para as redes sociais e o podcast, sentimos que sentiam dificuldades de compreensão dos temas discutidos em sala de aula puderam organizar melhor um tempo de estudo que se adequasse melhor a sua rotina, melhorando assim a participação em sala de aula e elevando o desempenho desses alunos nas atividades avaliativas.

Considerações finais

Agora que o período pandêmico passou e podemos analisar a situação em perspectiva, percebo que só foi possível superar as dificuldades na implementação do Ensino Remoto Emergencial no CETI Professor Darcy Araújo por meio do esforço que os profissionais da educação envolvidos no processo empregaram no estudo de estratégias didáticas e na produção de materiais de apoio que tornassem as aulas mais interessantes para os estudantes e permitissem que pudessem estudar os temas trabalhados em sala com maior autonomia.

O cenário pandêmico forçou que os professores e estagiários refletissem sobre diferentes metodologias educacionais para tornar a aula mais interessante para os estudantes, e isso nos fez perceber que o ato de ensinar não é se resume a uma simples transferência de conhecimentos, pois é necessário criar um ambiente que potencialize a capacidade dos estudantes de construírem o seu próprio aprendizado.

Referências

BEHAR, P. A. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância**, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/. Acesso em: 8 out. 2020.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, A. S. *et al*. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: NTE, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15824. Acesso em: 26 jun. 2023.

VIEIRA, L.; RICCI, M.C.C. **A educação em tempos de pandemia**: soluções emergenciais pelo mundo, 2020. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL__Let_cia _Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023

ZANONA, P. L. “Cyberbullying no Brasil e em Portugal”. *In*: BLUM, O. (org.). **Direito digital**. São Paulo: Edições LCT, 2017.

APRENDER CRIANDO: construção colaborativa de *Chatbot* como ferramenta de aprendizagem na disciplina de cultura digital

Ricardo Normando Ferreira de Paula
Heitor Barros Chrisostomo

Resumo
A Legislação Educacional, em sua última estruturação, contempla a evolução constante da tecnologia e sua crescente influência na sociedade atual a partir da criação da disciplina denominada Cultura Digital. Este estudo tem o objetivo apresentar os primeiros resultados da implementação desta disciplina nas turmas de primeiro ano de ensino médio em uma escola pública estadual enfocando o caráter técnico do currículo e destacando o produto educacional em desenvolvimento na disciplina.

Palavras-chave: Cultura Digital. Programação. Python.

1 Introdução

Chatbot (agente inteligente ou *bot*) são recursos computacionais desenvolvidos para que possam possibilitar um diálogo por meio de textos ou comandos de voz com um usuário. Atualmente há uma disseminação em larga escala da utilização de *bots*, como explicita Dey *et al.* (2020).

Paralelamente a esta disseminação, está o desenvolvimento de políticas educacionais que visam inserir os alunos de todos os níveis em uma discussão voltada para a popularização de tecnologia computacional a partir da reestruturação do currículo escolar. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) insere no currículo do Ensino Médio a disciplina de Cultura Digital, possibilitando a alfabetização, inclusão e o letramento digital.

Constituindo-se como um campo interdisciplinar, é possível trabalhar tanto o ensino de habilidades técnicas como a compreensão crítica e ética das implicações da tecnologia em nossas vidas. Sob a ótica do ensino das habilidades técnicas, é possível estruturar a disciplina de modo a permitir o desenvolvimento do Pensamento Computacional (Wing, 2021) ao mesmo tempo em que se insere os alunos no contexto da Indústria 4.0 (Alarcon *et al.*, 2018).

Diante deste contexto, este estudo tem a seguinte questão norteadora: Como é possível, no contexto da disciplina de Cultura Digital, inserirmos os alunos em uma discussão mais técnica com vistas ao desenvolvimento do Pensamento Computacional voltado para a Indústria 4.0? Como objetivo deste relato de experiência, buscou-se apresentar a metodologia desenvolvida na disciplina Cultura Digital, bem como os resultados parcialmente alcançados, uma vez que a pesquisa está em desenvolvimento.

2 Metodologia

Cultura Digital é um componente curricular obrigatório, ofertada em escolas de ensino médio em tempo integral, as quais são regidas pela Lei nº 16.287/2017 (CEARÁ, 2017), que institui toda a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará.

Neste relato, foram consideradas as turmas de primeira série, onde é dado um enfoque mais técnico à disciplina, cujo conteúdo programático é o seguinte: i. Conceitos básicos sobre computação na sociedade moderna; ii. Introdução à Lógica de programação; iii. Algoritmos; iv. Noções de programação em linguagem Python; v. Projeto de desenvolvimento.

Estão participando da pesquisa 131 alunos, divididos em quatro turmas da primeira série.

Os objetivos que devem ser alcançados no final da pesquisa são: i. introduzir os alunos aos conceitos básicos de lógica de programação; ii. familiarizá-los com a linguagem de programação Python; iii. desenvolver habilidades práticas na criação de um *chatbot*; iv. desenvolver nos alunos as habilidades de trabalho em grupo e cooperação.

Esta pesquisa é dividida em quatro fases, a saber. A primeira ocorreu durante o primeiro semestre de 2023, período no qual foram apresentados os quatro primeiros itens do conteúdo programático. O desenvolvimento dos algoritmos nesta fase foi realizado em *tablets* fornecidos durante as aulas pela escola aos alunos. O programa utilizado para desenvolvimento foi o PyDroid[83], uma IDE[84] educacional desenvolvida para sistemas Android e que possui uma versão gratuita que atende às necessidades da disciplina.

A segunda fase[85] consiste na formação das equipes e definição dos temas que serão explorados pelo *chatbot*. Após as primeiras definições, é estabelecido o fluxo de diálogo inicial e os alunos passam a ser guiados no desenvolvimento efetivo do artefato.

A terceira fase, prevista para ocorrer em outubro, consiste nos primeiros testes, os quais ocorrerão a partir de utilização dos *bots* por alunos de turmas e equipes diferentes. Os links dos *bot's* das equipes serão gerados, compartilhados e executados utilizando o *replit* (https://replit.com/).

A quarta fase, que ocorrerá concomitantemente à terceira, finalizará na primeira semana de dezembro e será executada a partir dos *feedback's* recebidos pelas equipes e implementação das mudanças possíveis.

3 Resultados e discussões

Como disciplina curricular passível de avaliação e considerando a média da escola igual a 6,0 (seis vírgula zero), é possível inferir que os objetivos educacionais foram atingidos, já que a distribuição de notas foi a seguinte (números aproximados): 14% dos alunos ficaram com notas abaixo da média; 74% obteve notas compreendidas entre a média e 9,0; 12% obtiveram notas acima de 9,0.

83 Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=ru.iiec.pydroid3&hl=pt_BR&gl=US&pli=1

84 IDE é a sigla para Integrated Development Environment (ambiente de desenvolvimento integrado).

85 Esta é a fase em andamento no período em que este relato está sendo escrito.

Em uma análise qualitativa, houve um questionamento na prova acerca da percepção dos alunos sobre a importância da disciplina. Cerca de 75% dos alunos questionados posicionou-se favorável à disciplina e reconheceram sua importância no atual contexto social.

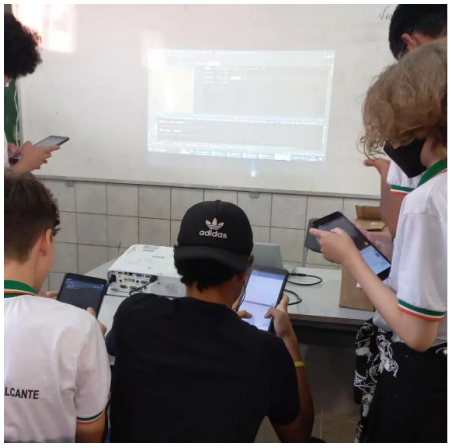
Durante a etapa da formação dos grupos, todos os alunos já estão inseridos em grupos e têm seus temas definidos. Mais de 50% das equipes já iniciou a fase de estruturação do código enquanto o restante está concluindo a etapa de criação do fluxo de diálogo.

Considerações finais

Durante a execução da disciplina fica evidente que a combinação do ensino da lógica de programação culminando com o desenvolvimento de um *chatbot* proporciona uma abordagem envolvente e eficaz para o aprendizado.

O trabalho em equipe e a importância da colaboração vem sendo trabalhadas e desenvolvidas fomentando troca de ideias entre os membros de uma mesma equipe e, acima de tudo, entre membros de equipes diferentes, reforçando o desenvolvimento das habilidades interpessoais e a capacidade de resolver problemas em conjunto.

Figura 1 – Alunos durante as aulas de Programação



Fonte: Autores.

Entretanto, não se pode ignorar a existência de desafios enfrentados no que diz respeito a questões técnicas e estruturais, mas que vem sendo vencidas paulatinamente durante o desenvolvimento do projeto.

Como resultado parcial, este trabalho ressalta a promissora abordagem de usar *chatbots* como ferramentas educacionais interativas, incentivando o engajamento ativo dos alunos e proporcionando uma experiência de aprendizado mais personalizada.

Referências

ALARCON, Dafne *et al.* **Os desafios da educação em rede no contexto da indústria 4.0**, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

CEARÁ. **Lei n°16.287, 20 de julho de 2017**. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5883-lei-n-16-287-de-20-07-17-d-o-21-07-17. Acesso em: 27 abr. 2019.

DEY, Tapajit; VASILESCU, Bogdan; MOCKUS, Audris. **An exploratory study of bot commits**, 2020. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/10.1145/3387940.3391502. Acesso em: 27 abr. 2019.

WING, Jeannette M. Pensamento computacional. **Educação e Matemática**, [*S.l.*], n. 162, p. 2-4, fev. 2021.

DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA COM O USO DE MODELAGEM MATEMÁTICA UTILIZANDO O SOFTWARE MODELLUS

Ricardo Normando Ferreira de Paula
Heitor Barros Chrisostomo

Resumo
Tendo como foco a disciplina de Física e utilizando o software de modelagem modellus, foi criada uma disciplina para os fins desta pesquisa, cujo objetivo é investigar a eficácia da utilização da modelagem matemática como forma de desenvolver competências de aprendizagem em Ciências da Natureza. Os resultados apontam que esta metodologia apresenta resultado positivos no que diz respeito ao desenvolvimento de competências e compreensão de conceitos.

Palavras-chave: Modellus. Modelagem. Competências. Conceitos Em Física. Ensino De Física.

1 Introdução

O Plano Nacional de Educação, de 2014, menciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando o compromisso da Educação Brasileira de promover uma educação integral proporcionando o pleno desenvolvimento dos estudantes (Brasil, 2017), destacando, novamente a questão do ensino baseado nas competências e habilidades.

A BNCC destaca três competências, dentre as quais será priorizada, para efeitos desta pesquisa a competência específica 3:

> Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) (Brasil, 2017, p 553).

A discussão em torno do ensino por competências no âmbito das Ciências da Natureza e, mais especificamente da disciplina de Física, faz-se necessário, já que a prática metodológica tradicional não surte o efeito necessário e desejado na maioria das aulas ministradas.

Diante deste contexto, este estudo tem a seguinte questão norteadora: Como é possível reunir, em uma mesma metodologia, a linguagem matemática que descrevem os fenômenos naturais, o desenvolvimento de competências e a inserção de tecnologia no ensino? Como objetivo deste relato de experiência, buscou-se apresentar a metodologia desenvolvida na disciplina de Física, bem como os resultados obtidos no experimento.

2 Metodologia

Para esta pesquisa foi criada uma disciplina durante o segundo semestre da terceira série do nível médio denominada Física para o ENEM. Esta disciplina faz parte do componente eletivo de uma Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) localizada em Fortaleza - Ce. Este tipo de escola é regida pela Lei nº 16.287/2017 (Ceará, 2017), que institui toda a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará com 45h semanais.

A disciplina ofertou 40 vagas. Dentre os 158 alunos distribuídos nas quatro turmas, foram escolhidos 40, uma vez que a quantidade de inscrições foi maior que a quantidade de vagas disponíveis. Para escolha dos alunos foram considerados aqueles com menores rendimentos na disciplina de Física.

Tabela I. Distribuição de conteúdo da disciplina Física para o ENEM.

Módulos	Assunto
Primeiro Módulo	- Movimentos em uma e duas dimensões - Dinâmica da partícula - Trabalho e Energia - Conservação da Energia - Conservação do Momento Linear
Segundo Módulo	- Oscilações - Ondas em meios elásticos - Estática e Dinâmica dos fluidos - Calor e Leis da Termodinâmica - Teoria Cinética dos Gases

Fonte: Autores.

Foram trabalhados os conteúdos disponíveis na Tabela I em aulas expositivas e dialogadas, incluindo a apresentação do *software modellus*. Após o trabalho com todo o conteúdo, os alunos realizaram duas provas com seis itens de dois tipos: metade dos itens estava estruturado conforme as diretrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a outra metade envolvendo situações-problema configurando-se como itens de resposta construída.

A seguir, foi solicitado dos alunos que, dentre os assuntos abordados em cada módulo, escolhessem pelo menos um e fizessem a modelagem exploratória. Assim, para cada módulo eram esperadas 200 modelagens, sendo cinco por aluno. Em um segundo momento, em data previamente agendada, os alunos deveriam apresentar seus resultados ao grupo. Houve quatro momentos de apresentação em datas diferentes; cada data era relativa a um assunto diferente.

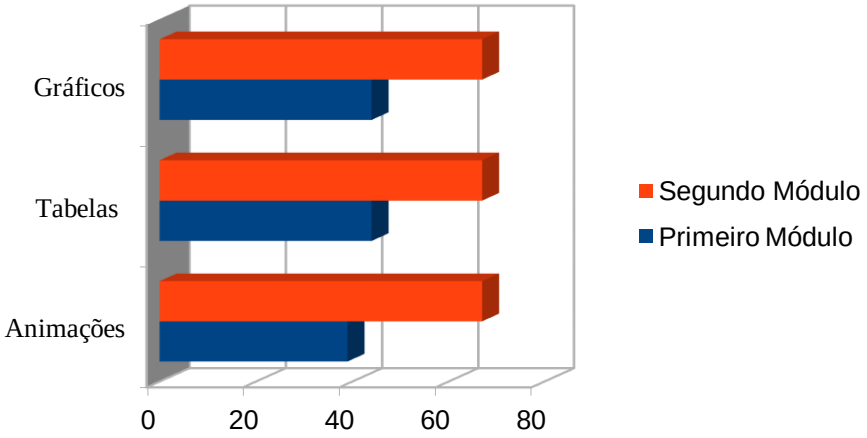
3 Resultados e discussões

O gráfico 1 mostra a quantidade de alunos que conseguiu entregar as atividades e utilizar as três ferramentas. Três fatores interferiram neste processo: i. falta de habilidade de relacionar o conceito teórico ao fenômeno cotidiano; ii. determinação de variáveis e constantes e sua interpretação no desenvolvimento da animação; iii. as

disciplinas eletivas não têm, obrigatoriamente, uma nota associada, assim não havia qualquer tipo de recompensa para os alunos. O aumento das entregas no segundo módulo mostra-se como resultado positivo, já que os alunos em questão demonstraram avanço no conhecimento do conceito utilizado e da utilização do software.

As motivações que possibilitaram as entregas das atividades por parte dos alunos é assunto a ser investigado em estudos futuros.

Gráfico 1 – Utilização das ferramentas disponíveis no *software modellus*.



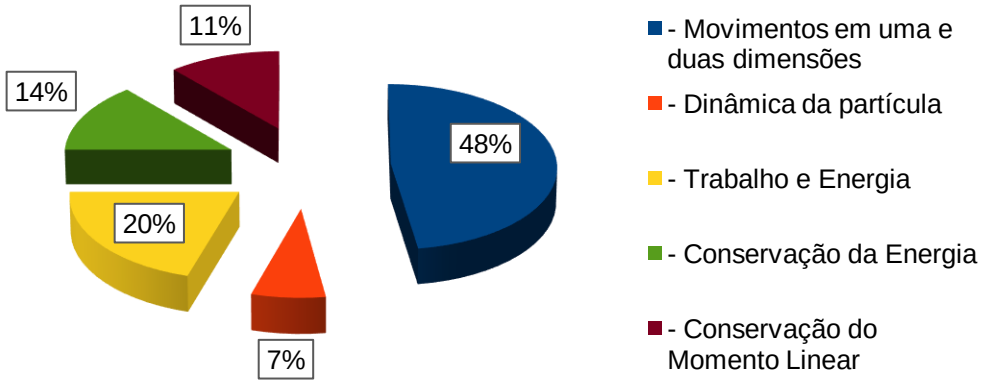
Fonte: Autores.

No Gráfico II, infere-se a predominância do conceito de movimento em uma e duas dimensões em detrimento dos demais. Outros trabalhos, como (Santos; Freitas Madruga, 2021) já explicitam que este movimento é mais simples de compreender conceitualmente em detrimento dos demais. Confirmado pelos alunos inquiridos, apesar de ser mais complexo matematicamente, em virtude da experiência cotidiana, é menos complexo de tratar conceitualmente.

Um fenômeno similar observa-se no Gráfico III em relação ao tema Oscilações.

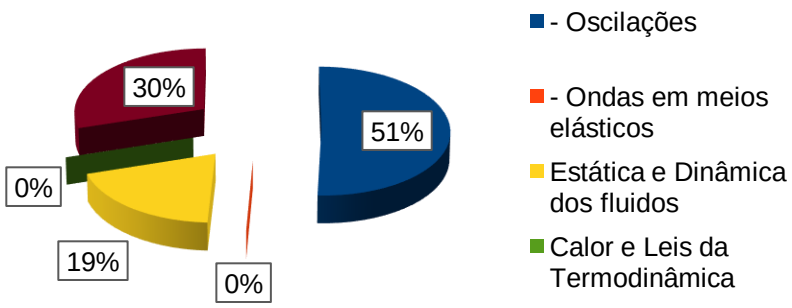
Quando comparados com os resultados apresentados nas provas escritas, percebe-se que o *software modellus* pode proporcionar o desenvolvimento da competência relativa à investigação de situações-problema e avaliação de aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, de acordo com o que foi mencionado na seção 1.

Gráfico 2 – Aproveitamento – módulo I



Fonte: Autores.

Gráfico 3 – Aproveitamento – módulo II



Fonte: Autores.

Considerações finais

O artigo ora apresentado teve como objetivo analisar umas das competências relacionadas à área de Ciências da Natureza e Matemática que está relacionada à investigação e propostas de solução de situações-problema na área em questão.

Para realizar a investigação, abordou-se o problema a partir da modelagem matemática educacional utilizando-se do *software modellus*, o qual se mostrou como uma ferramenta importante no processo de desenvolvimento destas competências.

Em trabalhos futuros, pretendes-se aprofundar esta pesquisa adotando outras competências, bem como a relação entre elas durante abordagem baseadas em PBL (Problem based learning ou Project based learning, ou seja, aprendizagem baseada em problemas ou projetos).

Outra necessidade encontrada foi a necessidade de investigar a questão das motivações no que diz respeito à submissão às avaliações que não possuem recompensa.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

CEARÁ. **Lei n°16.287, 20 de julho de 2017**. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5883-lei-n-16-287-de-20-07-17-d-o-21-07-17. Acesso em: 27 abr. 2019.

SANTOS, Vladimir Félix; FREITAS MADRUGA, Zulma Elizabete. **A modelagem matemática no Ensino de Física**, 2021. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3088. Acesso em: 27 abr. 2019.

ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS INFANTOJUVENIS: o projeto pílulas jurídicas do RECAJ UFMG

Adriana Goulart de Sena Orsini[86]
Isabelle Bianca de Jesus Baeta[87]
Laura Máximo Nascimento[88]

Resumo
O presente trabalho buscará analisar o projeto de extensão "Pílulas Jurídicas" do Programa universitário RECAJ UFMG - Acesso à Justiça via Direitos e Solução de Conflitos. Será realizada uma análise do "painel profissional" do Instagram do Programa para verificar se é possível a promoção do acesso à justiça por meio de um projeto de extensão realizado no Instagram. Este trabalho foi desenvolvido pelo método indutivo de investigação com abordagem exploratória.

Palavras-chave: Redes sociais. Informação. Acesso à Justiça.

1 Introdução

O Programa RECAJ UFMG, originado em 2007, consiste em grupo de estudos, pesquisa e extensão acerca das formas de resolução de conflitos e do acesso à justiça via direitos. Orientado pela Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Dra. Adriana Goulart de Sena Orsini, o Programa é composto por alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação, dedica suas atividades ao estudo e à difusão dos diferentes métodos de solução de controvérsias, com destaque para as formas alternativas e pacíficas de resolução de conflitos.

Boaventura de Souza Santos (2004) considera ser inerente à universidade pública a função de estabelecer uma relação dialógica e mutuamente benéfica entre o meio acadêmico e comunidade em geral. Por meio da extensão universitária, o Programa RECAJ criou em 2020 o Projeto "Pílulas Jurídicas", compreendendo ser necessária a realização de parcerias autênticas entre as diferentes instituições de ensino públicas e privadas. O enfoque pluralista, interdisciplinar e construtivista do referido projeto, encontrou, nas obras pedagógico-educacionais de Paulo Freire, um importante norte

[86] Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutora em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pela Universidade do Distrito Federal. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Desembargadora do TRT/MG. Professora associada IV da Faculdade de Direito da UFMG, Coordenadora do Programa de Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da UFMG. E-mail: adrisena@ufmg.br.
[87] Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Extensão em Solução de Conflitos e Acesso à Justiça. E-mail: isabellebaetta@gmail.com
[88] Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Extensionista do Programa de Extensão em Solução de Conflitos e Acesso à Justiça. E-mail: lauramaximo2004@gmail.com

teórico para o desenvolvimento dos trabalhos junto às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

O diálogo universidade-sociedade é constante e bilateral, pensando sempre no estreitamento de laços e difusão de informações (Orsini; Silva, 2013), analisando as demandas sociais e fomentando conhecimento como prioridade da universidade ante o papel emancipatório da formação, sendo uma das vias do acesso à justiça via direitos.

Devido à desinformação, presente principalmente nas mídias sociais, e ao analfabetismo digital, o conceito de inclusão digital deve ser entendido como democratização do acesso contínuo a informações verídicas e de qualidade, além do desenvolvimento de habilidades para o uso das tecnologias com vista a informação e a comunicação. Dessa forma, a inclusão digital é um meio garantidor de direitos fundamentais, em especial o acesso à justiça que, qualificado, encontra a via dos direitos.

Por isso, a análise da atuação do projeto de extensão "Pílulas Jurídicas", o qual transforma, mediante publicações acerca do acesso à justiça pela via dos direitos, o ambiente virtual em um espaço para a promoção, a formação e a educação em direitos humanos. O tema da comunicação social perpassou toda a elaboração do trabalho, com o objetivo de construir uma rede de promoção social e potencialização da juventude, estimulando o uso socialmente útil das mídias sociais.

2 Metodologia

O procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa é a análise de dados obtidos nos últimos 90 dias da funcionalidade "painel profissional" do Instagram do Programa RECAJ UFMG, mídia social na qual o projeto "Pílulas Jurídicas" é publicado. O Projeto tem produzido informação acessível e de qualidade nas mídias sociais desde 2020, por meio de publicações no Instagram de temas que envolvem o acesso à justiça e os Direitos Humanos. Neste ano, o Projeto tem explorado o Estatuto da Juventude, por meio do detalhamento, decomposição e problematização dos direitos dessa legislação.

3 Resultados e discussões

Desde dia 2 de junho até dia 30 de agosto deste ano, foram alcançadas 1.402 contas. A faixa etária mais alcançada foi a de 18 a 24 anos, representando 39% das contas alcançadas, seguida da de 25 a 34 anos (37,7%). Dessa forma, visto que o Estatuto da Juventude considera jovem a pessoa que tem entre 15 a 29 anos, o principal público-alvo das publicações sido o público que mais as tem consumido.

Nesse sentido, o Projeto Pílulas Jurídicas consegue, a partir da divulgação de conteúdos nas redes sociais, promover a educação em Direitos Humanos, na medida em que os usuários conseguem ter conhecimento de seus próprios direitos e, a partir disso, perceber possíveis violações.

Em um contexto de excepcionalidade sanitária, no qual as marginalidades sociais se intensificaram, o uso contra hegemônico da tecnologia, como defende Caio Lara (2019), demonstra a importância do acesso tecnológico à justiça no século XXI, haja vista que os mecanismos digitais servem, no atual contexto, como ferramentas de luta pela efetivação dos Direitos Humanos e das garantias constitucionais.

Considerações finais

Conforme exposto, a educação em Direitos Humanos é ferramenta salutar para uma maior efetivação de direitos, tendo a Universidade Pública como grande parceira na sua viabilização. A título de exemplo, foi evidenciado o Projeto Pílulas Jurídicas, que tem por princípio a divulgação, via mídias digitais, de informações didáticas e devidamente referenciadas, responsáveis por suscitar um posicionamento engajado nos usuários das redes quanto à possibilidade de violação de garantias constitucionais, especialmente no quadro pandêmico, marcado pelo acirramento de vulnerabilidades socioeconômicas.

Dessa forma, salienta-se que o espaço digital, como apresentado no presente trabalho, possibilitou aos jovens fazerem uma leitura do mundo, do ponto de vista da compreensão dos seus direitos em meio a sociedade brasileira. Isso evidencia a promoção e a defesa dos direitos humanos, concedendo a comunicação, a parceria e a cooperação no lugar do desconhecimento. Assim, as redes sociais são utilizadas pelo projeto extensionista como uma forma de sociabilização, bem como a promoção, a educação e a formação em direitos humanos. Houve, assim, a promoção do acesso à justiça via direitos infantojuvenis.

Referências

LARA, Caio. **O acesso tecnológico à justiça**: por um uso contra-hegemônico do Big Data e dos algoritmos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/DIRS-BC6UDB/1/tese___caio_augusto_souza_lara___2015655391____vers_o_final.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

CINE NUCEPEC: construindo trajetórias e saberes com e para as juventudes em tempos pandêmicos

Wládia Maria Tabosa Cruz[89]
Yasmin Alencar Guerreiro[90]

Resumo
O Cine NUCEPEC, ação de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança, é desenvolvido pela juventude universitária, objetivando discutir e ampliar o debate acerca dos direitos das crianças e adolescentes. Este trabalho, apresenta a virtualização do Projeto em tempos pandêmicos e as mudanças de público, utilizando de produções audiovisuais disparadoras para mediar discussões horizontais e colaborativas acerca de temáticas invisibilizadas na conjuntura nacional.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Juventudes. Audiovisual. Extensão. Virtual.

1 Introdução

Cine NUCEPEC: Discutindo a Infância e a Adolescência a partir de filmes, é uma atividade de extensão vinculada ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC), da Universidade Federal do Ceará (UFC), composta por uma pluralidade de jovens estudantes universitários.

A partir de recursos audiovisuais e temáticas dos direitos, com intervenções baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), busca-se promover um espaço de diálogo, construção de significados e tensionamentos no que tange às noções de infâncias e adolescências. Portanto, parte-se do princípio de que o processo conjunto e colaborativo de educação em direitos humanos emancipa, mobiliza e instrui (Dias, 2007).

Considerando impossível desassociar uma prática da conjuntura em que está inserida, o projeto é afetado pelo contexto temporal e pelo corpo social em que está situado, se reinventando cotidianamente. Consequentemente, constata-se a pandemia da Covid-19 como um ponto de reinvenção e adequação do projeto, o qual se dava, até então, apenas presencialmente (Mélo, 2021). Entendendo a necessidade de dar continuidade aos enfrentamentos e atividades devido à relevância dos temas na luta pelos direitos infanto-juvenis, optamos por um Grupo de Diálogos (GDs) online, aberto ao público acadêmico e à comunidade em geral.

Dessa forma, mesmo com a pausa nas extensões presenciais no campo escolar, houve inserção no campo acadêmico, mantendo a comunicação com a comunidade, e a incorporação em um novo universo: o virtual. Esse espaço se consolidou por meio de encontros que promoviam diálogos, debates e produção de conhecimento, visando atingir juventudes e outros sujeitos que lidam direta ou indiretamente com as juventudes

[89] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: wladiamariatabosacruzpsi@alu.ufc.br
[90] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: psi.yasminalencar@gmail.com

e permitindo a difusão do grande marcador da proteção integral à criança: o ECA (Brasil, 1990).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como propósito apresentar, resumidamente, reflexões sobre suas práticas com a juventude, frente ao contexto pandêmico.

2 Metodologia

Os GDs baseavam-se no uso do lúdico e em uma metodologia participativa, na qual os mediadores exerciam a função de facilitadores e os membros atuavam como sujeitos ativos no processo educativo, promovendo um encadeamento de emancipação para além do grupo.

Adaptando-se ao novo contexto, o projeto tomou a iniciativa de abarcar um público diferente do usual (estudantes de escola pública), passando a abranger jovens de diferentes Instituições de Ensino Superior e a comunidade em geral; por meio dos GDs enfocando problemáticas e realidades diversas sobre as infâncias e adolescências, em formato de roda de conversa.

Os temas eram escolhidos nas reuniões do Projeto, partindo do interesse dos jovens membros e da percepção de suas invisibilidades no contexto acadêmico e na conjuntura nacional da época. Convers(ações) sobre gênero, racismo, violência, morte e luto, inclusão, dentre outras, eram compreendidas como relevantes nas práticas junto à juventude e em oposição às crenças adultocêntricas e universalizantes, tornando a juventude protagonista (Castro, 2021). Para alcançar as pessoas, os encontros eram gratuitos e divulgados nas redes sociais.

O formato consistia na apresentação breve do tema pelos (as) mediadores (as) e troca com os participantes, visando saber o que o grupo entendia do tema, seguido da apresentação de curta-metragens para aprofundamento da temática de forma lúdica, visando uma construção horizontal de saberes. Por fim, havia um momento de debate sobre as impressões, questionamentos e possíveis mudanças de concepção.

A principal inquietação presente nas diferentes temáticas trabalhadas foi justamente quem são e onde estão essas crianças, de modo a contextualizar e compreender as infâncias em sua pluralidade e complexidade, o que afeta diretamente a forma de lidar com as demandas e possibilidades de enfrentamento junto à juventude brasileira real.

3 Resultados e discussões

Os resultados apontam o grupo como relevante na formação de jovens e agentes potencializadores das lutas por direitos. Levando em conta a participação, alcançando até 60 participantes por encontro, bem como a busca pelo grupo mesmo após o retorno presencial, estendemos as atividades online, obtendo boa assiduidade e sendo interrompido apenas em 2023 para dar seguimento às intervenções e ciclos formativos presenciais.

Por intermédio da realização do Cine, para além do seu alcance, é relevante refletir o impacto das discussões no percurso formativo dos jovens e adultos, os quais muitas vezes relataram desconhecer o tema ou mesmo considerar uma lacuna na sua abordagem na academia. Isto é, temáticas como a Exploração Sexual Infantil, Infâncias

LGBTQIAPN+ e Suicídio Juvenil, não são abarcadas no contexto social, apesar de serem demandas reais e urgentes para todos que atuam ou não com juventudes, sob o viés da luta por direitos.

Apesar da remodelagem das atividades do Cine na pandemia, foi possível manter a arte como mediadora de debates relevantes contemporaneamente e construir saberes e momentos dialógicos conjuntamente.

Considerações finais

É notória a efetivação da proposta do Cine NUCEPEC, no que tange difundir informações relevantes à luta pelos direitos das juventudes, dado que, mediado por produções audiovisuais e pelas trocas entre os jovens no ambiente virtual, os GDs articulam vivências plurais e representativas para tecer novos sentidos de forma crítica e contextualizada na realidade brasileira.

Referências

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

CASTRO, L. R. de. (org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

DIAS, A. A. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. *In*: SILVEIRA, R. M. G., et al. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

MÉLO, C. B.; FARIAS, G. D.; NUNES, V.R.R.; ANDRADE, T.S.A.B. de *et al.* Extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia de COVID-19. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [*S. l.*], v. 3, pág. e1210312991, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12991. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12991. Acesso em: 2 set. 2023.

CINE NUCEPEC NA ESCOLA: diálogos sobre direitos humanos a partir da arte e do lúdico

Maria Olívia Mendes Rocha[91]
Rayssa de Goes Pinheiro[92]

Resumo
O Cine Nucepec é um projeto de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança que busca construir junto à comunidade diálogos sobre infância e adolescência, por meio de recursos artísticos que promovam reflexão. Esse trabalho busca apresentar a primeira atividade realizada presencialmente pós-pandemia: a facilitação de um grupo na temática de direitos humanos com crianças do 5º ano de uma Escola Municipal do bairro Messejana, em Fortaleza-CE.

Palavras-chave: Infância e adolescência. Arte e ludicidade. Educação em Direitos humanos.

1 Introdução

O Cine NUCEPEC, projeto de extensão vinculado ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança, da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem como objetivo utilizar recursos audiovisuais, lúdicos e reflexivos para construir saberes acerca da infância e adolescência, considerando a construção histórica dessas duas categorias que não podem ser naturalizadas ou homogeneizadas, como apontado por Frota (2007).

Partindo da vontade de dialogar com crianças e jovens, nos vinculamos, no final de 2022, à Escola Municipal Demócrito Rocha, na periferia da Messejana, em Fortaleza, e realizamos uma intervenção com turmas de 5º ano para trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) de forma contextualizada à realidade de alunos em situação de vulnerabilidade.

Apesar de muitas vezes operar em uma lógica de disciplinarização, vislumbramos a escola como ambiente de potência de transformação social, entendendo que a educação em direitos humanos é emancipadora (Dias, 2007) e levá-la de forma lúdica para esse espaço pode movimentar novas formas de pensá-lo e experienciá-lo.

2 Metodologia

Em virtude da pandemia de Covid-19, nos inserimos na escola no final de 2022 e foi realizada uma intervenção com 25 alunos do 5º ano. Nesse contexto, utilizamos curtas como disparadores do debate, mas, na nova etapa da extensão, a partir do semestre 2023.2, vamos explorar outras linguagens artísticas e fazer um grupo continuado e participativo com turmas de 8º e 9º anos.

[91] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: oliviamrocha@alu.ufc.br
[92] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - E-mail: rayssagoesp@alu.ufc.br

A atividade iniciou com a apresentação das facilitadoras, seguida pela exibição dos curtas: “O fim do recreio” (Mazzon; Sprea, 2012) e “Turma da Mônica - Estatuto da Criança e do Adolescente” (Controladoria Geral da União, 2020), e de uma partilha com os participantes sobre os filmes, depois conversando sobre direitos humanos e o ECA.

A primeira dinâmica foi uma brincadeira de roda em que as crianças passaram de mão em mão, ao som de uma música, um “repolho” formado de papéis sobrepostos com direitos e deveres escritos, e aquele que estivesse com o objeto quando a música parasse deveria explicar se aquilo se tratava de um direito ou de um dever. A segunda dinâmica consistiu na formação de grupos com as crianças para a produção de murais coletivos que representassem suas compreensões sobre o ECA, por meio de colagens, desenhos e pinturas. Ao final, reunimos os murais e expomos para que todos pudessem ver e dialogar sobre eles.

3 Resultados e discussões

Iniciamos a discussão questionando às crianças o que elas fariam se alguém acabasse com o recreio, como retratado no filme, o que gerou indignação. Contextualizamos o que é ter direitos, explicando que crianças e adolescentes têm cidadania e por isso são também sujeitos de direitos e deveres.

Perguntamos, então, se elas conheciam o ECA, e algumas associaram à interjeição “eca!” que denota nojo, o que permitiu fazer um contraponto e mostrar que, apesar do nome, o ECA é fundamental para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes brasileiros. Durante a primeira dinâmica as crianças cooperaram entre si, socializando saberes e discutindo até chegar a uma conclusão que representasse o grupo. Também foi observado ambivalência nas respostas, de modo que algumas proposições foram classificadas tanto como deveres quanto direitos.

Sobre o momento da construção coletiva dos murais, alguns aspectos podem ser pontuados. Uma questão destacada foi a alimentação como direito, aparecendo em todos os murais, sob os escritos “comer é direito das crianças!”, e a questão da convivência familiar e comunitária surgiu por meio de desenhos de espaços públicos da cidade, juntamente ao direito à moradia, representado por desenhos e recortes de casas.

Também foram observadas expressões contra o trabalho infantil, mas, em contrapartida, o trabalho doméstico apareceu em um dos murais como “dever” das crianças. Por fim, foi notório a mobilização das crianças com o dever de proteger o meio ambiente e com questões sanitárias voltadas para a higiene pessoal, representadas por recortes de vírus e de higienização das mãos, possivelmente relacionadas ao cenário pós-pandêmico. Entendemos que esses elementos não dizem só dos aprendizados do encontro, mas também dos contextos territoriais e culturais em que as crianças estão inseridas.

Considerações finais

A partir da imersão nesse campo, ressaltamos a importância de dialogar sobre direitos humanos na escola para a construção de sujeitos sociais críticos e protagonistas (DIAS, 2007), e alguns questionamentos se fazem pertinentes a nossa prática: Como garantir a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente sem que sejam

efetivamente reconhecidos como sujeitos ativos de direitos? A quem o silêncio a respeito dos direitos das crianças e adolescentes interessa e beneficia? Analisando a atuação do projeto, afirmamos o compromisso com práticas educativas e lúdicas em direitos humanos que promovam emancipação.

Referências

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Turma da Mônica** - Estatuto da Criança e do Adolescente. Youtube. 8 de outubro de 2020. Disponível em: https://youtu.be/l1gR1YxsbUs?si=_-2XY1KV3OUcZe_9. Acesso em: 29 ago. 2023.

DIAS, A. A. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. *In*: SILVEIRA, R. M. G. *et al*. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 147-160, fev. 2007.

MAZZON, V.; SPREA, N. **O fim do recreio**. Youtube, 1 de julho de 2013. Disponível em: https://youtu.be/t0s1mGQxhAI?si=s4Pj1FsrniSuRa24. Acesso em: 29 ago. 2023.

Grupo de Trabalho 6 – Juventudes e cultura política: abordagens a partir dos marcadores sociais da diferença

Coordenadores: Rogério de Oliveira Araújo (PPGPP-UFPI-BR; Olívia Cristina Perez (UFPI-BR)

A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA CONTRAMÃO DAS INCERTEZAS DEMOCRÁTICAS

Andréa Wahlbrink Padilha da Silva[93]
Nilda Stecanela[94]

Resumo
O trabalho busca relacionar a construção da sociedade democrática como espaço de participação social da juventude organizada em coletivos políticos, bem como seu papel articulador das demandas da condição juvenil sob a atual ofensiva neoliberal. A partir de uma abordagem teórica e metodológica ancorada na dialética, será desenvolvida uma reflexão sobre o potencial dos Grêmios Estudantis na auto-organização da juventude, na sua relação com o contexto escolar no exercício da democracia substantiva.

Palavras-chave: Participação Política. Democracia. Grêmios Estudantis.

1 Introdução

O presente trabalho é parte dos desdobramentos de pesquisas realizadas anteriormente sobre a condição social e política dos movimentos de juventude, e de sua relevância como campo de investigação (Silva, 2022), abrindo possibilidade para o aprofundamento e continuidade dos estudos, que tem como objetivo analisar o papel político e democrático dos Grêmios Estudantis no contexto do movimento secundarista, em duas escolas públicas de ensino médio, situadas no município de Caxias do Sul/RS.

Justifica-se a realização desta pesquisa, ao entender a importância histórica do movimento secundarista no contexto das reinvindicações democráticas, e como espaço fundamental da auto-organização, da formação humana e política da juventude. Recentemente [95] os jovens como importantes sujeitos políticos, protagonizam de diferentes formas a sua indignação, principalmente em torno da problematização do pouco espaço de sua inserção na tomada das discussões dos rumos de suas escolas. Demostrando a precariedade da educação pública, bem como, um conjunto de reflexões sobre o potencial da participação da juventude na elaboração e na condução das demandas da vida escolar e da política.

2 A juventude secundarista como sujeito político da democracia

Os espaços restritos de participação popular, ou um modelo de democracia representativa, podem ser facilmente questionados, como o exercício de uma democracia de conteúdo frágil, principalmente para aqueles que dela mais necessitam,

---

[93] Doutora em Educação, Bolsista de Pós-doutorado estratégico CAPES/PDPG no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, andreawahlbrink@hotmail.com

[94] Doutora em Educação, docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, nstecane@ucs.br

[95] Os estudantes secundaristas protagonizam, no ano de 2015, um conjunto de ocupações de suas escoas, e manifestações em todo o território nacional, que ficou conhecido como a primavera secundarista, em um movimento que denunciou amplamente o sucateamento da educação pública do país.

a classe trabalhadora. A partir dessa afirmação, provocamos a reflexão em relação ao exercício da democracia no contexto da sociedade capitalista.

As discussões propostas por este trabalho problematizam o lugar da democracia liberal, no contexto latino-americano de expressão oligárquica e colonial, subordinada a intensificação da ofensiva neoliberal. Observando que mesmo que haja conquistas importantes e, por vezes, algumas brechas que qualificam em parte a condição da classe trabalhadora, como na conquista de alguns direitos sociais, ela se configura em sua essência como uma 'democracia de privilégios' e de caráter restrito (Mazzeo, 2019), a qual, em nome do ideário de igualdade e liberdade, condiciona a sociedade a partir de uma divisão daqueles que podem, ou não podem usufruir desse direito (Chaui, 2014).

Ao pensarmos a democracia como uma condição necessária de sobrevivência ao tempo histórico de profundas recessões, é fundamental refletir sobre o papel da resistência coletiva, na disputa de corações e mentes, de um projeto verdadeiramente coletivo (Miguel; Vitullo, 2021). As organizações de juventude, como seus grêmios estudantis, somada às demais organizações de representação da classe trabalhadora, encontram-se no desafio de construir em comunhão um programa mínimo de ação e de crítica político-civilizatória, com a proposta de radicalizar e aprofundar a democracia.

O debate teórico-metodológico ancorados no Materialismo Histórico e Dialético (Triviños, 1987), apontam para o importante papel dos grêmios estudantis nas escolas, como espaços de mobilização, reinvindicação, participação, e como prática da denúncia. Bem como na ampliação da sua visão de mundo, com seus espaços de participação ativa nas demandas escolares, como potencializadores da consciência crítica, como exercício da democracia substantiva (Mészáros, 2019). Em um primeiro momento, a pesquisa contará com a interlocução com os jovens sobre a proposta da investigação, com a observação do espaço escolar e a realização de entrevistas semiestruturada. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo compromisso é realizar os mais distintos debates e produtos com todos os sujeitos (Brandão, 2008)

Algumas considerações

Os grêmios estudantis, se entendidos como um instrumento de auto-organização dos estudantes, podem repercutir em todas as dimensões da vida escolar, tais como : no fortalecimento da pertença; na intencionalidade na construção dos currículos e projeto político e pedagógico; nos espaços propícios para a autoafirmação dos sujeitos juvenis, para o desenvolvimento de suas múltiplas possibilidades da formação humana; na construção de sua autonomia; no protagonismo social; no exercício da cidadania; na valorização da sua ação e de seu pensamento. Essas são potencialidades que, segundo Libâneo (2018), compõem importantes elementos para o processo pedagógico necessário na luta coletiva e no papel educativo na formação da consciência crítica. E, para que esse exercício político da educação seja efetivado, é necessário que haja uma organicidade de participação ativa, de permanente formação e autoconstrução, auto-organização, vinculada intimamente com as pautas mais atuais da sociedade e da juventude.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988. Acesso em: 1 jul. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. Igualdade substantiva e democracia substantiva. **Revista Margem a Esquerda** – Ensaios Marxistas. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, Luiz Felipe Miguel; VITULLO, Gabriel Eduardo Vitullo. ¿Vuelta a la "normalidad"? Democracia y capitalismo en tiempos de coronavirus. **Revista Observatório Latinoamerica Y Cabireño**, [*S.l.*], v. 4, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em:https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/5945. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha. **A pedagogia da juventude**: uma reflexão sobre a dialética da práxis do movimento da juventude. 2022. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

A EXTREMA-DIREITA É JOVEM, CRISTÃ E UM FENÔMENO ELEITORAL: apontamentos sobre o Brasil contemporâneo

Emanuel Freitas da Silva[96]

Resumo
O presente trabalho analisa elementos da extrema-direita brasileira, tomando como estudo de caso a trajetória e a discursividade de Nikolas Ferreira. Agitador político, youtuber, vereador e deputado federal, o jovem mineiro alçou lugar de destaque no grupo de políticos conservadores a partir de marcadores, tais como: jovem, cristão, conservador, o que tornou-o um fenômeno eleitoral. Como entender a cultura política brasileira contemporânea a partir de sua atuação política é o objetivo do trabalho.

Palavras-chave: Extrema direita. Juventude conservadora. Fenômeno eleitoral.

1 Introdução

A edição de 09 de setembro de 2023 do jornal francês *Le Monde* trazia uma matéria com o seguinte título: "*Nikolas Ferreira, filho espiritual de Jair Bolsonaro, ambicioso e provocador*"[97] (tradução nossa). No subtítulo da matéria se podia ler o seguinte: *O deputado conservador brasileiro é o mais popular da direita, nas urnas e nas redes. Para muitos, o homem que se descreve como 'cristão, pró-armas e defensor da família' é o potencial sucessor do antigo presidente de extrema-direita*.

Da leitura de ambos os elementos acima anunciados, título e subtítulo da matéria, o leitor se punha diante de alguns elementos: a "filiação" política de Nikolas, um "bolsonarista"; sua "ambição" e seu *ethos*, o "provocador"; sua ocupação, "deputado"; sua popularidade, "o mais popular da direita, nas urnas e nas redes"; sua identidade religiosa, "cristão" (embora, como se vê, sem dizer-se "evangélico", o que o faz performar a identidade mais ampla de apenas "cristão"); sua pauta política (armas e família); e sua identificação ideológica ("extrema-direita"). Assim, pois, sem precisar avançar na leitura, o leitor tinha de si uma certeza: se tratava de um caso de **um político jovem, conservador, cristão, de extrema-direita e com potencial de longevidade** por tratar-se de um herdeiro político de Jair Bolsonaro, ex-presidente brasileiro que quase foi reeleito no ano de 2022.

Nascido na cidade de Belo Horizonte, em 1996, Nikolas é um caso de "fenômeno eleitoral", ou "político celebridade" (Kamradt, 2019), que emergiu das novas formas de comunicação política (Rodriguez, 2016). Ainda estudante de direito, destacou-se por uma intensa mobilização antipetista durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (2015), vindo a eleger-se como

[96] Doutor em Sociologia (UFC), Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UECE), emanuel.freitas@uece.br. Bolsista de Produtividade (BPI/FUNCAP).
[97] Matéria disponível em: https://www.lemonde.fr/m-le-mag/article/2023/09/09/nikolas-ferreira-l-ambitieux-et-outrancier-fils-spirituel-de-jair-bolsonaro_6188523_4500055.html

vereador de sua cidade no ano de 2020, pelo PRTB[98], com quase 30 mil votos, figurando como o segundo mais votado naquele pleito. Sua trajetória nas redes sociais tem sido marcada por polêmicas e provocações as mais diversas, acompanhando o bolsonarismo no que diz respeito a uma comunicação política pautada na gramática da pós-verdade (Charaudeau, 2022; Cesarino, 2022). Durante o curto mandato, acumulou polêmicas sobretudo com a também vereadora Duda Salabert (PDT), primeira mulher trans eleita ali como vereadora; as polêmicas, como não poderia ser diferente, giravam em torno da condição de "homem", e não "de mulher", da vereadora, mostrando-se o jovem vereador como irredutível, a partir do que dizia ser seus "valores cristãos" a negar-se a nomear Duda como mulher[99]. Será esse *ethos* de "polêmico" e "provocador"[100], elencando um imaginário próprio ao bolsonarismo de "guerra cultural" (Rocha, 2021), que Nikolas será eleito deputado federal pelo PL, em 2022, atingindo uma votação recorde de 1,47 milhões de votos, com apenas 26 anos, sendo, naquela eleição, o mais votado do país[101].

Com 3 milhões de seguidores no *Instagram* e no *Twitter*, perfazendo só nessas duas redes 6 milhões de seguidores, 1,3 milhões no *Facebook*, 5 milhões no *TikTok*, 290 mil no *Telegran* e 1,6 milhões de inscritos em sua página no *YouTube*, o deputado estabeleceu-se como um dos principais nomes do conservadorismo-reacionário brasileiro, o que o põe em lugar de destaque na lista de nomes com considerável popularidade entre os jovens políticos de extrema-direita, tais como Eduardo Bolsonaro, Camila Campagnolo, Kim Kataguiri, dentre outros. Tal presença ampliada nas redes sociais.

A intensa agenda de compromissos do mês de setembro, postada em suas redes sociais, nos dá ideia de seu capital político entre os conservadores:

---

[98] Partido que, na eleição presidencial de 2014, havia lançado a candidatura presidencial de Lay Fidelix, que fez uma campanha ancorada em discursos tidos como de extrema-direita, de forte teor homofóbico e autoritário em diversas propostas, figurando ali como lócus dessa discursividade.

[99] Sobre isso ver, por exemplo: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/15/interna_politica,1205365/2-vereador-mais-votado-de-bh-nikolas-ferreira-duda-salabert-homem.shtml.

[100] Tal imagem tem sido das mais utilizadas pela imprensa nacional para referir-se ao deputado, como nos seguintes casos: https://veja.abril.com.br/politica/polemicas-inflam-redes-sociais-do-deputado-mais-votado-do-pais; https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/nikolas-ferreira-relembre-oito-polemicas-do-deputado-condenado-a-pagar-r-80-mil-por-transfobia.ghtml; https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/03/09/as-ofensas-de-nikolas-historico-do-deputado-tem-preconceito-e-fake-news.htm; https://www.terra.com.br/amp/story/nos/6-polemicas-envolvendo-o-deputado-nikolas-ferreira,af5c74e2c5b5d273e96d87721eae944dm1cf4u62.html.

[101] Importa notar que, com essa votação, o jovem deputado mineiro aproxima-se da marca de outros dois deputados campões de votos: Eduardo Bolsonaro, em 2018, com 1,87 milhões de votos; e Enéas carneiro, em 2022, com 1,57 milhão. Como se percebe, os três recordes são de deputados de extrema-direita.

Imagem 1 – Agenda de Setembro Nikolas Ferreira

Fonte: TikTok.

Recentemente, o jovem deputado promoveu um conjunto de 21 *lives*, em sua página no *YouTube*, intitulada como "*21 dias de oração pelo Brasil*", em que recebeu diversas lideranças religiosas, evangélicas e católicas, contabilizando, até o momento de escrita deste resumo, mais de 4 milhões de visualizações. Sua palestra "o cristão e a política", proferida em diversas igrejas no país, já foi vista por mais de dois milhões de pessoas, tendo sido transformada em livro durante o ano de 2022; tanto em um meio como em outro, o deputado centra ataques às universidades, uma vez que estas, segundo diz, faz com que "70 % dos jovens cristãos percam a sua fé", cabendo a ele e a seus interlocutores uma certeza: "fomos nomeados embaixadores de Cristo para mudar esta geração" (Ferreira, 2022, p. 22).

Assim sendo, esta comunicação traz elementos que permitem compreender a relação entre juventude e extrema-direita no Brasil contemporâneo a partir das discussões em torno da seguinte questão: *que elementos discursivos compõem a mobilização de jovens brasileiros a partir dos elementos ideológicos próprios da extrema-direita?* Para responder a ela, objetivando compreender a cultura política brasileira contemporânea, tomaremos como caso de análise a atuação do deputado Nikolas Ferreira, enfatizando discursos em que a ideia de "juventude" é por ele mobilizada.

O resultado será, pois, uma melhor caracterização de cenário político brasileiro que tem consagrado políticos jovens, autointitulados conservadores, cuja retórica política, alicerçada na ideia de "polêmica", tem se caracterizado por intransigência à diferença, ataques às universidades e mobilização de pautas autoritárias. Afinal, como e por que tudo isso faz a "cabeça" da juventude?

2 Metodologia

Para a realização da pesquisa que dá forma à essa comunicação e ao artigo a ser submetido para os Anais, percorri o seguinte trajeto metodológico: pesquisa nas

redes sociais do deputado Nikolas Ferreira para identificação de discursos, memes, *lives*, imagens e entrevistas em que a ideia de juventude era mobilizada por ele, passando, após isso, à análise (de conteúdo e de discurso) dos dados empíricos encontrados, produzindo um quadro analíticos de termos que expressariam ideias de juventude no discurso conservador, definindo, assim, o que viria a ser a juventude cristã, conservadora e de extrema-direita que o deputado diz representar.

3 Resultados e discussões

A juventude (brasileira) conservadora é de direita, de extrema-direita; isso significa dizer, de acordo com o material selecionado nas redes sociais de Nikolas (como se verá na apresentação presencial do trabalho), que ela é: **rebelde**, o que significa dizer que ela pé inconformada com o estado de coisas existente no Brasil, entendido tal estado como a "agenda política progressista" que busca impor-se por meio das universidades, do movimento LGBT e do feminismo, daí a necessária agressividade que seria própria dos jovens de direita, dado o estado de "destruição" imposto por tal agenda[102]; **cristã**, daí a necessidade de fazer da política uma continuação da religião (cristã), uma vez que é desta que advirá a remissão daquela, tendo os homens de Deus, como ele, um protagonismo a ser realizado; **conservadora**, num sentido não de conservar a agenda política hodierna, mas de elaborar um resgate do que seriam os valores tradicionais do cristianismo, destruídos pelas universidades e pela esquerda, que tenta impor "ideologia de gênero", "marxismo cultural" e "fim da religião"; e **provocadora/polêmica**, uma vez ser preciso que essa juventude, uma vez inconformada com o estado de coisas reveladas por ele na "batalha espiritual", precisa mostrar-se tal indignada com o que se revela quanto o grau de destruição daquilo que é revelado: destruição da família, sexualização de crianças, ameaças à liberdade, doutrinação marxista, ataques à propriedade privada etc.

Imagem 2 – Nikolas e o patriotismo

Fonte: TikTok.

[102] O estudo de Stefanoni (2022) é digno de nota, nesse sentido, por analisar como se produziu a ideia de uma "direita rebelde", inconformada, que teria assumido postura outrora identificada como de esquerda. Em nosso tempo, o inconformismo com a ordem das coisas, e o desejo de mudanças, estaria perfilado na atuação de políticos de direita. O próprio Nikolas assim se define: "Deus me chamou para dentro da política [...] Eu atendi ao chamado e decidi ser um inconformado nessa área exatamente por isso. Mudar a visão das pessoas sobre a política é o meu maior foco" (FERREIRA, 2022, p. 143, grifo do autor).

Referências

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. São Paulo: Contexto, 2022.

FERREIRA, Nikolas. **O cristão e a política**: descubra como vencer a guerra espiritual. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2022.

KAMRADT, João Francisco Hack. Celebridades políticas e políticos celebridades: uma análise teórica do fenômeno. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**v, [*S.l.*], 88. p.1–22, fev. 2019,

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Livraria e Editora Caminhos, 2021.

RODRÍGUEZ ANDRÉS, Roberto. El ascenso de los candidatos outsiders como consecuencia de las nuevas formas de Comunicación Política y la desafección ciudadana. **Comunicación y Hombre**, [*S.l.*], n. 12, p 73-95, 2016.

STEFANONI, Pablo. **A rebeldia tornou-se de direita?** Como o antiprogressismo e a anticorreção política estão construindo um novo sentido comum (e por que a esquerda deveria levá-los a sério). Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

LIGA DE DIREITOS HUMANOS: potencialidades nas discussões com juventudes periféricas de Fortaleza acerca da garantia de direitos

Abner Oliveira Lopes da Silva[103]
Luana Beatriz Oliveira Teixeira[104]
Wládia Maria Tabosa Cruz[105]

Resumo
A Liga de Direitos Humanos, ação de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança, é um projeto em curso que objetiva discutir e ampliar o debate acerca dos Direitos Humanos, principalmente para jovens da educação pública de Fortaleza. Tentamos, por meio de discussões horizontais e temas sugeridos pelos estudantes, trazer a discussão sobre a importância da garantia desses direitos para o cotidiano dessas juventudes.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Extensão. Interseccionalidades. Juventudes.

1 Introdução

A Liga de Direitos Humanos (LDH), é uma atividade de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) na Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir da temática central dos Direitos Humanos, busca-se promover discussões com jovens do circuito de educação acerca da garantia de direitos, a fim de ampliar a noção - via de regra cristalizada - sobre os Direitos Humanos e trazê-la para o cotidiano dos participantes. A extensão opera em três frentes, sendo elas, a ação no campo escolar; a inserção no campo acadêmico por meio de eventos no espaço da universidade; e a produção de um podcast de acesso geral.

Entendendo as juventudes sob a ótica das potencialidades e visando estimular movimentos criativos e críticos sobre a realidade vivenciada pelas juventudes, contextualiza-se as atividades a partir do que faz sentido para elas (Freire, 1983), que em maioria moram em áreas periféricas da cidade e cujos cotidianos são atravessados por questões relativas à raça, classe e sexualidade e violência urbana.

Visa-se criar conjuntamente caminhos e canais de comunicação com essas juventudes e com todos que lutam por e com elas, fomentando empoderamento teórico e prático de vidas sistematicamente apagadas por uma necropolítica de um Estado para o qual a vida de certos corpos pouco interessa (Castro, 2021).

[103] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - Email: abneroliveira@alu.ufc.br
[104] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: lua.beatriz@alu.ufc.br
[105] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: wladiamariatabosacruzpsi@alu.ufc.br

2 Metodologia

A frente da LDH aqui em foco é conduzida com alunos do ensino médio de uma escola filantrópica de Fortaleza. Durante o primeiro semestre, são promovidos momentos periódicos com o coletivo estudantil escolar a fim de sanar demandas do corpo administrativo ou dos próprios alunos. Já no segundo semestre, ocorrem encontros semanais com os secundaristas da escola, com quem está sendo desenvolvido um trabalho longitudinal.

Os momentos são planejados pelo coletivo da LDH e têm o intuito de proporcionar uma experiência dinâmica e horizontal para todos os envolvidos. Por sua vez, as temáticas a serem trabalhadas são sempre selecionadas pelos estudantes, utilizando-se dos Direitos Humanos como fio condutor. Estas consistem na utilização de disparadores: material audiovisual; fotografias; manchetes; dinâmicas; etc. que se articulem com a temática a ser trabalhada em cada encontro e que possibilitem trocas, tensionamentos e ressignificações para o grupo.

A partir do aprofundamento nas temáticas e do estabelecimento de um vínculo mais seguro com os jovens, os diálogos se desenvolvem naturalmente, constituindo um espaço de escuta sem julgamento de resultados nítidos (Malfitano, 2011).

3 Resultados e discussões

A inserção no campo escolar permitiu vislumbrar como a garantia dos Direitos Humanos atravessa as vidas das juventudes participantes, uma vez que vivências de preconceitos e violências foram e são pautadas em inúmeros momentos. Percebe-se que embora haja reconhecimento da violência, o coletivo estudantil apresentou dificuldade para nomeá-la especificamente e pensar formas de proteção e enfrentamento. Nesse sentido, a discussão apresenta-se como potente alternativa e como promoção de agência dessas juventudes sobre os fenômenos sociais que desvelam-se em suas vidas.

Contudo, a manutenção da metodologia proposta mostrou-se um desafio, pois a interação entre escola e universidade é demarcada por atravessamentos capazes de suscitar impasses na atuação. Uma das problemáticas enfrentadas pelo coletivo extensionista foi a destituição do lugar de suposto saber. A LDH preza por uma relação horizontal que vai de encontro à organização escolar tradicional, sendo assim, foi preciso diferenciar-se do lugar hierárquico de servidores escolares para que fosse possível estabelecer uma relação de poder e saber diferente das tradicionais nesse espaço.

A partir disso, o vínculo desponta como uma ferramenta capaz de horizontalizar as relações e trazer confiança entre os estudantes e as extensionistas (Arantes, 2002). Partindo dessa demanda identificada pela equipe, vive-se o desafio constante de evitar posições hierarquizantes nas atividades da LDH, algo sempre resgatado uma vez que o padrão institucional escolar tenta a todo momento recompor a lógica tradicional.

Outra problemática enfrentada pelo coletivo foi efetivar a vinculação com os estudantes, uma vez que os espaços possíveis no primeiro ano de extensão não foram tão numerosos, dessa forma, a habitação do campo foi incapaz de promover o vínculo como idealizado primeiramente pelo coletivo. A fim de efetivá-lo adequadamente esse ano, são planejadas mais idas ao campo escolar para discutir as demandas dos jovens e simultaneamente estabelecer um vínculo de confiança e horizontalidade.

Considerações finais

Em suma, a LDH apresenta-se como capaz de promover a ampliação dos debates acerca dos Direitos Humanos, por meio de discussões que atravessam o cotidiano dos envolvidos, sendo possível evidenciar a importância e a potência dessa temática para a transformação nas esferas da vida e do meio social dos jovens que dela participam. Nesse contexto, apesar dos desafios encontrados, o grupo está desenvolvendo um trabalho coletivo com estudantes, cujo caráter longitudinal é visto como profícuo para efetivação das potencialidades transformadoras.

Espera-se que por meio de suas atuações em diversos campos, a LDH possa contribuir para a promoção da garantia efetiva dos Direitos Humanos em Fortaleza, principalmente para as juventudes fortalezenses cujos Direitos Humanos são facilmente revogados caso seja conveniente para uma necropolítica vil em curso no estado do Ceará (CEARÁ, 2021).

Referências

ARANTES, V. A. Afetividade e Cognição: Rompendo a Dicotomia na educação. In: OLIVEIRA, M. K; TRENTO, D.; REGO, T. (org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

CASTRO, L. R. de (org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: Edufba, 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Relatório cada vida importa.** Fortaleza: Raimundo Madeira, 2021. Disponível em: https://cadavidaimporta.com.br/news/relatorio-cada-vida-importa-2020-1/ . Acesso em: 26 jun. 2023.

MALFITANO, Ana Paula S. **Juventudes e contemporaneidade**: entre a autonomia e a tutela, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.4000/etnografica.1060. Acesso em: 29 jun. 2023.

REFLEXÕES SOBRE MATERNIDADE E JUVENTUDE A PARTIR DA ANÁLISE DO CONTO "QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?" de Conceição Evaristo

Antonia Adrielle dos Santos Rodrigues[106]
Izabela dos Santos Silva[107]

Resumo
O trabalho tem como objetivo fazer uma análise do conto *Quantos filhos Natalina teve?* da escritora Conceição Evaristo, envolvendo as questões da maternidade na adolescência e evidenciando os fatores étnico-raciais, de classe e gênero. A pesquisa qualitativa se deu por meio da investigação da temática "maternidade" para a realização da monografia no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, juntamente com outras apreciações críticas e leituras sobre gravidez na adolescência.

Palavras chaves: Maternidade. Juventude. Marcadores sociais.

1 Introdução

O conto *Quantos filhos Natalina teve?* da escritora Conceição Evaristo retrata a história de uma mulher, que entre os limites da vida e da morte veio a se tornar mãe. Natalina, uma mulher negra, irmã de seis mulheres e nascida na periferia, teve sua meninice rapidamente arrancada aos 13 quando engravida pela primeira vez de seu namoradinho "Bilico", como é descrito na história.

A primeira gravidez de Natalina, que ocorreu ainda na adolescência, demonstra uma falta de acesso à instrução acerca dos assuntos de educação sexual, a menina, assim como Bilico, não tinham compreensão do ato e em quais consequências poderiam resultar. Mostra ainda uma atuação falha do sistema de saúde público nacional que se mostrou nesse sentido incapaz de abranger de forma eficaz todas as camadas populacionais.

Partindo das vivências de Natalina aos 13 anos, destacamos que a iniciação sexual é característica da adolescência, entre as descobertas e dispositivos de sexualidade (Foucault, 1993) que moldam as particularidades do indivíduo. Entretanto, nesta fase, não são explorados estes discursos em casa, na escola, ou em outros espaços de socialização da juventude, e os adolescentes, pela inexperiência de vida, possuem conhecimento superficial da temática.

A interseccionalidade que perpassa esses indivíduos, mostra que dentro de um grupo geracional as experiências serão vivenciadas de modos diferentes. Segundo Patrícia Hill Collins (2020), a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana. Os marcadores sociais se apresentam dentro da conjuntura socioeconômica, das questões étnico-raciais, de gênero, religião e

[106] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: adrielle.rodrigues1@ufpi.edu.br
[107] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: izabelasilva@ufpi.edu.br

sexualidades, decorrendo destas pluralidades experiências distintas para determinados corpos.

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho se deu por meio de abordagem qualitativa acerca de pesquisas bibliográficas, leitura e análise do conto *Quantos filhos Natalina teve?* escrito por Conceição Evaristo em seu livro *Olhos d'água* (2014). Na escrita estão incorporadas as particularidades que atravessam as pesquisas de monografia das autoras, que são graduandas em Licenciatura em Ciências Sociais, e abordam em suas investigações as questões de maternidade e interseccionalidades vivenciadas por mulheres jovens negras ou pardas. Para o desenvolvimento do trabalho reunimos as singularidades presentes nas duas pesquisas, fazendo uma junção das análises a partir de uma leitura colaborativa acerca do livro.

3 Resultados e discussões

As concepções homogeneizadoras sobre juventude, contemplam a categoria "faixa etária", onde a representação da gravidez precoce foi diluída na sociedade por meio das noções de desencadeamento de problemas decorrentes da "incapacidade" psíquica adolescente. Elaine Brandão (2006) afirma que o discurso biomédico foi sucedido, nos anos 70, pelo psicológico, a ênfase nos perigos advindos de uma gravidez **precoce** para a saúde materno-infantil cede espaço aos riscos psicossociais.

Nas instituições públicas de atendimento à saúde, quando estão presentes nas periferias, tomando como exemplo a localidade de Natalina, e são acessadas pela população negra e periférica, o que acaba ocorrendo em grande porcentagem é a propagação do racismo e preconceito partindo de profissionais de saúde que ali atuam. Essa realidade cria uma barreira no acesso a esse direito básico.

Em fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde publica em seu portal online as informações de um estudo realizado em um conjunto entre a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 2018, onde foi constatada a maior percentagem de gravidezes na adolescência entre meninas em situação de maior vulnerabilidade social e menor acesso aos serviços públicos.

Portanto, o fato da educação sexual não circular livremente entre adolescentes pobres e periféricos, demonstra lacunas no acesso à distribuição de métodos contraceptivos que deveria fazer parte das agendas de políticas públicas em relação ao planejamento familiar ofertado pelo SUS. A notícia publicada no ano de 2022 pelo canal online da revista CNN Brasil apresenta dados alarmantes sobre a má distribuição de métodos contraconceptivos indicando que cerca de 43 milhões de mulheres jovens e adolescentes no ano de 2019 tiveram seu acesso negado.

Considerações finais

Fazendo uma relação entre a análise do conto *Quantos filhos Natalina teve?* de Conceição Evaristo e a temática da maternidade precoce, constatamos a existência de uma disparidade entre os corpos atingidos pela negligência governamental dos serviços

públicos de saúde, o que evidencia a presença de um problema de cunho estrutural que perpetua o racismo em toda sua composição institucional.

Assim, de forma comum na construção do trabalho, atestamos a necessidade da expansão de um diálogo que promova a conscientização da temática sob o olhar das ciências sociais, para um observatório acerca de quais os atravessadores presentes nos corpos que mais são impactados pela gravidez precoce.

Referências

BRANDÃO, Elaine; K. Daniela; V. Ceres; A. Estela; M. Cecília; BOZON, Michel. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, [*S.l.*], v. 8, n. 17, jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Principais ações em saúde para prevenção da gravidez na adolescência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://aps.saude.gov.br/noticia/7196. Acesso em: 3 set. 2023.

COLLINS, Patricia Hill Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

ROCHA, Lucas. **Mais de 160 milhões de mulheres não têm acesso a anticoncepcionais, diz estudo**, 2022 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-160-milhoes-de-mulheres-nao-tem-acesso-a-anticoncepcionais-diz-estudo/. Acesso em: 2 set. 2023.

UNFPA. **Apesar da redução, Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência, apontam especialistas, diz estudo**, 2022: Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia. Acesso em: 2 set. 2023.

MOVIMENTO ESTUDANTIL: formação e organização política de discentes em Serviço Social

Natacha Yanis Porfírio Ferreira Mendes[108].
Natália Mayra da Silva Santos[109]
Beatriz Santos Teixeira da Silva[110]

Resumo

O presente trabalho dialoga acerca da emergência do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), ao discorrer sobre seu desenvolvimento e elementos constitutivos do ME. Frente política fundamental ao fortalecimento acadêmico do Serviço Social, no debate da organização curricular e acadêmica; melhorias institucionais e no ensino, das políticas públicas e no acesso a assistência estudantil. Assim como, a importância do MESS a formação universitária das/os assistentes sociais brasileiras/os.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Organização Política. Formação Profissional.

1 Introdução

O presente trabalho trata da participação política dos movimentos estudantis, em particular a trajetória histórica dos estudantes em Serviço Social, considerando as possibilidades e desafios do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) a formação e organização política dos discentes, aliada à luta pela hegemonia das classes subalternizadas fronte aos desmontes sociais advindos no processo de reestruturação produtiva.

Logo, ao considerar a temática proposta, desvenda-se na emergência do Movimento Estudantil a construção de uma frente política com intensa participação da juventude e estudantes na luta coletiva por melhorias nas condições de vida na ideação de uma sociedade e sociabilidade digna para todas/os. Assim, o MESS desperta durante a formação profissional a consciência política necessária aos enfrentamentos presentes no trabalho da/o assistente social a responder as expressões da questão social.

2 Metodologia

A construção deste trabalho estabelece-se na metodologia de pesquisa qualitativa com base exploratória da bibliografia acerca do tema estudado, por meio da leitura de artigos, trabalho de conclusão de conclusão de curso, escritos elaborados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); e diálogos feitos em conjunto apoiados nas obras citadas anteriormente. A produção deste

[108]Graduanda do sexto período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: natachamendes@ufpi.edu.br
[109] Graduanda do sexto período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: nataliamayrasant@ufpi.edu.br
[110] Graduanda do sexto período do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: beatriztlsant134@gmail.com

documento conceitual e teórico aborda a importância do Movimento Estudantil, com ênfase no de Serviço Social, entendendo-os como espaço histórico-político de grande dimensão a sociedade brasileira.

3 Resultados e discussões

Os resultados e discussões diante da temática propõem-se a contribuírem a compreensão e produção teórica no que concerne a relevância do Movimento Estudantil de Serviço Social a criação de um viés contra hegemônico do capital na formação acadêmica, bem como, o espraiamento desse posicionamento a toda sociedade. Nesse sentido, consoante Oliveira (2014), o MESS revela-se como entidade fundamental ao Movimento Estudantil no campo das disputas de projetos, na primazia de uma juventude combativa a exploração do capital e suas reverberações.

Oliveira (2014, p. 77), assevera que o Movimento Estudantil expressa-se como "[...] espaço de formação cidadã, formulação de opiniões e de acirradas disputas ideológicas, um espaço de socialização do saber, de organização da ação política e coletiva, possibilitando a reflexão crítica, bem como a incorporação de novos elementos culturais e a apreensão da dimensão coletiva [...]", em vista disso, o ME historicamente é cenário de transformações societárias, sobretudo na busca pela qualidade e acesso as instituições de ensino pelas classes subalternizadas, no atendimento as demandas sociais.

Destarte, quanto os elementos constitutivos do Movimento Estudantil de Serviço Social, é oportuno salientar a instituição de entidades em prol das reivindicações e lutas do ME, a exemplo a União Nacional de Estudantes (UNE); e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) entidade máxima de representação das/os estudantes de Serviço Social no país (Lima, 2019), que ao impulsionar e fornecer meios para a construção de políticas coletivas para estudantes, contribui para criação de Centros e Diretórios Acadêmicos, no desenvolvimento de atividades, como, "[...] ações coletivas, organização de espaços para debates, confecção de Estatuto, plano de propostas, passagens em sala, processo eleitoral, entre outros elementos" (Oliveira, 2014, p.19); que visam garantir a autonomia, unificam e fortalecem a luta das/os estudantes de Serviço Social.

Conclusões

Em conclusão, observa-se que, o Movimento Estudantil em Serviço Social foi difundido num processo de lutas coletivas, estabelecendo-se em um viés político e crítico frente as desigualdades sociais, em mudanças propositivas no interior da academia, assim como, no constante enfrentamento ao conservadorismo e ao neoliberalismo.

Depreende-se, segundo Oliveira (2014), a contribuição das/os estudantes no processo de organização política do Serviço Social, sendo o Movimento Estudantil um dos propulsores das atuais entidades de pesquisa e ensino em Serviço Social, reformuladas principalmente nas décadas de 1980 e 1990, no processo de redemocratização do país, juntamente a Renovação do Serviço Social na vertente de intenção de ruptura; e que representam ao Serviço Social uma formação crítica na defesa

intransigente dos direitos conquistados com a Carta Magna de 1988, na elaboração de uma sociabilidade promotora da liberdade e emancipação humana.

Referências

LIMA, Isabelle Cristina Custódio. **40 Anos do Movimento Estudantil de Serviço Social**: desafios e perspectivas na atualidade. Temporalis, Brasília, n. 38, p. 37-51, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Inaê Soares. **A contribuição do movimento estudantil na formação política e cultural dos/as estudantes de serviço social**. 2014. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=80335. Acesso em: 1 de set. de 2023.

A PERCEPÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA: um estudo comparado entre anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey

Simone Piletti Viscarra [111]
Bruna da Silva Barbosa [112]

Resumo

Este trabalho analisa a cultura política dos jovens brasileiros entre 17 a 24 anos, considerando seus comportamentos, atitudes, valores e ações subjetivas acerca da esfera política e da democracia. Para isso foi realizada uma análise comparada, cuja fonte de dados foram a 6ª e 7ª ondas da *World Values Survey* (WVS), aplicadas no Brasil nos anos de 2014 e 2018. Tem-se como pergunta de pesquisa a seguinte questão: Politicamente, quais as orientações políticas do jovem eleitor brasileiro em relação ao sistema político democrático? Em termos teóricos, foram empregados textos orientados pela Cultura Política, que colocam os valores subjetivos dos indivíduos como parte do processo de construção e manutenção de uma estrutura política democrática e legítima, ou seja, que permitem mensurar a qualidade de um sistema político para além de valores normativos e institucionais. Dentre os conceitos em que o trabalho se apoia teoricamente, foram considerados os seguintes: interesse por política, participação política, e percepção acerca da democracia. Em termos analíticos, esta é uma investigação de natureza quantitativa e longitudinal, que permite observar se há mudanças no comportamento político dos jovens nos últimos anos. Como principal resultado tem-se que o perfil político dos jovens brasileiros entre os anos de 2014 e 2018 pode ser considerado de sujeição, visto que suas respostas apresentam ambivalência em questões avaliativas, que se divergem com as de cunho cognitivas e afetivas.

Palavras-chave: Cultura Política; Socialização Política; Jovem eleitor; Democracia; Política Comparada.

[111] Simone Piletti Viscarra é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Adjunta de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail:simone.viscarra@univasf.edu.br.

[112] Bruna da Silva Barbosa, mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: barbosabruna35@gmail.com.

ENCONTROS COM A JUVENTUDE: existência e resistência em tempos de crise

Josefa Alexandrina Silva[113]
Luís Antônio Groppo[114].
Rejane Brandão Siqueira[115].

Resumo

O texto apresenta oficina desenvolvida com jovens com o objetivo de promover diálogos sobre vivências da juventude na pandemia, identidades juvenis e suas formas de participação política. Para isso, buscamos constituir espaço de fala e escuta que possibilitem reflexão sobre suas formas de existência e resistência, como também de seus processos de socialização. Parte-se do princípio de democracia e horizontalidade que norteia a ação do Grupo de Estudos de Juventude - UNIFAL-MG desde sua criação e da valorização das vozes de jovens considerando que todos possuem capacidade criativa e autoformativa, corroborando com o pensamento de Ranciére (2007). A relevância dessa oficina para o campo de estudos da juventude é, a partir dos próprios jovens, compreender e analisar a condição juvenil no contexto da pandemia. Groppo (2010) apresenta uma proposta em que a condição juvenil se configura em uma relação dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes que demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilantes. A escola de ensino médio é entendida como espaço ocupado por jovens, portanto, local de encontro de singularidades. A configuração da oficina demanda espaços informais em que o diálogo aconteça na interação, portanto, o espaço externo da universidade, percebido como território do pensamento se configurou no local ideal para o diálogo com jovens do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Alfenas. Como procedimento metodológico a oficina envolveu um repertório de perguntas associadas a músicas, vídeos, fotos e desenhos, selecionadas previamente que se desenvolveu com a proposta de estimular discussões sobre identidades, demandas e, por fim constituição de sujeitos e sujeitas de participação política a partir de sequência temática organizada em dois blocos de questões: i. Juventudes, identidades e diversidades - A partir da escuta da música e exibição de imagens os jovens foram estimulados a falarem a partir dos seguintes questionamentos: como vocês se identificam? Por que se identificam com tais imagens? Para você o que é ser jovem? Além das imagens indicadas, quais outras vocês acrescentariam para descrever o que é ser jovem? ii. Juventude, cotidiano e pandemia: Quais as dificuldades e desafios de ser jovem no contexto da pandemia? Como você buscou superar a situação de isolamento social? Os e as jovens discutiram as frustrações na pandemia, relações familiares e com a escola. Além disso, discorreram sobre esportes e práticas religiosas ampliando e propondo outras questões.

Palavras-chave: Oficina. Política. Juventudes.

---

[113] Doutora em Educação - FE-USP - Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG.
[114] Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP; docente e Coordenador do Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG.
[115] Doutora em Educação (PUC-RIO); Docente Ensino Médio, modalidade Normal, SEEDUC/RJ.

Referências

GROPPO, L.A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última década**, Valparaíso, n. 33, p. 11-26, dez. 2010.

RANCIERE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. São Paulo: Autêntica, 2007.

REDES SOCIAIS: amigas ou inimigas da participação política dos jovens?

Rafael Barros Sampaio[116]

Resumo

Este estudo investiga o impacto das redes sociais na participação política dos jovens no Brasil, com foco nas implicações da polarização política e da disseminação de desinformação. O objetivo é analisar como esses fenômenos afetam o engajamento político dessa categoria e, assim, contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas contemporâneas. Para atingir esse objetivo, foram utilizados dados do Latinobarômetro de 2015 a 2020 e outras fontes relevantes, o recorte temporal analisado se deve a disponibilidade dos dados considerados pertinentes para o problema de pesquisa. A análise revela um aumento significativo na polarização política nas redes sociais, que desencorajou os jovens de participarem de debates políticos construtivos. Além disso, a confiabilidade das informações políticas nas redes sociais tornou-se uma preocupação crítica, com a disseminação de desinformação minando a confiança dos jovens. A relevância deste estudo reside na necessidade de abordar esses desafios para promover uma participação política saudável entre os jovens, que são uma parte vital da sociedade democrática. Os resultados destacam a importância de se criar estratégias para mitigar a polarização e melhorar a qualidade das informações políticas disponíveis nas redes sociais. Em resumo, este trabalho fornece *insights* cruciais sobre como as redes sociais estão moldando a participação política dos jovens e destaca a urgência de medidas para garantir que essas plataformas possam servir como espaços eficazes para o engajamento cívico construtivo.

Palavras-chave: Redes Sociais. Participação Política. Jovens.

[116] Graduando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: rafaelbarrossampaio33@gmail.com

Grupo de Trabalho 7 - Juventudes, Políticas de Morte e Sistema Prisional: do brutalismo ao processo de fronteirização em tempos de escalada neoliberal da violência

Coordenadores: Francisco Elionardo de Melo Nascimento (UNINTA-COVIO-BR);
Luiz Gomes da Silva Neto (FIED-BR)

NECROPOLÍTICA E O GOVERNO JAIR BOLSONORO: breves notas sobre suas declarações

Carlos Alberto Amorim de Sousa Andrade [117]

Resumo
Este ensaio retrata de forma pontual as relações do biopoder, da necropolítica, dos necrodiscursos e das necropráticas do Governo Jair Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19. Os esforços produzidos discutiram com os principais autores das temáticas de biopoder e necropolítica, Michel Foucault e Achille Mbembe além de outros autores. Por fim, foi analisado as declarações, discursos e falas do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia do Covid-19, discursos esses que ratificam o projeto político e estruturante do atual Governo brasileiro, a necrose completa da nação.

Palavras-chave: Biopoder. Necropolítica. Necrodiscurso. Covid-19.

[117] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba no Programa de Pós-Graduação em Direito Humanos. Advogado. E-mail: amorimandradeadv@gmail.com

Grupo de Trabalho 8 - Leitura, literatura e protagonismo juvenil

Coordenadores: Sabrina Bernadina Thainara de Sousa (UFPI-BR); Claudiney Saraiva Guedes (IFPI-BR)

O ENSINO DE ARTE PARA JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: caminhos possíveis na rede pública municipal de Teresina – Piauí

Francisco Roberto de Freitas [118]

Resumo

Reflexões sobre o ensino de Arte para jovens estudantes da Rede Pública Municipal de Teresina, que vem se processando por diferentes caminhos. Duas abordagens: uma nas escolas de tempo parcial e outra nas Escolas de Tempo Integral (ETIs), sendo, nessas últimas, cada linguagem como um componente curricular, além do componente Arte (BNCC). As linguagens artísticas têm sido valorizadas como área de conhecimento, contribuindo de forma significativa para a educação integral.

Palavras-chave: Ensino de Arte. Componente curricular. Educação integral.

1 Considerações iniciais

Este trabalho trata sobre as abordagens que estão sendo desenvolvidas na Rede Pública Municipal de Teresina, acerca do ensino de Arte para jovens estudantes do Ensino Fundamental. Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC/Teresina) instituiu em suas Escolas de Tempo Integral (ETIs) o chamado **Núcleo Diversificado** – divisão criada para acolher os novos componentes que fazem parte do currículo daquelas escolas.

2 Alguns percursos vivenciados

Os dados desta pesquisa brotaram por dois caminhos: o primeiro, conectado ao movimento de formação continuada da equipe docente que ensina no citado núcleo, na qual sou um dos **professores referência**[119]; e, a segunda, como parte da minha tese de doutorado, intitulada: Dança como componente curricular: uma educação integral em Teresina, Piauí (PPGDança/UFBA/2023).

Ambos os caminhos se conectam por meio da cartografia (Passos; Kastrup; Tedesco, 2014) que, no caso da formação continuada, desde 2018, vem mapeando os avanços e desafios do ensino das linguagens artísticas que compõem o citado núcleo. Este processo de formação se intensificou com a pesquisa do doutorado, focada no ensino de Dança como componente curricular no Ensino Fundamental, a partir da experiência em curso na Rede Pública Municipal de Teresina.

3 O que acontece

[118] Artista, educador e pesquisador. Mestre em Artes Cênicas (PPGCEN/UnB/2017) e doutorando em Dança (PPGDança/UFBA/2020). E-mail: robertofreitas04@gmail.com

[119] Termo utilizado para designar as pessoas que trabalham como formadoras das equipes docentes. No meu caso, do componente Dança.

O ensino das linguagens artísticas previstas na Lei 13.278/2016 (Brasil, 2016), nas escolas públicas municipais de Teresina, vem se processando por diferentes caminhos. Fora as iniciativas de projetos que funcional como atividades extra, temos duas abordagens oficiais: uma nas escolas de tempo parcial, onde são ensinadas no componente Arte; e, outra, nas Escolas de Tempo Integral (ETIs), onde cada linguagem compõe o currículo como um componente, além de continuar na matéria de Arte (BNCC). Nas ETIs, cada linguagem artística tem sido valorizada como área de conhecimento, enfatizando sua significativa contribuição para a ideia de educação integral (BRASIL, 2018) – aqui considerada como o pleno desenvolvimento de uma *corpessoa*[120], em todas as suas dimensões.

O Núcleo diversificado é composto pelos componentes: Dança, Desenho, Iniciação Musical, Prática de Leitura e Produção Textual, Prática e Experiência Matemática, Projeto de Vida e protagonismo Juvenil, Teatro e Xadrez. A partir desta composição, muitas foram as questões que surgiram, e, dentre as primeiras, duas se destacaram: a distribuição de carga horária (quantas horas/aula seriam destinadas a cada componente), e, quem iria assumir o ensino destas áreas de conhecimento.

Relativo à primeira questão foi elaborada uma proposta de distribuição da seguinte forma:

Quadro 1 – Carga horária por ano escolar dos Componentes Curriculares do Núcleo Diversificado das Escolas de Tempo Integral (ETIs/SEMEC/Teresina)

COMPONENTE CURRICULAR	**ANO ESCOLAR / Nº DE AULAS POR SEMANA**								
	1º	**2º**	**3º**	**4º**	**5º**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
Dança	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Desenho	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Iniciação Musical	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Prática de Leitura e Produção Textual	4	4	4	4	4	3	3	3	3
Prática e Experiência Matemática	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Projeto de Vida e protagonismo Juvenil	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Teatro	-	-	-	2	2	-	-	2	2
Xadrez	-	-	-	1	1	-	-	1	1
TOTAIS	**10**	**10**	**10**	**10**	**10**	**10**	**10**	**10**	**10**

Fonte: Quadro produzido a partir dos dados encontrados no anexo 1 da portaria 820/2020/GAB/SEMEC, de 30/12/2020.

A partir do Quadro 1, é possível observar que alguns componentes acabaram tendo privilégio de carga horária, e que tal decisão favorece a dimensão intelectual frente à outras, tal como o desenvolvimento corporal e socioemocional. Todas as

[120] Termo cunhado por mim na citada tese de doutorado, a partir do processo de aglutinação das palavras corpo + pessoa (Freitas; Aquino, 2020). Utilizado para explicitar nossa existência no mundo como corpo, assumindo uma dimensão de que se é corpo, não que se tem um corpo (Freitas, 2023), cuja ideia também é defendida por outras autoras.

linguagens artísticas tiveram uma carga horária notoriamente menor, o que se constitui em desafio para pensar a própria **educação integral**. Como desenvolver as pessoas de forma plena priorizando apenas uma dimensão?

O segundo desafio, logo no início da implementação daqueles componentes curriculares, foi o de não ter corpo docente suficiente, na rede. A proposta inicial foi de trabalhar com docentes efetivas que tivessem afinidade e disposição para trabalhar com determinado componente. Ampliando esta possibilidade, a seleção de pessoas estagiárias trouxe uma maior aproximação em relação à formação acadêmica nas áreas específicas, contudo, ainda em 2018, quando foi instituído o número de 10 ETIs em funcionamento, os dois caminhos não foram suficientes, alargamos a possibilidade de estágio para estudantes da Escola Técnica Gomes Campos – profissionalizante em nível médio que oferta cursos de Dança, Música e Teatro.

A qualificação docente na área específica de cada componente tem sido um sério desafio neste processo de implementação, até pois, em Teresina, e no Piauí, Dança e Teatro não tem cursos de graduação. As poucas pessoas que têm se qualificado nestas áreas, tem se deslocado para outros estados ou, recentemente, aproveitado cursos na modalidade EAD, que já é uma realidade, mas que ainda não surtiu efeito para sanar a problemática em questão (a carência docente das ETIs). Mesmo as áreas de Artes Visuais e Música, que são ofertadas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), ainda não foi suficiente para sanar a citada carência. Segue o movimento.

Algumas Considerações – que não são finais

O processo de implementação do Núcleo Diversificado da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, Piauí, tem se constituído em importante movimento de valorização das linguagens artísticas como área de conhecimento a compor um currículo que favoreça a chamada educação integral. Mesmo com os desafios que se apresentam, a rede vem, a cada ano, ampliando as possibilidades e avançando neste caminho.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, DF, Presidência da República [2016]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html. Acesso em: 1 maio 2021.

FREITAS, Roberto; AQUINO, Rita. Dança no Ensino Fundamental: notas sobre práticas educativas para uma educação integral. *In*: BALDI, Neila Cristina; ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de; ZANELLA, Andrisa Kemel (org.) **Processos criativos, formativos e pedagógicos em dança.** Salvador: ANDA, 2020. p. 112-128. (Coleção

Quais danças estão por vir? Trânsitos, poéticas e políticas do corpo, v. 4). Disponível em: https://portalanda.org.br/wp-content/uploads/2020/12/ANDA-2020-EBOOK-4-PROCESSOS-CRIATIVOS.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

FREITAS, Francisco Roberto de. **Dança como componente curricular: uma educação integral em Teresina, Piauí**. 2023. Tese (Doutorado em Dança) – Programa de Pós-Graduação em Dança da UFBA, Escola de Dança da UFBA, Salvador, 2023.

FREITAS, Roberto; SILVA JUNIOR, Ireno Gomes da. **Produção textual em dança produzida por piauienses**. e-book. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2021. Disponível em: https://www.academicaeditorial.com/c%C3%B3pia-e-books-gratuitos-1. Acesso em: 10 nov. 2021.

FREITAS, Roberto. **Componente curricular dança**: uma proposta para o Ensino Fundamental. Teresina: Edição do autor, 2020. Disponível em: https://acordacordao.com/publicacoes/. Acesso em: 4 out. 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia (org.) **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2.

SILVA, Valdete. **Educação integral e escola de tempo integral**: contextos e concepções. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

PRÁTICA DE LETRAMENTO LITERÁRIO NO CONTEXTO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daiana Cristina Dias Santos[121]
Hítalo Silva Próspero[122]
Sarah Beatriz Montenegro Ribeiro[123]

RESUMO
O trabalho tem como objetivo o estudo e realização de práticas com aporte no Letramento Literário a partir do contato com a literatura infantil brasileira. A metodologia utilizada foi a observação e a abordagem qualitativa. Os resultados evidenciaram a importância de estimular o gosto pela leitura e ampliar o repertório por meio da linguagem, além de entender a necessidade do uso do letramento na educação infantil, garantindo uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Letramento. Prática Educativa. Educação Infantil.

1 Introdução

A Educação Infantil carrega marcas de um passado de assistencialismo voltadas para o cuidado, e, pouco educar, sendo utilizados na sua prática educativa métodos de ensino tradicional de alfabetização para decodificar e codificar a aprendizagem. Nesse contexto o termo Letramento é recente e sua prática pouco difundida nas escolas públicas, segundo Soares (2009) letramento é o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais, dessa maneira, se busca problematizar a falta da prática da leitura e escrita, na Educação Infantil na escola pública.

O grupo PET-Pedagogia está desenvolvendo, com crianças da escola pública de baixo poder econômico e pouco acesso à literatura brasileira, o projeto "Letramento Literário": ferramenta pedagógica de ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental", temática deste resumo. O projeto coordenado pelo PET Pedagogia/UFPI tem por objetivo o estudo e realização de práticas com aporte no Letramento Literário a partir do contato com a literatura infantil brasileira, possuindo o objetivo específico de contribuir na formação dos discentes do curso de Pedagogia a partir da troca de experiências com professores e alunos da Educação Básica.

O projeto tem como justificativa possibilitar o desenvolvimento do letramento literário junto às crianças, na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ao promover ações socioeducativas em espaços escolares utilizando obras literárias diversas.

2 Metodologia

A metodologia iniciou com a formação do grupo PET/Pedagogia e professores da escola com estudos e aprofundamento sobre letramento, seguida da observação, e

[121] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. daiana.dias@ufpi.edu.br
[122] Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. hitalop207@gmail.com
[123] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. sarahbmontenegro@gmail.com

pela abordagem da pesquisa qualitativa Ludke e André (1986). Assim, possibilitou a recolha de dados para elaboração das sequências didáticas, pelos discentes do curso de Pedagogia, que serão aplicadas durante o projeto em sala de aula. Ademais, a aplicabilidade será realizada por meio da observação participante na escola durante as quintas-feiras, junto aos professores da educação básica, até o término do projeto.

3 Resultados e discussões

Para os resultados obtidos foram utilizadas técnicas de contação de histórias, com o objetivo de tornar as aulas lúdicas e prazerosas, com intencionalidade pedagógica para envolver as crianças na aprendizagem e abordar temas como *Fake News*, analfabetismo, etc.

Considerando, então, esses temas que circulam em campos da vida social das crianças, dos quais estão presentes cotidianamente em casa, na rua, comunidade, escola e mídias digitais, de forma a reconhecerem a diversidade de informação a que estão expostas e de maneira crítica possam entender e estimular o gosto pela leitura, ampliando o repertório por meio da linguagem oral e escrita.

Segundo Lankshear (1987), o letramento não é neutro ao seu contexto histórico, pois reflete as práticas de uma sociedade seja ela excludente ou igualitária. Portanto, as sequências didáticas serão o objeto norteador do Projeto, servindo como amostragem de desempenho e como projeção da sociedade na qual estão inseridas.

Dessa forma lúdica foi introduzido no cotidiano das crianças o letramento com uso de textos literários de gêneros variados, como o gênero cardápio, o conto com histórias de fantasia, cantigas populares, a leitura e escrita de poemas e seu uso no cotidiano. Além disso, foi trabalhado o gênero musical e a literatura infantil com diversos autores.

Assim, ponderando que o letramento é o processo de "[...] apropriação da cultura escrita fazendo um uso real da leitura e da escrita como prática social" (Soares, 2004, p.24), é imprescindível o uso do letramento na educação, de forma a garantir uma aprendizagem significativa conjunta ao cotidiano das crianças e expor estas à leitura e à escrita como prática social.

Considerações finais

O projeto enquanto ferramenta pedagógica está corroborando com seu objetivo de amenizar a falta da prática da leitura e escrita na Educação Infantil e introduzir o exercício do letramento no cotidiano dessas crianças.

Assim, promover a formação dos discentes do curso de Pedagogia, junto aos professores e alunos da escola pública, e do leitor literário por meio das experiências com literaturas infantis, estimulando sua prática na escola, família e comunidade, é estritamente necessário para uma educação de qualidade. De essa forma propiciar a literatura como meio pedagógico e ferramenta do letramento, é materializar as palavras, a fantasia e as experiências dessas crianças de maneira mais alegre e criativa no âmago da educação de forma lúdica e com textos literários.

Referências

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

EXPERIÊNCIAS DE JOVENS GRADUANDOS NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: desafios e perspectivas

José Renato Sales da Silva[124]
Francisca Marília Silva Mendes[125]

Resumo
Este trabalho fundamenta a importância do discente em formação inicial experienciar a prática da sala de aula, esta que traz muitas aprendizagens. O objetivo deste estudo foi descrever as experiências vivenciadas em sala de aula, como docente em formação inicial no meio escolar por meio do Projeto Letramento Literário. A experiência proporcionou a troca de conhecimentos, permitindo assim, a prática reflexiva e a criticidade.

Palavras-chave: Formação inicial. Experiências em sala de aula. Letramento literário.

1 Introdução

Sabe-se que a Prática Pedagógica é uma atividade complexa, pois ocorre em diferentes âmbitos e tempos da escola, como também acontece no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e de modo singular, na sala de aula, decorrente pela interação professor-aluno-conhecimento. Portanto, cabe ao educador ser criativo, renovar a cada dia sua prática e não a deixar cair no imobilismo (Souza, 2015). Estas práticas são essenciais para uma boa aprendizagem, uma vez que, a forma como a aula será ministrada é imprescindível que chame a atenção dos alunos de uma maneira positiva, assim facilitando no processo ensino-aprendizado dos alunos.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, é descrever as experiências vivenciadas em sala de aula, como docente em formação inicial no meio escolar por meio do Projeto Letramento Literário. Esta experiência proporcionou aos participantes a prática direta em sala de aula, tendo, assim, a oportunidade de atuar diretamente construindo saberes pedagógicos juntamente com os sujeitos deste processo que são os alunos.

Esses saberes, como Tardif (2002) apresenta, são condições que auxiliam no desenvolvimento cognitivo dos alunos, facilitando a compreensão e entendimento para resolver questões cotidianas, sendo o docente também transformado neste ambiente de aprendizagem que é a sala de aula.

O Projeto Letramento Literário, é desenvolvido pelo Programa PET-Pedagogia/UFPI, em parceria com a Escola Municipal Minha Casa, de Teresina-PI. O PET proporciona aos graduandos vivenciar experiências do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando aos docentes em formação inicial, a vivência direta dos saberes docentes aliando a teoria com a prática (Franco, 2008).

2 Metodologia

[124] UFPI. E-mail: jrsales7821@gmail.com
[125] UFPI. E-mail: mariliasillv08@gmail.com

O presente trabalho utilizou a abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995), pode ser integrada no contexto em que ocorre o estudo do objeto e na qual ele faz parte, analisando assim, de forma integrada, interpretando os fenômenos que acontecem naquele meio. Ainda, fez-se uso da observação participativa e do diário de bordo como instrumentos de coleta de dados (Cañete, 2010). Esses instrumentos propiciaram a reflexão crítica da prática docente, possibilitando a análise sobre a importância desta para estudantes em formação inicial, em sala de aula.

3 Resultados e discussões

O corrente trabalho está sendo desenvolvido na Escola Municipal Minha Casa em Teresina-PI. Diante do exposto acima, faz-se possível evidenciar o objetivo deste estudo que é relatar experiências que foram vivenciadas na turma do 5º ano da escola mencionada, durante o desenvolvimento do projeto umas das aulas teve como tema "Bullying, preconceito e discriminação". Iniciamos a aula com perguntas sobre seus conhecimentos prévios o que seriam esses atos, no decorrer da aula os alunos foram participativos, e houve a troca de conhecimentos, professor-aluno.

Ato seguido, foi realizada a contação de história *A Joaninha que perdeu as pintinhas* da autora Ducarmo Paes. Durante a aula regularmente, buscava-se que eles pudessem compreender o real motivo da atividade que foi mostrar que todos nós temos nossas diferenças, que isso é normal e que o respeito é importante para se viver bem em sociedade.

Em seguida foi entregue uma atividade para que estes escrevessem sobre o preconceito e discriminação, qual era a diferença entre os dois. No decorrer dessa atividade, uma aluna deu um exemplo sobre discriminação, em que esta relatou o caso de dois rapazes dentro de uma loja e ocorre um roubo e a moça que trabalha na loja chama a polícia para prender o homem que é negro, havendo, posteriormente, debates sobre o exemplo.

Logo após, destacamos a importância de combater esses atos, e que o conhecimento é a melhor forma de lidar com essas atitudes que são desagradáveis. Portanto, a execução desta atividade proporcionou aprendizados tantos para os professores em formação, quanto aos alunos, esta troca de conhecimento é de suma importância para formar alunos críticos e reflexivos para a vivência em sociedade e o papel que devem exercer (Brito, 2010).

Considerações finais

O Projeto Letramento contribuiu para que discentes em formação inicial pudessem vivenciar de forma direta, a prática docente, ou seja colocar em prática o que está sendo visto na teoria, fazendo assim que estes, adquirissem experiência sobre o ser professor, futuramente, pois tendo contato direto com a sala de aula, faz com que eles possam perceber todas as dificuldades que ocorrem em sala de aula, quebrando o paradigma também de que a prática não tem relação com a teoria.

Além disso, foi grande o aprendizado, pois o projeto fez com que todos os participantes pudessem vivenciar os diferentes sentimentos, e ter a responsabilidade de ser educador, explorando este ambiente novo e com muitos significados, aprendendo com todos que estão ali e que de alguma forma ensina e aprende também.

Referências

BRITO, D. S. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**, Praia Grande, v.4, n.8, p.1-35, jun. 2010.

FRANCO, M. A. S. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 109-126, jan./abr. 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

SOUZA, L. F., **Práticas pedagógicas e metodologias de Paulo de Freire**. 2015. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade Cala Fiori, São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, 2015.

TARDIF, M., **Saberes docentes e formação tradicional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICA DOCENTE VIVENCIADAS NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL- PET- PEDAGOGIA

Francisca Marília Silva Mendes[126]
Krisnayra Evangelista de Araújo[127]
Rute Ellen Ferreira de Sousa[128]

Resumo
O presente trabalho teve como objetivo analisar sobre como as contribuições advindas do Projeto Letramento Literário possibilitaram aos discentes uma formação crítico-reflexiva concernentes ao ser docente. A experiência evidenciou que foi possível aos discentes em formação inicial refletir sobre a prática docente com vistas a melhorar e aperfeiçoar seu conhecimento sobre o ser professor, de modo a contribuir com competência técnica, ética e estética na formação dos alunos.

Palavras-chave: Formação inicial. Letramento literário. Prática docente.

1 Introdução

As experiências em sala de aula são relevantes por oportunizar a compreensão de que as vivências no âmbito desta se configuram como únicas, permeadas por muitos aprendizados. As experiências são, como expressa Bondía (2002, p. 21) aquilo "que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca". Ou seja, a experiência está diretamente relacionada com o homem e somente se realiza por ele.

É nessa perspectiva, que o estudo em destaque objetiva analisar sobre como as contribuições advindas das experiências vividas no âmbito do Projeto Letramento Literário possibilitaram aos discentes uma formação crítico-reflexiva concernentes ao ser docente, visto que, na ação docente requer modificações diariamente superando as adversidades que vão surgindo no cotidiano, ainda que as pessoas já tenham seus conceitos formados sobre o ambiente escolar e o que nele está envolvido, tudo isto pode ir se modificando de modo que um novo olhar vai se construindo sobre a sala de aula e o que a envolve (Gatti, 2020).

O "Projeto Letramento Literário" é desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial- PET-Pedagogia/UFPI, em parceria com uma escola pública da rede municipal de Teresina (PI). O PET possibilita aos graduandos vivenciar o ensino, pesquisa e extensão simultaneamente. Por meio deste Projeto, é possível vivenciar os saberes docentes na própria sala de aula, possibilitando ao discente em formação que vivencie teoria e prática. Nesse sentido, Amélia Franco (2008) esclarece que, ao correlacionar

[126] UFPI. E-mail: mariliasillv08@gmail.com
[127] UFPI. E-mail: krisnayrae@gmail.com
[128] UFPI. E-mail: ruteellen12345@gmail.com

teoria e prática, se terá espaços de formação em que tanto o professor quanto o aluno estão interagindo entre si e trocando conhecimentos. Desta forma a criticidade também será desenvolvida, levando os alunos a refletirem, construindo assim, saberes.

2 Metodologia

O trabalho guiou-se pela pesquisa qualitativa (Neves, 1996), que ocorre pela vivência direta do observador no mesmo ambiente, com diferentes significados que podem ser interpretados de diferentes formas e que auxiliam neste contato direto do observador e de quem está sendo observado e participando, tendo este contato com o objeto que está sendo estudado. Ainda, utilizamos como instrumento de produção de dados, a observação participativa (Mónico *et al.*, 2017) que possibilitou esta vivência direta com o objeto de estudo podendo assim participar ativamente das atividades propostas.

O *lócus* da pesquisa foi uma Escola Municipal localizada na cidade de Teresina-PI, desenvolvida na turma do 2º ano dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, O Projeto em desenvolvimento tem carga horária de 472h, ocorre semanalmente - terça-feira (planejamento das atividades) e quinta-feira (execução do Projeto), buscando trabalhar o letramento com obras literárias diversas no contexto escolar.

3 Resultados e discussões

Nessa seção, discorreremos sobre experiência vivida com a turma do 2º ano da escola referida, relatando a atividade – Gênero Lista de Compras com o objetivo de explicitar a importância da sua utilização no cotidiano, como também a contribuição social que esta concede. Como estratégia de ensino aprendizagem utilizamos como ferramenta a Contação de Histórias contada com o recurso história na caixa. A história contada foi a Lista misteriosa, de nossa autoria, iniciamos a história fazendo algumas perguntas prévias às crianças, continuamos com a contação. A participação dos alunos foi relevante, estes prestaram bastante atenção na história contada, demonstraram saber também um pouco sobre este gênero, respondendo assim às perguntas feitas acerca da história. Ao término da contação e explicação, os alunos responderam uma atividade interativa no quadro, na qual todos escreveram um produto que comprariam, e responderam uma atividade escrita xerocada. Estas atividades, permitiram que os alunos interagissem entre si e debatessem sobre o assunto abordado como também tirassem dúvidas com os professores.

Sumariamente, a atividade propiciou aprendizados relacionados à prática docente como a necessidade de aprimoramento profissional, tendo em vista as necessidades dos alunos, tal como a importância da troca de conhecimentos entre professor-aluno, essa interação que é importante para o aprendizado integral da criança (Franco, 2008).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo proporcionar novas vivências e experiências estabelecidas dentro da sala de aula, visando uma formação de qualidade tanto para os alunos que foram participantes desse processo quanto para os discentes em formação

inicial, que ao ter contato com a sala de aula puderam averiguar e presenciar as complexidades que podem ser encontradas dentro da sala de aula.

Por sua vez, foi possível aos discentes em formação sobre a prática docente com vistas a melhorar e aperfeiçoar seu conhecimento sobre o ser professor, de modo a contribuir com competência técnica, ética e estética na formação dos alunos.

Referências

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

GATTI, A. B. Perspectivas da formação de professores para o magistério na educação básica: a relação teoria e prática e o lugar das práticas. **Rev. FAEEBA**, Salvador, v. 29, n. 57, p. 15-28, jan./mar. 2020.

FRANCO, M. A. S. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 109-126, jan./abr. 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa- características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996.

MÓNICO, L. S., ALFERES, V. R. CASTRO, P. A., PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2017.

PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: contribuições para a prática pedagógica dos jovens graduandos de pedagogia

Ranaísa Braga da Silva[129]
Kédhyma Cabral França[130]

Resumo
Este resumo objetiva apontar a importância do Projeto Letramento Literário elaborado pelo PET-Pedagogia, na formação da juventude graduanda de Pedagogia. A metodologia possui abordagem qualitativa, utilizando-se da observação participante, diários de bordo e sequências didáticas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Como resultados, o projeto possibilitou aos jovens em formação vivenciarem o cotidiano escolar, bem como o planejamento de atividades de leitura e escrita no contexto do letramento.

Palavras-chave: Letramento Literário. Prática Docente. Jovens Graduandos.

1 Introdução

O processo formativo do ser professor excede o estudo teórico, pois a prática pedagógica possibilita experiências não presentes em estruturas curriculares acadêmicas. Desse modo, a construção dos conhecimentos dos licenciandos se dá, também, em circunstâncias configuradas a partir do exercício profissional.

Assim, nota-se que a prática docente é um meio viável para a apreensão de saberes, sejam eles oriundos do conhecimento científico, sejam dos conhecimentos pedagógicos, ou ainda, do saber adquirido pela experiência, que interconecta teoria e prática. Segundo Amélia Franco (2008) estes só podem se constituir a partir do próprio sujeito, que deverá ser formado como alguém capaz de construção e de mobilização de saberes na prática docente.

Diante do exposto, é cabível destacar que as atividades de ensino no âmbito do Programa de Educação Tutorial PET/Pedagogia/UFPI integra jovens em processo de formação inicial a partir de projetos desenvolvidos em grupo que possibilitam a vivência do graduando no contexto prático educacional, por meio de ações inovadoras que englobam ensino, pesquisa e extensão, e possibilita professores em formação desenvolvê-las desde o planejamento até a execução da aula fortalecendo o identitário profissional dos graduandos. Segundo Libâneo (2001, p. 221) “o planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação”.

Portanto, o trabalho intitulado “Projeto Letramento Literário: Contribuições para a prática pedagógica dos jovens graduandos de Pedagogia” objetiva apontar a importância do Projeto Letramento Literário elaborado pelo PET- Pedagogia, na

[129] Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia/UFPI. E-mail: ranaisabraga@ufpi.edu.br
[130] Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia/UFPI. E-mail: kedhymacabral@ufpi.edu.br

formação da juventude graduanda de Pedagogia, o qual corroborou na elaboração de Sequências Didáticas e escrita dos diários de bordo, que serviram de ferramentas dialógicas para o Grupo PET Pedagogia.

2 Metodologia

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa além de utilizar o ambiente natural como fonte direta para obtenção de dados, sendo o pesquisador o principal instrumento de busca de informações (Lüdke; André, 1986). Utilizou-se como instrumentos de recolha de dados, a observação participante e para registro, os diários de bordo (Richardson, 2011).

A observação foi realizada nas turmas do 1º ao 5º ano de uma escola pública em Teresina (PI) e possibilitou a elaboração de Sequências Didáticas (SD) desenvolvidas pelos jovens graduandos em Pedagogia.

3 Resultados e discussões

No decorrer do projeto, aconteceram encontros formativos com o grupo, a tutora e professores da Escola Municipal Minha Casa, onde foram traçados os objetivos do projeto, bem como o andamento, mediações, organização e planejamento.

Ocorreram visitas à escola, contato inicial com as crianças, observação da sala de aula e diálogos com os professores, em que foram traçadas as principais dificuldades de cada turma que deram subsídio para o planejamento das atividades e intervenções, na forma de Sequências Didáticas, assim como reflexão e adaptações no decorrer do projeto (Libâneo, 2001).

Desse modo, a culminância do projeto foi organizada a partir da temática da importância da leitura e escrita para formação dos profissionais do futuro. Além da contação da história: *O leão que não sabia escrever* de Martin Baltscheit, por meio da técnica de leitura do livro, aconteceu a dinâmica da adivinha das profissões como fechamento com discos com pistas de cargos profissionais.

Considera-se que o projeto possibilitou às crianças vivenciarem práticas teatrais e musicais por meio da contação de histórias que proporcionaram o letramento literário. Além de que, ao final da história foi realizada a socialização da história contada, na forma de indagações e discussões sobre qual o papel da leitura na vida das crianças, benefícios de se apropriar da escrita, profissões eles gostariam de exercer futuramente e a importância do saber ler para alcançar um crescimento pessoal.

Entende-se que, é papel do professor, pensar e repensar suas práticas, de acordo com as reais necessidades diante da realidade da prática. O Projeto possibilitou aos jovens vivenciarem de perto o dia a dia escolar, o planejamento de ações, a observação e elaboração de sequências didáticas que buscassem atingir o objetivo pretendido de proporcionar o letramento literário.

Considerações finais

Portanto, com a execução das atividades foi possível a criação de novos horizontes frente o olhar dos alunos acerca da leitura. Além disso, o Projeto Letramento Literário contribuiu para que licenciandos em formação inicial vivenciassem, de forma aproximativa, a prática docente, antecipando precocemente o ser professor.

Ao participar do Projeto, foi possível compreender e vivenciar os saberes da docência, os quais integram um amplo campo de conhecimento possibilitando discussões e reflexões que estimulam a criticidade e, assim, promovem a construção e mobilização de saberes na prática docente.

Referências

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Entre a lógica da formação e a lógica das práticas**: a mediação dos saberes pedagógicos. São Paulo: Universidade Católica de Santos. 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

JUVENTUDES EM FORMAÇÃO INICIAL: os ditos e não ditos a partir da experiência no projeto letramento literário

Geisa Cavalcante Castelo Branco[131]
Marcus Gabriel Coutinho Silva[132]
Ana Stefânia Silva de Oliveira[133]

Resumo
Este estudo tem a temática Juventudes em formação inicial: os ditos e não ditos a partir de experiências no Projeto Letramento Literário, teve como objetivo dialogar sobre os relatos de experiências de graduando em Pedagogia em processo formativo durante a participação no Projeto. A metodologia ocorreu pela abordagem qualitativa, realizou-se a observação participante, aliado aos diários de bordos, produzidos pelas vivências de graduandos durante a prática em sala.

Palavras-chave: Juventudes. Formação inicial. Prática Pedagógica.

1 Introdução

Tendo em vista a temática Juventudes em formação inicial: os ditos e não ditos a partir de experiências no Projeto Letramento Literário, a pesquisa em destaque foi desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial (PET), este estudo buscou compreender a inserção de jovens em formação inicial vivenciando experiências que possibilitam desenvolver a identidade como professor, e assim construa relações sociais no contexto educacional, docente e escolar. Pontuamos, ainda, quanto à relevância das práticas pedagógicas que, segundo Farias (2019), está associado a práticas sociais, no sentido de aliar as atividades formais da educação com uma finalidade social da formação humana dentro da sala de aula.

Além disso, a escrita deste trabalho teve como objetivo dialogar sobre os relatos de experiências de graduando em Pedagogia em processo formativo durante a participação no Projeto e, principalmente, na produção e execução das sequências didáticas, no estudo em questão, apontamos a relevância das experiências formativas para uma formação de qualidade a jovens graduando numa perspectiva formativa, pedagógica, dessa forma possibilitar a desenvolver práticas educativas no âmbito escolar. Para a fundamentação teórica utilizamos as contribuições de Farias (2019), Minayo (2002), Gil (1999) e Franco (2018).

2 Metodologia

No percurso metodológico fez-se uso da abordagem qualitativa que, conforme Minayo (2007), trabalha com a significação dos resultados que não podem se quantificados por meio de variáveis, mas analisa as relações dos processos e dos

[131] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. geisaccastelo0507@gmail.com.
[132] Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. marcusgabriel1998@gmail.com
[133] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail. anastefania479@gmail.com

fenômenos observados durante a pesquisa. Minayo (2002, p. 43) também expressa que "a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo [...], como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados". Quanto aos procedimentos de coleta de dados, realizou-se a observação dos participantes.

Segundo Gil (1999, p. 110) essa técnica "nada mais é, que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano". Esse método de investigação foi utilizado em sala aliado ao diário de bordo, na qual os pesquisadores desempenham várias atividades voltada para o letramento das crianças, gêneros textuais, brincadeiras, músicas e muitos outros recursos lúdicos foram efetuados durante o Projeto de extensão, os quais propiciaram conhecimento acerca da realidade favorecendo a análise desta e, assim, todas essas experiências foram descritas nos diários de bordo, pelos participantes.

3 Resultados e discussões

Para expor as experiências de jovens acadêmicos nos projetos do Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia/UFPI, passamos por questões epistemológicas instigantes, pois nossa prática no Projeto de Letramento Literário, as contações de histórias têm uma intencionalidade pedagógico-crítica e não apenas uma mera ação.

Nem toda prática educativa é uma prática pedagógica, Franco (2018) traz elucidações interessantes a esse respeito, no diferenciar o que é *poiesis* e o que é *práxis*, a primeira parte do princípio de uma prática sem ação reflexiva, o segundo é uma prática com reflexão, a primeira é prática educativa, a segunda é prática pedagógica.

Contar uma história por contar é mera casualidade, não podemos restringir a prática pedagógica como sendo de cunho instrucional, na forma de contar uma história e o ouvinte ter apenas como uma ficção e não pensar sobre isso de forma crítica. A contação de histórias faz o estudante desenvolver seu intelecto de forma que tenha acesso a literatura e as formas de apresentação de uma história, por meio dos diálogos, dos temas abordados e como pensar sobre isso.

A prática pedagógica é o oposto disso e é levado em debate pelas juventudes acadêmicas, para que se tenha uma saída dessa forma técnica de agir. A vivência no projeto de contação de histórias traz essa perspectiva de entender que fazer algo com uma técnica de forma tecnicista é completamente diferente de utilizar uma técnica como suporte para o dito intencional reflexivo de uma prática pedagógica.

Considerações finais

A prática da juventude acadêmica, aqui representada pelos participantes do Programa de Educação Tutorial (PET-PEDAGOGIA), é constante em escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e para que essa prática pedagógica seja efetivamente aplicada são feitos os planejamentos, pesquisas e participação nas orientações junto a tutora, para que assim seja aliado os conhecimentos obtidos por meio dos estudos em obras e artigos.

São feitos planejamentos de acordo com a idade e a série dos estudantes, assim como a escolha da história contada no referido dia. Assim, como também somos partícipes das orientações, levando em consideração o que estudamos, planejamos e a

escuta e aplicação das recomendações baseadas na experiência da professora tutora, para assim auxiliar na prática pedagógica dentro das escolas onde são aplicados o Projeto Letramento Literário.

Referências

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo, Atlas,1999.

MINAYO, M. C. de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 1994
.

FARIAS, J. P. **A didática e a prática escolar**: abordagens e objeto. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Educação e Ciências Sociais, *Campus* Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, 2019.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2018,.

SABERES DOCENTES CONSTRUÍDOS A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO

Ronni Cássio da Silva Araújo[134]
Armennia Vitória Araújo Santos[135]
Hilda Mara Lopes Araujo[136]

Resumo
Este estudo explora os saberes docentes construídos a partir da vivência no Projeto Letramento Literário, realizado pelo PET Pedagogia/UFPI. Objetiva-se identificar os saberes docentes presentes nas vivências no referido projeto, embasando-se em autores como Pimenta(2005) e Tardif(2002). Empregamos uma abordagem qualitativa, utilizando observações e rodas de leitura para coletar dados. Os resultados evidenciam que as vivências no Projeto contribuíram para a construção dos saberes docentes dos petianos.

Palavras-chave: Formação. Saberes Docentes. Letramento Literário.

1 Introdução

Nos cursos superiores, a participação em programas ofertados pela universidade contribui para a formação pessoal e profissional de cada indivíduo. Nesse sentido, o Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia, configura-se como programa que proporciona, sob a orientação de um professor tutor, atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do aluno, buscando atender as necessidades curriculares do curso (Brasil, 2006).

Em vista disso, a escolha pela temática deste resumo parte das experiências vivenciadas por jovens do Programa de Educação Tutorial PET Pedagogia/UFPI, a partir do projeto de extensão: *Letramento Literário: ferramenta pedagógica de ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, realizado na Escola Municipal Minha Casa, localizada na Zona Norte de Teresina.

Esta pesquisa, fundamenta-se em autores como Pimenta (2005) e Tardif (2002) que ao tratarem dos saberes da docência, enfatizam que a construção da identidade do professor emerge em um determinado contexto e momento histórico correspondendo às necessidades da sociedade, de modo que a mobilização dos saberes: experienciais, disciplinares e pedagógicos fazem parte da construção do ser professor e que ao longo da carreira o mesmo aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao passo que se insere nele.

Nesse sentido, a reflexão sobre as situações problemas enfrentadas no referido projeto de extensão possibilita que os futuros professores confrontem por meio da vivência na escola, os saberes advindos da formação inicial com a realidade prática.

[134] Graduando em Pedagogia/UFPI - ronniaraujo@ufpi.edu.br
[135] Graduanda em Pedagogia /UFPI- armennia.santos@ufpi.edu.br
[136] Doutora em Educação/UFPI - lopeshildamara655@gmail.com

Partindo disso, nesse estudo, propomos como objetivo: identificar os saberes docentes presentes nas vivências no projeto letramento literário.

2 Metodologia

Utilizou-se a abordagem qualitativa, que nos dá a possibilidade de explorar a complexidade de fenômenos, analisar interações entre variáveis, compreender e categorizar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais e proporcionar um entendimento mais aprofundado do comportamento individual (Richardson, 1999).

Para a coleta de informações, empregou-se a observação e as rodas de leitura. Quanto à observação, consiste na utilização dos sentidos para obtenção de informações de determinados aspectos da realidade, examinando fatos e fenômenos que se deseja estudar (Marconi; Lakatos, 2003). Neste contexto, a observação foi realizada nas turmas do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Minha Casa, resultando na elaboração de sequências didáticas.

Referente às rodas de leitura, pontuamos ser por meio destas que confrontamos as opiniões, além disso, firmamos o convívio social e as relações interpessoais. Além de se configurar como uma necessidade social que contribui para a formação de leitores críticos e reflexivos (Lino, 2018).

No desenvolvimento do projeto foram realizadas ações como: encontros de formação teórica, rodas de leitura, produção de materiais pedagógicos e sequências didáticas que resultaram em aulas com aporte no letramento literário.

3 Resultados e discussões

Como resultado, essa atividade contribuiu para a construção dos saberes docentes dos petianos, de modo que na primeira etapa do projeto houve as formações teóricas, em que foram realizadas rodas de leitura para discussões referente ao campo do letramento literário. Esta etapa possibilitou a consolidação de saberes tanto disciplinares quanto pedagógicos.

Sobre os saberes disciplinares entende-se como aqueles que compõe o arcabouço teórico referente aos conteúdos, não se tratando apenas do acúmulo de informações, pois na construção do ser professor é preciso a apreensão de como mediar esse conhecimento de modo a possibilitar reflexões para a construção da sabedoria necessária para a constante construção humana (Pimenta, 2005).

Quanto aos saberes pedagógicos, estes se referem ao “saber ensinar”, proporcionados inicialmente nas formações teóricas do projeto, nas quais foram discutidas metodologias para a mediação do conhecimento referente ao letramento literário. Porém, levando em consideração que o saber fazer é consolidado na prática (Pimenta, 2005). As aulas que ocorreram posteriormente foram cruciais para a efetivação dos saberes, momento em que houve o confronto da teoria com a realidade.

Após as formações teóricas, houve a visita para observação da escola que resultou no planejamento das sequências didáticas, nestas foram desenvolvidas estratégias de intervenção para auxiliar as crianças no desenvolvimento da leitura. Nessa etapa, os petianos mobilizaram os saberes da experiência, que emergem das vivências e são validados por elas (Tardif, 2002).

Os saberes da experiência englobam o conhecimento que acumulamos ao longo do tempo, integrando o aprendizado desde a nossa trajetória como estudantes até o nosso desenvolvimento como professores em formação. Esses saberes se originam, não apenas das teorias absorvidas em contextos acadêmicos, mas também emergem das práticas reais e reflexões constantes sobre a ação pedagógica.

No Projeto, a sala de aula constitui o *lócus* de produção desse saber, é na prática em sala de aula que o saber fazer ganha vida, à medida que os petianos em formação desenvolvem as atividades em sala de aula, que se tornam as vias pelas quais os saberes da experiência são mobilizados e entrelaçados com as práticas educacionais.

Considerações finais

Concluímos que a presente investigação possibilitou evidenciar a relevância do Programa de Educação Tutorial e do Projeto de extensão para a construção dos saberes docentes, pois permitiu que os jovens petianos, futuros professores, pudessem vivenciar experiências de contato direto com o contexto escolar, possibilitando o desenvolvimento de saberes docentes a partir da formação e intervenção.

A vivência no Projeto Letramento Literário permitiu a possibilidade dos petianos reverem as suas práticas pedagógicas em construção, além de colocar em ação os conhecimentos adquiridos na formação inicial, mobilizando saberes disciplinares e pedagógicos a partir das experiências.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Educação Tutorial – PET. **Manual de Orientações Básicas**. Brasília: MEC, 2006.

LINO, Edna. **A importância da roda de leitura para o ensino fundamental I.** PET PEDAGOGIA UFBA, 2018. Disponível em: https://petpedagogia.ufba.br/importancia-da-roda-de-leitura-para-o-ensino-fundamental-.i#:~:text=A%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20roda,precede%20a%20leitura%20da%20palavra%E2%80%9D. Acesso em: 20 ago. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: experiências no projeto letramento literário

Armennia Vitória Araújo Santos[137]
Diva Maria Pita Mendonça[138]
Ronni Cássio da Silva Araújo[139]

Resumo
Este estudo relata experiências no "Projeto Letramento Literário", do PET Pedagogia/UFPI, refletindo as contribuições do Projeto na construção da prática pedagógica dos futuros professores, com base em Sacristán (1999) e Gauthier (2006). Utilizando a abordagem qualitativa com observação participante, os resultados destacam que as experiências no Projeto Letramento Literário, aliado ao programa PET Pedagogia, enriquecem a formação dos petianos, permitindo o desenvolvimento e a construção de diversas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Formação. Prática Pedagógica Letramento Literário

1 Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia da Universidade Federal do Piauí oferece aos seus participantes oportunidades de envolvimento em atividades extracurriculares, orientadas por uma professora tutora, visando complementar a formação acadêmica dos alunos e proporcionar aos petianos vivenciar experiências que não estão contempladas nas estruturas curriculares acadêmicas (Brasil, 2006)

Nesse sentido, este estudo se baseia nas vivências dos integrantes do Programa de Educação Tutorial PET- Pedagogia/UFPI, por meio do Projeto "Letramento Literário como Ferramenta Pedagógica na Educação Infantil e Ensino Fundamental", que é realizado semanalmente na Escola Municipal Minha Casa, localizada na Zona Norte de Teresina. Esse Projeto enriquece a formação de graduandos em Pedagogia e professores da Educação Básica, preparando-os para atuar de forma eficaz no ambiente educacional.

Destacamos que, no desenvolvimento das atividades do Programa PET Pedagogia/UFPI, é promovida uma aprendizagem significativa. Isso ocorre porque os alunos têm a oportunidade de construir, juntamente com os professores, conteúdos que garantam autonomia, conforme preconizado por Vieira (2012). Essa abordagem permite que os futuros professores por meio das vivências em projetos, como o Letramento Literário, se tornem autônomos no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas em sala de aula e na maneira como se inserem no mundo.

Nesse contexto, este resumo objetiva refletir sobre as contribuições do Projeto Letramento Literário na construção da prática pedagógica dos futuros professores. baseamo-nos em autores como Sacristán (1999) e Gauthier (2006), que afirmam que a

[137] Graduanda em Pedagogia /UFPI - armennia.santos@ufpi.edu.br
[138] Graduanda em Pedagogia /UFPI - divapitta@hotmail.com
[139] Graduando em Pedagogia/UFPI - ronniaraujo@ufpi.edu.br

prática pedagógica é moldada por meio da aprendizagem prática e do conhecimento adquirido na prática, representando um conjunto de conhecimentos culturais consolidados acerca da atividade educacional, que podemos chamar de prática ou cultura em torno da prática. Portanto, as práticas pedagógicas consistem em ações, estratégias e decisões intencionalmente concebidas e implementadas pelos educadores para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.

2 Metodologia

A presente pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, pois nos permite trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações. Desse modo, a aplicação da observação participante (Minayo, 2004) como técnica de coleta de dados, permitiu a coleta de informações relacionadas à turma do 3º ano da Escola Municipal Minha Casa. Assim, pretendeu-se refletir sobre as contribuições das vivências no Projeto Letramento Literário na construção da prática pedagógica dos integrantes do grupo PET.

Destacamos que, no início do Projeto Letramento Literário, houve formações teóricas envolvendo tanto os petianos quanto os participantes do Projeto. Logo após, foram realizadas observações na escola, cujas informações serviram como base para a elaboração de Sequências Didáticas (SD), que foram adotadas como abordagem pedagógica central no Projeto Letramento Literário e abrangem uma ampla variedade de gêneros textuais com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela leitura por meio de diferentes estruturas narrativas. Ao final de cada encontro são registradas as experiências em diários de bordo possibilitando a reflexão sobre as práticas.

3 Resultados e discussões

Como resultado, é evidente que as experiências vivenciadas no Projeto Letramento Literário, desempenharam um papel significativo na formação dos futuros professores. Durante o projeto, ao planejar as atividades, os integrantes do grupo PET Pedagogia estão construindo e aprimorando suas práticas pedagógicas.

Nesse contexto, à medida que os petianos planejavam as sequências didáticas, elaborando os objetivos de aprendizado, selecionando os materiais didáticos, os conteúdos e as atividades práticas a serem trabalhadas em sala de aula, os integrantes do projeto estavam, de fato, desenvolvendo suas práticas pedagógicas. Esse envolvimento direto com a sala de aula proporcionou a compreensão e aplicação dos conteúdos previamente estudados nas formações teóricas com aporte no letramento literário.

Gimeno Sacristán (1999) coloca que os efeitos das ações realizadas em sala de aula permanecem na pessoa, influenciando seus comportamentos e conhecimentos a serem utilizados no futuro, permitindo uma análise do que se fez. Corroborando com isso Libâneo (2001) destaca que a partir do momento em que os estudantes ingressam no curso superior, torna-se essencial estabelecer uma conexão entre os conteúdos teóricos e as experiências práticas. Isso implica em proporcionar aos alunos em formação uma oportunidade de se envolver com a realidade que em breve farão parte.

Em suma, fica evidente que as experiências proporcionadas pelo Projeto Letramento Literário, possibilitaram o desenvolvimento e a construção de práticas pedagógicas, enriquecendo a formação dos petianos. Conforme afirmado por Sacristán (1999), um professor que possui experiências variadas e ricas tende a ter uma prática pedagógica mais sólida e bem fundamentada, pois está ensinando com base no que vivenciou, no que experienciou. Como ele destaca, as experiências passadas são uma espécie de capital cultural que enriquece a ação futura, sem, no entanto, limitá-la.

Considerações finais

Concluímos, por meio deste estudo, que as experiências vivenciadas no Projeto Letramento Literário, promovido pelo PET Pedagogia, possibilitaram a construção e reconstrução de práticas pedagógicas por parte dos participantes do projeto.

Portanto, a participação no Projeto Letramento Literário transcende os limites da academia e se integra plenamente ao contexto real da sala de aula. Através das práticas na sala de aula e do envolvimento direto com os alunos, os futuros educadores têm a oportunidade de se preparar de maneira abrangente para os desafios e responsabilidades de sua futura profissão.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Educação Tutorial – PET. **Manual de Orientações Básicas**. Brasília: MEC, 2006.

GAUTHIER, C. *et al*. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOREIRA, M. A. **O que é afinal aprendizagem significativa?** 2012. Disponível em: http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

VIEIRA, F.A.C. (2012) **Ensino por investigação e aprendizagem significativa crítica:** análise fenomenológica do potencial de uma proposta de ensino. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

EU -SOCIAL- PRÁTICAS EDUCATIVAS: juventudes no Ensino Médio

Ada de Alencar[140]
Maria Eduarda Araújo Furtado Ferreira[141]

Resumo
Em Caxias-Ma, discussões envolvendo o Novo Ensino Médio tem-se acentuado à medida em que o projeto de vida é uma prática dissociada da realidade dos jovens, apartando-se de protagonistas a meros espectadores. Este projeto tem como objetivo refletir sobre essa situação social a partir da aplicação do mesmo no ambiente escolar, mediando temáticas emergentes às necessidades dos jovens e de aportes teóricos sobre novo ensino médio, protagonismo e juventude.

1 Introdução

O projeto, intitulado *Eu -Social- Práticas Educativas: Juventudes no Ensino Médio*, é desenvolvido na escola em tempo integral Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, no município de Caxias-Ma. O referido projeto faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e para o seu progresso teve como ponto primordial a realização de aprofundamento teórico sobre as definições de conceitos como: juventude, protagonismo e novo ensino médio.

Estudos sobre o Novo Ensino Médio evidenciam que a Lei n. 13.415 transfigurou a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, em outras palavras, transformou 800 horas para 1000 horas de aulas e definiu a implantação de um currículo mais flexível. A partir dessas concepções, o projeto de vida "[...] vem como forma do professor, da escola e do sistema começar a discutir com os alunos e incentivar o seu protagonismo [...]" (Vale, 2022, p. 136).

Entretanto, a finalidade não é atender a demanda do público alvo e sim "[...] direcionar o ensino para atender às demandas do mercado, que requerem trabalhadores flexíveis capazes de se adequarem às rápidas mudanças [...]" (Branco, 2018, p. 61).

Em vista dessas observações feitas, a partir da implantação da nova reforma do ensino médio, os jovens afetados lidam com as mudanças e cobranças sociais impostas pela sociedade. Nesse sentido, este projeto tem como objetivo discutir a ação da juventude e propiciar um espaço para discussões e reflexões de suas necessidades tendo como ênfase as disciplinas eletivas da área de ciências humanas.

2 Metodologia

Em 2022 e 2023 foram realizados levantamentos bibliográficos em acervos digitais e a busca se deu por palavras chaves como: juventude, protagonismo e o novo ensino médio. Posteriormente, no ano de 2022 foram realizados três encontros na escola Centro Educa Mais Aluísio Azevedo para procedermos a observações e a uma entrevista

[140] Procópio PIBEX-UEMA. adaalencarf@gmail.com
[141] PIBEX-UEMA. dudaamorfamilia0.com@gmail.com

com a professora de sociologia com a finalidade de mapear os projetos e disciplinas eletivas da instituição.

No mês de novembro de 2022, a disciplina escolhida como eixo das nossas observações foi "Felicidade tem preço", ministrada na turma 103, já no mês de dezembro foi realizada uma culminância das eletivas para findar este ciclo de 2022 para que, em 2023, ocorresse o retorno das aulas com a aplicação do projeto.

No ano de 2023, após a realização do mapeamento de projetos e eletivas, trabalhamos na disciplina de sociologia por melhor atender a necessidade dos eixos temáticos do projeto.

3 Resultados e discussões

O conceito de juventude é visto como "uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres" (Groppo, 2016, p. 10). Dessa maneira, observa-se que o Novo Ensino Médio destaca primordialmente a participação do jovem como um indivíduo protagonista em suas atividades.

É nesse contexto que o autor Vale (2022, p. 136) destaca que o objetivo do projeto de vida visa incentivar o protagonismo dos alunos para que tenham a oportunidade de descobrir o seu talento e visar caminhos futuros no pós Ensino Médio.

Com a ênfase nas categorias expostas acima, foi possível observar que os jovens da turma trabalhada, apresentam uma compreensão das propostas mediadas pelo novo modelo de ensino, além de que os mesmos evidenciaram não se sentirem protagonistas em torno das ações da Lei n. 13.415. Dessa maneira, por meio deste projeto de extensão, foi possível propiciar um espaço para conduzir discussões sobre temáticas emergentes às necessidades dos jovens como: violência contra a mulher, identidade, desigualdade social, trabalho e protagonismo.

Através dos relatos dos jovens, foi possível destacar que esses sujeitos sentem a ausência de conteúdos pertinentes às suas realidades. Mediante a uma roda de conversa sobre o assunto 'trabalho', uma parcela da sala não tinha o conhecimento sobre o que vem a ser Ensino Superior, seu processo de formação e como ocorre a inserção de pessoas nesse espaço.

Por intermédio da perspectiva dos alunos dessa sala, é pertinente salientar que o novo ensino médio ao evidenciar uma postura teórica-metodológica que parte do pressuposto de um projeto de vida que incentiva os jovens a serem protagonistas de suas históricas, está apenas reduzindo esses indivíduos a meros expectadores da instituição de ensino, visto que o público alvo não tem um conhecimento sobre a universidade e tampouco os seus interesses são levados em consideração.

Considerações finais

A noção dos conceitos de juventude e novo ensino médio aqui analisada remete às vivências dos alunos enquanto protagonistas no espaço institucional.

Contudo, ocorre que a perspectiva repassada na prática se mostra dissociada do plano elaborado para as novas formas de ensino. Ademais, se faz pertinente e necessário o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão que visam contribuir para a transformação dessa realidade.

Referências

BRASIL. **Lei n 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, Presidência da República [2017]. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRANCO, Emerson Pereira. Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em Consonância com a Reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, [*S.l.*], v. 10, n. 21, maio/ago. 2018.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes**: sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

VALLE, Nancy Pinto do. Novo Ensino Médio: reflexões, expectativas, desafios e oportunidades. **Scientia Generalis**, [*S.l.*], v. 3, n. 1, p. 134-143, 2022.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO LITERÁRIO COMO APORTE PARA JOVENS GRADUANDOS DE PEDAGOGIA NA DIFUSÃO DO ACESSO DE CRIANÇAS À LEITURA LITERÁRIA

Maycon Gabriel Lima Silva[142]
Danielly Ketlhyn Cavalcante Silva[143]
Talita de Sousa Rodrigues[144]

Resumo
Este resumo objetiva relatar experiências de graduandos do grupo PET-Pedagogia/UFPI que utilizam o letramento literário como prática educativa que possibilita o contato de crianças à leitura literária. Guiamo-nos pela abordagem qualitativa. Ficou evidente a contribuição do letramento literário para que as crianças estejam imersas de uma forma lúdica e prazerosa com a leitura.

Palavras-chave: Letramento Literário. Prática Educativa. Formação.

1 Introdução

Este resumo objetiva relatar experiências de jovens do grupo PET-Pedagogia/UFPI que utilizam o letramento literário como prática educativa que possibilita o contato de crianças à leitura literária na Escola Municipal Minha Casa. Essa prática é resultado do projeto "Letramento Literário: ferramenta pedagógica de ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental", realizado pelo grupo. Diante disso, destaca-se o letramento como ferramenta pedagógica que propicia às crianças o domínio da escrita e da leitura.

Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas com alunos do 1º ano relacionadas ao letramento literário, propiciou vivências de práticas educativas que auxiliaram jovens da graduação na imersão de crianças no mundo da leitura literária. Tais vivências proporcionaram aos graduandos absorver experiências a partir do contato com essas crianças, com os professores da escola pública e com todo o ambiente escolar, possibilitando colocar em prática os aprendizados adquiridos.

2 Metodologia

Considerando a proposta do projeto de discutir o letramento literário enquanto ferramenta pedagógica de ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o grupo realizou atividades com aporte na literatura infantil brasileira.

---

[142] Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. Petiano do Programa de Educação Tutorial. Email: mayconlima@ufpi.edu.br
[143] Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. Petiana do Programa de Educação Tutorial. Email: daniellyketlhyn15@gmail.com
[144] Graduada em Pedagogia/UFPI. Petiana egressa do Programa de Educação Tutorial. Email: talitarodrigues@ufpi.edu.br

Com a intencionalidade de aproximar as crianças ao mundo da leitura os graduandos utilizaram-se do próprio letramento literário como ferramenta pedagógica. Ao partirem para a prática das atividades na escola, os jovens escolheram uma linha de observação com base em pesquisa qualitativa que permite ao pesquisador a capacidade de desenvolver uma interpretação do mundo (Denzin; Lincoln, 2006). Nesse sentido, buscamos analisar o ambiente escolar em que as crianças se encontram.

Guiamo-nos pela abordagem qualitativa e utilizamos os instrumentos de coleta de dados: a observação participativa e o diário de bordo. Sendo assim, na observação participativa o observador participa das atividades diárias de um grupo (Minayo, 2001). E o diário de bordo é uma ferramenta simples, e útil para compreender a realidade psicossocial e cultural de um grupo pois guarda uma memória daquilo que é observado (Soldati, 2005).

3 Resultados e discussões

Os petianos desenvolveram sequências didáticas que auxiliaram na organização das atividades a serem praticadas na escola. Ressalta-se, que o grupo registrava todos os acontecimentos em diários de bordo para verificar o que foi possível cumprir e o que aconteceu fora do planejado nas sequências didáticas.

No que se refere às atividades realizadas em sala de aula com as crianças, todas estavam inteiramente relacionadas à proposta do letramento literário. Desse modo, o grupo buscou viabilizar o acesso dessas crianças ao letramento literário. Como técnica de incentivo, destaca-se, a utilização da contação de história. Sobre isso, Abramovich (1997) ressalta que a escuta da contação é categórico para formar novos leitores. Diante disso, tornou-se crucial trabalhar o letramento literário por meio da contação de história, pois possibilitou que as crianças despertassem o gosto pela leitura.

É importante destacar que, mediante às práticas do Projeto letramento literário, os jovens do Grupo PET-Pedagogia/UFPI têm a possibilidade de vivenciarem um cenário acadêmico que valoriza atividades extracurriculares, ancorando-se no ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, trabalhar o letramento literário é uma maneira não somente de imergir crianças ao mundo da literatura, mas também uma forma de preparar os graduandos a lidarem com diferentes realidades dentro e fora da sala de aula. Diante das atividades desenvolvidas, foi possível observar que as crianças adquiriram um certo gosto pelo projeto desenvolvido, sempre perguntando se poderíamos ir mais vezes na semana.

Sob tal aprovação, percebemos o poder encantador que a literatura exerce na vida de quem a lê. Para Villardi (1997, p.110) “a literatura é feita para encantar, é feita com prazer para proporcionar prazer, o que vem depois é consequência desse prazer”. Diante disso, observamos que o que veio depois da nossa prática foi a boa recepção das crianças pelo letramento literário, considerando o entusiasmo a cada nova leitura que fazíamos.

Considerações finais

O projeto Letramento Literário contribuiu para gerar um olhar mais observador nos petianos e voluntários. Utilizar o letramento como prática educativa possibilita a

esses jovens um olhar mais humanizado, na medida em que realizam um papel importante na vida de muitas crianças, o papel de viabilizar o contato com a literatura literária.

Diante disso, fica evidente a contribuição do letramento literário para que as crianças estejam imersas de uma forma lúdica e prazerosa com a leitura. Ademais, destaca-se também, a contribuição do projeto para a formação acadêmica de jovens da graduação, uma vez que gera um olhar humanizador, essencial para o exercício da profissão.

Referências

ABRAMOVICH, Fany**. Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. São Paulo: Artmed, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOLDATI, M**. Capoeira**: prevention et mediation educative auprès de jeunes en situation de risque au Brésil. Genève: Univirsité de Genève. Mémoire de licence, 2005.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler**: formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

LEITURA COLABORATIVA: repensando a construção do conhecimento dentro da academia

Cintia da Silva Sousa[145]
Luara Cristina da Silva Pereira[146]
Izabela dos Santos Silva[147]

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da leitura colaborativa na formação acadêmica, além de discutir a construção do conhecimento de forma coletiva. Para isso, utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa sobre um relato de experiência de licenciandas em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí.

Palavras-chave: Conhecimento. Leitura colaborativa. Licenciatura.

1 Introdução

A leitura perpassa a formação de todos e todas no campo acadêmico, seja por meio de leituras obrigatórias, optativas e/ou recreativas, como jornais, revistas, entre outros formatos.

Reconhecendo o papel da leitura e identificando-a como forma de construção do pensamento que extrapolam as barreiras do individualismo acadêmico, são objetivos: refletir sobre a importância da leitura colaborativa para nossa formação acadêmica, e discutir a construção do conhecimento de forma coletiva.

A leitura de *Ensinando a transgredir* possibilitou a discussão da formação acadêmica de licenciandos e licenciandas sob uma ótica crítica do desenvolvimento de profissionais pautados na realidade em que estão inseridos, assim como, evidencia a estrutura em que todos e todas estão inseridos a fim de trabalharem de forma propositiva para transgredir barreiras racistas, sexistas e heteronormativas.

Destacando as obras de Paulo Freire (1996), o reconhecimento e a subjetividade dos indivíduos, frisa a importância da posse do conhecimento por parte dos alunos, como seres humanos integrais, advogando para a construção de uma sala aula em que as vivências possam ser elaboradas a partir de perspectivas coletivas. Essa consciência precisa ser formulada ainda no processo de formação docente, “Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades” (Freire, 1996, p. 32).

[145] Graduanda em Ciências Sociais, na modalidade de Licenciatura, pela Universidade Federal do Piauí, cintiasousa066@ufpi.edu.br.
[146] Graduanda em Ciências Sociais, na modalidade de Licenciatura, pela Universidade Federal do Piauí,luarasilva@ufpi.edu.br.
[147] Graduanda em Ciências Sociais, na modalidade de Licenciatura, pela Universidade Federal do Piauí,Izabelasilva@ufpi.edu.br.

2 Metodologia

A metodologia desse trabalho se deu por meio de abordagem qualitativa sobre um relato de experiência de uma leitura em conjunto do livro "Ensinando a Transgredir" de bell hooks. Utilizamos um modelo de leitura colaborativa, que para Imamura (2018) e Baranauskas (2018) é uma atividade de leitura baseada no conhecimento em grupo, ou seja, os indivíduos vão contribuir de forma coletiva para o aprendizado um do outro, acaba se tornando então uma leitura coletiva, mediada e crítica (Imamura; Baranauskas, 2018, p. 32).

A experiência ocorreu a partir da construção de um cronograma de encontros semanais, realizados toda sexta-feira pela plataforma *Google Meet*, com exceção dos dois últimos que foram presenciais em uma segunda-feira. As discussões iniciaram no dia 03 de março de 2023 e finalizaram no dia 29 de maio, do mesmo ano. Escolhemos dois capítulos por encontro, onde, a cada um, uma das estudantes ficava responsável por mediar a discussão, e em seguida as outras davam suas contribuições a partir da sua interpretação e experiências vividas.

3 Resultados e discussões

Percebendo o contexto em que estamos inseridas, onde os textos trabalhados em sala de aula são discutidos brevemente. A leitura conjunta, possibilitou a construção de pensamentos pautados na vivência e percepção do outro sobre o texto lido na íntegra. É no processo de fala e escuta que o texto se revela, e a experiência de ler se transforma, “a comunicação oral que ocorre nos encontros leva em conta não apenas o ser ouvido, mas também o outro lado, o da escuta, tão importante quanto o primeiro. Há colaboração e enriquecimento mútuo” (Schmitz-Boccia, 2012, p.109).

O reconhecimento da leitura e do compartilhamento de percepções sobre o texto lido como fundamentais para a construção do conhecimento, possibilitou a formação do grupo de leitura conjunta, em que o local de escuta e trocas de experiências, que já estavam sendo feitas em sala de aula, se expandisse.

Em decorrência do modelo de leitura adotado, vimos que houve a troca de conhecimentos pautados em vivências e percepções do texto que não seriam obtidas sem esse compartilhamento de experiências. Por sermos indivíduos singulares os nossos conhecimentos não são construídos de forma igual e homogênea, bem como a interpretação que fazemos do texto lido. Dessa forma, a percepção que adquirimos da prática docente, dos currículos impostos e da academia enquanto local de reprodução de opressões só foi possível a partir da forma em que as discussões foram trilhadas, para além do debate do texto, a leitura conjunta proporciona contato com o pensamento do outro.

Considerações finais

De forma ampla, podemos atestar que a leitura colaborativa se mostrou eficaz para a construção do conhecimento de forma coletiva, perpassando diferentes formas de conhecimento. A ligação existente entre conhecimentos vividos por nós e aqueles proporcionados pela leitura do livro foram impulsionados, a fala e a escuta trabalhadas de modo amplo, proporcionaram o desenvolvimento de habilidades fundamentais para as futuras docentes.

Discussão e mediação do debate, nos proporcionou o cultivo de percepção aguçada ao ler o texto, bem como habilidade de síntese, tão fundamentais para guiar o debate. Em virtude da experiência positiva, houve mais interessados em compor o grupo.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS,Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

SCHMITZ-BOCCIA, Andréa. Clubes de leitura: a construção de sentidos em situações de leitura colaborativa. **Revista Veras**, [*S.l.*], v. 2, p. 97-113, 2012.

DISCUTINDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COM A JUVENTUDE DE FORTALEZA: relato de experiência num espaço de educação não formal

Sara Vitória de Carvalho da Silva Thé[148]

Resumo
Este trabalho descreve uma experiência educativa no Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, localizado na Barra do Ceará, periferia mais antiga de Fortaleza (CE). Com a realização de observações participantes e intervenções pedagógicas, foi possível compreender a importância da educação em direitos humanos e a relevância de espaços de educação não formal para o desenvolvimento das juventudes.

Palavras-chave: Juventudes. Direitos Humanos. Educação.

1 Introdução

Os novos desafios da sociedade brasileira contemporânea nos movem a compreender a complexidade dos fenômenos e sujeito sociais com cuidado e afinco, a fim de proporcionar reflexões críticas. O debate sobre direitos humanos, sem dúvida, se encaixa como esse objeto de estudo, tão fundamental para a educação e desenvolvimento de jovens do país.

A Sociologia é um dos campos modernos que pretende investigar a consolidação do conceito 'juventudes' e seus desdobramentos, como por exemplo a caracterização de faixa etária (15-29 anos) e a força dos movimentos estudantis na noção de jovem como sujeito político. Tendo isso em vista, uma das justificativas do presente relato foi a atualidade e relevância de se falar de educação em direitos humanos para as juventudes da cidade de Fortaleza, que configura, paralelamente, a maior política pública de juventude do país (os CUCAS), e o terceiro maior índice de mortalidade de jovens negros e/ou periféricos nas capitais brasileiras. Logo, fomento reflexões por meio dessas contradições, que desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, segue sendo pauta ora por garantias, ora por violações.

Este relato de experiência tem por objetivo estimular debates acerca da educação em direitos humanos como parte dos Direitos Humanos, que estimula o conhecimento e a defesa dos seus direitos, mas também dos demais, demonstrando uma experiência pedagógica dialogada.

2 Metodologia

Na disciplina extensiva *Educação em Direitos Humanos*, tive que me inserir num espaço de educação, e por estar, naquele período, trabalhando como bolsista do Programa Futuros da Rede Cuca, na monitoria da Biblioteca, decidi realizar as

[148] Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: sara.vitoria@aluno.uece.br

atividades dessa cadeira no espaço. Eu e uma colega de turma fomos entre o final de março e metade de junho, uma vez por semana ao equipamento, observando e conversando com funcionários e jovens usuários de maneira informal.

O equipamento é gerido pela Prefeitura de Fortaleza, em parceria com a Secretaria de Juventude, foi inaugurado em 2009 como Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte da Barra do Ceará. Atuamos diretamente com a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente.

Posteriormente, em meados de abril, decidimos focar nos estudantes de 13 a 15 anos que faziam parte de um programa municipal que suplementava o conteúdo escolar e fizemos uma votação com os e as estudantes para definir o tema da roda de conversa, e a temática vencedora foi "Raça e racismo", foram feitas duas rodas de conversa, no período da manhã com 25 jovens e no período da tarde com 45, com duração de 1h cada. Intitulamos a atividade como "Educação e políticas públicas para a população negra no Brasil", no plano de aula, destacamos a contextualização do acesso da população negra à educação desde a fantasia da abolição até a aprovação das cotas nas universidades, reiterando a luta por trás das conquistas, construindo consciência sobre a história do país e principalmente deles, que eram expressivamente negros ou pardos.

Usamos a música *Ponta de lança* do Rincon Sapiência e o vídeo *Slam* da poeta Andrea Bak, posteriormente, a corrida dos privilégios foi uma dinâmica onde cinco estudantes pegavam um papel escrito, por exemplo "mãe solo, negra e usuária do bolsa família", e perguntamos coisas do tipo "você possui plano de saúde particular? Dê um passo à frente". Ao fim, eles analisavam o caminho percorrido por cada um e depois fizeram cartazes colocando tudo que foi discutido naquele momento.

3 Resultados e discussões

Essa experiência me proporcionou autorreflexão acerca de mim e da minha prática política pedagógica como educadora em formação que também faz parte da juventude, mas também compreensões outras sobre as juventudes na adolescência, a importância da comunidade como espaço de formação do sujeito e a relevância de ouvir o que os e as jovens têm a dizer sobre direitos humanos.

Alguns deles não sabiam que o equipamento onde eles estavam era uma política pública, e também não entendiam que podiam fomentar os direitos humanos, algo tão próximo e fundamental para qualquer pessoa, desse modo, uma educação que promova o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos marginalizados, deve potencializar esses indivíduos que historicamente têm sido subjugados ou silenciados nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais (Candau, 2013, p.62), como também estimular e valorizar as manifestações culturais das juventudes nos territórios periféricos enquanto livre expressão cultural, que muitas vezes são recriminadas, tendo em vista que o não acesso ao lazer e cultura são indicativos de desigualdade e violência, e sua garantia é um direito também.

Considerações finais

Espero que as ideias aqui expostas sirvam de combustível para a exploração positiva dos espaços de educação não formal como potencializadores das juventudes e

a ampliação de políticas públicas para a juventude utilizando a educação em direitos humanos como ferramenta pedagógica de transformação.

Referências

CANDAU, V. M. F. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, 2013.

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, n. 24, p. 40-52, 2003.

G1. **Atlas da violência**: RN tem 2ª maior taxa de mortalidade de jovens no Brasil. Brasil, ano 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/08/27/atlas-da-violencia-rn-tem-2a-maior-taxa-de-mortalidade-de-jovens-no-brasil.ghtml. Acesso em: 3 set. 2023.

PROJETO LETRAMENTO LITERÁRIO: contribuições para a prática docente de estudantes do Programa de Educação Tutorial (PET)

Ranaísa Braga da Silva[149]
Emanoelly Vitória Coimbra Nunes[2]
Hilda Mara Lopes Araujo[3]

Resumo
O estudo sob o título "Projeto Letramento Literário: contribuições para a prática docente de estudantes do Programa de Educação Tutorial - PET", objetivou relatar experiências pessoais e formativas de estudantes em formação inicial advindas de práticas docentes. A metodologia ancorou-se na abordagem qualitativa e nos procedimentos de recolha de dados. Os resultados evidenciaram a ação pedagógica sob situações imprevisíveis, nas quais o professor precisa aprender e aplicar conhecimentos anteriores.

Palavras-chave: Letramento Literário. Formação Inicial. Prática Docente.

1 Introdução

As atividades de ensino no âmbito do Programa de Educação Tutorial PET/Pedagogia/UFPI integram professores em processo de formação inicial a partir de projetos desenvolvidos em grupo, que possibilitam a vivência do jovem graduando no contexto prático educacional por meio de ações inovadoras que englobam ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do "Projeto Letramento Literário".

O Projeto citado objetiva fortalecer e contribuir no processo formativo dos licenciandos para a prática docente como futuros professores possibilitando experiências profissionais que partem desde o planejamento, até a execução da aula. Segundo Libâneo (2001, p. 221), "O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação".

Portanto, o presente trabalho intitulado: Projeto letramento literário: contribuições para a prática docente de estudantes do programa de educação tutorial - PET está ancorado no objetivo de relatar experiências pessoais e formativas de estudantes em formação inicial no Projeto Letramento Literário, vinculado ao PET/Pedagogia/UFPI, uma vez que, motivados pela vontade de fortalecer os conhecimento adquiridos, o citado Projeto propiciou a vivência do contexto docente

[149] Graduanda em Pedagogia, participante do Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia e vinculada à Universidade Federal do Piauí. E-mail: ranaisabraga@ufpi.edu.br.
[2] Graduanda em Pedagogia, participante do Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia e vinculada à Universidade Federal do Piauí. E-mail: emanoellynunes@ufpi.edu.br .
[3] Doutora em Educação, tutora do Programa de Educação Tutorial – PET Pedagogia e vinculada à Universidade Federal do Piauí. E-mail: lopeshildamara655@gmail.com

mediante elaboração de Sequências Didáticas e escrita dos diários de bordo, que serviram de ferramentas dialógicas para o Grupo PET Pedagogia relatar as experiências pessoais e formativas, dificuldades e facilidades no desenvolvimento das atividades, possibilitando ao Grupo a oportunidade de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares acadêmicas.

2 Metodologia

A investigação guiou-se pela pesquisa qualitativa sob a ótica de Ludke e André (1986), que possibilitou a interpretação da relação de significações de fenômenos estudados proporcionando a interação dos indivíduos.

Utilizamos como instrumentos de recolha de dados, tanto a observação participante, sob a perspectiva de Richardson (2011), quanto a escrita de diários de bordo realizada na sala de aula de uma escola pública localizada em Teresina (PI), onde o Projeto foi desenvolvido. Esse instrumento possibilitou realizarmos um exame minucioso do fenômeno em sua totalidade e, também, em algumas de suas partes possibilitando a captação precisa do objeto examinado.

3 Resultados e discussões

As discussões tecidas visam expressar o objetivo do presente estudo, qual seja, relatar experiências vivenciadas por petianos no âmbito do Projeto Letramento Literário, desenvolvido na Escola Municipal Minha Casa com alunos do 4° ano do ensino fundamental.

No desenvolvimento do Projeto, o grupo participou de encontros de formação para estudos teóricos acerca do tema e objetivos do Projeto. Ainda, fez-se visitas à escola para conhecimento do espaço físico, das salas de aula e, principalmente, para observar os alunos e conversar com os professores. Esse contato inicial propiciou o planejamento das atividades didáticas, na forma de Sequências Didáticas, assim como a revisão e adequação destas no decorrer do processo de ensino (Libâneo, 2001).

Dessa forma, o grupo organizou a atividade a partir da leitura do livro *Flicts* do autor Ziraldo Alves Pinto, cuja fábula trata sobre respeito e auto aceitação. O objetivo da atividade foi discutir as diferenças entre os alunos e como estratégia de ensino aprendizagem, o Grupo orientou a produção de um cartaz com frases que estimulavam o respeito na intenção de contribuir para as rotinas dos alunos.

Em suma, compreendemos que o aprendizado docente não parte apenas do planejamento e de sua execução, mas, uma das características do ensinar envolve estar aberto a modificar o processo, pronto para mudanças de acordo com a realidade da prática (Libâneo, 2001).

Considerações finais

Conclui-se que a experiência no Projeto contribuiu para que os licenciandos em formação inicial vivenciassem, de forma aproximativa, a prática docente, antecipando precocemente o ser professor.

Ao participar do Projeto foi possível compreender e vivenciar os saberes da docência incluindo as experiências como suporte para a interconexão com o mundo do ser professor e formação da identidade profissional, assim como os saberes concernentes

ao campo do pedagógico que proporciona a reflexão sobretudo de temas relacionados à prática docente, bem como o enfrentamento das situações complexas de ensino, que requerem a ressignificação da Didática na tentativa de fazê-la mais inovadora e os saberes oriundos do conhecimento científico os quais favorecem conhecimentos relacionados ao campo da ciência, tornando-se possível a ligação teoria/prática .

Referências

ARAUJO, H. M. L. **Processo identitário profissional**: as experiências formativas de licenciandos do curso de Física – UFPI, 2011. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Grupo de Trabalho 9 - Juventudes, conflitos e violências nas instituições e territórios das cidades

Coordenadores: Geovani Jacó de Freitas (UECE-BR); Clodomir Cordeiro de M. Júnior (UFMA-BR); Maria Messianne de Sousa Vieira (UFC-BR)

8 ANOS DEPOIS: disputa de narrativas na cobertura midiática do primeiro julgamento dos acusados da chacina do Curió

Antônio Ezequiel Alves Vieira[150]
Clarice Canuto Pinheiro[151]
Helena Martins do Rego Barreto[152]

Resumo
Em 2015, a cidade de Fortaleza foi marcada por uma das maiores chacinas do Ceará, que resultou na morte de 11 pessoas, nove delas com idades entre 16 e 19 anos. Este artigo busca analisar a cobertura do primeiro julgamento dos réus, realizado em junho de 2023, situando as disputas narrativas em curso desde a chacina e detalhando o discurso midiático de dois portais locais enquanto ocorria o júri.

Palavras-chave: Mídia. Narrativa. Violência. Periferia. Juventudes.

1 Introdução

Entre os dias 11 e 12 de novembro, no bairro Curió, em Fortaleza, onze pessoas foram mortas em ação coordenada por mais de 50 policiais militares do estado. A Chacina do Curió, como ficou conhecida, é uma das maiores chacinas do Ceará. Dentre as vítimas, todos homens, seis eram adolescentes de 17 anos (Ministério Público do Ceará, 2023).

O fato marcou a história recente do estado. Nesse processo, diversas ações tencionaram o debate público, aludindo à criminologia midiática (Zaffaroni, 2012) que legimita, historicamente, o assassinato de jovens periféricos, dispositivo da necropolítica (Mbembe, 2018). Essa disputa influenciou a cobertura da chacina, que inicialmente concentrou-se em uma abordagem criminalizante (Rodrigues, 2019), para depois ser apresentada uma narrativa que reconhece os jovens mortos enquanto vítimas. É essa disputa de sentidos que pretendemos analisar. Primeiro situamos as narrativas simbólicas construídas por familiares e organizações dos direitos humanos, para então analisar a narrativa midiática sobre o julgamento.

Nosso objetivo foi, portanto, entender quais as disputas narrativas acerca do crime e de que forma os veículos analisados atribuíram sentido a violências, e especialmente como isso se deu na cobertura do primeiro julgamento do crime.

2 Metodologia

As metodologias utilizadas neste trabalho foram o estudo de caso e a análise de conteúdo, baseando-se nas publicações feitas em portais de dois veículos de

[150]Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo Curso de Jornalismo da UFC. E-mail: antonioezequiel@alu.ufc.br
[151] Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda da UFC. E-mail: canutoclarice@gmail.com
[152] Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda da UFC. E-mail: helena.martins@ufc.br

comunicação do Ceará: o *GC+*, marcado pelo policialesco, e o *Diário do Nordeste*, representante da mídia tradicional. Deu-se enfoque a uma análise qualitativa de veículos específicos durante o recorte temporal (20 a 25 de junho), observando títulos, gênero, temas, imagens e fontes adotadas, a fim de perceber como se propõem a informar e qual a linha narrativa que constroem.

Assim, a partir do referencial teórico. o tema foi contextualizado, desde a chacina em si, bem como a forma como são vistos e tratados corpos jovens e periféricos pela mídia e fora dela, demonstrando como a construção por meios midiáticos vigentes pode fortalecer lógicas de significação, como a construção da figura de um inimigo público e as definições de quais vidas são matáveis (Mbembe, 2018).

3 Resultados e discussões

Os meios de comunicação representam, no Brasil, agentes estruturais para construções simbólicas de corpos subalternizados, principais alvos de instituições sistematicamente discriminatórias e medidas ostensivas. A cobertura de atos violentos e a morte destes corpos passam por processos que afetam a percepção da sociedade a respeito de quem é digno ou não de luto (Butler, 2017).

Acerca disso, Barreira e Paiva (2012) definem que a imprensa cria circuitos comunicacionais, dando interpretações e significados das mortes. Rodrigues (2019) exemplifica o processo de seletividade e construção de narrativas nas mídias: "Entende-se que valorizar conteúdos com maior tempo de exibição em que eles (adolescentes) aparecem como autores, em detrimento de quando são vítimas, mostra uma nítida escolha editorial que contribui para a criminalização dos adolescentes" (Rodrigues, 2019, p. 24). Escolhas estas que interferem na percepção social de atos contra a vida de pessoas periféricas e a forma como são essas violências.

Rondelli (1998) afirma que "Compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência" (Rondelli, 1998, p. 149), e é a partir dessa compreensão que buscamos interpretar as narrativas e discursos sobre a Chacina do Curió e seus desencadeamentos.

Os veículos analisados, *Diário do Nordeste* e *Portal GC+*, produziram, respectivamente, 19 e 10 notícias publicadas em seus sites sobre o julgamento nos dias em que foi realizado.

No *GC+* se destaca de forma exacerbada e redundante a figura dos policiais, com 6 das 10 produções trazendo em seus títulos variações de "policiais militares", termo que, em maioria, está presente também na primeira frase dos textos. As vítimas são pouco citadas nominalmente e as falas de familiares são escassas e repetidas, havendo pouca diversidade desse tipo de fonte. Outro ponto é a forma como o crime é deixado em segundo plano e as informações dadas quanto ao momento da chacina são majoritariamente acerca das provas contra os policiais.

No *Diário do Nordeste*, embora seja notável a presença de fontes oficiais, assim como muitas falas das mães e sobreviventes, a narração é marcada pela quase descrição do julgamento, e as fontes não fogem do campo jurídico. Comparações entre os argumentos de defesa e acusação, bem como o contexto do crime detalhado em provas e descrições, são pontos destacáveis. A presença de parentes dos jovens é frequente nos textos, em especial nas últimas matérias, embora a presença dos policiais seja

apresentada de forma mais expressiva, e não tenha tanto as movimentações dos familiares antes e durante o julgamento.

Considerações finais

O trabalho buscou analisar a disputa de narrativas construídas desde a chacina, com diferentes significados para os acontecimentos, contextualizando as construções discursivas e, especificamente, analisando a cobertura midiática do julgamento. Para tal, deu-se enfoque a veículos específicos durante o recorte temporal, observando padrões, fontes e informações adotadas.

Referências

BARREIRA, César; PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Mortes violentas**: a construção social do reconhecimento de vítimas e de acusados na mídia brasileira, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21148?locale=pt_BR. Acesso em: 0 jul. 2023.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza. "Eles nascem para morrer": uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, [*S.l.*], v. 8, n. 28, p. 34-43, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313. Acesso em: 10 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 26, p. 269-281, jun./dez. 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva.; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 73-98, jan./jun. 2019.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, [*S.l.*],v. 10, p. 145-157, 1998.

SILVA, Calebe Rodrigues. Cuidado, é "de menor": adolescência e criminologia midiática no programa policialesco. **Cidade 190**, [*S.l.*], 2019.

SILVA, Vitória Rodrigues da. **"Envolvidas"**: a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54748. Acesso em: 10 jul. 2023.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Saberes críticos**. A Palavra dos Mortos. São Paulo: Saraiva, 2012.

ADOLESCENTE E ATO INFRACIONAL: papel exercido pela medida socioeducativa de internação no contexto neoliberal

Ananda Ingred Rodrigues de Oliveira[153]
Rosilene Marques Sobrinho de França[154]

Resumo
Este trabalho objetiva problematizar o papel da medida socioeducativa de internação, refletindo-se sobre a ação do Estado junto aos/às adolescentes pobres, negros/as e moradores/as das periferias urbanas no contexto neoliberal. Os resultados mostraram que historicamente a ação estatal, a partir da medida socioeducativa de internação, tem atuado a partir de uma perspectiva higienista, tendo como base um caráter de seletividade que reforça as desigualdades presentes no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Adolescente. Ato Infracional. Medida socioeducativa de internação.

1 Introdução

A adolescência é um momento repleto de complexidades, especialmente se for atravessado por uma conjuntura de negação de direitos e abandono pelas políticas públicas. E é justamente nesse cenário, que o/a adolescente – pessoa entre doze a dezoito anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) está mais suscetível a mudanças e, também, aos impactos do modelo societário vigente.

O presente trabalho, divido em uma seção de resultados e discussões, objetiva problematizar o papel da medida socioeducativa de internação, por meio de análises e discussões acerca do tema, refletindo-se sobre a ação do Estado junto aos/às adolescentes pobres, negros/as e moradores/as das periferias urbanas no contexto neoliberal.

Assim, o texto apresenta relevante debate para o eixo temático "Juventudes, violências e conflitos", visto que instiga a reflexão sobre a responsabilidade do Estado, enquanto garantidor de direitos, com discussões sobre o papel exercido pela medida socioeducativa de internação implementada por ele.

2 Metodologia

Este trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica a partir de artigos, livros, dissertações e teses referentes à temática em questão e, também, documental, tendo como fundamento as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3 Resultados e discussões

A concepção de menoridade historicamente seguiu uma lógica punitiva e corretiva, criminalizando a pobreza, e reafirmando o racismo, que é estrutural, fazendo

[153] Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), CNPq. E-mail-anandaningred72@gmail.com
[154] Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail- rosilenemarquessobrinho@gmail.com

com que crianças e adolescentes pobres e negros "vistos como perigosos ou estando em perigo, por abandono, carente, infrator, ocioso, em situação de rua, que apresentasse conduta antissocial [...]", fossem, em determinado momento de suas vidas, encaminhados para unidades de acolhimentos (Popper; Dias, 2016, p. 389).

Cabe destacar que o processo de industrialização e urbanização no Brasil é ancorado por explorações e opressões, que serviram de base para a implementação e desenvolvimento do sistema capitalista. Nessa conjuntura, as adolescências e juventudes sofrem incisivamente e são hierarquizadas a partir de recortes raciais, de sexo/gênero e de classe, com significativos impactos das explorações e opressões nos territórios periféricos historicamente marginalizados e criminalizados.

A aprovação da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente formalmente trouxe algumas mudanças em comparação ao Código anterior, expressas por meio da doutrina da Proteção Integral e da garantia de direitos para esse público, estabelecendo a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.

Nesse contexto, em conformidade com o artigo 103 do ECA, o Ato Infracional refere-se à "conduta descrita como crime ou contravenção penal" praticada por menores de dezoito anos (Brasil, 1990, p. 32). Por sua vez, o artigo 122 do ECA, dispõe sobre a medida socioeducativa de internação, voltada para casos mais graves.

Dessa forma, a efetivação de políticas públicas voltadas para a garantia do direito do acesso à escola, lazer, saúde, alimentação, esporte e cultura, dentre outros, é indispensável no sentido de assegurar a dignidade dos/as adolescentes e de suas famílias. Contudo, o Estado brasileiro historicamente tem agido a partir de uma perspectiva autoritária e repressiva no trato das infâncias, das adolescências e das juventudes, não cumprindo o seu papel enquanto garantidor de direitos.

Assim, faz-se relevante citar que a maioria dos/as adolescentes que comete ato infracional "[...] em muitos casos não possuem acesso a bens e serviços sociais/sanitários/culturais" (Scisleski *et al*., 2015, p. 506). Colocar tal aspecto em pauta é fundamental para que se possa discutir as questões que, não por um acaso, são comuns entre os/as adolescentes em conflito com a lei.

Desse modo, é fundamental a análise da medida socioeducativa de internação, tendo em vista que essa apresenta características de um modelo prisional penal adulto. Nesse sentido, os resultados apontaram que a medida socioeducativa de internação é utilizada como forma de controle social e de repressão aos pobres, negros e periféricos, frações historicamente subalternas.

Considerações finais

Em relação à medida socioeducativa de internação, a execução da mesma tem configurado estruturas e tratamentos semelhantes às instituições penais, o que confronta significativamente a democracia e a cidadania. Portanto, diante do exposto, infere-se que os direitos básicos possuem uma função importante na vida dos indivíduos ou, melhor ainda, que precisam ser efetivados.

Referências

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República/ Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990.

DANTAS, Michel Hudson. Violência na sociedade de classes: uma contribuição marxista. **Revista Interface,** [*S.l.*], v. 20, n. 1, jan./jun. 2023.

PÖPPER, Janice Alen; DIAS, Jussara Marques de Medeiros; **Contexto histórico do código do menor para o estatuto da criança e adolescente**, 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1777. Acesso em: 3 set. 2023.

SCISLESKI, A. C. C., BRUNO, B. S., GALEANO, G. B., SANTOS, S. N. *et al.* Medida socioeducativa de internação: Estratégia punitiva ou protetiva? **Psicologia & Sociedade**, [*S.l.*], v. 27, p. 505-515, 2015.

DIREITO À PARTICIPAÇÃO DO JOVEM PRIVADO DE LIBERDADE NA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

Wilka Francinara Alcantara França[155]
Judith Zuquim[156]

Resumo
Esta comunicação apresenta discussões da pesquisa de mestrado em andamento que objetiva compreender como os jovens atendidos em uma Unidade de Internação Masculina no Distrito Federal têm exercido o direito à participação no Plano Individual de Atendimento. A construção dos dados será realizada por meio de entrevistas e roda de conversa com jovens privados de liberdade entre 18 e 20 anos.

Palavras-chave: Direito à Participação. Plano Individual de Atendimento. Jovens Privados de Liberdade.

1 Introdução

As medidas socioeducativas (MSE's) são a resposta do Estado à sociedade para a responsabilização de jovens a quem se atribui a autoria de ato infracional. A medida socioeducativa de internação (MSEI), é considerada a mais gravosa devido ao seu aspecto sancionatório, caracterizado pela privação de liberdade, mas também carrega um aspecto pedagógico materializado na oferta de ações socioeducativas que visam a garantia dos seus direitos - que deverão ser planejadas e implementadas de acordo com o Plano Individual de Atendimento (PIA). Desta forma, a presente pesquisa se propõe a problematizar o direito à participação dos jovens privados de liberdade na elaboração e acompanhamento do seu PIA.

O PIA é um importante instrumento para o cumprimento da MSEI, pois será por meio dele que serão construídos, registrados e pactuados os objetivos e as metas dos jovens e, assim, orientar o atendimento técnico e a articulação com o sistema de garantia de direitos. A Lei 12.594/2012, que regulamentou a execução das MSE's, versa sobre a importância e a obrigatoriedade da participação do jovem e de sua família na elaboração do PIA (BRASIL, 2012); porém, a normativa não aponta a forma como essa participação será oportunizada, ficando a critério das diretrizes do programa de atendimento a definição das orientações e a forma de participação.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como os jovens atendidos em uma unidade de internação masculina no Distrito Federal (DF) têm exercido o seu direito à participação na elaboração e no acompanhamento do PIA. A sua relevância se justifica ao analisar e tecer reflexões sobre como tem se dado o direito à participação do jovem privado de liberdade em assuntos que dizem respeito aos seus

[155] Universidade de Brasília. E-mail: wilka.fa.franca@gmail.com
[156] Universidade de Brasília. E-mail: juzuquim@gmail.com

direitos e contribuirá também para propor formas de qualificar o atendimento socioeducativo, promovendo e garantindo a participação efetiva dos jovens na elaboração do PIA.

2 Metodologia

Esta pesquisa, ainda em andamento, é de natureza exploratória e do tipo qualitativa. Serão realizadas entrevistas narrativas individuais e roda de conversa com jovens do sexo masculino entre 18 e 20 anos em cumprimento de MSEI no DF. A construção dos dados será complementada por uma análise documental dos PIA's dos sujeitos da pesquisa e de documentos que orientam o atendimento socioeducativo. A sistematização e discussão dos dados será realizada por meio de análise temática.

Compreendemos que a entrevista do tipo narrativa e a roda de conversa são instrumentos que abrem possibilidade para que os sujeitos da pesquisa falem a partir das suas perspectivas e experiência na MSEI, como se dá seu processo de participação na elaboração dos objetivos e das metas declarados no PIA, se desejos e necessidades são contemplados no instrumento e materializados em atividades e intervenções - elementos que indicariam sua opinião respeitada e atendida na execução da medida.

3 Resultados e discussões

As discussões que a pesquisa pretende levantar estão relacionadas ao direito à participação do jovem privado de liberdade como uma dimensão educativa do seu processo de responsabilização (Conanda, 2006).

Dito isso, torna-se fundamental compreender como tem sido a participação desses jovens na elaboração do seu PIA, a partir de alguns questionamentos: O que compreendemos por participação? Quais as orientações e estratégias utilizadas para possibilitar que os jovens atendidos expressem a sua opinião? Os jovens atendidos estão suficientemente informados sobre as questões abordadas no PIA? O que representa para os jovens participar da elaboração desse instrumento? E após a elaboração do instrumento, como esse jovem acompanha a implementação das ações pactuadas com a equipe técnica?

É importante refletir sobre estas questões, pois a partir delas poderemos compreender como tem sido a participação dos jovens privados de liberdade na elaboração de um plano tão importante e complexo que exigirá deles pensar e decidir por atividades a serem cumpridas em curto, médio e longo prazo, além da sua compreensão sobre a função do instrumento para a execução da sua medida.

Considerações finais

Segundo Bordenave (1995), a habilidade para exercer participação "pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão" (p. 72), mas para tal, é preciso que se tenha oportunidades para praticá-la, pois só é possível aprender a participar, participando (Bordenave, 1995). Isto posto, levantar o debate sobre o direito à participação de jovens privados de liberdade é uma forma de compreender se a MSEI tem implementado ações socioeducativas com capacidade para desenvolver nos jovens atendidos as habilidades necessárias para participarem de forma ativa nas discussões

que são importantes para o cumprimento de sua medida e que perpassam pela elaboração e acompanhamento do PIA.

Referências

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRASIL. Lei nº 12594 de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> acesso em 03 de set de 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resolução nº 119/2006, de 11 de dezembro de 2006**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf. Acesso em:3 set. 2023.

JUVENTUDE E AGROECOLOGIA EM CONTEXTO URBANO

Clara Mabeli Bezerra Baptista[157]

Resumo
A agroecologia é uma das possibilidades dos novos campos de atuação política de jovens. O objetivo desta pesquisa, realizada em 2019, foi investigar fatores que motivam jovens em contexto urbano a se envolverem com a agroecologia na cidade de São Paulo por meio da adesão ao Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo. A conclusão é que buscam formas alternativas de vida, reconexão com o ambiente, aproximação rural-urbano e redes de apoio.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo. Sociologia da Juventude. Atuação política de jovens.

1 Introdução

O modelo dominante de agricultura no Brasil é aquele pautado no paradigma produtivista que, tendo como foco o aumento da produção e da produtividade, faz uso de pacotes tecnológicos compostos por fertilizantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (Santos, 2017). Diante desse cenário, onde se observa a geração e intensificação de problemas sociais e ambientais, tais como erosão genética, homogeneização de culturas, alterações em ciclos das águas e de nutrientes, redução de biodiversidade, intoxicação de animais e seres humanos, concentração de terras, desigualdade social, exploração do trabalhador (Ribeiro, 2017; Santos, 2017; Almeida, 2014), torna-se mister ampliar o debate voltado à agroecologia.

"Pensar a agroecologia e sua importância, assim como pensar a juventude [...], faz parte das novas diretrizes de um mundo que tem os seus recursos naturais caminhando para o saturamento" (Castro *et al.*, 2017, p. 317). Se forem analisadas as Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Juventude, se perceberá que o tema da agroecologia vem sendo cada vez mais pautado pelos próprios sujeitos jovens e vem conquistando espaço em diferentes eixos temáticos de discussão, como saúde e qualidade de vida, por exemplo (Castro *et al.*, 2017).

Todavia, ao se considerar as pesquisas sobre juventude desenvolvidas em programas de Pós-Graduação no Brasil, observa-se que a relação entre juventude e meio ambiente e, mais ainda, entre juventude e agroecologia, é pouco estudada e, portanto, pouco conhecida nas áreas de educação, serviço social e ciências sociais (Sposito, 2009). Nota-se, nesse sentido, a necessidade de reafirmar a juventude como potencial agente de mudança social, tomando por base a agroecologia como mais uma das tantas possibilidades de realização de tal papel.

[157] Especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo pela FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. E-mail: mabeliclara@gmail.com

Além disso, verifica-se que essa relação é estudada com mais frequência em contexto rural. Há a necessidade, então, de se ampliar a compreensão acerca das conexões entre juventude e agroecologia em contexto urbano. Identifica-se, dessa maneira, a relevância de investigar a experiência de jovens membros do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo, que possui forte presença na cidade de São Paulo, partindo das experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação dos jovens (ABRAMO, 1997) dentro do Movimento, respondendo a uma necessidade que tem sido identificada nas pesquisas de juventude.

Com base no exposto até o momento, a pesquisa apresenta como objetivo geral a investigação dos fatores que motivam jovens inseridos em contexto urbano a se envolverem com a agroecologia na cidade de São Paulo por meio da adesão ao Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA SP).

2 Metodologia

A pesquisa possui como unidade de análise o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA SP) e como recorte histórico o período compreendido desde o ano em que este começou a ser pensado, 2010, até 2019 (ano de realização da pesquisa). Como recorte geográfico, tem-se a cidade de São Paulo, principal local de atuação das pessoas entrevistadas enquanto membros ou colaboradores do movimento estudado.

O objeto de pesquisa inicialmente seriam jovens membros do Movimento com idade entre 18 e 29 anos. Porém, ao serem levantadas as possibilidades de respondentes à entrevista que seria realizada, notou-se que não havia, na composição do MUDA SP, jovens que façam parte desta faixa etária. Por este motivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 6 pessoas, 3 mulheres e 3 homens, entre 31 e 34 anos que ainda fazem parte do MUDA SP e que necessariamente aderiram a ele enquanto estavam na faixa etária compreendida como “jovens” pelo Estatuto da Juventude (15 a 29 anos), e um jovem de 22 anos que é membro de um coletivo parceiro do MUDA SP, sendo, portanto, considerado aqui um colaborador do movimento estudado.

Todos possuem identidade de gênero concordante com o sexo biológico. Uma das entrevistadas se autodefine de raça negra e os demais entrevistados se autodefiniram como brancos. Duas das entrevistas foram realizadas virtualmente e as demais, presencialmente. Através desta técnica de pesquisa, buscou-se compreender as experiências pessoais de cada um dos entrevistados em relação ao MUDA SP, as motivações do engajamento de jovens do espaço urbano com a pauta da agroecologia, além de obter dados qualitativos em relação à percepção dos próprios membros e colaboradores do Movimento quanto à condição juvenil associada à agroecologia na realidade em que se inserem e quanto às suas próprias necessidades, percepções, críticas e posicionamentos nesse contexto.

Também foi realizada observação participante em dois eventos articulados pelo MUDA SP: um ato chamado “Banquetaço”, contra a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), realizado na Praça da República em 27 de fevereiro de 2019, e uma roda de conversa sobre práticas de sustentabilidade nas grandes cidades, realizada no Sesc 24 de Maio em 02 de junho de 2019. A intenção foi observar e, posteriormente, avaliar as frentes de atuação dos membros e colaboradores

do Movimento, tendo por base seus eixos estruturantes, as pautas levantadas nas atividades, assim como seus comportamentos e sociabilidades nos referidos eventos. A observação foi registrada em diário de campo.

Considera-se que a pesquisa foi exploratória, uma vez que pesquisas desse tipo proporcionam uma visão geral sobre determinado fato e são realizadas "especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (Gil, 1989).

3 Resultados e discussões

Quanto ao perfil dos participantes da atividade e dos entrevistados, pode-se observar que o público presente nas duas atividades onde foram realizadas as observações participantes da pesquisa é majoritariamente adulto. Isso confirma o que Weisheimer (2008) apresenta em torno da condição juvenil, no que se refere a ser uma posição na hierarquia social subordinada aos adultos. Nesse mesmo sentido, alguns entrevistados apontam sobre ainda ser um desafio aproximar jovens da agroecologia no espaço urbano, o que pode ser também motivo da escassez de estudos acerca da relação entre juventude e agroecologia neste contexto e da ausência de jovens ligados diretamente ao Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA SP) no momento em que a pesquisa foi realizada.

Ainda em relação ao perfil, nas entrevistas buscou-se equilíbrio em termos de gênero dos respondentes. Porém, nas atividades, nota-se predominância de mulheres, o que corrobora uma observação feita por uma das entrevistadas, acerca de um protagonismo feminino que vem despontando no movimento agroecológico. Por outro lado, percebe-se homogeneidade de raça tanto entre os entrevistados, quanto entre participantes do "Banquetaço" na Praça da República e da roda de conversa no Sesc 24 de Maio, onde a maioria observada era branca, o que pode ser considerado um reflexo dos sintomas e das características da sociedade contemporânea (Novaes, 2007), já que está se estrutura a partir do racismo, que "integra a organização política e econômica da sociedade" (Almeida, 2018, p. 15), fazendo com que a hegemonia racial no Brasil seja branca.

É interessante observar que nenhum dos entrevistados estava desempregado, mas que, na ocasião da entrevista, o mais jovem possuía menor renda, o que pode ser sinal da precariedade da condição juvenil contemporânea, identificada por Groppo (2017). Com exceção deste, todos têm Ensino Superior completo e alguma formação acadêmica diretamente relacionada à temática da agroecologia. Inclusive, é importante mencionar que duas entrevistadas apontam a participação no MUDA SP e o envolvimento com a causa da agroecologia de modo mais amplo como influências em suas escolhas de especialização lato ou stricto sensu.

Essa influência das experiências vividas no período da juventude para escolhas futuras pode estar relacionada com o que Weisheimer (2008) aponta em relação a ser nesta fase da vida que a concepção de mundo e a identidade dos sujeitos se consolidam, fazendo com que suas projeções futuras se tornem mais realistas.

Ao analisar os resultados diante da atuação do MUDA SP e a relação com seus membros e colaboradores, observa-se que nas duas atividades onde a pesquisa foi realizada, o Movimento teve um protagonismo, estando envolvido diretamente com a

organização e facilitação dos eventos, o que confirma a visão dos entrevistados acerca da referência que este representa na abordagem da temática da agroecologia na cidade de São Paulo.

Ainda sobre este aspecto, diante do verificado nas entrevistas, é válido mencionar que, mesmo que o Movimento não contasse com presença e atuação direta de jovens, muitos dos entrevistados apontam uma participação mais intensa no Movimento justamente no momento em que eram mais jovens.

Também é recorrente entre os entrevistados a visão do MUDA SP enquanto uma rede de apoio e de articulação de diversos grupos e pessoas envolvidos com a temática da agroecologia. Corroborando o que Almeida (2014) traz, a articulação desta maneira coletiva pode significar maior possibilidade de transformação das práticas agrícolas e de busca por novos modelos de sociedade e formas alternativas de se viver – desejo apontado por todos os entrevistados em mais de um momento da entrevista –, do que se o engajamento com a causa fosse realizado de modo individual.

Essa busca por uma nova maneira de fazer agricultura valida o que Castro *et al.* (2017) apontam como motivo do crescimento da relação entre juventude e agroecologia, e o desejo de transformação social confirma o que Groppo (2017) e Abramo (2005) colocam como característica dos sujeitos jovens quanto à exigência de respostas diante de desafios trazidos por novos padrões mundiais, apresentando-se também como capazes de oferecer respostas a esses desafios. Outro elemento que pode estar relacionado a essa motivação por estar ligado necessariamente a um movimento, e que também se expressa nas falas dos respondentes, é o desejo de relacionar-se com outras pessoas, já que, durante a juventude, estar com os pares é um importante processo de socialização e de construção das identidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2004).

A partir do viés da relação observada entre agroecologia e juventude em contexto urbano, os resultados permitem verificar que, para o envolvimento no Movimento, tem-se como motivação forte, entre os entrevistados, também o desejo de desenvolver a agricultura em São Paulo e, nesse contexto, aproximar o rural do urbano, com base na necessidade de repensar a cidade e na compreensão de que a agricultura sempre esteve presente também nesse ambiente, conforme observa Almeida (2014).

Tal intenção de valorizar a visibilidade da ruralidade existente no contexto urbano e de encontrar novas formas de resiliência da natureza na cidade, dialoga com outro elemento que surge em algumas respostas, no que tange ao desejo e à necessidade de reconexão com a natureza e com as próprias origens rurais.

Já sobre as experiências pessoais dos entrevistados, vários colocam, mesmo que de maneiras distintas, o engajamento com a agroecologia como forma de colocação no mundo, como possibilidade de preencher a vida de sentido, como algo presente em seus projetos de vida, o que Groppo (2017) identifica como modo de enfrentamento dos riscos da situação de precarização da experiência juvenil imposta pela complexidade social. Além disso, muitos apontam a influência da agroecologia como algo que ajudou a ampliar o olhar para a cidade. Expandindo as reflexões para a juventude como um todo e não apenas a partir das próprias experiências, um dos motivos que despontaram nas entrevistas como explicação de um possível envolvimento de jovens do contexto

urbano com a agroecologia é a possibilidade de autonomia e independência econômica, tendência que foi observada por Castro *et al.* (2017) para jovens do campo.

Outra motivação para o envolvimento de jovens com a agroecologia no contexto urbano presente nas entrevistas é a possibilidade de influenciar diretamente num espaço público, concordando com a visão de Novaes (2007) sobre os debates relacionados à ampliação da consciência ecológica como uma alternativa de inserção societária para os jovens de hoje, o que, inclusive, impulsiona outras frentes de atuação.

Depreende-se das atividades e entrevistas que a pauta da agroecologia em contexto urbano, de modo mais amplo, tem ganhado força. Porém, é ainda necessário aproximar a agroecologia dos jovens, algo que no contexto rural já é mais presente. Sobre essa realidade, o jovem colaborador entrevistado destaca a importância de projetos de agroecologia para as cidades urbanas, porém reconhece a necessidade que estes cheguem mais a áreas periféricas da cidade. Analisando sua própria realidade, percebe que quase não conhece outros jovens que estejam engajados com a causa, o que, mais uma vez, pode justificar a praticamente inexistência de estudos relacionando as três temáticas – agroecologia, juventude e contexto urbano.

Considerações finais

No estudo aqui proposto, a juventude é entendida como uma categoria social, cultural e historicamente construída, composta por sujeitos que apresentam diversidade em termos de gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual, local de moradia, e que, portanto, vivenciam situações juvenis igualmente diversas, apesar de compartilharem uma experiência geracional comum própria da sociedade contemporânea em que estão inseridos.

No contexto da pesquisa, foram levantadas possibilidades de campos de atuação política dos sujeitos jovens, sendo que a agroecologia é compreendida como um deles, analisando-se, de modo específico, o envolvimento de jovens inseridos em contexto urbano com esta pauta da agenda ambiental através de um movimento denominado Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo.

Considera-se que o objetivo geral foi cumprido em parte, uma vez que não foi possível priorizar os próprios jovens, dado que o Movimento estudado, no período considerado na pesquisa, não contava com a presença e atuação direta de jovens, o que, inclusive, permitiu perceber que a relação entre juventude e agroecologia em contexto urbano pode ser, de fato, menos nítida do que a relação entre juventude e agroecologia em contexto rural. Porém, buscou-se priorizar a experiência dos entrevistados enquanto eram jovens. Mesmo que a visão que expressam nas entrevistas seja a visão do período que vivem atualmente, fase adulta, trabalhou-se com a memória ligada à experiência da juventude.

Além disso, levou-se em consideração também a experiência de um jovem que não é ligado diretamente ao MUDA SP, mas que com ele colabora com frequência. A partir disso, com base na fundamentação bibliográfica e nos resultados apresentados, foi possível verificar fatores que motivam jovens inseridos em contexto urbano a se envolverem com a agroecologia na cidade de São Paulo por meio da adesão ao Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA SP).

Dentre os fatores identificados, pode-se dizer que as entrevistas realizadas explicitaram a agroecologia como um dos caminhos possíveis para evitar e diminuir impactos causados não só pelos modelos tradicionais de agricultura, mas também efeitos gerados pelo sistema capitalista de modo geral.

Ademais, percebeu-se que as motivações se relacionam com a assunção de projetos de vida dos entrevistados e que o envolvimento através de um movimento está ligado à potência identificada no formato de rede que este possui, o que possibilita troca de informações, afeto e relações entre os pares.

Dentro das condições possíveis, identificou-se o perfil de membros do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo e foram analisadas relações existentes entre jovens do contexto urbano e agroecologia na cidade de São Paulo, a partir do MUDA, através das entrevistas e também de modo mais amplo através das observações participantes que foram realizadas em dois eventos nos quais o Movimento estudado estava envolvido na organização.

Dadas as dificuldades encontradas na pesquisa, sugere-se que em trabalhos futuros sejam realizadas entrevistas com outros movimentos de agroecologia atuantes na cidade de São Paulo que tenham jovens em sua composição, para que se possa verificar com mais precisão os fatores envolvidos na relação entre juventude e agroecologia nesse contexto, visto que é uma relação que ainda precisa ser mais estudada. Por fim, espera-se que as informações levantadas neste trabalho sejam úteis a tais estudos futuros acerca da relação entre agroecologia e juventude em contexto urbano e que possam servir como base de argumentação para possíveis reivindicação de direitos de cidadania por parte dos sujeitos jovens.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, número especial, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, H. W.O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. cap. 2, p. 20-35.

ALMEIDA, D. A. O. **Agricultura urbana**: isto e aquilo. Workshop Teorias e Práticas Urbanas. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASTRO, E. G. *et al*. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do PLANAPO. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al*. (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF. Acesso em: 16 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

NOVAES, R. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**: Alguns conceitos básicos. Brasília, 2004, p. 26. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923. Acesso: em 20 out. 2019.

RIBEIRO, D. S. *et al.* (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, J. D. A Agroecologia em nossas vidas – reflexões e algumas rotas, em busca de um equilíbrio em tempos de crise. *In*: RIBEIRO, D. S. et al. (Org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 51-66.

SPOSITO, M. P. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. *In*: SPOSITO, M. P. (Coord.). Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). **Argvmentvm**, Belo Horizonte v. 1, p. 11-17, 2009. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual_0.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

JUVENTUDE NEGRA EM PERSPECTIVA NO BRASIL: racismo e violências

Jayne Barbara Nunes Maia[158]
Helen Rejane Batista Louzeiro[159]
Ana Mayza Nascimento de Araújo[160]

Resumo
O objetivo do presente resumo é discutir a problemática do racismo e das violências relacionadas aos jovens negros na sociedade brasileira. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica, amparado em pesquisas e análises científicas e legislações, cujas conclusões estão relacionadas ao fato de que essas problemáticas estão enraizadas na cultura, na injustiça social e na construção de relações de poder autoritárias.

Palavras-chave: Juventudes negras. Racismo. Violências.

1 Introdução

O racismo e a violência contra a juventude negra no Brasil são reflexos de uma sociedade ancorada nesses preconceitos. Nesse sentido, a propagação desses preconceitos se dá de forma estrutural, processo que atinge diretamente a juventude negra brasileira, o que resulta em desigualdades e violências. Relacionado a isso, o objetivo do trabalho é discutir tal problemática buscando abordar de maneira reflexiva os impactos gerados diante desse cenário no que se refere a esses jovens, contribuindo para o debate e análise dessas questões.

2 Metodologia

O resumo é resultado de um estudo de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, tendo em vista uma análise qualitativa do tema proposto, eminentemente conceitual.

3 Resultados e discussões

Para Oracy Nogueira (1998), o Brasil é um dos países do Hemisfério Americano, que enraizou e desenvolveu formas específicas de convívio entre pessoas brancas e negras, o que o autor define como uma categoria de preconceito compreendida como *preconceito racial de marca,* uma vez que, no país a imagem da pessoa negra é sempre associada a algo negativo, tendo se construído dessa forma, uma sociedade que supervaloriza e naturaliza a imagem de pessoas brancas em lugares prestigiados, como na mídia e outros espaços.

[158] Discente do curso de Serviço Socia da UFPI. E-mail: jaynebarbara8@gmail.com
[159] Discente do curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: helenrejane@ufpi.edu.br
[160] Discente do curso de Serviço Social da UFPI. E-mail: ana.mayza507@gmail.com

Dessa forma, o antropólogo Kabengele Munanga (2003) compreende que o racismo deriva desta propensão a sempre associar as características biológicas e físicas, à moral e ao intelecto de determinados grupos ou raças, como se os fatores biológicos acabassem por sempre determinar como alguns grupos sociais agem e se comportam.

Assim, se estruturou no Brasil mecanismos de punição e controle social contra a população negra, mais especificamente contra os jovens negros, uma vez que, fica evidente que a questão racial, contribui diretamente nas taxas de produção social da violência, pois como apontam os dados do *Mapa da Violência: a cor dos homicídios no Brasil* (Waiselfisz, 2012) mais de 30 mil pessoas negras foram assassinadas por ano no Brasil, entre 2002 e 2010, enquanto no mesmo período houve uma diminuição de 24,8% da taxa de homicídios contra pessoas brancas.

Consoante a isso, os dados referentes e específicos aos jovens negros, se fazem mais alarmantes neste quadro, uma vez que, as estatísticas trazidas pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016*, aponta que houveram mais de 279.567 mortes violentas intencionais entre 2011e 2015, sendo, estas vítimas, mais de 200 mil ou 73% era jovens negros, o que evidencia assim que a desigualdade racial tem impactos e consequências diretas na evolução das taxas de homicídios no Brasil.

Além disso, outro fator agravante neste cenário, é a violência policial utilizada como mecanismo de controle social dos jovens negros, dado que a vigilância policial recai majoritariamente sobre os mesmos, resultante do racismo estrutural e a consequente esteriotipação que os corpos dos jovens negros sofrem em decorrência desta problemática. Desse modo, quando não praticada a pedagogia do extermínio contra a juventude negra, o que se apresenta é o encarceramento em massa dos mesmos, em razão de estarem mais suscetíveis à truculência e punição policial do que pessoas brancas e adultas, sendo assim, os índices de encarceramento de jovens negros se mostram em níveis elevados e preocupantes se comparados a jovens brancos (Sinhoretto; Morais, 2018).

Portanto, se pode elencar que o Brasil alcançou diversos avanços no que se refere à políticas públicas e direitos humanos, no entanto se configura como um país com uma diversidade étnica e cultural consideráveis, mas que, assoladas pela desigualdade social e étnico-racial e racismo estrutural, o Estado passa a se utilizar de sistemas repressivos e controladores, principalmente voltados para a juventude negra, uma vez que, estes representam o público mais vulnerável social e economicamente, se tornando alvo da violência institucional, policial e do encarceramento em massa. (Laborne; Gomes, 2018).

Considerações finais

Diante dos fatos citados, evidencia-se que a questão do racismo atrelada à violência é um tema profundamente complexo que afeta comunidades não só no Brasil, mas em todo o mundo. Dessa forma, a discussão expõe as diferentes facetas desse problema, desde suas raízes históricas até suas manifestações contemporâneas, apesar dos avanços conquistados ao longo do tempo.

Assim conclui-se que a violência racial é uma consequência direta do racismo sistêmico e institucionalizado, que se manifesta de formas variadas, desde agressões físicas até discriminação institucional, passando pelo preconceito racial e microagressões. Logo,

os impactos devastadores dessas formas de violência são sentidos não apenas pelas vítimas diretas, mas também por suas comunidades e pela sociedade como um todo.

Referências

ARAÚJO, A.J. **Racismo, violência e direitos humanos**: pontos para o debate, 2014. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/177. Acesso em: 14 fev. 2023.

GOMES, L.N; LABORNE, A.P. **Pedagogia da crueldade**: racismo e extermínio da juventude negra, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjjzrvqQXQc6Lp9k/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 14 fev. 2023.

LIMA, S. P. **Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/14882. Acesso em: 14 fev. 2023.

SINHORETTO, J; MORAIS, D.S. **Violência e racismo**: novas faces de uma afinidade reiterada, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/res/n64/0123-885X-res-64-00027.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

JUVENTUDE, "CULTURA POPULAR" E CONFLITUALIDADES: as brincadeiras dos "cão" em Juazeiro do Norte-CE

Antonio Lucas Cordeiro Feitosa[161]

Resumo
Juazeiro do Norte-CE é conhecida por manifestações identificadas como "cultura popular", sendo o reisado uma das mais notabilizadas. Seus praticantes são moradores de bairros considerados "violentos", perigosos", "periferia". Além das apresentações institucionais, os grupos de reisado costumam "tirar quilombo", sendo acompanhados nas ruas da cidade por jovens fantasiados de "cão" e por multidões. Aqui objetivamos analisar como as "brincadeiras" dos "cão" tensionam o universo da "cultura popular" e das conflitualidades.

Palavras-chave: Periferia. Cidade. Reisado. Marcadores sociais da diferença.

1 Introdução

Analisamos o "quilombo do reisado" em Juazeiro do Norte-CE e um personagem seu, "os cão". Assim, dinâmicas do reisado pouco abordadas serão exploradas.

Juazeiro é conhecida por manifestações identificadas como "cultura popular" e denominadas de "brincadeiras". É o caso do reisado, guerreiro, banda cabaçal, maneiro-pau, bacamarte, lapinha. Seus praticantes são os "brincantes" e geralmente moram em bairros considerados "violentos, perigosos e periféricos", como João Cabral, Frei Damião e Pio XII.

Focaremos o reisado, dança embalada por músicas entoadas por participantes perfilados em dois "cordões" (filas) e trajes característicos de personagens como mestre, contramestre, rei, rainha, embaixador, Mateu, etc. Sendo uma das práticas mais comuns e visibilizadas na cidade, rotineiramente os grupos dedicados a ela são convidados por instituições públicas e privadas para realizarem apresentações em espaços e eventos institucionais, cujas atenções se voltam para os componentes do grupo já mencionados. Estudantes universitários, pesquisadores, funcionários públicos, fotógrafos, jornalistas, agentes culturais e outros acompanham as performances.

Já os "dias de quilombo", pouco visados por acadêmicos e instituições, são outros momentos da brincadeira do reisado. Nesses dias, o núcleo mais coeso do reisado (integrado pelos personagens já indicados) é acompanhado pelas ruas por uma aglomeração de jovens fantasiados de "cão" e por uma multidão. Os reisados que saem em "quilombo" com "os cão" têm sido acusados de violência. Com isso, objetivamos analisar como as brincadeiras dos cão tensionam o universo da cultura popular e das conflitualidades na cidade.

[161] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Universidade Federal do Piauí. E-mail: antonio.feitosa@ufpi.edu.br

2 Metodologia

Os resultados apresentados são fruto de pesquisa desenvolvida entre 2017 e 2020. Seguindo uma orientação etnográfica, acompanhei os brincantes dos "grupos de cultura popular" em diferentes espaços. Somado a isso e a material documental, também utilizei relatos e entrevistas com moradores e pessoas vinculadas aos brincantes.

3 Resultados e discussões

Brincar de cão é diversão comum de jovens do gênero masculino de bairros como João Cabral, Frei Damião e Pio XII. Essa brincadeira inicia em novembro e vai até início de janeiro. Tudo começa com o uso de um longo chicote que gera estampido estrondoso quando alguém golpeia o chão. Embora também usado isoladamente, o chicote compõe a fantasia "dos cão", feita de máscara sintética com materiais que dão forma ao cabelo, efeitos sinistros e cômicos, e por longa bata preta e vermelha que recobre o corpo.

Com a fantasia completa, "os cão" são comuns nos "dias de tirar quilombo", isto é, Natal, primeiro de janeiro e Dia de Reis. Fora esses dias, raramente eles aparecem.

Nos dias de quilombo, alguns reisados de Juazeiro saem pelas ruas em uma espécie de cortejo sem percurso definido e que dura o dia todo e adentra a noite. No caso dos reisados que são seguidos pelos cão, estes formam um grupo grande, situado na frente do cortejo, mas sem definir seu destino, cabendo isso ao "mestre" do reisado (espécie de ancião).

Depois vem o núcleo mais coeso do reisado, com seus integrantes em duas filas, vestindo roupas coloridas com espelhos, coroas e espadas. Paralelo a eles está a banda com zabumba, caixa e pífano, que dão ritmo e adrenalina ao deslocamento. Por último, em grande aglomeração, a pé, em bicicletas, motos e carros, estão pessoas interessadas em acompanhar a brincadeira (homens, mulheres, pais e mães com seus filhos pequenos).

"Os cão" têm considerável impacto na cultura popular local. De um lado, por mobilizarem muitos jovens, que lhe dão forma e que os seguem pelas ruas. De outro, pelas energias que têm mobilizado (a favor e contra) nos debates se são ou não figuras que "prejudicam a tradição" e se fazem parte ou não da brincadeira.

Embora tenham expressiva relevância na socialidade de jovens homens moradores de bairros considerados periféricos, "os cão" têm sido excluídos de eventos institucionais. Para muitos brincantes, isso se deve especialmente em razão das acusações/suspeitas que sobre esses personagens se fazem de articulação com conflitos violentos.

O reisado pode envolver confronto festivo entre dois grupos se seus brincantes resolverem disputar a rainha um do outro. Em Juazeiro, a possibilidade de confronto é acentuada nos momentos que "os cão" estão presentes, uma vez que durante os quilombos as chances de a multidão encontrar outra é real e esperada com entusiasmo e tensão, inclusive porque grupos costumam passar por bairros de origem de outros grupos, por haver histórico de conflitos, ameaças e homicídios.

Essa tensão é realçada pela atribuição de pertencimento de determinados bairros a facções criminosas, o que cria rivalidade entre grupos originários de bairros de facções rivais. Estes indícios aparecem quando parte dos presentes gritam e sinalizam com as mãos numeral signo de uma facção.

Para todos, se o encontro ocorrer resultará em confronto, potencial atribuído especialmente aos cão, que muitos encaram como protetores do núcleo do reisado. Também é comum e esperado que policiais façam revistas, confisquem máscaras e chicotes e disparem tiros para dispersar a multidão, como presenciei.

Os reisados que tiram quilombo e que são acompanhados pelos cão são vistos de forma negativa por agentes culturais, membros de grupos que não saem com cão e alguns moradores da cidade. As imputações são de que eles perderam a "devoção ao sagrado", que o "mestre" perdeu a autoridade para "os cão", que estes são baderneiros, individualistas, violentos e cujas fantasias abrigam membros de facções.

Considerações finais

Os resultados indicam o entrecruzamento "cultura popular" e conflitualidades, sendo necessário elucidar a interiorização das dinâmicas criminais.

Embora "os cão", acompanhantes da brincadeira e os quilombos sejam deslegitimados como sujeitos e momentos da cultura popular, eles são centrais na vida local. Assim, sujeitos marcados por sua geração, cor/raça e local de origem são alvos de outros sentidos quando não incorporam uma definição de cultura popular.

Referências

BARROSO, Oswald. **Reis de Congo.** Fortaleza: Ministério da Cultura, 1996.

CAIXETA, Felipe Teixeira Bueno. **Dia de Quilombo:** cinema e cultura popular no Juazeiro do Padre Cícero. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FEITOSA, Antonio Lucas Cordeiro. **Bairro brincante**: estudo sobre entrecruzamentos de socialidades constitutivas de um bairro de Juazeiro do Norte-CE. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2020.

MENESES, Octávio Aires de. **Dias de Reis no Juazeiro de outrora**. Rio de Janeiro: Kinecos; SESC Administração Regional no Estado do Ceará, 2008 [1966].

PODER E VIOLÊNCIA DO ESTADO: como tais mecanismos afetam as juventudes periféricas e vulneráveis?

Dállia do Sol Silva Pinheiro[162]
Antonia Thrycia Sena Lima[163]

Resumo
A presente pesquisa busca relacionar, de forma crítica e reflexiva, as teorias sobre a violência e poder no contexto das juventudes no Brasil. Analisando como o Estado age de maneira punitiva, racista e classista, diante da população (em especial dos jovens) estigmatizados e marginalizados por essa política.

Palavras-chave: Juventude. Violência. Poder.

1 Introdução

É fundamental a compreensão e o reconhecimento dos jovens enquanto indivíduos dinâmicos e autônomos os quais possuem relações com as comunidades e sociedades em que vivem. Sendo assim, faz-se necessário analisar como a violência, presente no contexto brasileiro, afeta as juventudes periféricas e vulneráveis.

2 Metodologia

Esta pesquisa deu início a partir de estudos e análises de textos sobre o contexto da violência no Brasil, fazendo um recorte para as juventudes afetadas por essa problemática. Utilizo como principais teóricos, os autores Max Weber (1999) acerca do uso legítimo da força, e Michel Foucault (1987), ao que se refere ao processo de punição.

3 Resultados e discussões

Sabemos que a população negra e de classe menos favorecida sofre com as diversas questões ligadas as desigualdades sociais, sendo a violência mais um fator determinante para as vivências e relações dessas pessoas (especialmente as crianças e adolescentes) com a sociedade. De acordo com Nexo Jornal (2023), no estado de São Paulo, há um aumento de 7,4% nos três primeiros meses de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior, de mortes cometidas por policiais, dado esse que afeta principalmente jovens negros e de regiões periféricas. Nesse sentido, esta pesquisa possui como objetivo refletir, a partir de análises teóricas, como o Estado percebe e lida com tal problemática através do sistema de segurança pública.

De acordo com Weber (1999), o indivíduo ao agir com violência diante à sociedade, é considerado criminoso pelo Estado, contudo, se é um agente do Estado que age com violência há um aparato de legitimação. O poder é um elemento cujo princípio está na

[162] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: dallia.pinheiro@aluno.uece.br.
[163] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: thrycia.sena@aluno.uece.br.

possibilidade de exercer influência sobre os indivíduos, moldando seus comportamentos e ações. “Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação” (Weber, 1999. p. 187).

Nesse sentido, podemos identificar que a imposição e a coerção fazem parte de um mecanismo de dominação exercido pelo próprio Estado através da força policial, por exemplo, o qual estigmatiza e violenta a mente e os corpos de jovens de periferias.

O aparelhamento de controle social utilizado pelo Estado não se limita apenas na força física (no contexto policial), mas também através da vigilância. Segundo Foucault (1987), o panoptismo, desenvolvido por Jeremy Bentham, assegura o funcionamento automático do poder, tal mecanismo não permanece presente apenas nas instituições, mas, também, fora delas, no convívio social, como estratégia — diante o constrangimento espacial — para atingir o controle sobre as pessoas. Não é ao acaso que nos deparamos com câmeras de monitoramento em lojas de conveniências, shoppings, escolas, ruas etc. No contexto das escolas, por exemplo:

No ano passado, foi noticiada a utilização de câmeras escondidas para monitorar alunos em locais proibidos[5]. No caso em questão, a escola posicionou câmeras entre os azulejos dos banheiros femininos e masculinos, contrariando a Constituição Federal de 1988, que garante a inviolabilidade da intimidade no art. 5º, inciso X e o art. 227, que garante a proteção de crianças e adolescentes pela família, sociedade e Estado. Tal conduta fere tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (“ECA”), pelo constrangimento causado aos alunos, quanto a LGPD, pela falta de transparência e do cumprimento das exigências da legislação para proteção dos dados pessoais de crianças (Migalhas de Peso, 2023).

Nesse sentido, percebemos como esses aparatos servem de dominação sobre os indivíduos.

Considerações finais

Como ressaltam Weber (1999) e Foucault (1987), o Estado não apenas é conivente com as violências ocorridas contra as juventudes, como também perpetua tal processo, através da sua legitimação e de seus mecanismos de controle social. Segundo Cara e Gauto (2007, p. 14) “os resultados da pesquisa carioca encontram ecos em outras regiões metropolitanas do Brasil e sintetizam o porquê de negros, pardos e morenos declararem mais terem sido agredidos durante uma abordagem policial, enquanto os jovens brancos declararam mais terem sido desrespeitados.”

Assim, identificamos que tal aspecto tende a delimitar suas ações, mais pesadamente, a partir da questão racial e de classe, como dito anteriormente, marginalizando e estigmatizando parte da população.

Referências

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. **Juventude**: percepções e exposição à violência. Brasília: MEC, SECAD, UNESCO, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

TSUCHIDA, Daniele. ALVES, Vanessa. **A voz da juventude no enfrentamento da letalidade policial**, 2023. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2023/06/18/A-voz-da-juventude-no-enfrentamento-da-letalidade-policial. Acesso em: 5 set. 2023.

JUVENTUDES E VIOLÊNCIA ESCOLAR EM SALVADOR- BA

Antonio Mateus Soares[164]

Resumo
O fenômeno da violência juvenil na escola tem se ampliado na cidade de Salvador-BA, e pode ser atribuído a diversos fatores que subvertem os princípios de dignidade humana e a ordem do funcionamento do cotidiano escolar. Por que a escola tem se transformado em espaço de trânsito de infrações e violências? O questionamento é complexo, tal comunicação tem como objetivo compreender como as indisciplinas se transformam em infrações.

Palavras-chave: juventude. violência. escola. segurança pública

1 Introdução

O tema desta pesquisa é Juventude e Violência Escolar, pois entendemos que o fenômeno da violência juvenil em instituições educacionais cresce mundialmente, focalizando a cidade de Salvador, no Brasil, no Estado da Bahia. A violência e a criminalidade na escola também manifestam através de atos de indisciplina e de incivilidade é um fenômeno que tem ganhado proporções nos últimos anos, ampliada com a insegurança pública. Segundo Monroy (2007), há relatos que na França no século XVII, alunos entravam armados na escola, brigavam e até agrediam professores.

Em meados do século XX, nos Estados Unidos a violência e a indisciplina aparecem como um dos maiores problemas da educação escolar, sendo o seu controle uma das prioridades do governo. No México, a violência já está banalizada na rotina dos estudantes (Tello, 2005).

Tal fenômeno chegam às instituições de ensino e dificultam que a escola contemporânea consiga manter a validade dos códigos normativos necessários para a manutenção da disciplina no cotidiano escolar, pois ela começa a conviver com a manifestação de condutas indisciplinares e insultos, agressões, brigas, e também episódios de roubos e até, homicídios, comportamentos que descaracterizam a função da escola.

Segundo Hannah Arendt (1992, p..25) a "escola perdeu a sua autoridade", não só perante os alunos, mas talvez perante toda a sociedade. Nosso objetivo é compreender este fenômeno social, no qual a indisciplina se subverte em infração, assim como, apresentar como a sua expressão tem mobilizado instituições externas à escola, ligadas a segurança pública, para o controle da violência. No atendimento deste objetivo, realizou-se pesquisa de referencial teórico e pesquisa de campo (quati-quali), tanto em

[164] Doutor em Ciências Sociais. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Integrante do Observatório Social da Juventude – OSJ. E-mail: antoniomateuscs@gmail.com

escolas públicas e privadas, como também outros órgãos, a exemplo de delegacias, juizados e departamento da política militar.

2 Metodologia

Como método para o alcance deste objetivo, a pesquisa apoiou-se em três tipos de fontes que contribuem para diferentes resultados que se entercalam complementarmente do ponto de vista analítico: 1. Identificação, levantamento e sistematização de dados secundários produzidos por instituições multilaterias e outras bases de pesquisa existentes; 2. Identificação e sistematização de base de dados de registros junto a instituições de segurança púiblica, como os dados da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) e Departamento de Operação da Ronda Escolar da DAI e da Ronda Escolar; 3. Levantamento e observação da realidade de 4 escolas da rede pública e privada que apareceram com registro nas estatísticas policiais.

Os números da violência na escola, que serão apresentados, foram extraídos do banco de dados da Delegacia de Adolescente Infrator (DAI), processados nos anos de (2010, 2011, 2012, 2013), e no banco de dados da Ronda Escolar.

3 Resultados e discussões

A frequência da violência escolar, expressa por agravos físicos, materiais e psicológicos, e explicitados por ameaças, agressões, roubos, arrombamentos, lesões, tentativas de homicídios, entre outros atos, vêm acarretando danos irreparáveis para a vida partilhada do adolescente e do jovem na escola.

A participação de instituições externas no controle da violência escolar, denota em certa medida, que a escola não consegue resolver esta questão sozinha, sobretudo, quando a indisciplina se transforma em infração mais grave e física, saindo do controle escolar.

A externalização da solução pelo recurso de uma associação às instituições da ordem como a delegacia de polícia e a ronda escolar (polícia militar), produz um reenquadramento e passagem das condutas estudantis em atos infracionais.

Considerações finais

A violência na escola como desdobramento de uma violência mais ampla, tem evoluido e descaracterizado a função civilizatória e transformadora da escola, assim como representa , de forma objetiva, um constrangimento sobre as condições de sociabilidade e convívio, colocando em risco a vida de adolescentes e jovens.

Esta pesquisa trouxe subsídios para discutir o tema a partir da hipótese de que o crescimento da violência e da criminalidade juvenil no âmbito das instituições escolares, conforme apontam dados e estatísticas apresentadas, afetam o a função civilizatória da instituição escolar, na medida em que elas impossibilitadas de solucionar conflitos mais radicais.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam.; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO/ Ministério da Saúde/ Ministério da Justiça/ CNPq/ Instituto Ayrton Senna/ UNAIDS/ Banco Mundial/USAID/ Fundação Ford/ CONSED/ UNDIME, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CODO, Wanderley (org.). **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE/Universidade de Brasília/Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

MONROY, Guadalupe Villalobos. La violencia em la escuela: claroscuro de uma realidad. **Educare**, Meridad, v. 11, n. 36, supl. 36, p. 55-76, mar. 2007.

TELLO, Nelia. La socialización de la violencia em las escuelas secundarias. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, Distrito Federal, v. 10, n. 27, p. 1165-1181, out./dez. 2005.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA NA AMÉRICA LATINA: uma análise comparativa entre Brasil e Argentina

Juliana Veras de Sousa[165]
Luciana de Carvalho Nogueira Albuquerque[166]
Francisca Cibele da Silva Gomes[18]

Resumo
O presente artigo visa analisa a problemática da violência contra a escola entre jovens na América Latina, com foco comparativo entre Brasil e Argentina. Seu objetivo é analisar os padrões, causas e impactos desse fenômeno nas duas nações, contextualizando-o dentro das realidades socioeconômicas e culturais distintas. A pesquisa se justifica pela relevância de compreender como a juventude expressa os conflitos por meio da violência dentro das instituições educacionais, ressaltando os desafios enfrentados pelas escolas latino-americanas diante da crescente incidência de violência, incluindo agressões físicas e psicológicas, vandalismo e até mesmo casos extremos. Como conclusão, o estudo destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para prevenir a violência nas escolas, reconhecendo as complexidades específicas de cada país. Além disso, ressalta a importância de abordagens educacionais que promovam o diálogo, a resolução pacífica de conflitos e a inclusão social, visando criar ambientes escolares mais seguros e saudáveis para os jovens.

Palavras-chaves: Juventude. Violência. Escola

1 Introdução

A presença da violência nas instituições educacionais é uma preocupação crescente em várias regiões do mundo, e a América Latina não é exceção. Entre os segmentos mais afetados por esse fenômeno, a juventude se destaca como protagonista tanto das ações violentas quanto das consequências advindas delas. A relação complexa entre juventude e violência, especialmente quando direcionada contra a escola, constitui um desafio significativo para os países da região.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo explorar a problemática da violência contra a escola entre os jovens na América Latina, com um enfoque comparativo entre dois países emblemáticos: Brasil e Argentina. A análise comparativa desses dois casos permite uma compreensão mais profunda das nuances culturais, socioeconômicas e políticas que influenciam a manifestação e os padrões dessa violência.

A justificativa para este estudo repousa na necessidade premente de entender não apenas os fatores subjacentes à violência perpetrada por jovens contra as instituições educacionais, mas também os efeitos duradouros que tais eventos têm sobre a juventude,

[165]Graduanda em Pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ju.veras@hotmail.com.
[166]Graduanda em Letras - Língua Inglesa, pela faculdade Mauricio de Nassau (UNINASSAU). E-mail: Luciana_cnogueira@hotmail.com
[18]Graduanda em Licenciatura pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cs6445758@gmail.com

a educação e a sociedade como um todo. Ao abordar essa temática, almejamos contribuir para a formulação de políticas e estratégias mais eficazes para prevenir e lidar com a violência nas escolas, promovendo ambientes educacionais seguros e saudáveis.

Nas seções subsequentes, este artigo analisará a contextualização da violência escolar na América Latina, examinará os fatores específicos que agravam esse fenômeno no Brasil e na Argentina, e discutirá as implicações e possíveis abordagens para enfrentar esse desafio complexo. Ao fazer isso, esperamos lançar luz sobre um problema urgente que afeta a juventude e o âmbito educacional, visando contribuir para uma compreensão mais profunda e a busca por soluções eficazes.

2 Metodologia

Na presente pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com trabalhos em artigos publicados e documentos organizacionais como fontes de referência e embasamento teórico. A pesquisa bibliográfica é uma abordagem metodológica que permite a análise e interpretação de estudos pré-existentes, tais como livros, revistas acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais (Marconi; Lakatos, 2003).

Dessa forma, foi possível reunir informações relevantes sobre o tema em questão, compreender diferentes perspectivas acadêmicas e embasar as análises realizadas ao longo deste estudo. Ao recorrer a artigos publicados, foi possível acessar pesquisas anteriores que abordaram aspectos relacionados ao objeto de estudo, bem como identificar debates e controvérsias que permeiam o tema em discussão. A análise desses trabalhos contribuiu para a construção de um arcabouço teórico sólido, respaldando as considerações e conclusões apresentadas neste trabalho.

3 Resultados e discussões

VULNERABILIDADE, JUVENTUDE E VIOLÊNCIA CONTRA A ESCOLA: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

Como aponta estudos de Abramovay (2002), no final dos anos 90, houve uma notável presença e aceleramento da vulnerabilidade como um traço característico da sociedade latino-americana. Nesse contexto, "vulnerabilidade" refere-se à susceptibilidade ou fragilidade de certos grupos sociais ou indivíduos a enfrentarem desafios e dificuldades em várias dimensões da vida, como econômica, social, política e ambiental.

A afirmação implica que o conceito de vulnerabilidade permite uma análise mais aprofundada dos desafios enfrentados por pessoas ou comunidades marginalizadas na região latino-americana. Ao considerar a vulnerabilidade, é possível entender melhor as razões pelas quais certos grupos são mais suscetíveis a adversidades e têm maior dificuldade em superar obstáculos para melhorar suas condições de vida.

Podemos notar que que o aumento da violência entre os jovens latino-americanos está intimamente ligado às desigualdades sociais e à falta de acesso a recursos econômicos e direitos de cidadania, resultando em uma situação de exclusão social.

Nesse contexto, a violência pode ser vista como uma manifestação dos problemas estruturais que afetam a sociedade, onde a concentração de riqueza e

oportunidades limitadas cria disparidades significativas entre os diferentes estratos sociais. Os jovens, em particular, muitas vezes são afetados por essa realidade, enfrentando barreiras para o acesso à educação, emprego e outras oportunidades que poderiam melhorar sua qualidade de vida.

Paula e Salles (2010) enfatizam que a questão da violência, tanto quando o jovem é vítima quanto quando ele é o protagonista da violência, está causando uma crescente perplexidade e se tornando motivo de grande preocupação no ambiente escolar. Essa problemática indica que a violência está afetando de forma significativa o meio escolar, impactando estudantes, professores e funcionários. Quando os jovens são vítimas de violência, seja dentro ou fora da escola, isso pode afetar seu bem-estar emocional, sua autoestima, desempenho acadêmico e motivação para frequentar as aulas. Por outro lado, quando o jovem é protagonista de atos violentos, isso pode criar um ambiente de insegurança e medo na escola, prejudicar a convivência e o clima escolar, além de gerar consequências graves para a comunidade educacional como um todo.

CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS ESCOLAS BRASILEIRAS

Segundo dados do relatório realizado por pesquisadores e ativistas no Brasil, titulado "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental" destaca que no ano de 2022 foram registrados 16 ataques contra as escolas, dos quais 4 aconteceram no segundo semestre, 35 vítimas fatais e 72 feridos.

Os casos de ataques com armas de fogo nas escolas praticados por alunos e ex-alunos geralmente estão relacionados a uma série de fatores que envolvem bullying, exposição prolongada a processos violentos e questões sociais e familiares. Esses fatores podem incluir negligência por parte da família, um ambiente autoritário em casa e conteúdo disseminado em redes sociais e aplicativos de mensagens. Cabendo relembrar o caso de um adolescente de 16 anos, cujo nome não foi divulgado, que realizou um ataque a tiros em duas escolas na cidade de Aracruz, localizada na região metropolitana de Vitória. Como resultado desse trágico evento, quatro pessoas foram mortas e outras treze ficaram feridas (Brasil, 2022).

O Último caso de violência à escola no Brasil, aconteceu na Escola Estadual Thomazia Montoro, na cidade de São Paulo. Em a professora Elisabete tenreiro, de 71 anos morreu esfaqueada por um aluno, e mais três ficaram feridos (G1, 2023). Para Assis e Muriel (2023), a violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamentos estabelecidos, comunitários e sociais, sendo necessário ter sempre em mente as interseções e conexões existentes entre os diferentes níveis é que a violência não pode ser atribuída a uma única causa, mas é fruto de uma combinação de diversos elementos.

Esses elementos podem incluir fatores individuais, como traumas pessoais, histórico de abuso ou comportamentos agressivos, que influenciam as ações de uma pessoa. Além disso, os relacionamentos que uma pessoa estabelece com os outros podem ter um papel importante na perpetuação ou prevenção da violência.

JUVENTUDE E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS ARGENTINAS

Acerca da violência contra as escolas na argentina os autores Fernández e Ormart (2019) também defendem a necessidade de uma análise minuciosa e contínua da violência que ocorre nas escolas. Para entender e abordar esse problema complexo, é crucial acompanhar de perto as interações e trocas entre os sujeitos envolvidos ao longo dos anos. Examinando as ações e repercussões sob diferentes perspectivas e históricos escolares, pois isso nos permite compreender o que ocorre diariamente com certa naturalidade na escola. Isso significa dizer que é necessário compreender os padrões e contextos em que a violência pode surgir, bem como o impacto que essas ocorrências têm nas diferentes pessoas envolvidas.

Muitos jovens enfrentam dinâmicas de poder, onde alguns assumem papéis dominantes enquanto outros ficam em posição de submissão. Nesses casos, os estudantes que exercem poder de forma abusiva tendem a agredir ou prejudicar os que são vistos como mais fracos ou vulneráveis, tornando-os vítimas dessas ações agressivas. Fernández e Ormart (2019) utilizam-se do termo "violência entre pares" que se refere a atos agressivos, hostis ou prejudiciais que ocorrem entre alunos, esse tipo de violência pode incluir bullying, assédio, intimidação e outras formas de comportamento agressivo.

Segundo noticiado do jornal *La Nacion* (2022) que informa dados referentes à América latina. Em uma escola de La Plata no ano de 2022 um aluno foi agredido por pelos menos 5 companheiros de turma. o aluno foi encaminhando para o hospital depois do ocorrido e acabou ficando internando. O pai informou que seu filho já vinha sofrendo bullying na instituição e que chegou a denunciar por 4 vezes. O último caso registrado de violência nas dependências de escolas, foi em abril de 2023 em que um aluno de 11 anos chegou a entrar armado em uma escola, posteriormente, divulgando suas imagens dentro da instituição nas redes sociais, o caso ocorreu na cidade de Villa Elvira, também em La Plata – Buenos Aires. Assim como, existem inúmeros relatos e situações semelhantes no país (La Nacion, 2023).

Segundo Ristum e Ferreira (2023) há uma característica comum observada, tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro que os meninos têm maior probabilidade de serem envolvidos em situações de violência contra as escolas, seja como perpetradores de comportamento agressivo ou como vítimas das agressões. Isso sugere que existe uma diferença de gênero nas dinâmicas de *bullying* e dentre outras manifestações violentas nas escolas, com os meninos mais propensos a se envolverem nesse tipo de comportamento negativo.

Considerações finais

Ao longo do texto nota-se que a juventude e a violência as escolas são temas de extrema relevância e constituem um desafio contemporâneo que requer atenção e ação imediata. A sociedade atual enfrenta complexos problemas sociais, econômicos e culturais que impactam diretamente os jovens, tornando-os mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade e violência no ambiente educacional. Cultura que normaliza comportamentos agressivos, isso pode influenciar negativamente sua percepção do mundo e sua resolução de conflitos. Essa exposição pode afetar a habilidade de lidar com situações difíceis de forma saudável, levando a uma possível resposta violenta.

As características da violência contra as escolas no Brasil são multifacetadas e complexas, refletindo uma realidade diversa e desafiadora. Uma das principais características é a diversidade de manifestações que ela pode assumir. Isso inclui o bullying, a agressão física e verbal, a intimidação e o uso ilegal de armas pelos jovens, além de conflitos interpessoais resultantes de questões sociais e culturais. Já nas escolas argentinas um dos aspectos importantes a serem considerados é a presença do bullying como uma das principais manifestações de violência no país. Que podem assumir diversas formas e tem impactos significativos na vida dos estudantes, professores e da comunidade escolar em geral. As vítimas de *bullying* frequentemente sofrem de ansiedade, baixa autoestima e isolamento social.

Para romper esse ciclo de violência, é fundamental adotar uma abordagem multidisciplinar que envolva famílias, escolas, profissionais de saúde e autoridades competentes. Isso pode incluir programas de educação sobre resolução pacífica de conflitos, suporte emocional às crianças e adolescentes, capacitação dos professores em práticas de disciplina positiva e conscientização sobre os efeitos da violência familiar e escolar. O objetivo é criar ambientes seguros e acolhedores, onde a violência seja desencorajada, e as necessidades emocionais e educacionais dos jovens sejam atendidas de forma adequada.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam *et al*. (org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINI, P.; AVANCI, J. Q.; NJAINE, K. (ed.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores [online]. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CDEAD/ENSP, 2023, 286 p. ISBN: 978-65-5708-150-1. https://doi.org/10.7476/9786557082126.

BRASIL. Relatório da Equipe de Transição (2022). **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental**. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

FERNÁNDEZ, O. E.; ORMART, E. B. Violencia escolar y planificación educativa. **Nodos y Nudos,** *[S. l.]*, v. 6, n. 46, 2019. DOI: 10.17227/nyn.vol6.num46-9685. Disponível em: https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/NYN/article/view/9685. Acesso em: 20 jul. 2023.

G1. **Professora que morreu em ataque tinha 71 anos e lecionava 'como propósito de vida', diz filha**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/27/professora-morre-vitima-de-ataque-em-escola-na-vila-sonia.ghtml. Acesso em: 20 jul. 2023.

LA NACION. **Bullying en la Plata**: un adolescente terminó internado tras recibir una brutal paliza en el baño de un colégio, 2022. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/seguridad/bullying-en-la-plata-un-adolescente-termino-internado-tras-recibir-una-brutal-paliza-en-el-bano-de-nid14062022/. Acesso em: 20 jul. 2023.

LA NACION. **Violencia en la escuela**. 2023. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/editoriales/violencia-en-la-escuela-nid28042023/. Acesso em: 20 jul 2023.

PESSOAS IDOSAS E JOVENS EM PERSPECTIVAS NO BRASIL: preconceitos e violências

Antônio Cézar Sobreira Marques Filho[167]
Iolanda Carvalho Fontenele[168]
Ana Mayza Nascimento de Araújo [169]

Resumo
O objetivo do presente resumo é discutir a problemática dos preconceitos e das violências relacionadas às pessoas idosas e jovens na sociedade brasileira. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica, amparado em pesquisas e análises científicas e legislações, cujas conclusões estão relacionadas ao fato de que essas problemáticas estão enraizadas na cultura, na injustiça social e na construção de relações de poder autoritárias.

Palavras-chave: jovens. idosos. preconceitos. violências.

1 Introdução

A sociedade ocidental carrega consigo valores ancorados numa cultura notadamente adultocêntrica e produtivista, além de outras questões que serão destacadas a seguir que juntas compõem um caldo cujos ingredientes apontam para processos de dominação, de exclusão, de desigualdades e violências, processos esses que envolvem particularmente pessoas idosas e jovens, objetos da reflexão aqui proposta. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é discutir a problemática dos preconceitos e das violências relacionadas às pessoas idosas e jovens na sociedade brasileira, de modo a contribuir para a análise e o debate dessas questões, a difusão dessas reflexões, bem como a formação profissional no curso de Serviço Social da UFPI.

2 Metodologia

O resumo é resultado de um estudo de revisão bibliográfica, a partir de artigos, pesquisas, tendo em vista uma análise qualitativa, eminentemente conceitual. Assim, é importante definir aqui que os preconceitos já são em si uma violência, uma vez que o preconceito nada mais é do que a tentativa de desqualificação e negação das pessoas por algum motivo, de discriminá-las, incorrendo em violências que podem ser praticadas

[167] Assistente Social do Centro Social Padre Arrupe/Associação Antônio Vieira, Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: antonio.filho@asav.org.br.
[168] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com
[169] Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: ana.mayza507@gmail.com.

através de palavras, de ações ou omissões, que venham causar morte, de alguma forma lesar, privar ou negar um direito, causar danos, sofrimentos. Essas práticas implicam frequentemente no uso da coerção, da força, do poder, da intimidação, implicam em relações de desigualdade, de desvantagem da vítima em relação ao agressor.

3 Resultados e discussões

Ao mesmo tempo em que se faz o culto do mito da eterna juventude, de forma contrastante os jovens são frequentemente vistos a partir de algumas ideias negativas como rebeldes sem causa, aborrecentes, impetuosos, ou no outro extremo podem ser vistos como alienados, preguiçosos, inexperientes, acomodados, perdulários.

Se são jovens em situação de pobreza, provenientes das periferias, afrodescendentes recebem a alcunha de perigosos e se estão no mundo das drogas e do crime devem morrer, são imprestáveis; se não são produtivos, são descartáveis. Se são mulheres, homossexuais (e mais ainda negros e pobres) são vistos como meros objetos de posse, de poder e em casos graves - de extermínio (Gomes; Laborne, 2018).

No caso das pessoas idosas, sobre essa problemática dos estigmas, Minayo (2006) fala de três mitos sobre o envelhecimento e a velhice: redução do envelhecimento ao processo orgânico, igualando-o à doença; o segundo é do velho como como um ser humano decadente e descartável e o terceiro é da compreensão do envelhecimento como um problema. Ou seja, os preconceitos e os estigmas estão relacionados à questão da idade (que denota incapacidade, fraqueza), dentre outros, diferentemente dos jovens onde a idade é sinônimo de inexperiência e imaturidade.

O fato é que ambos os casos denotam falta de credibilidade, constituindo o que se denomina de etarismo, termo utilizado para se referir a quaisquer atos que envolvam a discriminação de indivíduos por conta de sua idade. Esses estigmas são agravados por questões como gênero, raça/etnia, classe social e outras. Se fazem presentes também por uma grande influência da visão glamourizada da juventude, das camadas ricas e da fama, de um estilo de vida consumista, centrado no valor econômico, nos princípios do mercado e da produtividade, um grande apelo à exposição e um padrão de beleza artificial.

As discriminações e violências se expressam em diferentes situações e contextos, bem como através de diferentes agentes e uma variedade nos modos de praticá-las e com consequências as mais diversas. No entanto, todas elas expressam algo em comum que é a negação da dignidade das pessoas, dos seus direitos, expressam a negação da proteção social que é devida a todos, enquanto responsabilidade do Estado. As causas das violências também são múltiplas, vão desde a problemática da injustiça social, das desigualdades, do autoritarismo, a impunidade, as questões da política de segurança pública, o tráfico de drogas e de armas, o avanço do crime organizado e os preconceitos.

Nos últimos 35 anos o Estado brasileiro avançou do ponto de vista legal na garantia de direitos e no combate à discriminação e à violência, considerando os segmentos mais vulneráveis como pessoas idosas e jovens, enfim, avanços na implementação de políticas afirmativas voltadas para segmentos em situação de vulnerabilidades.

No entanto, muitas barreiras, retrocessos e desafios ainda permanecem e se reatualizam, considerando as heranças de injustiças e de autoritarismos, associadas às questões do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, os ajustes fiscais, os desmontes de políticas públicas, de serviços, mas ainda o acirramento de uma cultura de preconceitos, a banalização da barbárie, da brutalização, da crueldade, enfim, a depreciação do ser humano e o desprezo pelo transcendente.

Considerações finais

Portanto, as problemáticas das pessoas idosas e jovens são questões que dizem respeito ao Estado, que deve ter a primazia e assim garantir direitos, proteção social, bem como coibir e combater as violências, as discriminações e os crimes; mas também são de responsabilidade da sociedade, no sentido de cobrar do Estado, de se posicionar politicamente, seja nas manifestações coletivas ou no cotidiano. É importante destacar aqui o papel da ciência, da educação e de eventos técnico-científicos tendo em vista a produção de conhecimento, o debate sobre essas realidades e a contribuição para sua transformação.

Referências

MINAYO, M.C de S. Visão antropológica do envelhecimento humano. *In*: SESC. **Velhices**: reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC/PUC-SP,2006.

GOMES, N.L; LABORNE, A.A. de P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698197406. Acesso em: 28 jul. 2023.

CIDADE E JUVENTUDE: a vulnerabilidade social e estigmatização de adolescentes que cometem atos infracionais

Mariana Silva Santana Santos [170]

Resumo
O processo de urbanização, principalmente a rápida estruturação de espaços urbanos, influencia na formação social de adolescentes infratores. Na atual problemática brasileira – em que desigualdade, conflito e violência crescem de modo dramático, nota-se, além de outros fatores, os reflexos da urbanização nas atitudes da juventude. Os resultados preliminares da pesquisa demonstram que o estigma influencia na operacionalização da justiça voltada à juventude, apontando problemas sociais enfrentados pelo adolescente infrator.

Palavras-chave: Cidade. Juventude. Urbanização. Estigmatização. Medidas Socioeducativas.

1 Introdução

O processo de urbanização, a estruturação dos espaços urbanos e a dinâmica em torno das cidades, são movimentos que influenciam diretamente na formação social da juventude, inclusive para além do espaço urbano. O jovem, dentro da perspectiva de uma personalidade em formação, é influenciado e atravessado pelas características da cidade em que está inserido, contribuindo de forma direta para ocorrência dos atos dentro e fora das normas praticadas por estes como sujeito. Partindo disso, temos um estudo sobre os impactos sociais e as políticas públicas da cidade sobre o jovem que pratica ato infracional.

A construção da identidade de uma cidade configura fator determinante para formação dos sujeitos que a compõem, isso porque, dentro deste contexto são constituídos os valores de referência e determinações morais para a convivência harmoniosa entre todos os indivíduos. Assim, se constrói uma identidade, a partir dela são arbitradas normas, diretrizes, ou seja, toda a adequação social para o funcionamento de acordo com o que a administração pública estabelece como fundamental.

No que tange ao adolescente, esta dinâmica não é diferente, pois eles também são atravessados pela construção da identidade da cidade, onde o cenário inserido influencia diretamente em suas atitudes. Assim, mesmo que relativamente incapazes, são responsáveis por toda conduta praticada, entretanto, apesar de receberem sanções diferentes dos adultos. Isso porque, trata-se de um indivíduo em formação, que necessita de direcionamento e não apenas sanções disciplinares, pois encontram-se vulneráveis diante de todo contexto social, e acabam por serem estigmatizados dentro da própria sociedade/cidade a qual pertencem.

[170] Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz. E-mail.: mariana.santana@discente.ufma.br

Assim, tomando como referência os estudos de William Foote Whyte, que muito contribuiu para o estudo da organização das cidades e de todo contexto social detraído disso, é inegável que o fenômeno da urbanização determina o comportamento de todos, oportuno se faz citá-lo, parafraseando o prefácio da obra:

Na atual problemática brasileira – em que desigualdade, conflito e violência crescem de modo dramático, sobretudo nas grandes cidades-, a sua leitura poderá ajudar a aprofundar nossas reflexões e talvez desenvolver ações que possam, de algum modo, contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e harmoniosa (Foote Whyte, 2005).

Assim, conforme o clássico *Sociedade de Esquina*, de Foote whyte (2005), este trabalho também fará uma análise dos estudos urbanos e organizações, estudando as relações entre os sujeitos, principalmente naquilo que influencia os adolescentes infratores. Partindo do ponto de que toda construção social da cidade compreende fenômenos que podem apresentar semelhanças importantes com aqueles encontrados, ainda hoje, nas áreas pobres e degradadas de nossas cidades, colaborando principalmente nas atitudes do sujeito que é menor de idade.

Nesse contexto sobre os impactos da criação e urbanização e das cidades sobre o menor infrator, é importante que seja feito um estudo dentro de uma reflexão teórica, como preconiza Lefebvre (2011) acerca da realidade urbana, conforme as novas necessidades de investigação que dão abertura e redefinem um novo escopo ao que ele chama de "Ciência da Cidade". Sobre isso, em sua obra *Direito à Cidade*, explica que "uma ciência analítica da cidade, necessária, está hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a *práxis* (prática social) da sociedade urbana." (Lefebvre, 2011).

Nessa discussão, o estigma está intrinsecamente envolvido com as relações sociais dos indivíduos. O indivíduo estigmatizado passa, após a fixação, a ser reconhecido pelo seu atributo particular. Sendo que este atributo estará evidente no contato social, e esse passará a ser o modo pelo qual aquele indivíduo será conhecido socialmente. (Goffman, 2008). Sob a perspectiva teórica de Goffman, tomando como sujeito específico o "menor infrator", será analisada a sua construção histórica, a delimitação e identificação de como esses adolescentes são afetados, considerando fatores desencadeados pela urbanização.

Além de autores significativos na discussão relacionada à sociologia do desvio, à rotulação, ao estigma, à subalternidade e à punição, foram utilizados estudos sociais para, inicialmente, travar uma discussão acerca da rotulação de adolescentes em conflito com a lei como um processo estrutural, e utilizamos as proposições legislativas como exemplo desse processo que terá como decorrência, a incriminação de sujeitos.

Dessa forma, esta análise sobre o impacto da rápida estruturação de espaços urbanos e a falta de planejamento para provimento de bens de serviços básicos, observou a criação de ambientes propícios para infrações juvenis. Nesse aspecto, temos essa discussão a partir das teorias de autores referenciados sobre a dificuldade que o jovem tem de distinguir entre pertencimento e inclusão, entre exceção e norma, dentro da dinâmica em que aconteceu a urbanização.

2 Metodologia

O estudo foi realizado inicialmente a partir de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em obras de sociólogos que tratam da temática em questão. Para Gil (2008, p. 50), o desenvolvimento deste tipo de pesquisa acontece a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos, apresentando como principal vantagem o fato de permitir que o investigador cubra uma gama de fenômenos mais amplos.

Além daquela, será feita pesquisa documental, abrangendo arquivos públicos, pareceres e conteúdo das decisões judiciais, para que se reúnam os dados à cerca do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, fazendo uma análise sobre a forma da aplicação da lei para a juventude dentro do contexto urbano, observando a estigmatização no processo de urbanização.

Será utilizada a abordagem qualitativa, por meio de levantamento de dados para interpretar os resultados da atuação da Justiça quando o sujeito é o adolescente infrator. O foco não será obtenção de números como resultado, mas sim os dados empíricos da pesquisa, obtidos por meio de amostra de decisões de Varas da Infância e Juventude que possam nos indicar caminhos para compreender o problema.

O método utilizado será indutivo, fazendo análise numa amostra de dados do judiciário, observando as causas que produzem sempre os mesmos efeitos, sob as mesmas circunstâncias e determinações, servindo como exemplo para outros estudos que apresentem casos similares.

A abordagem será interdisciplinar, de modo que as reflexões eventualmente feitas buscarão compreender a real complexidade das relações urbanas no que tange o jovem infrator, para além de seus aspectos normativos, principalmente por meio de acentos de cunho sociológico sobre o problema da urbanização no contexto da juventude infratora.

3 Resultados e discussões

Foote Whyte (2005) busca compreender a organização social existente na cidade. Constrói uma narrativa dinâmica, complexa e abrangente, permitindo enxergar com clareza os meandros de uma estrutura social formada por diferentes padrões de interação, através dos quais indivíduos se movimentam e organizações formais e informais surgem, desaparecem e brotam novamente, em diversos níveis da hierarquia social.

Nesse ínterim, quando analisamos determinadas pesquisas sobre os adolescentes em conflito com a lei, tanto nas Ciências Sociais, como nas Humanas, percebe-se que não se leva em conta os trâmites metodológicos no processo de incursão com tais sujeitos, tratando-os da mesma forma que se fosse em uma pesquisa com sujeitos adultos, o que se confirma na formação das cidades em um contexto geral durante toda história (Lefebvre, 2008).

Porém, deve-se pensar o fato de que por mais que a estrutura das unidades de medida socioeducativa se assemelham com as unidades prisionais para os adultos, existe uma diferença metodológica e funcional que deve ser contextualizada. Existem limites de tempo para o aprisionamento de tais sujeitos, existe um esforço da promoção de políticas públicas que possam dar espaço para incursões pedagógicas formalistas e também o tratamento para com os adolescentes deve ser diferenciado e disposto de acordo com parâmetros próprios e elementares.

É neste cenário de urbanização que Whyte enxergou a formação do jovem como sujeito e percebeu como foi sendo criada sua identidade, nas esquinas da cidade. Quando alguém é procurado, o primeiro lugar a se buscar é a esquina. Os rapazes da esquina são grupos cujas atividades sociais estão vinculadas à rua, especialmente em algumas esquinas onde se encontram estabelecimentos como: barbearias, lanchonetes, bilhares ou clubes. Essa juventude, no período da Depressão, foi submetida ao desemprego ou a atividades irregulares. Muitos abandonaram a escola antes de completar a oitava série, contribuindo para a marginalidade e cometimento de infrações.

Lefebvre (2008), sociólogo francês, conhecido pelos seus estudos sobre a importância do urbano para a transformação das realidades sociais – entre outros temas – aponta que é no espaço urbano, que se incorporam diferentes elementos. Delimitar o espaço urbano através de conceitos como função, estrutura e forma; para o autor não é suficiente, é preciso ir além. Para ele o espaço urbano é um todo complexo e mutável, e logo deve ser pensado em níveis e dimensões que podem oferecer uma nova leitura do urbano. Lefebvre (2008) especifica que "essas noções permitem introduzir uma certa ordem nos confusos discursos concernentes à cidade e ao urbano, discursos que misturam textos e contextos, níveis e dimensões" (Lefebvre, 2008, p.75).

Neste diapasão, Lefebvre (2008), em sua obra *Direito à Cidade* ainda se conserva bastante atual para discutir direito à cidade, segregação e temas relacionados. Este autor parte da perspectiva crítica elaborada no sentido de contestar os processos de subversão que a cidade passou no período de urbanização. O abandono da cidade como local de encontro e Festa faz parte de um projeto urbanístico ideológico que reduz a cidade a um espaço de consumo e atividades laborais. O processo torna-se possível uma vez que tal arcabouço dito racional e universalizante (mas na verdade excludente) tem apoio e participação direta não só do mercado, mas também do Estado, que negligencia a vulnerabilidade do adolescente.

Lefebvre (2008) tratou de pensar a "problemática urbana" de forma explicitamente crítica ao observar que a cidade havia passado e estava passando por um processo de subversão grave, em que seu uso, ao invés de ser um uso improdutivo, com um fim em si mesmo, estava sendo um uso de troca, mercantil, capitalista. Dessa forma, opta por utilizar justamente a filosofia para pensar a cidade, isso porque assume que a mesma nasce da cidade e, por isso, os filósofos pensaram desde sempre a temática com a centralidade que merece, observando e conceituando a vida urbana desde sua gênese.

Lefebvre (2008) observa que a trajetória das cidades se funde com a história da sociedade, e a formação desse conceito passa também por esse processo conjunto, citando a juventude como sujeito dentro de todo processo e resultado de toda formação. O urbanismo surge no contexto da modernidade colocando-se com tecnicidades ligadas a prática da vida urbana, mas também como ideologia, quando declara a cidade como rede de circulação e centro de consumo. (Lefebvre, 2008, p. 34-49).

Um ponto central da construção teórica de Henri Lefebvre (2008) é o olhar crítico ao processo de subversão que ocorreu com a industrialização e a urbanização, o mesmo aponta como uma das causas principais para a crise social e política que havia se instaurado. Trata-se da substituição do valor de uso pelo valor de troca, o uso improdutivo da cidade passa a ser colocado como característica negativa e a perseguição

do lucro e da produção para fins acumulativos passam a ser palavras de ordem no sistema que se forma.

Como ressalta, todos os âmbitos da cidade e da sociedade passam por um processo de hierarquização e mercantilização ao ponto de que até "a cultura se dissolve, tomando-se objeto de consumo, ocasião para lucro, produção para o mercado; o 'cultural' dissimula mais de uma armadilha" (Lefebvre, 2008, p. 79).

Lefebvre (2008) afirma que devido a diversidade de fatores citadas, a "ciência analítica da cidade" ainda está em seu desenvolvimento inicial, juntamente com a cidade que passa por um processo de (trans) formação contínuo. A cidade, como objeto dessa ciência, é formada não só pelo seu estado presente, mas por seu passado, que influi em sua forma atual. Em síntese, a "ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social". (LEFEBVRE, 2008, p.112)

Diante de toda essa análise, foi possível mapear os estudos sobre juventude, sob uma óptica de percepção de que, este grupo constituído pode elaborar novas práticas sociais a partir de sua interação na sociedade com os demais grupos constituídos. Essa interação não é algo pacífico, e sim fruto de uma disputa de poder. Essas disputas tornam-se mais visíveis, sobretudo no espaço social da cidade, por ser um espaço composto por múltiplas formas de vivenciar a vida social. É possível concluir através da apresentação dos teóricos que a compreensão dessa categoria social, é fundamental para entender as transformações sociais que ocorrem no cotidiano, principalmente daqueles que são mais vulneráveis.

O Relatório do Conselho Nacional de Justiça do ano de 2020 sobre Tratamento Socioeducativo, em sua página 24, elenca que "o adolescente em execução provisória não se encontra, portanto, categoricamente condenado". Entretanto, não é necessário que se tenha uma decisão, uma sentença ou um despacho afirmando que um adolescente é ou não cúmplice ou agente principal de um ato infracional ou mesmo inocente, a sociedade por si só tende, por vezes, a condenar, punir e manter vigilância sob tais sujeitos.

Atualmente, o Brasil é um dos países com maior número de adolescentes em conflito com a lei presos no mundo. De acordo com o levantamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por exemplo, no ano de 2022, aproximadamente cinco adolescentes são presos por dia, sendo a maioria dos atos infracionais de roubo, furto ou associação e envolvimento com o tráfico de entorpecentes. Em relatório, datado do ano de 2020, o Conselho Nacional de Justiça estipulou que 23,9% dos adolescentes que são mantidos em medidas socioeducativas retornam para as unidades prisionais, e, ao completarem dezoito anos, esse número cresce para 42,5%.

Grande parte desse quantitativo se deve principalmente com a falta de gestão das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, que não possuem metodologias adequadas para o tratamento com os adolescentes em conflito com a lei. A dificuldade em manter os direitos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tal como a educação em tais estabelecimentos, faz com que seja cada vez mais difícil promover a correta reinserção e reintegração social de tais indivíduos, e assim o seu retorno para o meio social.

Na esteira dessas reflexões sobre o adolescente infrator, observa-se que o estigma segue as características das mazelas sociais mais comuns, onde o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas sempre aponta para o mesmo segmento social: não-branco, de baixa renda, excluído do sistema de ensino e sem acesso a cursos profissionalizantes. (Necrivi, 2015, p. 3)

A pesquisa com os adolescentes em conflito com a lei deve, portanto, ser estabelecida sobre uma ótica naturalista, deixando com que os pensamentos de tais sujeitos possam fluir, reconhecendo as dimensões subjetivas e, ao mesmo tempo, opacas de um sujeito que ainda se encontra em desenvolvimento, fazendo com que seja retirado de cena a identificação de um 'adolescente criminoso', e deixe apenas o primeiro termo da sentença.

Nesse sentido, ao contemplarmos as pesquisas sobre os adolescentes em conflito com a lei, podemos observar que existe uma multiplicidade de estudos envolvendo tais sujeitos, mas a maioria se situa em questões puramente objetivas, racionalizadas, fugindo da dimensão real e subjetiva de onde tais indivíduos se encontram. Ademais, muitas pesquisas tendem a evocar a necessidade das medidas socioeducativas, em um âmbito generalizado, de tal modo que cria um movimento dialético, mas que não busca pela compreensão dos fenômenos urbanos e das subjetividades inerentes a cada adolescente considerado infrator.

A partir desses fatores abordados como a estrutura social em que o jovem se reconhece como sujeito e, assim, determina suas ações após o fenômeno da urbanização, resta claro que aquele que comete ato infracional não será tratado da mesma forma que os demais. Isso, porque dentro da cidade, está inserido um comportamento social que reprova e recrimina aquele que transgride as normas que foram estabelecidas ao tempo que os eventos tidos como ilegais aconteceram, delimitando quem estaria dentro ou à margem da sociedade.

Para realizar pesquisas e estudos sobre formação social da juventude dentro da dinâmica da cidade, é necessária uma visão integral de tudo aquilo que se relaciona e que pode influenciar no desenvolvimento, ou seja, numa perspectiva que alcance todos os sujeitos atravessados dentro do cenário urbano. São diversos os desafios presentes para se encontrar respostas ao comportamento do jovem infrator, pois o contexto social que determina a formação da personalidade na juventude também atravessa as cidades, a família, a escola.

A partir dessa reflexão, destaca-se que as desigualdades sociais, a exclusão social, o tráfico de drogas, o desemprego, e a ausência de projeto social especialmente para crianças e adolescentes inseridos nestes contextos sociais, são características de um sistema de justiça que não está preocupado em recuperar esses indivíduos social e psicologicamente, apenas julgar o comportamento desviante, contribuindo diretamente com o sofrimento social nesses adolescentes.

Cumpre ainda lembrar que a complexidade da experiência e do fenômeno da violência exige a ultrapassagem de simplificações e a abertura de pontos de vista que integrem atuações oriundas de várias disciplinas, setores, instituições e comunidades. É fundamental despertar o interesse das autoridades e da sociedade para a necessidade de priorizar ações para a infância e adolescência, visando à real modificação da sociedade.

É crucial investir social e politicamente para trazer de volta à sociedade, com dignidade, os jovens infratores.

Considerações finais

Por todo o exposto, percebe-se que assim como o processo de urbanização determina características da cidade, o adolescente também é envolvido neste processo, e mais, por ainda está em fase de formação, inclusive de sua personalidade, o meio em que se desenvolve é crucial para determinar suas chances de cometer ato infracional. Uma conclusão não embasada em dados, mas que com frequência observamos ser uma explanação da sociedade civil, é que acontece uma responsabilização e estigmatização do adolescente, atribuindo a eles um comportamento violento que as medidas socioeducativas ainda se mostram ineficazes no sentido de resolver ou prevenir, aumentando a criminalidade ocasionada a partir da prática dos atos infracionais por esses sujeitos.

A juventude na cidade, inserida também no processo da urbanização, sofre influências e acaba sendo resultado do meio em que vivem, são sujeitos com direitos e deveres, algo importante e que sofre adaptações a todo momento, pois a adequação se faz necessária ao passar dos anos e mudanças na sociedade. Também de grande importância é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que trata de um conjunto de normas do nosso ordenamento jurídico, que tem por objetivo a proteção da criança e do adolescente. Hoje, o Brasil tem um dos códigos mais modernos do mundo, no que se refere à defesa da criança e do adolescente.

Dessa forma, diante da repressão social, o estigma e os preconceitos são vetores que passam a ser posicionados, na maioria das vezes, na linha de frente do pensamento social com relação a tais adolescentes, e é papel da ciência retirar essa carga negativa envolvendo tais sujeitos, partindo do estudo da subjetividade, das nuances, das propostas que se entrelaçam nos discursos socioeducativos e que passam a nivelar as dinâmicas interacionais entre o adolescente infrator e a sociedade.

Referências

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, ed. Centauro, 2008.

MORAES, Jéssica Maria Carvalho de. **Adolescente infrator: relação com a família e sociedade**. Orientador: Risoleide de Souza Nascimento. 2022. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos, 2022.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

TRAJETÓRIAS ITINERANTES (RE)EXISTENTES DE EGRESSOS DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

Jorddana Rocha de Almeida[171]

Resumo Expandido

A pesquisa tem como objetivo compreender como têm se configurado as trajetórias de vida dos jovens egressos da medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade em Governador Valadares – MG. Trata-se de um contexto inserido em uma sociedade complexa, marcada por uma multiplicidade de processos, incertezas, crises e violências, impondo mudanças e novas configurações sociais, que singularizam um cenário potencializador de vulnerabilidade social, bem como (re)organizam as trajetórias de vida e as relações com as suas múltiplas dimensões. O referencial teórico e metodológico ancora-se na articulação da Sociologia da Juventude e da Sociologia da Educação, em diálogo com alguns/algumas autores/as da Sociologia do Indivíduo, dos estudos decoloniais, das abordagens interseccionais e dos estudos territoriais. Realizou-se um estudo qualitativo etnobiográfico, que se desenvolveu através de um percurso metodológico itinerante de caráter multimetodológico e multissituado, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos: pesquisa exploratória; incursões no campo; observação e acompanhamento online e offline; entrevistas-conversações com jovens egressos de MSE, familiares e educadoras e registro em diário de campo. O caminho analítico se pautou na análise de conteúdos, que possibilitou indagar sobre o conteúdo "capturado" e aquilo que ele estava nos dizendo. Os resultados apontam que os jovens desta pesquisa trilham trajetórias incertas para enfrentarem o desafio comum de se manterem vivos após o desligamento da medida socioeducativa. Diante disso, eles constroem também um novo existir, a partir e de acordo com a rede de suporte existente nas suas experiências singulares. A compreensão é que as medidas socioeducativas são muito limitadas como proteção aos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei. A pesquisa evidenciou o descompasso existente entre os avanços do ponto de vista da legislação e a execução das ações de MSEs e acompanhamento de egressos da política de socioeducação, principalmente no sentido da relação que se estabelece com os/as jovens acautelados/as e egressos/as, indicando para a necessidade de mudanças no processo de aproximação com os/as jovens, de escuta e busca de compreensão das suas trajetórias de vida levando em conta os atravessamentos sociais, históricos e estruturais que os/as assemelham e se concretizam na vivência de desafios comuns. Por outro lado, apesar das descontinuidades e da precariedade das ações e dos equipamentos, uma parcela desses jovens encontra nelas alguma proteção. A pesquisa evidenciou que o aprofundamento analítico nas singularidades das trajetórias juvenis, a partir das experiências vividas, permite compreender os entrecruzamentos dessas categorias de opressão e/ou marcadores sociais da diferença, que se configuram em interseccionalidades concretas em cada experiência, bem como em marcadores de

[171] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Sabará. E-mail: jorddana.rocha@gmailcom

potencialidade. As estratégias, os modos de ser, os suportes que os jovens vão constituindo e construindo permitem a eles, mesmo de modo itinerante e ziguezagueante, reexistir e acessar modos próprios de enfrentar os muitos desafios que lhes são impostos após o desligamento da medida socioeducativa de semiliberdade.

Palavras-chave: Condição Juvenil. Trajetórias de Jovens. Medida Socioeducativa.

Grupo de Trabalho 10 - As interfaces do Juvenicídio no Brasil: raça, classe e gênero

Coordenadores: Marisa Feffermann – (ISaúde da SES/SP-BR); Ilana Lemos Paiva – (UFRN-BR);

AS JUVENTUDES NO DISCURSO DA MÍDIA: trajetórias invisibilizadas pela violência

Israel Silveira Rocha[172]
Giovane Antonio Scherer[173]
Ariani Pires Peixoto[174]

Resumo
O presente trabalho apresenta uma investigação realizada por um Grupo de Pesquisa vinculado a um programa de Pós-Graduação de uma Universidade Federal do sul do Brasil. Se vincula a outra investigação anterior, realizada por Scherer (2022), sobre Juvenicídio e outras violências contra jovens. Tem por objetivo analisar como vem se constituindo a construção social do jovem na mídia brasileira, a fim de identificar qual visibilidade juvenil é construída midiaticamente.

1 Introdução

Os objetivos específicos deste trabalho são: Avaliar qual a visibilidade juvenil que os aparelhos midiáticos propagam; Analisar quais são as categorias centrais das notícias vinculadas aos jovens; Discutir a relação dessas categorias com o atual cenário brasileiro. O crescente uso da internet como fonte de conhecimento, principalmente durante a Pandemia do Coronavírus e os discursos de poder proferidos pela mídia motivaram a pesquisa unindo as temáticas centrais.

2 Metodologia

A metodologia da pesquisa foi Análise Documental em notícias do Portal G1 que possuem o termo "jovem" em março de 2023. Tal escolha se deu por ser o maior portal de notícias no Brasil. Na busca, utilizou-se o termo generalizado "jovem", pois a intenção da pesquisa é compreender os conteúdos em que eles são notícia no país. Foram obtidas 598 notícias, subdivididas em duas categorias: teor policial e teor não policial. A técnica utilizada para análise de dados foi a de Análise Crítica de Discurso em Van Dijk (2005), que busca compreender os discursos em conformidade com a realidade social, identificando-o e atrelando-o a relações de poder.

3 Resultados e discussões

A pesquisa aponta que ampla porcentagem das notícias (87,12%) se refere a casos policiais, sendo subdividido em categorias como homicídio, drogas, acidentes e outros fatores ligados à criminalidade. A pesquisa ainda traz outros dados para este estudo: nos 12,88% das notícias de teor não policial, 40,26% deste montante tem relação direta com trabalho. Assim, se estabelece uma relação entre juventudes e trabalho,

[172] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: israelsilveirarocha@gmail.com
[173] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: giovaneantonioscherer@gmail.com
[174] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: arianipirespeixoto@gmail.com

enfatizando a visão capitalista de desenvolvimento ocupacional, contribuindo para a manutenção efetiva do capital. O fetichismo, a luta pelo material, a busca pelo capital e a escassez de direitos ao cidadão são algumas das interpretações desta pesquisa. Concorda-se com Salles (2004) que traz uma parcela de juventude que recebe, ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, dois opostos: a visibilidade e a invisibilidade. São vistos, como se vê na mídia, como violentos, capazes de infrações graves e que, por consequente, necessitam da repressão. São (in)vistos quando não recebem seus direitos por parte do Estado, quando a Sociedade não os reconhece como sujeitos e até mesmo quando, após cumprirem suas sentenças impostas, não conseguem ingressar no fetichizado mercado de trabalho e continuam o fluxo de seus antepassados de se manterem marginalizados.

A esse fenômeno, a autora dá o nome de (in)visibilidade perversa, pois vai além de somente excluir esta parcela de juventude dos seus direitos, tornando inviável aspectos culturais, afetivos, entre outros. Esse fenômeno é apontado por Lacerda (2012), como demonização da juventude, sendo que em discursos apresentados pela mídia tem sido comum nos depararmos com conceitos de juventude forjados e constituídos de forma arbitrária, com uma homogeneidade teórica que em absoluto, recobre a heterogeneidade da vida em suas múltiplas e ricas manifestações.

Diante das notícias do portal G1 e das observações de Salles (2004), cabe enfatizar que não são todos os jovens que sofrem desta repressão. A população jovem, que é preta, pobre e residente de locais periféricos possui uma probabilidade muito maior de sofrer os impactos dos discursos de ódio, não só como violência verbal ou moral, mas também física.

De acordo com o Atlas da Violência 2021, no ano de 2019, homicídios cometidos contra pessoas pretas foi de 77%, mais do que o dobro de pessoas brancas. No mesmo levantamento, observa-se o número de jovens assassinados, que ultrapassa a metade do total de pessoas mortas, sendo a principal forma de violência, a arma de fogo (71,1%). Na análise dos dados, fica explícita a relação direta entre violência e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Contudo, esta violência vem sendo desenvolvida, ao contrário do que muitos defendem, fora dos territórios considerados perigosos. Esta violência vem sendo construída em toda a Sociedade, sob a luz do dia, sob o olhar do Estado e das forças repressivas e compactuada com a mídia e todos aqueles que precisam do capitalismo para se promover.

Considerações finais

Conclui-se que a violência tem um alvo definido e planejado. Assim como em outras áreas, o acesso de pessoas pretas, pobres e periféricas a programas e políticas sociais estão em uma distância maior de se conseguir acesso a estes serviços, quando comparados a pessoas brancas, de classes econômicas elevadas e moradoras de regiões mais valorizadas. Isso reflete a imensa segregação racial e social existente no Brasil, fruto do colonialismo, do escravismo, do patriarcado e da hegemonia do capital.

Como dizem Marx e Engels (2007), “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes.” Tais ideias dominantes se relacionam com a

estereotipagem nas mídias e as difunde de forma irracional, replicando uma visão segregadora e preconceituosa sobre os jovens.

Conforme Scherer (2018), por meio de um discurso ideológico, a juventude pobre, negra e periférica é caracterizada como "receptáculos do mal", não considerando uma conjuntura social que reproduz múltiplas desigualdades sociais e provoca processos de violência. Corroborando neste sentido e com a alcunha de (in)visibilidade, Feffermann (2006) enfatiza que "não existe relação direta entre pobreza e violência, e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população e que muitas vezes impede o próprio sustento".

Referências

DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso, notícias e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

LACERDA, M. P. C. O impacto da mídia na constituição das juventudes. Atos de pesquisa em educação , [*S.l.*], v. 7, n. 2, p. 565-581, maio/ago. 2012. Disponível em: https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2601. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SALES, M. A. Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. *In*: ALLES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 207-241.

SCHERER, G. A. **Juvenicídio, território e políticas públicas**: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SCHERER, G. A. Territórios Violentos e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 2, p. 251-265, 2018.

JUVENTUDES, VIOLÊNCIA POLICIAL E JUVENICÍDIO: nos (des) encontros dos direitos humanos

Giovane Antonio Scherer[175]
Mariane de Castro Echer[176]
Sabrina Elizabeth Silva Collins[177]

Resumo
O estudo busca analisar o juvenicídio, como expressão trágica de uma trajetória de violações de direitos. Considerou-se a concepção crítica e os desafios a materialização de direitos humanos para a juventude. Os dados da investigação apontam o racismo estrutural, a violência policial, a guerra às drogas e o papel retributivo do Estado Penal como componentes que intensificam o juvenicídio.

Palavras-chave: Juventudes. Juvenicídio. Direitos Humanos. Violência Polícia.

1 Introdução

O presente trabalho busca debater o juvenicídio e direitos humanos a partir de uma análise crítica, enquanto um fenômeno produzido em uma conjuntura impactada pelo metabolismo do capital que atinge principalmente as juventudes. O tema dos Direitos Humanos é analisado como fruto da construção dos processos de luta por uma vida digna (Herrera Flores, 2009).

Apresenta dados de uma investigação realizada em parceria entre um grupo de estudos, vinculado ao um programa de pós-graduação de uma universidade pública e um movimento social, na busca do desvendando das múltiplas determinações do juvenicídio, debatendo, de forma específicas os dados acerca da violência policial e criminalização da pobreza.

2 Metodologia

A pesquisa buscou analisar como vem se constituindo a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas no RS, a fim de subsidiar ações no âmbito da proteção social para esse segmento. A investigação foi constituída por meio de três etapas: 1) análise dos dados brutos de violência letal juvenil no Rio Grande do Sul, sendo construída uma cartografia da mortalidade juvenil em Porto Alegre, levantando dados sobre a situação dos territórios mais particularmente afetados pela mortalidade juvenil; 2) analisou as trajetórias de jovens vítimas de homicídios na cidade de Porto Alegre no âmbito das políticas públicas de Assistência

[175] Doutor em Serviço Social pela PUCRS, professor adjunto e pesquisador no Dep. de Serviço Social e no PPG em Política Social e Serviço Social da UFRGS. Email: giovaneantonioscherer@gmail.com
[176] Assistente Social formada pela PUCRS, mestranda Política Social e Serviço Social pela UFRGS, pesquisadora do GEJUP/UFRGS. Email: as.mariane.echer@gmail.com
[177] Advogada formada pela FMP, especialista em Direito Público, mestranda em Política Social e Serviço Social pela UFRGS, integrante e pesquisadora do GEJUP/ UFRGS. Email:sabrisilvacollins@gmail.com

Social, Educação e Socioeducação, por meio de uma análise documental nos registros de tais políticas.

Selecionando-se, de forma aleatória, seis jovens vítimas de homicídios no ano de 2018 nas três regiões mais afetadas pela mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, objetivando levantar informações acerca das trajetórias desses jovens no âmbito dessas políticas públicas; 3) foram realizadas entrevistas com jovens e familiares moradores dos territórios com maior concentração de índices de mortalidade juvenil na cidade; bem como profissionais que atuam nesses territórios.

3 Resultados e discussões

As estatísticas de mortalidade juvenil brasileira expressam um quadro sangrento, com uma média de 64 jovens assassinados de 15 a 29 anos por dia no país (Cerqueira; Ferreira; BuenI, 2021). Neste contexto de violações de direitos humanos o juvenicídio, termo cunhado por Valenzuela (2015), surge como importante categoria de análise para desmistificar a ideia que se está diante um fenômeno social com causas isoladas, apontando para as raízes da violência estrutural como fruto de uma sociabilidade que produz e reproduz inúmeras violências.

Os resultados da investigação apontam para a dinâmica da mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre/RS no período analisado, inicia com maior incidência a partir dos 15 anos de idade e se intensifica principalmente a partir dos 16 até os 22 anos, com um agravamento nos índices de mortalidade aos 18 anos. Evidenciou-se lacunas na proteção social juvenil, especialmente após os 18 anos de idade. Ademais, verificou-se o racismo estrutural como elemento central na constituição do juvenicídio.

O tráfico de drogas foi elencado pelos participantes da investigação como o principal fator que amplia o contexto de mortalidade juvenil nos territórios investigados. A violência policial dirigida aos territórios mais precarizados e com menos investimento público, com um nítido recorte racial, também foi um elemento que emergiu da pesquisa como um dos fatores do genocídio jovem.

A política penal se apresenta como a política pública por excelência que reproduz esta lógica de criminalização e extermínio jovem sustentada na lógica conservadora e neoliberal da “guerra às drogas” (Campos, 1999), sendo que a atuação policial aliada à essa lógica constrói no imaginário social a ideia de um inimigo que precisa ser eliminado, por meio da perspectiva da criminalização da pobreza (Arend, 2020).

Nesse âmbito, a investigação aponta que o enfrentamento à mortalidade juvenil só pode ser realizado por meio da articulação intersetorial de políticas públicas que possam, de forma concreta, materializar a perspectiva de direitos humanos para as juventudes.

Considerações finais

O presente estudo buscou analisar o juvenicídio e direitos humanos a partir de uma análise crítica, enquanto um fenômeno presente nas trajetórias das juventudes brasileiras, se constituindo como uma expressão trágica de violações de direitos. Os dados da investigação indicam racismo estrutural, a guerra às drogas e a violência policial como elementos que constituem o fenômeno do juvenicídio na realidade

brasileira. Constatou-se que a falta e precarização de políticas públicas para as juventudes se constitui em um dos elementos fomentadores na morte de jovens.

Referências

AREND, Kathiana. **Violência, punitivismo e criminalização da pobreza**: as raízes do Estado penal à brasileira. Curitiba: Ed. CRV, 2020

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias feministas**: teoria feminista e crítica às criminologias. Rio de Janeiro: Editora Lumen, 2017.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.: BUENO, S. (coord.). **Atlas da VIOLÊNCIA 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2021.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxbergere Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

VALEZUELA ARCE, J.M (Coord.)**. Juvenicídio -** Ayotzinapa y las vidas precarias de América Latina y España. Barcelona: NED Ediciones, Guadalajara, ITESO; Tijuana, 2015.

SOBRE VIVÊNCIAS: juventude negra na encruzilhada da violência policial e faccional

Elton Guilherme dos Santos Silva[178]
Lila Cristina Xavier Luz[179]

Resumo
A letalidade juvenil expressa no alto índices de homicídios no Estado do Piauí, mas sobretudo nas "quebradas" da capital Teresina e no caso dessa pesquisa, na Vila Irmã Dulce, evidencia um conjunto de significados que merecem nossa atenção. Utilizamos o paradigma da afrocentricidade decolonial, para compreender os sentidos presentes nas narrativas e experiências presentes na história de vida da juventude negra residente da "quebrada" da Vila Irmã Dulce.

Palavras-chave: Juventude Negra. Violências. Segurança Pública. Facções.

1 Introdução

Teresina, capital do Piauí, tem uma população de 868.075 habitantes e uma média de 38.67 homicídios por 100 mil habitantes. Situação que revela ser o município marcado por um quadro de violência em 2021, conforme apontado pela Organização Não Governamental Mexicana: 'Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal': como a 13ª capital mais violenta do Brasil, ocupando o 38º lugar no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo e em 2015, chegou a ocupar o posto de 6ª capital mais violenta do Nordeste.

Uma situação que comunga com o que fora constado pela Rede de Observatórios da Segurança ao afirmar existir "um genocídio negro em curso" no Piauí e em sua capital, Teresina. Ademais, dados obtidos pela SSPI via Lei de Acesso à Informação revelam que 90,9% das vítimas da violência letal da polícia no Piauí são negras. Nessa mesma direção, Teresina ocupa o terceiro lugar entre as capitais monitoradas, com 94% de letalidade da população negra por atividade policial.

A violência policial é uma questão que afeta desproporcionalmente jovens negros e pobres, especialmente nas periferias urbanas. A brutalidade policial é uma realidade vivenciada por muitos jovens que são abordados e revistados de forma arbitrária, sofrem agressões físicas e verbais e, em alguns casos, são mortos pela polícia. Cenário agravado pela atuação de organizações criminosas, que muitas vezes controlam territórios e impõem suas próprias regras de conduta, gerando um ciclo de violência que afeta diretamente a população jovem. No caso desta pesquisa a juventude residente da "quebrada" da Vila Irmã Dulce.

Porém, no Plano Estadual de Segurança Pública do Piauí, que a chegada de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Bonde dos 40

[178] Discente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisa dimensão do mapa da letalidade juvenil em Teresina (NUPEC/UFPI). E-mail eltonguilherme56@gmail.com
[179] Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI). E-mail lilaluz@ufpi.edu.br

(facção do estado vizinho, Maranhão) no Estado e na capital, aparece de forma escamoteada. Quando se percebeu a presença destas, mesmo nas rebeliões que aconteceram em penitenciárias de Teresina e Parnaíba entre os anos de 2013 e 2015, não houve ações com intenção de eximir, provocando o efeito colateral do aumento circunstancial de Crimes Violentos Letais Intencionais no Estado e na capital.

Esses são alguns elementos fundamentais para entender as dinâmicas criminais presente, pois caracterizam de forma significativa o crescimento da letalidade juvenil no Estado e na capital. Entretanto, não há menção aos efeitos da violência letal intencional que acomete contra a população jovem nas disputas territoriais dessas mesmas organizações, sobretudo, no que refere ao intenso processo –ainda em curso– de consolidação dessas organizações criminosas nas "quebradas" e demais municípios.

A presença dessas organizações em Teresina e o aumento da letalidade juvenil, são percebidas por uma série de símbolos e significados que chegam e se introduzem no cotidiano das periferias de Teresina, inicialmente, com a demarcação territorial por meio do pixo de suas siglas e insígnias em muros de vilas e bairros, criando maior capilaridade perante a usuários e vendedores de drogas, consolidando face da organização. Essa dinâmica criminal está estampada não só em muros, mas em discursos, imaginários, tatuagens, cortes de cabelo, músicas e vários outros símbolos presentes nas realidades de vários jovens nas "quebradas" das cidades e que tem protagonizado o denominado cotidiano bélico.

Dessa forma, tentando contribuir para a superação de uma sociedade baseada em diferentes formas de opressão e exploração, ancoro-me em epistemologias marginais, contra hegemônica, alicerçadas em conhecimentos periféricos, que transforma espectadores em protagonistas e traz ao centro da encruzilhada a juventude negra - maior afetada pelos piores indicadores de qualidade de vida, incluso os homicídios.

2 Metodologia

Parte desta pesquisa consistiu em: a) mapear a Vila Irmã Dulce "quebrada" *lócus* importante para consolidação de informações da pesquisa, no contexto de Teresina, evidenciando dimensões populacionais, socioeconômica e política; b) identificar sujeitos da pesquisa, em seu ambiente de vida, na quebrada, em suas dimensões raciais, de gênero, e de classe e realizar uma escuta ativa, com vista à produção de sentidos; c) identificar as organizações criminosas presentes nessa quebrada, sua geopolítica e formas de atuação junto às juventudes e aos índices de letalidade juvenil.

Foram interpeladas pessoas de forma direta acerca da pesquisa, sendo parentes, mas depois de uma abordagem má recebida, a prisão de um amigo e o aumento circunstancial do número de mortes, entendi a importância de trazer também possibilidades de existência na quebrada para além do fetiche enviesado da curiosidade acadêmica. Foram realizadas duas entrevistas na Vila Irmã Dulce "quebrada", para compreender experiências e perspectivas dessa juventude sobre diferentes questões envolvendo: letalidade juvenil, segurança pública e práticas culturais e políticas relacionadas com a "quebrada", já que ambos desenvolvem atuação comunitária nessa "quebrada".

3 Resultados e discussões

Teresina é rodeada por vilas e favelas e as juventudes teresinenses, sobretudo, as que residem nas quebradas, vivem sobressaltadas, sob a sombra da insegurança e do medo. O estigma de lugar violento, muito se dá pela condição social dos que ocupam as quebradas teresinenses, então bairros mais centrais, julgam e sentenciam, sob a lente do estigma, as pessoas que residem nas quebradas localizadas nessas zonas, por exemplo.

Dessa forma, na zona sul de Teresina, foi possível identificar a presença de organizações criminais por meio de uma série de símbolos e significados que chegam e se introjetam no cotidiano das quebradas da capital, como a demarcação territorial que acontece inicialmente por meio do "pixo" de siglas e insígnias pelos muros e pela disposição em controlar as respectivas quebradas.

Nesse sentido, as relações cotidianas em comunidades faccionadas, baseiam-se em um grupo viver em benefício de matar o outro e vice-versa, então, jovens alinham-se às fileiras das organizações e rivalizam com outros jovens de outras "quebradas", a partir de códigos e demarcações territoriais (Silva; Costa; Luz, 2021). A partir disso, compreende-se que há integrantes dessas organizações nesses territórios, que o torna, quase que automaticamente, um campo minado. Porém, as mortes violentas letais intencionais (MVLI), atingem com maior intensidade o segmento juvenil.

As dinâmicas criminais estampadas em muros, discursos e imaginários de vários jovens das quebradas de Teresina, permitem compreender quais organizações criminais existem na "quebrada" e a forma como atuam frente às próprias juventudes, interlocutores da pesquisa. É possível identificar, sobretudo a ausência de processos inclusivos para essas juventudes que não se veem, ou se ouvem, até mesmo pela falta de espaços que fomente suas respectivas demandas, seja na área do trabalho, educação, esporte, lazer, cultura.

DJ, 28 anos, jovem negro, recém formado em Licenciatura em Ciências Socias, até o momento da entrevista estava Mestrando na linha de Cultura e Sociedade na Universidade Estadual do Piauí, residente da Vila Irmã Dulce e um dos fundadores do Grupo de Estudos Perifala.

Conversando, concordamos que nossas experiências reproduzem um padrão em que a predominância dos efeitos da violência não se trata meramente de uma falha isolada enquanto sujeitos, mas de uma cadeia de produção: parentes com histórico de reincidência no sistema prisional, dependência química, punidos pelo tribunal do crime pelas organizações que se instalam, como também pela marginalização do Estado.

Durante a entrevista, rememora um *rap* que fez para seu irmão que foi assassinado aos 27 anos, reincidente, mandatos de busca e apreensão abertos, o tipo de morte que não causa comoção social, exceto pelo clamor que parte da casta classe média e demais populistas penais da cidade. Foi assassinado pelas costas.

Enquanto descrevia o contexto da morte de seu irmão, criou-se um clima de tensão que quando envolveu rememorar tais fatos de sua história. No começo parecia não saber elaborar bem as palavras, a voz falhava e começou a falar, pausadamente: [...] ele foi assassinado por miliciano com seis tiros pelas costas e tal. Sujeitos encapuzados de moto. Artilharia sofisticada ali e tal. Pelo perfil do assassinato, foi milícia (DJ, 28 anos, 2023).

É justamente esse caminho que queremos percorrer para compreensão dos sentidos aqui presente: a vivência experienciada por **DJ** exposta em sua história de vida, em sua trajetória na "quebrada", em seu *rap*, a perda traumática de seu irmão de forma tão violenta, revela a falta de acesso a condições de existência digna e de qualidade, possibilitando acesso tão somente aos problemas substanciais das "quebradas", sobretudo da Vila Irmã Dulce, lócus desta pesquisa.

Sobre-vivências da **MC**, 18 anos, jovem mulher negra, cabelos crespos, líder de um Projeto Social chamado "Mude os Hábitos, Mude o Mundo" que desenvolve trabalho de Educação Ambiental, sustentabilidade, responsabilidade social na "quebrada" da Vila Irmã Dulce. O projeto atinge mais de 200 famílias oriundas da "quebrada" da Vila Irmã Dulce e para **MC**, as movimentações oriundas da atuação desses projetos protagonizados pelas juventudes negra e de quebrada, embora não atue com foco na redução da violência, garantem impactos cada vez mais positivos na disputa de sentidos presentes na comunidade e até mesmo de caráter preventivo.

Contribuindo para uma formação coletiva da "quebrada" sobre sustentabilidade, responsabilidade social, consciência socioambiental e uma sociabilidade pautada numa cultura de paz. Para *MC*, o lixo produzido na "quebrada" tem retornado em forma de alimentação e educação ambiental, criando assim, uma rede de sociabilidade que possibilita os moradores recolherem seus descartáveis, higienizar e separar para quando as juventudes passarem recolhendo.

> [...] recolher certos resíduos é tão importante para a gente, importante não só para gente, mas para o meio ambiente também [...] É importante que as pessoas entenda, que a gente trabalha com o meio ambiente e que o resíduo que a gente coleta é importante porque eles volta para a comunidade em forma de comida, em forma de educação né, e essa educação faz com que os jovens sai da criminalidade e venha trabalhar conosco em prol da sua comunidade ou em outras instituições (A MC: a menina que quer mudar os hábitos do mundo, 2022).

MC relembra de uma vez que foi convidada para fazer uma palestra em uma faculdade particular e as pessoas ficaram surpresa com o fato dela ser inteligente e residente da Vila Irmã Dulce, ela disse que se sentiu descredibilizada. Já em outra palestra, numa comunidade onde as juventudes estavam fazendo uso abusivo de drogas, os jovens deram devida atenção e participação no processo da formação.

É possível perceber a ausência de processos inclusivos para essas juventudes que não se veem, ou se ouvem, até mesmo pela falta de espaços que fomente suas respectivas demandas, seja na área do trabalho, educação, esporte, lazer, cultura.

O MHMM sofreu e sofre com o preconceito, pois o trabalho de coleta de materiais recicláveis está intimamente ligado a atuação dos(a) catadores, dessa forma, os apelidos e descréditos depositados na atuação do movimento por educação ambiental tem disputado sentidos demonstrando o potencial de transformação da juventude negra residente de periferia.

A história de vida de uma jovem mulher negra de 18 anos de cabelos crespos, poderia acontecer sem que a mesma não experimentasse o silencioso e doloroso descaso do racismo? **MC** revela:

> A escola foi um dos lugares que mais sofri racismo na vida. [silencio constrangedor], e o mais doloroso de tudo isso é que meus professores, diretores e a instituição de ensino, sabia, via, ouvia e não fazia nada [...] então acho que isso é o maior trauma que eu tenho sobre a minha identidade, é isso, saber que eu sofri violência com permissão [...] eu era muito pequena, sabe? mas desde pequena sempre soube o que era racismo (MC: A menina que quer mudar os hábitos do mundo).

A juventude negra de quebrada está cansada do fardo da desqualificação e do estigma, rompem com as reações constrangedoras, com as violências naturalizadas e não permitem que uma estrutura que os massacram cotidianamente e que nega sua humanidade, lhes tirem a potência de atuar, sobretudo quando entendem quem são, de onde são e qual a realidade os encara todos os dias.

Considerações Finais ou Utopia Preta

As dinâmicas criminais estampadas em muros, discursos, e imaginários de vários jovens de periferias das cidades, permitem compreender quais organizações criminais existem em ambas "quebradas" e a forma como atuam sobre as próprias juventudes interlocutoras da pesquisa. Movimentos juvenis organizados social e politicamente disputam sentidos na "quebrada" para além da criminalidade, mas são pouquíssimos evidenciados. Elenco o movimento Hip-Hop como cultura afrodiaspórica alicerçada em valores presentes na "quebrada" da Vila Irmã Dulce e que dialoga com boa parte dessa juventude, a partir de manifestações culturais envolvendo música, dança e pinturas expressa no *breaking*, no *rap*, no *graffiti* e na discotecagem com os *dj* que são elementos constituintes desse movimento cultural.

Em se tratando dessa realidade violenta expressa nos altos índices estatísticos, a Arte, Educação, Política e Cultura demonstram uma outra forma de olhar para esta realidade, possibilitando uma cisão com o mundo pautado na ideia de que somos esses sujeitos subalternizados, haja visto que utilizamos dessas variedades de criação para apreender e se apropriar cada vez mais dessa realidade.

Na ausência desse Estado como preventivo da marginalização, como preventivo desse ócio negativo da juventude, vai aparecer alguém captando essas juventudes, ou para o bem ou para o mal. Seja para amenizar ou para intensificar a violência dentro da "quebrada" em que o Estado quando chega, vem para agredir, para matar e violentar.

Viver é urgente, e precisamos existir individualmente e coletivamente. Quando não se é bem recebido em casa, na escola, ou em qualquer outro espaço de produção de sociabilidade, em algum lugar terá que existir – a partir do acolhimento e de trocas sociais e em se tratando das organizações criminosas na "quebrada" da Vila Irmã Dulce há um apelo por essa "integração".

A criação de espaços de sociabilidade e trocas efetivas, são espaços de manutenção das vidas, é estratégia de sobrevivência, de proteção. Porém, esse tipo de organização utiliza do uso ilegal da força armada para configurar uma ordem nas "quebradas" e aqui no caso desta pesquisa, na Vila Irmã Dulce.

Por outro lado, há jovens, como o **DJ** e **MC**, que buscam se organizar e se proteger em outras organizações, criando espaços para o Bem-Viver como bem nos falava Sueli Rodrigues. Pois, compreende-se que o racismo tem um papel fundamental na letalidade juvenil, principalmente em relação aos jovens negros e moradores de periferias. Isso ocorre porque o racismo estrutural presente na sociedade brasileira acaba por gerar a exclusão social desses jovens, que muitas vezes acabam sem acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia adequada.

Além disso, o racismo também se manifesta de forma institucional, especialmente nas ações policiais, onde a população negra e pobre é mais frequentemente alvo de abordagens violentas e letais. A partir daí, é possível compreender que a letalidade juvenil é uma das consequências do racismo presente em nossa sociedade, que contribui para a vulnerabilização desses jovens e para o aumento da violência nas periferias.

Ampliar as vozes visionárias que ocupam a "quebrada" com vida, sociabilidade pautada em valores de paz e preocupada com a cultura, com a economia e com a realidade das pessoas com quem se parece, é o que trago a centro da encruzilhada.

Há uma disputa de sentidos acontecendo, a busca por reverter um estigma que a tanto tempo causa constrangimentos sociais, quando ao invés de serem reconhecidos pelas competências e conquistas, são reconhecidos pela violência que experienciam: as juventudes que fazem as coletas de matérias orgânicos e não orgânicos, recicláveis e não recicláveis, que adquiriu consciência ambiental, são da própria comunidade.

Então a formação enquanto lideranças comunitárias e voluntários nas atividades de coletas, contribuem intrinsecamente para ampliação da educação e dos fortalecimentos dos laços comunitários. Ou seja, ações que deveriam ser cada vez mais ampliada e fortalecida, mas que se move frente a omissão do poder público que sequer demostra preocupação com os equipamentos de proteção individual, ou até mesmo as condições de precarização presente na "quebrada" onde se desenvolve estas intervenções.

Explicitar as potencialidades dos jovens para o enfrentamento da vida caótica movida pelo medo frente às ameaças contínuas dos homicídios juvenis, analisando sob a perspectiva de resistência coletiva do enfrentamento e resistência às violências e violações de direitos, sobretudo se tratando dos homicídios. Pela complexidade do tema e riqueza das experiências históricas e em curso, o presente trabalho não se pretende exaustivo e possui, ainda, lacunas importantes que dependem de um esforço, necessariamente, coletivo para serem preenchidas.

Espero ter estimulado quem ficou até aqui, ao debate e articulação em torno deste campo, demonstrando potencialidades da construção de um saber transformador e, dessa forma, contribuir para a superação de uma sociedade baseada em diferentes formas de opressão e exploração. Isso não se dará, simplesmente, por meio da criação de novos conceitos, mas, por meio da práxis, pelo aprofundamento no entendimento da realidade e por meio da articulação de forças sociais capazes de proporcionar, dentre outras questões, conhecimento coletivo e transformador.

Referências

.

SILVA, Elton Guilherme dos Santos; COSTA, Marcondes Brito da; LUZ, Lila Cristina Xavier. Filiação de Griffe: apontamentos sobre letalidade juvenil e segurança pública em Teresina. **Revista Especializada En Investigación Jurídica**, México, ago. 2021. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/FILIA%C3%87%C3%83O-DE-GRIFFE%3A-APONTAMENTOS-SOBRE-LETALIDADE-E-Silva Costa/30566e51f29ec7f2c33a15556c771d3071dcead8. Acesso em: 29 jul. 2022.

SELETIVIDADE PENAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E AS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL

Carmem Letícia dos Santos [180]
Rosilene Marques Sobrinho de França[181]

Resumo
Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da seletividade penal sob a perspectiva de gênero e as consequências da criminalização da pobreza sobre às adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Brasil. A metodologia consistiu em estudo bibliográfico. A pesquisa evidenciou que as adolescentes negras e pobres em cumprimento de medidas socioeducativas, revelam a faceta do Estado penal em selecionar corpos que transgrediram as normas e em situação de pobreza.

Palavras-chave: Estado Penal. Adolescentes. Medida Socioeducativa.

1 Introdução

O presente estudo com o tema "Seletividade penal sob a perspectiva de gênero e as adolescentes em conflito com a lei no Brasil", tem como objetivo analisar os efeitos da seletividade penal de gênero e as consequências da criminalização da pobreza sobre as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Brasil.

A formação sócio-histórica do Brasil, está atrelada a exploração, dominação e as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. Além disso, com o surgimento do neoliberalismo, houveram profundas transformações no papel do Estado, sobretudo, na execução das políticas sociais, ocasionando o agravamento da questão social. Essa conjuntura, implica na imposição de um sistema penal, que ao se incidir sobre a criminalização da população mais vulnerável, busca respostas para a gestão da pobreza (Andrade *et al*., 2022).

Diante disso, se justifica a análise do sistema judiciário brasileiro, visto que, o mesmo se dirige as adolescentes com uma seletividade penal baseado no gênero e na

[180] Mestranda em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Especialista em Seguridade Social, pela Faculdade Adelmar Rosado – FAR. Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: carmemleticiass01@gmail.com.

[181] Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/Piauí/Brasil. Mestre e doutora em políticas públicas (UFPI); graduada em Serviço Social, Direito e História; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (GEDIPO); pesquisadora membro do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e Serviço Social. Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (NUSDIPP). Membro da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Áreas de interesse de pesquisa: políticas públicas, assistência social, direitos, encarceramento, violência, família e gerações. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7238-7051.

criminalização da pobreza, em um cenário de desigualdades socialmente construídas e concentração de riqueza e renda (Duarte, 2018).

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base em autores/as que abordam a temática, utilizando-se de livros e artigos científicos. As referências bibliográficas foram escolhidas primeiramente por título, depois por resumos e pelo ano de publicação. Como critério de inclusão foram considerados os textos na íntegra e nos idiomas em português.

3 Resultados e discussões

A formação da sociedade brasileira, tem como uma de suas marcas as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. A adoção do neoliberalismo na década de 1990 e o desmantelamento do Estado social ocasionou o aprofundamento da questão social, engendrada no contexto da relação capital e trabalho (Andrade *et al.*, 2022).

Nessa conjuntura, o Estado penal se assenta sobre um segmento específico, com mecanismos de criminalização. Nas palavras de Duarte (2018, p. 113), é "o que demonstra a forma mais bárbara e complexa de o capital extrair a valor da pobreza – criminalizando-a". Essa lógica adentra a realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, pois os mesmos, segundo Terra e Azevedo (2018, p. 93) são responsabilizados "[...] pelo ato pratico, pode-se perceber que a violação de direitos, anteriormente imposta a esses adolescentes, torna-se uma questão, por vezes, desconsiderada".

Na ótica neoliberal, "a pobreza é vista como o principal fator que propicia a criminalização e o controle seletivo de uma parcela da sociedade" (Andrade et al., 2022, p. 6), estigmatizando as adolescentes negras e pobres. Além dessas condições, as adolescentes que cometem atos infracionais são atravessadas pelas categorias de gênero, raça e classe, uma vez que, as instituições judiciárias "dirige-se a segmentos marginalizados com peso punitivo, ancorado em valores positivistas de incorporação da pena e responsabilidade individual" (Duarte, 2018, p. 35). Diante disso, a autora continua explanando:

> A seletividade penal de gênero, nesse aspecto, está diretamente ligada às mulheres/jovens que rompem com essa norma disciplinadora. Mas fundamentalmente o que precisar ser considerado é a correlação entre transgressão e condição de classe social. Por isso as prisões estão com pessoas negras (e brancas), jovens, da favela e com baixa escolarização (Duarte, 2018, p. 120).

Portanto, a constituição do Estado penal é permeada por desproteção, controle e punição, buscando atender aos interesses do capital e focalizando suas intervenções nas classes mais pobres, depositando exclusivamente responsabilidade sobre os sujeitos que vivenciam diversas violências (Duarte, 2018).

Considerações finais

As adolescentes em conflito com a lei, vivem um perverso ciclo de desproteção. Destaca-se a necessidade de promoção das políticas públicas, compreendendo que as expressões da questão social são fundantes do conflito entre capital e trabalho. Esse estudo, enfatiza a importância da reflexão de que as adolescentes negras e pobres em cumprimento de medidas socioeducativas, revelam a faceta do Estado penal em selecionar corpos que transgrediram as normas disciplinadoras e em condição de pobreza.

Referências

ANDRADE, Patrícia da Silva; BEZERRA, Maria Clara Ezequiel; FERREIRA, Jussara de Melo; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Criminalização da pobreza e política de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil: uma reflexão necessária. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-21, 2022.

DUARTE, Joana das Flores. **Meninas e território**: criminalização da pobreza e seletividade jurídica. São Paulo: Cortez, 2018.

TERRA, Cilene. AZEVEDO, Fernanda. **Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário**. São Paulo: Cortez, 2018.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA VIOLÊNCIA NAS JUVENTUDES E A SUA RELAÇÃO COMO MARCADOR RACIAL

Relato de Experiência

Lilian Maria da Silva Mello[182]

Resumo

Qual o impacto que a violência gera nas juventudes? A pergunta de partida deste trabalho resulta da revisão bibliográfica assomada por observações participantes. Para responder a essa questão, é analisado como esse fator da violência atinge as juventudes em uma escola pública da periferia, da Região Metropolitana de Maracanaú (CE), trazendo-o como aporte teórico para dialogar sobre as juventudes (Dayrell, 2017) e abordar sobre a necropolítica (Mbembe, 2016).

Palavras-chave: Juventudes. Violência. População Negra.

1 Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de discutir o impacto que a violência tem gerado nas juventudes, a partir da análise de uma escola de periferia, na região metropolitana, especificamente em Maracanaú (CE). Diante disso, percebo que a realidade desses/as estudantes, que estão presentes nesta escola, reflete, principalmente, fatores de ordem econômica e social juntamente com os conflitos territoriais. A violência policial, além de não ser reconhecida em certos espaços, a exemplo da escola.

O fato de esses/as jovens não se perceberem ocupando outros espaços se torna desanimador, tanto para eles/as quanto para a comunidade escolar. É preciso ressaltar que esses/as alunos/as associam o término do Ensino Médio a profissões que propiciem retorno financeiro de imediato, já que a realidade deles estar condizente com as necessidades básicas e financeiras. A conflitualidade existente também dificulta a presença desses/as jovens na escola.

As escolas localizadas em espaços onde ocorrem conflitos dificultam a transitoriedade dos/as alunos/as, mas, nessas conflagrações, alguns jovens são vítimas. A violência reforça um processo de desigualdade social, afetando o público jovem, além de trazer à tona a questão étnico-racial e social.

Segundo Dayrell (2007), entre as juventudes que vivenciam a violência, as discussões e brigas ou até atos subsequentes do vandalismo não devem estar dissociados da violência mais ampla que permeia a sociedade brasileira. A violência externa acontece a partir de um sistema que minimiza e inviabiliza o protagonismo juvenil, que é demarcado por meio da classe social e racial. No entanto, isso reflete nas desassistências do Estado para com a juventude.

[182] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, lilian.mello@aluno.uece.br.

2 Metodologia

As observações ocorreram durante as aulas, com a carga horária de 50 minutos, no período de quatro meses em turmas variadas. A facilidade para realizar a pesquisa surge a partir do contato institucional com docentes da escola. Essa experiência me fez conhecer a realidade desses/as estudantes que vivenciam o cotidiano escolar. Pude adentrar em um espaço escolar totalmente diferente do contexto em que estava inserida durante a minha trajetória acadêmica.

O trabalho de pesquisa foca nesse trâmite a partir da minha experiência enquanto discente de licenciatura em Ciências Sociais. As elaborações dos acompanhamentos das aulas, com observações participantes (Dewalt, K; Dewalt, B, 2011) partem do objetivo de perceber como a violência desagrega esses/as jovens nessa instituição.

3 Resultados e discussões

Segundo a Fundação Roberto Marinho, os números de homicídios de jovens negros são mais alarmantes do que de jovens brancos, tendo em vista que a violência está demarcada pelo fator racial e de gênero. No Brasil, cerca de 71% das vítimas de homicídios são negras, essa fonte denota uma pesquisa referente ao Atlas da Violência em 2019. Analisando a exposição dos dados referentes no site, as idades que representam esses dados assustadores de juvenicídio encontram-se na faixa de 15 a 29 anos. Isso denota a falta de políticas públicas ao mesmo tempo em que aponta que há um alvo em específico.

Ao dar continuidade à pesquisa abordada no site, os dados empíricos revelam que as pessoas pretas têm a taxa de 21,9 mortes por 100 mil habitantes em comparação às pessoas brancas, que têm 11,5 mortes por 100 mil habitantes, o que é perceptível a discrepância em relação aos fatos apresentados. Segundo Mbembe (2016), a população negra é o principal alvo da necropolítica, que é ditada por quem está no poder, sentenciando quem vive e quem morre.

Constato que os/as estudantes se mantêm afastados/as de uma realidade em que não se veem incluídos/as, seja na universidade ou nos empregos bem remunerados. Além da conflitualidade, há casos de estudantes que não podem frequentar uma região específica onde a escola está localizada; por segurança, optam pelo distanciamento escolar.

Considerações finais

É interessante analisar como nós, educadores/as, podemos amenizar o impacto da realidade social periférica nos jovens pretos, além de pressionar o Estado para repensar as políticas públicas que afetam esses indivíduos de modo a permitir que estes tenham acesso à educação sem interrupções. Além disso, é fundamental que haja perspectivas efetivas de futuro em prol dessa população que sofre constantes ataques e dizimações. Para isso, é importante conhecer a fundo as juventudes e proporcionar projetos, empregos, alimentação, entre outros parâmetros básicos, que todo indivíduo necessita para viver de forma digna e plenamente em sociedade.

Referências

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA: análises da violência que redimensionam o futuro das juventudes

Nicholas Gabriel Cardoso Pinto[183]
Luís Paulo Cruz Borges[184]

RESUMO
O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa, *Os sentidos de futuro nas vozes discentes: a relação dos jovens estudantes com a escola pública* (2019-2023), que tem como objetivo geral, analisar os sentidos de futuro a partir das vozes dos jovens-estudantes do Ensino Médio da rede pública do estado do Rio de Janeiro. Como um recorte de pesquisa, queremos olhar para as juventudes negras, masculinas e periféricas do Estado do Rio de Janeiro que são colocadas constantemente em situações de violência. Apresentamos como questão central se as juventudes negras, masculinas e periféricas são as principais vítimas de uma política de morte no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Achille Mbembe (2019) necropolítica é uma forma de exercício de poder pelo Estado, determinando quais são os corpos são matáveis. Essa prática política usa da morte como um meio de governar o povo. A interseccionalidade, a partir de Lélia Gonzalez (1984), nos auxilia explicar necropolítica, porque evidência como a violência já construída dentro da sociedade é moldada por fatores como raça/cor, gênero, classe social e outras formas de opressão. Metodologicamente analisamos, por meio das mídias sociais, as notícias como fontes históricas, do passado e do presente, como registros históricos de chacinas no Estado do Rio de Janeiro de maneira que componha geograficamente o quadro de vulnerabilidade e seus habitantes segregados. O recorte temporal está pautado nos últimos 05 anos, as notícias foram selecionadas de modo que tangenciam os aspectos da necropolítica com um quadro de vítimas em sua maioria homens jovens e negros em idade escolar.

Palavras-chave: Juventudes. Necropolítica. Interseccionalidade.

[183] Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UERJ e Graduando em História. E-mail: nicholasgabrielcardoso@gmail.com
[184] Doutor em Educação em Educação, Professor Adjunto do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ). E-mail: borgesluispaulo@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho 11 – Do acesso à permanência na Graduação e Pós-Graduação: experiências/trajetórias educacionais e estratégias de ingresso e permanência na universidade

Coordenadores: Maria Isabel Silva Bezerra Linhares - (PROFSOCIO/UVA-BR); Shara Jane Holanda Costa Adad - (PPGED/UFPI-BR); Maria Zenaide Alves - (PPGEDUC/UFCAT-BR); Wanderson William Fidalgo de Sousa - (RUA– Juventude Anticapitalista-BR)

PROJETOS DE VIDA DA JUVENTUDE EM MINAS GERAIS: o que dizem as pesquisas?

Douglas Franco Bortone[185]
Maria das Dores de Saraiva Loreto[186]
Lílian Caixêta Perdigão Reis[187]

Resumo
O trabalho apresenta um mapeamento de pesquisas empíricas sobre projetos de vida da juventude mineira, buscando destacar os temas que interferem no planejamento feito pelo jovem do estado de Minas Gerais sobre "quem ele quer ser". Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter temático cujos resultados possibilitaram identificar que os projetos de vida dos jovens mineiros se delineiam diante dos múltiplos aspectos relacionados às questões de gênero, raça, socialização e processos educativos circunscritos ao ambiente vivenciado.

Palavras-chave: Juventudes. Projetos de Vida. Minas Gerais.

1 Introdução

O estado de Minas Gerais é considerado a quarta maior unidade federativa do país, trazendo consigo uma pluralidade de experiências e culturas que traduzem o jeito de ser dos mineiros. Mesmo em uma mesma unidade federativa, existem marcadores sociais que definem estilos e modos de vida diferenciados.

É nessa perspectiva que se buscou investigar como são concebidos os projetos de vida entre as juventudes do estado, destacando como estes jovens mineiros vislumbram aspirações para o futuro, considerando, como pontua Balardim (2021), seus sonhos pessoais, aspirações profissionais, desejos e demandas para a vida em sociedade. Pressupõe-se que dimensões sociais, políticas e educacionais podem perpassar significativamente suas trajetórias de vida.

2 Metodologia

O percurso metodológico adotado para a construção da revisão temática foi de caráter qualitativo, sendo selecionadas três bases de dados eletrônicas: SciElo, Google Acadêmico e ERIC. O universo de pesquisa foi delimitado considerando pesquisas empíricas realizadas no estado de Minas Gerais que adotaram as juventudes como principal alvo de investigação. Foram localizados 26 artigos, sendo 18 selecionados para

[185] Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: douglas.bortone@ufv.br.
[186] Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Pós-Doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph - Canadá. Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Economia Rural, pela UFV.
[187] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br

a construção da revisão temática. Compreende-se aqui por revisão temática a coleta de produções científicas sobre um assunto específico, possibilitando novos olhares que visem aprofundamento da compreensão sobre a elaboração de projetos de vida entre as juventudes que residem nas mais diversas microrregiões do estado de Minas Gerais.

3 Resultados e discussões

Os dados da revisão temática foram organizados em quatro linhas temáticas, identificando temas abordados nas pesquisas e as diversas variáveis que se relacionam com a elaboração de projetos de vida da juventude mineira, conforme Quadro 1. Nota-se que as pesquisas desenvolvidas no âmbito do estado de Minas Gerais ainda não são tão profícuas e que o maior número de pesquisas se concentra no campo da escolarização e dos processos educativos.

Quadro 1 – Linhas temáticas e número de produções

Linha temática (LT) identificada	**Número de produções**
LT1 – Juventudes gênero, sexualidade e família;	03
LT2 – Juventudes negras e quilombolas;	02
LT3 – Juventudes, cidade, socialização e movimentos sociais;	04
LT4 – Juventudes, escolarização e processos educativos;	09
Total de produções:	**18**

Fonte: Dados da Pesquisa, jun.2023.

Em termos de localidade de realização das pesquisas, a Zona da Mata e Campo das Vertentes são as regiões em que mais foram desenvolvidas pesquisas sobre projetos de vida e juventude mineira, predominando um olhar específico para as juventudes rurais e, em seguida, sobressaiu a região metropolitana de Belo Horizonte com uma perspectiva para as juventudes e as questões urbanas. De modo geral, os olhares estão relacionados com o contexto em que as pesquisas foram realizadas, sendo a faixa etária dos participantes de 13 a 29 anos de idade.

A revisão temática também possibilitou visualizar que as pesquisas sobre Projeto de Vida e Juventudes no estado tem sido alvo de estudo de diversas áreas do conhecimento. As pesquisas identificadas foram realizadas no campo da Educação, Geografia, Ciências Sociais, Economia Doméstica, Psicologia e Extensão Rural localizadas em 07 instituições de Ensino Superior de Minas Gerais.

As políticas públicas se destacaram na varredura de literatura como fator decisivo na elaboração de projeto de vida de jovens residentes no estado de Minas Gerais, sobretudo para aqueles que as políticas públicas se destacam como oportunidades para garantia de direitos e espaços de desenvolvimento integral de seus atores que residem em zonas rurais ou comunidades quilombolas. Registra-se que independente da linha temática da pesquisa, as políticas públicas se realçam como oportunidades para garantia de direitos e espaços de desenvolvimento integral de seus atores.

Considerações finais

Os resultados desta revisão temática evidenciam que os modos de vida das juventudes de Minas Gerais se diferem, principalmente considerando a região geográfica na qual estão que este estão inseridos. Nessa perspectiva, as concepções sobre Projeto de Vida e as aspirações que as juventudes mineiras apresentam se diferenciam e se circunscreve, na maioria dos casos, no contexto em que vivem.

No contexto das políticas públicas, não foram identificadas nas pesquisas realizadas possíveis políticas formuladas e implantadas pelo próprio estado; apontando a necessidade de olhar para os diversos dilemas e necessidades que alcançam especificamente as juventudes de Minas Gerais. No entanto, as políticas públicas educacionais de âmbito federal se destacam como fundamentais para garantir o acesso e permanência nos estudos e na formação profissional.

Por fim, a revisão temática buscou apontar dados e informações que visem colaborar com as pesquisas sobre projetos de vida e juventudes no estado de Minas Gerais. Não foi nosso objetivo esgotar o assunto. Reconhece-se as limitações deste trabalho à medida que não foi possível investigar minuciosamente a riqueza de dados que o trabalho apontou.

Referências

ABRAMO, Helena. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

BALARDIM, Graziela. **Projeto de vida**: o que é, como trabalhá-lo e qual é o seu papel no Novo Ensino Médio, 2021. Disponível em: https://www.clipescola.com/projeto-de-vida/#. Acesso em: 4 set. 2023.

CAMURÇA, M. A.*et al*. Como é ser jovem em Minas Gerais: religião, moral, costumes e política. **Principia: Caminhos da Iniciação Científica**, [*S. l.*], v. 12, p. 25–41, 2018. DOI: 10.34019/2179-3700.2008.12.25524. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/principia/article/view/25524. Acesso em: 26 jun. 2023.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 55-80, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 set. 2023.

JUVENTUDE QUILOMBOLA E O ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: uma análise das ações afirmativas para ingresso de quilombolas na Universidade Federal do Pará

Tiago da Silva Conceição[188]
Hercilon Delen Souza Gomes de Castro[189]
Lucas Miguel Santos Lima[190]

Resumo
O artigo buscar fazer uma discussão sobre as ações afirmativas para quilombolas na Universidade Federal do Pará. Usou-se como metodologia o levantamento bibliográfico e a realização de entrevistas com os discentes quilombolas, para compreender e demostrar a importância das ações afirmativas para esse público especifico. A instituição se considera pioneira em ações afirmativas, instituindo as cotas em 2008 e a reserva de vagas para quilombolas foi criada em 2012.

Palavras-chave: Quilombolas. Ações afirmativas. Educação Superior.

1 Introdução

A Universidade Federal do Pará afirma que é pioneira em ações afirmativas no Brasil. Especificamente para Indígenas e Quilombolas, em 2009 a instituição por meio da resolução Nº 3.869 cria a reserva de duas vagas para indígenas em todos os cursos ofertados pela instituição, por meio de seleção diferenciada.

Em relação as ações afirmativas para quilombola na instituição se deram a partir da lei de cotas, infelizmente o processo começou depois de quatro anos após a processo seletivo diferenciado para indígenas. A reserva de vaga se deu por meio da resolução Nº. 4.309, de 27 de agosto de 2012, a respectiva resolução é fruto dos movimentos sociais, principalmente do CENDENPA na pessoa da Professora Emérita Dra. Zélia Amador de Deus e da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará (MALUNGO/ PA – CONAQ), especialmente na pessoa do José Carlos Galiza, não poderíamos perpassar por essa temática sem citar esses nomes tão importante para a criação da respectiva resolução.

Após apresentação histórica da criação e implementação das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará, apresentamos a principal problemática da nossa pesquisa, assim como a lei de cotas está sendo revisada pelos entes competentes, é necessário realizar a análise das ações afirmativas, porém não pela instituição implementadora, mais sim a parti da ótica dos discentes quilombolas, se entende que é

[188] Discente regulamente matriculado no curso de direito na Universidade Federal do Pará- UFPA. E-mail: tiago.conceicao@icj.ufpa.br
[189] Discente regulamente matriculado no curso de licenciatura em Artes Visuais na Universidade Federal do Pará- UFPA. E-mail: herciloncastro@gmail.com
[190] Discente regulamente matriculado no curso licenciatura Plena em Geografia na Universidade Federal do Pará- UFPA. E-mail: lucas.santos.lima@ifch.ufpa.br

necessário realizar essa escutar como se fosse um “feedback” das ações afirmativas na referida instituição.

A partir da nossa problemática surgem os nossos objetivos, o principal é demonstrar a importância das ações afirmativas para esse público especifico, demonstrando assim, para a sociedade como um todo que só conseguiremos vencer as desigualdades por meio da criação/implementação de políticas públicas, dando oportunidade a quem historicamente nunca teve.

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Os territórios Quilombolas são geralmente distantes das cidades, a história da escravidão revela os motivos, um deles é que os negros precisaram se agrupar em lugares de difícil acesso para manter-se vivos e livres da cruel escravidão. Devido toda essa dificuldade de acesso as comunidades Quilombolas, os serviços básicos como saúde e educação são precários ou quase inexistentes, é notório que existe o abandono pelo poder público nessas determinadas regiões, a falta de investimentos na educação básica dessa população é visível e ao mesmo tempo preocupante.

O sistema de ensino nas comunidades Quilombolas são precários, quando existente. Entretanto a partir das manifestações e inquietações do movimento quilombola o senário começar a mudar, os investimentos pelo poder público na Educação Básica escolar quilombola começa a ser concretizado. Então, a Educação Básica começou a se transforma com os investimentos, porém a dificuldade no aceso ao ENSINO MÉDIO ainda persiste, a maioria dos territórios quilombolas são atendido pelo sistema de organização modular de Ensino (Some), o governo afirma que a presente modalidade de ensino, garante a o acesso ao ensino médio em locais distantes das sedes dos municípios. A presente modalidade carregar consigo inúmeros problemas, a falta de professores é mais relevante. Na presente modalidade de ensino, o aluno cursa durante o mês uma única disciplina, mais muitas das vezes acaba finalizando o ano letivo ser ter acesso a várias disciplinas importantes para sua formação e para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A universidade Federal do Pará por meio da resolução Nº. 4.309, de 27 de agosto de 2012, já citada anteriormente prevê também que a seleção diferenciada. A instituição utiliza a nota obtida no exame nacional do ensino médio (ENEM), para classificar os candidatos no processo seletivo de ingresso nos cursos ofertados na instituição. Por esse motivo que parágrafo anterior apresentamos as dificuldades enfrentadas pela população quilombola para ter acesso ao ensino médio de qualidade, era previsível que os mesmos teriam dificuldades de acessar as vagas criadas pelo processo seletivo convencional, devido à ausência das disciplinas básica que são ministradas no ensino médio.

A instituição de Ensino Superior ao verificar as especificidades e dificuldades que a população quilombola carrega consigo em relação ao acesso ao ensino médio de qualidade. Institui aparti da resolução de 2012 o que atualmente é chamado processo seletivo especial (PSE), o mesmo é realizado uma vez ao ano, e oferece duas vagas em todos os cursos ofertados pela instituição. Devemos ressaltar que Assessoria da

Diversidade e Inclusão Social (ADIS-UFPA), afirmou que o primeiro processo seletivo especial para quilombolas ocorreu somente em 2013.

O processo seletivo especial é diferenciado porque é realizado em duas etapas, a primeira é uma redação de língua português, com temática voltadas para povos tradicionais, é importante ressaltar que a grade de correção da redação é diferente da grade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo analisado somente a fidelidade ao tema e obediência as regras da língua portuguesa, a segunda fase e realização de uma entrevista onde o candidato é avaliado aparti da sua trajetória de vida, sua relação de pertencimento com a comunidade, sua atual situação de moradia e a outros aspectos organizado pela banca avaliadora.

O processo seletivo especial é responsável pelo ingresso de centenas de Quilombolas na Universidade Federal do Pará, em todos os curso e campus. Apesar de não termos o número exato de ingressos nesse ano (2023), devido o processo ainda está acontecendo por meio de reofertas de vagas não preenchidas em chamadas anteriores, entretanto as informações publicadas pela universidade, 651 candidatos (as) participaram do Processo Seletivo Especial para ingresso ano de 2022, onde foram classificados (as) 560 quilombolas.

De acordo com a associação dos discentes Quilombolas (ADQ-UFPA), a Universidade Federal do Pará, tem mais de quatro mil discentes em todos os cursos da instituição. Segundo a assessoria da diversidade e inclusão social (Adis), desde da criação do processo seletivo especial 166 quilombolas se graduaram até em 2020. Apesar de não conseguirmos apresentar o número atualizado de quilombolas que integralizaram seus cursos, iremos nos empenhar para tentarmos apresentar os dados atualizados até o final da presente pesquisa. Devemos ressaltar que a universidade implantou as ações afirmativas para Quilombolas em vários programas de pós-graduação, permitindo assim que a população quilombola se torne mestre e doutores, quebrando as correntes, derrubando muros, e superando limites, são por meio dessas iniciativas que seguiremos e construiremos uma sociedade onde todos terão as mesmas oportunidades.

É importante destacarmos que a universidade Federal do Pará se desdobrar para garantir o processo seletivo especial todos os anos, até mesmo durante a pandemia da COVID-19 a instituição realizou o processo seletivo, cumprindo o seu compromisso com a população quilombolas, evidentemente que todas as orientações e recomendações da pela organização mundial de saúde (OMS), foram seguidas arriscas pela instituição. A instituição se comprometida com o processo seletivo especial, mais também se preocupa com a permanência do discente, e por isso instituir políticas públicas de permanecia estudantil especificamente para esses indivíduos, são diversos auxílios financeiros, bolsas de iniciação cientificas, bolsas de extensão e acompanhamento psicológico e pedagógico, são diversas medidas estratégias que a universidade passou a adotar para que os discentes possam permanecer e concluir a sua formação acadêmica.

2 Metodologia

A presente pesquisar tem o intuito de discutir sobre a juventude quilombola e o Ensino Superior na região Amazônica, e em paralelo fazer uma análise da ações afirmativas para ingresso de Quilombolas na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Portanto para a realização da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos e livros, sobre as ações afirmativas, especificamente voltada para o ingresso de quilombola no Ensino Superior em todo o Brasil.

É importante reafirma que o levantamento ou a revisão bibliográfica são de suma importância para a construção de um trabalho homogêneo e precisa de uma dedicação da parte do pesquisador a mesma tem objetivo agrupar e analisar texto publicados, para dar apoio na elaboração do trabalho científico. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44) é "[...] desenvolvida com base em material já elaborado,constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Relembrando que nosso o objtetivo central é demostrar a importãncia das acões afirmativas para esse público especifico, mais para isso se faz necessário realizar a escuta dos discente quilombolas. Ao analisar as diversar manerias de realizar esse processo, optamos por uma entevista semiestruturada por nos pesquisadores, onde buscamos discente Quilombolas de todos os *campis* e polos da universidade e das mais diversas área do conhecimento, demosntrando a interdiciplinariedade, podendo assim ter uma visão mais ampla sobre o proceso de ingresso do discente por meio das ações afirmativas da referida instituição.

Ao discutimos como iremos apresentar os dados obtidos na escuta dos discentes quilombolas surgem duas opções. A primeira é realizar a escutar e transcrever as narrativas dos discente, e a partir disso construindo relações nas falas e depois apresentar as possiveis similariedades das narrativas e apresentar a universidade e comunidade cientifíca os resultados obtidos. A segunda é realizar a gravação das entrevistas, e realizar a edição e construir um pequeno documentário, para possivel exibição em eventos científicos, seminários e simpósios com a temática relacionada a nossa pesquisa, com todas as falas demosntrando as possiveis similaliedades, demosntrando a importância das ações afirmativas para esse público específico e as possiveis contribuições e sugestões que possam surgir para aperfeiçoamento das politicas públicas na universidade.

Ao analisar cada opção, escolhemos a que mais se encaixa na proposta do nosso trabalho ,acreditamos que a segunda opção é a melhor, entendemos que não precisamos de toda uma produção para a realização de etapa, precisamos somente de uma aparelho de gravação, que pode ser um celular e a força de vontade e determinação dos jovens pesquisadores, porque por meio da ultilização de ferramentas alternativas como é o caso do audio visual, podemos demostrar ao público o quando as narrativas são carregadas de emoção e sentimentos, talvez dificil de transforma em palavras escritas, esperamos entregar uma pesquisa de qualidade e inédita para a comunidade cientifica.

.

3 Resultados e discussões

Como apresentamos anteriormente na metodologia a presente pesquisa se dividiu em duas etapas de construção. A primeira etapa foi o levantamento de bibliográfico de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, artigos, livros e revistas digitais. Os resultados serviram como base teórica para argumentação. Analisamos o último censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para apresentarmos em números o quanto o nosso público alvo e expressivo. Houve uma

certa dificuldade no processo de levantamento bibliográfico devido a faltar de trabalhos científicos voltados para a temática.

O IBGE realizou pela primeira vez na história a investigação contagem da população quilombola de forma específica e também o mapeamento dos territórios quilombolas em todo o Brasil, foi denominado pela mídia de censo quilombola, o mesmo estimou que a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas. Durante muitos anos as entidades, associações e coordenações representativa da população Quilombola esperaram por esse momento, para afirmar que não são poucos são 0,65% do total de habitantes do país.

Portanto, a pesquisa realizada pelo IBGE é de suma importância para construção de ferramentas e mecanismo que possam auxiliar na inclusão social e econômico desses indivíduos, com intuito de ilustrar as possíveis contribuição que o censo pode trazer para a população quilombola apresentamos o relato da Gisele dos Santos, recenseadora quilombola do censo de 2022 que destacou que: "[...] Essa pesquisa é importante para mostrar que nós, quilombolas, podemos estar onde quisermos. A luta continua. Eu acredito que esses números se estendem, vão além. Foi difícil fazer essa pesquisa porque muita gente não sabe da importância desses números, mas sei que isso pode melhorar nossa vida, porque precisamos que políticas públicas sejam criadas para atender às nossas necessidades". O relato da Gisele dos Santos é pertinente em vários pontos, mais o que chamar atenção é que ela afirma com clareza que a luta, luta essa que é histórica e ancestral.

O mundo e repleto de certezas e incertezas, a cor da pele não deve ser motivo de discriminação, preconceito ou racismo, devemos construir uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e digna, para todos. Tendo em vista que nos seres humanos somos movidos por inquietações, e a frase que nos inquietou/inspirou para construção da presente pesquisa foi: " A casa Grande Surta quando a senzala aprende a ler". Entretanto o que a frase representa para a nossa sociedade atual, significa que a chamada "elite" se sente incomodada até mesmo desconfortável com a ascensão intelectual e social das classes consideradas pelos mesmos inferiores. Analisa-se que o relato da Gisele dos Santos, acaba corroborando com temática da presente pesquisa, porque acreditamos que são por meio de criação de políticas públicas e ações afirmativas, que indivíduos historicamente excluídos da nossa sociedade como é caso da população quilombola, possa ter acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura. Entretanto no presente trabalho defendemos a criação de políticas públicas e ações afirmativas para ingresso de quilombolas no Ensino Superior, nas instituições públicas federais e estaduais, porque a partir do momento que esses indivíduos têm acesso ao Ensino Superior em uma universidade pública, é exemplo explicito e claro de que a senzala está aprendendo a ler, e ocupando cada dia mais os espaços que era dominado pela "elite".

Podemos afirmar que a partir da criação da Lei nº 12.711/2012, negros, pardos e indígenas e os filhos da classe trabalhadoras, puderam ter a oportunidade de ingressar no Ensino Superior. Conhecida popularmente como lei cotas, a mesma instituiu a reserva de 50% vagas das universidades e institutos federais para candidatos que cursaram todo o ensino médio em escola pública. Foi por meio da implementação dessa lei que a filha negra da doméstica se tornou médica, o filho do pedreiro se formou e

engenheiro e o filho do padeiro se formou em direito. A lei de cotas abriu as portas das universidades e institutos federais para os filhos da classe trabalhadoras adentrar, foi por meio da respectiva lei que as universidades passaram a ser mais colorida.

Com a criação da lei de cotas a universidade e institutos federais assumiram o compromisso de implementar ações afirmativas, para públicos específicos como indígenas e quilombolas. Podemos conceituar essas ações como políticas públicas destinadas a grupos que sofreram ou sofrem discriminação étnica, racial, de gênero ou religiosa. Tendo como objetivo central promover a inclusão econômica e também social.

Ainda que a implementação dessa política seja um fato na UFPA, é triste observar que do mesmo modo ainda existe um apagamento e exclusão desses individuo no âmbito da produção cientifica, pois entendemos que somente a partir do momento que os mesmos começarem a escrever as suas próprias histórias, alegrias, dores e medos que comunidade cientifica experimentar a riqueza que a população quilombola traz consigo para dentro dessa instituição.

A pesquisa preliminarmente ouvir os quilombolas, esse processo é emocionante para nos pesquisadores. Ouvir de jovem discente Quilombola do curso de direito da maior universidade federal do norte do País, afirma, é o “sonho sonhado pelos seus ancestrais”. Ou dos discentes quilombolas do interior do arquipélago do Marajó que afirmam que são o primeiro da família a cursar o Ensino Superior, isso é transformador. Ainda que a pesquisa esteja em andamento, esperamos contribuir de alguma maneira para o aperfeiçoamento das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará.

Considerações finais

A partir do levantamento realizado para a construção da presente pesquisa podemos concluir que há muito a se fazer, em relação a criação e implementação de politicas públicas e ações afirmativas no Brasil para quilombolas, muitas instituições ainda não assumiram o compromisso que universidade federal do Pará se responsabilizou quando implementou o processo seletivo especial para a população quilombola, mais entendesse que os primeiros passos foram dados com a criação das ações afirmativas na instituição, é importante destacar que aprimorar e aperfeiçoar as politicas públicas é necessário, e pontuamos que é preciso a participação dos Quilombolas nesse processo de construção.

Acreditar em um mundo cada vez melhor é necessário e urgente, no entanto, devemos e precisamos evoluir, construir e reconstruir. Dessa forma só conseguiremos alcançar esse mundo melhor por meio da educação, segundo Freire (2000, p. 67) “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. A humanidade tem um papel importante, precisamos urgentemente compreender que vivemos num mundo plural, e todos temos direitos de acessar a universidade pela porta frente, durante muito tempo os negros só adentrava nesse espaço para limpar, cuidar, lavar e servir, nunca tivemos a oportunidade de sentar na cadeira onde hoje sentamos.

Encontramos na letra de uma música da pastoral da juventude algo que descrever a essência desse trabalho, a musica vém afirma que: “ O negro é gente e quer escola quer dançar samba e ser doutor”. A letra nos relembrou uma falar da professora emerita Zélia Amador de Deus, mulher, negra, marajoara, militante do movimento

negro e coodenadora da Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS-UFPA), afirmou que o ingresso de quilombolas e de suma importância para a instituição, além disso ressaltou que: "A instituição se enriquece ao receber grupos que historicamente estavam fora dela e esses grupos trazem novos saberes, novas histórias, novas práticas e outra cosmovisão. Isso tudo enriquece a nossa sociedade".

É ocupando e resistindo dentro desse espaço que encontraram maneiras de preencher as lacunas deixadas por mais de 300 anos de escravidão, exploração e apagamento da história do negro no Brasil, tornando possível a realização de sonhos de um povo que durante anos foi impedido de sonhar. As ações afirmativas para Quilombolas não é apenas a criação de vagas nos cursos ofertados pela instituição, é permitir que a universidade experimente a diversidade de culturas, quando um Quilombola adentrar nesse espaço o seu território o acompanha, a sua ancestralidade e todos aqueles que lutaram para que ele estivesse nesse espaço vibram aonde quer que estejam.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1 Acesso em: 15 set. 2023.

CORREA. Emanuel. Em dez anos, UFPA formou 166 quilombolas e 100 indígenas. **O liberal**, 2021. Disponível em: https://www.oliberal.com/para/em-dez-anos-ufpa-formou-166-quilombolas-e-100-indigenas-1.456657 . Acesso em: 5 set. 2023.

FREIRE. P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos.. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo do IBGE revela que há 1,3 milhão de quilombolas em 1,7 mil municípios de todo o país**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/censo-do-ibge-revela-que-ha-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-7-mil-municipios-de-todo-o-pais. Acesso em: 10 set. 2023

MALUNGO. Quilombolas na Universidade: história de sonhos, lutas e conquistas, 2022 Disponível em: https://malungu.org/quilombolas-na-universidade-historia-de-sonhos-lutas-e-conquistas/. Acesso em: 10 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução n. 3.869, de 22 de junho de 2009**. Fica aprovada a reserva de duas vagas, por acréscimo, nos cursos de graduação da UFPA a indígenas, via seleção diferenciada. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203869.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução nº 4.309, de 27 de agosto de 2012**. Fica aprovada a reserva de 2 (duas) vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/consepe/downloads/resolucoes/consepe/2012/4309%20PS%20Quilombolas.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MEDIADOR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DE BAIXA-RENDA

Samara Costa Oliveira[191]
Talisia de Sousa Gomes[192]
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares[193]

Resumo
O presente trabalho trata-se de um relato de experiência vivenciado por duas jovens, ingressas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, Ceará, tendo como objetivo, analisar as experiências vivenciadas por acadêmicos (as) beneficiados (as) pelas políticas de assistência estudantil. Para isso, foi utilizado um embasamento teórico que aponta as reflexões dessa experiência na vida do acadêmico (a), enriquecendo os resultados contidos nesse texto.

Palavras-chave: Permanência universitária. Programas de auxílio. Juventude universitária.

1 Introdução

Ingressar no Ensino Superior é o caminho que a maioria de jovens egressos do ensino médio deseja trilhar. Contudo, quando se pensa nos impasses a serem enfrentados, muitos deles desistem de realizar seu sonho, quando este é um projeto de vida de jovens filhos(as) da classe trabalhadora brasileira.

Mesmo considerando-se o cenário de desmonte de políticas públicas que beneficiam as classes trabalhadoras, sabe-se, porém, que as referidas Políticas Públicas de Assistência Estudantil podem contribuir para o ingresso e a permanência de jovens na Universidade. É neste sentido que este trabalho teve como objetivo analisar as experiências vivenciadas por acadêmicos (as) beneficiados (as) pelas políticas de assistência estudantil, objetivando compreender como esses programas têm contribuído na permanência e formação de estudantes de baixa renda. Parte-se da compreensão, que sem esse auxílio, não conseguiriam se manter na universidade, considerando o perfil socioeconômico das famílias desses jovens, sendo que muitas delas sobrevivem com menos de um salário-mínimo, restando-lhes como opção o ingresso precoce no mundo-do-trabalho, em empregos não formais, impedindo-lhes, muitas vezes, de não realizar um curso de nível superior.

2 Metodologia

191 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Email: samaracosta8@gmail.com
192 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Email: talisiaalves.48@gmail.com
193Doutora em Sociologia. Professora do curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional (ProfSocio) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Email: isabel_linhares@uvanet.br

Para tal empreitada analítica, foram utilizadas as experiências de duas das autoras desse trabalho, sendo a terceira, responsável por inserir e apresentar os Programas de Assistência estudantil, por meio de seus projetos financiados por órgãos de fomento a pesquisas científicas no Ceará. Especificamente nesse trabalho, a instituição financiadora foi a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), que fornece verbas para o Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), possibilitando além da inserção de jovens em projetos de pesquisa, uma renda para que possam se manter na Universidade e dedicando-se exclusivamente ao projeto e a vida acadêmica. O embasamento teórico foi construído por meio de leituras indicadas pela orientadora desse trabalho, apontando a importância na permanência e na formação das futuras profissionais.

3 Resultados e discussões

A participação como bolsista de Iniciação Científica garante a permanência na Universidade, para o desenvolvimento dos projetos, as instituições concedem as verbas e exigem que o beneficiado (a), dedique-se exclusivamente as atividades acadêmicas. Nesse sentido, Santos discorre "os estudantes que deles participam costumam apresentar bom rendimento acadêmico, o que de fato é condição posta para a obtenção e a manutenção dessas bolsas (Santos, 2001, p. 13).

A dedicação exclusiva é um ponto positivo e necessário para a maioria dos estudantes da UVA, uma vez que a maioria vem de outras cidades para assistirem aulas no *Campus*, em Sobral, o tempo gasto entre o deslocamento até a universidade é um dos fatores que dificulta a disponibilidade para empregos informais, com um expediente menor, sendo a política de Assistência Estudantil necessária para a permanência dessa juventude na universidade. Além disso, engajar a juventude na pesquisa científica, o faz almejar a inserção em Programas de Pós-Graduação e construir uma carreira acadêmica.

É destacado também uma quebra de receios e inseguranças quanto a trabalhar com pesquisas científicas, como relata uma das autoras desse trabalho, que ao fazer parte deste programa pode ter um novo aprendizado e vivenciar novas experiências que antes tinha receio de participar, pois acreditava ser difícil e que não se adaptaria aos critérios exigidos, mesmo os jovens com pouco tempo de envolvimento nos projetos, trazem essas aprendizagens acerca da Iniciação Científica, como é destacado:

> Uma outra vantagem alcançada pelos estudantes quando vivenciam a iniciação científica é a de perder o medo, não ter pânico do novo. Quando se aprendem coisas com uma certa autonomia apoiada na diretriz do orientador, posteriormente, na vida prática, ao surgir a primeira dificuldade, ele terá uma razoável habilidade para interpretar o fato e discernir se pode resolvê-lo ou se é preciso consultar quem sabe mais, pois, humildemente, reconhecerá que não tem a solução (Fava-De-Morais, Fava, 2002, p. 75).

O trecho traz um dos benefícios que se tem no programa de iniciação científica para os acadêmicos, dando ênfase ao papel complementar de melhoria da análise crítica, sua maturidade intelectual, a melhor compreensão da ciência e possibilidades futuras

tanto acadêmicas como profissionais, possibilitam sonhar e recriar destinos para suas vidas, além de potencializá-lo para interação com o público, preparam para futuras carreiras, sendo a universidade um mediador de transformações de vidas. Simplício diz que no ensino médio os estudantes têm um papel de expectador e ao adentrar na universidade é exigido um lugar de protagonismo perante sua vida, ela completa "O universitário é instigado a participar ativamente da construção do conhecimento" (Simplício, 2019, p. 45), para além da permanência, os programas requerem um engajamento e visão crítica do que é trabalhado, tanto a temática do projeto, quanto a relevância da pesquisa, e assim vai se protagonizando como sujeito pensante na sociedade.

Considerações finais

Conclui-se, destacando que as bolsas de permanência universitária contribuem além do lado financeiro, o olhar crítico é do beneficiado é despertado, enxergando os benefícios e a importância desses recursos, com isso é possível que os alunos tenham outro olhar da universidade e suas possibilidades, o que para muitos poderia ser um sonho inalcançável, com essa assistência torna-se um sonho possível, além de abrir possibilidades para outros sonhos que visam o desenvolvimento de sua carreira acadêmica.

Esses fatores os levam a refletir sobre o que tem garantido seu espaço na universidade, e assim possam lutar para que outros jovens também venham usufruir desse benefício, sendo essa uma luta que requer o empenho de jovens de baixa renda.

Referências

ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001.

FAVA-DE-MORAES, Flavio; FAVA, Marcelo. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em perspectiva**, [*S.l.*], v. 14, p. 73-77, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/jPHKPG8MJtsHnyqF4PfMLDC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 ago.2023.

SÍMPLICIO. Simone Vale de Azevedo. **A pesquisa como princípio educativo na educação superior**: Programas de Iniciação Científica na formação do acadêmico de Pedagogia da UVA. 2019. 96 f. Monografia (Curso de Pedagogia) – Centro de Filosofia, Letras e Educação, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2019.

POLÍTICAS PRÓPRIAS DE PERMANÊNCIA DE JOVENS COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA

Wanderson William Fidalgo de Sousa[194]

Resumo
A Lei de Cotas nº 12.711/2012, nesta pesquisa, é compreendida como medida constitucional e mecanismo favorável à igualdade de oportunidade de acesso à educação no Ensino Superior. No entanto, percebemos que a entrada no Ensino Superior de jovens de grupos étnicos-raciais vulnerabilizados, não garante sua permanência. Nesse sentido, este/a jovem cotista desenvolve políticas próprias para permanecer.

Palavras-chave: Lei de Cotas. Jovens. Políticas Próprias.

1 Corre inicial…

O escrito tem seu tecer em primeira pessoa, pois me insiro enquanto corpo político e não apenas mestrando em educação e pesquisador acadêmico, sendo este corpo político marcado pela racialidade preta e pelo território periférico, que para permanecer na universidade se fez corpo-corre[195]. Egresso pela política de ações afirmativas pela lei de cotas na graduação em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí e atualmente pós-graduando cotista em Educação na mesma instituição. Dessa forma, percebo as políticas próprias de permanência de jovens cotistas como categoria analítica para percebermos a colonialidade na modernidade, o racismo estrutural e institucional e os privilégios da branquitude.

Nesse contexto, busco problematizar com/entre jovens cotistas suas próprias políticas para permanecer na graduação na Universidade Federal do Piauí. Apresento a filosofia do corre (Gislene dos Santos, 2023), como uma prática política realizada pelos/a jovens cotistas, que neste fluxo criam suas próprias condições com/entre eles/a para permanecer no espaço acadêmico, pois a entrada desses/a jovens na universidade pela lei de cotas, não garante sua permanência. Nesse contexto, Dyane Brito Reis Santos (2009), nos dirá que existem uma gama de estratégias informais, aqui compreendo como políticas próprias, que são criadas pelos/a estudantes cotistas a fim de manter-se na universidade.

2 Itinerário metodológico

A pesquisa é um recorte de um projeto de Mestrado em Educação em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Federal do Piauí, ligado a linha de pesquisa três: Educação, Diversidade/Diferença e Inclusão. A pesquisa está em desenvolvimento, portanto, não houve proximidade com/entre jovens

[194] Universidade Federal do Piauí – UFPI. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. E-mail: wandersonfidalgo33@gmail.com
[195] O corpo-corre é um neologismo de um corpo que está sempre em movimento no fluxo, correndo.

cotistas da Universidade Federal do Piauí, assim para este escrito é apresentado apenas aspectos teóricos e as implicações do pesquisador.

A pesquisa utilizará a Sociopoética, que é um método de construção coletiva de conhecimento que tem como pressuposto básico que todos os saberes são de igual valor em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poiético do grego *poieses*= criação (Petit, 2014). A Sociopoética foi criada pelo filósofo e pedagogo Jacques Gauthier, e conta com cinco princípios: pesquisar com/entre pessoas de um grupo-pesquisador, pesquisar com as culturas dominadas e de resistência, pesquisar utilizando o corpo inteiro, pesquisar com uso de técnicas artísticas e a importância da responsabilidade ética, noética, política e espiritual do grupo-pesquisador (Adad, 2014).

Nesse sentido, busco com/entre jovens cotistas da Universidade Federal do Piauí, problematizar a política de ações afirmativas junto de suas próprias políticas para permanecer na universidade. Será realizada oficinas sociopoéticas (a utilização da abordagem de pesquisa Sociopoética permite a realização de oficinas para a produção dos dados, que fazem emergir os confetos, que são os conceitos permeados de afeto, sendo este o diferencial deste método).

A FILOSOFIA DO CORRE DE JOVENS COTISTAS PARA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Apresento a filosofia do corre, conceito trabalhado por Gislene Aparecida dos Santos (2023), que nas palavras da autora é executado por mulheres negras. Dessa forma, a autora exemplifica o corre de mulheres negras, pois estas estão sempre no corre, são ativistas, trabalhadoras formais e informais, acadêmicas e tantas outras funções que desempenham, são seus modos de fazer. Desse modo, faço um deslocamento do conceito de filosofia do corre para problematizar esta no Ensino Superior com/entre jovens cotistas, que são público-alvo da política de ação afirmativa, conhecida como lei de cotas e assim identificar seus corres para permanecer no Ensino Superior, analisando o corre como um política própria de permanência.

Nesta perspectiva, a filosofia do corre, pode ser comparada com o que Michel de Certeau (1998), chamará de táticas, que são movimentos instituintes que nascem no campo inimigo, aqui chamarei o inimigo de sistema acadêmico/institucional, assim as táticas são movimentos de ações rápidas que tem por objetivo responder necessidades cotidianas, aqui a necessidade é a permanência do/a jovem cotista na universidade, sua permanência material e simbólica.

Nesse contexto, Gislene Aparecida dos Santos (2023), ainda irá enfatizar que o corre é a referência às ações políticas cotidianas necessárias para a transformação da sociedade, mas também para a própria sobrevivência, ou seja, um pensamento-ação. Na filosofia do corre se tem o pensamento-ação, o corpo-corre, pois não pode ser de outro modo. E quando se trata de jovens cotistas de grupos étnico-raciais vulnerabilizados, esse corpo-corre exige dele/a um afastamento das sociabilidades de forma forçada, pois como destaca a autora, vivemos no tempo da necessidade e não no tempo da vontade.

Para melhor contextualizar, Djamila Ribeiro em seu livro *Pequeno manual antirracista* (2019), tem um capítulo, intitulado *Apoie políticas educacionais afirmativas*. A autora irá nos dizer que o debate não é sobre capacidade, mas sobre oportunidade, sendo essa a distinção não utilizada pelos/a defensores/a da meritocracia.

Djamila Ribeiro (2019) diz que um/a garoto/a que precisa vender pastel para contribuir na renda familiar e outro/a que passa as tardes em aulas de idiomas e natação não partem do mesmo ponto. O corpo-corre, pois segundo a autora "não são muitos os que podem se dar o luxo de cursar uma graduação sem trabalhar ou ganhando uma bolsa de estagiário" (Djamila, 2019, p. 44).

Nesse sentido, a lei de cotas possibilita a inclusão social desses/a jovens de grupos étnico-raciais vulnerabilizados para atenuar os efeitos negativos decorrentes de um passado histórico (Lívia Vaz, 2022). Dessa forma, reconhecemos a importância da lei de cotas, mas precisamos de políticas de assistência estudantil que garantam a permanência desses/a jovens cotistas, para que estes/a possam viver a universidade.

No artigo *Cotas e estratégias de permanência no Ensino Superior* de Dyane Brito Reis e Robinson Moreira Tenório (2009), é apresentado o acesso de jovens pela lei de cotas, mas também problematizam a importância da permanência. É colocado que a permanência perpassa as condições de existência material e as condições simbólicas. Dyane Reis e Robinson Tenório (2009), enfatizam as políticas institucionais de garantia de permanência, mas com enfoque nas estratégias informais e articulações dos/a alunos/a a fim de continuar estudando, pois a política institucional de permanência não beneficia a todos/a. No sentido da permanência surgem as redes de solidariedade, ajuda mútua e o "se virar", como é apresentado no escrito.

Em complemento Rodrigo Ednilson de Jesus em seu livro *Quem quer (pode) ser negro no Brasil*? (2021), nos apresenta a lei de cotas como mecanismo de ressignificação identitária, como também, sendo capaz de possibilitar uma maior compreensão de si, que contribui para a própria permanência no Ensino Superior, pois esta favorece o fortalecimento de pertencimento ao local, mesmo diante de experiências negativas de discriminação racial e dificuldades de permanência no âmbito material ou/e simbólico.

Assim sendo, a lei de cotas promove a inclusão de grupos étnico-raciais no Ensino Superior, como medida reparatória de justiça social e racial, como também, tornar-se responsável por firmar a identidade étnico-racial dos/a jovens que na condição de cotista vê-se pertencente ao espaço, que às vezes é marcada pela ausência desses grupos marginalizados.

Corre final

Desse modo, compreendemos a lei de cotas e seu caráter institucional, no entanto, se faz problema quando jovens de grupos étnico-raciais ingressam na universidade pública e não encontram garantias de permanência, sendo necessário a criação de políticas próprias para permanecer. Assim, acredito que o trabalho final de dissertação oportunize a ampliação da assistência e permanência estudantil para jovens cotistas e de outros/a de grupos vulnerabilizados, para que estes/a possam viver a universidade.

Referências

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. A Sociopoética e os cinco princípios: a filosofia dos corpos misturados na pesquisa em educação. *In*: ADAD *et al.* **Tudo que não**

inventamos é falso: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil**? Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

PETIT, Sandra Haydée. Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa.
In: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). **Tudo que não inventamos é falso**: dispositivos para pesquisar, ensinar e aprender com a Sociopoética. Fortaleza: EDUECE, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia de letras, 2019.

REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, Robinson Moreira. Cotas e estratégias de permanência no Ensino Superior. **Avaliação e sociedade**: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A filosofia do corre e a impossibilidade da liberdade**, 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/gislene-aparecida-dos-santos/a-filosofia-do-corre-e-a-impossibilidade-da-liberdade/. Acesso em: 6 set. 2023.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

VAZ, Lívia Sant'anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

ACOLHER: dialogando sobre saúde mental e vestibular

Mirela Studart Mendes Cavalcante[196]
Lorena de Souza Vasconcelos[197]
Gislaine de Almeida Maia[198]

Resumo
O trabalho relata a experiência do Acolher, uma extensão universitária que busca construir um espaço de cuidado à saúde mental com os estudantes do pré-vestibular por meio do diálogo e de atividades lúdicas que favorecem a expressão individual e o estabelecimento de redes de apoio. Além disso, visa-se compreender a vivência desses alunos e tecer reflexões acerca delas que permitam o entendimento do cenário escolar em maior escala.

Palavras-chave: Pré-vestibular. Saúde mental. Extensão.

1 Introdução

Este trabalho visa apresentar a experiência do Acolher, extensão desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, durante 2023, em uma escola de ensino médio da cidade de Fortaleza-CE. A atividade surgiu a partir da observação da prevalência alarmante de sentimentos como ansiedade e estresse nos alunos em relação ao vestibular.

Assim, o projetou visou construir, conjuntamente com estudantes pré-vestibulandos, um espaço de acolhimento e produção de cuidado coletivo, bem como compreender suas experiências na instituição escolar e registrar aspectos que inspirem contemplações e possam contribuir para reflexões profícuas para o campo, dessa forma realizando um aporte teórico valoroso e sugestionando a execução de similares intervenções que prezem pelo bem-estar dos estudantes.

2Metodologia

Para isso, a extensão consistiu em quatro encontros e uma atividade adicional. O primeiro pretendeu produzir vinculação, propondo a criação de colagens como forma de expressão e atentando à diversidade dos alunos, percebendo a escola como espaço de pluralidade. Como ferramenta de conexão entre as oficinas ("atividade para casa"), foi solicitado que criassem uma linha do tempo para compartilhar suas trajetórias (Oliveira Neto, 2023).

[196] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista PET-Psicologia. E-mail: mirelastudart@alu.ufc.br
[197] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista PET-Psicologia. E-mail: lorenaszv@alu.ufc.br
[198] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista PET-Psicologia. E-mail: gislainealmeidam@gmail.com

No segundo encontro, questionou-se sobre suas visões da escola ideal, ao que mencionaram o desejo por "tempo para descansar", "terapia" e "maior intervalo para o almoço", entre outros. Como atividade, foi sugerido que criassem cenários de vida, ambientes e relações que os representassem (Oliveira Neto, 2023).

No terceiro encontro, os alunos foram incentivados a imaginar suas vidas a médio prazo. Durante a contemplação, indagaram sobre a jornada dos facilitadores, produzindo uma poderosa interação. Solicitou-se ao grupo que, em casa, escrevessem uma carta destinada a eles mesmos no futuro.

O quarto encontro incluiu um retorno a tudo que foi discutido, bem como uma psicoeducação sobre queixas que foram recorrentes. Ocorreu também um momento de compartilhamento acerca da experiência do projeto para cada um.

Por fim, em um encontro adicional, os participantes visitaram o campus universitário, conhecendo os departamentos, a sede do PET e equipamentos do campus. Enquanto percorriam o trajeto, dialogavam sobre a experiência universitária.

Os bolsistas registraram os principais tópicos discutidos e suas impressões individuais em um diário de campo. Ainda, dois bolsistas por encontro relatavam o desenvolvimento geral do grupo. Assim, este relato de experiência foi construído a partir da análise desses registros e de reflexões dos facilitadores durante reuniões e sessões de supervisão com a tutora.

3 Resultados e discussões

Ao retomar a experiência**,** observam-se produtos fortuitos, como os relatos dos estudantes quanto às mudanças de postura e reflexões, atribuídas por eles à sua participação na extensão.

Analiticamente, foi possível tecer reflexões inquietantes acerca do cenário dos estudantes do ensino médio. Primeiramente, aponta-se que a razão pela qual a extensão foi possível e considerada tão necessária pelos estudantes foi a ausência de um profissional de Psicologia no cotidiano da escola, fato comum em muitas instituições da rede. Tendo difícil acesso a serviços particulares devido à incompreensão dos familiares ou à vulnerabilidade financeira, muitos alunos não possuíam contato com práticas de cuidado em saúde mental, apesar de apresentarem diversas queixas nesse âmbito.

Nesse tocante, um dos elementos mais presentes em seus relatos era a sobrecarga. O modelo educacional em vigência preza pelo produtivismo (Oliveira, 2017) em detrimento ao bem-estar, gerando uma sensação constante de cobrança e de culpa em momentos de descanso.

Competitividade, comparação com os colegas e insegurança também são consequências desse sistema, pois o aluno passa a associar seu valor ao quanto estuda e a sentir-se inferior e menos provável de ser aprovado do que os que aparentam produzir mais.

A perspectiva de não ser aprovado por sua vez relaciona-se com a ansiedade, tendo em vista que tais provas são vistas como forma de ascensão social. Almeja-se o ingresso na faculdade e a posterior inserção no mercado de trabalho para o sustento de si e de sua família. Esse plano, apesar de ser a longo prazo, já faz parte das preocupações do vestibulando e soma-se ao estresse atual.

Nessa perspectiva, é fundamental destacar, ainda, as circunstâncias socioeconômicas que atravessam muitos desses estudantes. A necessidade de, por exemplo, trabalhar para complementar a renda familiar é uma realidade que torna árduo o estudo em tempo integral (Coelho; Garcia, 2016).

Diante do exposto, vê-se que este trabalho mostrou, por meio de relatos e reflexões, a intervenção em saúde mental como essencial para o bem-estar dos alunos, sendo necessário à sua presença na escola e a sua prática no cotidiano.

Considerações finais

Este trabalho objetivou retratar as experiências do Acolher, marcadas pela construção de materiais coletivos, interações e reflexões entre os estudantes e os bolsistas, que puderam observar queixas de sobrecarga, competitividade, insegurança e perspectivas de futuro.

Os resultados obtidos foram satisfatórios, apesar dos obstáculos intrínsecos a realização de extensões universitárias, sendo estes analisados por meio de autoavaliação grupal, relato dos estudantes e diários de campo.

Destaca-se como limitação do relato o caráter restrito da execução do grupo, abrangendo apenas alguns alunos das diversas turmas da escola, necessitando que mais ações com tal metodologia sejam expandidas e adaptadas para outros estudantes e instituições.

Por fim, evidencia-se a potencialidade das ações do projeto e do compartilhamento das metodologias e resultados neste relato, fomentando a construção de mais análises e intervenções voltadas para esse público.

Referências

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Juventudes e escola: os distanciamentos e as aproximações entre os jovens e o Ensino Médio. *In*: SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Rosangela Gonçalves de (org.). **Juventude e ensino médio**: sentidos e significados da experiência escolar. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016. p. 159-180.

OLIVEIRA, Bruna Padilha de. **O essencial é invisível aos olhos**: a emulação à escola produtivista e a subsunção das múltiplas jornadas das professoras no programa de ensino integral de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências do *Campus* de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2017

OLIVEIRA NETO, José da Silva. A configuração do percurso terapêutico na abordagem histórico-cultural: uma proposta. *In:* MELO, Aline Guilherme de; LIMA, Ana Ignez Belém Lima; OLIVEIRA, Artur Bruno Fonseca de; CLARINDO, Janailson Monteiro; OLIVEIRA NETO, José da Silva. **Práxis na clínica histórico-cultural**: por

uma clínica da transformação e do desenvolvimento. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2023. p. 55-93.

EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS DAS CLASSES POPULARES DE ORIGEM INTERIORANA

Maria Leirislene de Sousa[199]

Resumo
O presente trabalho trata das trajetórias dos jovens universitários das classes populares de origem interiorana, que são beneficiários de Programas de incentivo à Pesquisa, à Extensão, à Docência e à Permanência na universidade, oferecidos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada em Sobral, Ceará. De maneira específica, esse estudo analisa como as bolsas acadêmicas, em suas diversas modalidades, acabam sendo apropriadas pelos jovens de baixa renda como mecanismo que possibilita a permanência deles na universidade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Juventudes Universitárias. Jovens do interior. Jovens de
origem Popular. Políticas Públicas.

1 Introdução

A presente pesquisa está imersa no campo da Sociologia da Juventude e da Sociologia da Experiência, trata-se do recorte do estudo que buscou estudar as trajetórias dos jovens universitários das classes populares, que são beneficiários de Programas de incentivo à Pesquisa, à Extensão, à Docência e à Permanência3 na universidade, oferecidos pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada em Sobral, interior do Ceará.

A partir dessa análise, busca-se analisar como as bolsas acadêmicas, em suas diversas modalidades, são apropriadas pelos jovens de baixa renda, e até que ponto essas bolsas atuam como mecanismo que possibilita a permanência deles na universidade.

O interesse nessa abordagem parte de estudos realizado sobre as vivências e experiências de jovens universitários das classes populares beneficiários das políticas públicas da Universidade Estadual do Vale Acaraú, situada no estado cearense, realizado entre 2020 e 2021, durante a pesquisa de mestrado da autora e suas respectivas orientadoras.

A centralidade do estudo não focou em captar o alcance dos objetivos dos programas oferecidos pela IES, mas estudou as experiências e os significados desses mecanismos nos percursos dos jovens universitários do interior, segundo as perspectivas destes, com o intuito de entender de que modo as políticas públicas de incentivo à Pesquisa, à Extensão, à Docência e à Permanência repercutem na trajetória dos jovens universitários das classes populares e nas maneiras como eles estão vivenciando esse período da vida.

Ademais, a pesquisa contemplou a distribuição das IES no Brasil e o público que as acessa, pois, a classe social, desde o início da história brasileira, interferiu na realidade, vivenciada pelos jovens em todos os espaços, sendo o campo acadêmico apenas um deles.

---

[199] Doutoranda e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, leirissousa1@gmail.com.

Considerou-se também o cenário das políticas de cortes na Educação Superior pública, além do aprofundamento das desigualdades sociais provocada pela pandemia da COVID-19, que atingem principalmente as classes menos favorecida.

2 Metodologia

Para construção da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico e análise de documentação oficial das Universidades Estaduais do Ceará e do Ministério da Educação. Além da realização da pesquisa de campo, adotando o método qualitativo, especificamente a entrevista narrativa, pois, aproxima o pesquisador da realidade social do indivíduo, sendo vista, muitas vezes, como uma maneira de dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser estatisticamente modelado (Bauer; Gaskell; Allum, 2002, p. 30).

Somado a isso, contemplou algumas técnicas do método quantitativo, especificamente, dos questionários estruturados, para captar o perfil escolar, familiar e socioeconômico dos estudantes entrevistados.

3 Resultados e discussões

Diante do levantamento realizado, constatou-se que os jovens universitários de origem interiorana e das classes populares são atravessados por desafios para acessar e permanecer no Ensino Superior, pois as realidades sociais e econômicas influenciam na sua trajetória. Devido ao meio acadêmico ser dotado de atividades distantes da vivência dos jovens a adaptação é processual, em contrapartida, habilidades são adquiridas e influenciam no modo de ser jovem do interior e na sua formação profissional.

Logo, cabe destacar a percepção de Groppo (2015), "[...] a juventude deixa de ser (apenas) uma categoria etária e se torna uma 'representação social', um 'modo de ser', um 'modo de existência' ou uma 'forma signo': a saber, a 'forma-juventude' (Groppo, 2015, p. 568 *apud* Sousa, 2021). Cabe lembrar que a Sociologia da Juventude surge com o intuito de estudar as similaridades entre os jovens abrangendo as situações, expectativas e consumos culturais, afim também de perceber as diferenças entre eles (Pais, 2003).

A teoria sociológica, desde os clássicos, procura entender como as experiências socializadoras são prolongadas e mantidas mesmo depois de tantos anos, afinal, a dinâmica social, almeja atualizações da compreensão do seu funcionamento. Na sociedade contemporânea, a educação continua a ser um dos campos de forte relevância formativa dos atores sociais, não somente para preparar os sujeitos para ocupar cargos profissionais na sociedade, mas também para formar cidadãos de pensamento crítico e atuantes em sociedade (Sousa,2021).

Novaes (2006) destaca que entre os jovens brasileiros de hoje, os marcadores determinantes de discriminação são os classe social, gênero e raça, pois ser pobre, mulher/ homem e negra/o ou pobre, mulher/homem e branca/o, heterossexual ou homossexual, morar na zona rural ou urbana interferem na vivência juvenil e nos problemas das juventudes.

Logo, para compreensão desse fenômeno torna-se crucial a sociologia em escala individual, partindo das contribuições de Bernard Lahire (2002) e, principalmente, de François Dubet (1994), aportes teóricos que analisam as pluralidades dos atores da

pesquisa, usufruindo das suas experiências narradas para compreender as ações sociais destes.

Considerações finais

Na abordagem foi constatado que a realidade da juventude universitária interiorana das instituições estaduais ainda é pouco explorada, pois os estudos dessa área se concentram mais nas instituições federais, majoritariamente localizadas nos grandes centros.

Tornam-se necessário recordar que a universidade é ocupada por diversas juventudes, por isso, a discussão sobre as juventudes e suas condições é necessária para perceber as características que o grupo juvenil tem, desde as pluralidades sociais aos modos de serem jovens, fenômenos que não se caracterizam somente pela faixa etária, mas, pelas situações sociais diversas, formadora de diferentes culturas juvenis (Sousa, 2021).

Referências

CARRANO, Paulo. Jovens universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional. *In*: SPOSITO, Marilia. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 179-274.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GROPPO, Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [*S.l.*], v. 13, n. 2, p. 567-579, 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUSA, L. Maria. **As políticas de incentivo à permanência dos jovens das classes populares na universidade**: experiências e significados. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia).– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ACOLHER ITINERANTE: dialogando sobre saúde mental com pré-universitários

Eveliny Costa de Oliveira[200]
Melyne Brenda Moiseis de Araújo[201]
Lucas Araújo da Silva[202]

Resumo
O trabalho relata a experiência do projeto "Acolher itinerante", efetivado a partir do convite de instituições educacionais para realização de palestras sobre saúde mental, ampliando o escopo do projeto, anteriormente realizado apenas por meio de grupo de acolhimento para estudantes do Ensino Médio de escolas públicas. Aponta-se a efetividade das ações, realizadas a partir do referencial teórico-metodológico da Psicologia atrelada à Educação e a alguns pressupostos de duas Terapias Contextuais.

Palavras-chave: Saúde mental. Pré-universitários. Psicoeducação.

1 Introdução

Segundo a Unesco (2020), o encerramento das atividades presenciais nas instituições de ensino devido à pandemia prejudicou cerca de 90% dos estudantes em todo o mundo. No Brasil, com o retorno das atividades presenciais, as escolas vêm tentando reencontrar o ritmo e atender às novas demandas. A pandemia proporcionou experiências educacionais não esperadas, como o ensino remoto e a ausência de vivências escolares em campo, as quais potencializaram questões em relação à saúde mental, ficando perceptível a busca crescente por ações da Psicologia dentro das escolas. Nessa conjuntura, o Acolher itinerante, extensão do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal do Ceará (UFC) realizou atividades que buscaram construir um diálogo sobre saúde mental com pré-vestibulandos na cidade de Fortaleza-CE.

Para a realização de tais ações e as reflexões deste relato de experiência, houve embasamento nas contribuições da área de Psicologia e Educação, bem como em alguns pressupostos da Terapia de Aceitação e Compromisso e da Terapia Comportamental Dialética, usadas para a psicoeducação de algumas técnicas de regulação emocional. Com isso, vê-se a relevância do Acolher itinerante ao usar a Psicologia como impulsionadora da intersecção do ensino a temáticas relacionadas à saúde mental.

2 Metodologia

[200] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do PET-Psicologia. E-mail: evelinycosta@alu.ufc.br
[201] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista do PET-Psicologia. E-mail: melyne.bma@alu.ufc.br
[202] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará.
Bolsista PET-Psicologia. E-mail: lucasarjslv@gmail.com

Para a escrita deste trabalho, recorreu-se a diários de campo realizados pelos bolsistas. Metodologicamente, cada ação executada pelo Acolher itinerante ocorreu em um único encontro e em formato de palestras. Estas foram complementadas por um material multimídia que auxiliou na execução, que fora dividida didaticamente em cinco momentos.

No primeiro momento, houve a apresentação do conceito de saúde mental, com explanações sobre emoções e bem-estar. No segundo, apresentaram-se os conceitos de regulação e desregulação emocional. No terceiro, mostraram-se algumas práticas terapêuticas de autorregulação emocional, envolvendo principalmente exercícios de respiração e de atenção ao presente. No quarto, foram citadas dicas e estratégias visando a um melhor desempenho de estudo. No quinto momento, foi realizado um "quiz" em que os alunos deveriam responder se determinadas afirmações sobre os temas da palestra eram corretas ou não, a fim de perceber suas compreensões sobre as temáticas.

Tais ações foram realizadas três vezes entre 2022 e 2023, seguindo o modelo explanatório com momentos de interação, em instituições de ensino diferentes, tendo apresentações para estudantes de cursinho popular de pré-vestibular e para alunos do ensino médio de escola pública.

3 Resultados e discussões

Percebeu-se que a vivência estressante do pré-vestibular permeia os mais diferentes grupos nela inseridos (Calais, Andrade e Lipp *apud* Silva e Zanini, 2011), sendo um período seguido por constantes cobranças sociais e autocobranças, estando marcado não apenas por sentimentos de mal-estar, como ansiedade, estresse, sensação de insuficiência e baixa autoestima, mas também por dúvidas sobre como gerir o tempo, ter efetividade nos estudos e aliar a rotina extenuante a práticas de autocuidado.

Notou-se, também, uma dificuldade em lidar com as situações estressantes e ansiogênicas emergentes durante esse contexto, sendo perceptível, no geral, o baixo repertório dos alunos quanto ao conhecimento e à prática de habilidades de enfrentamento a situações de crise emocional - o que, para Silva e Zanini (2011), pode ser considerado um fator negativo, pois consideram a habilidade de enfrentamento dessas situações mais importante do que a isolada preparação acadêmica.

Para além da fragilidade emocional dos participantes, percebida nos relatos e partilhas feitas no grupo, ao exporem sensação de sobrecarga, incapacidade e constante autocobrança, percebe-se, no discurso da gestão escolar (dimensão institucional), a dificuldade de fornecer suporte aos estudantes. Este aspecto intensificou as falas dos funcionários das instituições sobre a importância daquela atividade, à medida que faltam ações contínuas relacionadas aos desafios do cotidiano escolar.

Assim, visualiza-se a relevância do Acolher itinerante por atuar nessa lacuna, uma vez que pretende promover o desenvolvimento de práticas de cuidado caras à saúde mental - que perpassam tanto uma reestruturação na rotina de estudos, de modo a ser mais exequível e menos exaustiva, quanto uma possível mudança de hábitos pessoais - , de forma didática e acessível.

Tal contribuição destinada aos pré-universitários justifica os convites para a realização de ações como a do Acolher itinerante em espaços educacionais. Porém, fica evidente, aos bolsistas, que ações pontuais, apesar de importantes por promoverem

discussões que normalmente não têm espaço em muitas instituições de ensino, isoladamente não são capazes de contemplar as múltiplas dimensões envolvidas nesse cenário.

Considerações finais

Este relato buscou dissertar sobre as ações itinerantes realizadas dentro do inquietante cenário de preparação para o vestibular, período atravessado pelos estudantes em meio a sentimentos de insegurança, ansiedade e estresse. Tal vivência foi o foco das palestras, nas quais as interações dos alunos e da equipe de ensino comprovaram a visão apreensiva dos bolsistas acerca da conjuntura. Esta foi aqui exposta por meio de reflexões sobre o estado de saúde mental dos alunos das instituições visitadas e suas significações em maior escala.

Destaca-se, como limitação do relato, o aspecto pontual das atividades, fato que, por si, levanta indagações sobre o espaço que o modelo educacional permite para o cuidado em saúde mental. Ademais, questiona-se a necessidade da entrada de um projeto externo para a promoção desse cuidado, que deveria residir na rotina escolar e ser amplamente discutido e praticado. Por fim, aponta-se a potencialidade deste trabalho como forma de compartilhar as metodologias, contemplações e práticas traçadas, a fim de fomentar a produção de mais análises e intervenções neste campo.

Referências

COMISSÃO Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19, 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/news/comissao–futuros–da–educacao–da–unesco–apela–ao–planejamento–antecipado–o–aumento–das. Acesso em: 1 set. 2023

SILVA, L. S. D.; ZANINI, D. S. Coping e saúde mental de adolescentes vestibulandos. **Estudos de Psicologia,** [S.l.], v.16, n. 2, p. 147-154, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/bpVwdSZ4JGVCQjrdzdNnpYQ/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 1 set. 2023.

A DIVERSIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFCAT PELO OLHAR DOS JOVENS ESTUDANTES

Geisiel Antônio de Morais Cassimiro[203]
Maria Zenaide Alves[204]

Resumo
Este estudo é resultado da pesquisa de Mestrado em Educação, realizada no PPGEDU/UFCAT. Fundamentados na teoria crítica, onde foi investigada a percepção das/os discentes sobre a temática da diversidade na licenciatura em Educação Física. Submetidos à análise de conteúdo, os depoimentos das/dos discentes, evidenciaram uma escassez da discussão e da reflexão sobre a diversidade na proposta formativa do curso, na contramão do que preconiza o PPC.

Palavras-chave: Diversidade. Licenciatura em Educação Física. Formação de Professoras/es.

1 Introdução

A temática da diversidade tem sido pauta recorrente em debates e ações em inúmeros campos da sociedade, empresas, políticas públicas e também nas pesquisas em educação. Embora a sociedade brasileira tenha mudado bastante no último século, percebemos que ela ainda tem se estruturado em princípios coloniais e hegemônicos que persistem em privilegiar determinada parcela da sociedade, excluindo os grupos que não se reconhecem diante dos padrões (im)postos.

No cenário educacional brasileiro, mesmo com a legislação direcionando para uma educação mais democrática e plural, como se observa na Constituição de 1988, na LDB 9394/96 e nas DCN/CP nº 2/2019, verifica-se a existência de um modelo de escola reprodutor não só desses padrões, como também de desigualdades que, consequentemente, produz e fomenta diversos tipos de preconceitos.

Imersa nesse contexto está a Educação Física que eivada por essas influências sociais e culturais hegemônicas, até então não tem conseguido romper com as práticas pedagógicas excludentes dentro do ambiente escolar. Tal fato nos faz ponderar que talvez essa questão tenha relação direta com as propostas formativas no Ensino Superior para a respectiva área.

Nesse sentido, por considerar que uma educação transformadora exige postura ética docente que seja contra todas as formas de desumanização, discriminação e preconceito, como bem indica Freire (1996), propusemo-nos a entender como a **temática da diversidade tem sido contemplada no curso de licenciatura em**

[203] Mestre em Educação, Universidade Federal de Catalão – UFCAT. E-mal: cassimirogeisiel@gmail.com
[204] Doutora em Educação, Universidade Federal de Catalão – UFCAT. E-mail: zenpiaui@yahoo.com.br

Educação Física da Universidade Federal de Catalão - UFCAT na perspectiva das/os discentes.

Acreditando que um estudo nessa perspectiva poderá alavancar outras discussões e reflexões que contribuam com a efetivação de práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e, principalmente, transformadoras, elegemos como objetivo geral: investigar, sob o olhar das/as discentes, como a temática diversidade tem sido contemplada no curso Educação Física da UFCAT.

Especificamente, procuramos: contextualizar historicamente o curso de Licenciatura em Educação Física no Brasil e em Catalão; analisar no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aspectos referentes à diversidade no curso de Educação Física da UFCAT na perspectiva de ensino, pesquisa e extensão; e, compreender a percepção das/os discentes do curso de Educação Física da UFCAT sobre a temática diversidade ao longo do seu processo formativo na licenciatura.

2 Metodologia

Este estudo de abordagem qualitativa está ancorado nos fundamentos da teoria crítica. Para produção dos dados, realizou-se a revisão de literatura, levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), visando entender como vem sendo tratada a temática da diversidade nos estudos de formação docente nos últimos anos (2010-2020), análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Educação Física da UFCAT e a aplicação de entrevista semiestruturada com 4 discentes ingressantes no ano de 2018.

Para tratamento dos dados recorremos à técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), sinteticamente, refere-se a uma técnica que permite analisar e inferir de forma sistemática e objetiva, os conhecimentos referentes as mensagens e atribuir-lhes significados.

3 Resultados e discussões

O produto final dessa pesquisa resultou no texto de dissertação que foi organizado em introdução, quatro capítulos e considerações finais. Dessa forma, no capítulo um procuramos contextualizar historicamente a Educação Física no Brasil e em Catalão; no capítulo dois discutimos a diversidade em face da condição humana, destacando algumas categorias de diversidade levantadas pelas/pelos próprios/as discentes; no capítulo três analisamos o Projeto Pedagógico de Curso de EF da UFCAT, na tentativa de apreender os aspectos da diversidade no proposta formativa do curso a partir do ensino, da pesquisa e da extensão; e, no capítulo quatro, apresentamos a análise e a discussão realizada com base nos dados produzidos por meio das entrevistas aplicadas às/aos discentes.

Nesse sentido, verificamos, fundamentados em Ghiraldelli Junior (2004) que a licenciatura em Educação Física no Brasil até os anos finais do século XX tem atendido aos anseios do Estado e, com isso, reproduzido aspectos do sistema capitalista. Fato que contribui, sobremaneira, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas descompassadas com a legislação educacional e com as reais demandas da sociedade contemporânea, cada vez mais plural.

No que se refere ao curso de EF da UFCAT, o PPC traz em seu cerne relevante preocupação em formar professores e professoras profissional e pedagogicamente para o trato da diversidade. Pretensão evidenciada principalmente por meio dos objetivos e dos princípios que orientam a proposta do currículo, como também pelo eixo da "Diversidade Cultural e Diferença" que transversaliza a matriz curricular. Por outro lado, os dados resultantes das vozes das entrevistadas e dos entrevistados nos mostr

aram que durante o seu processo formativo poucos são os momentos de problematização, discussão e reflexão teórico-prática a respeito dessa temática. E, quando ocorrem, são por meio de docentes que trazem nas suas experiências de vida e profissional certo interesse pelo tema da diversidade, ou, em outros casos, por meio de inciativas provenientes das/os próprias/os discentes.

Considerações finais

Esta pesquisa apontou certo descompasso em relação ao que se indica na proposta formativa do PPC de EF da UFCAT e como ela tem se concretizado no cotidiano do curso na perspectiva das/dos discentes, especificamente, no que se refere à temática da diversidade. Contudo, vale destacar que, ela apresenta apenas um recorte que envolveu a análise do PPC e dos depoimentos das/dos discentes. Assim, para uma compreensão do fenômeno formativo do curso como um tudo, sugere-se para as próximas pesquisas a inserção dos demais sujeitos desse processo, os/as docentes.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302010000400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 maio 2021.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

POLÍTICA DE COTAS RACIAIS COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO DE JOVENS NEGROS À UNIVERSIDADE

Isaurora Cláudia Martins de Freitas[205]
Wanderlei Souza Abreu[206]

Resumo
Abordamos as cotas raciais como meio de acesso de jovens negros à universidade a partir de pesquisa qualitativa com jovens cotistas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral (CE). Analisamos como as cotas são utilizadas para acessar a UVA e os sentidos que assumem para os cotistas. Os entrevistados percebem as cotas como importantes para promover maior igualdade no acesso ao Ensino Superior e para enfrentar o racismo.

Palavras-chave: Jovens negros. Cotas raciais. Universidade.

1 Introdução

A promulgação, em 2012, da Lei nº 12.711, conhecida como Lei das Cotas, foi um passo importante para ampliar o acesso de jovens negros, indígenas e oriundos de escolas públicas à universidade. Apesar de ter sido pensada para o ingresso em Instituições Federais de Ensino (IFEs), referida política repercutiu nos estados. No Ceará, as cotas foram implantadas pela Lei n.º 16.197 de janeiro de 2017, obrigando as universidades estaduais (Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)) a incluírem em seus processos seletivos a reserva de vagas para cotistas. Tomando como recorte as cotas raciais, esta pesquisa teve por objetivos analisar como as cotas raciais vêm sendo utilizadas pelos jovens negros para ingresso na UVA e compreender os sentidos que essa política assume para eles.

A UVA, localizada em Sobral, cidade da região Noroeste do Ceará, distante 232 Km da capital, Fortaleza, recebe cerca de 7.000 alunos de mais de 50 municípios das regiões Norte e Noroeste do estado. O vestibular ainda é usado como forma de ingresso, mas, a Instituição passou a adotar, a partir de 2022, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a seleção do meio do ano. A autodeclaração é o critério para se inscrever pelas cotas. Daí surgem algumas questões para a nossa análise: Como os jovens se autodeclaram e por que recorrem ao ingresso na universidade por meio da política de cotas? O que pensam sobre a existência dessa política?

Pensar políticas de inserção de estudantes negros na universidade requer a reflexão sobre a noção de juventude, uma vez que a própria razão de ser das políticas revela um pressuposto fundamental dos estudos contemporâneos sobre jovens: a pluralidade e a diversidade nos modos de vivenciar essa fase da vida (Pais, 2003) que é definida em termos etários, mas, depende de diversos marcadores sociais que formatam

[205] Doutora em Sociologia e professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: isaurora68@gmail.com
[206] Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: derleyblanco@gmail.com

o que os autores chamam de condição juvenil (Dayrell, 2007), sendo a raça um desses marcadores.

Justificamos a relevância deste estudo por tratar da análise de uma política pública específica, que foi implantada recentemente na Instituição em questão. Faz-se necessário, portanto, acompanhar seu desenvolvimento analisando, como afirmam Lopes e Braga (2007), os significados e a qualidade da permanência de jovens negros nas universidades públicas e a melhor forma de fazer isso é ouvindo os próprios jovens.

2 Metodologia

No campo das Ciências Sociais, segundo May (2004, p. 53), lidamos com situações e processos aos quais as pessoas que os vivenciam já atribuíram um significado. Assim, cabe ao pesquisador pensar estratégias metodológicas que melhor permitam captar e interpretar esses significados para compreender os mundos sociais que deseja conhecer. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa, iniciada em 2022, privilegiou o uso de metodologias e técnicas qualitativas destinadas ao trabalho de campo, tomando a análise de documentação e as entrevistas semiestruturadas com universitários cotistas de diferentes cursos da UVA como estratégias principais.

3 Resultados e discussões

O Brasil, dada a sua formação social, oriunda de um processo de colonização que forjou o encontro entre indígenas, brancos e negros, é um país de população miscigenada de maioria negra. De acordo com IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 56 % da população brasileira se autodeclara negra (pretos e pardos) (IBGE, 2022). Apesar da prevalência de negros, nossas relações e práticas sociais cotidianas são atravessadas pelo racismo em suas mais variadas expressões.

É da noção de raça, mecanismo de classificação da diversidade humana, que desumaniza e discrimina quem é diferente do padrão branco europeu, que deriva o racismo, forma sistêmica de discriminação que produz desvantagens ou privilégios aos membros de determinado grupo racial (Almeida, 2019, p. 19).

Nas universidades, o passado escravocrata e a criação tardia de cursos superiores no Brasil, de acordo com Corbucci (2014), fizeram com que o acesso à educação superior sempre fosse restrito às elites brancas. Desde a promulgação da Constituição de 1988, houve avanços no que se refere à legislação voltada a promover a igualdade racial. A política de cotas foi um marco nessa luta. Com sua criação, a presença de negros nas universidades cresceu, chegando a 48,3 em 2022 (IBGE, 2022).

Alguns dos jovens entrevistados recorreram às cotas depois de tentativas frustradas de entrar na universidade. Para eles as cotas são essenciais para inserir os negros nas universidades. Na fala de um deles, “as cotas são uma forma de você igualar as coisas. Tirando os sujeitos que são excluídos dessas instituições e trazendo eles pelas cotas”.

Munanga (2004) afirma que há uma grande dificuldade em definir quem é negro no Brasil, pois os negros incorporam o ideal de branquitude e passam a não se reconhecer como negros (Munanga, 2004, p. 52). Possuem a pele negra, mas usam máscaras brancas (Fanon, 2008) por conta do processo de inferiorização a que vêm sendo submetidos ao longo de séculos. Uma entrevistada afirmou: “Eu antes não me

identificava como negra [...] eu só passei a me identificar como negra na avaliação da banca de heteroidentificação, até então eu me considerava enquanto parda". Nesse sentido, outro aspecto relevante que nossa pesquisa apontou é que a política de cotas tem sido importante elemento para promover o letramento racial dos jovens.

Considerações finais

Em se tratando de garantir os direitos e qualificar a inserção social da população negra, as ações afirmativas são fundamentais para assegurar uma política educacional antirracista. Nossos entrevistados afirmam a importância da política de cotas como modo de promover maior igualdade no acesso à universidade, já que, por serem negros e terem estudado em escolas públicas, sentem-se desprivilegiados. Pelas falas, percebemos também a defesa da manutenção das cotas como mecanismo de enfrentamento ao racismo e à exclusão dos negros.

Referências

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BRAGA, M.L. de S., SILVEIRA, M. H. V. (org.). **O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

CORBUCCI, P. R. **Texto para discussão** - evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil. Brasília: IPEA, 2014.

DAYRELL, J. A escola faz as juventudes? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOPES, M. A., BRAGA, M. L. de S. (org.). **Acesso e permanência da população negra no Ensino Superior**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

MAY, T. **Pesquisa social questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. (Entrevista). **Revista Estudos** Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-56, jan./abr. 2004. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005. Acesso em: 10 jun. 2022.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003.

RELATOS DE EX-MORADORES DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UVA: um resgate de memórias e vivências

Maria Fabiana de Souza Lopes[207]
Francisco Ednardo Lopes[208]
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares[209]

Resumo
Este trabalho surge a partir do interesse em analisar, por meio de entrevistas via formulário *google forms*, os relatos de experiência de ex-moradores da residência universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú localizada na região norte do Estado do Ceará. O método adotado foi o qualitativo de caráter exploratório. Objetivou-se investigar a importância dessa residência para as trajetórias acadêmicas entendendo-a como uma importante política de assistência estudantil.

Palavras-chave: Residência Universitária. Relatos de Experiência. Assistência estudantil.

1 Introdução

As residências universitárias são importantes aparelhos de assistência estudantil, viabilizando o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda, no Ensino Superior, uma vez que viabiliza um local de sobrevivência durante a realização do curso. Vivenciar essa política de assistência estudantil marca profundamente a vida de quem passa por elas, além de moldar o comportamento e a personalidade por meio das experiências vividas dentro e fora delas. Existem autores como Iftikhar e Ajmal (2015) que dão ênfase a alguns aspetos positivos como: os estudantes tornam-se mais responsáveis, cuidam melhor de si, organizam melhor o estudo, aumentam a facilidade de comunicação, a autoconfiança e autoestima, a independência, entre outros.

Esta pesquisa nasce a partir do interesse de resgatar as experiências e relatos daqueles que passaram pela Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) para entender como ela os ajudou a permanecer e concluir seus estudos evitando que muitos destes se evadissem de seus cursos. Através desta investigação adentramos em realidades diversificadas e plurais acerca de dificuldades, alegrias, rotinas de estudos, sociabilidade, adaptação entre outras questões que permearam a vida destes ex-moradores durante suas trajetórias estudantis.

Os objetivos aqui propostos são de analisar a importância da Residência Universitária da UVA enquanto uma política pública de assistências estudantil e espaço

[207] Acadêmica de Pedagogia, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, E-mail: lopesfabyana8@gmail.com
[208] Acadêmico de Pedagogia, Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, E-mail: franchescoedinardo@gmail.com
[209] Doutora em Sociologia. Professora do curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: isabel_linhares@uvanet.br

de convivência e permanência, de aprendizado e formação intelectual assim como também social e disseminar a importância dessa moradia para estudantes de baixa renda que moram distantes da universidade.

2 Metodologia

Definir um método de investigação é de suma importância para que se alcancem os objetivos traçados, de forma clara, coerente e concisa. Desse modo, tomamos como primordial a adoção do método qualitativo de caráter exploratório. A pesquisa qualitativa não é útil apenas como o primeiro estágio da pesquisa quantitativa.

Também tem um papel a desempenhar na "validação" da pesquisa quantitativa ou no oferecimento de uma perspectiva diferente sobre os mesmos fenômenos sociais (Pope; Mays, 2005, p.15). Dentro desse método optamos pela aplicação de um questionário em formato de entrevista por meio do Google Forms. O questionário contou com 10 perguntas abertas e fechadas sobre diversos aspectos de suas trajetórias acadêmicas enquanto residentes do prédio estudantil.

3 Resultados e discussões

Ao todo 31 pessoas responderam ao questionário. Ao analisar os resultados, pudemos concluir que a grande faixa etária de idade desses ex-residentes hoje gira em torno de 31 a 35 anos, cerca de 77,4%. Em relação a raça, 25,8% disseram ser branca, 22,6% disseram ser preta e 48,4% disseram ser amarela. Em relação a localidade onde moravam a grande maioria disse residir em municípios próximos a sobral 51,1% e 38,7% colocaram outro sem mencionar nomes. Em relação ao ano em que entraram na Residência, 74,2% afirmaram terem entrado no ano de 2018 e 48,4% disseram terem saído em 2020.

Em relação à primeira pergunta que questionava o motivo de terem entrado no prédio, as respostas foram variadas. Mas de um modo geral a maioria afirmou que foi por conta do custo benefício, a distância de seu município até a universidade, comodidade, integralidade do curso e outros ainda disseram que foi por causa que queriam vivenciar a universidade em sua totalidade. Foi perguntado sobre as dificuldades de adaptação a rotina do residente em relação a fazer as refeições no restaurante, pegar ônibus e conviver com várias pessoas no mesmo apartamento e muitos afirmaram que tiveram grandes problemas, porém, em contrapartida, muitos disseram não terem tido problemas. 58,1% disseram terem tido rotina de estudo durante o período que permaneceram na residência, enquanto 9,7% disseram que não e 32,3% afirmaram que somente às vezes estavam no prédio. Perguntados sobre o fato de a residência ter potencializado seus estudos 80,6% disseram que sim e 16,1% disseram que em partes.

Foi perguntado sobre o convívio social com os outros residentes de um modo geral. Muitos afirmaram que foi um processo de construção de vínculos, outros disseram que foi um processo de crescimento pessoal, outros falaram que foi desafiador ter que conviver em um ambiente compartilhado com regras e leis como as de limpeza, horário, alimentação, entre outros. Indagados sobre o fato de encararem a residência como uma importante política pública de assistência e permanência estudantil no âmbito

acadêmico da UVA ou não, 100% dos ex-moradores afirmaram que sim, a residência é uma importante política pública.

Dessa forma, vale salientar que, segundo os relatos obtidos com nossa investigação, é necessário destacar a importância da residência universitária, para todos os estudantes que precisam dela como política de assistência estudantil. Seu objetivo principal, como política de assistência estudantil, é criar condições que contribuam para a permanência do estudante nos estabelecimentos de Ensino Superior, melhorando sua qualidade de vida e, consequentemente, seu desempenho acadêmico.

Considerações finais

Este estudo procurou tratar sobre as experiências de ex-moradores da residência universitária da UVA, relacionando-as à importância dessa residência como política de assistência estudantil, na tentativa de promover reflexões e debates sobre a realidade e trajetória desses jovens para conseguir permanecer no Ensino Superior. Diante dos relatos obtidos durante o estudo, podemos ressaltar que não basta ter acesso ao Ensino Superior, mesmo sendo público, é necessário que exista condições sociais e políticas que dê suporte e atenda às necessidades básicas desses jovens, para que possam assim, se dedicar inteiramente aos seus estudos, e construir o futuro que almeja ao entrar na universidade.

Referências

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Métodos qualitativos na pesquisa em saúde**, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=POPE%2C+Catherine%3B+MAYS%2C+Nicholas.+M%C3%A9todos+qualitativos+na+pesquisa+em+sa%C3%BAde.%C2%A0Pesquisa+qualitativa+na+aten%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+sa%C3%BAde%2C+v.+2%2C+2009.&btnG=&lr=lang_pt . Acesso em: 15 set. 2023.

ELEMENTOS QUE IMPACTAM A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma revisão sistemática

Lilian Aparecida Carneiro Oliveira[210]
Lilian Perdigão Caixêta Reis[211]
Emmanuella Aparecida Miranda[212]

Resumo
Por meio da revisão sistemática da literatura mapeou-se os trabalhos existentes sobre a temática da assistência estudantil e seus impactos para os jovens estudantes universitários, Os resultados da busca demonstraram os fatores que contribuem para a desistência do curso, tais como: dificuldades financeiras, sociais, culturais, desempenho acadêmico, obrigações laborais e mudança de logradouro, permitindo verificar que a política de assistência estudantil é fundamental à permanência no universo acadêmico.

Palavras-chave: PNAES. Ensino Superior. Permanência. Políticas Públicas.

1 Introdução

A política de assistência estudantil busca por meio de suas ações ampliar as condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, além das restrições financeiras, outros fatores subjetivos e pedagógicos devem ser considerados, como as dificuldades e defasagens educacionais dos jovens pobres, rede de apoio familiar e social, além das relações sistêmicas que envolvem a dinâmica individual e coletiva, quer seja em linha direta ou indireta com elementos que compõem o macrocosmo social.

O PNAES é um programa de assistência estudantil instituído a nível federal por meio da Portaria 39, de 12 de dezembro de 2007, tendo como público alvo os estudantes da educação superior de cursos presenciais das instituições federais de Ensino Superior.

No entanto, foi por meio da aprovação do Decreto nº 7.234, em 19 de julho de 2010 que as ações se tornaram mais consistentes e expandidas. O PNAES, tem como objetivos:

> I) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior; III) reduzir as taxas de retenção e evasão e IV) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

[210] Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.
[211] Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.
[212] Assistente Social no IF Sudeste MG Campus Muriaé. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: emmanuella. miranda@ifsudestemg.edu.br.

Dentre as ações previstas no programa destacam-se no Art. 3º, § 1º: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Por isso, compreender quais fatores influenciam a trajetória acadêmica de estudantes universitários, considerando suas subjetividades e as dimensões econômica, social e cultural na qual estão inseridos, assim como o papel da rede de apoio familiar e da política de assistência estudantil é fundamental para se pensar a permanência, a qualidade de vida e o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o levantamento de dados catalogados nas plataformas de pesquisa, utilizamos a estratégia PICOS[213]: P = população; I = intervenção; C = comparação; O = *Outcomes* (desfecho); e Tipo de Estudo. No caso em questão, restringimos nossa busca em torno do estudante, Política de Assistência Estudantil e permanência. Os termos foram adotados em língua inglesa, considerando a maior produção acadêmico-científica possível para os parâmetros da busca. O direcionamento do levantamento de dados atendeu ao critério dos boleanos and e or e a seguinte equação como chave de busca: (student) and ("stud* assistance" or "education policies" or “professional education" or pnaes) and (permanence).

Considerando que o universo acadêmico é permeado por elementos que influenciam e permeiam a trajetória dos estudantes desde o ingresso, a permanência e a conclusão dos cursos, tal pesquisa busca identificar nos artigos analisados os multifatores e a complexidade de relações que se estabelecem durante o percurso universitário.

Além disso, a importância dessa revisão também está no levantamento das informações que versam sobre o papel das políticas públicas, sobremaneira a política de assistência estudantil, de fato se confirma ou não como instrumento democrático para o acesso, permanência e desenvolvimento estudantil dentro e fora do espaço escolar. Em que medida a política é eficiente, eficaz e se promove resultados de efetividade na vida dos estudantes ou, se como transferência de renda, esgota-se em si mesma como paliativo social de uma situação com poucas condições de êxito para além da educação formal.

2 Metodologia

Estratégia de busca

Mediante a revisão sistemática realizada entre os meses de maio a agosto de 2023, buscou-se sintetizar o conhecimento produzido na literatura acerca dos efeitos da assistência estudantil para os jovens e suas famílias no que diz respeito à sua permanência no Ensino Superior.

Esse trabalho foi elaborado com base na recomendação dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA), que consiste em uma lista

[213] Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwzWR8cpDmRWQr/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 20 ago 2023.

de verificação de 27 itens e um diagrama de fluxo de quatro fases com o objetivo de auxiliar autores a melhorar a comunicação de revisões (Liberati *et al,* 2009).

Utilizamos a estratégia PICOS [214], que representa População, Intervenção, Comparação, "Outcomes" (desfecho) e Tipo de estudo, para organizar e construir com o uso dos boleanos and e or, a seguinte equação como chave de busca: ((student) and ("stud* assistance" or "education policies" or "professional education" or pnaes) and (permanence)) que foi utilizada para as buscas nas plataformas Scopus, Scielo e Web of Science.

Critérios de seleção

Como critérios de inclusão, basearam-se no formato da publicação, artigos originais em periódicos revisado por pares, que tratassem da assistência estudantil e permanência estudantil universitária.

Como critério de exclusão foi preestabelecido: artigos sem o "*abstract",* sem o texto integral, artigos de revisão de literatura, e os não relacionados diretamente com o tema.

Primeiramente foi realizada a busca na plataforma Scopus, na qual foram identificados 254 resultados, depois na plataforma Scielo encontrando 2 trabalhos e por último na plataforma Web of Science na qual encontrou-se 1 artigo, totalizando 257 publicações.

Como critério de exclusão foram descartadas as publicações duplicadas de trabalhos que constavam em mais de uma base de dados. Posteriormente, a primeira seleção foi realizada com base nas leituras de todos os títulos dos trabalhos, para verificar se estaria em acordo com a temática.

Para melhor organização dos dados foi utilizado o software Start que possibilitou a exportação dos dados, como *title, author* e *abstract*. Realizada a etapa de buscas, foi dado início a leitura e análise dos títulos e resumos dos artigos pelos revisores, utilizando para a seleção critérios de elegibilidade de inclusão e exclusão já pré-determinados para responder a uma pergunta inicial de pesquisa, o que foi fundamental para avaliar a relevância dos trabalhos.

Com o auxílio do software Start, constatou-se 7 trabalhos duplicados, permanecendo 250 trabalhos para análise. Dos 250 trabalhos analisados por título e resumo, 241 foram rejeitados por estarem em desacordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para o estudo, permanecendo 9 trabalhos em texto completo para leitura, sendo rejeitados 3 desses artigos pelos revisores por causa de acesso restrito dos trabalhos, ficando com 6 artigos para análise dos dados.

Extração e análise dos dados

[214] Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwzWR8cpDmRWQr/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 18 ago. 2023.

A extração dos dados assim como a seleção foi realizada por dois revisores de forma independente buscando extrair as informações mais relevantes dos trabalhos. Para isso, foram considerados o ano de publicação dos artigos, autores, país e local de realização da pesquisa, população amostral, instrumentos de coleta de dados, objetivos e resultados.

Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011), realizando-se a categorização dos dados a partir dos objetivos da investigação e dos resumos dos trabalhos selecionados com a ajuda do software *Iramuteq*. A discussão das categorias foi subsidiada pelo aporte teórico.

Caracterização dos trabalhos selecionados

Constatou-se que, dentre os trabalhos selecionados para análise, que as publicações foram realizadas entre os anos de 2020 a 2022, sendo 50% dos artigos com estudos realizados no Brasil, 33,33% dos artigos com estudos realizados na Colômbia e 16,67% dos artigos com estudos realizados no Chile.

Em relação as amostras dos artigos verificaram-se que 66,67 % dos trabalhos utilizaram como instrumento de coleta de dados o questionário, tendo como amostragens número de participantes maiores, variando de 269 a 13402 estudantes e 33,33% dos trabalhos utilizaram a narrativa como instrumento de coleta, com amostragens menores variando de 1 a 19 estudantes.

3 Resultados e discussões

A seguir, na Tabela 1 são apresentados os autores, o ano de publicação e o país.

Tabela 1 - Caracterização das publicações incluídas na revisão, segundo autores, ano e país

Autores	Ano	País
Alfredo Guzmán Rincón, Sandra Barragán Moreno, Favio Cala-Vitery & Nuria Segovia-García	2022	Colômbia
Alfredo Guzmán, Sandra Barragán Favio Cala-Vitery	2022	Colômbia
Juliana Garcia Cespedes, Maria Angélica Pedra Minhoto, Suzana Cristina Pereira de Oliveira, Anderson da Silva Rosa	2021	Brasil
	2021	Brasil

Rafaella Eloy de Novaes, Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira		
Alejandro Díaz Mujica , María V Pérez Villalobos, Ana B Bernardo Gutiérrez, Antonio Cervero Fernández-Castañón, Julio A González-Pienda	2019	Chile
Rosileia Lucia Nierotka, Joviles Vitório Trevisol	2016	Brasil

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

O primeiro artigo estabelece, a partir das narrativas de um grupo de 19 estudantes colombianos universitários, as causas da evasão estudantil de estudantes universitários rurais, tendo em vista que muitas vezes, as políticas institucionais são desarticuladas da realidade dos estudantes, não sendo efetiva para mitigar a evasão desse público alvo. Os resultados da pesquisa demonstraram que as variáveis que mais contribuem para a evasão estudantil rural, relatadas pelos participantes com maior frequência foram: trabalho e obrigações familiares, condição financeira do aluno e a relação com os professores (Guzmán Rincón *et al*, 2022).

Já o segundo artigo buscou identificar quais variáveis individuais, acadêmicas, socioeconômicas e institucionais influenciam a evasão e a retenção, tendo em vista que as pesquisas existentes foram realizadas em países desenvolvidos, o objetivo da pesquisa priorizou identificar as variáveis que causam a evasão no contexto educacional rural colombiano caracterizado pela disparidade social, desigualdade de renda e outras tensões. A partir da amostra de 269 estudantes universitários rurais colombianos verificou-se que a permanência está relacionada com o nível de escolaridade do pai, obrigações familiares e laborais, necessidade de mudar de local de residência, média acadêmica no Ensino Superior, satisfação com a escolha do curso, comunicação com a instituição, a atenção dos professores (Guzmán; Barragán; Cala-Vitery, 2022).

O enfoque do terceiro artigo é avaliar o impacto do programa Pape da Unifesp sobre o desempenho acadêmico e sua eficácia na ampliação das condições de permanência dos estudantes, trazendo dados que possibilitam verificar que o programa é eficaz para a permanência dos estudantes em condição de vulnerabilidade e que possibilita melhor desempenho acadêmico aos estudantes beneficiados, se comparado com outros na mesma condição econômica que não recebem o auxílio (Cespedes *et al.*, 2021).

O quarto artigo aborda o impacto das trajetórias acadêmicas não normativas no desenvolvimento de uma estudante negra, demonstrando o quanto a universidade e as políticas institucionais necessitam serem revistas. Com o ingresso de grupos historicamente excluídos na universidade, verificou-se que as políticas institucionais

não acompanham e dão o apoio necessário a permanência dos estudantes que não apresentam o padrão universitário desejado, reproduzindo a mesma lógica meritocrática e excludente de sempre. Os resultados demonstram a necessidade de desnaturalizar as dificuldades impostas aos grupos minoritários para se adaptarem ao contexto universitário, uma vez que, as trajetórias dos grupos menos favorecidos são frequentemente as mais problemáticas e que necessitam de políticas mais efetivas para a permanência, êxito e inclusão desses estudantes (De Novaes; De Oliveira, 2021).

O quinto artigo analisa as variáveis individuais (afetivas e cognitivas) que que influenciam a evasão universitária, por meio da amostra de 2741 calouros de seis universidades chilenas. A pesquisa demonstra que a permanência está vinculada a motivação intrínseca, satisfação com o curso e performance acadêmica (Mujica *et al.*, 2019).

O artigo 6 descreve como as políticas como REUNI, PROUNI e Lei das Cotas que ampliaram o acesso ao Ensino Superior, foram importantes para o acesso dos grupos historicamente excluídos no Ensino Superior e nas universidades públicas federais. O estudo demonstra a mudança no perfil universitário com ingresso de mais jovens, mulheres, com baixa escolaridade e renda familiar até três salários mínimos, a partir da implementação dessas políticas de ampliação de acesso as universidades e ratifica a importância de políticas de permanência que atendam as especificidades desse novo público (Nierotka; Trevisol, 2016).

Os artigos selecionados apresentam em comum fatores e variáveis que impactam na permanência universitária desde fatores subjetivos e objetivos (individuais, acadêmicos e materiais), que interferem na trajetória e no desenvolvimento dos estudantes, ratificando a importância de implementação e melhorias das políticas de assistência estudantil no atendimento das necessidades dos estudantes de acordo com a realidade e o contexto destes.

Dessa forma, é muito relevante salientar que dentre os estudos analisados o enfoque dos artigos em relação aos fatores que impactam a permanência estudantil foram categorizados conforme as variáveis que apareceram com maior frequência nos trabalhos como sendo: Subjetivas (referindo-se as questões individuais que estariam ligadas a aspectos que dizem respeito a vida particular do indivíduo e suas relações; acadêmico que estariam ligados a fatores pedagógicos e relação com os professores, que influenciam o rendimento acadêmico); e Objetivas (materiais que diz respeito a condição financeira e de vulnerabilidade do estudante e sua família e da condição da manutenção – transferência de renda/ auxílio estudantil - e da prestação de serviços por parte da instituição – atendimento pela equipe multiprofissional).

Buscando identificar os fatores que impactam na permanência dos estudantes universitários - como o rendimento acadêmico, condições materiais, sociais e culturais - bem como o papel de suporte da política de assistência estudantil, partimos dos resumos dos trabalhos selecionados para categorizar as variáveis encontradas em torno dos aspectos subjetivos e objetivos. Para tal, utilizamos a ferramenta *Iramuteq* para criação da nuvem de palavras para melhor sintetização dos dados.

Figura 1 – Nuvem de palavras com as palavras-chave dos resumos dos artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os dados da nuvem de palavras apresentam as pesquisas realizadas com estudantes universitários, revelando em seu processo acadêmico circunstâncias de satisfação, bem como dados que indicam os motivos de evasão. A permanência é transversalizada por circunstâncias que favorecem ou dificultam a trajetória estudantil.

Dentre o público mais afetado estão os estudantes rurais. Para estes a evasão e a permanência estão articulados com o nível de escolaridade ascendente e as obrigações familiares e laborais. No campo das políticas públicas há uma grande necessidade da assistência estudantil de moradia estudantil/ alojamento.

Com relação ao quesito objetividade destaca-se a dificuldade em relação à possibilidade de renda familiar. Neste ponto, o programa de assistência estudantil tem sido eficaz na recomposição de renda dos estudantes mais vulneráveis, o que repercute no melhor desempenho acadêmico.

A população acadêmica pesquisada apresentou em suas diferentes trajetórias o quesito oportunidade e autodesenvolvimento em contradição. Ou seja, apesar das políticas de assistência estudantil possibilitarem transferência de renda, outros obstáculos no campo da subjetividade foram levantados como o apelo à meritocracia e a identidade das individualidades. Nesse ponto, apresentam maior demanda a programas complementares por parte das equipes multiprofissionais das universidades, o que encerra as condições simbólicas de reprodução social.

A variável afetividade permeia as relações cognitivas que envolvem a predição estrutural. Em outras palavras, a interseção emotiva e as condições de permanência material são substanciais para autoeficácia dos auxílios estudantis.

Considerações finais

Considerando que este artigo de revisão sistemática teve por objetivo mapear os trabalhos existentes sobre a temática da assistência estudantil e seus impactos para os

jovens estudantes universitários, o levantamento e as análises proporcionaram a compreensão sobre a condição de permanência e as formas de aproveitamento pleno da formação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, o enfoque dos artigos em sua maioria debruça-se nas condições objetivas realçadas pelas condições materiais de vida. Cerca de 66,67% dos resultados apontaram para a baixa condição de renda como fator impactante na condição de permanência.

Enquanto 33,33% dos resultados apresentam dados relacionados à subjetividade, ou seja, referem-se às formas simbólicas de reprodução social. Nesse cômputo, são caracterizados os sentimentos individuais e coletivos em relação às condições ofertadas pelo meio acadêmico para o pleno desenvolvimento estudantil.

À guisa de conclusão, pessoas em baixa condição de renda e/ ou grupo social historicamente excluídos apresentam em sua trajetória de vida tanto fora, quanto dentro da escola, pouca apropriação do capital cultural. Isso repercute nas formas de ser e estar, bem como conviver com outros agrupamentos sociais em espaços alheios ao ambiente doméstico.

Portanto, o papel da política de assistência estudantil se apresenta como um apoio fundamental à permanência no universo acadêmico, uma vez que, favorece a equidade financeira ao mesmo tempo em que possibilita aspectos de autoestima estudantil.

Referências

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://portal. mec.gov. br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

CESPEDES, Juliana Garcia *et al*. **Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo**, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-403620210002902418. Acesso em 21 ago. 2023.

GALVÃO, Tais Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwzWR8cpDmRWQr/?lang=pt&format=pdf.
Acesso em: 12 ago. 2023.

GUZMÁN, A.; BARRAGÁN, S., CALA-VITERY, F.; SEGOVIA-GARCÍA, N**. Deserción en la educación superior rural**: análisis de causas desde el pensamiento

sistémico, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17583/qre.10048. Acesso em 22 ago. 2023.

GUZMÁN, A.; BARRAGÁN, S.; CALA-VITERY, F. **Comparative analysis of dropout and student permanence in rural higher education**, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su1414887. Acesso em: 16 ago. 2023.

LIBERATI, A; ALTMAN, D. G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C. *et al*. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. e1000100, 2009;

Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. 264-269, 2009

MUJICA, A. D. *et al*. **Affective and cognitive variables involved in structural prediction of university dropout**, 2019. Disponível em: 10.7334/psicothema2019.124. Acesso em: 19 ago. 2023.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E CURSINHOS POPULARES COMO TERRITÓRIOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Beatriz Fernanda Carreira[215]
Maria Zenaide Alves[216]

Resumo
Este trabalho traz ao debate a experiência dos pré-vestibulares populares como territórios de democratização da educação para jovens das camadas populares. Pauta-se nos estudos das juventudes, dos pré-vestibulares populares e da educação popular, compreendendo que estes cursinhos se constituem como territórios que capazes de promover a democratização do acesso a educação e para a construção dos projetos de escolarização dos jovens.

Palavras-chave: educação popular. juventudes. pré-vestibular popular.

1 Introdução

Este trabalho faz parte dos estudos das Juventudes e Educação Popular desenvolvidas em nível de Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Tem como eixo central os pré-vestibulares populares (PVP) como territórios de democratização da educação, uma vez que estes têm sido visto como um meio de acesso ao Ensino Superior por jovens das camadas populares. Tem como objetivo tecer reflexões sobre este território e seu potencial de alavancar os sonhos e projetos de vida dessas/es jovens, tendo como metodologia o estudo bibliográfico, pautado nos estudos das juventudes e dos pré-vestibulares populares. Assim, buscamos responder à seguinte pergunta: em que medida os pré-vestibulares populares são constituídos como territórios de democratização da educação ampliam o campo de possibilidades de jovens das camadas populares da sociedade?

2 Metodologia

Primeiramente apontamos os estudos das juventudes por uma ótica sociológica, pautando-nos em autoras/es como José Machado Pais (1990), Juarez Dayrell (2003), Luís Antônio Groppo (2022), Oscar Dávila León e Helena Wendel Abramo (2005) e o Estatuto da Juventude, provido pela Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. De acordo com este documento, são consideradas/os jovens as pessoas que estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos e lhes assegura o direito à autonomia e emancipação, predicados que são potencializados nos pré-vestibulares populares (PVP), nosso campo de estudo.

[215] UFCAT. E-mail: beatrizfernanda.carreria@gmail.com
[216] UFCAT. E-mail: zenpiaui@ufcat.edu.br

Com base em autoras/es como Adriano De La Fuente (2019), Lajara Janaina de Lopes Corrêa (2011), Clóves Alexandre Castro (2005) e a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), é possível pensarmos sobre as condições de acesso das/dos jovens das camadas populares no Ensino Superior tendo como ponto de partida a sua participação em pré-vestibulares populares (PVP). Acreditamos neste como um território de democratização da educação que impulsiona as/os jovens a conquistar o sonhado lugar no Ensino Superior e a planejarem seu futuro diante de novas possibilidades a que são apresentadas/os.

3 Resultados e discussões

Neste trabalho, compreendemos como jovens aquelas/es que estão no ciclo marcado por semelhanças e diferenças que categorizam um momento da vida tanto no que diz respeito a mudanças físicas, intelectuais e emocionais, que levam até a entrada no ciclo da vida adulta, que já vem sendo discutidas desde as concepções clássicas das juventudes. Mas também considerando dimensões definidas como marcadores dessa entrada na vida adulta, como a conclusão dos estudos, saída da casa dos pais ou responsáveis, ingresso no mercado de trabalho, matrimônio ou união estável, entre tantos outros fatores categorizados como marcos da vida adulta, bem como apontam Oscar Dávila León e Helena Wendel Abramo (2005).

Entendemos também que as/os jovens estão em dois âmbitos diferentes, o das semelhanças e os das diferenças. Por um lado, se constituem como jovens diante de interesses, culturas e experiências comuns de determinado ciclo da vida até o ingresso no mundo adulto, o que as/os torna uma unidade. E por outro lado, incorporam suas diferenças pessoais e sociais dentro deste mesmo ciclo. Seus eixos sociais, como raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outros marcadores são considerados na dimensão da interseccionalidade do ser jovem.

A interligação entre os eixos sociais de cada jovem faz parte das condições juvenis e, aqui, destacamos dois grandes grupos de jovens: as/os jovens vindas/os das classes dominantes, as mais abastadas e privilegiadas e, principalmente, as/os jovens das camadas populares da sociedade. Estas/estes estão imersas/os nas famílias trabalhadoras que lutam diariamente por sua vivência (ou, muitas vezes, apenas sobrevivência) na sociedade do capital. Assim, fazem parte de um grupo que precisa superar as diversas marginalizações que sofrem e que as/os não permitem enxergar os níveis elevados de ensino como territórios possíveis.

As instituições de Ensino Superior, por exemplo, ainda é um território pouco explorado por jovens vindas/os das camadas populares da sociedade. Para elas/eles o acesso a este nível de ensino tem sido historicamente dificultado, em que pese as políticas de ações afirmativas no Ensino Superior dos últimos anos. O fato é que a estrutura social na qual nos encontramos que, dominada por preceitos neoliberais que acaba por fomentar a valorização da educação apenas para aquelas/es que já se encontram em lugares privilegiados, apesar de explicitado em nossa Carta Magna o direito à educação para todas as pessoas, inclusive nos níveis mais elevados de ensino.

Porém, historicamente, notamos que a própria forma de ingresso neste nível de ensino já afasta as camadas populares de acessá-lo, pois, sendo por meio de vestibulares, as pessoas pertencentes às camadas privilegiadas são as que, na maior parte das vezes,

conseguem obter melhores pontuações e, logo, ingressarem no Ensino Superior. Os vestibulares, durante muito tempo, funcionaram como um sistema avaliativo que toma como prioridade o mérito de cada pessoa e, portanto, não levando em consideração a condição econômica, social, emocional das/dos que se submetem em busca do ingresso nas universidades, como afirma De La Fuente (2019).

Considerações finais

Com base em estudos realizados, os PVP caracterizam-se pelos fundamentos da Educação Popular e, desta forma, contribuem para a construção e reconstrução de saberes que permitem as/os jovens de camadas populares não apenas a soma dos conteúdos curriculares necessários para a aprovação nas provas de vestibulares, mas para a sua construção de autonomia e emancipação, bem como é seu direito juvenil legal. Nesse sentido, se constituem como um território que democratiza a educação e fazem com que as/os jovens consigam planejar seu futuro diante da conquista de uma nova realidade e de um lugar social que antes não se enxergavam.

Referências

ABRAMO, Helen Wendel. Adolescência e Juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-40.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. **Estatuto da juventude**. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

CASTRO, Clóves Alexandre. **Cursinhos Alternativos e Populares:** movimentos territoriais de luta pelo acesso ao Ensino Superior no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

CORREA, Lajara Janaina Lopes. **Cursinho popular:** estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

DE LA FUENTE, A. R. de S. **Pré-vestibular alternativo como território de cidadania**: contribuições do *campus* Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. 2019. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia,

Uberlândia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26924/1/PrevestibularAlternativoTerrit%C3% B3rio.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes, Sociologia da Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *In*: GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes contemporâneas**. Porto Alegre: Cirkula, 2022.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, [*S.l.*], v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

NARRATIVAS DA ALTERIDADE: a saudável inconstância dos castelos de areia

Amanda do Nascimento dos Santos Almeida[217]

Resumo
Esta proposta pressupõe uma relação dialógica entre psicologia, educação e linguagem, três forças motrizes que motivam e fazem parte da vida acadêmica desta pesquisadora. Pretendo identificar como a cultura cria um modo subjetivo de enxergar a própria existência e na construção e no projeto de vida do jovem; e o quanto iniciativas educacionais contribuem para a transformação da visão sobre a própria vida de um jovem oriundo de camadas populares.

Palavras-chave: Juventudes. Escola. Projeto de vida.

1 Introdução

Esta proposta intitula-se como uma saudável inconstância dos castelos de areia, sendo esses últimos, metáforas dos movimentos permanentes dos processos de subjetivação constituídos a partir do paradigma ético-estético-político proposta por Guatarri (1992), no qual a ética é o reconhecimento da alteridade.

Dessa forma, o sujeito é impactado e construído a partir de relação e condições sociais alheias à sua escolha, nasce, cresce e vive em contextos e grupos sociais no qual de identificam pelas formas que experenciam e veem as relações e contradições, entre si mesmos e a sociedade, o que produz uma cultura própria.

Como os jovens de camadas populares constroem suas subjetividades a partir das experiências advindas do mundo, e o quanto a escola e os professores influenciam neste processo? Entendendo a juventude como uma condição social e um tipo de representação que perpassa condições e classes sociais, etnias, identidades religiosas, valores construídos, gênero, região em que moram e habitam, dentre outros aspectos.

Entenderemos a juventude como um processo mais amplo de constituição de sujeitos, porém, com as idiossincrasias que marcam a vida de cada um, mais especificamente no âmbito escolar, individual e social, de desenvolvimento de indivíduos singulares e de intervenção nas condições sociais assim como também uma prática política enquanto instância transformadora das consciências.[218]

Já que a educação antes de ser um processo de formação cultural, é um fenômeno social; portanto, a cultura e o indivíduo são determinados por condições sociais e políticas, caracterizadas pela existência de classes sociais antagônicas, com diferentes concepções de mundo, diferentes comportamentos sociais, valores e interesses. [219] Em

---

[217] Doutoranda em Educação, Universidade Federal Fluminense UFF, almeidaamanda@id.uff.br.
[218] LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública – A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p.77.
[219] LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública** – A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p.73

virtude disso, nesta pesquisa considerar-se-á *projeto de vida* tanto um processo de formação cultural quanto um fenômeno social – cujo objetivo é a emancipação humana, a libertação da opressão de classe, de maneira a que o homem atinja a plenitude de sua humanidade.

As diferenças nas condições de existência, entre as classes populares e as dominantes influi fortemente nas práticas culturais de ambas, já que enquanto a primeira preocupa-se em sobreviver ao presente, à segunda consegue planejar o futuro e controlar as próprias vivências com mais efetividade, de forma que a escola e os demais espaços de escolarização – formais e informais, vão possuir significados diferentes para ambas. O professor e pesquisador José Carlos Libâneo correlaciona três efeitos significativos sobre o processo didático: os meios didáticos de estímulo ao aluno em face da mediação com o professor; a diferenciação do trabalho docente diante das diferenças culturais; a flexibilidade metodológica do professor que lhe permitirá tomar decisões de cunho pedagógico-didático em face de situações pedagógicas concretas e específicas de sala de aula.

Diante das problemáticas apresentadas, será necessário responder ainda quais são as expectativas dos estudantes ao terminarem o ensino médio em uma escolas pública e periférica, assim como a suas expectativas profissionais e acadêmicas.

Contamos com Freire (2001) para as discussões acerca do espaço de escolarização e do projeto de vida, a fim de uma reflexão mais aprofundada sobre como os espaços de escolarização influenciam tanto os jovens-alunos, quanto os jovens-alunos-professores inseridos no contexto de educação popular.

A fim de compreender melhor as realidades e desigualdades sociais, e seus processos de exclusão nos debruçamos sob Sawaia (2011) para refletir e promover ações efetivas no enfrentamento das causas do sofrimento ético-político dos estudantes na formação educacional em razão dos processos de exclusão social e da desigualdade de acesso à educação superior. Neste sentido, cabe ainda a reflexão: de que forma o fazer pedagógico e a psicologia pode contribuir para as trajetórias de estudantes de camada popular que vislumbram o projeto de formação universitária?

Para Guatarri (1999) o modo com o sujeito vai viver seu processo de subjetivação é intimamente ligado ao capitalismo, em uma relação de alienação e opressão. Esse fenômeno acontece porque a subjetivação não ocorre no campo do indivíduo mas em sociedade, e todos os processos sociais e materiais que permeiam essa sociedade.

Dessa forma, uma sociedade capitalista, produzirá sujeitos impactados por esta política, e consequentemente serão afetados pelo sofrimento ético-político já mencionado nesta proposta. Para Guatarri (1992) a única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de um subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa-intervenção na qual proponho base empírica, participativa, que busca investigar coletivamente jovens oriundos de escolas públicas e a construção de suas subjetividades em relação aos seus projetos de vida; e também a construção das subjetividades dos professores no encontro de alteridade com seus alunos.

A pesquisa-intervenção é de cunho qualitativo e tem como referenciais a psicologia sócio-histórica (Vygotsky) e os conceitos de dialogismo e alteridade de M. Bakhtin, a partir do entendimento de que o sujeito se constitui a partir do encontro com o outro, numa dimensão coletivamente compartilhada. As etapas do percurso de trabalho serão delineadas a partir das demandas do campo. Dentre as atividades previstas, encontra-se a elaboração de uma pesquisa-intervenção de caráter qualitativo.

Foi criado um espaço de estimulação, explorando aspectos do dia-a-dia da vida dos envolvidos na pesquisa, a partir do reconhecimento de alteridades, observando novos modos de subjetivação da juventude oriunda da escola pública na contemporaneidade.

Enquanto estudiosa de nossa língua materna, e narrativas literárias no âmbito da literatura comparada e literatura brasileira, realizei uma escuta aguçada das narrativas de vidas dos envolvidos na pesquisa.

Foram analisados os relatos nos quais busquei analisar a formação de subjetividade, projeto de vida, medos e anseios, dificuldades e alegrias, entraves e perspectivas da juventude periférica e/ou oriunda de escolas públicas estaduais localizadas na Zona Norte de Niterói no momento em que vivemos, e quais as perspectivas para a educação e sociedade diante do que encontraremos em seus relatos narrativos.

3 Resultados e discussões

Haverá a apresentação do relato de uma professora de sociologia da rede estadual de educação, que atualmente leciona a disciplina de projeto de vida. Haverá a reflexão tendo como base os relatos de vida da professora que leciona há mais de vinte anos e tem experiências em sua relação de alteridade com alunos da escola pública.

O debate se dará em torno da discussão da mudança de currículo, e o impacto desta mudança na vida dos alunos. Assim como a problematização e discussão sobre o projeto de vida dos jovens oriundos da escola pública que estão no último ano do ensino médio.

Considerações Finais

Consideramos que o jovem oriundo da escola pública não possui um projeto de vida consistente e que a escola, personalizada na figura dos professores pode e contribui intimamente para as escolhas de quais rumos o jovem deve seguir nos primeiros anos da vida adulta.

Esta é uma pesquisa embrionária, ainda no começo do processo do doutorado, esperamos responder aos poucos as questões trazidas, e neste trabalho, compartilhar os relatos já colhidos, experiências e escritos do diário de bordo.

Referências

GUATARRI, F. **O inconsciente maquínico**: ensaiosde esquizo-análise. Campinas: Papirus Editora, 1988.

GUATARRI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola** pública – A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise éticopsicossocial da desigualdade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VYGOTSKY, L. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ANÁLISES DOS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE JOVENS

Erilene Alves de Sousa[220]
Paula Franssinetti Jales Cartaxo[221]
Alexsandra Maria Sousa Silva[222]

Resumo

Este trabalho se propõe discutir sobre as condições sociais dos jovens e seus reflexos em tempos de realização do exame de vestibular/ENEM e as escolhas, dentre as quais, situamos a dimensão profissional. Vivemos em uma sociedade capitalista e estratificada em classes sociais, onde a preocupação com o status profissional e o retorno financeiro parece que vem se sobrepondo as escolhas por identificação ou sonho. A partir dessa problematização, temos como objetivo deste estudo, analisar os reflexos das condições sociais para as escolhas profissionais de jovens do 3º ano do Ensino Médio. A metodologia foi qualitativa, com realização de entrevistas com estudantes 3º ano do Ensino Médio, de uma escola privada, no interior do Ceará (CE). Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo, com auxílio do *software* atlas T.i. Os resultados apontaram algumas categorias como: a cultura/social, a família e a escola. Identificamos que a decisão do jovem sobre a profissão a seguir, está atravessada por determinantes sociais, destacando cursos de 'elite', como medicina, direito e engenharia. Isso é reflexo de uma sociedade capitalista e estruturada em classes sociais, cujos efeitos são incorporados e marcam as escolhas desses sujeitos. A dimensão familiar foi uma categoria que emergiu fortemente, visto que os jovens demonstraram atribuir considerável importância aos posicionamentos, principalmente de seus pais (pai e mãe) na escolha de qual curso buscar. Questionamos com isso, a realidade dos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, cuja escolhas estão limitadas as condições em que vivem, que cresceram longe da família ou que não tem referência próxima de pessoas que tiveram experiência no Ensino Superior. Diante do exposto, problematizamos algumas naturalizações produzidas em torno do ideal de vida direcionado ao jovem na modernidade, que influencia o futuro e as escolhas, a depender da classe social que este ocupa. Ao jovem de classe pobre, é destinado o mundo do trabalho, ao jovem de classe média, o Ensino Superior, a considerar alguns cursos, dito mais acessíveis e aos jovens de classe alta os cursos considerados de elite. Por fim, é valido pontuar o papel da escola na (trans)formação dessa realidade que priva uns e supervaloriza outros. Concluímos reafirmando que a educação é um caminho de enfrentamento as opressões, de construção de conscientização e de luta pela libertação social.

[220] Mestra em ensino na saúde, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Faculdade 5 de Julho (F5) e Centro Universitário Uninta, em Sobral-Ce. E-mail: erilene.icarai@gmail.com
[221] Graduada em Psicologia, pela Faculdade Luciano Feijão (FLF), em Sobral-Ce. E-mail: paula.moura.cartaxo@gmail.com
[222] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF),em Sobral-Ce. E-mail: alexsandramss88@gmail.com

QUEM SÃO OS PROFESSORES DE PROJETO DE VIDA EM MINAS GERAIS?

Mateus José dos Santos[223]
Douglas Franco Bortone[224]
Sidney Pires Martins[225]
Rita Márcia Andrade Vaz de Mello[226]

Resumo
Com a implementação da política educacional que reorganiza o Ensino Médio em território nacional, o componente curricular de Projeto de Vida se institucionalizou enquanto com o objetivo de orientar as escolhas de futuro das juventudes, perpassando por questões emocionais, sociais, éticas e de formação cidadã. A reorganização curricular trouxe consigo diversas implicações, sobretudo na formação docente para atuação nos chamados itinerários formativos. Nessa perspectiva, o projeto de pesquisa em andamento proposto pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR-UFV), vinculado à Universidade Federal de Viçosa (MG), busca identificar quem são os professores que atuam na respectiva disciplina e de que modo estes adquirem conhecimentos específicos para atender as expectativas do Novo Ensino Médio. Cercando-se de uma metodologia qualitativa fenomenológica, buscar-se-á realizar entrevistas de caráter semiestruturado com docentes, assim como a análise de documentos publicados pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Espera-se que a pesquisa contribua significativamente para a formação docente e o processo de avaliação da contrarreforma curricular em tempos de notório saber; fortalecendo a qualificação, formação continuada e a valorização do magistério, fomentando a retomada da resolução CNE/CP 02/2015.

Palavras-chave: projeto de Vida. Minas Gerais. Novo Ensino Médio. Formação Docente.

[223] Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED). GEPPFOR. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
[224] Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED). GEPPFOR. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
[225] Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED). GEPPFOR. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
[226] Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). GEPPFOR. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

JOVENS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR: percepções de estudantes de uma universidade pública no extremo norte do país sobre projetos profissionais e trabalho

Fernanda Ax Wilhelm[227]
Suzana da Rosa Tolfo[228]
Luciana Dutra-Thomé[229]

Resumo
Projetos profissionais podem contribuir para alcançar, por meio do trabalho, melhores condições de vida para os jovens, suas famílias e sua comunidade. O objetivo do estudo foi analisar as percepções de dezoito jovens universitários indígenas, em uma universidade pública no extremo norte do país, sobre seus projetos profissionais e sobre o trabalho. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com categorias de análise preestabelecidas: a) dados de caracterização geral; b) construção de projetos profissionais; e c) características sobre trabalho. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin. Dentre os principais resultados obtidos, os participantes tem idades entre 19 e 30 anos em diferentes cursos de graduação. Sobre o processo de construção de projetos profissionais os participantes relataram o sentimento de orgulho e de conquista pela inserção no Ensino Superior; continuar os estudos após concluir a graduação (cursar pós-graduação); incentivar os jovens indígenas para qualificar-se para o mercado de trabalho; buscar inspiração em indígenas profissionais, da região norte, inseridos em diversas áreas de atuação. Para estes jovens, o trabalho, está relacionado a construção de um projeto coletivo, para contribuir com a resolução dos problemas existentes em suas comunidades. Os projetos profissionais são permeados por desafios, mas avaliam, de modo positivo, suas experiências acadêmicas para o trabalho. Concluindo, todos os participantes pretendem retornar para sua comunidade ao integrar o conhecimento científico adquirido em seu percurso acadêmico com os saberes originários para colaborar com a qualidade de vida dos povos indígenas.

Palavras-chave: Jovens indígenas. Projetos Profissionais. Trabalho.

[227] Doutora em Psicologia. Docente no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: fernanda.ax@ufrr.br.
[228] Doutora em Psicologia. Docente no curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: srtolfo14@gmail.com.
[229] Doutora em Psicologia. Docente no Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lucianaduth@gmail.com.

A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Lílian Caixêta Perdigão Reis[230]
Douglas Franco Bortone[231]
Maria das Dores de Saraiva Loreto[232]
Andreza Teixeira Guimarães Stampini[233]

Resumo
Com a aprovação da lei que reorganiza o Ensino Médio em âmbito federal, as unidades federativas iniciaram o processo de implantação da nova política educacional. O objetivo é examinar o processo de implementação do "Novo Ensino Médio" em Minas Gerais, tendo como abordagem metodológica a pesquisa documental em publicações, diretrizes e registros administrativos expedidos em contexto estadual. Não diferente do contexto político em que a Lei 13.415/17 é aprovada, o estado vem adotando uma política educacional liberal e de terceirização do ensino público, alinhado com a perspectiva política empresarial e tecnicamente administrativa. O processo inicial de implantação da nova política e reorganização do Ensino Médio ocorreu em 13 escolas, nas diversas áreas geográficas do estado, com o objetivo de transformá-las em "escolas-piloto", em atendimento à portaria do Ministério da Educação nº 1.024, de 04 de outubro de 2018. Assim, a projeção feita era que, até 2022, as escolas-piloto tivessem incorporado o currículo de referência para o Ensino Médio de Minas Gerais e, posteriormente, todas as unidades de ensino geridas pelo estado iniciariam o processo de implementação nas turmas de 1º ano do ensino médio. Por fim, a expectativa é que, até o final de 2024, todas as séries do Ensino Médio sejam contempladas com a reforma. Considera-se que política é de modelo top-down e que não contempla as diversidades existentes no próprio estado, desconsiderando as vozes dos principais sujeitos e alvos da política educacional.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Política Educacional. Minas Gerais.

[230] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br
[231] Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. douglas.bortone@ufv.br.
[232] Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Pós-Doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph - Canadá. Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Economia Rural, pela UFV. E-mail: mdora@ufv.br
[233] Doutoranda e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: andreza.stampini@ufv.br

A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Rayfran Pereira Ximendes[234]

369

Resumo

Este projeto tem como finalidade fazer uma análise de forma reflexiva e exploratória sobre a exclusão-inclusão social no contexto universitário, especificadamente, na UEMA de Caxias. Este projeto foi realizado em 2021 com a turma do 3º período de Ciências Sociais. O objetivo desse trabalho foi entender se os programas de auxilio estudantil são suficientes para acadêmicos de baixa renda, além disso analisaremos se a burocracias para aos programas de inclusão são realmente necessárias e seguras quanto a escolha verídica de alunos que realmente necessitam. Em contraste ao esperado, as políticas de assistência são um aspecto desconhecido, apesar de uma parte significativa serem inseridas. Em síntese, as políticas não são vistas como um direito, e sim como "boa ação" do Estado juntamente com universidade, essa conjuntura ocupará espaço significativo no projeto.

Palavras-chave: exclusão social. inclusão social. desigualdade social.

[234] Acadêmico de Ciências Sociais, UEMA, rayfranpereira2017@gmail.com.

O ACESSO ÀS TDIC NAS ESCOLAS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE COVID-2019

Andreza Teixeira Guimarães Stampini[235]
Angelita Alves de Carvalho[236]
Mary Anne Nascimento-Souza[237]
Douglas Franco Bortone[238]

RESUMO:
As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) colaboram para o crescimento da sociedade, pois elas permitem proporcionar diferentes componentes do mundo social. Percebe-se que as tecnologias vêm induzindo especialmente a faixa etária dos jovens. Observou-se ainda seu uso em sala de aula, colaborando para o ensino e aprendizagem dos estudantes. A nova versão da Base Nacional Comum Curricular dispõe de dez competências gerais, abarcando o emprego das TDIC como instrumento pedagógica. O objetivo desta pesquisa foi avaliar os diferentes tipos de TDIC que estão nas escolas brasileiras categorizando as distintas estratégias para continuação das atividades pedagógicas entre as escolas rurais e urbanas durante o Covid 19. Como resultados, notou-se que as escolas do meio urbano têm mais acesso às TDIC do que escolas do meio rural, por causa de infraestrutura no que diz respeito à conexão com à Internet. Isso acontece por causa da disparidade entre o meio urbano e rural, as quais transcorrem do sistema capitalista, bem como das desigualdades sócio histórico do país. Ademais, a pandemia evidenciou a diferença entre as áreas urbanas e rurais, pois, a comunidade escolar não tinha acesso de qualidade à Internet, os educandos não tinham o aparelhamento necessário para seguir o novo processo educacional, os pais não conseguiam assessorar seus filhos e a carga horária do docente aumentou.

Palavras-chave: Acesso. Tecnologia. Escolas. Covid 19.

[235] Doutoranda e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: andreza.stampini@ufv.br
[236] Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). E-mail: angelita.carvalho@ibge.gov.br
[237] Residência Pós-Doutoral e doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou (Fiocruz Minas). E-mail: maryannemoc@yahoo.com.br
[238] Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. douglas.bortone@ufv.br.

Grupo de Trabalho 12 - Juventudes, artes, ativismos e sul global

Coordenadores: Paula Guerra - (UNIPORTO-PT); Ana Cristina Meneses de Sousa- (UFPI-BR) e Francisco Alves de Oliveira Júnior (UFC-BR)

A PIRATARIA DE FILMES COMO UMA FORMA DE ACESSO E CONSUMO A CULTURA CINEMATOGRÁFICA PARA A JUVENTUDE

Maria Francisca Vieira Santos[239]
Bárbara Lis de Carvalho Sousa[240]

Resumo
Este estudo aborda a relação entre: pirataria de filmes, juventude e cultura cinematográfica. A juventude é considerada um fenômeno cultural e social. A pirataria é vista como uma forma de resistência cultural que desafia a indústria cultural dominante. A pesquisa adota uma revisão narrativa para sintetizar perspectivas sobre a pirataria e seu impacto no acesso cultural dos jovens, desafiando as normas da indústria, redefinindo o acesso à cultura.

Palavras-chave: Cinema. Pirataria. Juventude.

1 Introdução

Temos como objetivo investigar na literatura as relações entre a cinema, pirataria e juventude, bem como discutir o impacto da pirataria de filmes na experiência de consumo cinematográfico dos jovens. O cinema contemporâneo é marcado pela tecnologia, pelas discussões sobre a estrutura de distribuição, diante da constatação da alta exposição dos jovens as produções cinematográficas por meio das mídias audiovisuais, se faz necessário analisar o papel da pirataria de filmes na democratização do acesso à cultura cinematográfica entre a juventude.

Margulis e Urresti (2008) conceituam a juventude a partir de leque de modalidades culturais que podem se desenvolver a partir da "interação das probabilidades parciais dispostas pela classe, pelo gênero, pela idade, pela memória incorporada e pelas instituições". Ou seja, entendemos a juventude como um fenômeno cultural e social que abrange uma série de movimentos característicos de uma prática juvenil, é um momento etário que se relaciona com as condições social, política, cultural e econômica dos indivíduos.

Nossa discussão é centrada no aspecto simbólico da pirataria como resistência cultural. Meili (2015) entende pirataria como uma atividade cultural que se relaciona uma série de interesses coletivos como políticas normativas, a crítica a propriedade intelectual, a desobediência civil, o mercado, inovações tecnológicas, a cultura participativa e as economias informais.

Em relação ao tema do trabalho, Kellner (2001) diz que os produtos das indústrias culturais apresentam a função específica de legitimar ideologicamente as sociedades capitalistas existentes e integrar o indivíduo na cultura de massa. Logo, é preciso considerar a dominação de uma classe sobre a outra, pois a dominação ideológica usa os meios de comunicação como ferramenta para articular as ideologias

[239] Graduanda de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí. E-mail: mariafvsantos@ufpi.edu.br
[240] Graduanda de bacharelado em Design da Moda e Estilismo na Universidade Federal do Piauí. E-mail: barbaralis@ufpi.edu.br

dominantes para que estas se tornem hegemônicas e colaborem para a manutenção do *status quo*. Nossa intenção é perceber então, como a pirataria se relaciona com a experiência de mídia da juventude.

2 Metodologia

Neste estudo, adota-se uma revisão de literatura por meio de pesquisa bibliográfica, visando reunir o conhecimento existente sobre a pirataria de filmes, com um foco particular no acesso cultural por jovens. A revisão narrativa, que se destaca por fornecer sínteses abrangentes de informações previamente publicadas, foi a abordagem escolhida, alinhando-se com o objetivo de analisar e compreender o fenômeno da pirataria como uma forma de acesso à cultura (Yin, 2016).

As revisões narrativas, conforme delineadas por Martins (2018), desempenham um papel fundamental ao mapear a produção científica disponível e reconstruir conceitos e perspectivas a partir de diversas fontes. Dentro desse escopo, o presente estudo pretende analisar capítulos de obras, artigos científicos e dissertações específicos sobre a pirataria de filmes, com o intuito de sintetizar as visões dos autores sobre esse tema, bem como entender como essas visões influenciam as teorias relacionadas ao acesso e ao consumo de filmes, especialmente no contexto dos jovens.

3 Resultados e discussões

Em uma análise parcial dos resultados, percebe-se como os produtos midiáticos estão integrados na prática juvenil, é por meio delas que os jovens podem transitar digitalmente entre o local e o global.

O uso da pirataria permite um acesso à cultura que muitas vezes não está disponível pelas condições financeiras, devemos levar em conta que o cinema serve para além do entretenimento, propicia aos jovens um sentimento de integração, permite que eles compartilhem pelas redes sociais suas experiências midiáticas locais numa perspectiva global, pois a cultura cinematográfica ajuda na afirmação das suas identidades e possibilita o intercâmbio entre outras culturas.

Considerações finais

Nesse cenário, a pirataria na indústria cinematográfica se apresenta como um fenômeno significativo neste meio: a possibilidade de acesso aos produtos culturais torna-se uma escolha ao alcance daqueles que a desejam, eliminando a necessidade de aguardar a autorização dos detentores desses conteúdos. Esse acesso pode se desdobrar em duas abordagens distintas: direta, na qual o indivíduo procura ativamente as fontes da pirataria (podendo até mesmo se tornar uma delas), e passiva, na qual ele adota uma postura de fruição das vantagens proporcionadas por essa realidade.

Como resultado, a pirataria emerge como um fenômeno que redefine o acesso à cultura, concedendo aos jovens a autonomia de escolherem como, quando e o que consumir, ao mesmo tempo em que desafia a tradicional autoridade da indústria cultural, que busca manter seu domínio sobre os bens culturais e as narrativas que influenciam suas vidas.

Referências

KELLNER, D. **A cultura da mídia-estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: EDUSC, 2001.
MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. *In*: MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. (org.). **La juventude es más que una palavra**: ensaios sobre cultura y juventude. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MARTINS, M. F. M. **Estudos de revisão de literatura**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2018.

MEILI, Angela Maria. **Cinema na internet**: espaços informais de circulação, pirataria e cinefilia. 2015. 255 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Curso de Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

"A ARTE URBANA É UMA FORMA DE EXISTIR NA CIDADE": vivências de jovens na periferia de Fortaleza, Ceará (Brasil)

Virzângela Paula Sandy Mendes[241]
Glória Maria dos Santos Diógenes[242]

Resumo
Este estudo discute como jovens da periferia de Fortaleza se comunicam na cidade por meio da arte urbana, destacando estratégias utilizadas durante a pandemia da COVID-19. Tratou-se de um tipo de estudo etnográfico que transita entre o presencial e o digital. Os resultados apontaram que não há uma forma homogênea de entender graffiti e pixo, sendo que a pandemia limitou espaços de circulação, demandando novos modos de interação dos/as jovens que produzem arte urbana.

Palavras-chave: arte urbana. juventudes. cidade.

1 Introdução

Fortaleza é uma cidade riscada. Olhar seus muros, paredes, viadutos é ver uma paisagem que multiplica signos urbanos, por meio de publicidades, estêncis, pixos, *graffitis*, lambes, palavras escritas, enunciando a polifonia de sujeitos que ali deixam marcas e rastros. A arte urbana (Rocha; Eckert, 2016) *age* em suas múltiplas expressões como formas diversificadas de representação visual do mundo, de exteriorização e da comunicação de si e com os outros.

O objetivo deste artigo é compreender como jovens da periferia de Fortaleza se comunicam e intervêm na cidade por meio de variadas linguagens e estéticas que perfazem as artes urbanas, incluindo o contexto mais recente da pandemia. Busca-se entender, especialmente, quais estratégias são mobilizadas por esses sujeitos para o reconhecimento e difusão de suas produções em meio às limitações de inserção e movimentação nas ruas. Usando a cidade como uma grande tela, esses atores se espalham por meio de uma estética de "bombardeamento", apropriada por grupos que vão deixando a sua marca como manifestação de poder sobre o espaço" (Campos, 2010, p. 128).

2 Metodologia

Neste artigo, percorre-se as narrativas de sete sujeitos emblemáticos nas artes de rua de Fortaleza, procurando identificar suas estratégias de conexão e intervenção em espacialidades diversas, notadamente em tempos marcados pela pandemia.

Esses jovens situam-se na faixa etária entre 20 e 23 anos, excetuando Marquinhos Abu, de 43 anos, e Pirata, com 31 anos. Apesar de não se enquadrarem

[241] Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: virzangela.sandy@uece.br
[242] Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: gloriadiogenes@gmail.com

cronologicamente no que se costuma identificar como jovem, estão eles na cena do *graffiti*, dos saraus, dos rolês, dos bailes blacks (expressões artísticas de jovens da periferia), lado a lado de segmentos juvenis de menor faixa etária.

Trata-se, assim, de um tipo de estudo etnográfico que transita entre o presencial e o digital, carregando as marcas do possível, articulando momentos distintos e, ao mesmo tempo, intrinsecamente articulados: caminhadas e entrevistas, realizadas entre 2019 e início de 2020 e conversas por meio do aplicativo *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*, ocorridas entre os meses de maio de 2020 e janeiro de 2021.

3 Resultados e discussões

Ao se deambular pelo bairro Mondubim foi possível perceber nas paredes a convivência "turbulenta" entre *graffiti* e pixo, como demarcada nos estudos de Chagas (2015). A autora destaca que a Lei nº 12.408/2011 "vinculou o *graffiti* como uma manifestação artística [sendo] uma expressão urbana bela e positiva para a cidade [...]". Por conseguinte, a pixação é "condenada" ao status de "transgressão que suja e deprecia a imagem da cidade" (Chagas, 2015, p. 62). (Ver Figura 1).

Figura 1 – Convivências e atropelos entre pixos e *graffiti*s

Fonte: arquivo da pesquisa.

Esses jovens têm suas especificidades aqui compreendidas no horizonte de suas ações, intervenções, de seus modos de existir e estar na cidade. Por isso, "representam

uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituação e referenciais estáveis e fixos" (DIógenes, 2012, p. 104).

Durante a conversa com Marquinhos Abu, ele destacou alguns espaços que estão sendo constituídos como expressões autônomas de jovens que encontraram, segundo ele, uma forma de "re-existir" na cidade, sendo o "*Boom Boom Black*" um deles, "feito por pretxs para pretxs". Trata-se de um baile onde brancos não entram, segundo Marquinhos. É como se fosse uma resposta dos negros da periferia frente ao racismo estrutural: "a gente é excluído no olhar!". Destacou ainda a existência do Sarau da B1.

Desse modo, é perceptível identificar que as juventudes da periferia seguem buscando formas de expressão, sendo os saraus, cada vez mais, uma via emblemática de experimentação e intervenção urbana. Durante a pandemia, esses eventos continuaram a se propagar nas esferas digitais, por meio das chamadas lives.

Nos relatos dos jovens destacaram a incompatibilidade entre *graffiti* e a pandemia pela própria natureza da prática de estar na rua, de mover o corpo por meio das tintas e pincéis, mas também enfatizaram que o caos promovido pela pandemia os levou a desenvolver práticas mais introspectivas e criativas, passando assim a se dedicarem a novos "trampos".

Com a abertura gradativa, os interlocutores passaram a participar de eventos do *graffiti* e Curi, mais independente, voltou a produzir painéis com sua *crew*. Em outubro de 2020, especificamente nos dias 26 e 27, a IDR *crew* reuniu cerca de 60 grafiteiros (cerca de 15 mulheres) para criar diversos painéis nos muros de uma escola do Bairro Maraponga.

Considerações finais

A cidade que se comunica por meio de seus muros é também atravessada "por significações percepcionadas e vividas por aqueles que as habitam sensivelmente e se deslocam sensorialmente" (Diógenes; Campos; Eckert, 2016, p. 12). Essas estratégias inventivas de apropriação urbana, operada pelas artes de rua, encontram formas, mesmo em meio à pandemia, de deixar seus sinais.

Seja por meio de um Festival, O Concreto #7, que reuniu 10 artistas e coletivos locais e 10 nacionais, seja na ousadia de uma "menina" de dependurar-se para pixar o Centro da Cidade, seja no evento do IDR *crew*, que reuniu, em outubro de 2020, cerca de 60 grafiteiros, seja gravando *webséries* como na Quebrada Filmes, seja no intenso movimento de perfis do *Instagram* e nos grupos do *WhatsApp*.

Referências

CAMPOS, Ricardo. **Juventude e visualidade no mundo contemporâneo** – Uma reflexão em torno da imagem nas culturas juvenis, 2010. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/download/7796/5480/. Acesso 14 fev. 2023.

CHAGAS, Juliana Almeida. **Pixação e as linguagens visuais no bairro Benfica**: uma análise dos modos de ocupação de pixos e graffiti e de suas relações entre si. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

DIÓGENES, Glória. **Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas**: estratégias e táticas, 2012. Disponível em: https://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-12.pdf. Acesso 14 fev. 2023.

DIÓGENES, Glória; CAMPOS, Ricardo; ECKERT, Cornélia. A cidade e as artes de rua: olhares, linhas, texturas, cores e formas (apresentação). **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v.12, n. 28, 2011.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, Cornelia. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 1, 2016.

LIGACAST: Podcast como espaço e instrumento de democratização do debate acerca da garantia de direitos das juventudes fortalezenses

Rayssa de Goes Pinheiro[243]
Maria Eduarda D'Almeida Santos Ysla[244]
Aline Aguiar Sousa[245]
Abner Oliveira Lopes da Silva[246]
Luana Beatriz Oliveira Teixeira [247]

Resumo
O LigaCast, uma frente da Liga de Direitos Humanos, extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança, fala acerca dos Direitos Humanos, focalizando as Juventudes. O projeto objetiva, mediante episódios produzidos e postados em uma plataforma digital, democratizar o debate acerca da garantia de direitos, dialogando com jovens e coletivos que compõem, de alguma forma, atividades acerca dos direitos das juventudes fortalezenses.

Palavras-chave: Juventudes. Direitos Humanos. Coletivos Juvenis. Garantia de Direitos.

1 Introdução

A Liga de Direitos Humanos (LDH), é uma atividade de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança da Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir da temática central dos Direitos Humanos, busca-se promover discussões com jovens do circuito de educação acerca da garantia de direitos, a fim de ampliar a noção - via de regra cristalizada - sobre os Direitos Humanos e trazê-la para o cotidiano dos participantes. A extensão opera em três frentes: a ação no campo escolar, a inserção no campo acadêmico por meio de eventos na universidade e a produção de um podcast de acesso geral.

O podcast, de nome LigaCast, frente em pauta neste trabalho, desponta como potente possibilidade de atuação dentro do contexto da extensão, uma vez que por meio de seus episódios conseguimos divulgar de maneira ampla, acessível e gratuita as discussões que costumam ficar restritas somente à comunidade acadêmica. O LigaCast, portanto, atua como instrumento de promoção e democratização do debate acerca da garantia dos Direitos Humanos.

[243] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: rayssagoesp@alu.ufc.br
[244] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: eduardaysla@alu.ufc.br
[245] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: alineaguiar.sou@alu.ufc.br
[246] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: abneroliveira@alu.ufc.br
[247] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: lua.beatriz@alu.ufc.br

Buscamos, por meio de convite e conversas com profissionais que trabalham com juventudes e coletivos juvenis, conhecer e simultaneamente servir de plataforma para as atividades voltadas à garantia de direitos do público jovem fortalezense. Dessa forma, discursamos sobre e contra uma necropolítica nos moldes de Mbembe (2011) em curso no estado do Ceará. No decorrer e planejamento do LigaCast, visamos tratar sobretudo de questões sociais, econômicas e raciais, uma vez que o público cujos direitos são diaria e paulatinamente violados são as juventudes periféricas de Fortaleza, sobretudo os jovens negros (CEARÁ, 2021). Nos dispomos, contudo, a tratar de quaisquer temáticas que sejam suscitadas pelo debate, por entendermos a garantia de direitos e o campo das políticas públicas como espaços de discussões onde as noções de interseccionalidade são imprescindíveis.

2 Metodologia

Os episódios são gravados e publicados por meio da plataforma *Spotify for Podcasters*, estando disponíveis na própria plataforma do *Spotify* por meio do *link*: https://open.spotify.com/show/43YiwNVKXPj81vUrU5LMDd. Optamos por tal plataforma visto sua centralidade no espaço de produção de podcasts gravados, em oposição ao YouTube, plataforma, onde os podcasts costumam ser gravados ao vivo e com uma estrutura muito além da disponível para uma atividade de extensão. A plataforma pode ser acessada e utilizada gratuitamente, estando alinhada com a proposta do podcast.

Os episódios são idealizados por meio de convite prévio aos convidados. Após o aceite, o episódio é gravado virtual ou presencialmente em formato de entrevistas semiestruturadas. Por meio dessa modalidade acreditamos ser possível explorar mais livremente a temática, sem abrir mão de um fio condutor no episódio, sendo este a garantia de direitos e a ação em pauta.

O podcast é apresentado sempre por pelo menos um integrante da LDH e sempre conta com pelo menos um convidado para pautar o assunto do episódio. Dessa forma, é possível realizar um diálogo entre a ideia da extensão e o projeto apresentado no episódio, encontrando pontos de acordo, tensão e demais problemáticas potentes, tornando a entrevista mais rica.

3 Resultados e discussões

Sendo uma criação recente, o LigaCast não conta ainda com muitas visualizações. Contudo, a ideia é que estabelecendo contato com diversos convidados e seus respectivos públicos, possamos agir como um ponto de intersecção para aqueles que atuam na garantia dos direitos das Juventudes, principalmente em Fortaleza, enquanto simultaneamente nos permitimos transitar por esses diversos espaços, expandindo nossos horizontes enquanto coletivo acadêmico que preza pelos direitos das crianças e adolescentes.

O LigaCast possui, até o momento da escrita deste trabalho, dois episódios publicados, sendo o primeiro referente a história do Nucepec e da LDH que objetiva introduzir o próprio projeto e o segundo com um coletivo chamado Grupo da Paz, atuante no Bairro do Conjunto Ceará e que abarca mais de quinhentas famílias desenvolvendo atividades esportivas, artísticas e comunitárias, bem como suporte

médico mensal. Planejamos ainda para esse semestre pelo menos mais dois episódios, contabilizando quatro episódios por semestre.

Intencionamos também utilizar o espaço do LigaCast como lugar de autonomia para os jovens, que são os sujeitos principais das nossas discussões, expressarem os sentidos e significados das suas vivências. Visamos assim convidá-los para contribuir conosco com as suas experiências e impressões acerca da garantia efetiva dos próprios direitos. Por meio dessa iniciativa buscamos romper com uma lógica de tutela e verticalidade usualmente aplicada ao referir-se às juventudes, visto que elas podem ser excluídas da participação no processo da própria construção social (Pinheiro, 2006).

Considerações finais

O LigaCast atua como potente ferramenta não só para a democratização do debate acerca da garantia de direitos, mas também para congregar em um só espaço diversas formas de atuação em prol da garantia desses direitos. Objetivamos que este trabalho realizado seja futuramente capaz de criar pontes entre pessoas e coletivos, a fim de promovermos possibilidades de efetivar as legislações que, via de regra, operam apenas para proteger vidas brancas advindas de territorialidades determinadas dentro do espaço urbano (CASTRO, 2021).

Referências

CASTRO, Lucia Rabello de (org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: Edufba, 2021.

CEARÁ (CE). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Relatório cada vida importa**. Fortaleza: Raimundo Madeira, 2021. Disponível em: https://cadavidaimporta.com.br/news/relatorio-cada-vida-importa-2020-1/ . Acesso em: 26 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. [*S. l.*]: N-1 edições, 2018.

PINHEIRO, A. de A. A. **Criança e o adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

O GURU DAS SETE CIDADES: entre convenções e conversações no Piauí (Anos 1970)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota[248]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[249]

Resumo
O presente artigo busca analisar o contexto histórico-cultural representado no filme *Guru das Sete Cidades*, rodado no Piauí em 1972. Roteirizado por Carlos Bini, o longa aborda as vivências de *hippies* que transitavam pelo estado. A trama envolve questões ligadas aos códigos culturais do período, marcado pela ditadura militar. O audiovisual contou com árduo investimento do governo local para sua produção, tendo em vista a promoção do turismo piauiense.

Palavras-chave: História. Movimento Hippie. Vivências Juvenis. Piauí.

1 Introdução

Em 1972 o filme *Guru das Sete Cidades*[250], dirigido por Carlos Bini e rodado no Piauí fazia sua estreia no circuito do cinema nacional. Ambientado entre as cidades de Teresina, Piracuruca e Parnaíba, o longa de 85 minutos abordava temáticas controversas do período de sua produção, dentre as quais podemos destacar o casamento burguês e o movimento *hippie*.

É importante salientar que esta obra audiovisual contou com um árduo patrocínio do governo estadual, no contexto encabeçado por Alberto Tavares Silva, tendo em vista a divulgação das belezas piauienses no cenário nacional e a promoção ao turismo. Com base nessa informação, torna-se possível entender a constante variação dos cenários dentro dessa trama e a ênfase dada às paisagens durante as gravações.

Buscamos analisar o enredo dessa obra ao abordar as tramas nas quais se envolvem os personagens pela perspectiva histórica. Procuramos evidenciar o contexto político e cultural das vivências representadas no filme e situar essa narrativa dentro do seu tempo.

2 Metodologia

A produção desse artigo constitui-se num trabalho de caráter empírico, balizado por discussões da História Cultural. O trabalho compõe-se de uma análise da produção fílmica em articulação com fontes hemerográficas do período. Foi realizado um levantamento de documentos no Arquivo Público do Estado do Piauí em fontes do

---

[248] Mestre em História do Brasil. Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. E-mail: carlosalbertomota12@hotmail.com
[249] Doutora em História. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e da Pós-Graduação em Ciência Política) Bolsista em Produtividade de Pesquisa UFPI. E-mail: cfontinelles@gmail.com
[250] BINI, Carlos. **O guru das sete cidades**. Rio de Janeiro, Guru Produções Cinematográficas. 85 min. Cor/Som, 1972.

jornalismo piauiense sobre alguns assuntos abordados dentro do filme, dentre os quais destacamos o movimento *hippie*, o divórcio, o consumo de drogas e as relações sexuais.

A partir do levantamento desses documentos foi possível realizar uma articulação dos elementos representados na obra audiovisual com as narrativas discutidas nos jornais. Essa análise foi fundamentada por discussões da historiografia, buscando situar os elementos trabalhados dentro de uma linha de análise da História Cultural.

3 Resultados e discussões

A obra *O Guru das Sete Cidades* é rica em possibilidades de interpretação histórica, por meio das suas lentes é possível enxergar uma pluralidade de temas que atravessavam o Piauí e o Brasil durante os anos 1970. Podemos dar destaque ao uso do cinema como um elemento de propaganda política, numa narrativa construída com o intuito de atribuir legitimidade ao Regime Discricionário Militar em curso naquele contexto, nesse sentido a ênfase dada às paisagens naturais e urbanas – assim como as obras em construção – buscavam transmitir uma ideia positiva e harmônica do espaço.

O filme destaca as vivências de um casamento em crise de Rubens e Solange, um casal com formas distintas de interpretar o mundo. O marido pode ser analisado como um homem que do alto de um prédio observa "a gigantesca massa imóvel sob o olhar"[251], o seu prazer reside em ver o conjunto, numa referência à obra de Certeau podemos considerar que sua elevação o transfigura em voyeur: "coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitava-se e pelo qual se estava 'possuído'. Ela permite lê-lo, ser um olhar solar, um olhar divino".[252]

Solange, por sua vez, tem por característica o enlace com as ruas. Dentro de sua trajetória ela não é uma mera espectadora, mas alguém que experimenta os espaços. Voltando a Certeau, poderíamos dizer que a esposa está entre os praticantes ordinários da cidade: "eles são caminhantes, pedestres, Wandersmãnner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um 'texto' urbano que escrevem sem poder lê-lo"[253].

Diferente do seu marido, Solange não contempla os cartões-postais do alto de um prédio, na realidade ela transita por eles sem percebê-los como tal. Sua vivência é marcada por experiências em paisagens naturais e urbanas, todavia em momento algum ela prende-se à ideia de captura-las por meio de imagens ou qualquer outra forma de registro que não seja sua memória.

Considerações finais

A relação do casal que protagoniza o filme permite uma árdua análise, dentro da trama a mulher é destacada como uma figura infiel que suga os recursos do marido. Além disso, em determinado momento da trama, Solange adentra ao círculo de rituais satânicos comandando por um Guru que habita o Parque de Sete Cidades, oferecendo o marido como sacrifício em uma das suas atividades. Nesse sentido, o filme passa uma

[251] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 157

[252] Ibidem, p. 146.

[253] Ibidem, p. 147.

ideia da mulher como um ser sórdido, perverso e perigoso. Associa as práticas *hippies* a rituais satânicos e coloca o jovem vinculado a esse movimento como acomodado e suscetível a vícios.

Nesse âmbito, podemos entender o filme como uma produção vinculada aos interesses hegemônicos desse período, sendo em primeira medida uma peça de propaganda para o governo estadual e em segundo passo uma forma de crítica ao estilo de vida *hippie*.

Referências

BINI, Carlos. **O guru das sete cidades**. Rio de Janeiro, Guru Produções Cinematográficas. 85 min. Cor/Som, 1972.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, [*S.l.*], *v.* 6, n. 2, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

COSTA, Emanuella; PERINOTTO, André. "Guru das Sete Cidades": cinema e comunicação turística da região norte do estado do Piauí**. Revista de investigación en turismo y desarrollo local**, [*S.l.*], v. 6, n. 14, jun. 2013.

MONTEIRO, Jayslan Honório. **Arte como experiência**: cinema, intertextualidade e produção de sentidos. Teresina: EDUFPI, 2017.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ADOLESCENTES, CULTURA E POLÍTICA: em torno do *Slam Interescolar*

Sonia de Deus Rodrigues Bercito[254]
Simone Luci Pereira[255]

Resumo
Nesta apresentação, iremos tratar de uma pesquisa realizada durante a pandemia do coronavírus sobre o campeonato de poesia de escolas públicas da cidade de São Paulo: o *Slam Interescolar*. Ao focalizarmos esse certame, buscamos compreendê-lo como expressão cultural e política de adolescentes periféricos chamando a atenção para a importância de se considerar a voz desse grupo específico muitas vezes dissolvida na categoria jovem deixando de lado particularidades existentes.

Palavras-chave: Adolescência. Culturas Urbanas. *Slam*. Corporalidades. Performance.

1 Introdução

Nos estudos sobre as juventudes, observa-se pouco interesse em distinguir-se o adolescente em relação a crianças e jovens. Essa distinção, quando ocorre, se dá sobretudo em âmbito institucional. Costuma estar presente nas políticas públicas educacionais e nas de saúde em casos que envolvam os aspectos considerados como zonas de perigo para essa faixa etária, tais como uso de drogas ou gravidez precoce. O estudo da adolescência tem pertencido basicamente ao campo da psicologia e das ciências biomédicas com foco nas subjetividades, na construção das identidades e nos processos de transformação corporais vividas. Mais recentemente têm se sobressaído também os estudos da neurociência sobre o comportamento e a aprendizagem dos adolescentes.

Na verdade, a compreensão da adolescência é objeto de disputa nas áreas de conhecimento. Ainda que menos frequentes, há abordagens que evidenciam aspectos socioeconômicos e histórico-culturais no estudo sobre adolescentes ao lado daquelas que destacam suas características biopsicológicas. Observa-se, ainda, tentativas de composição entre as duas vertentes. Estabelecer como foco principal esse segmento em estudos de cultura e política é menos usual e implica na percepção de que esse grupo pode apresentar particularidades que correm o risco de serem dissolvidas quando se oscila no seu tratamento ora como crianças, ora como jovens.

A ideia bastante discutida de que a juventude seria uma fase de transição ou período de moratória social antes da vida adulta são recorrentes também com relação à

[254] Universidade Paulista. E-mail: soniabercito@gmail.com
[255] Universidade Paulista. E-mail: simonelp@uol.com.br

adolescência e talvez mais intensas. Na ótica predominante que sublinha as transformações físicas, cerebrais e psicológicas do adolescente na sua condição de transição para a adultez, avulta a consideração da adolescência como fase turbulenta e conflituosa. Se a resposta a isso se der na forma de controle e repressão do comportamento adolescente o resultado pode ser a desconsideração da sua voz que pode ser muito potente e lúcida.

Isso ficou muito evidente neste estudo sobre o *Slam Interescolar*, certame que reúne estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de escolas públicas periféricas na cidade de São Paulo.

2 Metodologia

O certame analisado ocorreu durante a pandemia no segundo semestre de 2020 de forma *on-line* com transmissão ao vivo pelo *Youtube*. Nessa condição, a pesquisa foi realizada analisando-se os vídeos disponibilizados tanto das fases preliminares quanto das finais.

3 Resultados e discussões

É certo que os diferentes *slams* que hoje ocorrem na cena cultural paulista têm contado com expressiva participação de jovens que por meio dessa manifestação literária e performativa expressam identidades e dissidências na elaboração de seu viver urbano a partir de seus corpos e poemas de forte conteúdo crítico. Essas formas culturais podem ser tomadas como expressão política nelas mesmas e não apenas como instrumentos para o fazer político, e isso não é trivial. Por seu meio, disputam-se sentidos, identidades e pertenças e as juventudes periféricas constroem resistências e re-existências.

Isso não é diferente no caso do *Slam Interescolar* que se constitui como oportunidade para a expressão cultural e política de estudantes adolescentes das periferias que, com suas vozes e corpos, elaboram suas identidades em um contexto de crítica social e resistência. Entretanto, é preciso considerar que se trata de atividade que se dá em espaço circunscrito no qual a participação desses adolescentes é estimulada e ordenada pelos seus professores e gestores das unidades escolares. Essa condição é peculiar e deve ser considerada em termos da relação intergeracional subjacente e que repercute nos temas tratados nos poemas que muitas vezes recorrem a conteúdos escolares para adensar as críticas sociais que trazem. Importante lembrar que o *Slam*, ele próprio, é hoje aceito pela Base Nacional Comum Curricular (2017) como conteúdo a ser trabalhado em Língua Portuguesa, dentre as aprendizagens a serem desenvolvidas no ensino básico.

Esses apontamentos sobre o *Slam Interescolar* reforçam a importância de que, no âmbito do estudo de manifestações culturais, se procure desacoplar a concepção de "adolescente" do "jovem" que costuma absorvê-lo, buscando construir um lugar próprio para esse segmento. Ao reconhecimento de que suas vozes são singulares se soma a necessidade que sejam ouvidas. Para tanto, importa encarar os adolescentes, ainda que sua autonomia esteja limitada pela sua dependência dos adultos, como sujeitos e agentes de suas próprias autorrepresentações com suas experiências de vida singulares em seus territórios da cidade.

Considerações finais

Os estudantes que participam do *Slam Interescolar* encontram-se em graus diferentes de vulnerabilidade material e de oportunidades, de dificuldades de acesso a bens culturais. São muitas vezes atravessados por violências de diversos tipos (étnico-raciais, de gênero, de classe e de moradia). Em seus poemas há abordagem frequente de crítica social e de questões identitárias, tão relevantes em sua fase de formação individual e de inserção social. A relação estreita entre essa expressão cultural e artística com questões sociais que atravessam a vida desses jovens é intensa, enfatizando a cultura como campo de lutas simbólicas e materiais e de sentidos políticos.

Palavras-chave: adolescência, culturas urbanas; *slam*; corporalidades; performance

Referências

BERCITO, Sonia; PEREIRA, Simone. **O slam interescolar**: expressão de vozes e corpos de estudantes das periferias, 2021. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt6-cu/sonia-de-deus-rodrigues-bercito.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARVAJAL, C.; BORELLI, Silvia; PONTUAL, Pedro C. **Cultura como vetor de proteção**. São Paulo: EDUC, 2019. Ebook

DAS RUAS para as escolas, das escolas para as ruas: Slam Interescolar. Org. Coletivo Slam da Guilhermina. São Paulo, 2021.

Vídeos

VI Slam Interescolar – Final Ensino Fundamental
https://www.youtube.com/watch?v=zZxGXxZ8gkk&t=1312s
VI Slam Interescolar – Final Ensino Médio
https://www.youtube.com/watch?v=zZxGXxZ8gkk&t=1312s

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DIGITAIS: aprendendo com as narrativas de jovens do hip hop de Parnaíba/PI

Krícia de Sousa Silva[256]

Resumo

O presente teve como foco as práticas educativas de jovens do Hip Hop de Parnaíba/PI aponta que ao reinventarem a partir do uso dos espaços digitais, os/as jovens produzem práticas educativas instituintes para ser, existir e compartilhar em meio a Pandemia de Covid-19. Logo, surge o entendimento de que estes/as sujeitos/as fomentam a criação de espaços para troca de experiência, construção de conhecimento, atitude investigativa sobre si e da própria realidade social vivida, no qual emergiram as seguintes provocações: que tipo de práticas os/as jovens do hip hop estão construindo nos espaços digitais? Como se conectam? Essas práticas podem ser consideradas práticas educativas? Diante dessas questões, a pesquisa se utilizou da netnografia (Kozinets, 2014), metodologia de pesquisa qualitativa online que se utiliza da internet para compreender os processos de socialização de determinados grupos; e das discussões sobre espaços digitais no que tange suas potencialidades e exclusões (Santos, 2015; Santaella, 2013; Noble, 2021); práticas educativas e educações no plural (Freire, 1967; Brandão, 2007; Boakari, Silva, 2021); juventudes (Gonzalez, 2011; Kilomba, 2019; Silva, 2018; Leite, 2020). Como resultados iniciais, o mapeamento dos/as jovens investigados possibilitou a compreensão de que estes/as mobilizam estratégias em meio ao universo digital, que possibilitam a construção de Outros espaços de interação com as pessoas, nos qual o Instagram teve grande destaque, propiciando novas linguagens, (re)existências e processos de criação.

Palavras-chave: Práticas Educativas. Espaços Digitais. Juventudes.

Referências

BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da. Práticas educativas como relações dialógicas necessárias até hoje: de Garama para muitos chãos. *In*: ADAD, Shara Jane Holanda; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antonia Edna (org.). **Práticas educativas**: múltiplas experiências em educação. Fortaleza: Editora da UECE, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

[256] Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: kriciasousa90@gmail.com

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. São Paulo: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20 feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEITE, Luciana de Lima Lopes. **Ocupar é rexistir**: práticas artísticas como práticas de resistências nas ocupações do coletivo OcupARThe, em Teresina (2014). Fortaleza: EduECE, 2020.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

SANTAELLA, Lucia**. Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Edméa. A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 94, p. 134-145, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.28i94.1675. Acesso em: 10 fev. 2020.

SILVA, Krícia de Sousa. **Manobras sociopoéticas**: aprendendo em movimentos com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018.

JUVENTUDES, TERRITÓRIO E COMUNICAÇÃO: uma análise a partir do olhar periférico

Kaio Vieira de Sousa[257]

Resumo

Este resumo se refere a um projeto em construção, que surgiu a partir da necessidade de comunicar a vivência das juventudes periféricas, bem como, analisar sua relação com o território. Com o tema "Juventudes, Território e Comunicação: Uma Analise a Partir do Olhar Periférico", a pesquisa tem como objetivo central, uma maior compreensão sobre o fluxo de atividades culturais negligenciadas pelo olhar pejorativo que recai sobre o conceito de periferia, e compreender a urgência de também gerar outros olhares a partir do que é transformador para essas juventudes, percebendo as relações de afeto, a vida como ela é, pelos olhos de quem a defende diariamente, assim como, fortalecer a luta contra a marginalização que está presente no cotidiano das periferias. Nesta perspectiva, a pesquisa que ainda se encontra em construção, tem como base as a experiência das juventudes que compõem a periferia de Sobral, Ceará, e que formam o Coletivo ComunicaAção Periférica, que tem atuação direcionada ao uma comunicação humanizada, respeitando o meio ambiente, a comunidade LGBTQI+ e as manifestações culturais deste território.

Palavras-chave: Comunicação Periférica. Juventudes. Território. Cultura.

[257] Curso de Graduação Bacharelado em Jornalismo. Centro Universitário Uninta.

Grupo de Trabalho 13 – Juventudes. Saúde e Bem viver

Coordenadores: Janaina Maria dos Santos Francisco de Paula (UFPI/BR); Marttem Costa de Santana (CATF-UFPI); Francisco Weriquis Silva.

ANÁLISE DAS INTERNAÇÕES DE ADOLESCENTES E JOVENS POR PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL NO ESTADO DO CEARÁ

Diego Mendonça Viana[258]
Paulo Sergio Dourado Arrais[259]

Resumo
Este estudo é um esforço científico para estruturar o conhecimento em saúde coletiva com vistas a debater as internações de adolescentes e jovens por problemas de saúde mental no estado do Ceará no período de 2018 a 2023. Esta pesquisa utilizou-se de estratégias quantitativas de estatística descritiva. O número expressivo de internações de adolescentes e adultos jovens chama a atenção e deve ser encarado com um problema de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde Mental. Internações. Juventude.

1 Introdução

O bem-estar mental de adolescentes e jovens é influenciada por diversos fatores, tais como, mudanças físicas, emocionais e sociais, acesso e uso de tecnologias, que podem tornar os adolescentes e os jovens vulneráveis a condições de saúde mental.

O presente estudo se configura como um esforço científico para estruturar o conhecimento em saúde coletiva sobre internações de adolescentes e jovens por problemas de saúde mental no estado do Ceará, no período de 2018 a 2023.

2 Metodologia

A metodologia desta pesquisa utilizou-se de estratégias quantitativas de estatística descritiva conjugadas com métodos de análise e interpretação de dados de base qualitativa. Os dados utilizados foram do tipo secundários, disponíveis na plataforma chamada *Integrasus* (cuja base de dados é fundamentada no VITAE – Sistema de administração de internações hospitalares do Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto) da Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará.

A coleta de dados foi realizada por meio da seleção do indicador "Perfil de Internações", período de janeiro de 2018 a setembro de 2023, incluindo as notificações de todos os municípios do estado do Ceará (184 municípios). Foram analisados os seguintes subindicadores: série histórica de internações segundo ano; Internações por mês; Internações por município de origem do paciente; Percentual de internações por sexo; Internações por sexo e faixa etária e Internações por diagnóstico.

3 Resultados e discussões

[258] Mestre em Saúde da Família. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. E-mail: diegomendoncaviana@gmail.com
[259] Doutor em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Curso de Farmácia. E-mail: p_arrais@hotmail.com

No período do estudo foram identificadas 18.483 internações. Observou-se que os anos de 2021 (n=3.591; 19,4%) e 2022 (n=3.543; 19,2%) foram os que mais tiveram internações de saúde mental em contexto hospitalar. Com relação à taxa de "Internações por mês", percebe-se, na série histórica, que os meses de abril e outubro são os de maior incidência de casos de internação.

No indicador "Internações por município de origem do paciente", os municípios com maior percentual de internações são Fortaleza (37,4%), Caucaia (2,67%) e Maracanaú (2,24%). Nota-se que a capital cearense possui um número bastante concentrado de origem de internações.

No indicador "Percentual de internações por sexo", 57,7% das internações são do sexo masculino e 42,3% são do sexo feminino. No indicador "Internações por sexo e faixa etária", nota-se uma expressiva quantidade de internações de adolescentes (n=830; 4,5%) e adultos jovens – até 30 anos (n=4.518; 24,4%).

No indicador "Internações por diagnóstico", os diagnósticos mais prevalentes são R451- Agitação e Inquietação; Z715- Aconselhamento e Supervisão para Abuso de Droga e Z731-Acentuacao de Traços de Personalidade. É possível perceber que houve aumento relevante na quantidade de internações gerais (entre adolescentes, adultos jovens e demais faixas etárias) nos períodos mais críticos da Pandemia de Covid-19. Essa possibilidade é convergente com os achados dos estudos de Moura *et al* (2022) de que a pandemia teve importante influência no adoecimento médio da população.

A expressiva quantidade de internações de adolescentes e adultos jovens chama a atenção e este fenômeno deve ser encarado com muita criticidade, haja vista a complexidade envolvida neste tipo de procedimento conforme apontam os estudos de Braga e D ´Oliveira (2022).

Considerações finais

É de fundamental importância que sejam aprofundados os estudos comportamentais e sociais sobre os possíveis desdobramentos e impactos da expressiva internação de saúde mental de adolescentes e adultos jovens no estado do Ceará, bem como a comparação se este fenômeno possui correlação nacional por padrão. A literatura científica indica que é necessária uma visão mais complexa sobre os contextos de vida destes adolescentes e jovens em processo de adoecimento mental.

Referências

CEARÁ. Secretaria da Saúde do Estado. Integrasus. **Perfil de Internações**. Saúde Mental, 2023. Disponível em: https://integrasus.saude.ce.gov.br/#/indicadores/saude-mental/perfil-paciente-internado-hsm Acesso em 05/09/2023. Acesso em: 14 fev. 2023.

EDUCAÇÃO E SUICÍDIO: o despertar sociológico sobre a saúde mental dos estudantes do Ensino Médio Integral dos Institutos Federais do Piauí - IFPI`S, do Teresina Central, entre os anos de 2020 a 2022

Douger Sousa Campelo[260]
Evannoel de Barros Lima[261]
Maria de Jesus Rodrigues Alves[262]

Resumo
Esta investigação tem como pressuposto o descompasso entre o Instituto Federal e a condição juvenil dos estudantes, ou seja, para os jovens em questão, a escola parece ocupar um lugar em que prevalece a "modernidade sólida" e as suas trajetórias de vida apontam para situações em que prevalece a "modernidade líquida", no sentido dos termos atribuído por Bauman. O suicídio, a juventude e a educação no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), nos *campis* Teresina Central e Picos, no contexto da pandemia da Covid-19. As principais categorias teóricas trabalhadas na presente pesquisa são: Educação, Juventudes, Suicídio e Pandemia.

Palavras-chave: Violência Simbólica. Suicídio. Condição Juvenil. Modernidade: Sólida e Líquida.

1 Introdução

O presente estudo tem como temática o suicídio, a juventude e a educação no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, nos campis Teresina Central e Picos, no contexto da pandemia da Covid-19. As experiências vivenciadas compreendem os anos de 2020 a 2022 por professores de sociologia, psicólogos e estudantes do IFPI com faixa etária entre quinze a dezoito anos.

A investigação se justifica enquanto possibilidade de ampliar o conhecimento sobre as temáticas abordadas, em especial, no contexto do Piauí, e contribuir com políticas públicas eficazes para mitigar o fenômeno do suicídio entre jovens, os adoecimentos mentais e a relação destes com o ambiente escolar.

A problematização se dá a partir das seguintes questões: como a pandemia da Covid-19 influenciou as ideações e tentativas de suicídio dos jovens estudantes do IFPI? E, como pode ser compreendida a presença de tais comportamentos dos jovens do Ensino Médio dos campis Teresina Central e de Picos, do IFPI? Qual a relação entre as ideações destes discentes com o ambiente escolar? Como a instituição lida com os discentes que expressam ideações suicidógenas? O objetivo geral da pesquisa é

[260] Mestre em Sociologia-UFPI. Professor do Instituto Federal do Piauí. Email: douger.campelo@ifpi.edu.br
[261] Mestre em Sociologia-UFPI. Professor da Secretaria de Educação do Maranhã. E-mail: Evannoel3@hotmail.com
[262] Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPI. E-mail: mjesus.alves@ifpi.edu.br.

compreender como os jovens estudantes, os professores de sociologia e os psicólogos da instituição IFPI entendem as ideações e tentativas de suicídios dos jovens.

2 Metodologia

A pesquisa tem como sujeitos: alunos, professores de sociologia e psicólogos (a) da referida instituição propõe-se a analisar os discursos dos sujeitos, utilizando-se do método compreensivo e de um arcabouço teórico marcado pela interdisciplinaridade. A metodologia desta pesquisa é qualitativa e dialoga com dados quantitativos.

O estudo foi construído de forma híbrida, isto é, o campo empírico da pesquisa se deu em parte de forma presencial e em parte de forma remota, dada a impossibilidade diante das medidas de distanciamento e isolamento social impostos pela Pandemia da Covid-19. Utilizou-se de recursos telemáticos crucial para a realização desta pesquisa.

Utilizou-se também: diário de campo, tendo como base Malinowski; Roberto Da Matta: Geertz e Saada Fravet. Entrevista com tópicos-guias ou não diretivas, amparado por Severino e Mirian Goldenberg. Os dados da pesquisa foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo especificamente análise categorial de Bardin.

3 Resultado e discussões

Por meio das análises de conteúdo dos discursos dos psicólogos, dos professores e dos alunos, inferimos os seguintes resultados: Os Psicólogos explicam o suicídio da seguinte forma: os problemas emocionais dos alunos são vistos como, meramente, psicológico, individual e particularizado. Não percebem os jovens do ponto de vista multidimensional. Explicam o suicídio em termos de transtornos mentais e associam a ansiedade e depressão.

Os Professores de Sociologia, não conseguem ultrapassar a reprodução imposta pela burocracia educacional. Os estudantes são vistos apenas na dimensão aluno e avaliados sob os pontos de vista comportamental e cognitivo. Alunos revelam que não conseguiam ter apoio e compreensão dos agentes educacionais dentro dos Institutos Federais do Piauí no que concerne seus dilemas existenciais.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa demonstraram que as ideações suicidas dos alunos têm uma relação com o contexto social escolar do descompasso existente entre os institutos Federais do Piauí e a condição juvenil dos estudantes. A instituição educacional, situada na modernidade sólida, invisibiliza os dilemas existenciais da condição juvenil, inserida na modernidade líquida. Tal descompasso provoca violência simbólica de múltiplas formas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: [s.n.], 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar na pós-modernidade**. 1998 Rio de Janeiro: Zahr, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahr, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DESAFIOS DA JUVENTUDE NA LUTA CONTRA O HIV/AIDS: vulnerabilidades psicossociais

Junior César Lopes Marçal[263]
Luciana Martins Quixadá[264]
Dominique Araújo de Freitas[265]
Erica Carneiro Ricarte[266]
Taiane Emyll Silva Sampaio[267]

Resumo
Nesta revisão, é explorada a vulnerabilidade psicossocial de adolescentes com HIV. Evidências mostram que enfrentam estigma, impactos na saúde mental e desafios na adesão ao tratamento. Intervenções que promovem a resiliência psicossocial e redes de apoio são eficazes. Contudo, o acesso desigual aos serviços de saúde persiste. Assim, a partir dos resultados éfoi verificada a importância de pesquisas contínuas, políticas sensíveis e programas de saúde, adaptados para garantir um apoio adequado a essa população vulnerável.

Palavras-chave: Saúde Mental. HIV/AIDS. Saúde do Adolescente.

1 Introdução

A vulnerabilidade psicossocial desempenha um papel fundamental na experiência de adolescentes que vivem com HIV. Essa fase da vida, marcada pela transição da infância para a idade adulta, já é intrinsecamente repleta de desafios emocionais e sociais. Quando combinamos essa complexa jornada de autodescoberta com o diagnóstico de HIV, os impactos psicossociais podem ser avassaladores (Gutierrez *et al.*, 2019).

Frente ao estigma em torno do HIV, Zabtoski e Benetti (2013), falam que Adolescentes com HIV frequentemente experimentam sentimentos de vergonha e isolamento, prejudicando sua saúde mental e aumentando o risco de depressão, ansiedade e comportamentos de risco. A adesão ao tratamento e a revelação do *status* de HIV a amigos e familiares são desafios adicionais, destacando a complexidade da vulnerabilidade psicossocial nesse grupo, que envolve não apenas a condição de saúde, mas também aspectos psicológicos e sociais, considerando a fase da adolescência (NOGUEIRA *et al.*, 2019).

[263] Pós-graduando no curso de Mestrado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCCLIS/UECE). E-mail: junior.marcal@aluno.uece.br
[264] Pós-doutorado em Psicologia. E-mail: luciana.martins@uece.br
[265] Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente (UECE). E-mail: dozinha_18@hotmail.com
[266] Pós-graduanda no curso de Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCCLIS/UECE). E-mail: erica.ricarte@aluno.uece.br
[267] Pós-graduanda no Curso de Mestrado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCCLIS/UECE). E-mail: taianeemyll@gmail.com

No cerne dessa revisão, está o objetivo de fornecer uma visão abrangente e informada das complexidades da vulnerabilidade psicossocial de jovens com HIV/AIDS. De forma que, se espera contribuir para um entendimento mais profundo dessa questão e promover uma melhor qualidade de vida para essa população em risco.

2 Metodologia

Este estudo adotou uma metodologia rigorosa para investigar a vulnerabilidade psicossocial de adolescentes com HIV/AIDS. A revisão da literatura envolveu pesquisa sistemática em diversas bases de dados acadêmicos, como Biblioteca virtual em saúde (BVS), nas bases de dados: Base de Dados em Enfermagem (BDENF), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), sendo utilizados como termos de busca estratégicos os descritores, "saúde mental", "HIV/AIDS" e "saúde do adolescente", com foco em artigos publicados nos últimos dez anos.

Para orientar o estudo, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: quais são os principais desafios psicossociais enfrentados por adolescentes que vivem com HIV/AIDS? Quais são os fatores que influenciam a adesão ao tratamento entre adolescentes com HIV/AIDS? Como as redes de apoio, incluindo familiares e amigos, afetam o bem-estar psicossocial desses adolescentes?

Foram selecionados artigos publicados entre 2012 e 2022 em português, inglês e espanhol, que explorassem as implicações emocionais e psicossociais do diagnóstico de HIV/AIDS em jovens. O estudo também analisou os desafios enfrentados por eles na obtenção de informações sobre o tema e o papel das redes de apoio, incluindo familiares, amigos, grupos de apoio e profissionais de saúde na promoção do bem-estar psicológico. Foram identificados 31 artigos abordando diversos tópicos, incluindo impacto psicossocial, acesso à informação e educação, redes de apoio familiar e social, e políticas públicas. Após a exclusão de estudos não pertinentes, oito foram incluídos na análise de dados.

3 Resultados e discussões

Carvalho, Braga e Galvão (2014) enfatizam a complexidade da relação entre vulnerabilidade psicossocial e HIV em adolescentes, destacando altos níveis de estigma e discriminação associados ao HIV. Isso resulta em impactos negativos na saúde mental, com taxas mais altas de depressão e ansiedade entre adolescentes com HIV.

Para Giovelli (2009) destaca a importância crítica das redes de apoio, familiares e sociais, na mitigação dos efeitos adversos da vulnerabilidade psicossocial. Ter um sistema de apoio forte geralmente se correlaciona com melhores resultados psicossociais e maior adesão ao tratamento, destacando a necessidade de intervenções que fortaleçam essas redes.

Silva *et al.* (2017) ressaltam o acesso desigual a serviços de saúde e apoio psicossocial, especialmente em regiões com recursos limitados, o que cria barreiras significativas para os adolescentes, agravando sua vulnerabilidade psicossocial. É enfatizada a importância de abordagens de saúde pública que levem em conta as disparidades regionais e socioeconômicas.

Os resultados e discussões na literatura sublinham a interseção relevante entre vulnerabilidade psicossocial e HIV em adolescentes, conforme indicado por Brasil (2015) e Melo et al. (2019). Eles destacam a contínua necessidade de pesquisa, intervenções específicas e políticas para abordar essa rede complexa de questões, assegurando a qualidade de vida desses jovens, independentemente de sua condição sorológica.

Considerações finais

Este estudo enfatiza que a vulnerabilidade psicossocial é uma preocupação complexa para adolescentes vivendo com HIV. Eles enfrentam desafios únicos, incluindo estigma, discriminação, impactos na saúde mental e adesão ao tratamento. Suas vidas são influenciadas por fatores sociais, emocionais e culturais, não apenas pelo vírus.

No entanto, há esperança com redes de apoio fortes, intervenções de resiliência psicossocial e educação para redução de estigma, que têm sucesso na melhoria do bem-estar desses adolescentes. A adaptação dessas abordagens às necessidades locais e contextos regionais é crucial.

A pesquisa continua sendo fundamental para identificar e abordar as lacunas existentes em nosso entendimento dessa questão e para desenvolver intervenções mais eficazes. Além disso, políticas públicas e programas de saúde devem reconhecer a importância de uma abordagem holística que leve em conta a vulnerabilidade psicossocial dos adolescentes vivendo com HIV, garantindo que eles tenham acesso igualitário a cuidados de saúde de qualidade e apoio psicossocial.

Referências

BRASIL. **Lei n.12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude — SINAJUVE. Diário Oficial da União; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 11 ago 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_ nacionais_atencao_saude_adolescentes_ jovens_ promocao_saude.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

CARVALHO, M. C. L.; BRAGA, V. A. B.; GALVÃO, M. T. G. Aids e Saúde Mental: Revisão Bibliográfica. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Universidade Federal de Fortaleza, Ceará. 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/9+(3)+(1).pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

GIOVELLI, G. R. M. **Relação entre sintomas de depressão, suporte social, qualidade de vida e adesão ao tratamento em pessoas que vivem com HIV/AIDS**, 2009. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/rela%C3%A7%C3%A3o-sintomas depress%C3%A3o-suporte-social-qualidade-vida-ades%C3%A3o-ao-tratamento/id/42260428.html. Acesso em: 21 set. 2020.

GUTIERREZ, E. B.; PINTO, V. M.; BASSO, C. R.; SPIASSI, A. L. *et al.* Fatores associados ao uso de preservativo em jovens - inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, 2019, v. 22, p. 1-14. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-549720190034. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt &pid=S1415-790X2019000100431. Acesso em: 29 set. 2020.

MELO, E.; MARCELA, A.; CHRISTEFANY C.; PRISCILA, P.; LUCILENE, C.; ELUCIR, G.; RENATA, R. Sintomas físicos e psicológicos do estresse em pessoas vivendo com o vírus da imunodeficiência humana**. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 22, p. 1-10, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602019000200003&lang=pt. Acesso em: 29 set. 2020.

NOGUEIRA, L. F. R.; PELLEGRINO, P.; DUARTE, A. de S.; INOUE, S. R. V. *et al.* Transtornos Mentais Comuns estão associados a maior carga viral em Pessoas Vivendo com HIV. **Saúde em Debate**, [*S.l.*], v. 43, n. 121, p. 464-476 abr./jun. 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0103- 1104201912114. Acesso em: 28 jul. 2023.

SILVA, C. R. L.; SILVA, E. R. V.; CARVALHO, H. B.; SOUZA, M. S. P. **A juvenilização do HIV/AIDS**: um desafio na contemporaneidade, 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_ MD1_SA7_ ID1837_02052017193903.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

ZABTOSKI, K. R.; BENETTI, S. P. da C. Características de saúde mental de crianças e adolescentes vivendo com HI. **Aletheia**, Canoas, n. 41, p. 81-94, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2023.

MODIFICAR-SE: experiência de extensão sobre saúde mental com universitários

Jéssica Tarcylla Beviláqua de Aguiar[268]
Ana Mara Farias de Melo [2]
Isabelle Melo Rocha [3]
Erilene Alves de Sousa [4]

Resumo
A entrada na vida acadêmica traz diversos desafios e experiências que quando não abordados podem interferir diretamente no desempenho e qualidade da saúde mental dos discentes. Pensando nisso, o Projeto de extensão "Modificar-se" constitui uma alternativa para reflexão sobre a vida universitária e os diversos aspectos que afetam as subjetividades e desencadeiam sofrimento nos estudantes.

Palavras-chave: Saúde Mental. Universitários. Coletivos Juvenis.

1 Introdução

A inserção e a apropriação de estudantes do contexto universitário são atravessadas por uma séria de condicionantes que interferem diretamente na construção da saúde mental e na permanência dentro da Universidade. Fatores financeiros, etários, relações interpessoais, familiares, mudanças drásticas nos contextos de convívio e sobrecarga de atribuições curriculares irão contribuir para a produção de uma saúde mental ou para processos de adoecimento.

Estudos sobre a relação entre a vida universitária e o desenvolvimento de transtorno mental têm apontado à alta prevalência de transtornos mentais entre estudantes universitários, no Brasil, em estudos na Unicamp com 1.290 estudantes, apontou que 58% dos universitários investigados relataram a prevalência de pelo menos um tipo de transtorno mental (Neves; Dalgalarrondo, 2007).

Tendo em vista que há uma recorrente percepção de casos de sofrimento psíquico, com o possível desenvolvimento de transtornos mentais, em estudantes de nível superior, é necessário que os diversos personagens que compõem este ambiente estejam envolvidos na superação das adversidades e situações aversivas do cotidiano. Com base neste cenário, foi proposto o Projeto de Extensão "Modificar-se" que representou uma tentativa de acolhimento responsável e atento às necessidades específicas de jovens universitários.

[268] Especialização. Mestrado em andamento em Educação para a Saúde, pela Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra (ESTeSC). E-mail: bevilaquajessica@gmail.com.
[2] Mestra. Faculdade 05 de Julho. E-mail: anamarapsi@gmail.com.
[3] Mestra. Faculdade 05 de Julho. E-mail: serv.social@faculdadef5.com.br.
[4] Mestra. Faculdade 05 de Julho. E-mail: erilene.icarai@gmail.com.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de condução do projeto, que como sugere o nome, visou à modificação do(s) sujeito(s) e suas relações com ambiente, oferecendo um espaço de compartilhamento sobre questões da vida acadêmica, trabalhando a promoção e prevenção da saúde mental dos estudantes.

2 Metodologia

A metodologia do projeto estava relacionada à proposta de PICHON-RIVIÈRE (1998) em relação de grupo operativo, o qual funciona como um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos.

Para operacionalizar esta proposta, foi realizado um cronograma de rodas de conversas ofertadas a comunidade acadêmica. Segundo Melo e Cruz (2014), a(s) Roda(s) de Conversas são propostas metodológicas de intervenção psicossocial que busca promover espaços dialógicos, pautados na participação democrática.

As rodas aconteceram semanalmente para os extensionistas e quinzenalmente para participantes, com carga horária de 2 horas a cada encontro, as temáticas podem ser visualizadas na Tabela 1ao longo do primeiro semestre.

Tabela 1 – Temáticas trabalhadas no semestre

Universidade: entre adversidade e proteção	Trabalhar os medos e anseios da nova fase da vida buscando refletir sobre: Sou universitário e agora?
Meu cotidiano na Universidade	Refletir sobre a adaptação com as novas regras e convivência com novas pessoas.
Modificando meu medo e encarando desafios	Buscar o entendimento sobre importância da formação na vida de cada um. Essa formação é um desafio?
Estudo e sofrimento ou o estudo dá sofrimento?	Refletir sobre as possibilidades e enfrentamento de sofrimentos psicológicos advindos a Universidade. Em que contextos você se sente triste na Universidade? Já procurou apoio? Como se sentiu?
A família é meu apoio?	Pensar sobre a função da família na construção de sentidos e no apoio da vida Universitária. Como é sua relação com a família após o ingresso na Universidade?
Transformando minha relação com o Professor: meu herói ou meu vilão?	O papel do professor na vida acadêmica? Como você sente o apoio do professor nas suas atividades?
Autonomia e responsabilidades com as escolhas na universidade	Dialogar sobre as decisões exigidas na vida acadêmica e como os discentes lida com elas.
Modificando minhas criações escolhas: Um projeto de vida	Conversar sobre as possibilidades de mudança dentro e fora da Universidade. A reflexão sobre a vida “pós-faculdade”: anseios, angústias, insegurança.

Fonte: Autoria própria.

3 Resultados e discussões

O Projeto Modificar-se conseguiu trabalhar estratégias de promoção e prevenção da saúde por meio de reflexões sobre condições de saúde e adoecimento na universidade, auxiliando no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento às dificuldades inerentes à vida acadêmica.

Os encontros serviram de suporte e escuta dos participantes que muitas vezes encontraram no Projeto seu lugar de acolhimento. Além disso, ao ouvir a experiência de outros jovens, conseguiram construir saídas para dificuldades que encontraram ao longo do semestre. Para os extensionistas, o projeto propiciou a vivência acadêmica teórica e prática da escuta psicológica, e a possibilidade de inserção no ambiente acadêmico na função de condução de processos de saúde mental.

Considerações finais

O Projeto Modificar-se conseguiu alcançar seu objetivo tornando-se uma estratégia de (auto)suporte psicológico para os jovens que participaram das rodas de conversa. Além disso, representou uma inovação sobre atenção à saúde mental discente, diferente das tradicionais perspectivas clínicas pautadas relação vertical especialista-paciente, foi possível construir relações entre discente-professor pautadas em horizontalidades e dialogicidades com perspectivas de apoio de ajuda mútua.

Referências

MELO, M. G. H.; CRUZ, G. C. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, [*S.l*], v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

NEVES, M. C. C; DALGALARRONDO, P. **Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários**, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/Bn3f9fZrc5KJC6SyDYpt7Wn/abstract/?lang=pt. Acesso em:14 fev. 2023.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERCEPÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM FORTALEZA

Lilian Maria da Silva Mello[269]
Anderson Souza Oliveira[270]

Resumo
Quais são os impactos que a escola gera na saúde mental de seu corpo discente? Essa é a pergunta de partida desse trabalho, que teve como *lócus* de pesquisa uma escola pública de ensino médio no município de Fortaleza (CE). Para responder essa questão, utilizamos como ferramenta metodológica a observação não-participante (Brandão, 1984) e referenciais teóricos para entendermos a questão juvenil (Dayrell, 2007) e saúde mental no Ensino Médio (Azevedo, Matos, 2014).

Palavras-chave: Juventudes. Saúde mental. Ensino Médio.

1 Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a experiência vivenciada em sala de aula, com uma turma do Ensino Médio, especificamente o 3° ano, em uma escola da rede pública de Fortaleza – Ceará, que consequentemente teve como mote de observação a saúde mental dos estudantes. Além disso, a experiência estabelecida surge no intuito de usufruir do chão da escola, retornando à escola como discentes em formação para adentrar no campo da Licenciatura.

Com isso, pudemos notar a nossa perspectiva a partir dessa interação de discente e docente, a importância da correlação dos/as licenciandos/as assomados/as as juventudes do Ensino Médio. Ao se deparar com as especificidades que são expostas durante a etapa escolar do Ensino Médio desses/as jovens, notamos que uma das questões mais agravantes é a saúde mental delas/es, que é negligenciada.

As particularidades que são estabelecidas a cada ano dessa etapa escolar nos permitem analisar como os/as estudantes se permitem transitar entre si e com o corpo docente. Entretanto, destacamos que a fundamentação de ressaltar essa experiência, colabora para que possamos refletir sobre os métodos que estão sendo trabalhados com esses/as jovens diante as suas trajetórias no Ensino Médio. O autor Juarez Dayrell (2007), denota questões referentes às juventudes e aos seus processos que estão inseridos no contexto escolar, afirmando que a sala de aula é um espaço de tensão entre ser aluno e ser jovem, onde essa complexa trama pode gerar diversos conflitos devido a quantidade de regras, além das demandas escolares (Dayrell, 2007, p. 1120).

[269] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lilian.mello@aluno.uece.br.
[270] Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB). E-mail: anderson.sociologo07@gmail.com

À vista disso, são diversos fatores que pudera complexificar os sentimentos desses/as estudantes - a relação na família, a tentativa de aproximação com professores/as, o sentimento de não confiar em si, a trajetória da adolescência, projeto de vida, avaliações, vestibular – e assim, gerando sentimentos obscuros e, que consequentemente, atinjam esses indivíduos de forma extremamente negativa.

2 Metodologia

As observações ocorreram com o propósito de nos integrarmos no processo da docência e conhecer o Ensino Médio com a perspectiva do labor pedagógico. Nosso trabalho foca nesse trâmite a partir da experiência enquanto discentes de licenciatura em Ciências Sociais.

Foram elaborados acompanhamentos das aulas, durante 50 minutos, no período de um semestre, em uma turma do 3° ano do Ensino Médio, com observações não participantes (Caldwell; Atwal, 2005), com o objetivo de perceber quais relações se davam naquele recorte de espaço e tempo, além disso, pretendíamos notar as especificidades dessa turma em relação aos seus projetos de vida, dado seu último ano escolar e como essas projeções, principalmente, atingiam sua saúde mental.

3 Resultados e discussões

Nesse contexto, nos acompanhamentos em sala de aula que estivemos presentes, quando esses/as alunos/as chegam ao 3° ano do Ensino Médio, passam por constantes contrariedades, não necessariamente dentro de casa ou na escola, mas consigo mesmo. Entretanto, notamos que a instituição escolar reproduz e incentiva a aprovação de vestibulares, gera sentimentos adversos que influenciam na saúde mental dessas/es estudantes. Desta maneira, apesar desses acompanhamentos terem ocorridos em um formato moderado, durante o processo das observações foram surgindo casos de alunos/as com ansiedade, e principalmente, dentro da sala de aula. Com a aproximação dos vestibulares e metas, esses/as estudantes se distanciavam da sala de aula e de si, além de uma cobrança interna, que acarretava em problemas familiares.

Como dado empírico, em fevereiro de 2023, quatro alunos de uma escola da rede pública, no Conjunto Ceará, bairro da capital cearense, foram instruídos a comparecerem a unidades de saúde, devido a casos de crise de ansiedade. Sabemos da importância do apoio que esses/as estudantes necessitam e que possuem limites, por isso, é essencial levarmos em consideração os seus sentimentos e os seus anseios.

Considerações finais

É interessante analisar como podemos contribuir de forma efetiva para amenizar os impasses e anseios desses/as jovens. Além disso, é extremamente válida a presença de profissionais da saúde para atuarem dentro da escola propiciando um ambiente mais seguro, saudável e harmônico.

Em suma, destacamos que a fundamentação de criarmos vínculos com os/as estudantes pode corroborar para essas discrepâncias que são visíveis nas famílias ou amizades, pois o docente ou a docente pode ser considerado/a uma figura fundamental para o crescimento desses jovens dentro da escola, entretanto reforçamos o não-papel da/o professora/or na perspectiva de saúde mental do corpo discente.

Referências

AZEVEDO, A; MATOS, A. P. Ideação Suicida E Sintomatologia Depressiva Em Adolescentes. **Psicologia, saúde & doenças**, [*S.l.*], v.15, n.1, p. 180- 191, 2014.

CALDWELL, K.; ATWAL, A. Non-participant observation: using video tapes to collect data in nursing research. **Nurse Researcher (through 2013)**, [*S.l.*], v.13, n.2, p.42-54, 2005.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2023.

O AMOR, O PERDÃO E A TECNOLOGIA IRÃO NOS LEVAR PARA OUTRO PLANETA? O desbravamento de alguns dos mundos possíveis do universo digital para a geração Z e Alpha

Carlos André dos Santos Oliveira [1]
Pedro Lucas Souza da Trindade [2]

Resumo
Com base no álbum do FBC *O amor, o perdão e a tecnologia irão nos levar para outro planeta*,foram levantados alguns apontamentos sobre a compreensão e as mudanças culturais no Brasil contemporâneo. As diretrizes da vida cotidiana tidas como fundamentais para a coesão social, agora se fragmentam e possuem vários significados diferentes e às vezes distintos. A alteridade passou por modificações influenciadas pelo espaço-tempo social virtual. Dessa forma, forma-se redes de sociabilizações virtuais, que modificam a epistemologia básica da sociedade. A juventude hiper conectada reage ao universo digital criando espaços culturais com linguagem e significado próprio.

Palavras-chave: Juventude, Vida Cotidiana, Hiper Conectada.

1 Introdução

Em 2023 o ‘rapper’ Fabricio FBC lança *Amor, o perdão e a tecnologia irão nos levar para outro planeta*, álbum em que o artista resgata a *black music*, bebendo de todas as gerações desse estilo musical da década de 70 até os anos 2000, que pode ser percebida por meio da progressão instrumental. Abordando questões biopsicossociais bem atuais na sociedade, imaginando homólogos humanos num futuro não tão distante e as relações sociais das gerações que cresceram hiper conectadas. O eu lírico do álbum caminha para outros planetas se distanciando e esquecendo dos sentimentos que viver na terra causam.

O tempo linear sofre com o determinismo racional. Nesse sistema, o indivíduo que antes vivia uma relação de exploração com o patrão, agora explora a si mesmo, escravizando seus próprios desejos, ambições, posturas e capital cultural. As redes sociais criam “planetas” que usam a IoT (internet das coisas ou *Internet of Things*) para conectar os indivíduos da sociedade em um mundo particular que lhes agrada.

A juventude que nasceu na era da internet e hiper conectada fez surgir várias novas formas de socialização. Jogos, redes sociais, fóruns, plataformas streamings etc., são mundos de socialização, cada uma linguagem de programação própria. Nós nos distanciamos e ramificamos de acordo com as bolhas/planetas que escolhemos frequentar. As noções de tempo-espaço são particulares em pois o tempo virou mercadoria para o universo digital. Em apenas alguns cliques nós transcendemos a plano material da vida em sociedade e vamos para um mundo virtual de nosso agrado ou escolha com a velocidade média de aproximadamente 245,95 megabits por segundo.

Segundo pesquisas do grupo *TIC Kids online Brasil*, a grande maioria das crianças e adolescente com idade entre 9 e 17 anos usam rede social. As mais populares

redes sociais utilizam os sistemas de like como moeda. Segundo o Centro de Mapeamento Cerebral da Universidade da Califórnia (UCLA), as recompensas que o cérebro ganha por meio do sistema de curtidas provocam uma sensação similar ao se comer chocolate, fazer novas amizades ou ganhar dinheiro.

A ideia de outros mundos da abertura a uma sociedade cada vez mais fragmentada em suas próprias concepções de verdades, tidas como absolutas e a criação de novos mundos ou bolhas de socialização. O uso excessivo das redes digitais destorce a noção de tempo o relativizando ao seu bel-prazer para um melhor funcionamento do sistema capitalista que ver o tempo com linearidade**.**

2 Metodologia

Pesquisas foram realizadas com o enfoque nas seguintes palavras chaves: mídias digitais, jovens brasileiros, geração Z e Alpha e Tecnologia digital.

Materiais de apoio, como documentários, filmes e músicas. Com a finalidade de fornecer apoio literário a pesquisa.

Dados quantitativos foram coletados depois do processo de triagem, para um embasamento quantitativo.

3 Resultados e discussões

Partimos da ideia inicial das formas de pensar espaço e tempo e das mudanças diacrônicas epistemológicas pelas quais esse conceito passou, até chegarmos às noções contemporâneas e suas implicações. Isso se baseia nos dados do *TIC Kids Online Brasil*, uma pesquisa com o objetivo de criar indicadores sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. Os dados concluem que cerca de 82% dos jovens entre 9 e 17 anos usam redes sociais, nos adolescentes entre 15-17 anos chega aos 97%. Levando em conta que as normas da maioria das redes sociais têm seu uso “proibido” para menores de 13 anos.

Algumas provocações foram levantadas: como as redes sociais interverem na formação da personalidade do indivíduo, usando os *Big Five* como parâmetro de análise? Como ficaram as diretrizes da vida social nesse contexto de hiper conectividade onde as redes sociais minam a verdade? Estamos presos como o eu lírico do FBC numa relação entre o mundo social e os outros planetas do universo digital?

Considerações finais

O trabalho está em andamento. À medida que avançamos nas leituras sobre a temática, mais observamos o quanto as redes sociais ditam as relações sociais contemporâneas e moldam a personalidade dos indivíduos, modificando suas diretrizes. As mudanças culturais levam a novas formas de sociabilização onde os conceitos que mantinham a coesão historicamente a sociedade, antes universais, agora são particulares.

Referências

BRISI, Gabriel. O amor, o perdão e a tecnologia nos levaram para outro planeta. **Esquerdadiario**, 2023. Disponível em:https://www.esquerdadiario.com.br/O-amor-o-perdao-e-a-tecnologia-nos-levaram-para-outro-planeta.Acesso: 30 ago.

2023.

PASSARELLI, Brasilina. **Jovens brasileiros em conectividade contínua**: estudos e tendências, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.22477/rjpp.v1iEE.125. Acesso em: 30 mar. 2023.

A DIMENSÃO AFETIVA DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO E A PRÁTICA DOCENTE

Lucilia Dias Furtado [271]

Resumo
O presente artigo tem como objetivo discutir a percepção docente da dimensão afetiva do estudante, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores do ensino médio de uma escola pública do Distrito Federal. Entre os resultados obtidos, verificou-se que os professores reconhecem a importância da afetividade e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. Contudo, não foi perceptível práticas pedagógicas que desenvolvem a afetividade dos estudantes, associada ao desenvolvimento cognitivo.

Palavras-chave: Afetividade Estudantil. Prática Docente. Processo de Ensino Aprendizagem.

1 Introdução

A atividade docente tem enfrentado diversos desafios. Para Medley (1982), a competência do professor diz respeito a um sistema de saberes diversificados e específicos que este domina, utiliza ou em que acredita. Um professor será competente se domina bem um conjunto de competências específicas que são importantes para as boas práticas de ensino (Fernandes, 2008).

Nesse contexto, surgem algumas indagações: a dimensão afetiva do estudante é compreendida como uma competência específica do bom professor e importante para a prática de ensino e aprendizagem? A educação afetiva é analisada no âmbito pedagógico na relação educativa que se estabelece entre o professor e seus alunos?

Partindo desta conjuntura inicial, o presente artigo tem como objetivo compreender a percepção docente da dimensão afetiva do estudante e como ela é empregada na prática docente do ensino médio. Pois, acredita-se ser extremamente necessário refletir sobre a dimensão afetiva e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem, salientando que esta pode contribuir com a forma de vida dos sujeitos e com a qualidade do ensino em geral (Almeida-Correia; Veiga-Branco, 2012).

2 Metodologia

Na busca pela compreensão da percepção docente acerca da dimensão afetiva do estudante, utilizou-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta dos dados. Com isso, sete professores de uma escola pública do Distrito Federal foram entrevistados, sendo a participação dada de forma voluntária.

A entrevista foi composta por 5 momentos, assim classificados: identificação docente, caracterização da dimensão afetiva, dimensão afetiva e ensino-aprendizagem, dimensão afetiva e prática pedagógica, dimensão afetiva e comunidade escolar. É a partir dessa categorização que a análise dos dados foi realizada.

[271] Mestranda em Educação, Universidade de Brasília (UnB). E-mail: luciliadfurtado@gmail.com

3 Resultados e discussões

Ao serem questionados sobre a dimensão afetiva ser tema de estudo docente, 42,9% dos entrevistados responderam que o tema não é trabalhado na escola, 42,9% é uma ação individual de alguns professores e 14,2% disse que é uma temática geral, pois muitos professores têm essas características: conversar com os alunos, dar conselhos, dar uma palavra.

Ainda sobre o recorte "dimensão afetiva e comunidade escolar", perguntou-se sobre os atores educacionais que mais dialogam sobre a dimensão afetiva dos estudantes. Dentre as respostas, obteve-se 10% dizendo ser a pedagoga, 30% a psicóloga, 10% a psicopedagoga, 10% a orientadora, 20% alguns professores individualmente e 10% o grupo de professores da sala de recurso.

Diante do exposto, percebe-se que a dimensão afetiva permanece uma temática ausente ou pouco trabalhada na formação docente continuada, ficando em maior evidência em situações mais pontuais e trabalhada por atores educacionais específicos, conforme apontou o professor: – Quando acontece uma situação mais crítica, a psicóloga e a psicopedagoga tomam a frente (Professor 1).

Ao analisar a percepção docente no tocante a dimensão afetiva do estudante e as características dela (Tabela 1), percebe-se que a afetividade perpassa mais pelas questões das relações, de conhecer a realidade dos estudantes e de exercer um papel parecido com o da família, do que de reconhecer a afetividade como processo formativo educacional.

Tabela 1 – Caracterização da dimensão afetiva

Entendimento da afetividade estudantil	Frequência de ocorrência
Relacionamento entre professor e aluno, professor e turma, de forma afetiva ou não, dependendo das características dos estudantes	4
Entender a realidade dos estudantes	2
Participação da vida do estudante como se fosse da família, como um orientador dos estudantes	2
Estudantes carentes, com necessidade de atenção que veem no professor um apoio psicológico	2
Relação baseada no carinho, respeito, reciprocidade e confiança, entre professores e estudantes	2
É interação e aproximação com os estudantes	1
Baseada em núcleos: família, amigos e escola	1

Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito a relação da dimensão afetiva e o processo de ensino-aprendizagem, 100% dos professores reconhecem a importância dela para o ensino e a aprendizagem, como afirma,

> [...] Quando você cria um laço afetivo com os alunos, tem um aproveitamento melhor na aprendizagem. A indisposição com os alunos dificulta a aprendizagem (Professor 2).

Se a "afetividade é impulsionada pela expressão dos sentimentos e das emoções e pode desenvolver-se por meio da formação" (Ribeiro, 2010, p. 403), verifica-se a necessidade de desenvolver o educador emocionalmente competente, tendo a consciência da sua função e do seu impacto junto a turma (Veiga-Branco, 2005).

A última unidade analisada, referente à dimensão afetiva e prática pedagógica, não apresentou ações pedagógicas que trabalham de forma concreta e intencional a dimensão afetiva dos estudantes. Talvez isso se dê pela ausência do trabalho da afetividade na formação dos professores, conservando, assim, uma ação educativa baseada no conhecimento estabelecido pelas relações cotidianas.

Considerações finais

Historicamente, a escola se constituiu um espaço institucional que privilegia o conhecimento lógico e científico, desconsiderando a dimensão afetiva dos seus sujeitos. Realidade esta que vem sendo questionada, especialmente quando a educação brasileira reafirma seu papel de assegurar a formação humana integral dos estudantes.

Com isso, a ação educativa é chamada a considerar que os aspectos cognitivos e afetivos são indissociáveis, promovendo, assim, o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade. Ressalta-se, portanto, que toda aprendizagem está impregnada de afetividade, pois as tramas tecidas entre alunos, professores e conteúdos escolares não acontecem somente no campo cognitivo, existindo uma base afetiva que permeia essas relações (Tassoni, 2003).

No intuito de compreender melhor essas relações escolares, verificou-se que os educadores reconhecem a importância da afetividade e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, entendem e caracterizam a dimensão afetiva, por meio dos relacionamentos entre professores e estudantes, de conhecer a realidade dos estudantes, de exercer um papel parecido com o da família e até mesmo identificam algumas expressões emocionais, muito voltadas às necessidades estudantis.

Contudo, não foi perceptível práticas pedagógicas que desenvolvessem a afetividade dos estudantes, de forma clara, consciente e com intencionalidade pedagógica, associada ao desenvolvimento cognitivo. Portanto, faz-se necessário aprofundar as reflexões e pesquisas sobre a dimensão afetiva do estudante e o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

ALMEIDA-CORREIA, A.; VEIGA-BRANCO, A. **Efeitos da formação em educação emocional nas competências emocionais de professores**, 2012. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/153412174.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

FERNANDES, Domingos. Vinte e cinco anos de avaliação das aprendizagens: uma síntese interpretativa de livros publicados em Portugal. *In*: ESTRELA, Albano (org.) **Investigação em educação teorias e práticas** (1960 -2005). Portugal: Educa, 2008.

MEDLEY, D. **Teacher competency testing and the teacher educator**. Charlottesville, VA: Association of Teacher Educators, 1982.

VEIGA- BRANCO, A. **Competência emocional em professores**: um estudo em discursos do campo educativo. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, 2005.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA INFÂNCIA E JUVENTUDE: a atuação das entidades filantrópicas inseridas nessa política

Francisca Mikaelly da Costa Cunha[1]
Brenda Camilly Chaves Fonseca[2]
Kalynne Souza Fernandes de Moura[3]

Resumo
As entidades filantrópicas sempre tiveram um papel atuante na política de Assistência Social para crianças e adolescentes. Este estudo objetiva evidenciar a atuação dessas instituições junto à esse público. O estudo foi realizado por meio de observações em instituições que acolhem crianças e adolescentes, utilizando-se de uma pesquisa qualitativa. Constatou-se a relevância e limitações desses serviços. Conclui-se que essa pesquisa pode ser relevante para a valorização do trabalho dessas entidades.

Palavras-chave: juventude. serviço social. filantropia.

1 Introdução

Este relato de experiência conta com conclusões feitas a partir de visitas institucionais a casas de acolhimento para jovens e crianças, em especial, meninas. Visitas feitas como critério de avaliação de uma disciplina de Oficina II, da grade curricular do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Piauí, as instituições visitadas foram: Centro da Juventude Santa Cabrini e Casa de Savina Petrilli, Ademais, o presente relato tem como objetivo expor as expressões da questão social presente no contexto das jovens que são atendidas nas instituições.

2 Metodologia

A metodologia utilizada se deu a partir de observações feitas pelas alunas. Ademais, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, que para Minayo (2016, p.22) se ocupa "com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] conjunto entendido como parte da realidade social".

3 Resultado e discussões

Dentre os vários aspectos observados, podem ser aqui destacados a associação das instituições com a Igreja. Todas as instituições visitadas tinham vínculo com a Igreja Católica, o que remete muito ao surgimento do Serviço Social, que emergiu fundamentado em ações sociais da Igreja, e que embora hoje tenha se desvinculado de um trabalho meramente filantrópico, ainda atua dentro de instituições religiosas. Tendo marcos nessa relação, a lei que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de Assistência Social, também chamada de Lei da Filantropia (Lei nº 12.101, de 27 novembro de 2009):

> [...] reconhece uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos como sendo de assistência social e permite a ela a isenção de pagamentos das contribuições para a seguridade social.

É válido apontar que as instituições tinham objetivos e funcionamento diferente, pois enquanto o Centro da Juventude Santa Cabrini constitui-se num espaço socioeducativo para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, a Casa Savina Petrili é um serviço de acolhimento institucional provisório par crianças e adolescentes do sexo feminino, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujos grupos familiares encontram-se impossibilitados de exercer sua função de cuidado e proteção por situações de abandono, negligência, violência ou exploração.

As experiências foram divididas, considerando o público que tivermos contato, pois na Casa Savina Petrili, as meninas eram mais carentes, menos sociáveis, e mais desconfiadas, o que causou comoção de toda a turma, pelo contrário, no Centro da Juventude Santa Cabrini, as meninas já eram bem mais sociáveis, pois as mesmas já tem o costume de estarem com muitas pessoas, considerando que a instituição tinha uma parceria com a prefeitura, e as meninas da instituição apresentava trabalhos e oficinas com temáticas de grande relevância, além de realizarem visitas em instituições para que as mesmas saibam como funcionam.

Tal público atendido exige dos profissionais um olhar e trabalho sensível e cuidadoso, considerando a sensibilidade do público, e a vulnerabilidade a qual o mesmo está exposto, trazendo a essas instituições o dever de proteção quanto à vida e direitos destes. É necessário ainda considerar os traços específicos da vida dos indivíduos, a fim de que o trabalho possa ser eficiente para o todo, cabendo analisar suas determinadas condições de vida, uma vez que estas irão exigir do profissional uma demanda e articulação de trabalho diferente, e nunca padronizada.

Por fim, em cada uma dessas instituições estava presente de algum modo a imagem da família, no que diz respeito ao seu papel e representatividade na vida desses indivíduos, o que mostrou a necessidade de aproximação do assistente social com a família dos indivíduos, a fim de articular ideais e planos que só poderiam ser eficazes com o apoio e permissão da família.

Considerações finais

Conclui-se assim, que as instituições filantrópicas desde a sua criação sempre serviram como um lugar de acolhimento social, onde as expressões da questão social estão presentes em todos os âmbitos, uma vez que acolhem exatamente a massa populacional mais vulnerabilizada e sensível da sociedade, como as crianças e adolescentes.

Ficou evidente a importância do trabalho dessas instituições na infância e juventude, como também as suas limitações no que se refere a escassez de parcerias de cunho financeiro para que a sua permanência seja garantida, cabendo a trabalhos futuros buscarem estudar a realidade da expectativa de continuidade do trabalho dessas instituições, considerando o seu atual cenário quanto ao apoio financeiro recebido.

Referências

ANBEAS - CASA SAVINA PETRILI. transformabrasil.com.br, Disponível em: http://www.asbeas.com.br/savina-petrilli/. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/12/publicada-lei-que-simplifica-regras-para-certificacao-de-filantropicas . Acesso em: 14 set. 2023.

CENTRO DA JUVENTUDE SANTA CABRINI. madrecabrini.org.br. Disponível em: http://www.madrecabrini.org.br/index.asp?pag=17. Acesso em: 14 set. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

DIGITAL INFLUENCER NO MUNDO DAS MARAVILHAS "INSTAGRAMÁVEIS"

Gleica Mirela Salomão Soares[272].
Luciana Dutra-Thomé[273]
Matheus Portela Carvalho[274]

Resumo

No Brasil, há cerca de 113 milhões de usuários do *Instagram*, com maior participação de pessoas de 18 a 24 anos. O *Instagram* é um lugar que tem destacado os *digital influencers*, que são criadores de conteúdo digital que se posicionam nas redes sociais por meio de fotos, vídeos e textos, com ideias, dicas, conselhos, etc. que repercutem nas redes sociais entre seus seguidores. Eles são vistos como formadores de opiniões e utilizam as redes sociais para propagar sua identidade, estilo de vida e influenciar na aquisição de bens e serviços. Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção de *digital influencers* acerca do *Instagram*, trazendo para a Psicologia ampliação de conhecimento sobre as mídias sociais e os indivíduos. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória, cujos instrumentos utilizados foram o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada, realizada de maneira *on-line* pelo *Google Meet*. Participaram da pesquisa três mulheres, *digital influencers* do nicho *lifestyle*, abaixo de 1 milhão de seguidores e na faixa etária de 18 a 29 anos. Para análise dos dados foi realizada a Análise Temática. Os resultados encontrados apontam a necessidade de seguir *trends* (tendências) do *Instagram*, bem como, tirar as melhores fotos e conhecer o seu público. As postagens relacionadas a conteúdo do cotidiano, de superação ou *selfie* foram percebidas, pelas *influencers*, como geradora de maior engajamento. As participantes percebem sua atividade no Instagram como uma forma de trabalho e que tem grande relevância para seu público, gerando identificação e inspiração. O *Instagram* foi visto também como uma plataforma que possibilita visibilidade e interação.

Palavras-chave: Digital influencers. Instagram. Instagramável.

[272] Mestranda na Universidade Federal da Bahia. E-mail: gleicasoares@ufba.br
[273] Pós doutora na Universidade Federal da Bahia. E-mail: lucianaduth@gmail.com
[274] Graduando na Universidade Federal da Bahia. E-mail: matheus_portela_carvalho@hotmail.com

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE JOVEM E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: acesso ao SUS, saúde mental e física

Lucas Lênin Silva Queiroz[275]

Resumo

A conformação atual do Sistema Único de Saúde (SUS) abriga princípios reguladores, sendo um deles o VIII, que versa sobre a participação da comunidade. Este princípio visa à integração da população nas decisões e diretrizes da saúde pública no Brasil. No entanto, diversas problemáticas comprometem a efetividade desse princípio em certos setores da sociedade. A pesquisa em questão tem como foco a população jovem, a qual enfrenta obstáculos significativos para sua participação efetiva no SUS e entre esses obstáculos, destacam-se a falta de consciência acerca da importância de participar das conferências de saúde e a desinformação sobre o funcionamento desses eventos. Para compreender melhor essas problemáticas e a atual participação dos jovens adultos na gestão do SUS, a pesquisa adota a metodologia da pesquisa bibliográfica com objetivo de proporcionar, por meio de materiais científicos que abordem a temática em questão uma perspectiva consciente de classe, um estado pleno de saúde mental e física aos jovens, alcançado por meio de sua participação efetiva na construção da saúde pública no Brasil.

Palavras-chave: Juventudes. Consciência de Classe. Saúde. SUS.

[275] Centro Universitário UNINOVAFAPI.

Grupo de Trabalho 14 – Juventudes e Práticas Educativas

Coordenadores: Rosane Castilho – (UEG- Observatório Juventudes na contemporaneidade -BR);
Bonfim Gesio Lima dos Santos – (UEG-BR); Sandra Maria Oliveira – (SEEDUC GO -Observatório Juventudes na Contemporaneidade - BR).

COMO ME CONSTITUI PESQUISADORA DE JOVENS DE GRUPO DE BASE DAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS

Maria da Conceição da Silva Santos[276]
Maria do socorro Borges da Silva [277]

Resumo

Esse relato trata das experiências vivenciadas em grupos de jovens das comunidades periféricas, com objetivo de analisar as práticas educativas dos jovens que colaboraram para a constituição do ser pesquisadora da juventude, relacionando aos estudos do curso de mestrado em educação, no qual será citado os diários como dispositivo de pesquisa, citando como base teórica Bondía (2016), fazer uma experiência significa que algo nos toca, nos acontece e nos transforma.

Palavras chave: Juventudes. Práticas educativas. Experiência. Periferia.

1 Introdução

Diante das vivencias em grupos de base da juventude em comunidades periféricas, relatamos experiências comunitárias que foram fundamentais no processo de constituição do ser pesquisadora. São refletidas as práticas educativas de resistências dos jovens de grupo de base, que ressaltam os caminhos trilhados pela juventude, e que por meio da aplicabilidade da arte e da construção coletiva de conhecimento vivenciada contribuem como espaço de criações e educações na garantia dos direitos e cidadania no combate à violência e fortalecimento da justiça e da paz.

A relevância dessa experiência cartográfica parte do contexto atual da violência se fazendo necessária a discussão sobre as práticas educativas de resistências dos grupos juvenis das comunidades periféricas.

De acordo com o pensamento de Larrosa (2016), esse tema nos toca, de modo especial pelas vivências como grupo de base da pastoral da juventude na comunidade periféricas.

A temática é a constituição de uma pesquisadora de jovens dos grupos de bases das comunidades periféricas, observando práticas educativas dos jovens de grupo de base, como forma de resistência. Assim, os objetivos serão: analisar as experiências que colaboraram para o processo de constituição do ser pesquisadora de jovens dos grupos de base das comunidades periféricas; fazer uma confluência entre os estudos realizados na matriz curricular de Educação em Direitos Humanos e Diversidade Étnico-Raciais, cursado no primeiro semestre do mestrado em educação da UFPI. A problemática, portanto, reflete: Quais experiências vivenciadas nos grupos de base de jovens das comunidades periféricas contribuíram para a constituição do ser pesquisadora das juventudes?

[276] UFPI. E-mail: Mary.fla@hotmail.com
[277] UFPI. E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

Nos estudos sobre a categoria educação em direitos humanos (Aguirre 2008), refletimos sobre o educar em direitos humanos como forma de saber que reconhece a existência do outro, no sentido da compreensão que existem diversas culturas, costumes, identidade que devem ser respeitadas, o que faz entender que existe uma pluralidade, diversidade, singularidade das juventudes em seus territórios de convivência.

Essa visão, dialoga com Hooks (2022), no livro *Pertencimento: uma cultura de lugar*, ao refletir sobre o lugar de pertencimento. A escritora ao contar sua história de vida e as práticas que são repletas de significas, consigo me comparar as suas vivencias, pois também foram as minhas inquietações, e vivencias com a juventude da periferia, me trouxeram o desejo de torna-me pesquisadora.

Os temas dessas leituras, nos faz refletir sobre a educação em direitos humanos, fazendo uma confluência entre os temas estudados na matriz curricular no curso de mestrado em educação, nos tocou de tal forma que nos trouxe a cura do pensamento colonizado.

2 Metodologia

Tipo de pesquisa

Neste estudo, discute-se uma abordagem qualitativa, com técnica de cartografia, Deleuze e Guattari (1995 *apud* Silva; Adad; Silva, 2020) para o estudo da subjetividade, das experiências como grupo de jovens da pastoral da juventude, que nos trouxe implicações revelando o desejo do torna-se pesquisadora de jovens da periferia. Outras experiências foram os diários escritos na disciplina de educação em direitos humanos e diversidade ética raciais, do mestrado em educação no semestre de 2023.1, que nos possibilitou conhecer vários territórios e aprofundamento de leituras, aprimorando o conhecimento a respeito dos territórios das nossas experiências com grupos de jovens da periferia.

A experiência como "pjoteira" dentro do grupo de base da periferia, e os diários escritos nesse período, me possibilitou a estruturação do TCC na conclusão do curso de Graduação e posteriormente, o projeto para ingressar no Mestrado em educação. Então, diante dos estudos no curso de mestrado, na disciplina de educação em direitos humanos e diversidade ético racial, as leituras nos trouxe um olhar mais profundo diante dessas temáticas.

3 Resultados e discussões

Diante do exposto, se faz importante citar alguns trechos dos diários:

Diário 23/04/2023

"Nessa data, fizemos a reflexão da leitura do livro: PERTENCIMENTO: UMA CULTURA DO LUGAR em um território diferenciado, experiência única... Ao trilhar as escritas da autora, me chamou a atenção as denominações dadas por ela as suas experiências vivenciadas, onde cita primeiramente sua juventude, onde sofreu dentro de sua própria casa o PATRIARCADO SUPREMACIA BRANCO CAPITALISTA IMPERIALISTAS".

"Comparo essas leituras com o livro de Krenak "O futuro ancestral," que se ver a valorização da ancestralidade e a valorização do aprendizado ensinado pelos ancestrais,

a valorização da natureza e das diversidades culturais, quando Hooks comparado ao relatos de Hooks sobre a colcha de cama da sua avó que carregou por toda a sua vida e que trouxe-lhes aconchego e um pedaço do lugar de onde ela saiu, seu lugar de PERTENCIMENTO".

Figura 1 – Momento Marcante da Espiritualidade

Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 2 – Primeiro dia de aula da disciplina de educação em direitos humanos e diversidades Étnico-Raciais

Fonte: Acervo próprio, 2023.

Nessa perspectiva, destaco que Hooks em seu livro diz que: "pertencer" é entender o valor da vida, destacando questões a respeito da diversidade, ao meio ambiente, e a importância da conexão com o mundo e com a natureza. O aprendizado que tivemos durante as experiências na adolescência e na juventude nos grupos de base

das comunidades periféricas, no qual a palavra pertencimento nos faz refletir a importância do ser jovem como protagonista da sua história.

Considerações finais

Nesse sentido, a experiência de grupos de base como um lugar de pertencimento, contribuiu para que constituísse o ser pesquisadora, aguçando os olhares para os mais excluídos, aguçando a sensibilidade humana diante das causas, e sobre as realidades dos problemas das juventudes, visto em sua diversidade em gênero, classe e raça.

Referências

LARROSA, Jorge. **Tremores, escritos sobre experiencia**. Autentica editora, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Maria do Socorro Borges da; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; SILVA, Krícia de Sousa. Juventudes, comunidades periféricas, direitos humanos e educação. **Research, Society and Development**, [*S.l.*], v. 9, n. 10, e6599109155, 2020.

HOOKS, Bell. **Pertencimento, uma cultura de lugar**. São Paulo: Editora Elefante, 2023,

JOVENS E IDOSOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPI: a questão da intergeracionalidade

Iolanda Carvalho Fontenele[278]
Ananda Ingred Rodrigues de Oliveira[279]
Melissa Flávia de Oliveira Rodrigues[280]

Resumo
Este trabalho visa ressaltar a importância da extensão e mais especificamente relatar as experiências em projetos de extensão universitária na UFPI, com foco na questão da intergeracionalidade e suas repercussões para as pessoas jovens e idosas. Foi possível notar a interação entre jovens e pessoas idosas, tendo em vista trocas, baseadas no respeito, na tolerância, na democracia, na justiça e no direito.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Intergeracionalidade. Direitos.

1 Introdução

Este trabalho é fruto de experiências de extensão na UFPI, nos projetos PTIA na Comunidade, período 2020-2022 e no PTIA Conexuscom, vigência 2022-2024. Esses Projetos estão vinculados ao PTIA - Programa de Extensão Universitária para pessoas idosas/UFPI e objetivam promover o acesso a direitos, o combate aos preconceitos, as trocas intergeracionais e colaborar na formação profissional de discentes, entendendo as velhices e as juventudes como processos nas experiências humanas, marcados por heterogeneidades.

Os projetos encontraram fundamentação nas diretrizes da extensão universitária (FORPREX, 2012) e nas contribuições de Freire (1996). A extensão entendida aqui como indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, como troca, como diálogo entre a Universidade e, no caso aqui, a articulação com a Política de Assistência Social em Teresina (FORPROEX, 2012). Este trabalho visa apresentar um relato de experiências dessas ações, com foco na intergeracionalidade.

2 Metodologia

Os projetos em questão realizaram atividades socioeducativas, trabalharam com a informação como instrumento de acesso a direitos nos serviços públicos. Utilizou-se de metodologias ativas, tendo em vista uma interação, pautada na ética, na estética, na

[278] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutora em Políticas
Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com.
[279] Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: anandaingred72@gmail.com.
[280] Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: melflavia10@gmail.com.

alegria e na esperança (Freire,1996), com o envolvimento e a participação das pessoas idosas, tornando-as protagonistas. As atividades tiveram conteúdo lúdico, priorizando a expressão artística e cultural.

3 Resultados e discussões

Dentre os direitos das pessoas idosas destaca-se a convivência familiar e comunitária. Os seres humanos não existem fora da sociabilidade, constitui uma capacidade humana e condição essencial de sua existência no processo histórico. Na sociabilidade os seres humanos sociais (re)criam necessidades e suas formas de satisfação, transformam a natureza, a si mesmos, os outros e o mundo. São produtos e produtores da sociabilidade.

Essas sociabilidades estão atravessadas por concepções e práticas emancipadoras e/ou alienantes. No caso das pessoas idosas no Brasil, além da problemática da negação de direitos, que acometem parte desse segmento, por outro lado as concepções sobre a velhice são atravessadas pelos estigmas. Nesse sentido, considerando a aposentadoria, a saída do mercado de trabalho, as problemáticas familiares e a carga desses preconceitos, dentre outros fatores, as pessoas idosas frequentemente sofrem de abandono, solidão e violências.

Nesse sentido, a promoção da sociabilidade e da convivência intergeracional é de extrema importância. As gerações são construções culturais e históricas. Há uma diversidade de modos de ser e pensar, de comportamentos, bem como uma tendência de se estabelecer relações somente no interior das faixas de idade, em espaços como a escola, o trabalho, os centros de convivências, por exemplo, sem a interação entre as gerações (Poltronieri *et al*, 2015). Essas cisões também estão presentes no interior das famílias, que podem reproduzir o isolamento e as mais diversas formas de violência.

A intergeracionalidade constitui um importante instrumento tendo em vista, dentre outros ganhos, principalmente, o combate do preconceito. As pessoas idosas carregam uma memória cultural, experiências, sabedorias, histórias de lutas, sendo, portanto, sujeitos que muito tem a ensinar para as outras gerações, inclusive sobre a questão do envelhecimento (Poltronieri *et al*, 2015). Os/as jovens que trabalham com pessoas idosas na extensão universitária frequentemente falam que passam a rever seus conceitos sobre essa problemática a partir do contato com o público.

Os jovens também são portadores de histórias, de lutas, de conhecimentos, de habilidades com as tecnologias, com a linguagem digital. Apesar de todos os problemas que assolam as juventudes, as desigualdades, as violências e tantos outros, mesmo assim, é próprio dos jovens os sonhos, o desejo por desafios, por afirmação, por conquistas. Portanto, a relação intergeracional constitui um aprendizado mútuo, uma troca de conhecimentos, de afetos, de habilidades, de experiências (Poltronieri *et al*, 2015).

A intergeracionalidade constituiu um diferencial nas atividades extensionistas, uma experiência educativa pautada na esperança de que juntos "podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir" (Freire, 1996, p.29) a todas as formas de preconceitos e violências e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No decorrer das ações, foi possível perceber a interação entre

jovens e idosos, reinventando sociabilidades com base no respeito, na democracia e tudo isso com arte e alegria.

Considerações finais

Portanto, a primazia desses projetos de extensão foi a valorização do idoso, salvaguardando a convivência e os vínculos. Promovendo a troca intergeracional, a construção de estratégias para combater o isolamento social, a desconstrução dos preconceitos e a unidade teoria-prática, a articulação ensino/pesquisa/extensão na formação profissional. Diante do exposto, constata-se a relevância da Extensão Universitária em articulação com as Políticas Públicas, uma vez que é essencial a defesa da vida, dos direitos, da proteção e da cidadania.

Referências

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática Educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

POLTRONIERI, C. de F. *et al*. Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairós Gerontologia**. São Paulo, v.18, n. 4, p.289-309, out./dez. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/view/29407-Textodo artigo-78011-1-10-20160905.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

PRÁTICA EDUCATIVA DE FORMAÇÃO E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: experiências no programa de monitoria da UFPI

Hilda Mara Lopes Araújo[281]
Matheus César Silva Santos[282]
Rafael da Rocha Melo[283]

Resumo
Este artigo sob o título *Prática Educativa de Formação e Iniciação à Docência: Experiências no Programa de Monitoria da UFPI* objetiva-se descrever as experiências vivenciadas no Programa de Monitoria relacionadas à constituição da prática educativa na formação de futuros professores. A metodologia foi pautada numa abordagem qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram a partir da observação participativa vivenciadas na disciplina de Teoria do Currículo e Sociedade.

Palavras-chave: Prática Educativa. Monitoria. Habilidades Docentes.

1 Introdução

O Programa de Monitoria da Universidade Federal do Piauí, regulamentado pela Resolução Nº 76/15–CEPEX, de 09/06/2015 é uma modalidade de ensino e aprendizagem coordenada no âmbito da Instituição pela Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), desenvolvida por alunos bolsistas ou não bolsistas, que recebem orientação acadêmica dos professores, a fim de contribuir com a formação discente e o consequente incentivo à docência, integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse âmbito, os objetivos do Programa de monitoria se estabelecem a partir dos aspectos de formação e iniciação à docência no contexto de práticas educativas a fim de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nos cursos de graduação, criar condições para que os alunos possam contribuir no desenvolvimento de atividades didáticas agindo como colaboradores de produção acadêmica, incentivar a carreira docente e promover a cooperação entre discentes e docentes.

A esse respeito, no contexto das experiências fornecidas pelo Programa de Monitoria, produzem um sentido significativo sobre experienciar e sentir a rotina profissional do educador, logo, a experiência da perspectiva que vamos abordar neste estudo, relaciona-se ao que Larrosa (2002) expressa como sendo aquilo que nos atravessa, nos ocorre, o que nos afeta profundamente não se tratando apenas do que está acontecendo ao nosso redor, nem dos eventos que ocorrem, ou das coisas que nos tocam superficialmente.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo principal descrever as experiências no Programa de Monitoria relacionadas à formação de futuros professores. Ele incentiva os alunos a refletir sobre suas experiências de ensino, analisar suas

[281] Doutora em Educação, UFPI. E-mail: lopeshildamara655@mail.com
[282] Bolsista Programa de Monitoria – UFPI. E-mail: matheuscesar@ufpi.edu.br
[283] Bolsista Programa de Monitoria – UFPI. E-mail: rochrafael930@gmail.com

práticas, identificar pontos fortes e áreas de melhoria, e buscar constantemente maneiras de aprimorar sua atuação como futuros educadores, conectando teoria à prática.

2 metodologia

No âmbito do Programa de Monitoria, adotamos a observação participante, uma técnica qualitativa que busca compreender as experiências humanas em profundidade, pois, conforme destacado por Minayo (2016), a pesquisa qualitativa explora a qualidade das experiências e dos significados buscando compreender os aspectos profundos e subjetivos da experiência humana. Logo, essa abordagem envolve o contato direto e frequente do pesquisador com os atores sociais, conformado por Correia (2009), que foi aplicado no planejamento e execução das atividades da disciplina.

Quanto à produção de conhecimento e expressando resultados, durante o Programa, realizamos a produção de relatórios, apoiamos as atividades docentes, aprofundamos discussões sobre o currículo, participamos do planejamento de aulas com a professora e desenvolvemos projetos de pesquisa. E para uma melhor comunicação, foi criado um grupo no WhatsApp, ferramenta essa essencial para compartilhar informações, esclarecimentos de dúvidas e disponibilizar materiais de estudo.

3 Resultados e discussão

No contexto desta pesquisa, nos detemos na concepção de prática educativa, na qual segundo Franco (2016), a ideia central é que a prática em questão seja um campo de ação que envolva ações intencionais e conscientes do educador, e que essa prática é influenciada e moldada pela teoria e pela epistemologia da pedagogia. Assim, "práxis educativa" refere-se à ação educativa concreta, ou seja, a prática efetiva de ensinar e aprender no espaço da sala de aula e em outros ambientes educacionais, interagindo com os alunos, utilizando métodos, estratégias e recursos para avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Com base nisso, os resultados obtidos a partir das experiências vivenciadas no Programa de Monitoria proporcionou um grande apoio acadêmico oferecendo suporte adicional especialmente no que diz respeito aos desafios superados dentro da disciplina, compreensão de conceitos complexos, orientação prática para o melhor desempenho em futuras atividades docentes, além do desenvolvimento de habilidades como: comunicação, liderança e organização; habilidades essas que potencializaram a adesão de experiência para a formação acadêmica e profissional dentro das práticas educativas.

Em resumo, o Programa de Monitoria desempenhou um papel fundamental no apoio e desenvolvimento de habilidades essenciais no universo das práticas educativas de formação e iniciação à docência, principalmente no que tange à criação de um ambiente de aprendizado enriquecedor e na promoção do sucesso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Considerações finais

Este trabalho destaca que o aprendizado adquirido no Programa de Monitoria contribui significativamente para nossa formação como pedagogos. O planejamento se revela como elemento crucial na produção do conhecimento e no desenvolvimento acadêmico. As experiências práticas no Programa ajudam os estudantes a integrar teoria

e prática ao aprender a planejar e acompanhar atividades docentes com a orientação do professor.

Concluindo, o Programa focado na melhoria do desempenho acadêmico e no envolvimento dos alunos na produção acadêmica, permite que os estudantes reflitam sobre suas práticas de ensino, identificando pontos fortes e áreas de melhoria para melhorar constantemente sua atuação como futuros educadores.

Referências

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem| Journal of Nursing**, v. 13, n. 2, 2009.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, p. 534-551, 2016.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MÓNICO, Lisete *et al.* A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ**, v. 3, 2017.

EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E JUVENTUDE NO LIVRO ULISSES ENTRE O AMOR E A MORTE

Alexsandro Rocha da Silva[284]
Maria do Amparo Borges Ferro[285]

Resumo
Este artigo tem como objetivo discutir como as temáticas, educação, infância e adolescência que aprecem no livro *Ulisses entre o Amor e a Morte* do escritor piauiense O. G. Rego de Carvalho. A obra mostra a história de Ulisses que vive as descobertas do amor e também da morte. As situações vivenciadas pelo jovem representam as descobertas, os desejos e sonhos que fazem parte da vida de muitos adolescentes.

Palavras-chave: Educação. Infância. Adolescência.

1 Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento sobre educação e literatura em O. G. Rego de Carvalho. O recorte deste artigo é uma interessante discussão que o autor faz no livro *Ulisses entre o Amor e a Morte*, obra publicada em 1953, ambientada nas cidades de Oeiras e Teresina, no Piauí. O livro gira em tono da história de um Ulisses, um adolescente que vive as típicas descobertas desta fase da vida.

Nesse sentido, partimos de uma questão central: como as temáticas, educação, infância e adolescência aprecem no livro *Ulisses entre o Amor e a Morte*? O jovem Ulisses vive as descobertas do amor e também da morte, as situações vivenciadas por ele representam as descobertas, os desejos e sonhos que fazem parte da vida de muitos adolescentes.

Na história de Ulisses é interessante perceber como seus sentimentos, sonhos e desejos dizem muito sobre o modo de vida do personagem, sobre o tempo e o espaço em que a obra está ambientada. O. G. Rego de Carvalho se definia como um escritor psicossocial, neste sentido, entende-se que seus personagens são criados a partir de um contexto social representado na literatura – a ficção ancora-se no real.

2 Metodologia

Este estudo tem embasamento teórico e metodológico na Nova História Cultura e situa-se na linha de pesquisa da História da educação, dialogando com a temática deste evento que trata sobre juventudes. Analisamos o livro Ulisses entre o Amor e a Morte com o intuito de entender outros modos de viver a infância e a juventude, em outros tempos.

---

[284] Mestrando do programa de pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí.
[285] Professora Doutora do programa de pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí.

Seguindo as orientações metodológicas da Nova História Cultura, primeiro buscando entender a relação entre história e literatura, entre literatura e sociedade, entre literatura e memória, ancorados em autores como Chartier (1998); Halbwachs (1990), dentre outros. Buscamos identificar as três categorias trabalhadas neste artigo: educação, infância e juventude e discorrer sobre a construção do personagem e do meio.

3 Resultados e discussões

Publicada pela Editora Civilização Brasileira com sede no Rio de Janeiro, o livro *Ulisses Entre o Amor e Morte*, mostrar a infância de Ulisses e a sua descoberta do amor e da dor. No primeiro capítulo, intitulado "*A viagem de cura*", é um texto com traços autobiográficos, onde o escritor descreve detalhes sobre a família do personagem "Ulisses", eu lírico da história, que conta o sofrimento por ver seu pai doente, pelo distanciamento do pais e da mãe em virtude da viajem à Teresina em busca de tratamento sendo obrigados a deixar os filhos em Oeiras.

Percebe-se que a narrativa está ancorada na memória do autor. "A memória, onde cresce a história [...], procura salvar o passado para servir o presente e o futuro" (Le Goff 2003, p. 437). Em 1972, por ocasião da reedição do livro o jornal *A Letra da Província* ao referir-se a obra diz que o livro "narra, com admirável fluidez de estilo e raro senso de equilíbrio dramático, momentos da infância e da adolescência, captando todas as nuanças do espírito juvenil ao enfrentar as realidades, conflitos, dores e imprevistos da vida. Obra regada de poesia, de tocante humanidade e singelo lirismo" (Letras da Província, 1972 P.12).

Um exemplo desses conflitos de adolescência está no terceiro capítulo *Éramos um trio,* que é a história de Ulisses e seus dois amigos. Os jovens costumavam fugir da escola para caçar passarinhos e roubar cajus; nesta parte da obra, o escritor narra a primeira experiência do personagem com o fumo que embora ele não gostasse, fumava cigarros para seguir os companheiros, em seguida a descoberta da mãe que reprimiu severamente o filho para que não fumasse. Nas descrições dos relatos, o narrador desempenha a função de informar ao leitor uma história que é descrita por meio de personagens, cenários, temática e tramas, dando vida ao romance.

Considerações finais

Conhecer determinados traços psicológicos e sociais que constituíram a infância e a juventude em um tempo passado e que foi sentido e percebido pelo literato piauiense é uma interessante forma de compreender como fomos nos constituindo enquanto sujeitos individuais e ao mesmo tempo coletivos. Entender que traço temos do passado pode ser um importante instrumento para pensarmos o presente, entendermos as rupturas e continuidades e diversidades. Assim, esperamos com este trabalho possa contribuir com a produção do conhecimento sobre a temática da educação, infância e adolescência.

Referências

CARVALHO, O. G. Rego. **Ulisses entre o amor e morte**. 15. ed. Teresina: Renoir, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: LIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ULISSES entre o amor e morte. **Letras da Província**, São Paulo , n. 180, p.12, 1972. Disponível em: https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx. Acesso em: 12 mar. 2023.

SONHO DE ÍCARO: encantos e desencantos dos jovens da EJA com a escola

Kleyssa da Silva Celestino – PPGS/UFPI
Francisca Eluar Marinho Silva Soares – PPGS/UFPI

Resumo
Este trabalho objetiva discutir sobre os processos sociais presentes na EJA e sinalizar alguns enfoques para analisar, observar e 'quiçá' compreender a concepção de encanto e desencanto a partir da escuta dos jovens e adultos perante aos desafios desta modalidade de ensino e trazendo a escola como âmbito propício para aquisição ou desenvolvimento dos mais diversos capitais, tais sejam cultural, social ou econômico. A metodologia adotada se fundamenta na análise bibliográfica e aplicação de questionários junto aos sujeitos partícipes da EJA.

Palavras-chave: Juventudes. Educação de Jovens e Adultos. Trabalho. Escola.

1 Introdução

Ao estudar os discentes da EJA procura-se compreender as relações ou as circunstâncias que levam os jovens e adultos, a frequentar as escolas, no decorrer da sua trajetória educativa. Para tanto, parte-se da gênese de que o homem é um ser de práxis, é um ser de "reflexão e ação [...] sobre o mundo" (Freire, 1988). Assim, considerando o estudante da EJA um ser reflexivo mediado pela ação, pode-se afirmar que, a elementar atitude de matricular-se e frequentar às aulas ou retratar sobre os processos comuns vivenciados, constitui o mesmo enquanto sujeito de ação.

A proposta deste artigo é discutir a partir das vozes dos alunos (as) a relação destes (as) enquanto estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a escola. O que percebem no seu entorno e na vivência cotidiana como aspectos que os encantam, mas também o que provoca desencantamento. A Educação de Jovens e Adultos não é uma prática recente, é claro que em termos de oficialização e institucionalização suas bases se diferem daquelas que foram alicerçadas no Brasil – colônia pelos religiosos jesuítas em seu processo de educação – catequização.

O trabalho está estruturado em introdução e três tópicos com a seguinte distribuição: o primeiro trata das origens e aspectos históricos da EJA no Brasil, o segundo discute as desigualdades provocadas pelos capitais e o terceiro aborda as percepções dos alunos sobre a escola, suas relações, sentimentos e perspectivas em relação ao futuro, também a conclusão do que foi possível captar na nossa pesquisa.

A proposta de educar adultos no Brasil não é recente e remonta aos tempos de Brasil-Colônia. Esse trabalho de "escolarização" foi inaugurado pelos religiosos da Companhia de Jesus, os jesuítas, que no afã de catequizar e converter os povos originários que por aqui viviam, introduziram a prática educativa a estes. De acordo com Haddad e Pierro (2000, p. 108-109):

> A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que no período colonial os religiosos já exerciam sua ação

> educativa missionária em grande parte dos adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e posteriormente aos escravos negros [...].

Como evidenciaram os pesquisadores no excerto acima, a educação aplicada era além de religiosa, de empenhar-se em firmar esses grupos sociais nos preceitos do catolicismo, também uma educação voltada aos aspectos socioeconômicos da sociedade à época. Os primórdios de uma educação técnica com vistas ao trabalho.

A educação, sobretudo, para o público da EJA representa uma oportunidade de inclusão no mundo do trabalho. Acredita-se que a escolarização contribua para que esses sujeitos tenham acesso aos saberes historicamente acumulado, ou seja, os capitais sociais e culturais (Bourdieu, 2015) e por meio desses obtenham melhores condições de enxergar o mundo, muito embora, no sistema capitalista, necessitem vender sua força de trabalho por um salário que possibilite sua subsistência.

Pierre Bourdieu (2015) em, *Escritos da Educação*, nos transporta para uma escola que reproduz as desigualdades sociais. E emenda um termo relevante: "capital social", definindo-o como:

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 2015, p. 75).

O volume do capital social se relaciona diretamente com os demais capitais (econômico, cultural ou simbólico). Significa dizer que, os capitais são mediados pela ação dos sujeitos e deles surgem o *Habitus*[286] e um certo *Ethos*[287].

O autor defende que o capital cultural é transmitido de geração em geração e tende a ser mais presente nas famílias de classe média e alta que possuem maior acesso à educação formal e a bens culturais como livros, museus, teatro e outros. Famílias como alto capital cultural são capazes de oferecer aos seus filhos, um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo. Por outro lado, as famílias de classe trabalhadora ou de baixa renda não possuem acesso à bens culturais e têm dificuldade em transmitir aos seus filhos o capital cultural valorizado pela escola. O que inevitavelmente, faz com que essas pessoas não se sintam integradas ao ambiente escolar e demonstrem mais dificuldade em seguir o trajeto educacional, uma vez que:

> A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho

[286] Refere-se a um conjunto de disposições, crenças e atitudes que são adquiridas por meio da socialização e moldam os pensamentos e ações de um indivíduo. (Bourdieu, 2015).

[287] Comportamentos que caracterizam uma cultura, um grupo social, uma categoria profissional [...] (Aranguren, 1972).

> escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes ou frações de classe. Este ponto de partida implica uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeitos das "aptidões" naturais quanto às teorias do "capital humano" (Bourdieu, 2015, p. 81).

O público da EJA apresenta características que "são relativas a um contexto socioeconômico não favorável e estão inseridos em um processo de ensino-aprendizagem que pode ter interferência de atribuições externas (Azevedo;Tavares; Maia; Queiroz, 2014)". Todavia, existe possibilidade de que não haja progresso a partir dessa escolarização, mas sim que a manutenção de classe seja reproduzida, ou seja, não avançam, a exemplo de conseguir profissionalização ou ascender academicamente.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa de método qualitativo, referenciada na bibliografia produzida pelos estudiosos mais proeminentes sobre o tema Educação de Jovens e Adultos, dentre eles Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Moacir Gadotti, Paulo Freire, Osmar Fávero, Demerval Saviani e pela perspectiva das Ciências Sociais conectamos a este trabalho as discussões de Erving Goffman, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, István Mészáros e Florestan Fernandes, entre outros.

A abordagem foi realizada numa escola da rede estadual que oferta exclusivamente a modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos níveis Fundamental e Médio. Aos alunos que aceitaram participar foi explicado o objetivo da conversa e também sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foi solicitado que expressassem o aceite assinando o termo. A pesquisa foi realizada num período crucial para os estudantes, que eram as provas para encerramento do primeiro semestre e diante da timidez e desinteresse de alguns, conseguimos coletar cinco entrevistas que foram gravadas e em seguida transcritas.

3 Resultados e discussões

O que é a juventude? O que é ser jovem? Para início de conversa essa 'fase-etária' dos indivíduos é conceituada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o período vivenciado nas idades de 15 (quinze) anos a 24 (vinte e quatro) anos.

De acordo com o documento Marco Legal, saúde, um direito de adolescentes editado pelo Ministério da Saúde do Brasil a classificação etária obedece aos parâmetros da OMS, o documento destaca que,

> A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos) (Marco Legal, 2007, p. 7).

Porém, a obediência a esses determinismos legais tem pouca ou nenhuma efetividade na vida cotidiana, especialmente, para o público que estamos abordando

neste trabalho. Para eles, ter disposição para trabalhar e estudar é motivo mais que suficiente para se considerarem jovens. Interessante perceber nas conversas paralelas ao momento da entrevista a ponderação que fizeram sobre como o fato de estarem na ativa no mundo do trabalho é um elemento determinante para eles se autodenominarem como jovens. E quem vai dizer o contrário?

É bem verdade que essa classificação da OMS implica a observância de políticas públicas de saúde para a população mundial respeitando as faixas etárias, mas nesse mundo fluido e cada vez mais excludente em que estamos todos/as mergulhados/as, essa classificação não estaria fortalecendo a prática de um etarismo cada vez mais precoce?

A antropóloga Miriam Goldenberg tem trazido uma rica discussão sobre a velhice em suas pesquisas e popularizado seu tema ao transportar para as redes sociais o que provoca proximidade e a possibilidade de uma discussão mais tangível sobre a questão. Mas há ainda muito por fazer e a sociedade precisa compreender para além de um número definidor de uma contagem de tempo pessoal. Por outro lado, em oposição a classificação da OMS, a psicanalista Maria Rita Kehl, ainda que desconheça nossos entrevistados, dá a voz da razão a estes quando diz que,

> Difícil precisar o que é juventude. Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico dos 18 aos 40, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. [...] (Kehl, 2004, p. 89-90).

É assim que performam parte dos adultos jovens que tivemos a oportunidade de ouvir, e é a partir dessa ideia de disposição para a vida, os estudos e o trabalho que se reconhecem como jovens contribuidores de uma transformação social para o meio em que vivem. E todos os entrevistados sem exceção veem no trabalho essa contribuição.

Foi a essa juventude que procuramos ouvir sobre seus encantos e desencantos no universo da escola de EJA. Nossa incursão etnográfica, no entanto, foi um pouco prejudicada por dois fatores bastante interessantes e significativos, o primeiro deles a indisponibilidade para serem observados no seu cotidiano (trabalho, casa e escola) e o segundo fator, o período de recesso escolar que se aproximava e a euforia em passar "uns dias longe da escola" e faziam sempre questão de ressaltar que não era por não gostar, mas por uma necessidade de "descansar uns dias".

A escola visitada foi a Unidade Escolar Zezinho Vasconcelos, localizada próximo a BR que dá acesso aos municípios de Amarante e Teresina, portanto, uma escola periférica distante do centro da cidade. O prédio e o patrimônio são de propriedade da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, mas funciona somente no turno da noite, durante o dia é cedida para funcionamento de uma escola municipal o que faz dela uma escola coabitada. Após contato com a direção e autorização para executarmos as entrevistas, foi necessária uma aventura para conseguir alguém que não tivesse "medo" da conversa. Encontramos 5 (cinco) alunos/as que desconfiados/as, mas amistosamente aceitaram conversar conosco sobre suas percepções do espaço da escola.

Para não perdermos a oportunidade da conversa, optamos pela entrevista gravada em áudio, visto que os informantes foram unânimes em questionar se "preciso escrever alguma coisa?" Como percebemos que se a escrita fosse a única alternativa a entrevista não aconteceria, informamos sobre o TCLE, explicamos as motivações de estarmos na escola para conversar com eles e que havia a possibilidade de gravar as entrevistas em detrimento de responder a um questionário. Todos/as aceitaram os termos do TCLE, e acharam melhor falar que escrever.

Entrevistamos 2 (dois) homens que se identificam como do sexo masculino, quanto à orientação sexual como heterossexuais, e quanto à identidade de gênero como homens cisgênero e 3 (três) mulheres que se identificam como do sexo feminino, orientação sexual se identificam como heterossexuais, e quanto à identidade de gênero como mulheres cisgênero. Pediram maiores explicações sobre essas nomenclaturas.

Quanto à autodeclaração de cor, 3 (três) entrevistados/as se declararam pardos, 1(um) preto e 1 (um) branco. Perguntados/as se praticam alguma religião, 4 (quatro) afirmaram serem católicos/as e 1 (um) evangélico. Quatro entrevistados/as recebem até um salário mínimo (R$1.320,00) e 1 (uma) entrevistada está à procura de colocação no mercado de trabalho. As entrevistas foram feitas a partir de 9 (nove) questões integrantes do questionário que havia sido preparado previamente, caso alguém optasse por escrever suas respostas.

Houve conversa paralela entre uma questão e outra que registramos na transcrição. Optamos por colocar apenas a síntese das respostas que foram dadas, nas tabelas a seguir, selecionamos as cinco questões mais relevantes a essa discussão e suprimimos quatro que dentre outros temas questionava sobre qualidade do material didático. Todos autorizaram a publicação dos nomes, mas decidimos por colocar apenas as iniciais e a idade dos informantes.

Tabela 1 – Questionamento sobre a motivação para os estudos

Apelidos	**a) *Motivação para estudar**
T **21 anos**	"Buscar conhecimento". "No mundo de hoje quem não tem conhecimento, não tem nada".
A **36 anos**	"A necessidade forçou. Na hora que a necessidade chega não tem pra onde correr." Não consegui extrair se essa necessidade foi o trabalho. Mas a urgência que ela expressava leva a inferir que a condição para manter o trabalho é a conclusão da formação básica.
F **39 anos**	"O que me motiva é o sonho de fazer Educação Física. Eu treino uns meninos no interior. E com esse curso eu vou poder conseguir um contrato com a prefeitura e recursos pra comprar material de treino, bola, rede, meão (sic)".
L **19 anos**	"A necessidade de arrumar um trabalho. Sem estudo não tem como. Tem de ter uma formação. Porque o estudo é a oportunidade de ser alguém. O estudo é oportunidade."
A **39 anos**	"Voltei a estudar pra realizar um sonho, porque eu tinha um sonho. Meu único sonho, vontade mesmo é fazer uma prova do ENEM

	(Exame Nacional do Ensino Médio) pergunto se ele se inscreveu e vai fazer esse ano "vou sim, com fé em Deus".

Fonte: Extraído de entrevista à Kleyssa Celestino.

Na Tabela 1 à primeira questão apresentada, todos tem uma motivação para a volta aos estudos atrelada ao mercado de trabalho, eles reconhecem a importância dos estudos para a sua vida, mas, à exceção de A (39 anos), cujo "sonho da vida" é fazer a avaliação do ENEM, todos os demais informantes sentem a necessidade da qualificação para utilizá-la no trabalho ou na busca por uma colocação no mercado. Todos valorizam o conhecimento adquirido por intermédio da escola e revelam por meio das suas falas que a sociedade e o mercado exigem educação formal para o exercício das atividades que lhes interessam.

Tabela 2 – Questionamento sobre o encantamento com a escola

Apelidos	b) *O que te encanta na escola?
T 21 anos	"A escola é acolhedora. É muito boa. Me sinto em casa aqui." "Os professores ajudam a gente como podem. Eles tem fé na gente. Que a gente vai ser alguma coisa" "A estrutura da escola também é boa."
A 36 anos	"O espaço da escola é bastante agradável. Gosto do espaço e das pessoas daqui. É uma família."
F 39 anos	"Daqui eu não tenho o que falar. Do vigia a dona Bia (diretora da escola) tudo é bom demais, meus colegas, os professores. A estrutura da escola é boa demais também".
L 19 anos	"Tudo. Aqui é ótimo, maravilhoso."
A 39 anos	"Tudo. Ver meus amigos, conversar com eles, conversar com os professores que são maravilhosos. Mesmo chegando cansado do trabalho eu não falto, não gosto de faltar. Vim (sic) pra cá é uma coisa boa demais. Eu já tô é pensando na falta que isso aqui vai fazer, porque é meu último ano, sabe? Na sexta feira vem poucos alunos e eu falo 'pessoal vamo pra escola, num vamo faltar não' (sic)"

Fonte: Extraído de entrevista à Kleyssa Celestino.

Tabela 3 – Questionamento sobre o desencantamento ou desmotivação com a escola

Apelidos	c) *O que te desencanta ou talvez te desmotive na escola?
T 21 anos	"Nada. É tudo ótimo. A merenda é boa. A diretora não tenho o que falar".
A 36 anos	"A estrutura física precisa melhorar. Essas cadeiras aqui não ajudam (risos). Mas não me sinto desencantada nem desmotivada com a escola"
F	"Não tenho o que falar. É tudo muito bom. Levanto todo dia às 5 da manhã, pego minha moto, vou pra empresa, pego o caminhãozinho e

39 anos	caio no mundo grande, chego 6:30 da noite, tomo banho e venho pra escola, mesmo cansado eu não desisto. Não me desmotivo. Amanhã com fé em Deus 5h já tô de pé pra começar tudo de novo".
L **19 anos**	"Não tenho desmotivação".
A **39 anos**	"Nada me desmotiva não. Passo o dia no trabalho, às vezes, no sol quente, mas não gosto de faltar não."

Fonte: Extraído de entrevista à Kleyssa Celestino.

Nas Tabelas 2 e 3, apesar das provocações da pesquisadora os informantes insistiram numa roupagem de otimismo reveladora de uma situação demandante de preocupação e o que eles demonstraram durante a conversa e está implícita na transcrição de suas falas. A necessidade ansiosa de não desagradar, de não fazer nenhuma crítica pública sobre o "seu espaço" a uma pessoa estranha ao seu meio. Uma situação genuína, mas que significa um receio coletivo de exigir algo, um sintoma de como eles tem devem ter sido tratados nos momentos em que buscaram por algum direito.

Tabela 4 – Questionamento sobre a paralisação dos estudos

Apelidos	**d) O que te levou à pausa dos estudos?**
T **21 anos**	"Parei com 14 anos. Pra curtir a vida. Desisti dos estudos. Achava que tava fazendo grande coisa. Quer dizer eu não curti a vida, achava que estava curtindo, mas hoje vejo que perdi tempo. Perdi metade da vida. Na época eu não pensava direito, só pensava no momento."
A **36 anos**	"Eu era muito jovem, estudava lá no Fernando Marques que fechou depois. Fui dar fé de homem, namorar. Aí casei, tive filho e fui cuidar da casa. Agora meus filho tão tudo grande, voltei a estudar".
F **39 anos**	"Parei nos meus 17 anos. Fui dar fé de namorada, de cachaça, de coisa ruim, das companhia ruim, errada, farra e perdi tempo. Fui embora pra São Paulo, quer dizer, sou daqui (Floriano), mas do interior (zona rural). Quer dizer aprendi umas coisa também minha profissão motorista. Mas perdi tempo. Se tivesse continuado talvez tivesse num outro trabalho, numa outra profissão, mas quer dizer, sou muito agradecido pelo meu trabalho, pela minha profissão."
L **19 anos**	"Já era pra eu ter terminado. Mas parei na pandemia, não tinha celular e aula online é difícil entender."
A **39 anos**	"Tive que aprender a viver logo cedo, aos 16 anos saí de junto da minha mãe e fui pro mundo, passei muitos anos em Brasília aí em 2019 voltei e conheci minha esposa e voltei a estudar. A necessidade do caba viver faz a gente escolher o trabalho, né?"

Fonte: Extraído de entrevista à Kleyssa Celestino.

Na Tabela 4 mesmo com razões diversas, ficou evidente que todos os entrevistados tiveram uma pausa considerável dos estudos na juventude para vivenciar

outras experiências, e demonstram ter consciência do impacto que a ausência deste teve para suas vidas e trabalho. Foi interessante observar por meio de suas falas a empolgação que nutrem pelo espaço da escola, e pela convivência com os amigos que partilham de experiência de vida semelhantes.

Tabela 5 – Questionamento sobre futuro da carreira

Apelidos	**i) *Perguntado sobre qual carreira deseja seguir.**
T 21 anos	"Quero ser advogada e Conselheira Tutelar".
A 36 anos	"Quero ser técnica em enfermagem e depois enfermeira. Digo que ela é corajosa por querer trabalhar com agulhas e sangue, falo do meu medo de agulha e ela diz que na casa dela todo mundo tem medo. Pois eu gosto demais e faço de tudo mesmo sem ter formação, acredita?"
F 39 anos	"Professor de Educação Física."
L 19 anos	"Quero ser policial e segurança. É uma coisa que eu quero."
A 39 anos	"Quero fazer uma faculdade de Teologia. Cursar Teologia, é."

Fonte: Extraído de entrevista à Kleyssa Celestino.

As expectativas em relação à carreira e futuro estão expressas na tabela 5 e o que se observa é que todos os respondentes sem exceção, buscam formação de nível superior e fazer carreira nas mais diversas áreas desde o magistério à segurança pública. Experiência enriquecedora poder ouvir esses sonhos de futuro.

As turmas são pequenas, os alunos frequentes são fruto de intensa busca ativa na comunidade a qual a escola pertence. E abrindo um parênteses para uma observação pessoal, enquanto professora da rede e da modalidade, as pessoas com as quais conversamos não fazem ideia da dificuldade e verdadeira guerra travada para manter a escola funcionando. Isso porque existe uma política estadual – e aqui novamente uma inferência externa, acredito ter uma recomendação específica do Ministério da Educação, porque a minissérie *Segunda Chamada* relata justamente essa pressão pelo número de matrículas – que escolas com baixo índice de matrículas, os/as alunos/as matriculados/as devem ser remanejados e fechar o turno ou até mesmo a própria escola. Não raras vezes, os coordenadores emitem o alerta de que a "equipe de lotação vem aí, e se não tiver x números de matrículas, a turma fecha e a escola fecha". As ameaças não cessam. No entanto, o sistema só está programado para beneficiar o "ensino regular".

Considerações finais

A "questão da EJA" é uma situação que requer olhar e boa vontade dos legisladores a fim de que as políticas públicas da educação alcancem a modalidade. É urgente que o sistema seja redesenhado e que sua oferta não seja "esmola" ou uma educação "paliativa". Todos tem o direito de aprender, todos têm direito à uma educação

de qualidade e que ofereça minimamente uma estrutura (física, material e humana), além de um financiamento que possa garantir que aqueles que não puderam por alguma razão frequentar a escola o façam com dignidade.

Essas pessoas, jovens e adultos precisam sair desse apagamento ao qual foram submetidas e que lhes seja oferecido o que tanto buscam – o acesso ao conhecimento. Nas conversas paralelas à entrevista, o que se pode perceber é que o público da EJA não deseja um aprendizado superficial, são dedicados e interessados num conhecimento de verdade. Assistindo a minissérie *Segunda Chamada*, acredito que cada professor da EJA no Brasil se reconhece, no que se refere às dificuldades com alunos e suas emoções e vivências distintas, com a pressão por volume de matrículas, sob pena de fechar a escola e remanejar o que houver de inscritos.

Mas o que a frieza dos números e dos superiores presos em seus escritórios não reconhece do cotidiano, é que uma vez que um aluno escolhe uma escola para fazer sua matrícula, e seja por alguma razão remanejado, esse aluno simplesmente fica pelo meio do caminho. Seus dados podem até serem transferidos para outra unidade, mas o indivíduo não. Existe uma relação de afetividade com a escolha do aluno.

A perspectiva imaginada para esse trabalho era a de que pudéssemos captar os desencantos dos jovens com a sua escola e com o que ele tem acesso a partir dela. Captamos timidamente uma insatisfação com a sala (carteiras e ventiladores), mas apenas de uma pessoa informante. Os demais pareciam tomados por uma desconfiança, até certo ponto compreensível. Tal comportamento nos remete a Goffman e sua teoria de que todos temos nossas máscaras sociais. Compreendendo assim, os alunos entrevistados na U. E. Zezinho Vasconcelos de alguma forma tentavam proteger a si e às relações construídas no espaço da escola por meio da máscara da cordialidade, do contentamento, da satisfação. Fica um lamento. Por não entenderem e por não se perceberem portadores de direitos. O mínimo que lhes é oferecido se transforma no máximo, no tudo.

Referências

AZEVEDO, M. A.; TAVARES, A. M. B. N.; MAIA, S. C. F.; QUEIROZ, M. A. Indicadores para a qualidade social em educação de jovens e adultos no contexto da diversidade**:** horizontes e adversidades. **HOLOS**, n. 6, p. 175-189, 2014.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P.**O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

KEHL, Maria Rita. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARCO LEGAL: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

JUVENTUDES E DIREITOS: participação juvenil na extensão universitária

Joyce Aparecida da Luz Colaço[288]
Daniel Felipe Araides[289]
Cristiane Sander[290]

Resumo
Este texto tem como objetivo apresentar as ações dos projetos de extensão "Juventudes e Direitos" e "A Voz da Juventude" da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu-PR.

Palavras-chave: Juventudes. Gestão Participativa. Protagonismo Juvenil. Comunicação Social.

1 Introdução

Os projetos de extensão "A Voz da Juventude" e "Juventudes e Direitos", estão vinculados ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e suas as ações a serem relatadas foram realizadas entre 2022-2023, em Foz do Iguaçu/PR. "A Voz da Juventude" é um programa de rádio em parceria com a Web Rádio "Nossa Voz" do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu/PR (CDHMPFI), por meio da qual é veiculado.

Os programas debatem a condição juvenil e temas de interesse dos jovens, pesquisadores e ativistas de direitos humanos sobre os direitos e demandas das juventudes, a partir de suas condições de vida na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), com o objetivo de serem um espaço no qual os jovens se expressam e são os protagonistas. No decorrer de 2023, também foram apropriando-se das redes sociais para informar e divulgar os programas produzidos.

O projeto de extensão "Juventudes e Direitos" se propõe a explorar de forma crítica os direitos e as contradições da realidade de vida das juventudes, a partir do fortalecimento e incentivo da participação social, com oficinas destinadas aos adolescentes e jovens do programa Agentes de Cidadania, vinculado ao Centro da Juventude (CEJU) - Jardim Naipi de Foz do Iguaçu.

2 Metodologia

A Voz da Juventude possui uma gestão colaborativa nas tomadas de decisões e a equipe se reúne semanalmente na UNILA com intuito de pensar os temas dos programas, que são definidos e debatidos nestas reuniões. A produção de conteúdo

[288] Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: joyce.colaco@hotmail.com.
[289] Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: danielfelipearaides@gmail.com
[290] Doutora em Serviço Social (UniKassel/Alemanha), professora do Curso de Serviço Social na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br.

passa por processos que vão desde a realização dos convites aos jovens, elaboração de roteiro, que é indissociável da pesquisa bibliográfica e/ou documental, a gravação e edição do programa, finalizando o processo com a divulgação nas mídias sociais. As atividades do projeto Juventudes e Direitos tem como abordagem metodológica a utilização de oficinas e rodas de conversa, dinâmicas como atividades lúdicas-pedagógicas, análises de músicas, audiovisuais, confecção de cartazes, exposições orais, trabalhos em grupo e posteriormente avaliação participativa das atividades, nas instalações da UNILA e do CEJU e buscaram promover a desconstrução de paradigmas e a democratização das discussões, com o compartilhamento de perspectivas, sonhos e ideias.

3 Resultados e discussões

Os projetos foram conduzidos por uma equipe colaborativa e horizontal majoritariamente jovem que desempenharam um papel fundamental nas tomadas de decisões e no planejamento de todas as atividades. As ações de ampliação da presença dos projetos nas redes sociais, foram marcadas pela criação de uma "marca mãe" com a finalidade de aproximar e integrar as ações dos dois projetos de extensão, ambos sob a mesma coordenação e em grande medida dos integrantes envolvidos.

As plataformas digitais foram definidas em conjunto com as equipes de ambos os projetos e estão presentes no Instagram, Facebook e Youtube. Ao longo das três edições (2020-2023), o projeto produziu 23 programas[291] intersetoriais que debatem direitos fundamentais como saúde, educação e aprendizagem, trabalho, segurança pública, segurança alimentar, território, cultura, participação social e também conquistas, como o Passe Livre para os estudantes de Foz do Iguaçu.

Assim, "A Voz da Juventude" se tornou uma ferramenta de acesso ao Direito à Comunicação Social e à Liberdade de Expressão juvenil, conforme o Art. 26 e 27 do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 05/08/2013). As oficinas semanais realizadas com os 'Agentes de Cidadania' pelo projeto "Juventudes e Direitos", resultaram na promoção do desenvolvimento de uma consciência cidadã e crítica por parte dos membros do projeto e participantes das oficinas, com diálogos fundamentados nos princípios democráticos, possibilitando um maior engajamento com questões interdisciplinares relacionadas às juventudes e na participação efetiva dos participantes nas Conferências Municipais da Assistência Social e dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Colaço; Sander; Araides, 2023).

Considerações finais

Os projetos trouxeram a oportunidade de refletirmos enquanto jovens estudantes e na busca pelo aprofundamento teórico-metodológico ao planejarmos as atividades, visualizando a gestão colaborativa como um espaço de organização e protagonismo juvenil. Além de nos compreendemos enquanto comunicadores e detentores de direitos ao refletirmos nossa permanência na universidade a partir do Estatuto da Juventude.

[291] Todos os programas A Voz da Juventude estão disponíveis em A Voz da Juventude – CDHMP Foz do Iguaçu. Acompanhe as nossas redes sociais, estamos no Instagram, Youtube e Facebook pelo @juventudesedireitos.

As avaliações participativas com os jovens, público alvo das atividades, percebemos o impacto na construção de um espaço seguro para debates e reflexões sobre a realidade política que situa os direitos das juventudes na cidade, incentivando a percepção da necessidade da autonomia políticas das organizações juvenis nos espaços de decisões que participaram, como o interesse nas pautas político, culturais com expressões artísticas que denunciam as contradições da sociedade iguaçuense.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Secretaria Nacional da Juventude. Imprensa Nacional, Brasília: SNJ, 2014.

COLAÇO, Joyce Aparecida da Luz; SANDER, Cristiane; ARAIDES, Daniel Felipe. Relato de experiência: Juventudes e Direitos, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41452. Acesso em: 14 fev. 2023.

A EXPERIÊNCIA DE *PRÁXIS* DOCENTE NA MONITORIA DE PSICOPATOLOGIA I: o protagonismo juvenil em foco

Luana Bezerra Silva[292]
Luiz Gomes da Silva Neto[293]

Resumo
Este resumo pretende apresentar o protagonismo juvenil na universidade com participação em projeto de monitoria acadêmica como proposta de educação entre pares e desenvolvimento de capacidades do futuro profissional, envolto em suas vulnerabilidades e potencialidades. Tal trabalho busca apresentar experiências dentro da aproximação da prática docente na disciplina de Psicopatologia I no curso de Psicologia da Faculdade Ieducare, favorecendo ênfase na relevância de projetos que possibilitem fomentar envolvimento ativo acadêmico.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil. Monitoria acadêmica. Educação ativa.

1 Introdução

Juventude vem do latim *iuventus*, "novo" e é definida como uma parte da vida entre a infância e a idade adulta. Conceituação que compreende um lugar que não se define em verdade, mas se apresenta como uma zona de não-ser visualizada pelo meio social como *locus* de confusão e instabilidade, uma eterna fluidez que não se sabe delimitar e como incessante paradoxo de vulnerabilidade e potencialidade. Nesse sentido, ao olhar para esse sujeito como potência, a monitoria acadêmica se configura como espaço de vivência e prática das competências do jovem como protagonista dentro da universidade.

Assim, este trabalho visa relatar experiências acerca da monitoria acadêmica na disciplina de Psicopatologia I no curso de Psicologia da Faculdade Ieducare (FIED), colocando em pauta o protagonismo juvenil acadêmico, certo de que diversas vezes há um direcionamento para desvalidação de produções juvenis no campo do Ensino Superior, ainda mais quando este universitário ingressa logo após a finalização do ensino médio.

Identifica-se, portanto, a importância de apresentar a relevância de projetos de ensino, pesquisa e extensão no processo de Ensino Superior como possibilidade de reafirmar as capacidades diversas de jovens (Da Silva, 2022), hábeis a contribuir com variadas questões nesse espaço propício ao desenvolvimento de profissionais éticos e potentes, mas com oportunidades que precisam ser favorecidas.

2 Metodologia

[292] Faculdade Ieducare (FIED). E-mail: bezerrasluana@gmail.com
[293] Faculdade Ieducare (FIED). E-mail: luiz.gomes@fied.edu.br

Este estudo parte de uma pesquisa bibliográfica por meio da exposição de vivências em monitoria acadêmica no período de 2023.1, na disciplina curricular de Psicopatologia I do curso de psicologia da FIED, ofertada para turma do 5° semestre.

O referido projeto possuía carga horária de 10 horas semanais de atividades cumpridas com as supervisões com o professor orientador, planejamento, estudo e elaboração de materiais a serem utilizados nos encontros com a turma de modo remoto e presencial, auxílio ao professor durante as aulas em sala, bem como produção de relatório ao final. Assim, este trabalho surge embasado na experiência junto a vivência deste projeto, que objetiva potencializar novas formas de aprendizagem acadêmica ativa.

3 Resultados e discussões

Segundo Bordieu *et al.* (1983,) o debate que envolve o intervalo entre a tenra idade e a velhice compreende toda a esfera social, colocando em pauta a divisão desses extremos como uma repartição de poderes no qual cada um deve permanecer em seu lugar. Assim, o velho estaria no *lócus* da sabedoria, daquele faz tudo com domínio imponente, e o jovem ocuparia o espaço do que não pensa de modo integral, irresponsável e sem controle de suas emoções. Todavia, esse mesmo jovem logo deve ocupar espaços de competência, ao passo que não possui a experiência suficiente para dominar outras questões e passa a ter suas produções, falas e desejos preteridos.

Partindo desse ponto, a universidade se apresenta como lugar de deságue do que compete o paradoxo de potencialidade e vulnerabilidade juvenil. Uma vez que esse espaço, possui bastante fluidez na receptividade dos movimentos nos quais universitários propõem realizar em direção ao desenvolvimento de capacidades profissionais frente a práxis psicológica.

Nesse sentido, a monitoria acadêmica se põe como espaço de vivência clara de inserção do acadêmico em educação ativa e participante do seu processo (Oliveira,2020), oportunizando uma ação protagonista do universitário e construção de uma formação profissional mais ampla. Considerando que essa prática de projeto favorece o discente a auxiliar na construção de conhecimento dos pares, o jovem diante dessa posição de diálogo sobre conhecimentos pode ser descredibilizado. Embora suas propostas de mediação sejam orientadas pelo professor da disciplina e compreenda-se que em monitoria a relação de ensino seja mais horizontal, ainda assim suas produções podem ser colocadas em dúvida comparadas à sua constituição enquanto jovem.

Ao pontuar o protagonismo acadêmico juvenil é válido considerar que deve ser encarado como processo ampliado de ação, vivência e participação política e social nesse contexto de ensino (Costa, 2020). É válido frisar que embora um jovem de pouca idade experienciando esse lugar de “destaque” na academia possa presenciar pontos nodais na aproximação da prática docente, nota-se que projetos assim favorecem aumento de rendimento aos acadêmicos, justamente porque um discente nessa posição de ensino propicia uma compreensão mais didática aos discentes do mesmo ramo, certo de que a linguagem e maneira de construção das práticas confundem-se ao que ao monitor consegue perceber ser pontos de maiores dúvidas, até pela própria experiência.

Vale destacar que há incentivo das instituições de ensino ao protagonismo juvenil, e são ponto focal para isto. No entanto, a ação protagonista acadêmica juvenil

não se faz somente pelo desejo de o fazer, não se nega que professores que priorizam esse aspecto e estão dispostos a colaborar com tal crescimento são primordiais à constituição do futuro profissional ciente de suas capacidades, compreendendo suas limitações e percebendo seus pontos potenciais (Cavalcanti, 2023). Desse modo, o almejado protagonismo dentro dessas instituições deve ser encarado como uma prerrogativa social, experienciada no coletivo e determinado pelas relações envoltas ao sujeito.

Considerações finais

É evidente que prática de monitoria acadêmica potencializa o protagonismo estudantil, destacando vivências para os estudantes que almejam um futuro no fazer docente. Este trabalho amplia habilidades aproximando aspectos práticos/teóricos da docência e encara problemas de validação e limitação de estudos mais direcionados a protagonismo juvenil.

Assim, tem seus entraves por ser um recorte temporal de uma vivência de monitoria de apenas um semestre na graduação, porém pode trazer novas perspectivas para pesquisas futuras que almejam traçar paralelos entre vivência docente e protagonismo juvenil.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre *et al.* **Questões de sociologia**, 1983. Disponível em: https://monoskop.org/images/e/e8/Bourdieu_Pierre_Quest%C3%B5es_de_Sociologia_2003.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. Cidadania, participação e diálogo: o protagonismo juvenil como fundamento da formação crítica e da autonomia na educação. **Educação**, [*S.l.*], p. e11/1-27, 2023.

COSTA, Crisolita Gonçalves dos Santos. O protagonismo juvenil expresso na reforma do Ensino Médio, 2020. Disponível em: https://doceru.com/doc/1x1sv1v. Acesso em: 13 set. 2023.

DA SILVA, Francisco Kelverton Rodrigues. Protagonismo juvenil na gestão democrática da escola: reflexões e possibilidades. **Ensino em Perspectivas**, [*S.l.*], v. 3, n. 1, p. 1-12, 2022.

OLIVEIRA, Louise Alves Machado de. **Protagonismo juvenil na educação**, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5001. Acesso em: 13 set. 2023.

A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Rayfran Pereira Ximendes[294]

Resumo
A presente pesquisa é uma restruturação das pesquisas que este grupo realizou de formas distintas em três períodos da licenciatura. No período final da pesquisa, delimitamos nosso objeto para a compreensão dos alunos que estão no ensino médio acerca dos conceitos que formam a base deste projeto: exclusão, inclusão e desigualdade social, entendendo como funciona o "novo" ensino médio e em que momento esses temas são abordados.

Palavras-chave: Exclusão Social. Inclusão Social. Desigualdade Social.

1 Introdução

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar como os temas centrais desse projeto estão chegando nas salas de aula do ensino médio, mais especificamente nos horários de sociologia numa turma do primeiro ano (2022) do Centro de Ensino Odolfo Medeiros, em Caxias-Ma e compreender como esses discentes percebem a exclusão, inclusão e desigualdade social no campo em que residem.

A partir das últimas três décadas do século XX, ganhou-se um maior alvoroço sobre a inclusão social no contexto mundial em todos os meios discutíveis, mas principalmente na política e no campo acadêmico. É bom analisar que, essa demonstração está sendo debatida e ganhou relevância para os políticos de forma surpreendente e até virou pautas de conferências internacionais [...] (Peixoto, 2010).

A inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Portanto, falar de inclusão social é remeter ao seu inverso, a exclusão social e, a partir disso, é importante ressaltar que, não há inclusão social sem haver exclusão social, ambas precisam coexistir para se ter uma efetivação.

Ademais, no campo acadêmico é intrigante como isso é estabelecido, para explicar melhor sobre isso, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto relata que:

> No campo acadêmico, o debate tem focalizado, em especial, a polêmica sobre o conceito de exclusão social, a necessidade de atuar sobre as causas desse fenômeno com a promoção da inclusão por meio da aplicação de medidas adequadas. Inclusão e exclusão social são termos polissêmicos que, etimologicamente, levam aos verbos latinos includere, com o significado de colocar algo ou alguém dentro de

[294] UEMA. E-mail: rayfranpereira2017@gmail.com

> outro espaço ou lugar, e excludere, com o significado de colocar algo ou alguém para fora ou não deixar entrar em um espaço ou lugar. Esses termos aludem, por tanto, a uma relação espacial, em que os verbos se complementam e se opõem e trazem, implícita, a compreensão de uma relação centro-periferia (Peixoto, 2010, p. 238).

A desigualdade social sempre esteve presente na sociedade em diversos parâmetros que vão desde serviços cotidianos como a educação até os assuntos que a sociedade insiste em apropriar-se e limitar como identidade de gênero e as diferentes etnias do Brasil. Potyara Pereira (2013) coloca que para Karl Marx a origem da desigualdade social está na relação de forças entre a burguesia e o proletariado. (Pereira, 2013). Para complementar esse pensamento, esse projeto trabalha com uma definição mais recente, de Porfírio, onde afirma que as desigualdades numa sociedade têm conexão direta com as relações que determinam o superior e o inferior, categorias esses que levam em consideração etnia, religião e/ou grupo social (Porfírio, 2019).

2 Metodologia

Este projeto em seus três períodos passou por três fases da vida do estudante de forma reversa: universidade, pré-vestibular e ensino médio. Uma coisa foi comum em todas elas, antes de qualquer passo ser dado foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca dos temas para que o embasamento teórico fosse cada vez mais amplo. Com as pesquisas realizadas, o seguinte passo foi partir para o campo no Centro de Ensino Odolfo Medeiros.

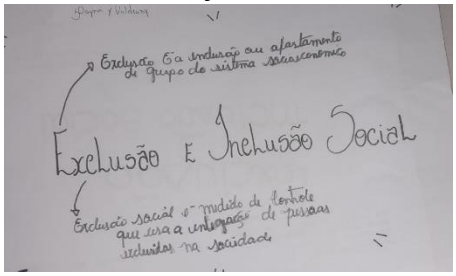
De forma bem suave fomos apresentando em sala os conceitos. Seguindo orientações da professora da disciplina de Prática Curricular, pedimos que os alunos ficassem em círculo, assim, todos podiam participar sem ter preocupação de estar na frente ou no fim da fila. Ao final das três semanas aplicamos um questionário de forma individual para entender o quanto esse aluno compreendeu dessas inserções de conteúdo e, por fim, como uma atividade grupal, pedimos que eles construíssem exemplos de definições para os termos com suas próprias palavras.

3 Resultados e discussões

Falar sobre a exclusão e a inclusão social é um dos maiores desafios para nossa sociedade, tendo em vista que é uma sociedade capitalista que tem um sistema de classe e poder que subjuga os menos favorecidos e cria cada vez mais estradas para que a elite financeira chegue aos seus objetivos com uma facilidade perigosa.

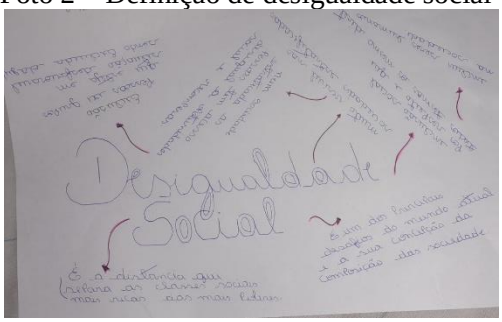
Depois de reestruturarmos o trabalho, partindo da sua base da primeira vez que trabalhamos com a prática curricular, é possível afirmar que é um processo de suma importância no caminhar docente, é preciso que os acadêmicos de ciências sociais se sintam dentro de uma sala de aula para perceberem o que eles enfrentarão quando exercerem a profissão.

Foto 1 – Definição de Exclusão e Inclusão Social



Fonte: resultado de pesquisa.

Foto 2 – Definição de desigualdade social



Fonte: resultado de pesquisa.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível acrescentar na vida dos pesquisadores uma nova etapa de ensino. Onde desafios foram expostos e caminhos de solução traçados. Como exposto anteriormente, nossa objetivo era além de entender, levar o máximo de informações para que assim os alunos pudessem se analisar enquanto parte da sociedade que fazem parte.

Além disso, podemos afirmar que grande parte dos alunos estarão com os conceitos de exclusão, inclusão e desigualdade social em toda a sua trajetória. Conciliamos ainda que exista uma lacuna no ensino que coíbe o rompimento dos problemas sociais aqui escritos, fazendo com que práticas como essa se tornem enriquecedoras para a vidas dos envolvidos, insistindo assim na percepção social como mediadora para transformações dos ambientes desiguais.

Referências

PEIXOTO, M. do C. de L. **Inclusão social na educação superior**, 2010. Disponível em: https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/157. Acesso em: 19 ago. 2021.

PEREIRA, P. A. P. **O sentido de igualdade e bem-estar em Marx**, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100005 2013. Acesso em: 15 set. 2021.

PORFíRIO, Francisco. **Cotas raciais**. Brasil Escola,2019. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

EXPERIÊNCIAS DE JOVENS RESIDENTES DE SOCIOLOGIA E FILOSOFIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA

Maria Rosângela de Souza[295]

Resumo
O objetivo deste trabalho é configurar aspectos teóricos e metodológicos que atravessam as experiências desenvolvidas pelos atores sociais que atuaram no Programa Residência Pedagógica, inseridos no Subprojeto Multidisciplinar de Sociologia e Filosofia em três (03) escolas da rede estadual de ensino na cidade de Teresina. O projeto foi implementado em agosto de 2019 a janeiro de 2020. As escolas conveniadas funcionam em regime tempo integral e possuem em seus Projetos Pedagógicos e grades curriculares, as disciplinas de Sociologia e Filosofia, onde discentes do curso de ciências sociais e filosofia da Universidade Federal do Piauí construíram suas primeiras experiências na arte de educar nos espaços da escola pública.

Palavras-chave: Experiência. Residência Pedagógica. Sociologia. Filosofia.

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é configurar aspectos teóricos e metodológicos que atravessam as experiências desenvolvidas pelos atores sociais que atuaram no Programa Residência Pedagógica, inseridos no Subprojeto Multidisciplinar de Sociologia e Filosofia em três (03) escolas da rede estadual de ensino.

O projeto foi implementado em agosto de 2019. As escolas conveniadas funcionam em regime tempo integral e possuem em seus Projetos Pedagógicos e grades curriculares, as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Nesse contexto, é preciso considerar as especificidades destas disciplinas no processo de formação dos/as licenciandos/as, problematizando e refletindo suas presenças e ausências nas grades curriculares, ao longo da história da educação brasileira.

Mais recentemente, por meio da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, foi promulgada a reforma do ensino médio, instituindo mudanças em diversos aspectos, entre eles, a inclusão da sociologia e filosofia na parte diversificada dos currículos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser definida em cada sistema de ensino. Assim, a BNCC para o ensino médio, ainda em construção, continua incluindo obrigatoriamente a sociologia e a filosofia como estudos e práticas de educação, localizadas no itinerário formativo das ciências humanas e sociais aplicadas. Nessa perspectiva, o planejamento das atividades do Programa Residência Pedagógica considerou os aspectos legais, históricos e sociopolíticos, fundamentais à implementação do subprojeto nas escolas da rede estadual em Teresina.

[295] Maria Rosangela de Souza – Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI. Membro do Núcleo de Estudos de Gênero e Desenvolvimento – ENGENDRE – UFPI. E-mail: rosangellaluz@hotmail.com

2 Metodologia

Concretamente foi possível pensar o desdobramento das atividades em contextos dinâmicos, onde o exercício da docência resultou em ricas experiências gestadas nos diversos momentos formativos, concebidos por meio de um fazer e refazer consciente, pois impregnados pela ação dialógica, criativa e emancipadora, inspirada na pedagogia da autonomia de Freire (2015).

Para isso, as ações foram organizadas de acordo com o *design* do Programa que configura seus principais eixos de atuação: 1. Seminário de Introdução à Residência Pedagógica e Curso de Formação para residentes e preceptores – Realizados no período de agosto – novembro de 2018. 2. Ambientação dos residentes nas escolas – Produção de relatório apresentando diagnóstico das escolas conveniadas e selecionadas. Realizado nos meses de novembro - dezembro de 2018. 3. Elaboração do Plano de Atividades dos/as Residentes de acordo com a realidades das escolas em que estão inseridos/as. Meses de janeiro – março de 2019. 4. Imersão dos/as Residentes nas escolas e início da regência de classe – a partir de maio de 2019 e Produção de relatórios mensais, destacando atividades, sugestões e críticas que foram apresentadas e debatidas amplamente por toda equipe nas reuniões de formativas que acontecia semanalmente.

Os dados também foram registrados por meio de relatórios fotográficos, onde residentes e preceptores registravam o cotidiano de suas atuações nas escolas.

3 Resultados e discussões

A execução do subprojeto aconteceu simultaneamente, em três (03) escolas da rede pública estadual de ensino em Teresina-PI: 1) CETI CAIC Balduíno Barbosa de Deus; 2) CETI Prof. Raldir Cavalcante Bastos, 3) Colégio Zacarias de Gois (Liceu Piauiense). Cada escola conta com 08 (oito) residentes bolsistas, 01 (um) professor/a preceptor/a e 01(uma) docente orientadora.

As escolas estão inseridas numa realidade social particular, duas em regiões periféricas e outra no centro de Teresina. Realidades estudadas e analisadas pelos residentes na fase de ambientação e nos relatórios de diagnósticos produzidos coletivamente. As ações foram direcionadas para a Regência de Classe, onde os residentes concentraram suas energias e potencialidades.

Investiram esforços para desempenhar com cuidado e competência seus planos de aulas e demais ações pedagógicas. Ousaram ser criativos e inventivos em suas intervenções junto à comunidade escolar.

Observa-se como os residentes levaram a sério a imersão no ambiente escolar, pois mostraram-se preocupados e reflexivos frente às dificuldades detectadas em cada escola, questionaram-se diante dos conflitos vivenciados pelos discentes e professores, especialmente quando se trata de problemas de aprendizagem por parte dos alunos/as, daí a busca permanente de pensar estratégias didáticas capazes de aproximar cada aluno/a dos conceitos e teorias sociológicas e filosóficas.

Considerações finais

O ensino de sociologia e filosofia enfrenta desafios teórico-metodológicos inerentes à complexidade de seus objetos de estudos. Problemáticas que se apresentam em constante transformações, demandando novas configurações e possibilidades de serem capturadas pelas pesquisas e reapresentadas socialmente. Tanto a filosofia quanto às ciências sociais podem ajudar no processo de desnaturalização de problemáticas estruturais que assolam a realidade da educação brasileira e por meio de Programas como a Residência Pedagógica, os/as residentes, os/as preceptoras e discentes olham a escola como campo de ação, espaço onde desenvolvem suas pesquisas e estudos, e ao mesmo tempo, aprendem a arte de tecer outras realidades em suas trajetórias

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular**: educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 20 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

CENDALES, Lola; MARINO, Germán. **Aprender a pesquisar, pesquisando**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

OS SENTIDOS DE FUTURO NAS VOZES DISCENTES: um estudo sobre a relação dos jovens-estudantes com a escola pública

Luís Paulo Cruz Borges[296]
Nicholas Gabriel Cardoso Pinto[297]

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo analisar os sentidos de futuro a partir das vozes de jovens-estudantes do Ensino Médio. Questiona-se: como jovens-estudantes do Ensino Médio da rede estadual de Educação se relacionam com a escola pública a partir da ideia de futuro? Defende-se a ideia de que o conhecimento escolar é uma dimensão criadora dos modos de subjetivação e diferença. Descrevem-se as vozes dos estudantes que só se faz existentes a partir das experiências interseccionais.

Palavras-chave: Escola Pública. Vozes discentes. Futuro. Juventudes.

1 Introdução

A presente pesquisa, *Os sentidos de futuro nas vozes discentes: um estudo sobre a relação dos jovens-estudantes com a escola pública* (2019-2023), teve como objetivo investigar os sentidos de futuro a partir das vozes de jovens-estudantes do 1º ano do Ensino Médio de duas escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro. Tratou de investigar estudantes do Ensino Médio da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro, especificamente, em duas escolas na Baixada Fluminense/RJ.

O contexto de elaboração do objeto de estudo versa sobre os próprios sentidos de futuro da instituição escola. A ideia de futuro (Borges, 2018), na pesquisa, foi trabalhada como uma dupla transitividade: o futuro como temporalidade e o futuro como emergência e imaginação das relações sociais dos jovens-estudantes com o conhecimento escolar e a própria escola. Os sentidos de futuro tornam-se categoria central da investigação, precisamente, por relacionarem à imaginação, criação, narrativa e subjetividade com a realidade e vocalização dos sujeitos investigados.

2 Metodologia

A questão central da pesquisa versa: como jovens-estudantes do 1º ano do Ensino Médio de duas instituições da Rede Estadual de Educação se relacionavam com a escola pública a partir da ideia de futuro?

No que diz respeito à escolha das instituições, consideramos a escola pública como lócus privilegiado de investigação por se tratar de uma enorme abrangência da

[296] Doutor em Educação em Educação, Professor Adjunto do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ). E-mail: borgesluispaulo@yahoo.com.br
[297] Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UERJ e graduando em História. E-mail; nicholasgabrielcardoso@gmail.com

clientela atendida, ou seja, uma multiplicidade das juventudes presentes na sociedade de forma geral que cotidianamente vivem diante das desigualdades sociais. O trabalho de campo indica a presença em duas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, com a participação de 93 estudantes da Escola Alfa e 25 estudantes da Escola Beta, nomes fictícios. Foram um total de 118 inventários de saber recolhidos dos jovens-estudantes do 1º ano do Ensino Médio das duas escolas pesquisadas.

Os inventários de saber, são uma técnica de coleta/ produção de dados proposta pelo sociólogo Bernard Charlot (1999) que consiste em uma produção de texto perguntando sobre suas aprendizagens e também sobre suas expectativas, acrescentamos a ideia de futuro. "Desde que nasci, aprendi muitas coisas, em casa, na rua, na escola e em outros lugares... O quê? Com quem? O que é importante para mim nisso tudo? E agora, o que eu espero do futuro?" O inventário foi acompanhado de um questionário com questões relativas a sexo, idade, cor/raça, tipo de instituição escolar em que estudam, ano de escolaridade e religião.

As análises ocorreram pela conceituação do conteúdo como um conjunto de "técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2009, p. 46). De forma, a: i) preparar as informações; ii) unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; iii) categorização ou classificação das unidades em categorias; iv) descrição; v) interpretação.

3 Resultados e discussões

De acordo com Miguel (2013, p.36): "Presenciam-se na vida contemporânea impasses e avanços de uma juventude que se vê desamparada diante da insuficiência de dispositivos sociais que lhe indiquem um lugar que deva ocupar". Contudo, a mesma autora afirma, que "a imagem da juventude é cada vez mais usada como um ideal" (ibidem). Entende-se a pluralidade do conceito de juventude que dialoga com as categorias de classe social, gênero e sexualidade, raça/cor, ensino médio e território. Defende-se, aqui, uma perspectiva interseccional para pensarmos os sentidos do que é ser jovem e do que é pesquisar as juventudes em tempos pandêmicos.

O termo "interseccionalidade", cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), busca compreender e explicar os problemas sociais e as consequências estruturais a partir de muitos eixos que geram a subordinação, por exemplo, o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Assim, este conceito nos ajuda a entender, a partir dos dados coletados/produzidos, os sentidos das juventudes, pensando não somente em sua faixa etária, mas nos marcadores sociais que qualificam o que é ser jovem na contemporaneidade.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos dizer que a pesquisa nos desafiou, sobretudo, na dimensão analítica da instituição escola. Aguçamos o olhar para as muitas vias investigativas que emergem dos sentidos de futuro, pensando, a partir dos jovens

estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A ideia de presentificação da vida cotidiana foi um achado a partir dos inventários de saber. O futuro traçado por jovens-estudantes se enuncia como o hoje e o agora, mas também o amanhã, destacando a simultaneidade temporal e espacial do sujeito no mundo. Dessa forma, nosso desejo é que as informações obtidas aqui permitam uma composição analítica que seja capaz de fomentar políticas públicas voltas para as juventudes e para o Ensino Médio, de forma particular.

A questão, os eixos e objetivos estabelecidos para o estudo se colocaram como fios de condução da investigação, de modo a alinhavar os sentidos e as análises feitas por nós de forma a interseccionar os conhecimentos produzidos na investigação. A juventude interseccional se assenta em uma perspectiva de mudanças ocorridas, principalmente, com as transformações do espaço, tempo, tecnologias, sistemas integrados de informação e comunicação presentes, também, no campo educacional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, L.P.C. **O futuro da escola**: uma etnografia sobre a relação dos jovens com o conhecimento escolar. 2018. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CHARLOT, B. **Rapport au savoir en milieu populaire**. Une recherche dans les lycées professionnels de banlieue. Paris: Anthropos, 1999. 390p.

MIGUEL, A. M. **Laço da laje**: jovens produtores de cultura. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1. sem. 2002.

PRODUÇÃO E AGÊNCIA: fanzines aplicados ao ensino de Sociologia

Cintia da Silva Sousa [298]

Resumo
Este trabalho utiliza da abordagem qualitativa, a fim de atingir objetivo o proposto, sendo ele: Compreender a importância das oficinas de produção de fanzines, a partir do curso "Sociologia em interfaces: oficinas de metodologias ativas e artísticas" para a formação docente no âmbito do Programa Residência Pedagógica. Foi constatada as possibilidades que permeiam a aplicação de fanzine como recurso pedagógico, bem como a importância das oficinas para a formação docente.

Palavras-chave: Educação. Fanzine. Autonomia.

1 Introdução

A oficina *Sociologia em interfaces: oficinas de metodologias ativas e artísticas*, organizada por estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPI-Universidade Federal do Piauí, surgiu a partir de questionamentos suscitados pelas experiências que estamos tendo dentro do Programa Residência Pedagógica.

Preocupados de como tornar a aula de Sociologia mais atrativa para os alunos do Ensino Médio dentro das Escolas Campo que estamos inseridos, o curso foi pensado como uma formação complementar para os docentes em formação. Contamos com oficinas de produção de fanzines, colagens, resolução de problemas e ensino de sociologia a partir do audiovisual, cada oficina foi preparada por um(a) especialista na área.

Neste resumo tratarei em específico da aplicação de fanzine/zines para o ensino de Sociologia, visto que essa oficina foi proposta e pensada por mim. Dessa forma, o objetivo central deste trabalho é: Compreender a importância da oficina de produção de fanzines a partir do curso "Sociologia em interfaces: oficinas de metodologias ativas e artísticas" para a nossa formação docente no âmbito do Programa Residência Pedagógica.

Os fanzines surgem como expressões culturais ligadas a juventude por serem de fácil circulação e produção, Valle e Moreira Junior (208, p. 234) afirmam que: "Fanzine, ou apenas zine é uma publicação alternativa e artesanal que prioriza a produção autoral, geralmente financiada pelo próprio editor ou editores e distribuída de maneira independente". Possuindo esse caráter autoral, onde o fanzineiro é responsável por todo o processo de produção do seu zine, Muniz (2010) aborda que os zines a partir de 1968 foram um importante canal para se expressar politicamente, disseminando poesia marginal e uma via alternativa de produção.

[298] Graduanda em Ciências Sociais, na modalidade de Licenciatura, pela Universidade Federal do Piauí, cintiasousa066@ufpi.edu.br.

2 Metodologia

O presente resumo utiliza a abordagem qualitativa com o intuito de apreciar questões formuladas a respeito das oficinas de produção de zines ofertadas no curso "Sociologia em interfaces: oficinas de metodologias ativas e artísticas". O curso em questão teve 20h no total, realizado entre os dias 24/07/2023 a 11/08/2023, dentro das instalações da UFPI, tendo como público alvo os próprios residentes do programas, mas também interessados na temática.

As oficinas de zines aconteceram nos dias 28/07 e 04/08, onde foi convidado para mediar o debate e guiar os participantes nas produções o professor Demétrios Gomes Galvão, então professor vinculado ao departamento de História. Durante a primeira oficina foram apresentados contextos históricos, modelos de produção, dicas de como produzir, além da potencialidade que envolve a produção e trocas de zines no âmbito nacional e regional. No segundo dia da oficina trocamos as produções realizadas durante a semana, onde cada um teve espaço para falar da sua produção, trocar com colegas e compartilhar como foi a experiência de produzir um zine para a oficina[299].

3 Resultados e discussões

Percebendo os zines como forma de expressão artístico e cultural, que podem ser aplicados a diversos contextos, no ensino de Sociologia não seria diferente. Ao produzir zines, mesmo ligados a um determinado tema proposto pelo(a) docente, eles "atuam como elos de laços sociais e veiculam afetos e estéticas particulares" (Muniz, 2010,p. 16), as produções se apresentaram na segunda oficina como o retrato de quem a produziu, revela gostos, inclinações políticas, estéticas, além de revelar uma gama de talentos, tal ponto foi ressaltado por algumas das pessoas que estavam presente na oficina.

A aplicação de zines no Ensino Básico é uma forma de repensar as nossas práticas educativas, propiciando o contato dos estudantes com formas de expressões que são percebidas como marginais. É um forma de aplicar novas metodologias dentro de um sistema educacional que prioriza o ensino que reproduz, ao invés de produzir. Podendo ser percebido como um ato político de olhar para as salas de aulas constituídas por indivíduos singulares e que possuem contextos específicos, hooks afirma que "nós, como professores- em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade-, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar" (hooks, 2017, p.51), uma mudança que inicia dentro do processo de formação docente, é neste ponto que me reconheço dentro desse processo.

Sendo os zines utilizados como forma de expressão, tendo um surgimento engajado em lutas, mobilizações sociais e dentro do movimentos da juventude,a utilização desse recurso nas aulas de Sociologia tem possibilidades de colaborações ao aprendizado engajado, e suscita a autonomia dos educandos, visto que é "um recurso pedagógico que possibilita o exercício da cidadania, da criatividade e da criticidade, além de ampliar o olhar ante as imagens que nos são postas" (Nascimento, 2010, p.123).

[299] Todas as imagens e registros realizados, bem como registros escritos, podem ser acessados pela página do programa no instagram, sendo ela: prpsociologia.ufpi .

Considerações finais

Com base nas oficinas realizadas, bem como nos estudos aqui apreciados, as produções de fanzines são carregadas de teor político, possibilitam autonomia e expressão por parte de quem os produz. Possuindo uma certa liberdade de diagramação, conteúdo e forma, são materiais que para a sua produção não requerem investimentos de altos valores monetários, possibilitando a sua aplicação em diversos contextos socioeconômicos. Atestando o poder transformador dos zines em sala de aula, o próximo passo almejado por mim é levar os zines à escola, para adolescente do Ensino Médio, atividade já realizada por alguns colegas do programa, o que atesta o sucesso das oficinas para a nossa formação enquanto licenciandos em Ciências Sociais.

Referências

hooks,bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MUNIZ, Cellina Rodrigues. Na desordem da palavra: fanzines e a escrita de si. *In*: MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). **Fanzine**: autoria, subjetividade e invenção de si. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

NASCIMENTO, Ioneide Santos do. Da marginalidade à sala de aula: o fanzine como artefato cultural, educativo e pedagógico. *In*: MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). **Fanzine**: autoria, subjetividade e invenção de si. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

VALLE, Lutiere Dalla; MOREIRA JUNIOR, Jasson Luiz Monteiro. **O fanzine e a potência educativa no ensino das artes visuais**, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/CulturaVisual_L1_030.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

PONTE PARA O FUTURO: novo Ensino Médio e a escolha profissional na juventude

Juliana Veras de Sousa[300]
Luciana de Carvalho Nogueira Albuquerque[301]
Francisca Cibele da Silva Gomes[302]

Resumo
O Ensino Médio é essencial na formação dos jovens, representando uma transição para o mundo acadêmico ou profissional. Busca desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais para a cidadania. O estudo analisa sua influência na escolha profissional dos jovens, direcionando políticas públicas e programas de orientação para uma transição bem-sucedida para a vida adulta.

Palavras-chave: Juventude. Novo Ensino Médio. Orientação Vocacional.

1 Introdução

O Ensino Médio assume uma relevância fundamental na formação dos jovens, representando uma etapa crucial de transição entre a educação básica e o ingresso no mundo acadêmico ou profissional. Nesta abordagem contemporânea, compreende-se o ensino médio como um período destinado à consolidação e expansão dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, além de buscar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e competências essenciais para uma cidadania plena.

No contexto brasileiro, o Novo Ensino Médio foi implementado como uma reforma educacional com o propósito de conferir maior significado a essa fase e alinhá-la às necessidades e demandas dos estudantes. Surge, portanto, como uma oportunidade para rever a formação dos jovens e prepará-los de maneira mais adequada para o dinâmico mundo de trabalho. Compreender como essa fase de ensino influencia a escolha profissional dos jovens é de suma importância para direcionar políticas públicas, programas de orientação profissional e ações pedagógicas que facilitem uma transição mais fluida e bem-sucedida para a vida adulta.

A justificativa para este estudo repousa na necessidade de explorar e buscar uma compreensão aprofundada dos efeitos que o ensino médio tem sobre suas decisões vocacionais. Ao analisar essas implicações, será possível embasar a formulação de estratégias educacionais e orientações mais assertivas, proporcionando aos jovens uma trajetória educacional mais satisfatória e coerente com seus anseios e potencialidades.

[300] Graduanda em Pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ju.veras@hotmail.com
[301] Graduanda em Letras - Língua Inglesa, pela faculdade Mauricio de Nassau (UNINASSAU). E-mail: luciana_cnogueira@hotmail.com
[302] Graduanda em Licenciatura pedagogia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cs6445758@gmail.com

Para tanto, o presente artigo está dividido em três seções: na primeira, serão discutidas as escolhas profissionais e a importância do autoconhecimento; na segunda seção, trataremos acerca das demandas da orientação profissional para a juventude nas escolas públicas; por fim, na terceira seção, serão salientados os possíveis desafios da escolha profissional dos jovens no Novo Ensino Médio.

2 Metodologia

No presente artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de cunho analítico e explicativo, com enfoque qualitativo. Ao optar por uma metodologia qualitativa, o pesquisador busca explorar as percepções, crenças, valores e experiências presentes nas fontes bibliográficas selecionadas. Isso permite uma compreensão mais rica e contextualizada do tema, permitindo capturar os nuances e as particularidades que podem estar presentes nas diversas obras analisadas. O primeiro passo na metodologia foi a seleção criteriosa das fontes, buscando trabalhos que sejam relevantes, confiáveis e alinhados com o tema de pesquisa (Godoy, 1995).

A partir daí, o pesquisador inicia a leitura atenta e crítica desses materiais, identificando os principais conceitos, argumentos e perspectivas. A análise bibliográfica requer uma abordagem reflexiva, na qual o pesquisador busca estabelecer conexões e relações entre os diversos textos, identificando convergências, divergências e lacunas no conhecimento. Essa abordagem permite que o pesquisador formule um arcabouço teórico sólido, construído a partir das contribuições dos diferentes autores e correntes de pensamento, buscando identificar tendências, padrões e relações entre conceitos e teorias. Portanto, podendo ir além da mera descrição dos conteúdos bibliográficos (Godoy, 1995).

3 Resultados e discussões

A ESCOLHA PROFISSIONAL NA JUVENTUDE: navegando pelos caminhos do autoconhecimento

O novo Ensino Médio e a escolha profissional na juventude estão interligados de maneira fundamental, pois o Ensino Médio desempenha um papel crucial na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho e na formação de suas identidades e aptidões profissionais. No processo de escolha profissional, o novo modelo de Ensino Médio permite que os estudantes tenham contato com diferentes áreas do conhecimento e possam experimentar atividades práticas relacionadas a diversas profissões. Isso auxilia na identificação de suas afinidades e aptidões, ajudando-os a fazer escolhas mais conscientes e informadas sobre suas carreiras futuras (Mandelli *et al.*, 2011).

Portanto, antes de embarcar na jornada da escolha profissional, é fundamental que os jovens desenvolvam um bom nível de autoconhecimento. Compreender seus interesses, valores, habilidades e personalidade pode fornecer uma base sólida para tomar decisões alinhadas com quem eles são e o que desejam alcançar. A autoavaliação, o autoquestionamento e a exploração pessoal são ferramentas essenciais nesse processo, permitindo que os jovens descubram seus pontos fortes e fracos, bem como suas áreas de interesse.

Conforme estudos de Mandelli *et al.* (2011), a concepção de juventude é baseada em duas abordagens: a psicologia sócio-histórica e a sociologia da juventude. Essas

visões defendem a ideia de que a adolescência não é algo natural e fixo, mas sim um processo social que está em constante construção. Portanto, a juventude é entendida como um fenômeno intimamente relacionado com aspectos históricos, culturais, geracionais e biológicos. A expressão "juventudes" é utilizada para abranger a diversidade de experiências e características que os jovens podem ter. Sendo assim, o reconhecimento dessa diversidade leva à necessidade de práticas diferenciadas, que possam apoiar e atender as particularidades de cada grupo de jovens.

Em outras palavras, as abordagens reconhecem que não existe uma única "juventude", mas sim múltiplas formas de vivenciar essa fase da vida, o que exige a criação de políticas, programas e ações que considerem as especificidades de cada grupo. Essa perspectiva busca romper com visões simplistas e estereotipadas da juventude, entendendo-a como um fenômeno complexo e dinâmico, influenciado por fatores sociais, culturais e históricos. Ao considerar essa compreensão mais abrangente, é possível desenvolver estratégias mais adequadas para atender às necessidades e potencialidades dos jovens, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A juventude é um período propício para a exploração de diferentes opções profissionais. Os jovens devem aproveitar ao máximo as oportunidades disponíveis, como estágios, programas de voluntariado, cursos extracurriculares e eventos de orientação profissional. Essas experiências oferecem *insights* práticos sobre diferentes áreas de atuação, permitindo que experimentem e avaliem se determinada carreira é realmente adequada às suas aspirações e habilidades. Tomar uma decisão informada requer pesquisa cuidadosa. É pertinente buscar informações sobre as carreiras que lhes interessam, explorando as perspectivas de trabalho, as tendências do mercado, as qualificações necessárias e as oportunidades de crescimento. Conversar com profissionais atuantes nas áreas de interesse, ler livros, artigos e assistir a palestras também são maneiras valiosas de ampliar o conhecimento e obter uma visão mais abrangente (Mandelli *et al.*, 2011).

Dessa forma, é importante que os jovens compreendam que a escolha profissional não precisa ser definitiva. O mundo do trabalho está em constante evolução, e é comum que as pessoas mudem de carreira ao longo de suas vidas. Portanto, devem abraçar a ideia de que a escolha profissional é uma jornada contínua, na qual podem explorar diferentes oportunidades e fazer ajustes ao longo do caminho. A flexibilidade e a capacidade de adaptação serão essenciais para lidar com as mudanças e os desafios futuros.

Além disso, é fundamental entender que o caminho profissional nem sempre é linear. Muitas vezes, as oportunidades surgem de maneiras inesperadas e é preciso estar aberto a novas possibilidades. Os desafios, as adversidades e até mesmo os erros fazem parte do percurso e contribuem para o crescimento e aprendizado. A escolha profissional na juventude é uma jornada individual e única. Cada pessoa possui seus próprios talentos, paixões e vocações. É essencial lembrar que não há uma única resposta certa, mas sim diversas opções que podem levar ao sucesso e satisfação pessoal.

DEMANDAS EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA JUVENTUDE NAS ESCOLAS PUBLICAS

Como aponta Ribeiro (2003), a Orientação Profissional no Brasil, também conhecida como Orientação Vocacional (OV), é uma prática histórica fortemente associada à psicometria, que é uma área da psicologia que se concentra na medição e avaliação de características psicológicas dos indivíduos.

A Orientação Profissional era conduzida de maneira individual, ou seja, de forma personalizada para cada pessoa, e tinha como público principal os jovens de classe média e alta. Esses jovens, muitas vezes, estavam prestes a ingressar em um curso universitário e enfrentavam dúvidas e incertezas relacionadas à escolha de sua carreira.

Essa abordagem histórica pode ter reforçado uma visão restrita e elitizada da Orientação Profissional, deixando de considerar outras camadas sociais e necessidades distintas dos jovens que buscavam orientação. Por exemplo, jovens de classes socioeconômicas mais baixas também poderiam se beneficiar desse tipo de suporte na construção de suas carreiras, mas, por diversos motivos, essa parcela da população pode ter sido menos atendida. No entanto, é importante ressaltar que a Orientação Profissional evoluiu ao longo do tempo, abrangendo abordagens mais inclusivas e holísticas.

Atualmente, muitos profissionais da área consideram não apenas as habilidades e interesses dos jovens, mas também suas circunstâncias sociais, culturais e econômicas, a fim de proporcionar uma orientação mais adequada e igualitária. Portanto, é essencial que a Orientação Profissional continue avançando na direção da diversidade e da equidade, buscando alcançar um maior número de jovens, independentemente de suas origens e recursos financeiros, e auxiliá-los em suas escolhas de carreira de maneira mais abrangente e inclusiva.

Como já discutido, a orientação profissional na juventude começa com o autoconhecimento. Uma vez que os jovens tenham um melhor entendimento de si mesmos, é importante que eles explorem as diversas opções de carreira disponíveis. A orientação profissional fornece recursos e informações para que possam conhecer diferentes áreas profissionais, entender as tendências do mercado de trabalho e obter insights sobre as possibilidades de carreira em diferentes setores. Essa exploração ajuda a ampliar os horizontes e a descobrir caminhos profissionais que possam ser interessantes e adequados às suas habilidades e interesses (Ambiel *et al*., 2018).

A orientação profissional pode oferecer ferramentas e métodos que auxiliam nesse processo decisório, ajudando-os a avaliar os prós e contras de cada opção, identificar os requisitos e demandas de cada área profissional, e considerar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento em longo prazo. Uma decisão de carreira informada aumenta as chances de satisfação e sucesso profissional no futuro. Salienta-se que a orientação profissional não é apenas um evento pontual, mas um processo contínuo. À medida que os jovens progridem em suas carreiras, eles podem encontrar novos desafios e dúvidas. É essencial que haja suporte contínuo disponível, seja por meio de orientadores profissionais, mentores ou redes de apoio. Esses recursos podem ajudar a garantir que os jovens possam lidar com as mudanças e tomar decisões informadas ao longo de sua jornada profissional (Ambiel *et al.*, 2018).

Muitos estudantes de escolas públicas podem enfrentar a falta de orientação adequada para o planejamento de seu projeto de vida. A ausência de profissionais especializados em orientação vocacional e a falta de mentores capacitados podem deixar os alunos inseguros em relação às suas escolhas futuras. Faz-se necessário estabelecer

programas de orientação vocacional e desenvolvimento pessoal nas escolas com profissionais treinados, como psicólogos e orientadores educacionais, que visem auxiliar os alunos a explorarem suas habilidades, interesses e opções de carreira (Ribeiro, 2003).

Em seus estudos, Ribeiro (2003) aponta que os jovens provenientes de escolas públicas têm uma necessidade de auxílio para se inserirem rapidamente no mercado de trabalho. Eles enfrentam uma falta de informações sobre as oportunidades existentes e como proceder para alcançá-las. Essa falta de informações pode ser um obstáculo significativo para esses jovens, que podem não ter acesso a recursos e orientação necessários para dar os primeiros passos em suas carreiras. A trajetória profissional dos pais desses jovens é predominantemente voltada para o setor de comércio e serviços. Isso sugere que muitos jovens têm como referência o trabalho realizado por seus pais, o que pode influenciar suas escolhas profissionais. Eles podem almejar seguir os passos dos pais ou buscar um avanço futuro em suas carreiras, que, segundo o texto, é muitas vezes associado à realização de um curso superior.

OS DESAFIOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL DOS JOVENS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Uma das principais características do novo ensino médio é a ampliação das opções de áreas de conhecimento. Com a introdução dos itinerários formativos, os estudantes têm a oportunidade de escolher entre diferentes ênfases, como ciências humanas, ciências da natureza, matemática e linguagens. Essa variedade pode gerar dúvidas e indecisões, uma vez que os jovens precisam ponderar seus interesses, habilidades e perspectivas futuras. Embora o novo ensino médio tenha como objetivo incentivar a formação integral dos estudantes, nem sempre há suporte adequado para a escolha profissional (Ferretti, 2018).

Muitas vezes, as escolas não têm estruturas e recursos suficientes para oferecer orientação profissional de qualidade. Isso pode deixar os jovens desamparados diante de uma decisão tão importante e impactante em suas vidas. Segundo Lamas et al (2008), um dos principais desafios para os estudantes de escolas públicas é a escassez de recursos e oportunidades disponíveis para explorar e desenvolver seus interesses e habilidades. Muitas vezes, essas instituições enfrentam dificuldades financeiras, o que resulta em uma infraestrutura limitada, falta de acesso à tecnologia, bibliotecas deficientes e laboratórios mal equipados. Essas limitações podem restringir a capacidade dos alunos de explorar diferentes áreas de conhecimento e descobrir suas verdadeiras aspirações.

Portanto, é essencial que os governos, organizações e comunidades se unam para fornecer mais recursos e oportunidades para os estudantes de escolas públicas. Investimentos em infraestrutura, programas extracurriculares, bolsas de estudo e parcerias com empresas locais podem abrir portas e expandir as perspectivas dos alunos, permitindo que eles descubram e desenvolvam seus talentos.

As desigualdades socioeconômicas representam outro grande desafio para os estudantes de escolas públicas na construção de seus projetos de vida. Muitos enfrentam dificuldades financeiras, falta de acesso a serviços de qualidade, incluindo educação complementar e preparação para exames vestibulares, além de enfrentar um ambiente

familiar instável. Essas disparidades podem limitar as oportunidades e o progresso acadêmico e profissional dos alunos (Menghui *et al*, 2019).

Em estudos realizados por Souza *et al.* (2020) com jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas, ao serem perguntados sobre seus interesses em ingressar em um curso superior, seus dados nos mostram que há um grande interesse significativo por parte dos estudantes em ingressar no Ensino Superior. Isso sugere que muitos jovens almejam continuar seus estudos após a conclusão do ensino médio, buscando ampliar seus conhecimentos e oportunidades profissionais. No entanto, mesmo com esse interesse, ainda existem incertezas entre os alunos em relação à possibilidade de ingressar no Ensino Superior.

Dentre as incertezas, podemos destacar suas preocupações relacionadas à situação financeira: muitos estudantes enfrentam a limitação da renda familiar, o que pode dificultar o acesso à educação superior. As despesas com mensalidades, material didático, transporte e outras despesas relacionadas à vida acadêmica podem ser um obstáculo para esses jovens. Assim como, outro fator perceptível foi a preocupação com a inserção no mercado de trabalho. Outra questão é que alguns estudantes podem optar por ingressar no mercado de trabalho imediatamente após o ensino médio, em busca de uma renda que possa ajudar suas famílias ou para ganhar experiência profissional (Souza *et al*, 2020).

Essas incertezas demonstram os desafios e as disparidades sociais que afetam o acesso à educação superior. Muitos jovens enfrentam obstáculos financeiros e têm que ponderar entre prosseguir os estudos e ingressar no mercado de trabalho para atender às necessidades imediatas. Essa discrepância entre a consciência dos objetivos e a realidade pode gerar frustração e desafios para os alunos, pois eles se deparam com a dificuldade de conciliar suas aspirações com as circunstâncias em que estão inseridos. Nesse contexto, é importante reconhecer que o apoio e ações de políticas públicas podem ser necessários para ajudar esses alunos a superarem esses obstáculos e tornarem seus objetivos mais alcançáveis.

Considerações finais

A escolha profissional na juventude é um desafio empolgante e significativo. Ao investir tempo no autoconhecimento, explorar diferentes opções, pesquisar e adaptar-se às mudanças, os jovens estarão no caminho certo para tomar decisões mais conscientes e alinhadas com suas paixões e habilidades. A orientação profissional desempenha um papel crucial nessa etapa, fornecendo as ferramentas e o suporte necessários para que eles façam escolhas de carreira informadas e desenvolvam suas habilidades.

Ao investir na orientação profissional na juventude, estamos investindo no futuro dos jovens e promovendo uma sociedade com profissionais mais realizados e engajados. É importante que os pais, educadores e a sociedade em geral reconheçam a importância desse processo e apoiem os jovens em sua busca por uma carreira significativa e gratificante.

Os desafios enfrentados pelos estudantes de escolas públicas no desenvolvimento de seus projetos de vida são complexos e multifacetados. A falta de recursos, orientação e as desigualdades socioeconômicas são apenas algumas das barreiras que precisam ser superadas. No entanto, com um comprometimento conjunto

das autoridades educacionais, comunidades e sociedade como um todo, é possível fornecer um suporte adequado e criar oportunidades para que esses jovens construam um projeto de vida significativo.

Cabe a todos trabalhar em conjunto para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas origens, tenham a chance de alcançar seu pleno potencial e realizar seus objetivos profissionais. Em suma, a escolha profissional na juventude é um tema de grande relevância que demanda atenção e cuidado. Por meio de estudos e pesquisas realizados no Brasil, é possível compreender os diversos fatores que influenciam essa decisão e suas consequências na vida dos jovens. Porém, citaremos algumas estratégias para lidar com os desafios que estão dentre eles:

Autoconhecimento: Incentivar os jovens a se autoconhecerem, identificando seus interesses, habilidades e valores. Isso pode ser feito por meio de atividades de reflexão, testes vocacionais e orientação individualizada. Orientação profissional: Ampliar o acesso à orientação profissional nas escolas, com profissionais especializados que possam oferecer informações atualizadas sobre as carreiras, o mercado de trabalho e as possibilidades de formação. Experiências práticas: Proporcionar aos jovens a oportunidade de vivenciar diferentes áreas profissionais por meio de estágios, visitas a empresas e palestras com profissionais de diversas áreas. Essas experiências práticas podem ajudá-los a ter uma visão mais realista das opções disponíveis.

Referências

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; MARTINS, Gustavo Henrique; HERNANDEZ, Débora Noemí. Por que os adolescentes buscam fazer orientação profissional? Um estudo preditivo com estudantes brasileiros. **Temas psicol.** [*online*], v.26, n.4, p. 1971-1984, 2018.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. especial, p. 49-57, 2011 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2023.

MENGHUI, Ana Carolina *et al*. Fatores que influenciam a escolha profissional: uma pesquisa com os estudantes do ensino médio integrado do IFSP. **Scientia Vitae**, [*S.l.*], v.7, n.23, p. 42-49, jan./mar. 2019.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. **Rev. bras. orientac. Prof**. [*online*], v.4, n.1-2, p. 141-151, 2003.

SOUSA, Leonardo Carvalho de; OLIVEIRA Pedro Henrique Nascimento de; ALBARELLO, Beatriz Amália. Os Desafios da Escolha Profissional para alunos do

Ensino Médio da Rede Pública de Ceilândia. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, [*S.l.*], v. III, n.7, p. 818-833, jul./dez. 2020.

AS JUVENTUDES FRENTE ÀS PRÁTICAS MERITOCRÁTICAS DE ENSINO

Dállia Do Sol Silva Pinheiro[303]
Luiza Jairiane Batista Frota[304]
Antonia Thrycia Sena Lima[3]

Resumo
Este trabalho busca analisar as práticas meritocráticas de ensino, compreendendo que a escola, ao adotar uma abordagem meritocrática na educação, pode perpetuar desigualdades. Assim, torna-se essencial questionar os possíveis impactos deste modelo educacional aos alunos. Nesse contexto, fundamentamos nossa análise nos estudos de Bourdieu (2007), Dubet (2004) e outros teóricos.

Palavras-chave: Juventudes. Escola. Meritocracia.

1 Introdução

Entendemos a Educação como uma prática social que deve buscar o desenvolvimento dos indivíduos por meio de suas habilidades e potencialidades, assim como, também, da construção de reflexões críticas acerca do mundo em que vivem, de modo que prepare essas crianças e adolescentes enquanto cidadãos. Nesse sentido, buscamos analisar como o processo de ensino-aprendizagem, presentes nas escolas brasileiras, podem acabar gerando desigualdades — ao invés de combatê-las.

À luz dos conceitos teóricos de Bourdieu (2007) e Dubet (2004) acerca da perpetuação das desigualdades sociais presentes no contexto escolar, esta pesquisa possui o objetivo de analisar como a instituição escolar, por meio de um modelo meritocrático de ensino, pode promover a produção e a reprodução de desigualdades sociais dentro e fora do espaço escolar, afastando a concepção de justiça social que a escola deveria proporcionar.

2 Metodologia

Iniciamos esta pesquisa a partir de estudos e análises de textos e obras direcionados à prática docente. Trouxemos como principais referenciais teóricos Pierre Bourdieu (2007), com sua teoria sobre o capital cultural, e François Dubet (2004), ao que cerne a questão da escola meritocrática e justiça escolar. Assim como, também, a observação de campo em uma escola de ensino médio da rede pública de Fortaleza-CE.

3 Resultados e discussões

[303] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: dallia.pinheiro@aluno.uece.br.
[304] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: luiza.jairiane@aluno.uece.br.
[3] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: thrycia.sena@aluno.uece.br.

A escola tem responsabilidade de auxiliar na formação dos indivíduos, tornando-os críticos e independentes. À vista disso, faz-se necessário, analisarmos como a escola vem realizando essa tarefa em torno das desigualdades presentes no cotidiano escolar e o questionamento persistente é: a escola diminui ou fomenta as desigualdades já existentes?

Acerca dos conhecimentos obtidos nesta pesquisa, identificamos que os discentes presentes no contexto escolar não estão no mesmo patamar de igualdade, pois, a desigualdade social está inserida nas instituições de ensino. "[...] a busca de uma escola justa deve suscitar uma nova pergunta: como ela trataria os alunos mais fracos? Reconhece-se uma escola justa pelo fato que ela trata bem os vencidos, não os humilha, não os fere, preservando sua dignidade e igualdade de princípio com os outros" (Dubet, 2004. p. 551).

Nessa perspectiva, o conceito de capital cultural elaborado por Bourdieu (2007) explica como a cultura em uma sociedade dividida por classes, se transforma numa espécie de moeda nas quais as camadas dominantes utilizam para acentuar as diferenças. "Assim, compreende-se por que a pequena burguesia, classe de transição, adere mais fortemente aos valores escolares, pois a escola lhe oferece chances razoáveis de satisfazer a todas suas expectativas, confundindo os valores do êxito social com os do prestígio social" (Bourdieu, 2007. p.48). Ainda segundo o autor, o sistema educacional tem cooperado com a estabilidade social, ou seja, acaba por legitimar as desigualdades sociais e culturais. Tal legitimação se dá devido ao processo no qual as desigualdades sociais e culturais entre as classes vêm a ser convertidas na escola em desigualdades de desempenho escolar.

Na observação em campo realizada em uma escola localizada em Fortaleza-CE, pudemos analisar que os estudantes que obtinham as melhores notas tinham seus nomes expostos nos corredores da escola como uma espécie de troféu, o que acaba por fomentar aquilo que Dubet (2004) expressa: uma distinção entre “alunos bons” e “menos bons”, refletindo que no sentido da meritocracia, a competição e o “fracasso” dos alunos menos favorecidos socialmente e culturalmente, ocasiona a essas crianças e adolescentes uma sensação de impotência e perda de autoestima e, como reação, podem perder a motivação e construir um sentimento de recusa à escola. O autor ainda questiona a própria ideia de mérito: de fato existe? Não seria apenas mais um mecanismo de naturalização das desigualdades?

Para Bourdieu (2007), a instituição, por meio do seu processo avaliativo, aprova e incentiva aqueles que cumprem com os conhecimentos exigidos, ao mesmo tempo em que estigmatiza aqueles que não possuem tais conhecimentos e saberes, não incentivando outros possíveis interesses desses discentes. Assim, a escola mantém as desigualdades já existentes na sociedade, preservando-as ao invés de combatê-las e superá-las, excluindo os já excluídos e favorecendo os já favorecidos.

A cobrança realizada pela escola e imposta aos estudantes para obterem “bons resultados”, acaba por gerar tanto uma competição entre os alunos, afastando-os da construção coletiva de conhecimentos e saberes, quanto frustrando-os e mortificando suas autonomias. Assim, ainda, segundo Bourdieu (2007), a escola sanciona aquelas desigualdades que somente ela pode reduzir. Na realidade brasileira, percebemos que algumas gestões e professores têm feito esforços para lidar com as desigualdades por

meio de programas e projetos educacionais. No entanto, é evidente que o sistema escolar ainda mantém uma postura conservadora, tornando essas ações mais pontuais do que efetivas.

Considerações finais

Percebemos que o processo de ensino, realizado nas escolas brasileiras, parte de um interesse sistemático e político, cujo objetivo é moldar a aprendizagem sob o aspecto do trabalho, do profissionalismo mercadológico, legitimando o modelo capitalista e consequentemente as divisões de classes sociais.

Nesse sentido, torna-se necessário refletirmos que a sala de aula e o espaço escolar devem ser lugares de desenvoltura, acolhimento e afetividade, onde os professores e os alunos construam um processo de conhecimento e aprendizagem mútuo, não privando a individualidade dos estudantes ali presentes. A escola pode, assim, contribuir para uma formação integral e crítica.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, [*S.l.*], v. 34, n. 123, set./dez. 2004.

PELO OLHAR DE QUEM VIVENCIA: como os jovens percebem as desigualdades sociais no Novo Ensino Médio

Francisca Bruna Pereira Farias[305]
Isaurora Cláudia Martins de Freitas[306]

Resumo

Este trabalho discute como os jovens percebem as desigualdades sociais no Novo Ensino Médio (NEM), e qual papel da escola no enfrentamento deste fenômeno. Trata-se de uma pesquisa-formação, realizada com 65 estudantes do 3º ano do ensino médio. A coleta de dados ocorreu por meio de oficinas narrativas e autobiográficas, que mostraram que o NEM está permeado de desigualdades, mas, ainda assim, a escola é entendida como lugar de enfrentamento delas.

Palavras-chave: Juventudes. Novo Ensino Médio. Desigualdades Sociais.

1 Introdução

Com a justificativa de ofertar uma educação integral, tornar a escola mais atrativa às juventudes e oferecer um ensino que supere as desigualdades, foi estruturado no Brasil, por meio da Lei 13.415, de 2017, o Novo Ensino Médio (NEM). Do ponto de vista prático, a proposta flexibilizou o currículo, por meio dos itinerários formativos, e aumentou a carga horária. O NEM tem sido alvo de críticas. Algumas defendem que o modelo "atende" as expectativas de formação escolar das diferentes "juventudes". Outros denunciam o caráter reducionista desse modelo, por não levarem em conta os contextos em que os jovens e as escolas estão inseridos, reforçando as desigualdades (Ferretti, 2018, p. 25).

A relação entre desigualdade e educação rende diálogos permanentes. Alguns atribuem à educação um papel central na superação das desigualdades e outros acreditam que esta reproduz as desigualdades existentes (Yannoulas, 2013, p. 17). No que se refere ao NEM, alguns autores afirmam que seu intuito é adequar a política educacional às exigências de formação de certo perfil de trabalhador para atender o mercado (Santos; Martins, 2021). Silva (2018, p. 02), pontua que a Reforma do EM acoberta velhos discursos e propósitos sob a aparência de novo.

A partir dessas discussões, este trabalho tem como objetivo investigar como os jovens percebem o novo modelo de Ensino Médio em sua relação com as desigualdades sociais e o papel que a escola assume frente a essa problemática.

O estudo ressalta a relevância de construir pesquisa onde os jovens sejam protagonistas dos estudos que os envolvem, e se constitui como uma possibilidade

[305] Mestre em Psicologia e Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: brunafariaspsicologa@gmail.com
[306] Doutora em Sociologia, professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: isaurora68@gmail.com

interessante de construir com os estudantes do EM espaços de reflexões sobre suas realidades.

2 Metodologia

Os resultados aqui apresentados são parte da pesquisa de mestrado em Psicologia e Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 65 estudantes, do 3º ano da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Ayres de Sousa, localizada em Sobral. Utilizou-se da pesquisa-formação e das narrativas autobiográficas para coleta de dados, produzidos por meio de cinco encontros, durante os meses de outubro e novembro de 2022. O trato dos dados se deu por meio da análise dos materiais produzidos. A pesquisa obedeceu aos parâmetros éticos e obteve parecer favorável do comitê de ética.

3 Resultados e discussões

A partir das narrativas, foi possível entender que os jovens enxergam o NEM como uma etapa de ensino para transformação das realidades que vivenciam e para melhoria de suas condições financeiras. Nesse cenário, a escola de EM assume o papel de proporcionar aos sujeitos habilidades e conhecimentos que possam dar respostas às demandas sociais. Entretanto, é necessário compreender os limites da sua capacidade de ascensão social por meio da empregabilidade, desvelando mitos meritocráticos que nublam as causas e possibilidades de superação da pobreza e desigualdade social (Pinelly, 2020, p. 46).

Os estudantes reconhecem o papel da educação na superação das vulnerabilidades, mas, apontam que as desigualdades se apresentam de forma sutil no NEM. Sentidas por meio da divisão hierárquica das salas por questões socioeconômicas, pelo acesso diferenciado a matérias de ensino e pela expectativas depositadas nos estudantes, onde dos que possuem poder aquisitivo maior, se esperam maior sucesso pessoal e profissional, enquanto dos alunos com maiores vulnerabilidades sociais pouco se espera, pois não enxergam neles a capacidade de ascensão.

Os estudantes pontuam ainda que o NEM tenta apagar as desigualdades, propondo falsa sensação de que os jovens têm autonomia de escolher os caminhos que querem trilhar (Leão, 2018, p. 13). Outra visão que os alunos lançaram para o NEM foi a de que o ensino de tempo integral proporciona aos jovens pobres acessos a direitos básicos como alimentação e segurança social.

Considerações finais

Consideramos que, apesar das desigualdades permearem o NEM, se reconhece que a educação é um dos caminhos fundamentais para mitigar as vulnerabilidades existentes no país. Para isso, é necessário maior investimento nas políticas públicas de educação e que as reformas no ensino possam ir além de uma reformulação de currículo. Ressaltamos também a necessidade das escolas estarem abertas ao diálogo com os jovens, colocando-se como espaços de problematização e luta contra as desigualdades.

Referências

FERRETTI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de educação. **Estudos Avançados**, [*S.l.*], v. 32, n. 93, 2018.

LEÃO, G. O que os jovens esperam da Reforma do Ensino Médio Brasileiro**.** **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, p. e177494, 2018.

PINELLI, Laís Vieira. **Política educacional e pobreza**: análise crítica sobre o Plano Distrital de Educação. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, M. R. da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-15, 2018.

YANNOULAS, S. C. Literatura recente sobre uma antiga problemática. In: YANNOULAS, S. C. (coord.). **Política educacional e pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multi-determinada. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 25-65.

O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DE FRAGMENTAÇÃO CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO

Denise Maria Reis[307]

Resumo
O trabalho tece considerações acerca do livro didático em meio à compartimentalização do currículo do Novo Ensino Médio, apoiando-se em resultados e discussões de uma pesquisa de Pós-Doutorado em educação e tomando as entrevistas com docentes de sociologia como ponto de partida. Faz-se necessário assegurar consensos mínimos dos conhecimentos científicos e a qualidade nos livros didáticos do Novo Ensino Médio, bem como o seu uso pelos sistemas públicos de ensino.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Livro Didático. BNCC. Política Educacional. Juventudes.

1 Introdução

O Novo Ensino Médio, sancionado pela Lei 13.415/2017, não encerra unanimidade em torno de suas proposições, especialmente quanto à organização flexível do currículo e ao estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Presumidamente, a flexibilidade curricular, expressa sob a forma de itinerários formativos, promove a liberdade de escolha dos jovens em relação às áreas do conhecimento (Motta; Frigotto, 2017; Ferretti, 2018).

O presente trabalho objetiva tecer considerações acerca do livro didático num cenário de compartimentalização do currículo do novo ensino médio. Para isso, apoia-se em resultados e discussões de pesquisa de pós-doutorado em educação desenvolvida com auxílio de bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), entre os anos de 2018 e 2019, sobre a reforma e a BNCC do Ensino Médio. As reflexões suscitadas podem contribuir com o processo de altercação, ainda em curso, do novo ensino médio.

2 Metodologia

Participaram da pesquisa oito escolas de Ensino Médio da rede estadual de Pouso Alegre, Minas Gerais, entre os anos de 2018 e 2019, por meio de entrevistas em modelo semiestruturado e de observação do cotidiano docente e gestor das instituições. Os dados coletados foram organizados em temas e categorias e estudados a partir da análise de conteúdo (Laville; Dionne, 1999).

Neste trabalho, as entrevistas são ponto de partida para o objetivo proposto. Não são exploradas, portanto, como se tivessem sido desenvolvidas no momento presente.

3 Resultados e discussões

[307] UFSCar. E-mail: denise.reis@ufscar.br

Entre os 10 docentes entrevistados[308], observou-se a percepção de que os jovens poderem escolher os itinerários formativos era, a princípio, benéfico para a sua formação. Ao mesmo tempo, ponderaram acerca da falta de maturidade para realizarem escolhas, bem como sobre a ausência de condições materiais para a organização de um currículo efetivamente flexível.

Para Pelissari (2023), a segmentação do currículo do novo ensino médio em uma base comum e em uma parte diversificada composta por itinerários formativos aprofunda a dualidade educacional entre formação técnica e formação geral, além de reforçar uma perspectiva anticientificista por meio da ênfase no desenvolvimento de competências e de desvalorizar a formação e o trabalho dos professores.

Sobre o livro didático, especificamente, um dos docentes entrevistados destacou o processo de ascensão da extrema-direita ao poder político como elemento estimulador de um determinado tipo de revisionismo histórico dos conteúdos curriculares, notadamente, dos pertencentes às áreas de ciências humanas e sociais. Considerou que, sob o pretexto da pluralidade, podemos ter um material didático "esquizofrênico" com afirmações como "o nazismo é de esquerda", por exemplo. Já outra docente, assumidamente de direita, ressaltou que o seu maior desejo era a mudança do livro didático, uma vez que, quando queria trazer algum material com visões divergentes para "abrir mais o leque" dos jovens, tinha que pagá-lo com recursos próprios. Cabe salientar ainda a contribuição de outro docente que, ao ser confrontado por jovens que alegaram que ele estava fazendo propaganda de "ideologia de gênero" em sala de aula, argumentou que fazia uso do livro didático aprovado pelo governo federal e pelo governo de Minas Gerais.

Para Cavalcante (2023), que compôs a coordenação de sociologia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), entre 2016 e 2018, embora a área apresentasse linhas teóricas opostas, pontos de vista distintos e até limites nos materiais didáticos, havia um acúmulo mínimo na transposição do conhecimento acadêmico para o conteúdo escolar neste período. Verificou que, ao analisar os livros didáticos de projeto de vida do programa, especialmente no ano de 2021, a sociologia foi suprimida e teve seu lugar ocupado por conteúdos de áreas que salientam valores como o empreendedorismo e a mudança de *mindset*, por exemplo, formando uma subjetividade de tipo neoliberal que corresponda aos anseios de um novo mundo do trabalho.

Recentemente, no início do mês de agosto, o estado de São Paulo decidiu não receber mais os livros do PNLD. No lugar, o secretário estadual de educação determinou o uso de *slides* exibidos pelos docentes em aparelhos de TV. A decisão foi suspendida pela justiça de São Paulo dias depois. Em nota técnica emitida em 15 de agosto, a Rede Escola Pública e Universidade (2023) ressaltou que os *slides* "exibem problemas metodológicos, erros conceituais e má contextualização" (p. 25).

Destarte, é fundamental: a) preservar consensos dos conhecimentos científicos nos livros didáticos do novo ensino médio, reconhecendo que a autonomia docente não pode ser apreendida como meio de proselitismo religioso ou anticientificismo; b)

[308] Responsáveis pelas aulas de sociologia. A pesquisa teve como objetivo geral analisar as repercussões da reforma do ensino médio e da implantação da sua BNCC no ensino e prática docente de sociologia.

assegurar a qualidade dos livros didáticos e que sejam adotados pelos sistemas públicos de ensino como forma de enfrentar a dualidade educacional que prejudica os jovens menos favorecidos socioeconomicamente.

Considerações finais

A política educacional do Ensino Médio permanece em meio a intenso debate e disputa no país. Espera-se que as discussões em torno do livro didático e da fragmentação curricular do novo ensino médio contribuam com esse processo no qual, de um lado, estão aqueles que buscam "reformar a reforma" com ajustes em sua implementação e, de outro, os que reivindicam o diálogo ampliado, democrático e participativo com diversos agentes sociais acerca do ensino médio que a sociedade brasileira almeja.

A proposta é que o trabalho se desdobre em estudo futuro sobre o rigor teórico e metodológico do material didático – os *slides* – de sociologia do currículo paulista para o novo ensino médio.

Referências

CAVALCANTE, Sávio M. O sequestro da sociologia nos livros didáticos de projeto de vida. *In*: CICLO DE DEBATES: GOLPE NO ENSINO MÉDIO - O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS, 2023, Campinas. **Apresentação em** [...]. Campinas: Unicamp, 31 maio 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-bIfPaqlG_s. Acesso em: 2 set. 2023.

FERRETTI, Celso J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, [*S.l.*], v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA, Vânia C.; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

PELISSARI, Lucas B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39,p. e37056, 2023.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Substituição de livros do PNLD por slides digitais na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]**. São Paulo: REPU, 15 ago. 2023. Disponível em: https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_070adbeeae6b4e8dbe1b1bef465d7fc5.pdf . Acesso em: 2 set. 2023.

O USO DO LÚDICO NO ENSINO DOS DIREITOS E PSICOEDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Ana Priscila Florêncio Queiroz Aquino[309]
João Pereira da Silva Neto[310]
Lívia Soares de Sousa[311]

Resumo
O projeto Novas Cores trata-se de uma ação de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a criança, que trabalha a psicoeducação e o ensino de direitos com crianças em situação de institucionalização, por meio de intervenções lúdicas. Durante as intervenções são utilizados jogos, pinturas, colagens, brincadeiras, musicalização, e é exercitada a imaginação e participação ativa das crianças contempladas.

Palavras-chave: Infâncias. Psicoeducação. Lúdico.

1 Introdução

O Novas Cores, projeto pertencente ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC), visa, por meio de uma linguagem mais lúdica, fomentar discussões e conversas com crianças e adolescentes sobre temáticas importantes para o seu desenvolvimento. Quando o projeto mudou o seu campo de atuação para instituições de abrigamento, a temática dos encontros girava em torno do ensino da cidadania, incentivando a apropriação dos direitos e deveres das crianças e adolescentes com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entretanto, com o passar dos ciclos de extensões, notou-se a necessidade de introduzir outras temáticas relevantes para aquele público, visto que durante os encontros os jovens traziam outras questões que atravessavam a sua vida e que, por haver a importância de se manter o planejamento, os extensionistas não podiam trabalhar. Sendo assim, configurou-se o plano de intervenção atual de modo a, além de trabalhar o ECA, atender também as demandas que fossem trazidas pelo público. Optou-se pelo uso do lúdico em decorrência do tipo de público ao qual se trabalhava, visto que é importante utilizar de atividades que requerem uma participação ativa, não somente para deter a atenção no conhecimento a ser trabalhado, mas também para tornar o momento prazeroso, dado a concorrência de outros estímulos atrativos no ambiente.

2 Metodologia

No plano de intervenção atual, esquematizou-se os encontros com as crianças em um formato quinzenal, tendo em vista a necessidade de tempo para preparação dos materiais que são utilizados durante a extensão, e as demandas eram colhidas ao longo do processo de intervenção, sendo as temáticas, portanto, espontâneas. O grupo no qual

[309] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: priscila.aquino@alu.ufc.br
[310] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: joaoneto19@alu.ufc.br
[311] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: liviasoares50@gmail.com

as intervenções foram realizadas era composto por crianças institucionalizadas com idades entre 4 e 11 anos, e os encontros com eles aconteciam na própria instituição onde estavam abrigados. Partindo da percepção grupal dos extensionistas de quais estratégias poderiam ser melhor aproveitadas pelas crianças em questão, todos os materiais utilizados ao longo da extensão eram de autoria do grupo.

Ao todo, ocorreram sete encontros, sendo eles: apresentação e vinculação, configurações familiares, ECA, *bullying*, sentimentos e emoções, questões de gênero e encerramento. Para cada encontro, pensava-se, em reuniões com os integrantes, como a temática poderia ser trabalhada de forma que orientasse uma construção coletiva com as crianças. Foi feito o uso de técnicas de colagens, jogos, pinturas, contação de histórias, brincadeiras e musicalização, sempre como ferramentas para facilitação dos temas propostos para o dia.

3 Resultados e discussões

Compreende-se que a construção lúdica se mostra como facilitadora não somente da elaboração de assuntos mais complexos como pode também ser facilitadora da concentração de atenção e da compreensão sobre essas temáticas, como é o caso das tratadas nas intervenções do Novas Cores. Foi percebido que, a partir dos recursos de colagem, as crianças se apropriaram de forma tátil ao tema proposto, como na temática de família, em que foi proposto que elas representassem suas famílias, a partir de imagens gráficas de vários papeis familiares, dentro de uma casinha. Enquanto escolhiam o que colar, as crianças falavam sobre os papéis e quais tinham em suas famílias e quais não estavam presentes. Além de imagens gráficas e coloridas para facilitar a elaboração da composição familiar, a escolha e colagem na casinha parecem ser momentos em que a atenção era totalmente voltada para pensar em família e seus significados, diferente de apenas conversar verbalmente, sem o auxílio do lúdico como facilitador para tais reflexões.

Outra situação prática interessante foi a contação de histórias com as crianças para trabalhar a temática de *bullying*. Foram confeccionados cenários em papel: sala de aula, sala de casa, quarto e ar livre, e imagens gráficas de crianças e adultos coladas em palitos. Em cada cenário, era feito um rearranjo de personagens para narrar situações em que era praticado bullying de alguma forma, e era devolvido para as crianças a oportunidade de falar como elas achavam que o personagem poderia ter agido, ou como poderia pedir ajuda, além de serem convidadas a segurarem os cenários e personagens durante a dramatização, para maior apropriação do que era dito. As crianças se mostraram muito empenhadas e colaborativas, sugerindo diferentes soluções e até criando histórias próprias.

Considerações finais

A proposta do projeto Novas Cores, na atuação com crianças em situação de acolhimento institucional, é tentar fazer com que estas se compreendam como sujeitos de direitos e entendam o quê e quais são esses direitos, além de realizar um acompanhamento de escuta e recepção de demandas que são trazidas por elas no decorrer dos encontros, sempre analisando as melhores formas de conduzi-las,

dialogando e levando às crianças reflexões, tensionamentos e uma nova perspectiva sobre temáticas essenciais para seu aprendizado e desenvolvimento cidadão.

Por isso, utilizou-se sempre de recursos lúdicos dos mais diversos e criativos, com percepção da importância desses para a facilitação da conversa, da troca entre saberes e vivências, da vinculação entre o grupo, e da captação da atenção e interesse em temas que nem sempre são realmente conhecidos.

Referências

ALMEIDA, Tatiana Lima de. História da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Santa Rita**, São Paulo, n. 15, p. 20-29, jun. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, [*S.l.*], v. 8, n. 1, p. 23-36, 2008.

JUVENTUDES DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO: uma revisão de princípios agroecológicos em escola cearense

Raniere de Carvalho Almeida [312]
Adelson Dias de Oliveira[313]

Resumo
Este estudo visa explorar a presença de princípios agroecológicos no currículo e fazer pedagógico da escola, envolvendo as juventudes campesinas. Tem como questão-problema: quais saberes e práticas agroecológicas incluem e valorizam as juventudes campesinas? A escola é um espaço educativo, que busca incluir os sujeitos. É nela que o ensino-aprendizagem acontece baseado no conhecimento integrado/contextualizado. Notou-se que a Escola Simão Ângelo contempla princípios agroecológicos no currículo e prática pedagógica.

Palavras-chave: Campesinato. Educação. Jovens.

1 Introdução

A educação é concebida como um direito de todos e dever do Estado, algo consolidado na Constituição Federalne Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A escola é o lócus onde é desenvolvida enquanto política pública e processo formativo, podendo ser acessada por todos os sujeitos do campo e da cidade, respeitando-se sua identidade, cultura e territorialidade (Brasil, 1988; 1996).

O Ceará possui mais de 700 escolas públicas de tempo parcial e integral, profissionais, quilombolas, indígenas, do campo, Família Agrícola e Educação de Jovens e Adultos, entre elas, a Escola Simão Ângelo no município de Penaforte-CE, que tem 11 turmas de Ensino Médio, dez integrais e uma de EJA, além do Atendimento Educacional Especializada. Em 2023 há 443 estudantes, 58% da zona urbana e 42% do campo (CEARÁ, 2023).

Quais saberes e práticas agroecológicas na Escola Simão Ângelo incluem e valorizam as juventudes campesinas? Esta questão norteia a pesquisa, que tem por objetivo explorar a presença de princípios agroecológicos no currículo e fazer pedagógico da escola, envolvendo as juventudes campesinas. Justifica-se por demonstrar experiências que incluem os jovens do campo, valorizando-os.

2 Metodologia

Este trabalho adotou o método de revisão documental associado à observação da realidade escolar. Seu período de realização foi de 02/07 a 28/08/2023. Buscou-se levantar dados em repositórios como o *Research Gate e Google Scholar*, empregando

[312]Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e EEMTI Simão Ângelo. E-mail: raniere.carvalho@discente.univasf.edu.br.
[313] Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Professor na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br

os descritores: 1. Educação; 2. Ensino Médio; 3. Juventudes e 4. Campesinato. As fontes localizadas passaram por critérios de inclusão/exclusão como sua relação com o objeto da pesquisa e temporalidade não superior a 15 anos, exceto a legislação, sendo selecionadas 8 de um total de 17.

Foram identificados documentos que fundamentaram os resultados como: Coletânea Escola Aprendente (CEA), Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), Matriz de Conhecimentos Básicos (MCB), livros didáticos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. No tratamento dos dados adotaram-se princípios da análise de conteúdo de Bardin: pré-análise, exploração e interpretação.

3 Resultados e discussões

O currículo do Ensino Médio cearense é alicerçado por três documentos que trazem as diretrizes para o funcionamento das escolas em suas diferentes modalidades, inclusive, a Escola Simão Ângelo. São a CEA, DCRC e MCB. Todos são organizados por áreas do conhecimento e componentes, trazendo competências e habilidades, objetos de aprendizagem, sugestões metodológicas e avaliativas (CEARÁ, 2009; 2021a; 2021b).

Foi identificada a presença de saberes relacionados à juventude campesina como o regionalismo, ruralidade, territorialidade, protagonismo, ancestralidade, agricultura, identidade e cultura. Nos planos de ensino da escola, baseados nas diretrizes estaduais e nacionais, também são perceptíveis habilidades e competências ligadas aos jovens do campo como variação linguística regional/geográfica, movimentos sociais, povos e etnias, agropecuária, jogos e festas populares, arte e cultura e agronegócio (Esa, 2023).

O PPP da instituição contempla a valorização e o reconhecimento das experiências estudantis no seu fazer pedagógico, inclusive, advindas do campo, mencionando, por exemplo, o trabalho agrícola como fonte econômica e de subsistência de discentes e familiares, o protagonismo dos jovens, as dificuldades enfrentadas por eles e a escola em um cenário de globalização, industrialização e modernização tecnológica. Cita ainda a necessidade de uma educação integral e contextualizada, que valorize as experiências dos estudantes (ESA, 2023).

Os livros didáticos das áreas de Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza, escolhidos pelos professores em 2021 no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contemplam interdisciplinarmente saberes relacionados ao campesinato e suas juventudes como a agricultura familiar, plantas e terra, solo, matas, economia, consumo de água, os riscos dos agrotóxicos, clima, chuvas, agropecuária, culturas agrícolas e outros. Esses conhecimentos são atrelados a temas transversais como meio ambiente, saúde, cultura e trabalho (Brasil, 1997).

A escola desenvolve ações como aulas de campo, hortas e jardins, passeios ecológicos, visitas a estudantes campesinos, trocas de experiência, oferta de eletivas/clubes ligados ao campo: agricultura, meio ambiente e sustentabilidade. Também projetos científicos e pedagógicos sobre o contexto sociocultural, natureza, multiculturalismo, saúde mental, educação étnico-racial e combate ao racismo.

Considerações finais

Constatou-se que a Escola Simão Ângelo e seus documentos curriculares (CEA, DCRC e MCB) contemplam saberes e práticas agroecológicas relacionadas às juventudes campesinas, favorecendo uma educação inclusiva e integrada ao contexto dos discentes do campo e da cidade, reconhecendo e promovendo as ruralidades e vivências socioculturais. Sugere-se o aprofundamento deste tema analisando-se as diferentes juventudes do campo presentes na escola, sua pluralidade e multiculturalidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Presidência da República [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC)**. Ensino Médio. Fortaleza: SEDUC, 2021a.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Matriz de Conhecimentos Básicos (MCB)**. Folha de Expediente. Fortaleza: SEDUC, 2021b.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Metodologias de Apoio**: matrizes curriculares para ensino médio. Coletânea Escola Aprendente. v. 1. Fortaleza: SEDUC, 2009.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Sistema Integrado de Gestão Escolar. **Relatórios**. Fortaleza: SEDUC, 2023.

ESCOLA SIMÃO ÂNGELO (ESA). **Projeto Político Pedagógico**. Penaforte, 2023.

PEGA A VISÃO: fotografia participativa, culturas juvenis e educação física escolar

Thales Rodrigo de Siqueira [314]
Renata Ferraz de Toledo [315]
Bruna Gabriela Marques [316]

Resumo
Os objetivos do trabalho são conhecer e refletir percepções e experiências com jovens acerca das culturas juvenis (CV) no cotidiano escolar e co-construir espaços para o diálogo e reconhecimento das CV na Educação Física Escolar (EFE). Escolhemos a metodologia da fotografia participativa. O trabalho foi realizado em escola pública de tempo integral. Os resultados indicam para a fotografia como forma de diálogo crítico e de reconhecimentos das CV.

Palavras-chave: Culturas Juvenis. Educação Física. Escola.

1 Introdução

A escola é um ambiente diverso, onde jovens oriundos de diversas localidades, com diferentes histórias de vida se encontram e manifestam suas culturas. Dessa maneira, a Educação Física (EF), enquanto componente curricular, assumiu nova função social e passou a ser pensada a partir da perspectiva da cultura corporal (Soares *et al.*, 1992; Daólio, 1995). Com essa noção, o objeto da prática pedagógica em Educação Física escolar (EFE) deixa de ser apenas o exercício físico e passa a ser as práticas corporais, sendo elaboradas criticamente a partir de temas da cultura corporal, configurados em brincadeiras, lutas, danças, ginásticas e esportes (Soares *et al.*, 1992).

Nesse cenário, autores/as vão se debruçar sobre o referido componente curricular refletindo as práticas corporais como de tetos culturais passíveis de leitura e interpretação, componentes de problematização e de ampliação de leitura de mundo dos estudantes (Neira, 2016; Nogueira *et al.*, 2020; Siqueira *et al.*, 2020).

Assim, refletimos aspectos relacionados às (CV e em diálogo com a EF. A defesa perpassa reconhecer as CV como processos de identificação e sociabilidade, experiências sociais individuais e coletivas expressas por meio de linguagens. Sustentamos que, as CV não se reduzem apenas às minorias, as chamadas tribos urbanas, as bandas e grupos, afetam todas as juventudes, as quais vivem diariamente ou participam de algum tipo de CV (Oliveira *et al.*, 2018).

No tocante às relações entre as CV e a escola, Sposito (1996), Carrano (2003),

[314] Doutorando em Educação Física, Universidade São Judas Tadeu. E-mail: tales.621350@gmail.com
[315] Doutora em Saúde Pública e docente da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: renata.toledo@sãojudas.br
[316] Doutora em Educação Física e docente da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: bruna.marques@saojudas.br

Dayrell (2007) Lima & Lima (2012) ressaltam um certo distanciamento. Tais autores expressam a necessidade de uma melhor compreensão dos jovens dentro de seus espaços e suas formas de ser, pensar e agir.

Com isso, argumentamos que a EF, enquanto componente curricular, precisa estar atenta aos saberes e negociações que os jovens estabelecem com a cultura. Torna-se imprescindível que a escola valorize os saberes que os jovens trazem consigo para dentro dela. Portanto, a escola deve discutir a razão de ser dos conhecimentos, em uma dimensão crítica e cultural (Freire, 2020).

A investigação teve o objetivo geral de conhecer e refletir as percepções e experiências com jovens acerca das culturas juvenis no cotidiano escolar. Como objetivo específico co-construir espaços para o diálogo, problematização e reconhecimento das CV como temas nas aulas de EFE dos anos finais do ensino fundamental II.

2 Metodologia

A investigação foi conduzida no ano de 2023, dentro do componente curricular de EF, com a professora colaboradora e mais 14 participantes regularmente matriculados no ensino fundamental II, em uma escola de tempo integral, situada entre zonas periféricas do município de Lorena/SP. No processo de elaboração fomos inspirados pela pesquisa de natureza qualitativa crítica (Denzin, 2018) e na abordagem metodológica da fotografia participativa (Wang; Burris, 1997; Marques; Miranda, 2015; Meirinho, 2017).

O processo de orientação metodológica da fotografia participativa se dá por três etapas flexíveis sendo elas: **Fase preparação** - recrutamento do público alvo, definição dos interesses do grupo, capacitação dos participantes. **Fase de ação** - elaboração de workshops sobre utilização da fotografia e o desenvolvimento de **foto-diálogo**, uma técnica de questionário para promover o diálogo crítico das fotografias. **Fase de finalização** agrupamento e análise dos dados fotográficos para que seja possível realizar a exposição pública das imagens e das histórias para as autoridades e gestores, pesquisadores, pessoas da comunidade com objetivo de fomentar o diálogo e mudança nos lócus de investigação (Wang, 1999; Meirinho, 2013; 2017, Marques; Miranda, 2015).

3 Resultados e discussões

A imagem a seguir, é uma das fotografias capturadas por um dos estudantes, a qual foi submetida a técnica de foto- diálogos e mobilizou a narrativa coletiva.

Figura 1 –Expressão da juventude de periferia

Fonte: Acervo do pesquisador.

Fotógrafo participante: Chavoso
Legenda: Expressão da juventude de periferia
Palavras chave: Pintura, escola, lazer, expressão, arte, jovem, CV, hip hop, sol, quadra, ser escutado

Narrativa coletiva: Uma imagem que mostra uma pintura escrita hip hop, em um dia de sol, com céu aberto, num local de lazer. Cada jovem tem sua cultura, e alguns se expressam por meio da arte como a do Graffiti. Na maioria das vezes os adultos não ouvem os jovens, não ligam para suas culturas e até mesmo podem não apoiar suas decisões. Precisamos mostrar nossas culturas, mostrar o que gostamos, conversar com as autoridades para que possamos ter mais espaço para nos expressar e mostrar o *real significado de nossas culturas*

Considerações finais

Consideramos que a fotografia participativa atua como promotora de diálogo crítico e de reconhecimento dos saberes da juventude nas aulas de EF, proporcionando um espaço acolhedor, ao mesmo tempo, posicionando participantes em processos problematizadores e democráticos que envolviam escolhas, debates, escuta grupal.

Tal abordagem provocou tensionamentos ao movimento monocultural da escola e trouxe à tona questões como: respeito às diferenças, diálogo intercultural e a conscientização das opressões em torno das culturas juvenis expressas (Grafitti, K-pop, Grau, Slam, Animê). A metodologia auxiliou na construção de um percurso que partiu de questões do cotidiano vivencial dos participantes, mas que também conduziu a problematização da realidade em um movimento ético-político-pedagógico.

Referências

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Identidades Culturais Juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. **Diversia**, [*S.l.*], n. 1, p. 159-184, abr. 2009.

DAÓLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DENZIN, Normam. Kent. Investigação Qualitativa Crítica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2020.

MARQUES, Bruna Gabriela.; MIRANDA, Maria Luiza Jesus. Fotografia Participativa: implicações do método colaborativo para as pesquisas em Educação Física e Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [*S.l.*], v. 20, n. 6, 2015, p. 545-546.

MEIRINHO, Daniel. **A fotografia Participativa como ferramenta de reflexão indenitária**: estudo de caso com jovens em contexto de exclusão social no Brasil e Portugal. 2013. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/10955. Acesso em: 14 fev. 2023.

MEIRINHO, Daniel. O olhar por diferentes lentes: Fotografia Participativa enquanto método científico participativo. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.13, n.23, p.261-290, ago./dez. 2017.

NEIRA, Marcos. Garcia; GRAMORELLI, Lilian. Cristina. Embates em torno do conceito de cultura corporal: Gênese e transformações. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n.2 abr./jun., 2017.

OLIVEIRA, Vicor Hugo Neidel *et al*. Culturas Juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: Uma entrevista com Carls Feixa Pampols. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 311-325, jul./ago. 2018.

SIQUEIRA, Uirá Farias; MALDONADO, Daniel Teixeira; RAMOS, Graciele Massoli. Educação Física, Linguagem e Educação Infantil: aproximações com Paulo Freire. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n. edição especial, p. 1102-1113, set. 2021.

WANG, Caroloni Photovoice. **A participatrou action research strategy applied to womens health**, 1999. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10100132/. Acesso em: 14 fev. 2023.

A EXPERIÊNCIA REMOTA DE PSICOEDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PELO PROJETO NOVAS CORES: potencialidades e desafios

Rafaela Firmino Leite[317]
Ana Priscila Florêncio Queiroz Aquino[318]

Resumo
O Novas Cores, ação de extensão do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a criança, é um projeto que visa, por meio do estudo e ensino, trabalhar a temática das crianças em situação de institucionalização e, por idas a campo, trabalhar com essas crianças o ensino dos direitos humanos e psicoeducação. O presente trabalho diz respeito à extensão realizada em modalidade virtual.

Palavras-chave: Infâncias. ECA. Pandemia.

1 Introdução

O Projeto Novas Cores é um projeto de extensão vinculado ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) e que tem como objetivo propagar o ensino de direitos humanos voltado para crianças em instituições de acolhimento. Devido à longa história do Projeto, e do próprio núcleo, este passou por muitas mudanças ao longo do tempo, se moldando a partir das possibilidades de atuação que eram ofertadas em cada momento, portanto sempre houve uma certa maleabilidade na atuação.

Porém, o contexto da Pandemia de Covid-19 trouxe uma realidade totalmente nova de distanciamento social que impôs ao projeto o desafio de atuar à distância. Entendendo a importância da apropriação dos próprios direitos por parte dessas crianças que se encontram em vulnerabilidade vincular, o projeto Novas Cores se reinventou diante dessa nova realidade a fim de alcançar as instituições de acolhimento por meio da modalidade *online*.

2 Metodologia

O Projeto, em seu formato original, se organiza numa dinâmica anual de revezamento entre um ciclo formativo de capacitação dos extensionistas acerca da temática da infância no contexto da instituição de acolhimento e um ciclo prático de atuação in loco. Entretanto, devido a pandemia do Covid-19, tornou-se inviável para que os extensionistas pudessem ir a campo, necessitando que houvesse uma reinvenção da prática.

[317] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: rafaela.firmino@alu.ufc.br
[318] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: priscila.aquino@alu.ufc.br

Esquematizou-se, então, um plano de intervenção virtual, visando uma aproximação com o campo mesmo em meio ao contexto de distanciamento, de modo a possibilitar um espaço de fala e compartilhamento mesmo em condição de isolamento social.

Os encontros ministrados, sendo cinco ao todo, focaram em promover uma psicoeducação sobre direitos e uma apropriação das crianças do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo realizados via *Google Meet* - a instituição disponibilizou dois computadores para que as crianças participassem coletivamente e cada extensionista se conectava em sua própria residência.

Em decorrência das limitações do modo *online*, não era possível fazer uso de dinâmicas mais elaboradas, então foram utilizados recursos como desenho/pintura - os responsáveis pela instituição eram avisados previamente para separarem os materiais necessários e deixá-los a disposição das crianças - e jogos falados, como contação de histórias e *quizz*.

3 Resultados e discussões

Quando se pensa sobre a experiência da extensão e da intervenção em campo, sabe-se que cada momento interventivo trará suas singularidades, suas potências e seus desafios, especialmente em se tratando de instituições de acolhimento, onde há o contato com várias crianças que trazem suas histórias, suas demandas e as forma como lidam com elas, numa variedade que prova ao pesquisador, mesmo previamente capacitado, que a experiência interventiva trará sempre algo de novo.

No caso da realização de uma intervenção virtual esse novo se deu em meio a muitos outros contextos de mudança, exigindo dos extensionistas uma postura de flexibilidade, constante avaliação e reinvenção para que fosse possível manter firme a proposta de psicoeducação em direitos humanos à distância. Assim, foram observados muitos desafios, sendo o primeiro e o mais difícil deles, o mergulho no desconhecido, uma vez que não havia nenhum estudo ou treinamento acerca de como constituir uma intervenção com crianças na modalidade *online* de forma que se assemelhasse ao modelo como era realizado antes da pandemia. Sendo assim, houve muitas dúvidas sobre como estruturar os encontros e como manter o caráter lúdico deles, no sentido de pensar recursos viáveis para acessar as crianças entendendo as limitações do novo formato.

Percebeu-se que na intervenção infantil a distância é bastante limitadora, uma vez que os participantes facilmente se distraiam com outros estímulos e a vinculação via telas é muito mais árdua, já que não há a mesma troca e calor das relações que seria possível presencialmente. Para mais, houveram muitas questões em relação aos equipamentos utilizados, visto que, como havia apenas dois dispositivos para as crianças se conectarem, não havia espaço para que todas aparecessem e interagissem ao mesmo tempo, além de haver problemas com a conexão de internet em ambos os lados - tanto extensionistas quanto participantes -, o que dificultava que a mensagem fosse passada, pois constantemente o som cortava e, em momentos como esses, as crianças tendiam a se distrair e direcionar a sua atenção para outros assuntos.

Considerações finais

Mesmo com todos os contratempos, os participantes concluíram que a intervenção virtual foi uma experiência muito potencializadora, que trouxe novos alcances para as práticas psicoeducativas e que pode servir de um ponto de partida para intervenções futuras que queiram explorar este formato. Não só é possível intervir com crianças virtualmente, mas também é necessário, já que é inegável como este modelo permite o alcance de públicos que questões de locomoção poderiam impedir de alcançar. Para mais, as opções de ensino e lazer *online* ganham cada vez mais espaço, mesmo com o fim da pandemia, tornando necessário que as ações de extensão das universidades sejam capazes de acompanhar o processo de reinvenção e continuar a atender os públicos que a demandam.

Referências

ALMEIDA, Tatiana Lima de. História da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Santa Rita**, São Paulo, n. 15, p. 20-29, jun. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, [*S.l.*], v. 8, n. 1, p. 23-36, 2008.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E JUVENTUDES: reflexões na educação profissional

Lucian da Silva Barros[319]

Resumo

Esta comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa narrativa, que abordou as práticas docentes voltadas ao atendimento das juventudes em um curso de formação profissional. A juventude é uma experiência psicossocial que perpassa os sujeitos jovens, trazendo a emergência de inúmeras vivências. No cenário educacional da atualidade, torna-se importante compreender como a escola e a educação compreendem as juventudes e como consideram seus conhecimentos e vivências na construção dos currículos e no desenvolvimento das estratégias de aprendizagem. Partindo da experiência docente junto aos jovens trabalhadores, esta pesquisa teve como objetivo descrever como os saberes e vivências trazidos pelos jovens, cotidianamente, ao curso de formação profissional alteram a prática docente, possibilitando novos aprendizados para professores e alunos. Este estudo ocorreu em uma unidade escolar, na cidade de São Paulo, que oferece o curso de formação de jovens aprendizes. Os sujeitos da pesquisa foram os professores que atuam no curso de formação, assim como os próprios jovens. Como instrumento de pesquisa, optou-se por cartas, as quais foram escritas por professores e alunos, relatando seu ponto de vista a respeito do processo educacional desenvolvido. Após o tratamento analítico do material coletado, foram criados dois eixos de discussão: uma sala e muitas juventudes; tribos fora do gueto. Quanto aos resultados desta investigação, as reflexões sobre estes eixos levaram à proposição de uma Pedagogia das Juventudes, a qual se constitui em uma proposta teórico-metodológica, embasada na ecologia de saberes, como uma prática educacional que atenda aos diferentes jovens nos mais diferentes contextos.

Palavras-chave: Formação docente. Juventudes. Educação Profissional. Pedagogia das Juventudes.

319 Mestre em Educação; Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: lucian.barros@hotmail.com.

O LUGAR DE MULHERES/MÃES NA RELAÇÃO COM JOVENS NO CONTEXTO DE UMA AÇÃO COLETIVA DO AGLOMERADO DA SERRA/BELO HORIZONTE

João Paulo Mariano Domingues[320]
Jorddana Rocha de Almeida[321]
Symaira Poliana Nonato [322]

RESUMO EXPANDIDO

O objetivo da pesquisa é compreender o lugar das mulheres/mães na relação com jovens no contexto de uma ação coletiva do Aglomerado da Serra/Belo Horizonte. O estudo busca entender como se configura o lugar dessas mulheres/mães na relação com jovens, seus filhos e/ou outros jovens com quem possuem forte vínculo pessoal. A partir de pesquisa realizada anteriormente (Domingues, 2019), destacamos que a presença e participação de mulheres/mães em uma ação coletiva no Aglomerado da Serra, a Associação Seu Vizinho, parecia potencializar os jovens, o coletivo e a comunidade, por meio de suas trajetórias de vida, experiência e reconhecimento junto à comunidade. Tal fato não foi analisado em profundidade naquela oportunidade, o que justifica a pesquisa atual. Soma-se isso a observação de uma lacuna nos estudos em educação acerca da relação entre jovens e mulheres/mães. Nessas investigações, embora as mulheres/mães apareçam constantemente, elas não assumem o foco principal das nas análises. Parte-se da ideia de que compreender esse "lugar" implica estar atento aos estereótipos, aos estigmas, às discriminações que interpelam a vida dessas mulheres/mães na relação com jovens, ao mesmo tempo, às identidades, aos conhecimentos, às estratégias de sobrevivência e resistência, aos afetos e potencialidades que constituem essas mesmas mulheres e os discursos sobre elas. Esse lugar não é fixo, pelo contrário, é uma composição ambivalente que se caracteriza como fronteira, isto é, na relação com o outro, nas múltiplas identificações sociais, culturais e políticas (Bhabha, 2013; Gilroy, 2012). Esse lugar é onde se manifesta de forma mais dinâmica a diversidade de atravessamentos, as contradições, os conflitos, as ideias, os saberes e os valores que constituem as sujeitas.

Durante o processo de observação da pesquisa na Associação Seu Vizinho, no dia 15/12/2021, uma das mulheres/mães que estava presente disse: "[...] As mães mandam mesmo [no contexto do Aglomerado], mas também apanham". Na fala, é possível perceber o duplo lugar ocupado pelas mães no Aglomerado da Serra, contexto da pesquisa, em que há um reconhecimento da centralidade delas nas famílias e na comunidade, ao mesmo tempo em que elas são acometidas pela violência doméstica. O "apanham" também sugere atravessamentos de uma violência colonial, em que essas mulheres/mães, mesmo com a centralidade que lhes é conferida, sofrem com a falta de

[320] UFMG. E-mail: jmarianodomingues@gmail.com
[321] IFMG *Campus* Sabará. E-mail: jorddana.rocha@gmail.com
[322] UFMG. E-mail: symaira.nonato@gmail.com

dinheiro, subempregos, abandono afetivo, entre outras coisas. Nesse caso, elas parecem expressar que “apanham” da rotina e da vida que estão circunscritas por um sistema colonial que reserva a elas e aos seus (filhos, família e comunidade) uma condição de subalternidade. A presença e a participação dessas mulheres/mães parecem fortalecer, de modo geral, os jovens, o coletivo e a comunidade. Mais do que isso, entretanto, ao serem reconhecidas e se colocarem frente ao grupo, parecem questionar o lugar social imposto às mulheres e fomentar uma construção social a partir do ponto de vista das mulheres negras e moradoras do Aglomerado da Serra. A presença e a participação dessas mulheres/mães sugerem um acúmulo de saberes e valores aos quais os jovens recorrem constantemente. Além disso, apresenta um potencial de transformar o imaginário e a visão reducionista sobre as mulheres, os jovens e a comunidade, afirmando por vezes outras lógicas de viver as relações, baseadas no trabalho coletivo e na defesa dos bens comuns.

A análise parcial dos dados possibilitou perceber que a experiência dos jovens da Associação Seu Vizinho se mostrou como uma forma de existência, insurgência e afirmação cultural de grupos sociais excluídos socialmente, marginalizados culturalmente e explorados economicamente, com seus corpos, territórios e modos de vida. As mulheres/mães aparecem ao longo da pesquisa com intensidade e são centrais na produção dessa experiência social. Como metodologia, optamos pela etnografia e suas ferramentas, a observação participante e a entrevista narrativa, buscando aprofundar na compreensão das experiências dessas sujeitas. Outras perguntas ainda surgem para auxiliar a problemática: como se explica e como podemos compreender a centralidade conferida a essas mulheres/mães? Como as mulheres/mães vão se constituindo/construindo neste lugar de centralidade? O que justifica a presença e/ou ausência desta centralidade? Quais as potencialidades e os limites dessa relação, tendo em vista a questão geracional? Quais são os saberes e valores construídos nessa relação?

Palavras-chave: Mulheres. Jovens. Geração.

OFICINA PEDAGOGIA DAS JUVENTUDES: uma proposta *online* para a formação de professores

Lucian da Silva Barros[323]

Resumo

Esta comunicação apresenta parte dos resultados de uma dissertação de mestrado em educação, que visou refletir a respeito da formação de professores no campo da atenção às juventudes. Compreende-se a formação de professores e a construção de uma escola para as juventudes, como desafios da educação na contemporaneidade. Nessa intenção, aliar as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC´S) com processos de formação parece ser uma possibilidade de qualificar o trabalho dos professores, aproximando-os das demandas reais dos alunos. O objetivo desse texto é apresentar uma proposta de construção de um Objeto Digital de Aprendizagem (ODA), intitulado *Oficina Pedagogia das Juventudes*. Ele tem como foco a formação de professores para a prática junto às juventudes em diferentes contextos educacionais. Sua construção está baseada nos princípios do desenho universal para aprendizagem (DUA), os quais visam: proporcionar modos múltiplos de apresentação; proporcionar modos múltiplos de ação e expressão; proporcionar modos múltiplos de auto envolvimento (engajamento). A metodologia de desenvolvimento seguiu as etapas de inspiração/ideação, escolha de pressupostos técnicos, prototipagem, desenvolvimento, validação e, por fim, divulgação. A Oficina *Pedagogia das Juventudes* se constitui em uma proposta teórico-metodológica, embasada na ecologia de saberes, como uma prática educacional que atenda aos diferentes jovens nos mais diferentes contextos. Este objeto digital de aprendizagem inicia um diálogo, mesmo que a distância, com diversos professores e se manterá aberto a revisões e atualizações. Buscou-se, então, não apenas apresentar a ferramenta, mas também demonstrar seu processo de construção, a fim de inspirar a construção de ferramentas educacionais que atendam às necessidades de cada contexto e realidade escolar.

Palavras-chave: Formação de professores. Ecologia de saberes. Pedagogia das Juventudes.

[323] Mestre em Educação; Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: lucian.barros@hotmail.com

Grupo de Trabalho 15 – Juventudes, gêneros e sexualidades: práticas, identidades e feminismos

Coordenadores: Jacqueline Cavalcanti Chaves (UFRJ- RedeJubra-BR); Joyce Louback- (UFRJ-BR)
Nina Queiroz Kertzman (Escola Eliezer Max-BR)

E AÍ, VAI ASSUMIR? O conceito de parentalidade precedente como abordagem sociológica do fenômeno da gravidez na juventude

Carla Juliana Loiola de Oliveira[324]
Antônio Cristian Saraiva Paiva[325]

Resumo
A juventude estaria associada a um período passível de se postergar algumas "exigências" sociais, como a parentalidade. Este estudo objetiva lançar um olhar sociológico para tal fenômeno. Assim, entrevistaram-se três jovens casais (cis e heterossexuais), a fim de analisar a (re)significação da experiência da parentalidade para eles e, como construção analítica, chegou-se à proposição do conceito de "parentalidade precedente" referente à reorientação de expectativas individuais e sociais depositadas nesses corpos.

Palavras-chave: Juventude. Parentalidade Precedente. Gravidez na Adolescência.

1 Introdução

Ao longo do advento da modernidade, a juventude passa a ser considerada uma categoria emergente do ciclo vital "etapista" e teleológico que se configurou para o ser humano. Desta feita, é possível pensar a juventude como um estágio de transição entre a infância e a vida adulta percebido em uma conformação de moratória social, tal como propõe Erik Erikson, citado em Groppo (2017).

Assim, a juventude estaria associada a um período de sua trajetória que lhe permitiria postergar algumas "exigências" sociais, dentre elas, a parentalidade. Entretanto, de acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), a cada sete bebês nascidos, um é filho de mãe adolescente. Portanto, justifica-se a problematização em torno dessa temática e desenvolve-se o presente estudo com o objetivo de lançar um olhar sociológico para este fenômeno.

2 Metodologia

O presente estudo se propõe descritivo, de natureza qualitativa realizado com três casais de adolescentes, cis e heterossexuais, que passaram pela primeira vez por uma experiência de gravidez. Os participantes, selecionados a partir da inserção dos pesquisadores em ambiente escolar – escolas públicas de ensino médio/técnico do estado do Ceará –, tinham idades entre 16 e 19 anos e, no momento do nascimento do bebê, moravam juntos e possuíam nível socioeconômico baixo. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas que foram submetidas à análise de discurso/conteúdo.

[324] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: juliana.loiola87@gmail.com
[325] Pós-Doutor e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: cristianspaiva@gmail.com

3 Resultados e discussões

Os principais resultados indicaram que os jovens atribuíram à paternidade e à maternidade (parentalidade) uma experiência que promoveu amadurecimento pessoal, passado um momento inicial, ao tomarem conhecimento da gravidez. Os jovens pais mencionaram principalmente suas atribuições como os responsáveis pelo provimento da família, sobretudo no aspecto financeiro, enquanto as jovens mães se ativeram mais às suas vivências de cuidado com o bebê (De Souza *et al*., 2022).

Os resultados sugeriram que os jovens pais foram apontados por suas jovens companheiras como importantes fontes de apoio, tanto no período da gestação, quanto após o nascimento dos bebês, inclusive, ao participarem de atividades envolvidas no cuidado das crianças, tais como: banhar, alimentar, colocar para dormir, etc. apesar de também terem sido apontados alguns percalços em relação ao exercício de outras atividades, como por exemplo, a dificuldade para a continuidade dos estudos.

As análises observadas contribuíram ainda para a formulação do conceito de parentalidade precedente, que de modo sucinto, é uma parentalidade que ocorre em um "estágio da vida" no qual, em tese, as expectativas (da sociedade, dos pais, dos pares, dos próprios jovens) para esses corpos jovens são outras. Precedente porque, em tese, anteciparia algo que não se esperaria (socialmente e individualmente) desses jovens nessa etapa da vida, mas não necessariamente *precoce*, tendo em vista que esse termo pode evocar a ideia de que se possui o saber sobre qual seria a idade “correta” para a gravidez e, consequentemente, o controle sobre o corpo do outro. Precede algo que se (re)significou de tal forma que já não mais será como possivelmente seria, caso não houvesse a experiência da parentalidade.

Considerações finais

Diante das inúmeras problemáticas que atravessam as vivências dos jovens, uma problemática, em especial, merece destaque: a gravidez não planejada. Tal fenômeno parece ser interpretado negativamente pelos jovens, em um momento inicial – tomando como marco a descoberta da gravidez. Entretanto, à medida que a gestação avança, alguns jovens pais, ao contrário de muitos, escolhem dar suporte às jovens mães e assumirem a paternidade, tal como essas jovens mães, que optam por dar seguimento ao processo gestacional (De Almeida Costa *et al.*, 2014).

A partir das significações dos jovens, relativas às suas experiências parentais, propus o termo **parentalidade precedente** como uma abordagem sociológica do fenômeno. Tal termo faz referência a expectativas sociais e/ou individuais que parecem se desfazer ou se refazer mediante a experiência parental. Dito de outra forma, tal fenômeno se refere à experiência de parentalidade em um momento da vida no qual haveria ali um "depósito" de expectativas sociais e/ou individuais naquele corpo que seriam reorganizadas mediante as experiências de pai e de mãe. Vale ainda ressaltar a importância da continuidade de pesquisas nessa área, tendo em vista a ocorrência significativa desse fato como evento social.

Referências

DE ALMEIDA COSTA, Marcela Medeiros *et al.* A maternidade e a paternidade: o olhar do casal adolescente. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [*S.l.*], v. 27, n. 1, p. 101-108, 2014.

DE MARTINO BERMÚDEZ, Mónica Solange. Ser padres y madres a edades tempranas. Experiencias y significados. **Prisma Social: revista de investigación social**, [*S.l.*], n. 23, p. 208-234, 2018.

DE SOUZA, Jeane Barros et al. PATERNIDADE E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O PRESENTE E O FUTURO. **Revista Educação-UNG-Ser**, [*S.l.*], v. 17, n. 3, p. 34-46, 2022.

DELGADO, Jacqueline Benavides. Moratoria social y embarazo adolescente. **El Ágora USB**, [*S.l.*], v. 21, n. 1, p. 225-236, 2021.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

A ESCRITA DE UMA MULHERZINHA É RESISTÊNCIA AOS PADRÕES PRÉ-ESTABELECIDOS

Weslley da Silva Rodrigues[326]
Shara Jane Holanda Costa Adad[327]

Resumo
Este artigo é parte da minha dissertação e nasce de implicações pessoais e acadêmicas, tendo como base os trajetos e as performatividades de jovens *gays* nos contextos escolares. Objetivo geral foi o de analisar a percepção de si de jovens *gays* nas performatividades, presentes nos trajetos escolares de resistências que problematizam os valores pré-estabelecidos e rompem com a invisibilidade na escola. O estudo tem como Abordagem a Sociopoética. O corpo *gay* é atravessado por cicatrizes, práticas e pedagogias da exclusão, seja na escola, seja fora dela, esse corpo está mais suscetível à violências na relação consigo mesmo, com a família e com outros; performatividades que problematizam os valores pré-estabelecidos; percepções de si.

Palavras-chave: Performatividades. Trajetos de Resistências. Jovens Gays. Contextos Escolares. Sociopoética.

ESCRITA DE MULHERZINHA INCOMODA FAZENDO MANIFESTAÇÃO POLÍTICA

Escrever, para mim, é dançar. Algo que me dá prazer e me faz sentir vibrante. Porém, ao ouvir o discurso machista do meu orientador no período da graduação: "você escreve como uma **mulherzinha**.[328] Cheio de emoção. Parece que estou lendo um poema. Seja *técnico*. O que a gente sente não importa para academia. É balela". Esse comentário me bloqueou. Não foi fácil prosseguir na pesquisa. Mas resisti. Estou falando a partir do **meu lugar**, rompendo com o academicismo clássico e dominador que pouco se importa com as experiências dos corpos.

Ao escrever este texto passei por dificuldades e a fala do professor tornou-se um gatilho produtor de medo. E, dessa vez, a abordagem qualitativa me escolheu para

[326] Mestre em Educação (UFPI), Professor Efetivo da Prefeitura Municipal de Teresina – Piauí, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em "Educação, Gênero e Cidadania" (NEPEGECI) e o Observatório das Juventudes e Violências na Escola (OBJUVE). E-mail: Weslley_rodrigues02@hotmail.com
[327] Doutora em Educação, Professora Associada da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Integra o Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPI, Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em "Educação, Gênero e Cidadania" (NEPEGECI) e o Observatório das Juventudes e Violências na Escola (OBJUVE). E-mail: shara_pi@hotmail.com
[328] Este texto traz alguns elementos do meu artigo *A escrita de uma mulherzinha na universidade*, publicado em 25/04/23 na Revista FT, edição 121, ISSN 1678-0817.

trilhar com ela. O método da Sociopoética foi um encontro. Ele me autoriza a ser quem eu sou – e levando em conta os seus cinco princípios eu tenho certeza de produzir um potente estudo.

Desse modo, falando do meu lugar, compreendo que no caminhar existem as formas de "governabilidades" que implantam necropolíticas, as quais podem ser caracterizadas como uma gestão política de morte que silenciam vozes e ditam corpos que podem viver – isto é, um conjunto de dispositivos e de técnicas que decidem quais corpos são matáveis e quais não são. Um reflexo disso é o número de 689 mil mortes pela Covid-19, conforme o Painel do Coranavírus Brasil de 2022. Atualizado em: 24/11/2022 às 12h34min. Acesso em: https://covid.saude.gov.br/.

Assim, o andar incerto é um território com limites, porém um corpo tem as suas fronteiras. Lugar de comunicação, trocas e produção de outros mundos. Por isso, para pensar no início desse trajeto de pesquisa, foi necessário voltar-me ao meu corpo – minhas marcas/cicatrizes visíveis e invisíveis, a fala, a expressão corporal, o sentir, o dançar que vivem em mim, que produzem vida, arte, cultura e conhecimentos apoiado em minhas vivências e experiências.

Em virtude disso, de antemão, peço a quem for ler/ouvir/apreciar este estudo – permita-se dançar de *olhos vendados*[329]. Siga o fluxo do movimento. Permita-se desnudar o corpo para uma experiência vívida, livre de julgamentos e sem a expectativa de ofertar soluções. Proponho, portanto, que se deixe fruir na produção coletiva do sentir-pensar a vibração de novos mundos, outras maneiras de problematizar o tema-gerador: o jovem gay.

Na ação de escrever esta dissertação, tendo como base as minhas vivências e experiências, sinto-me pesquisando com o corpo inteiro, olhando para o mundo – uma pesquisa encarnada, tão visceral, como se eu utilizasse um bisturi para dissecar e apresentar – meu corpo. Rabiscos em mim/nós. Pesquisar com/entre jovens gays é dar passagem de voz, por meio da qual, podem definir suas realidades e contar suas histórias, apresentar suas experiências distintas e outras perspectivas. Não quero enfatizar a dor. Mas sim, anular as amarras, violências e silêncios guardados comigo, com o outro e o mundo ao nosso redor.

Para isso, foi necessário conhecer a temática "juventudes" e seus atravessamentos. Nesse processo foi extremamente significativo participar do curso de Extensão Juventudes, Escola e Projetos de Vida na BNCC, pois estudar as juventudes é criar elos – a partir dela podemos fazer relações com a infância e a vida adulta, afinal, as/os jovens são a sociedade. Os coletivos juvenis contemporâneos são sujeitas/os de direito, seres políticos que produzem torções nos padrões culturais normativos, na sociedade, na política principalmente na educação.

Por essa razão, como pensar escola e as/os estudantes sem conhecer suas diversidades, diferenças e vulnerabilidades? Essa pergunta me instiga. Afinal, nenhum/a docente em meu trajeto escolar buscou conhecer minha história – saber sequer um pouco sobre mim – as minhas vivências e experiências parecem não ter importância para escola.

[329] A modernidade nos deixou prejuízos para o nosso enxergar.

Afirmo que não aprendi na escola, tampouco na Universidade (formação inicial), *a escutar e cuidar das pessoas*, principalmente a conhecer suas histórias de vida. Atualmente, me sinto; reaprendo a ser aluno e professor com o Programa de Pós-graduação em Educação, especialmente com auxílio de minha orientadora Professora Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad.

Reconhecer-me nessa dinâmica e interagir com as vivências e experiências no mestrado é uma transgressão – outra pedagogia. Uma pedagogia que faça pensar e inventar uma formação mais coletiva. Observo nas relações educacionais a existência de barreiras divisoras da educação assim como também da sociedade – uma delas é viver em bando. Semelhante a um imenso rizoma – uma planta, da qual, as raízes buscam nutrientes para a criação de novos ramos, estes propícios à troca de saberes e à interação dos pares com as diferenças.

O modelo de formação utilizado na minha licenciatura em Educação Física me ensinou a servir ao capitalismo e a reproduzir o ideal de que é preciso superar todos os obstáculos, inclusive eu mesmo, para conseguir o "sucesso" – todavia não sei se me tornei uma máquina produtora desse formato. Mas havendo me tornado, estou empenhado em reaprender novos modos e práticas que possibilitem criar outra educação e novas pedagogias transformadoras de novos mundos, capazes de perceber as diversas formas de existências e de vir a ser.

A estrutura escolar vigente não se importa com todos os corpos, mas com a capacidade de produção oferecida por eles para o sistema – a educação enxerga/avalia esses corpos de forma numérica e conceitual; ensinando-os à/na individualidade, objetividade, competição e à/na exclusão e não para aprenderem a/na coletividade.

Por isso, eu escolhi ser docente e fazer uma prática sensível diante do que está pré-estabelecido. Na verdade, meu corpo não é o padrão para a caixinha pedagógica – sou um jovem do interior, gay, gordo e empobrecido. Parafraseando a canção de Gloria Groove "E a bonequinha/ Tá cheia de graça/Ela não brinca/Ela pirraça/Ela é zika/Ela esculacha/A bonekinha/ Tá fora da caixa/".

Aproveito para explicar que a "bonekinha" integra o quadro de docentes efetivas/os da Prefeitura Municipal de Teresina-Piauí, onde ministro os componentes curriculares de Educação Física, Dança e Teatro na Escola de Tempo Integral Marcílio Flávio Rangel para vinte e duas turmas do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental.

Enfatizo que a gestão municipal indeferiu meu processo de afastamento para capacitação profissional. O sistema, por mais que dificulte a formação continuada de professoras/es, não foi capaz de impedir a realização do meu sonho de ser estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPI).

Para esse passo inicial, utilizo o meu memorial produzido em 2021 na disciplina de Análise Institucional e Cartografias das Práticas Instituintes de Pesquisa em Psicologia cursada no Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR, no qual relato as minhas linhas/rabiscos: cruzadas, espiraladas e labirínticas de uma trajetória de vida e experiência artística com performatividades, criação e resistência de ser quem sou, mas que aprendeu também a silenciar seus desejos e prazeres conforme o modelo patriarcal – que estabelece o poder do homem "macho" nas relações sociais. E, posteriormente, fiz uso desse diário de itinerância, o qual se tornou uma espécie de figurino utilizado nesta dança.

Contudo, tais linhas/rabiscos tornam-se mais visíveis agora, tendo em vista a desconstrução lógica binária que, por muito tempo, me fez olhar as *gays pessoas* na perspectiva de inferioridade (vestígios do legado colonial). Quando o ideal de "homem" é contrariado, sucede-se um estranhamento o qual acarreta essa dualidade estrutural e delineia os caminhos marcados pelos interesses dominantes "não humanos". Logo, necessitava me converter – vivia no pecado, à margem de não ter salvação. Consequentemente, foram edificados círculos labirínticos no meu mover – um corpo colonizado/colonizador, homofóbico – isso me faz questionar sobre o lugar de onde sou.

Essa ideia me faz refletir acerca das ações de invisibilidade que adormecem meu corpo como, por exemplo, nas muitas vezes que me senti incapaz de concluir algo em minha vida, seja por não acreditar na minha capacidade por achar que meu conhecimento é inferior se comparado às performances de professores e estudantes; seja pela tentativa da sociedade tentar naturalizar a ausência de pessoas *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e o + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero* – LGBTQIA+ em lugar de destaque. Quantas vezes eu chorei conversando com Deus: "Senhor, por que eu sou assim"?

A ausência de representatividade LGBTQIA+ na minha trajetória social e escolar me despontencializou fisicamente e emocionalmente – passei a ter uma postura heteronormativa, insegura, pensativa e dispersa. Quando estiver em algum espaço e houver poucos do seu bando, incomode-se. É preciso se posicionar para que outros possam ocupar seus lugares, de ordem pública ou privada, a fim de garantir visibilidade, o acesso, a permanência e o respeito a todos e por todos.

Desde o início da minha trajetória, carrego as memórias que convivem e conviveram em meu corpo juntamente com um misto de alegria e dor. Então, opto por relatar essas duas vivências, pois ocultando uma e edificando outra, eu não seria capaz de abordar minha identificação de resistência cultural, relacionando-a à minha linha de educação diversidade/diferença e inclusão no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Federal do Piauí. Para possibilitar esse "link" ao passado, foram necessárias cinco tentativas até a tão sonhada aprovação do mestrado.

Antes de tudo, eu preciso gritar! Para isso, trago o trecho da canção "O que se cala" de Elza Soares:

> O que se cala
> "Mil nações moldaram minha cara
> Minha voz uso pra dizer o que se cala
> O meu país é meu lugar de fala".

Aproveito, para por meio da música, defender meu lugar de fala e de outros corpos, os quais o sistema tenta silenciar e apagar mediante práticas, padrões e tantas outras formas de segregar, rotular e impedir o nosso andarilhar – meu corpo gay é uma afronta por onde ele passa. Nossa juventude quer gritar, quer falar! Se preciso for, ela irá vomitar. A luta pelo direito à Educação, Saúde, Cultura e o Bem viver deve ser incessante. Com o objetivo de ocupar as escolas, as Universidades, seus currículos, suas práticas e bibliografias – chega de tentar calar e invisibilizar corpos, histórias e experiências dos jovens gays.

Eu fui uma criança que não brincou. Mergulhado em repressões que me faziam invisibilizar meu ser, também absorvia preocupações do ambiente de insegurança

construído pela relação conflituosa entre meus pais. Os meus primeiros brinquedos foram responsabilidade familiar e a preocupação em "ser alguém" – tive que crescer de forma precoce. Meu pai chegava em casa alcoolizado, após dois ou três dias de farras. Minha mãe não tinha o direito de fazer qualquer reclamação.

Cresci acompanhando o sofrimento e ouvindo as lamentações da minha mãe. Passamos por muitas necessidades, seja pela falta de alimentação, seja pela ausência de afeto, respeito e cuidado. Meu pai operava a relação conjugal e familiar de forma machista – um "macho escroto" construído pelo patriarcado e treinado a pensar que a mulher é submissa ao homem – logo, ela deve aguentar as violências e abusos em silêncio, tudo em nome do compromisso selado no matrimônio para manter a família.

Como resultado, meu corpo passou por transformações, um dançar desencontrado que se constituiu mutante – um bicho camuflado, observador, silencioso e feroz ao se defender. Eu precisei me *camuflar* para me adaptar e subsistir às violências e preocupações na infância. Então, me questionava: como ter o meu pai na condição de referência/espelho? Manuel de Barros disse:

> Quando eu nasci
> o silêncio foi aumentado.
> Meu pai sempre entendeu
> Que eu era torto
> Mas sempre me aprumou.
> Passei anos me procurando por lugares nenhuns.
> Até que não me achei – e fui salvo.
> Às vezes caminhava como se fosse um bulbo. (Manuel de Barros)

A escola me ensinou que a palavra pai era sinônimo de herói/melhor amigo/protetor. Porém, percebo que a história, a cultura, a sexualidade e a escrita é uma invenção. Inclusive, a escrita dá sentidos, significados e expectativas às palavras que destoam da exatidão dos fatos, vivências e experiências – o que há de fato é um jogo de poder por meio do discurso. Quem pode falar? A palavra viva torna-se morta conforme o ditar dos interesses que circulam ao redor do dominador.

Contudo, para obter essa percepção, não foi preciso fazer leitura de livros ou estar em sala de aula, simplesmente bastou entrar na frente do meu pai, o qual estava com uma colher de pau na mão, para defender minha mãe de uma agressão física – *Eu*, criança de oito anos de idade. Pequeno. Indefeso.

Nesse trajeto de criança me indagava: se eu era o problema da minha família; Ou se a minha existência era o motivo para tanto sofrimento. Afinal, era nítida a indiferença que meu pai a mim dispensava. Sem ele, inventei um campo de fortaleza dentro de mim – uma armadura de proteção. Eu me fiz o meu próprio pai. Também pai de minha irmã. Um amigo leal da minha mãe. Assumi uma responsabilidade/papel que não me pertencia, que não deveria ser para um filho ou uma filha na infância ou na adolescência.

Quando ganhei uma bicicleta do meu pai, imaginei que seria uma forma de estarmos juntos. Um novo recomeçar. Porém, ocorreu algo que se torna fora da lógica: foi como ganhar alguma coisa, mas não a possuir completamente. Novamente, com

ausência dele eu aprendi a andar de bicicleta. Quantas tentativas e quedas até eu conseguir me equilibrar e sair do lugar.

Ressalto que caí, caí e caí. Ralei os meus joelhos – chorei! Quantas vezes eu olhei para trás, (pare, respire e imagine). Esperei alguém me incentivar. Falar que a dor iria passar. "Filho, não desista! Estou Aqui!" Aprendi a secar sozinho as lágrimas que percorriam minha face e busquei ressignificar ausência do meu pai: ele realizava um trabalho braçal em decorrência do meu avô ter falecido quando meu pai era apenas um bebê; minha avó ficou viúva com treze filhos, não sendo capaz de possibilitar a eles a oportunidade de estudar. Sim, meu pai é analfabeto do mesmo modo que também seus pais não tiveram acesso ao estudo. Logo, diante desse contexto entendo ausência dele. Todavia, atualmente a nossa relação passou por boas mudanças e, aos poucos, estamos resgatando e construindo os vínculos entre pai e filho. Mas o patriarcado e o preconceito me impediram de ter uma infância e adolescência "felizes".

Afirmo que minha vontade de aprender e me superar foram maiores do que as dificuldades que me forçavam a desistir. Peguei minha bicicleta e continuei o meu desafio em busca de mais conhecimento. Nessa fase da vida eu decidi olhar para o mundo como artista – "é um olhar para baixo que eu nasci tendo" (Manoel de Barros).

Nesse universo, compreendo as juventudes como um dos seguimentos que são afetados por práticas e concepções as quais foram naturalizadas nas relações sociais e institucionais ao longo de nossa história e que ficam bem evidentes em nossas reminiscências. Apesar disso, o resultado foi uma *metamorfose* – transformação de vida[330]. E, nesse contexto, "a condição de ser afetado, é também o lugar onde algo estranho pode acontecer, onde a norma é rechaçada ou revisada, ou onde começam novas formulações de gênero" (Butler, 2014, p. 7, grifos nossos).

Assim, na maioria das vezes, as juventudes LGBTQIA+ são retratadas de maneira subalternizada ou então reduzida à condição de impuridade, revelando-se, dessa maneira, que os espaços na sociedade eram distribuídos a partir do pertencimento cis-heteropatriarcado de cada pessoa ou de cada grupo de pessoas. Dentro do universo das desigualdades, a juventude LGBTQIA+ tem sido um dos grupos que sofre os impactos desse processo que foi institucionalmente naturalizado por práticas, currículos e políticas públicas.

Ao analisar os diferentes recortes (etário, etnia, gênero), observo que há um retrato de como as práticas discriminatórias foram utilizadas para culpar essas comunidades pelo fracasso delas, por não aproveitarem as regalias oferecidas pelo sistema. "Muitas dessas imagens ilustravam os livros didáticos, outras circulavam de outras formas: cartazes, revistas, jornais, novelas e programas humorísticos" (Oliveira, 2017, p. 21).

Nesses programas humorísticos, os "risos" tornaram-se "chacotas" – violências contra pessoas com deficiências, pretas, gordas, LGBTQIA+, isto é, que acabam

[330] O prefixo "trans" – que seja entendido por "jovens gays", emerge e se destaca como uma categoria subversiva por instaurar, diante das normas estabelecidas, fatores que possibilitam novas vivências e tensionam toda a cena do contexto social, posicionando suas ações e refutando a "heteronorma" ou qualquer imposição social preestabelecida. Assim, o sufixo "formação" – a criação e resistências no processo de formação. A palavra "vida" nesse contexto deve ser compreendida "vida-arte", experiências de juventudes que tentam transformar realidades por meio da arte.

repercutindo como sinônimos de desprezo, fraqueza, limitação e submissão, em uma sociedade colonizada como se as sexualidades e os "corpos diversos" fossem insanos, abjetos e anormais. Logo, sua participação deveria ser "cancelada" das relações com os espaços sociais e de "escolarização". Isso reafirma a necessidade de compreender a sociedade enquanto constituída de corpos diversos [331], logo, onde há resistência, há poder.

A comunidade LGBTQIA+ é um movimento político e social que defende as diversas sexualidades e formas de amar, bem como buscar mais representatividade e direitos para essa comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais *inclusão* e respeito às diversidades/diferenças. Cada letra representa um grupo de pessoas que sofrem diferentes tipos de violência simplesmente pelo fato de não se adequarem àquilo que foi normatizado como sendo o "padrão" na sociedade.

A partir da identidade de gênero rememoro a experiência vivenciada em (2020) que me fez produzir o projeto inicial deste estudo. Enquanto docente da área de conhecimento da dança presenciei a violência e a discriminação de alguns professores/as e alunas/os e, inclusive, de uma pedagoga que riram de um jovem por seus "traços afeminados" ao pedir para ser tratado pelo gênero feminino. Nesse momento a pedagoga responde: "ainda não é tempo de você saber se é "menino" ou "menina"! Por isso, dê-se ao respeito!".

Ou seja, uma reprodução linear das concepções religiosas/sexuais/generificadas de Damares Alves (2019), Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Governo Bolsonaro nas quais "menino veste azul e menina veste rosa". Comprovando-se, então, a violência imposta às crianças/jovens *gay*s em contextos escolares.

Esse fato foi exposto na sala de professoras/es com tom de "riso". Ratificando que a sociedade contemporânea se constituiu sob um processo heteronormativo [332], sendo a educação disciplinar uma das instâncias pedagógicas da Educação Básica. Ressalto que alguns colegas de trabalho acharam isso muito engraçado! Esse riso foi o mote para que eu fizesse uma reflexão, sobretudo, se a expressão "dar-se ao *respeito" significaria o silenciar de corpos.* Em vista disso, o "poder" controla e disciplina minuciosamente os corpos e não precisa de um espaço fechado para funcionar e atingir a/o sujeita/o.

Por isso, saliento que foi difícil permanecer na minha trajetória escolar. Agradeço aos meus pais: uma mulher com o ensino fundamental, merendeira escolar e um homem analfabeto, carpinteiro, cujos pais também não tiveram oportunidade de estudar – uma benzedeira e um vaqueiro; meus avós maternos eram um agricultor rural e uma dona do lar; e à minha madrinha, irmã de minha mãe, uma empregada doméstica não alfabetizada. Até o exato momento eu sou o único da minha família que tem um curso superior.

Aproveito para agradecer por ter participado de programas como: Programa de Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta; usuário do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Adolescente), para o qual, posteriormente, retornei com

[331] Corpos diversos: corpos não normativo-dissonantes.
[332] Processo heteronormativo: é a ideia de que apenas relacionamentos heterossexuais - isto é, entre pessoas de sexos opostos - são considerados corretos ou normais.

formação superior e tive a oportunidade de atuar na coordenação, mas com outra nomenclatura: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 15 a 17 anos (SCFV).

Esse é meu lugar – um jovem nascido no dia 24 de fevereiro de 1992 na zona rural de Piripiri-Piauí, que segundo (Abramo, 1997, grifo nosso) "*as juventudes presentes* nessa fase histórica se configuram como uma categoria social, formada por símbolos contemporâneos e marcada pelo resgate de valores à sombra dos valores adultos".

No entanto, através da dança comecei a reivindicar direitos e ocupação de espaços, sejam eles a escola, os programas sociais, a universidade, a rua, inclusive, na produção dos conhecimentos – a violência, invisibilidade e os silenciamentos de corpos nos incentivaram a estudar e pesquisar para a educação, diversidades/diferença.

A dança foi minha fuga! Um encontro com a potência do meu corpo. A possibilidade de pertencimento na educação com/entre jovens, o fazer artístico desvalorizado pelas instituições, sobretudo, a escola, mas que nos trouxe a realização acadêmica e profissional.

Destarte, o mover-se é o meu novo *ciclo* com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de educação diversidades/diferença e inclusão. Mas, foi no habitar do Núcleo de Estudos e Pesquisas em "Educação, Gênero e Cidadania" (NEPEGECI) e o Observatório das Juventudes e Violências na Escola (OBJUVE), onde suscitou em mim o sentimento de estar *vivo*!

Ou seja, estar vivo, isto é, reimaginar o mundo em cada gesto, palavra, relação com o outro, modo de existir - toda vez que a vida assim o exigir (Rolnik, 2018, p. 195). Principalmente, por estar descontruindo um corpo marcado com/entres sociopoetas, afetos e poéticas, aproveitando para expressar a importância do NEPEGECI e do OBJUVE nesse caminhar.

Investigo as/os jovens estudantes porque, normalmente, elas/es têm expressivo potencial criador pois apresentam novas concepções culturais, sociais e políticas; e provocam a sociedade no que diz respeito aos desafios do mundo globalizado. Por conseguinte, as juventudes propõem diferentes formas de ver, entender e se relacionar com a vida. Seja por meio das redes sociais, produções musicais, danças, dublagem de vídeos; seja por meio de outras técnicas que possibilitam encontros, modos, linguagem e comunicação.

Desse modo, levantamos como problema de pesquisa:

O que os jovens *gay*s pensam sobre si e quais são as performatividades presentes nos trajetos de resistências que problematizam os valores pré-estabelecidos e rompem com a invisibilidade nos contextos escolares?

O problema teve como desdobramento as seguintes questões:

a) Qual a percepção de si de jovens *gays* nas performatividades presentes nos trajetos escolares de resistências que problematizam os valores pré-estabelecidos e rompem com a invisibilidade na escola? b) De que maneira as performatividades de jovens gays presentes nos trajetos escolares de resistências que problematizam os valores pré-estabelecidos e rompem com a invisibilidade na escola?

Com efeito, o objetivo geral é: analisar a percepção de si de jovens gays nas performatividades presentes nos trajetos escolares de resistências que problematizam os valores pré-estabelecidos e rompem com a invisibilidade na escola. Os objetivos específicos: Identificar a percepção de si de jovens gays nas performatividades presentes nos trajetos escolares que produzem resistências aos valores pré-estabelecidos nos contextos escolares, conhecer a percepção de si de jovens *gay*s nas performatividades presentes nos trajetos que problematizam a invisibilidade nos contextos escolares.

Em vista disso, o interesse pelo aprofundamento no estudo desta temática recai sobre a importância na construção social da identidade, em especial, de jovens como atores sociais criativos, no consumo cultural e nos movimentos sociais – isto é: no caráter distintivo das culturas juvenis locais num mundo globalizado. Assim, o assunto em estudo sobre os jovens gays contribuirá significativamente para fomentar reflexões sobre a representação das diferenças; romper com os valores pré-estabelecidos e modos de invisibilizar, silenciar e matar pessoas LGBTQIA+ quando não as desconsideram vidas que importam.

Como diz Butler (2014), se algumas vidas não são percebidas como vida, "a dimensão ética é o que nos permite exercer a liberdade e resistir" como poesia. Logo, reconhecer as multiplicidades é romper com tecnologias que fazem morrer – não é só o Estado que aplica a injustiça, indiferença e a violência, mas também o sujeito. Portanto, Lugones (2019, p. 371) afirma ser a tarefa decolonial: "a necessidade de mostrar as contribuições epistemológicas produzidas por sujeitos que habitam o fora do pensamento patriarcal colonial moderno.

Assim, Heloísa Hollanda com o livro *Explosão Feminista*, lançado em 2018, pondera:

> A existência de uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. *Enfim, outra geração* (Hollanda, 2018, p. 12, grifo nosso).

No destaque: "enfim, outra geração" pode sintetizar a potência das juventudes contemporâneas diante dos enfrentamentos, desafios e padrões pré-estabelecidos pela sociedade, fazendo uma comparação da sua geração feminista jovem. Neste estudo optei por utilizar a palavra juventudes (no plural), no intuito de dar maior visibilidade às diversidades/diferenças desse grupo, rompendo, pois, com as recorrentes homogeneizações de jovens em documentos, leis e políticas públicas. De acordo Juarez Dayrell (2003):

> Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

> Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

Em decorrência da homogeneização de jovens, os contextos escolares revelam situações, procedimentos pedagógicos e curriculares estreitamente vinculados a processos sociais. Por meio destes, desdobram-se e aprofundam-se a produção de diferenças, distinções e clivagens sociais que, entre outras coisas, interferem, tanto na formação e desempenho escolar quanto no "corpovida", graças aos enunciados dominantes de "sucesso" e de "fracasso" escolar. Esses enunciados atribuem culpabilidade às famílias ao mesmo tempo em que retiram a responsabilidade do Estado referente à garantia da qualidade da educação, equidade, diversidades, além de capturar e governar a potência desestabilizadora da diferença.

> Por isso, quando falamos das diferenças na Educação, precisamos ter cuidado para não querermos administrá-la, pois isso significa capturar, desativar e governar a potência desestabilizadora da diferença. E como entender essas duas palavras–diversidade e diferença–no seio da discussão da democracia, da justiça social e da inclusão na Educação? As palavras diferença, diversidade e tolerância na Educação, por vezes tão gastas que perdem seu potencial de possibilitar outros modos de educar, são incorporadas nas discussões educacionais, mas trazem poucas mudança. (Adad; Nascimento; Martins, 2020, p. 3).

Advogo que a articulação social da diferença, na perspectiva das chamadas "minorias", é um todo complexo em processo de negociação e de resistência à heteronormatividade, que tem por objeto o juvenil em criação e surge em momentos de transformação histórica sendo, portanto, merecedora de pesquisa e análises cada vez mais aprofundadas.

Penso, ainda, que esta pesquisa se faz importante para que aconteça uma reflexão sobre estratégias de como manter o homossexual no ambiente escolar; e um currículo que dê passagem às pessoas LGBTQIA+, a fim de que consigam chegar ao final da educação básica e; descortinem novas perspectivas e inserções educativas.

A propósito, meu interesse em fazer essa investigação na escola Unidade Escolar Cassiana Rocha nasce da minha própria experiência por ocupar esse espaço ao longo de anos, experimentando a escola não apenas como um local de aprendizagem e diversidade de corpos, mas também um ambiente de práticas discriminatórias e violências em formas diversas.

A finalidade da cartografia do mapa chão é andarilhar o percurso das diversidades de corpos, agenciamentos de afetos, processos de criação e de resistências nas práticas educativas com/entre jovens como produção de novos conceitos e novas maneiras de problematizar na contemporaneidade.

A pesquisa foi realizada em escola pública, a Unidade Escolar Cassiana Rocha, com jovens estudantes gays, do 2º ano do ensino médio e com idade de 18 anos, na cidade de Piripiri, Piauí, Brasil. O grupo-pesquisador é composto por co-pesquisadores

indígenas, quilombolas e brancos. Utilizei o formulário de inscrição para a identificação da orientação sexual gay e etnia dos participantes que será descrita no capítulo metodológico.

Para a concretização deste estudo, ancoro-me no Método da Sociopoética, abordagem filosófica de pesquisa grupal que percebe e valoriza os saberes populares e acadêmicos iguais em direitos e que utiliza de dispositivos artísticos para pesquisar com o corpo inteiro e produzir coletivamente outros pensamentos, confetos (conceitos + afetos), problemas e personagens conceituais (Gauthier, 2012; Adad, 2014).

Ao ler este estudo, espero que as/os leitoras/es possam dançar com seus corpos por meio de duções (são os vários movimentos oculares do/a leitor/a ao atribuir plurissignificação ao texto), da escrita performática, imagens, poemas e músicas de artistas gays. Digo que esta pesquisa está repleto de dispositivos artísticos, novas práticas, outros pensamentos, confetos e, acima de tudo, resistências. Ao escrever cada linha estou performando e produzindo, juntamente com os jovens, o meu corpo-giz. Ou seja, este texto é o produto do compartilhamento de experiências vivenciadas por mim, bem como, pelo/com o grupo-pesquisador.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. **Jovens e cidadania**: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo. São Paulo, 1997.

ADAD, S. J. H. C.; NASCIMENTO, L.C.P. do; MARTINS, L. R. Aprendizados em educação e as diferenças – resistência ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos tapam a boca. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [*S. l.*], v. 9, n. 8, p. e614985928, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8. 5928. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5928. Acesso em: 6 fev. 2023.

BARROS, Manoel de. **O guardador de águas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BUTLER, Judith. **Repensar la vulnerabilidad y la resistencia**, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-64422020000300871. Acesso em: 6 fev. 2023.

DAMARES: "**Menino veste Azul e menina veste Rosa**". Uma Nova Era? Youtube (22 nov. 2021). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6myjrue81U&fbclid=IwAR22l0QRbA5j_Y_28t5EJWJSffRXHT0Lnxdm4QGLvJrD0Wx7-3Jetna99E. Acesso em: 22 nov. 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista. Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Editora Devires, 2017.

A MASCULINIDADE *GEEK* ENQUANTO CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E A SUA PARTICIPAÇÃO EM ATAQUES MISÓGINOS SISTÊMICOS *ONLINE*

Pâmela da Silva Rocha[333]
Soraya Madeira da Silva[334]

Resumo
Este trabalho busca traçar o perfil da construção da internet por mulheres até a sua posterior exclusão do ambiente *online*, que passou a se caracterizar como um espaço predominantemente masculino. Com a expansão do ecossistema virtual e a diversificação de seu público, uma parte do público masculino quis retomar as redes e homogeneizá-las, se utilizando de ideais misóginos e ataques sistêmicos *online*, o que caracteriza a masculinidade *geek*.

Palavras-chave: Masculinidade *Geek*. Participação *Online*. Juventude.

1 Introdução

Desde o início, os ambientes virtuais têm se proposto a funcionar como locais nos quais pode ser promovida a interação e a formação de laços entre seus usuários. No entanto, pode-se observar que esses ambientes se moldaram conforme uma hegemonia, que parte do real para o virtual, e que há uma imposição de "papéis" a serem seguidos dentro da internet, nos quais grupos, como o público feminino, são marginalizados e expostos a métodos de violência sistêmicos que visam a manutenção de um *status quo* virtual, sistema no qual são beneficiados homens, principalmente aqueles que se definem como brancos e cisnormativos (Ging; Siapera, 2019).

Foi durante a década de 1980 que a publicidade, criada em cima das tecnologias que surgiam, como os videogames, começaram a construir uma "cultura de fã" ao redor desse produto de entretenimento, construindo a representação do *nerd* enquanto um indivíduo masculino. A construção dos jogos, na qual as temáticas predominantes eram a violência e o militarismo (Lien, 2013), além da hipersexualização das personagens femininas, afastaram a possibilidade de construção de um ambiente diverso online em um primeiro momento. No entanto, anos depois, quando ocorreu o crescimento da presença *online* de diversos grupos minoritários e o público feminino voltou a ocupar posições dentro das comunidades de jogos *online*, foi notada uma certa resistência dos *gamers*, o que pode ser explicada pela construção de identidade nomeada de "masculinidade *geek*" (Murray, 1993).

[333] Graduanda do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará. E-mail: pamelarocha@alu.ufc.br.
[334] Professora do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará. E-mail: sorayamadeira@ufc.br.

2 Metodologia

Foi feita uma revisão bibliográfica, em primeiro momento, que buscou o desenvolvimento de um panorama da construção da internet e da participação feminina enquanto mão de obra deste empreendimento. Para isso, se fez uma revisão de autores que escreveram sobre a construção da programação durante o período entreguerras.

Em seguida, se analisou o panorama da comunidade *gamer* durante a década de 1980, para entender o que fomentou o arquétipo do *nerd* e como essa construção foi utilizada em prol da exclusão de perfis mais diversos do ecossistema *gamer*. Por fim, se analisou casos de ataques misóginos sistemáticos no mundo dos jogos virtuais, como o caso *Gamergate*.

3 Resultados e discussões

Com a Revolução Industrial e seus desdobramentos, se construiu um ideal endeusado e mitológico, onde o indivíduo que consegue manipular os apetrechos tecnológicos possui uma certa diferenciação social perante os outros. Em consequência disso, o *nerd/geek*, figura que está associada a esse universo, deixou de ser alguém sem capital socioemocional e passou a ser o protagonista dessa nova fase econômica. Grandes produtos culturais passaram a mostrar novas nuances do *nerd*, representando-o como um indivíduo bem sucedido profissional e afetivamente, principalmente dando ênfase na sua aceitação social.

O novo *nerd*/*geek* é um sujeito cuja personalidade está associada ao consumo (Silva, 2016), especialmente de produtos da cultura pop. Isso se dá, principalmente, pelo que Bordieu (1983) caracteriza como *habitus*, formado por modos de operar da vida cotidiana; no caso, uma vida apoiada no ato de consumir como estratégia para se diferenciar ou pertencer a um determinado grupo, Isto é o que reforça o estilo de vida da comunidade *nerd/geek* conforme ela consome e se apropria de produtos. A singularização desse grupo manifesta-se, por exemplo, na ampla compra de Funkos™ relacionados à personagens de grandes franquias cinematográficas, como Marvel, além do consumo de produtos relacionados a jogos, como o consumo de *skins*.

No entanto, dentro do grande grupo *nerd*, existe uma categoria que seria formada pelos *nerds* "de antigamente", pessoas com o perfil apresentado anteriormente e que não foram impactadas de forma positiva pela mudança da representação *geek* na mídia. Esse grupo carrega um suposto saudosismo de uma internet que passou, nos quais eram os únicos que ocupavam um espaço relacionado ao consumo de produtos da cultura pop. Assim, há um esforço de proteção do "verdadeiro *nerd*" nesta comunidade (Tocci, 2007), especialmente no ambiente online, como uma tentativa de compensação pela ausência de características consideradas "masculinas", como atributos físicos e socioafetivos, cuja epítome é a masculinidade *geek*.

Ou seja, por não se reconhecerem nas mídias e não gostarem da popularização dos termos *nerd*, *geek* e *gamer* e por resistirem às mudanças relacionadas à representatividade nesses espaços, essa parcela da comunidade fechou ainda mais seu cerco social, impedindo o acesso - e o pertencimento - de pessoas que, de acordo com eles, não fazem parte do grupo (Silva, 2016).

Esse novo *nerd* – caracterizado majoritariamente por grupos compostos por mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas não-brancas e outros grupos – que agora se sentem confortáveis em participar desse espaço, são vistos com inferioridade, pois se acredita que estes "novos" componentes só se declaram *nerds* depois que "virou moda". Assim, a comunidade *nerd*/*geek*, e também a *gamer*, existentes antes do crescimento online dessa nova parcela do grupo, se viu precisando proteger a sua exclusividade e a hegemonia dos seus conhecimentos dentro deste ambiente, com o desejo de perdurar seu estilo de vida e torná-lo dominante na internet, chegando ao ponto de tomar medidas extremas e orquestrar ataques contra esses indivíduos.

Considerações finais

Com este trabalho, se buscou analisar como o espaço das mulheres na internet não só não é garantido, como também é historicamente negado. Foi possível notar que a masculinidade *geek*, quando manifestada em um espaço que tem se construído como individualista e competitivo, como tem sido o ecossistema dos jogos virtuais, acaba convertendo discussões inflamadas em discursos misóginos que minam a participação social feminina neste espaço. Além disso, se nota uma nova nuance do "orgulho *nerd*", que se utiliza de um saudosismo falso para dar continuidade ao estilo de vida excludente, chegando a organizar ataques à indivíduos da parcela do "novo *nerd*".

Referências

BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

GING, D. Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, [*S.l.*], v. 22, n.4, p. 638-657, 2019.

GING, D.; SIAPERA, E. Introduction. *In*: GING, D.; SIAPERA, E. (org.). **Gender hate online**:understanding the new anti-feminism. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 1-17.

LIEN, T. **No girls allowed**. Disponível em: https://www.polygon.com/features/2013/12/2/5143856/no-girls-allowed. Acesso em: 15 set. 2023.

MURRAY, F. A separate reality: Science, technology and masculinity. *In*: GREEN, E.; OWEN, J.; PAIN, D. (ed.). **Gendered by design**: information technology and office systems. London: Taylor & Francis, 1993. p. 64-80.

SILVA, S. M. DA. **Is nerd the new sexy?** Um estudo sobre a recepção da série televisiva The Big Bang Theory, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17708. Acesso em: 15 set. 2023.

TOCCI, Jason. **The well-dressed geek**: Media appropriation and subcultural style. Massachusetts: MIT, 2007.

CONSIDERAÇÕES SOCIOANTROPOLÓGICAS ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Izabela dos Santos Silva[335]

Resumo
O trabalho tem como objetivo analisar a conjuntura que envolve as problemáticas acerca da gravidez na adolescência evidenciando os aspectos de juventude e o discurso homogêneo perpetuante na sociedade brasileira, sob as particularidades e vivências de mulheres que foram mães na adolescência e hoje almejam a conclusão do ensino médio. A pesquisa qualitativa se deu através de entrevistas semiestruturadas, realizadas para a monografia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Palavras-chave: Gravidez. Adolescência. Juventudes.

1 Introdução

Quando problematizamos a gravidez precoce é necessário compreender a adolescência como um período de intensas transformações e novas descobertas. Essa fase no mundo ocidental é caracterizada pelo processo acadêmico e as vivências de transição da infância para a fase adulta, tais mudanças são variáveis, de acordo com sua representação ideológica, definida por meio dos marcadores sociais em que os indivíduos estão inseridos.

O direcionamento da discussão sobre a temática no campo das ciências sociais, visa a construção dos seguintes objetivos: Analisar as vivências sociais que envolvem as problemáticas acerca da gravidez na adolescência e identificar as principais barreiras enfrentadas pelas adolescentes grávidas no processo de autonomização e formação escolar.

Destacando a construção sobre adolescência em relevância aos fatores econômicos e sociais, as particularidades que envolvem a maternidade precoce, o caráter de problema social é relacionado com a vulnerabilidade de determinados corpos, camadas que perpassam pela fluidez da conceituação de juventude e a manutenção de um ciclo patriarcal na sociedade brasileira.

Segundo Dias (2010, p. 7), “para algumas adolescentes, a gravidez faz parte do projeto de vida. Porém para outras, é um evento desagradável que gera medo e conflitos ou acentuam problemas já existentes”. É importante destacar que o discurso homogeneizador presente sobre a fase juvenil, é conflituoso com a falta de percepção das singularidades que atravessam a maternidade, em determinados grupos sociais as experiências são diferentes.

[335] Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: izabelasilva@ufpi.edu.br

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho se deu através de abordagem qualitativa de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, no processo de construção da monografia desenvolvida no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a partir da análise das subjetividades de 4 interlocutoras que foram mães durante a adolescência e hoje na fase adulta, buscam a realização da conclusão do ensino básico. Para o levantamento de dados da pesquisa, as entrevistas foram realizadas no município de Beneditinos localizado no estado do Piauí, além das apreciações críticas de dados prévios sobre estudos e pesquisas acadêmicas já realizadas.

3 Resultados e discussões

Percebendo as subjetividades da gravidez precoce através das interlocutoras, que moram no mesmo município e frequentam o mesmo ambiente escolar, porém partem de locais diferentes sob o olhar da maternidade, dentro das descobertas da adolescência existem a busca pela autonomia, dentro dos dispositivos de sexualidade, na sociedade brasileira, não há possibilidades de incitação ao discurso, em casa, na escola, ou em outros locais de socialização, as perspectivas são tímidas e apresentam superficialidade na temática.

Elaine R. Brandão e Maria Luiza Heilborn (2006) averiguaram que as jovens das classes carentes que engravidam advêm por uma passagem da sua vida antiga com a sua vida atual. Muitas jovens acabam saindo de casa por conta dos diversos conflitos na atmosfera do lugar, a análise do trabalho busca as experiências sociais de cada mulher, contextualizando as interseccionalidades que perpassam em seus cotidianos, as individualidades conectadas ao coletivo na construção social da temática, dentro da conjuntura de vulnerabilidade socioeconômica, o abandono dos estudos ao engravidar e quais perspectivas para retornar ao ambiente escolar.

Dentre as entrevistadas, duas mulheres engravidaram aos 14 anos e outra aos 13 e não sabiam utilizar nenhum método contraceptivo antes da gravidez. Isso nos mostra que o discurso conservador comete erros quando repensa a castidade juvenil, os adolescentes estarão nesse processo de descoberta do corpo, e ao longo dessa fase contemplaram ações de iniciação sexual. “Para os adolescentes iniciar sexualmente, além de envolver sentimento de desejo e prazer, envolve questões de mudanças de comportamento.” (Alves; Brandão, 2009)

Percebe-se que em decorrência da ineficácia da presença de um discurso sobre educação sexual no ambiente escolar, os adolescentes, mesmo aqueles que tenham algum tipo de informação, não há medidas claras que conscientizem os adolescentes sobre a importância do uso de métodos contraceptivos. “A manutenção de uma prática espontaneísta e pouco reflexiva da sexualidade entre os jovens” (Heilborn; Bozon, 2006).

Considerações finais

De forma ampla, podemos atestar com a construção desse trabalho que existe a necessidade das discussões sobre gravidez na adolescência com clareza no ambiente escolar e fora dele, nos espaços de juventude e no campo das ciências sociais. Identificar as desigualdades de gênero observadas nesse percurso, revelam quais corpos vivenciam

as problemáticas em decorrência desta gestação precoce, nos espaços escolares, e as questões em torno dos estigmas e estereótipos para justificativa do problema social.

Referências

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. **Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro**, 2006.Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/3ZNVy3hX9G3NC8QpcGb5XwR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2023.

ALVES, Camila Alosio; BRANDÃO, E. R. **Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens**: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. São Paulo: Fiocruz, 2009.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Gravidez na adolescência**: um olhar sobre um fenômeno complexo. São Paulo: Paideia, 2010.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L; BOZON, Michel; KNAUTH, D. Riva. **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

MENINAS NO CRIME: performatividade de gênero das adolescentes envolvidas em práticas ilícitas no Ceará

Vitória Rodrigues da Silva[336]
Verônica Morais Ximenes[337]

Resumo

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de doutoramento em Psicologia que tem como objetivo geral compreender como a violência impacta na performance de gênero das adolescentes inseridas nas dinâmicas criminais no Ceará. Este Estado tem se destacado negativamente pelas reconfigurações nos modos de fazer o crime com o crescimento das chamadas "facções", iniciado em meados de 2014, substituindo os grupos conhecidos como "gangues" (Paiva, 2019). Essa nova organização é marcada especialmente pela violência armada e recrutamento juvenil massivo. Os caminhos metodológicos iniciais consistiram em pesquisa bibliográfica para levantamento acerca da produção local que aborda o contexto cearense de modos de fazer o crime e participação juvenil, bem como a compreensões acerca das visões sobre meninas e mulheres nas práticas ilícitas. Foi realizado também o tratamento de dados secundários de publicações do Comitê de Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará (CPCV, 2020) e de pesquisa realizada por Silva (2020). Os principais resultados encontrados demonstram que as adolescentes e jovens têm participado ativamente na consolidação das facções e contribuindo na comunicação entre presídio/centros socioeducativos e comunidade, atuando no tráfico de drogas e articulando ações de eliminação de membros do grupo rival. Contexto muito diferente ao período das gangues, onde a função delas era de namorada, viúva e mãe. Concluímos que os modos de performar feminilidade de meninas têm se modificado a partir do reordenamento do mundo do crime no Ceará, especialmente em territórios periferizados.

palavras-chave: Performatividades de gênero. Meninas. Criminalidade no Ceará.

[336] Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: vitoriarodrigues.psi@gmail.com.
[337] Doutora em Psicologia pela Universidad de Barcelona. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: vemorais@yahoo.com.br

Grupo de Trabalho 16
Juventudes e acesso à renda na sociedade do consumo

Coordenadores:
Tâmara Feitosa Oliveira – (PPGPP/NUPEC/UFPI-BR);
Fernanda Sousa Rodrigues – (RedeJubra-BR);
Brenda Ravenna Soares Silva – (PPGS-NUPEC/UFPI); e Francisca Maria Cosme de Carvalho (UFPI/BR).

GENTE AQUI NÃO TEM VALOR, SÓ TEM TRABALHO: significados do trabalho para jovens entregadores subordinados a aplicativos

Mirlly de Souza Ferreira[338]
José Ítalo Francolino da Silva[339]
Margarida Mayara Moura Miranda[340]
Fellipe Coelho Lima[341]

Resumo

Este trabalho se origina de uma pesquisa 'guarda-chuva', composta por diversas instituições e indivíduos, e se propõe a discutir as nuances envolvidas da juventude uberizada que trabalha como entregadores de aplicativo. A metodologia é qualitativa, pautada no materialismo histórico dialético, e dados analisados, mediante a análise de conteúdo. Os resultados evidenciam a dificuldade enfrentada pela juventude para a inserção no mercado de trabalho, notadamente demarcados socialmente e racialmente.

Palavras-chave: Juventudes. Uberização. Sentidos do trabalho. Psicologia Histórico-Cultural. Materialismo Histórico-Dialético.

1 Introdução

O estudo consiste em uma análise aprofundada do significado do trabalho para os jovens entregadores na cidade de Natal – RN. Para tal empreendimento, é crucial a introdução do conceito de "uberização do trabalho" como elemento contextual que delineia a configuração laboral contemporânea que envolve a classe trabalhadora.

Conforme elucidado por Abílio (2021), a uberização se apresenta como um modelo de gestão e controle da força de trabalho que se torna cada vez mais proeminente nas relações laborais, agravando a precariedade. Isso se manifesta notoriamente na transferência de responsabilidades, custos e riscos para os próprios trabalhadores, na negação de direitos trabalhistas, ampliação da jornada de trabalho e baixa remuneração. A uberização é o resultado de processos globais em evolução há várias décadas, que têm promovido mudanças significativas no controle, gerenciamento e organização do trabalho.

As plataformas de aplicativos são reconhecidas como um produto e, ao mesmo tempo, uma manifestação de um estágio inovador desse processo. O elemento central

[338] Especialista em Psicologia pela Faculdade de Quixeramobim, Mestranda em Psicologia pelo PPgPsi-UFRN. E-mail: mirllydesouzaf@gmail.com
[339] Bacharel em Psicologia pela UFPE, Mestrando em Psicologia pelo PPgPsi-UFRN. E-mail: jose.italo.f@gmail.com
[340] Bacharel em Psicologia, Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: margarida.miranda.103@ufrn.edu.br
[341]Doutor em Psicologia, Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: fellipecoelholima@gmail.com

catalisado por essas plataformas reside na capacidade de disseminar o trabalho de novas maneiras, mantendo, ao mesmo tempo, um controle firme sobre ele. Tal processo atualmente consolida o trabalhador como um auto gerente-subordinado que já não é contratado, mas se engaja no trabalho via a adesão às plataformas.

A ascensão das empresas de aplicativos está redesenhando o campo das entregas, impactando a profissão, os profissionais, a remuneração e as condições de trabalho. Uma tendência emergente é a transformação de empregos profissionais em ocupações mais informais, resultando em um aumento de jovens que se tornam *bike boys* e *motoboys* (Abílio, 2019).

2 Metodologia

É uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, ancorada na Psicologia Histórico-Cultural e embasada no método materialista histórico-dialético. Este estudo se vincula ao *Projeto Nexos da Uberização: análise a partir dos trabalhadores*, cuja amostra é composta por 10 jovens, e toma como base a definição de juventude de Abrantes e Bulhões (2016), residente em Natal/RN - Brasil. Os critérios de inclusão adotados foram: a) ter idade entre 18 e 24 anos; b) trabalhar no mínimo há um mês como entregador por aplicativo. Como instrumento, exploramos o recurso da entrevista semiestruturada, para investigação dos sentidos-significados. Para a apreensão qualitativa, foi realizada análise das entrevistas e adotamos a proposta metodológica Análise de Conteúdo (AC) (Bardin, 1977). As categorias de análise foram pensadas a partir dos objetivos deste estudo, de modo que se dividem em três, sendo elas: trabalho visto como perigoso; ausência de direitos; e valorização apenas para a mercadoria que transportam. Esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética: CAAE: 54084121.7.1001.5537, e anuência dos participantes por meio do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) e do termo de Autorização para a Gravação de Voz (TAGV). Os nomes dos entrevistados foram preservados e, por isso, foi usado um pseudônimo.

3 Resultados e discussões

Conforme os participantes, a atividade realizada é considerada perigosa e vista como arriscada por ser executada nas ruas, onde há riscos de acidentes e assaltos. Associada a isso, o trabalhador uberizado é consolidado como um trabalho sob demanda e, como forma de gestão da sobrevivência, ficam horas logados para receber mais entregas, além do cansaço, alguns ficam sem se alimentar, deixando o corpo mais frágil suscetível a doenças e acidentes.

Vinculados às plataformas como "parceiros", os trabalhadores estão distanciados do acesso a direitos, além de não serem assegurados ou protegidos. O sentimento de liberdade é bastante enfatizado e valorizado pelos trabalhadores, os entrevistados sentem-se livres para organizar suas rotinas, mesmo que essa liberdade seja contraditória, visto que se veem impossibilitados de recusarem entregas, sendo submetidos a gamificação constante para estar em um bom nível.

Há também o fetichismo da mercadoria, uma vez que, em casos de acidentes, os trabalhadores se percebem como menos importantes do que a mercadoria. A empresa

aplicativo pergunta se a entrega está bem e oferece suporte mínimo ou, às vezes, nem isso.

De forma solidária, os trabalhadores uberizados se ajudam diante das adversidades diárias. Constantemente sofrem maus tratos por parte de estabelecimentos e clientes.

Considerações finais

Os entregadores enfrentam desafios significativos, incluindo riscos diários. Com a ascensão do trabalho uberizado, as responsabilidades são transferidas para os próprios trabalhadores, que devem assumir esses riscos. Nesse contexto, a falta de reconhecimento é notável, visto que eles deixam de ser simples trabalhadores para se tornarem auto gerentes subordinados, conforme destacado por Abílio (2019).

É importante observar que a juventude brasileira, em particular, está se tornando uma parte significativa desse cenário. Esse fenômeno é ainda mais evidente entre os jovens de áreas periféricas e negros que, muitas vezes, não têm oportunidades no mercado de trabalho formal. Para esses grupos, a uberização se torna uma estratégia de sobrevivência, apesar dos desafios que colocam suas vidas em risco.

Referências

ABILIO, Ludmila C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041. Acesso em: 14 fev. 2024.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, nov. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348061559_UBERIZACAO_E_JUVENTUDE_PERIFERICA_Desigualdades_autogerenciamento_e_novas_formas_de_controle_do_trabalho. Acesso em: 14 fev. 2024.

ABRANTES, Ângelo A.; BULHÕES, Leopoldo. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 267-292.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977.

"NEM-NEM": uma análise dos efeitos sociais e econômicos da exclusão juvenil

Antonio Felipe de Sousa[342]
Francisco Elionardo de Melo Nascimento[343]

Resumo
Este trabalho explora uma análise entre a juventude e as dimensões do trabalho, o emprego e o consumo, especialmente ao considerar a preocupante situação de muitos jovens brasileiros que se encontram à margem do sistema educacional e das oportunidades laborais. É um estudo exploratório-documental que se vale de dados constados nos relatórios da OCDE e do IBGE, sobre a situação de vulnerabilidades sociais de jovens conhecidos discriminatoriamente como "Nem-Nem" (nem estudam, nem trabalham).

Palavras-chave: Nem-nem. Sistema educacional. Atividades laborais.

1 Introdução

Neste trabalho, aplica-se um estudo exploratório que se propõe a abordar a intricada relação entre a juventude e as dimensões do trabalho, emprego e consumo, especialmente ao considerar a preocupante situação de muitos jovens brasileiros, conhecidos discriminatoriamente como "Nem-Nem" (nem estudam, nem trabalham), que se encontram à margem do sistema educacional e das oportunidades laborais. Esse termo deveria ser substituído por outro termo, uma vez que sair da escola ou não conseguir um emprego não são apenas escolhas, mas também imposições sociais. No entanto, como discutido por Abramo e Branco (2005) e Dávila Léon (2013), as causas da evasão escolar e do desemprego juvenil são complexas e multifacetadas, e incluem fatores estruturais, como a desigualdade social e a falta de oportunidades, além de fatores individuais, como a falta de recursos e de apoio.

De acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2023) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o Brasil está entre os países com uma das maiores proporções de jovens que vivenciam essa situação.

Este estudo se propôs a analisar a situação dos jovens "Nem-Nem" no Brasil, aqueles que não estão estudando nem trabalhando, considerando a interseccionalidade de fatores, como classe social, gênero e raça. A metodologia ocorreu por meio de uma pesquisa exploratória-documental nos relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para analisar os dados, foi utilizada a abordagem da interseccionalidade entre raça, classe e gênero (Hooks, 1994). Essa perspectiva permite discutir como essas categorias de diferenciação contribuem para sistemas de opressão que impactam a vida

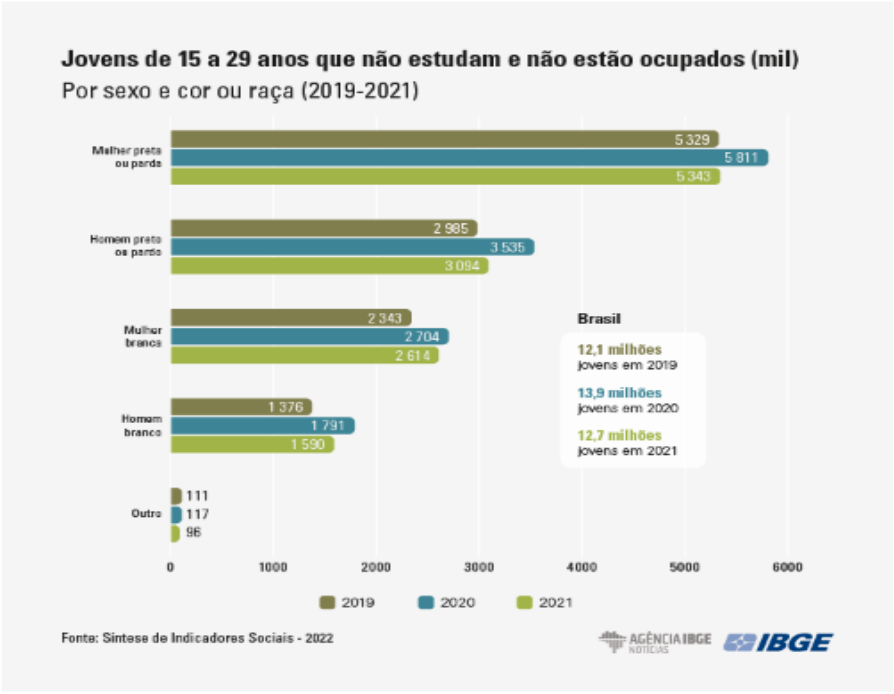
342 Acadêmico de Direito da Faculdade 5 de Julho.
343 Docente da Faculdade 5 de Julho.

das pessoas. A análise dos dados revela como as políticas públicas e intervenções sociais influenciam a inclusão desses jovens no mercado de trabalho e seus padrões de consumo.

3 Resultados e discussões

Os dados analisados pelo estudo apontam o acesso limitado à educação de qualidade como um dos principais impulsionadores da vulnerabilidade enfrentada por esses jovens que nem estudam e nem trabalham, impactando negativamente suas perspectivas econômicas e restringindo suas capacidades de consumo. As informações constadas no Gráfico 1 permite compreender a problemática em discussão.

Gráfico1 – Representativo dos jovens que não estudam e não trabalham



Fonte: IBGE (2022).

Conforme visto no gráfico, em 2021, 12,7 milhões de jovens, 25,8% dos 15 aos 29 anos, não estudavam nem trabalhavam ("Nem-Nem"). Entre os jovens mais afetados estão às mulheres pretas/pardas (41,9%) e homens pretos/pardos (24,3%). Estados do Norte/Nordeste acima da média, Sul/Sudeste/Centro-Oeste abaixo da média.

O Brasil teve terceiro maior percentual de jovens “Nem-Nem” entre países da OCDE em 2020, evidenciando a gravidade da situação internacionalmente. Nível de ocupação cresceu 1,1 ponto percentual em 2021, passando de 51,0% para 52,1%. Este é o segundo ano consecutivo de crescimento, após o menor patamar em 2020 (51,2%).

Em 2021, o aumento da ocupação foi impulsionado pela recuperação da economia brasileira, que cresceu 4,6%. Isso resultou em maior oferta de empregos, reduzindo o desemprego e o desalento. No entanto, o nível de ocupação ainda está abaixo dos níveis pré-pandemia, que eram de 56,4% em 2019. Além disso, persistem desigualdades de renda entre a população branca e preta/parda, com disparidades

regionais, sendo as taxas mais altas no Norte e Nordeste e mais baixas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Silva *et al.* (2022), valendo-se das análises de autoras feministas negras, ressaltam a necessidade de reconhecer como as intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade produzem opressões e hierarquias sociais. Nesse aspecto, é importante destacar que as funções históricas, ocupadas por homens e mulheres negras no Brasil, foram sempre ligadas aos trabalhos subalternos e de pouco prestígio social, demonstrando, de acordo com Hooks (1994), as opressões conectadas as diferentes formas do poder colonial. Portanto, não choca que o número de jovens que nem trabalham nem estudam seja exponencialmente maior, quando se trata de pessoas de cor, principalmente mulheres. Isso são questões históricas ligadas diretamente a estrutura social brasileira que ainda vigora como herança do sistema escravocrata, relegando pessoas pretas às margens sociais de subempregos, vulnerabilidade social e a morte.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa destacam que o acesso limitado à educação de qualidade é um fator significativo na vulnerabilidade dos jovens negros, limitando suas perspectivas econômicas e perpetuando a exclusão social. Abordar esses desafios requer políticas públicas abrangentes que valorizem, não apenas a educação, mas também a formação técnica e oportunidades de trabalho reais.

Dessa maneira, programas de capacitação técnica, estágios remunerados e empreendedorismo são fundamentais para a preparação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, promover a conscientização sobre o acesso responsável ao crédito e melhorar a educação financeira pode contribuir para um consumo mais consciente e sustentável entre os jovens.

Referências

ABRAMO Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

Hooks, Bell. **Feminism is for everybody**: passionate politics. Boston: South End Press, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 set. 2023.

LÉON, Dávila O. **Juventudes contemporâneas**: conceitos, práticas e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatório de Pesquisas econômicas**: Brasil 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-surveys-brazil-2023_a2d6acac-en.html. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Antônia Liandra da; SILVA NETO, Luiz Gomes da; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MENDES, Shamara Paiva et *al*. Tensionamentos entre feminismo negro e o processo necropolítico brasileiro. *In*: GUEDES, Raquel da S. **Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira** [livro eletrônico]. Campina Grande: Amplla, 2022. Capítulo 2. p. 32-48. Disponível em: https://ampllaeditora.com.br/books/2022/10/ContestandoFronteirasGeneroV2.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

O AUTOCUIDADO É UM ATO POLÍTICO: narrativas sobre autocuidado de corpos pretos femininos no Instagram e as relações de consumo e bem-estar físico e mental

Raylane Maria de Sousa Pereira [344]
Thiago Meneses Alves[345]

Resumo
Este artigo discute o aspecto político do autocuidado de corpos pretos e a abordagem dessa prática nas mídias digitais e como as relações de consumo definem o acesso a itens básicos de bem-estar e qualidade de vida. Apesar do histórico de marginalização, pessoas pretas resistem por meio da valorização de sua estética. Assim, a pesquisa consiste na análise discursiva do conteúdo, num contexto político e econômico, produzido por influenciadoras digitais pretas no Instagram sobre autocuidado físico e mental.

Palavras-chave: Autocuidado. Consumo. Estética negra.

1 Introdução

Quem cuida de quem cuida? Para responder essa pergunta, primeiramente precisamos saber quem é o cuidador? O que é esse cuidado? Quem recebe o cuidado? Historicamente, as mulheres cuidam, ficam à cargo da limpeza da casa, da higiene e da educação das crianças e do cuidado com os parceiros, os mais velhos e os doentes. Um cuidado unilateral, em alguns casos, elas são abandonadas por seus parceiros ou parentes quando enfermas ou encarceradas.

Apesar da inserção feminina abrangente no mercado de trabalho, a obrigação pessoal de cuidar é reforçada por uma lógica sexista de imposição do lugar social da mulher. Segundo o IBGE (2023), as mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais do que os homens no trabalho doméstico e no cuidado de pessoas. Este é um percentual significativo das mulheres pretas (94,1%) em relação às brancas (91,5%) e as pardas (92,33%). A demanda de cuidar, por vezes, anula o autocuidado da cuidadora, resultando em doenças, estresse, insônia, desgaste físico/emocional e sentimentos de solidão. Retornamos ao questionamento inicial "quem cuida de quem cuida?" Podemos considerar variadas respostas e uma delas seria, elas mesmas.

Num recorte racial, no Brasil, a escravidão impôs as mulheres pretas o trabalho árduo, objetificação de seus corpos e anulação de suas subjetividades (Gonzalez, 2020). A descaracterização da sua humanidade negou a elas o reconhecimento estético, assim como as afetividades em suas relações sociais. Isso resultou em violências físicas,

[344] Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: raylanedesousaadr@gmail.com
[345] Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto (Lisboa). Professor efetivo da Universidade Federal do Piauí. E-mail: thiagomeneses85@gmail.com

sexuais e simbólicas, a anulação de si e a busca pelo ideal europeu de beleza como uma forma de aceitação social (Fanon, 2008).

Contudo, o contexto contemporâneo é marcado pelo incremento dos discursos de culturas plurais, possibilitando que grupos diversos, antes silenciados, disseminem suas próprias leituras de mundo, desconstruindo, embora lentamente, a percepção eurocêntrica e colonial, que legou ao mundo os padrões estéticos (Vattimo, 1992). Dentre essas novas narrativas, estão as pertencentes às mulheres pretas brasileiras.

Apesar da sistemática de opressão, tais mulheres resistiram ao manter aspectos de sua origem africana e transmitirem como herança os seus valores e memórias para às próximas gerações. O corpo feminino preto resiste quando o cabelo é usado solto, trançado e enfeitado, ou quando os formatos e os contornos do corpo e do rosto são respeitados e quando a pele preta é tratada com cuidado e orgulho. Desse modo, o autorrespeito e o autocuidado ao corpo preto é um ato político. Porém, apenas isso não é o suficiente numa sociedade que reproduz o racismo em suas instituições (Almeida, 2020). Logo, é imprescindível compreender as narrativas contemporâneas dos corpos pretos femininos, como "estratégias de resistência estética" (Lopes, 2007, p.13), que perpassam pelas subjetividades e se comunicam com o todo.

As mídias digitais, como o Instagram, são amplificadores desse tipo de mensagem, uma vez que servem de canal para o questionamento de padrões estéticos racistas e sexistas, além do que os meios de comunicação desempenham uma importante função política, embora também possam reproduzi-los dentro de uma lógica algorítmica (O'Neil, 2020).

2 Metodologia

Dentro de um contexto de onipresença das tecnologias digitais, buscamos compreender o teor discursivo de influenciadoras digitais pretas com o propósito de compreender sua relação com autocuidado de seus corpos. A pesquisa buscou dados disponíveis publicamente na rede social Instagram. Optamos por uma investigação qualitativa com uso da coleta de dados, fotos e vídeos, e da posterior análise do discurso com base na bibliografia das ciências sociais e da comunicação social; e com o contexto sociopolítico dos atuais debates raciais.

Para isso, determinamos como recorte temporal, o período de um semestre, de janeiro a junho de 2023, considerando as mudanças sociopolíticas no contexto brasileiro, que transpassa o nosso objeto de pesquisa. Há também uma ampla produção por parte das influenciadoras e não há tempo hábil para análise de todas as publicações.

Para análise, selecionamos os perfis de três influenciadoras digitais: Jacira Doce, mulher preta retinha, brasiliense, que aborda estética, atividade física, alimentação e moda, além de usar do humor para lhe dar com questões do dia a dia; Luana Carvalho, mulher preta, gorda, carioca, que produz conteúdos sobre autoconhecimento, autoestima e moda; Emile Brito, mulher preta retinta, baiana, que dialoga a respeito do autocuidado, temáticas raciais e diários de viagens. O critérios de escolha das dessas atrizes sociais citadas, considera aspectos físicos como a tonalidade da pele, os tipos diversos corporais e os diálogos entre raça e estética abordados por elas

Luana Carvalho, não espera ser conhecida apenas por abordar temáticas voltadas para seu corpo ou para sua raça, mas quer ser reconhecida pela possibilidade de falar

sobre qualquer temática. Percebemos essa abrangência nas demais influenciadoras. Logo, as abordagens destas se encaixam na percepção de autocuidado proposta a seguir.

3 Resultados e discussões

Segundo Pereira e Doimo (2009), o autocuidado consiste em práticas de intervenção a padronização e o controle dos corpos. Intrinsecamente, liga à percepção do estar no mundo e tomada de decisões sobre si mesmo, busca saúde e bem-estar corporal e emocional, integra o desenvolvimento humano no seu processo de vir a ser e dialoga com o mundo. São ações intencionais para consigo e ao ambiente, repercutindo no todo.

Contudo, existem fatores sociodemográficos, como idade, sexo ou estado de desenvolvimento que afetam o cuidar de si mesmo, assim como fatores socioeconômicos, como os familiares, os padrões de vida, os ambientais e os de moradia e a disponibilidade de recursos. O acesso ao ar, à água, aos alimentos e ao repouso são alguns dos requisitos universais para a prática de autocuidado. Logo, autocuidado é exercício político e de reflexão sobre a noção da ética da existência.

O autocuidado consiste em reconhecimento e gentileza em resposta a rejeição da estética preta. Para além da negação de cuidado, o apagamento de traços pretos nos corpos, como o alisamento dos cabelos crespos ou cirurgias de rinoplastia, são instrumentos de institucionalização do racismo. Segundo Almeida (2020), o racismo institucional é uma forma de estabilizar conflitos e normalizar padrões e normas a serem seguidas pelos indivíduos. Esse tipo de racismo é sutil e dissimulado, podendo ser reproduzido até mesmo pelas minorias raciais, sustentado por uma estrutura social racista.

Num contexto capitalista, a ideia de autocuidado também está atrelada a capacidade de consumo. Por isso, os debates precisam correlacionar raça, gênero e classe. Os recursos socioeconômicos são importantes para determinar quem tem acesso aos bens de consumo, tempo e repouso. Sem os requisitos universais básicos, como água e alimentos, não é possível viver com qualidade, sem pensar na sobrevivência, muito menos realizar práticas de autocuidado como atividades físicas, descanso, alimentação saudável ou cuidar do cabelo e do corpo.

Considerações finais

Consideramos o cuidar de si mesmo para além de ações de consumo, mas de autoconhecimento e de interação com o meio. Com o objetivo de olhar para si, com respeito e gentileza, e não para alcançar padrões ocidentais de beleza. Olhar para um corpo constituído pela ancestralidade e enxergá-lo para além da dor. Reconstruir por meio da estética uma narrativa de confiança.

As influenciadoras representam a ocupação de lugares sociais disruptivos, alcançando por meio de suas redes sociais milhares de indivíduos. Vale ressaltar que, a representatividade de pessoas pretas em espaços de prestígio, não é o suficiente para findar com o racismo tão entranhado nas estruturas e nas instituições, mas isso não significa que as suas ações não possam provocar mudanças na sistemática racista (Almeida, 2020). O cuidar é um grandioso ato de humanidade, o cuidar de si mesmo é um ato político e ético.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA,2008.

GONZALEZ, Lélia. **Um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-aocuidadodepessoas#:~:text=Em%202019%2C%2087%2C6%25,92%2C3%25%20das%20pardas. Acesso em: 6 jul. 2023.

LOPES, Denilson. **A delicadeza**: estética, experiência e paisagem. Brasília: Editora UnB, 2007.

O'NEIL, Cathy **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2020.

PEREIRA, Deyliane; DOIMO, Leonice. **O discurso estético do corpo na mídia e na literatura: avaliação do autocuidado em mulheres adultas**, 2009. Disponível em. https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W_Pereira.pdf. Acesso em: 6 jul. 2023.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA DE JOVENS AMBULANTES NO RIO DE JANEIRO: um estudo de caso do ramal Santa Cruz da Supervia

Maria Julia Reis[346]

Resumo
Esta pesquisa retrata os processos de trabalho informal de jovens ambulantes na cidade do Rio de Janeiro. Em especial, apresenta a experiência laboral de 10 jovens ambulantes que atuaram no ramal Santa Cruz dos trens da Supervia no ano de 2021, período da pandemia. Para isso, foi evidenciado com este trabalho que as dinâmicas de trabalho dos jovens ambulantes revelam as formas mais obscuras da informalização do/no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho por conta própria. Jovens ambulantes. Supervia.

1 Introdução

Esta pesquisa foi realizada no Mestrado em Geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trata-se de um olhar multidisciplinar entre o Serviço Social e a Geografia para compreender as dinâmicas de trabalho de jovens ambulantes no espaço da ferrovia no período da pandemia. Para este encontro, situamos o ramal Santa Cruz dos trens urbanos.

Os trens cariocas são gerenciados pela Supervia desde 1998, que tem uma malha ferroviária de 270 km e subdivide seus serviços em cinco ramais (Santa Cruz, Deodoro, Japeri, Belford Roxo e Saracuruna) e três extensões (Paracambi, Vila Inhomirim e Guapimirim). Ao todo os trens da Supervia atendem diretamente 12 municípios em um único sistema de transporte

O ramal Santa Cruz, nosso campo de pesquisa, é composto pelas estações: Santa Cruz, Tancredo Neves, Paciência, Cosmos, Inhoaíba, Benjamin do Monte, Campo Grande, Augusto Vasconcelos, Santíssimo, Senador Camará, Bangu, Estação, Guilherme da Silveira, Mocidade/Padre Miguel, Realengo, Magalhães Bastos, Vila Militar, Deodoro, Marechal Hermes, Prefeito Bento Ribeiro, Oswaldo Cruz, Madureira, Cascadura, Quintino, Piedade, Estação Olímpica de Engenho de Dentro, Méier, Engenho Novo, Sampaio, Riachuelo, São Francisco Xavier, Mangueira/Jamelão (Desativada), Maracanã, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Central do Brasil.

As estações da Supervia acolhem diariamente usuários que estão indo de um destino para outro, trabalhadores das estações e também trabalhadores ambulantes que vendem suas mercadorias clandestinamente. Essas estações estão localizadas em bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro e com altos índices de violência.

A escolha da faixa etária ocorreu a partir de duas pontuações: primeiro, consideramos que nas discussões sobre mercado de trabalho há uma centralidade com

346 PUC-Rio, e-mail: mariajuliareissocial@gmail.com

o público juvenil, segmento que mais sofre os impactos da precarização e flexibilização do/no mundo do trabalho (Pochmann, 2007,) (Cacciamali, 2017), (Crispim; Godoy, 2010).

A segunda pontuação está relacionada às próprias paisagens da ferrovia. Ao entrar nas estações e nas idas e vindas nos trens, é possível visualizar um grande número de jovens homens superior ao de mulheres, adultos e idosos trabalhadores. As transformações no mundo do trabalho contribuíram para piora das condições de acesso de mão de obra jovem no mercado de trabalho. A modernização não conseguiu contemplar, em uma totalidade, o número de jovens ativos na sociedade. O tempo não para, é preciso se reinventar. Seria o trabalho por conta própria uma saída?

2 Metodologia

Para explorar nosso objetivo, dialogamos com 10 jovens trabalhadores entre 15 e 29 anos no intuito de rememorar o processo de trabalho por conta própria nos trens durante a pandemia. Esse recorte de idade nos leva a pensar o conceito de Juventudes de forma ampliada. Nessa abordagem, consideramos a juventude um processo resultante de vivências sociais de determinados períodos e que não tem a pretensão de se esgotar. Ou seja, uma juventude em constante metamorfose (Sposito, 2005).

Os 10 jovens tiveram sua identidade preservada, as fotos aqui apresentadas não fazem relação com o processo de entrevista. Com a pesquisa de campo, criamos um acervo próprio de registros fotográficos de jovens trabalhadores em sua dinâmica de trabalho, que será apresentado no encontro.

Desse modo, a partir da entrevista semiestruturada, da observação sensível e atenta, do fortalecimento de uma escuta qualificada, buscamos compreender o universo permitido pelos trabalhadores. Para direcionar a pesquisa de campo, desenvolvemos um roteiro de entrevistas que norteou nosso questionário semiestruturado composto de 48 perguntas. Este roteiro se dividiu em três partes: Parte I - Caracterização do ambulante; Parte II - Dinâmicas do trabalho ambulante; e Parte III - Ambulante e relações com a Supervia.

3 Resultados e discussões

"[...] Bom dia patrão! Desculpe estar interrompendo o silêncio do conforto de sua viagem, camelô vem trazendo a novidade para seu consumo, com precinho lá em baixo[...] ". Formando uma sincronia com as palavras, os trabalhadores saem anunciando sua mercadoria, trazendo novidades, viabilizando e estimulando o consumo da população usuária do transporte.

Imagem 1 - Jovem ambulante fixo na estação de trem

Fonte: Acervo fotográfico particular de Maria Julia Reis (2021).

Imagem 2 – Jovem ambulante itinerante nos trens

Fonte: Acervo fotográfico particular de Maria Julia Reis (2021).

Ao todo entrevistamos oito homens e duas mulheres. Dos dez jovens, quatro se autodeclaram negros, dois se autodeclaram brancos e 4 pardos. O mais jovem tinha 16 anos e o mais velho, 30 anos. As duas mulheres entrevistadas desvelam em suas narrativas, questões de gênero vivenciadas no espaço da ferrovia, como a dificuldade de acesso aos banheiros e maior incidência de sofrer assédios.

No espaço da ferrovia, os trabalhadores ambulantes vivenciam a dicotomia entre o socialmente aceito e o trabalho ilegal, pois mesmo recebendo o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado (Lei Estadual RJ nº 9170/21), são criminalizados pela Supervia, que tem uma campanha de conscientização contra a atividade ambulante e estimula os usuários a não adquirirem suas mercadorias.

No processo de pesquisa de campo, desvelamos o "derrame", momento de intervenção/proibição da Supervia junto aos ambulantes de forma violenta. As

dinâmicas de trabalho ambulante evidenciam as formas mais obscuras da informalização do/no mundo do trabalho.

Considerações finais

Esta pesquisa retrata o trabalho de jovens ambulantes no espaço da ferrovia durante a pandemia. Em sua fase atual, rememora junto aos ambulantes, as dinâmicas de trabalho informal naquele período. Esta pesquisa revela aspectos do cotidiano dos trabalhadores ambulantes que só são desvelados no processo de entrevista. As dinâmicas por conta própria no espaço da Supervia, evidenciam os impactos perversos da informalidade no "mundo do trabalho" nos dias atuais.

Referências

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 16, p. 57-69, jan./jul. 2017. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002838964. Acesso em: 6 jul. 2023.

CRISPIM Kelly dos Santos; GODOY José Henrique Artigas de. Juventude e a questão social no contexto das políticas públicas de trabalho e emprego. **CSOnline**-Revista Eletrônica de Ciências Sociais, *[S. l.]*, n. 8, jan. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17129. Acesso em: 6 jul. 2023.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo: FAPESP, 2007.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. **Jovenes**-Revista de Estudios sobre Juventud, México, v. 9, n. 22, p. 220-267, jan./jun. 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001504354. Acesso em: 23 jan. 2023.

Grupo de Trabalho 17
Racismos e relações étnico raciais: juventudes indígenas, negras e quilombolas

Coordenadores: Maria Helena Cariaga (UFT-BR) e Lúcia Isabel Silva (UFPA-BR).

EU SOU, EU EXISTO E SEI O QUE QUERO! Escrevivências, resistências e potencialidades na trajetória do corpo negro jovem

Samuel José Lima de Carvalho[347]
Maria do Socorro Borges da Silva[348]

Resumo
As representações que versam a história do corpo negro, reforçam estereótipos e normalizam os papéis de subserviência a que são submetidos. Atinge maior gravidade quando se intersecciona a categoria juventude negra, criminalizada e estigmatizada pelo fracasso. Partindo de experiências pessoais de uma trajetória, o objetivo desta pesquisa é constatar as potencialidades e as resistências do corpo negro jovem em meio a cultura colonizadora do apagamento de trajetória da população negra.

Palavras-chave: Juventude Negra. Trajetória. Potencialidades.

1 Introdução

Historicamente, a imagem da população negra é violada por representações que abrem margem para a construção de discursos e de estereótipos que versam apenas uma única narrativa para seus corpos. A problemática dessa discussão atinge maior gravidade quando se intersecciona a categoria juventude negra. Diversos dispositivos em nossa sociedade reforçam a ideia de ser uma fase perigosa, da delinquência, sem aspirações, cujo únicos destinos é a evasão escolar, formação precoce de família, a criminalidade, as drogas, a morte como desfecho de suas trajetórias curtas.

Diante dessa discussão, enquanto corpo jovem negro que me reconheço, pretendo narrar neste texto uma escrevivência de trajetória que irrompe com essa imagem estereotipada que se formou a perfis como o meu. Para isso, me embaso na tese de Adichie (2019) de que as histórias podem ser usadas para empoderar, humanizar e reparar a dignidade, para responder a seguinte questão-problema: quais as potencialidades e as resistências do corpo negro jovem em meio a cultura colonizadora do apagamento de trajetória da população negra?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é constatar as potencialidades e as resistências do corpo negro jovem em meio a cultura colonizadora do apagamento de trajetória da população negra. A motivação para a escrita deste trabalho parte dos

347 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: samuel1031caxias@gmail.com
2 Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

estudos cartográficos que produziram em mim processos de afetamentos que me fizeram perceber, incluso nessa trama, os discursos e representações que são construídos sobre a população negra, tanto por apresentarem um mesmo perfil, quanto pela minha trajetória ameaçada pelos estigmas e eliminações.

2 Metodologia

O percurso metodológico desta pesquisa teve como ponto de partida as implicações geradas das bases epistemológicas para a construção de projeto de Mestrado em elaboração no componente curricular Educação em Direitos Humanos e Diversidade Étnicos Raciais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED – UFPI). Metodologicamente, trata-se de estudos cartográficos em processo, de abordagem qualitativa. Para se chegar a essas conclusões, o Diário de Itinerância foi um importante instrumento nesse meu cartografar das leituras, memórias, territórios, estranhamentos, transformações e novas percepções (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020). Assim como também foi feita na disciplina oficinas de desterritorialização, experiência e criação para produção de dados, trabalhando dispositivos artísticos, iconográficos, produção de narrativas orais e/ou escritas, buscando um aprofundamento do estudo de trajetórias.

3 Resultados e discussões

Os resultados demonstraram que a construção das representações produz uma naturalização dos estereótipos do corpo negro em papéis subalternos, apresenta um caráter colonizador ao nos aprisionar a um único olhar sobre a população negra e não perceber outras possibilidades de realidade (Foucault, 2014). Fato que foi reforçado por diversos dispositivos que nos acompanham constantemente, desde os iconográficos de materiais didáticos escolares, até os aparelhos midiáticos, noticiando o seu protagonismo em taxas de analfabetismo, desemprego, criminalidade e retratando-os como sinônimo de miséria que habitam somente zonas periféricas.

Nas análises de Carneiro (2023) é identificado uma deturpação da imagem dos negros que é constantemente repetida para reforçar a memória da escravidão da colônia e da escravidão da modernidade, é ensinado e aculturado em aparelhos escolares a posição de subserviência e de indigência, e por meio de uma ciência descredibiliza seus saberes e estabelecem provações de sua intelectualidade inferior, comparada a de outros corpos de privilégio.

E quando se trata de um corpo negro e jovem, a problemática da deformidade da imagem do negro ganha uma maior magnitude nesse debate. A fase jovem, assim como a da infância, durante muito tempo não foi reconhecida socialmente, por consequência sofreu anonimato e exclusão da história, da vida pública, da ciência e dos direitos institucionais como discute Silva (2020). Com o reconhecimento dessa etapa veio atrelada as representações que ilustram a juventude negra em territórios desfavorecidos e com destinos sem aspirações, que os encaminham ao conformismo de uma trajetória de apenas aspectos marginalizados.

Nessa linha de raciocínio, a costura de discussões discorridas torna-se cimentação para colocar-me nessa leitura como corpo-potência contra hegemônico que resistiu a internalização e reprodução desses discursos na minha trajetória. Desse modo,

apresento uma escrevivência que me faz pensar a trajetória de jovens negros, onde se destaca três dimensões do reconhecimento das potencialidades e resistências.

A primeira dimensão foi a da afirmação da existência nos processos de exclusão: eu sou, eu existo e sei o que quero! Passo para me reconhecer como "ser" e sujeito que pertence a uma coletividade, a uma história. A segunda dimensão foi a percepção do corpo político que tenho, ao assumir traços afrodescendentes, não apenas como estética, fazendo do *black power* meu instrumento político de resistência aos padrões de disciplina da aparência impostos a corpos negros A terceira dimensão é a de que o saber é poder, não bastava apenas reconhecer as potencialidades, enquanto corpo negro jovem era necessário potencializar as potencialidades a partir dos estudos, pois era algo que ninguém poderia tirar de mim!

Considerações finais

Concluímos que as representações, versadas ao corpo negro e sua trajetória, contribuem para a marginalização e reforço de estereótipos, sobretudo a juventude negra, que tem suas potencialidades invisibilizadas. As reflexões provocadas pelas leituras me fizeram compreender que criei modos de resistência capazes de reconhecer as potencialidades do meu corpo na construção de uma trajetória. Assim, é necessário trazer à tona mais narrativas como essa para combater os discursos do "não ser" e do "não pertencer", atrelados ao corpo negro jovem.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Isto não é um cachimbo**. Tradução de Jorge Coli. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. Vida nua, direitos humanos e educação em tempos de tanatopolítica. **Research, Society and Development**, [*S.l.*], v. 9, n. 8, p. e945986780-e945986780, ago. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6780. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/6780/6043/101604. Acesso em: 14 fev. 2023.

BONECAS QUE FALAM: criações de mulheres negras da EJA

Maria Naira de Carvalho[349]
Maria do Socorro Borges da Silva[350]

Resumo
Este trabalho busca analisar os resultados da técnica "Bonecas que falam: criações de mulheres negras da EJA", experienciada com estudantes de um Centro de Educação de Jovens e Adultos. É uma técnica de produção de dados de pesquisa cartográfica do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí. As principais referências foram: Alvarez; Passos (2010), Gonzalez (2020) **e** Marcelina (2021). O estudo revela problemas e formas de enfrentamento na trajetória escolar e saberes experienciais.

Palavras-chave: Criações. Mulheres Negras. EJA.

1 Introdução

Este texto trata de uma oficina de experiência e criação vivenciada numa pesquisa cartográfica do Mestrado do Pós-Graduação/UFPI. Para isso, utilizamos a técnica *Bonecas que falam: criações de mulheres negras da EJA*, com o objetivo de produzir dados da pesquisa, identificar os saberes experienciais dessas mulheres e perceber os problemas e as formas de resistência das mulheres negras na experiência escolar da EJA.

Foi uma vivência intensa com mulheres negras de um Centro de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Educação do Piauí, localizado num bairro periférico da zona Sul de Teresina. Usamos como principais dispositivos: uma colcha de retalhos, poemas, a criação de personagens por meio da confecção de bonecas de pano, o diário de itinerância de cada participante.

2 Metodologia

A pesquisa teve como base a abordagem qualitativa da pesquisa intervenção (Castro; Besset, 2008) cartográfica (Alvarez; Passos,2010), por meio de uma oficina com quatro mulheres escolhidas a partir dos critérios interseccionais de gênero, raça e classe.

Para tecermos as narrativas, dar vida às personagens, pensarmos sobre o espaço da EJA e vivermos esse momento de confluências, onde realidades diversas se tocam e seguimos os seguintes passos: estendemos uma toalha no chão, em cima da toalha colocamos 5 opções de cores de tecidos para a confecção do corpo da boneca ,cuja intencionalidade foi perceber com qual cor de pele as mulheres se identificariam. Para o momento de escrita, levamos diários de cores diversas.

349 Universidade Federal do Piauí. E-mail: naira.carvalho2012@hotmail.com
4 Universidade Federal do Piauí. E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

Utilizamos a colcha de retalho como primeiro dispositivo. No segundo, usamos o poema *A colcha de retalho tecida por elas*, da escritora negra Elaine Marcelina (2021). Em seguida, as mulheres criaram as suas bonecas personagens. Com o diário em mãos, as mulheres seguiram pistas previamente elaboradas. No diário deveria conter: o nome, a apresentação da personagem e para finalizar a escrita relatarem as suas experiências na trajetória escolar da EJA. Então, as estudantes colavam a boneca na capa, escreveram o nome fictício, apresentaram a personagem e relataram a sua trajetória escolar por meio da escrita. Em uma roda de conversa, cada participante apresentou a sua produção e relatou sobre as experiências vivenciadas.

3 Resultados e discussões

Percebemos que as participantes foram tocadas e envolvidas pela experiência durante todo o processo, no entanto, percebemos a dificuldade de escrita, escreveram pouco e levaram mais tempo do que o esperado.

Analisando as produções das participantes, identificamos problemas nas suas respectivas trajetórias escolares, como exemplo: insegurança, pois uma delas relata que já se sentiu discriminada em outras escolas; relataram a dificuldade de conciliar a vida de dona de casa, mãe, cuidadora da família e vida estudantil.

Além disso, algumas relatam que têm depressão, ansiedade, falta de apoio do esposo, dificuldade de aprendizagem. Falam da dificuldade de se priorizarem e olharem para si, estão sempre cuidando dos filhos ou de outros da família. Apontaram como principais formas de superação: o acolhimento recebido na escola de EJA, apoio de professores e força de vontade.

Os saberes experienciais aparecem de forma implícita, mas entendemos como saberes, quando elas destacam a importância de saber se comunicar com as pessoas, ser mãe, ser dona de casa, saber cuidar do outro ou cuidar da casa. A trajetória de vida dessas mulheres, corrobora com os escritos de Gonzalez (2020), quando descreve o retrato da mulher negra: é responsável pelos cuidados dos filhos, faz os trabalhos domésticos e cuida da família.

Considerações finais

Todas avaliaram a experiência positivamente, como exemplo, a fala da personagem Pérola Negra, no momento da socialização, faz o seguinte relato: “[...] foi uma experiência única, pois há muito tempo que [...] Talvez, eu estava até precisando desse tempo para mim, porque negócio de vida de ser só dona de casa, às vezes, estressa”. Essa narrativa, nos leva a pensar naquilo que nos dizem Lira e Barbosa (2021), quando afirmam que as mulheres negras enfrentam em suas trajetórias escolares e de vida,as barreiras socialmente impostas pela classe social,pelo gênero e pela raça.

Referências

ALVAREZ. Johnny; PASSOS. Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 131-149.

CASTRO, Lucia Rabello; BESSET, Vera Lopes (org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIRA, Daniela Almeida; BARBOSA, Maria Valéria. Feminismo Negro, educação e interseccionalidade: as mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos/as. **Revista Cocar** [*online*], [*S.l.*], v. 15, n. 33, dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.31792/rc.v15i33. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4653. Acesso em: 27 dez. 2022.

MARCELINA, Elaine. **A colcha retalho tecida por elas**, 2021. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/1079-elaine-marcelina. Acesso em:17 jun. 2023.

MULHERES JOVENS QUILOMBOLAS: a ancestralidade como diretriz das políticas públicas

Márcia Regina Galvão de Almeida[351]
Elaine Ferreira do Nascimento[352]

Resumo
No presente artigo, o tema é relacionado com as comunidades quilombolas, especificamente sobre a luta das mulheres para a resistência dessas comunidades. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Como resultado, é fato que as mulheres ainda têm presença tímida nas políticas públicas, voltadas para as comunidades quilombolas, especialmente as mulheres jovens, que empoderadas devem seguir com a caminhada política de suas ancestrais.

Palavras-chave: Organização da Juventude Feminina Quilombola. Políticas Públicas. Resistência de Mulheres Quilombolas.

1 Introdução

O artigo tem o tema relacionado com comunidades quilombolas, especificamente, sobre a importância da luta das mulheres para a resistência e luta no quilombo. O problema central é saber como as mulheres são citadas nas políticas públicas para as comunidades quilombolas, haja vista, a relevância da mulher na luta e na ancestralidade local, especialmente das mulheres jovens.

O resumo expandido tem dois objetivos, sendo o primeiro verificar as principais políticas públicas que trabalham a questão de gênero, com recorte para as mulheres nessas comunidades; e o segundo discutir a importância da mulher jovem para a luta cotidiana do Quilombo Marinheiro. Justifica-se por visibilizar a luta da mulher negra e jovem quilombola.

2 Metodologia

Este resumo expandido foi construído a partir de uma perspectiva metodológica de abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica e de campo como eixo central. A entrevista foi a estratégia para a coleta de informações e a análise de conteúdo, modalidade temática do método. Este trabalho é um recorte da dissertação da presente pesquisadora no Quilombo Marinheiro, Piripiri-PI.

3 Resultados e discussões

Os quilombos surgiram no Brasil desde que os primeiros negros e negras escravizados/as chegaram ao país, resistindo ao regime colonial escravista, cujos negros africanos eram a principal mão de obra. Os primeiros relatos oficiais sobre a presença

[351] Assistente Social, Mestra em Políticas Públicas PPGPP – UFPI. Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas -PPGPP-UFPI. E-mail: galvaomarcia81@gmail.com
352 Assistente Social. Doutora em Ciências – Saúde Pública – IFF/ FIOCRUZ/PI – Docente PPGPP-UFPI. Coordenadora adjunta da Fiocruz Piauí. E-mail: negraelaine@gmail.com

de quilombos no território brasileiro surgem em 1740 quando o Conselho Ultramarino Português definiu o que era Quilombo, visto que alguns dos primeiros indícios de atribuição de identidade quilombola remontam a 1740, e relacionam-se à constatação da reunião de dado número de pessoas negras rebeladas contra o sistema escravista.

Uma das primeiras políticas que tentava reconhecer as comunidades quilombolas, especialmente na questão do território foi o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), objetivando conferir a titularidade de suas terras e busca que, segundo Vogt (2014, p. 154), era, "antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação". Todavia, apesar dessa prerrogativa constitucional, as comunidades quilombolas têm dificuldades de regularizar suas terras, pois o processo é lento e burocrático.

Em consulta realizada, em junho de 2021, no *site* da Fundação Cultural Palmares, constava o número de 2.809 comunidades quilombolas certificados, destas, apenas 33 tinham a titulação, isso é, "o reconhecimento definitivo e legal da posse de seus territórios" (Duarte; Grossi; Almeida, 2021, p. 621). As mulheres negras quilombolas são pouco citadas nas políticas públicas, voltadas para as comunidades quilombolas, o que vai contra a importância das mulheres na ancestralidade e resistência dessas comunidades no enfrentamento diário ao desenvolvimento e expansão capitalista, especialmente do agronegócio.

Soares (2021, p. 523) afirma que o cotidiano de resistência e lutas das comunidades quilombolas é feita por mulheres que "tecem, noite e dia, espaços coletivos onde depositam força, conhecimento, sabedoria e tecnologias diversas que rompem em momento oportuno, na forma de luta comunitária, coletiva e transgressora".

Duarte, Grossi e Almeida (2021) demonstram que as lutas e resistências das mulheres quilombolas avançam cada vez mais na dimensão política da vida, da luta política, especialmente pela perspectiva diferente sobre o afeto, que está ligado ao ser quilombola, ou seja, a identidade e pertencimento passado entre gerações. Essa ancestralidade é relevante porque a referência aos/às antepassados/as se faz enquanto rememoramento diário da dimensão política, social, cultural, econômica, civil e afetiva em ser quilombola.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem algumas ações que são direcionadas às mulheres, a primeira o incentivo ao protagonismo da juventude quilombola e ações de empoderamento da mulher, especificamente para a atuação no mercado de trabalho. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no art. 3º parágrafo XII diz que essa política pública pretende: "implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social" (Brasil, 2007, p. 4).

Essa política demonstra que as mulheres agem como lideranças políticas em suas comunidades e, que, o fortalecimento dessas ações pode melhorar a luta e resistência dos quilombos. As mulheres do Quilombo Marinheiro, localizado na Zona Rural de Piripiri – Piauí, tem participações importantes dentro da comunidade, pois, são fortes pilares da economia, por atuarem na agricultura e na pecuária, que são dois eixos

econômicos da comunidade quilombola. Atuam ainda dentro da Política, sendo que a Associação dos trabalhadores/as da Comunidade Quilombola Marinheiro é presidida por uma mulher e a diretoria composta somente por mulheres. Ainda são importantes na religiosidade local, que é o Terecô, religião de matriz africana com forte tendência matrilinear, com terreiros comandados por mães de santo.

Considerações finais

Foi observado que os direitos das comunidades quilombolas começaram a ser estabelecidos a partir da promulgação da Constituição Federal/88. As mulheres são pontos centrais nas lutas das comunidades quilombolas, devido a sua atuação no cotidiano dessas comunidades, como fica claro no Quilombo Marinheiro, onde as mulheres têm funções de liderança em várias dimensões da vida social. Portanto, é importante que as mulheres tenham destaque nas políticas públicas, especialmente para a formação das mulheres jovens na comunidade, para que rompam com o racismo que existe para com as juventudes e a população quilombola de modo geral.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília: MDHC, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, Presidência da República [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

DUARTE, Joana; GROSSI, Patrícia; ALMEIDA, Eliane. Luta pelo território: as experiências sociais das mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, [*S.l.*], v. 25, n. 2, p. 618-635, jan. 2021. DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n2p618-635. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18463. Acesso em: 14 fev. 2023.

SOARES, Maria. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79280. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/mSwQsWpRDBDsrg5BdKcNg6f/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2023.

VOGT, Gabriel. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. **O Social em Questão**, [*S.l.*], n. 32, p. 151-164, jul./dez. 2014. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_7_Vogt_WEB.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

A FORÇA DE TRABALHO MAIS BARATA DO MERCADO É A DO JOVEM NEGRO: análise do trabalho de jovens entregadores de aplicativo em Natal/RN

Mirlly de Souza Ferreira[353]
José Ítalo Francolino da Silva[354]
Margarida Mayara Moura Miranda[355]
Fellipe Coelho Lima[356]

Resumo
Esta pesquisa objetiva analisar o trabalho de jovens entregadores subordinados aos aplicativos em Natal/RN. Isso feito com uma amostragem de 8 entrevistas de jovens negros, realizadas entre 2020 e 2023. Para a análise foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Como resultados, embora os trabalhadores, em seus discursos o racismo, não apresentem racismo, este é materializado em alguns elementos como a superexploração e os maus tratos por parte dos estabelecimentos e clientes.

Palavras-chave: Juventudes. Uberização. Relações ético raciais. Psicologia Histórico-Cultural. Materialismo Histórico Dialético.

1 Introdução

Parafraseando Elza Soares: a força de trabalho mais barata do mercado é a do jovem negro. Quando falamos da juventude negra, falamos de uma juventude filha da classe trabalhadora que sente na carne as consequências diretas da superexploração do trabalho desde a invasão da América. Nesta pesquisa, nos 'debruçamos' sobre a realidade de jovens entregadores negros subordinados às plataformas de aplicativo, que tiveram grande notoriedade durante a pandemia Covid-19. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2021), a juventude brasileira compõe a maior taxa de concentração de entregadores na faixa dos 20 a 29 anos, cerca de 38%. Em sua maioria racial de negros com uma representação de 59,2%, enquanto brancos representam quase 40,0%.

[353]Especialista em Psicologia pela Faculdade de Quixeramobim, Mestranda em Psicologia pelo PPgPsi-UFRN. E-mail: mirllydesouzaf@gmail.com.
[8] Bacharel em Psicologia pela UFPE, Mestrando em Psicologia pelo PPgPsi-UFRN. E-mail: jose.italo.f@gmail.com
[9] Bacharel em Psicologia, Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: margarida.miranda.103@ufrn.edu.br
[10]Doutor em Psicologia, Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (orientador). E-mail: fellipecoelholima@gmail.com

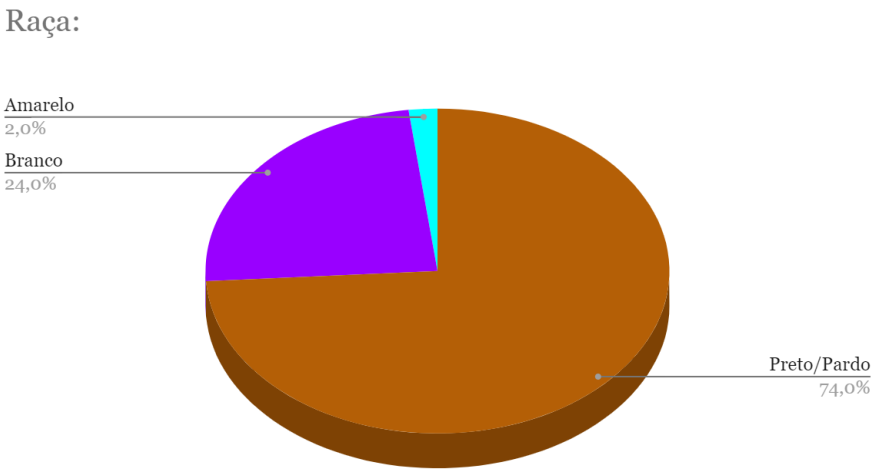
O Brasil é um país colonizado que se mantém dentro do modo de produção capitalista. Esse produz desigualdades sociais, que se tornam essência para desenvolvimento ontogenético. A condição de país dependente perpassa as marcas das opressão de classe, considerando as dimensões raciais, etárias e de gênero, que constituem as pessoas em sua ontogênese. O racismo não é apenas uma ideologia, mas também um sistema arraigado que influencia profundamente as dinâmicas socioespaciais. Na divisão racial do trabalho, homens e mulheres "livres" se tornam uma massa marginal, esse é mais um dos agravantes do racismo como elemento estrutural, indicador da desigualdade e discriminação na constituição do mercado de trabalho brasileiro (Gonzalez, 2020).

2 Metodologia

É uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, ancorada na Psicologia Histórico-Cultural, embasada no método materialista histórico-dialético. Este estudo se vincula ao Projeto *Nexos da Uberização: análise a partir dos trabalhadores* e, para isso, foram realizadas entrevistas qualitativas que contaram com o apoio de um roteiro semiestruturado. Das 50 entrevistas feitas com entregadores de diferentes plataformas de Natal (RN) e região metropolitana, selecionamos uma amostra com 8 jovens negros, feitas entre 2020 e 2023, escolhendo por aquelas que mais ofereciam subsídios para discussão dos fenômenos a serem observados (racismo e superexploração). Para a apreensão qualitativa, realizamos a análise das entrevistas, cuja proposta metodológica foi a da Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Essa investigação foi aprovada no Comitê de Ética CAAE: 54084121.7.1001.5537, e teve anuência dos participantes, mediante o registro de Consentimento Livre e Esclarecido e do termo de autorização para a gravação de voz.

3 Resultados e discussões

Gráfico 1 – Dados sociodemográficos



Fonte: elaborado pelos autores.

Ainda que os trabalhadores não veiculem em seus discursos o racismo, esse é materializado em alguns elementos. Por intermédio dos dados sociodemográficos, há prevalência de pessoas negras nessa atividade: 74,0% se considera preto/pardo, esses constantemente sofrem maus tratos por parte dos estabelecimentos e clientes, como forma de resistência há mobilizações coletivas, quando ocorrem golpes ou agressões de qualquer natureza.

As trajetórias dos entregadores estão repletas de empregos precários, ocupações temporárias e períodos de desemprego. As narrativas ilustram a superexploração do trabalho, desde o esgotamento precoce até a obrigatoriedade de realizar trabalhos adicionais, alguns relacionados a empregos formais que oferecem direitos trabalhistas, porém, não suprem as necessidades essenciais (Alves, 2022).

Isso leva o sujeito uberizado a buscar ocupações temporárias, dedicando longas horas nas ruas, consolidado como um trabalhador sob demanda. Uma das numerosas contradições, decorrentes da uberização em Natal, é a seguinte: pessoas negras, provenientes das periferias se dirigem aos centros urbanos e áreas abastadas para realizar entregas de alimentos, sendo, desse modo, corpos úteis nesse espaço, enquanto eles próprios enfrentam carências alimentares, debilidade física e desnutrição.

A desnutrição, que é um componente da superexploração, prejudica funções psicológicas como a percepção, concentração e atenção, aumentando, assim, os riscos de acidentes de trânsito. Adicionalmente, a fome torna o corpo vulnerável a doenças que um organismo bem nutrido resistiria com maior facilidade.

Para além dos dados empíricos, trazemos uma reflexão sobre a Inteligência Artificial (IA) que é uma possibilidade de ampliar nossas habilidades, mas também apresenta potencial de perpetuar a manutenção estrutural das desigualdades raciais já existentes na sociedade, com o racismo algorítmico (Silva, 2022). Em um ciclo prejudicial, a IA não apenas reflete as desigualdades existentes, mas também as amplifica, o racismo se transforma em uma forma de opressão algorítmica dentro das redes sociotécnicas (Bezerra; Costa, 2022).

Considerações finais

Ao examinarmos essa problemática sob a ótica das interações entre o corpo e o espaço, é evidente como o racismo perpetua injustiças sociais e ambientais que impactam de maneira desproporcional os grupos historicamente vulneráveis. O resultado é a negação sistemática da cidadania étnico-racial, intensificando, assim, as disparidades socioespaciais de forma contundente. A condição das pessoas negras não emerge de forma natural, mas é forjada na particularidade do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro, ou seja, a inserção em trabalhos informais e de baixa ou nenhuma remuneração, impedindo a própria reprodução da vida. O não reconhecimento do racismo, dificulta o enfrentamento e superação das desigualdades.

Referências

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, [*S.l.*], v. 25, n. 2, p. 212-221, maio/ago. 2022.

DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/. Acesso em: 4 set. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 1977.

BEZERRA, Arthur Coelho; COSTA, Camila Mattos da. Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. e6043, nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6043. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/6043.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAPA, Raphael Santos. **Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19**: análise de dados da PNAD-Covid19–IBGE–Parte 1–Entregadores de Aplicativos. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)**. PNAD Contínua**, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

POR MAIS JOVENS CIENTISTAS NEGRAS: uma análise da presença feminina no curso de licenciatura em matemática do IFMA

Bruna Giovanna Oliveira Costa[357]
Claudicéa Alves Durans[358]

Resumo
O objetivo desta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, é analisar e problematizar a presença feminina negra no curso de Licenciatura em Matemática do IFMA – Monte Castelo. Para isso, foram coletados dados a partir de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a 21 alunas do curso, buscando identificar seus perfis, as percepções sobre a temática e os desafios enfrentados. A partir dos resultados, é fato que o machismo e o racismo influenciam veladamente os ingresso, permanência e conclusão dessas jovens no curso.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Matemática.

1 Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres são maioria no Ensino Superior, com uma diferença em relação aos homens de 8,2%. Porém, há desigualdade racial no acesso entre as mulheres. Em 2019, o índice de frequência de jovens negras entre 18 e 24 anos era cerca de 50% menor que de brancas. Elas também são minoria nas áreas de Ciências Exatas, representando apenas 13,3% das matrículas na área de Computação. Em relação à docência, representam somente 46,8% do total de professores universitários brasileiros (IBGE, 2021).

Podemos concluir que a atuação de mulheres, em especial das negras, nas Ciências Exatas no Ensino Superior é ínfima. Essas áreas, sobretudo a Matemática, ainda são consideradas bastante complexas e destinadas somente àqueles com dom da razão e abstração. Tais características colidem com o perfil da mulher socialmente construído e, logo, as dificultam a acessar lugares masculinizados. Ademais, o racismo estrutural (Almeida, 2019) agrava esse cenário, resultando na dupla discriminação de gênero e raça.

Diversos trabalhos, abordando gênero em Matemática, têm sido publicados, mas há poucos focando a questão de raça. Assim, este estudo se faz relevante, pois a partir dele podemos auxiliar no processo de desmistificação da identidade implícita da mulher negra na matemática e colaborar para que mais jovens se vejam representadas e se inspirem a ocupar lugares que lhes foram negados.

Portanto, objetivamos analisar e problematizar a presença feminina negra no curso de Licenciatura em Matemática do IFMA, destacando a importância na desconstrução de estereótipos e elevação da autoestima de outras jovens.

357 Graduanda em Licenciatura em Matemática, Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: bruna.g@acad.ifma.edu.br
358 Doutora em Políticas Públicas, Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: claudicea.durans@ifma.edu.br

2 Metodologia

Nossa pesquisa é um estudo de caso de caráter qualitativo e explicativo. Fizemos revisões bibliográficas sobre Gênero, Raça e Matemática e destacamos as contribuições de mulheres negras para a elevação da Matemática. Para coleta de dados, aplicamos entrevistas semiestruturadas, presencial ou *online*, pela plataforma *Google Meet*, com 21 alunas, sendo elas Graduandas, formadas e evadidas, visando identificar seus perfis, a percepção sobre a temática, os desafios enfrentados e os motivos de evasão. Foram gravados somente áudios e transcritos para arquivos em *word.*

3 Resultados e discussões

Entrevistamos 21 alunas, sendo Graduandas (16), formadas (3) e evadidas (2), com idades entre 20 e 37 anos. Delas, onze se consideram pardas, seis pretas e quatro brancas. A maioria advém de classe popular e de escola pública, tem pais com formação até o nível Médio, não trabalha, mas é bolsista; sete delas precisaram mudar de cidade para cursar a Graduação e nove ingressaram por cota.

Os maiores desafios das jovens no curso são em relação ao *déficit* em matemática básica, período do curso, dificuldade financeira, mudança de cidade e trajeto casa-instituto.

As que afirmaram ter boa base em matemática cursaram, ao menos, o Ensino Fundamental na rede privada. Somente duas das que sempre estudaram na rede pública afirmaram ter boa base somente por causa da dedicação de professores.

Como o curso é à tarde, elas não trabalham formalmente, então, precisam depender financeiramente de parceiro, família ou bolsa estudantil. Algumas precisaram trancar o curso para trabalhar e retornaram posteriormente. Ademais, como algumas aulas encerram à noite, muitas sentem medo de transitar pelas ruas, sobretudo por ser mulher. Apenas uma das que se consideram pretas disse ter medo por causa de cor. Também reclamaram do percurso casa-instituto, alegam perder muito tempo que poderia ser aproveitado para estudar, algumas demoram quase quatro horas diárias. Outras sentiram dificuldade quanto a morar sozinha e à adaptação.

As questionamos sobre como se sentiam em relação às questões de gênero e raça no IFMA, todas relataram que nunca sofreram nenhum tipo de preconceito de raça ou gênero, ao menos não que julgassem necessário intervenção de outrem. Mas já presenciaram/sofreram de forma velada, em piadas, falas ou gestos. Tais práticas são naturalizadas socialmente e continuam sendo renovadas cotidianamente.

Elas reconhecem que é um curso majoritariamente masculino e branco, inclusive tem somente duas professoras, as quais são brancas. Muitas alunas falaram que, às vezes, não se sentem pertencentes ao curso, não por causa da matemática em si, e sim por falta de identificação e se sentirem solitárias. As únicas professoras negras com quem elas têm contato são as que lecionam disciplinas pedagógicas. Segundo Almeida (2019), a representatividade auxilia no combate à discriminação contra as minorias, ao passo que descontrói gradualmente narrativas discriminatórias que as inferiorizam. Assim, ao se verem representadas, mulheres negras podem se auto reconhecer como sujeitos capazes de ocupar lugares sociais, diferentes dos que lhes foram reservados pelo racismo.

Elas não veem diferença no tratamento entre os colegas, alguns ignoram as opiniões delas sobre matemática. Já as desistentes relataram que o principal motivo pelo qual deixaram o curso foi conciliar trabalho e Graduação. Ambas estão cursando outras Graduações e todas as formadas cursam Pós-Graduação, estão se qualificando para alcançarem melhores posições de trabalho.

Considerações finais

Percebemos que o machismo e o racismo influenciam veladamente os ingressos, a permanência e a conclusão dessas jovens no curso. É preciso continuar analisando e problematizando questões de gênero e raça para que possam ser alcançadas a equidade e igualdade nos diversos meios sociais. Sugerimos que sejam realizadas novas pesquisa, focando no corpo docente de Matemática para obterem suas percepções sobre o tema.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=210178. Acesso em: 7 mar. 2023.

A UNIVERSIDADE COMO POSSIBILIDADE E OS PROJETOS DE VIDA DE JOVENS DE CAMADAS POPULARES

Maria Zenaide Alves[359]
Kamila Evelyn Martins Marques[360]

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as experiências acadêmicas de jovens cotistas negras (os) ingressantes no ano de 2018 em cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados evidenciam que as quatro jovens cotistas negras (os) viam a universidade pública como algo distante de ser alcançado, dada a realidade socioeconômica e cultural que vivenciavam.

Palavras-chave: Juventude Negra. Experiência Acadêmica. Ações Afirmativas. Ensino Superior.

1 Introdução

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e se insere na linha de pesquisa Educação Popular e Letramentos. É uma pesquisa que se insere na temática das relações étnico-raciais e as ações afirmativas no Ensino Superior. Tem como objetivo principal analisar as experiências acadêmicas de jovens cotistas negros, ingressantes no ano de 2018 em cursos de licenciatura em Geografia, Ciências Biológicas, História e Pedagogia da UFCAT.

2 Metodologia

Com o objetivo de analisar as experiências acadêmicas de jovens cotistas negros, ingressantes no ano de 2018 em cursos de licenciatura da Universidade Federal de Catalão, a pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro jovens cotistas negros, ingressantes no ano de 2018. A escolha dos sujeitos ocorreu, considerando a diversidade de gênero, a origem territorial e o tempo de conclusão do Ensino Médio, por compreender que tais aspectos são importantes para a experiências no Ensino Superior.

3 Resultados e discussões

Os dados apreendidos evidenciam que os quatro jovens cotistas negros viam a universidade pública como algo distante de ser alcançado, dada a realidade socioeconômica e cultural que vivenciavam. A palavra possibilidade é um substantivo

359 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão. Email: zenpiaui@ufcat.edu.br
360 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Catalão (2022). Pedagoga na Rede Municipal de Goiânia. Email: kamilaevelyn@discente.ufcat.edu.br

feminino que deriva do latim *possibilitas, atis*, sendo característica do que é possível, do que pode acontecer; chance, probabilidade. Assim, utilizamos a ideia a partir do conceito de campo de possibilidade, de Gilberto Velho (2003, p. 14), no sentido do que está no horizonte, ao alcance do sujeito, ou seja, "as alternativas que podem ser sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos".

Para os jovens negros desta investigação, por exemplo, no contexto em que estão inseridos, a universidade pública é algo que está no campo de possibilidades, sendo, muitas vezes, o trabalho formal, informal ou mesmo o subemprego o que mais pode acessível no campo de possibilidades desses jovens negros. Além do mais, muitos não têm condições financeiras para ingressar em uma faculdade privada, ou mesmo tempo para seprepararem melhor para algum cursinho pré-vestibular (particular ou popular) e assim poderem ingressar em uma universidade pública.

Outras dificuldades podem surgir, como a maternidade, o casamento, o desemprego, os desarranjos familiares, os problemas pessoais, dentre outras razões e problemas que distanciam esses jovens negros do desejo de ingressarem em uma universidade. Aos jovens pobres, de classes populares, não é concedido o benefício da "moratória social"[361] como um tempo de vivências e experiências próprias desse período da vida. Dedicar-se aos estudos deveria ser um direito de todos, mas esta não é a realidade das muitas juventudes brasileiras.

Compreendemos que o "campo de possibilidades" dialoga com as condições subjetivas e materiais desses jovens cotistas negros, haja vista que ingressar em uma universidade não depende exclusivamente do desejo de querer ingressar, de desejar estar ali. Não estuda quem quer; estuda quem pode, quem reúne condições materiais (em geral, econômicas, mas não somente) e subjetivas necessárias para realização desse sonho. Apesar de a condição econômica ser um dos aspectos decisivos, principalmente porque esses jovens, em específico os que foram entrevistados, deslocaram-se de suas cidades para estudarem em Catalão; é necessário também reunir disposição pessoal para se submeterem as possíveis adversidades dessa nova empreitada de morar, de conviver longe dos familiares e de conseguir emprego e estudar em outra cidade.

É difícil e, por vezes, até impossível, almejar e ir atrás de sonhos e desejos em uma sociedade que historicamente não só retrata (nas mídias, nos livros, nos filmes etc.), como também trata negros e negras de forma negativa e subalternizada. Palavras como "medo", "receio" e "incapacidade", presentesem algumas das falas dos participantes, ressoam um sentimento de insegurança, incapacidade eimpossibilidade de conseguirem aquilo algum dia, o que acaba colocando em descrédito a sua inteligência e capacidade de desejar ingressar em uma universidade pública. Ao serem perguntados sobre a reação que tiveram quando souberam da aprovação na universidade, percebemos o entusiasmo que os quatro sujeitos de pesquisa tiveram ao respondê-la.

---

361 O conceito de moratória social caracteriza a possibilidade oferecida por determinados grupos sociais(principalmente de classe média) a seus/suas jovens, como um "tempo legítimo para que se dediquem ao estudo e à capacitação [profissional], postergando o matrimônio [ou a vida independente, fora da casa dos pais], o que lhes permite gozar de certo período durante o qual a sociedade lhes brinda com uma especial tolerância" (Margulis; Urresti, 1996, p. 15).

Por meio dos sorrisos e dos olhares radiantes, todos relataram momentos de felicidade ao saberem da sua aprovação na universidade, principalmente porque sua aprovação, não significava apenas uma realização pessoal, mas também uma realização familiar, especialmente para aqueles que estão sendo os primeiros da família a estarem cursando o Ensino Superior em uma universidade pública, pois entendem que isto possibilitará uma perspectiva profissional futura. A partir dessa conquista, famílias de pessoas negras passam a ter alguém como referencial na família, de perceber aquilo como possível, o que até então seus antepassados não tiveram.

Considerações finais

Nas falas das jovens negras entrevistadas, observamos o quanto o ingresso na universidade era algo bastante almejado por eles. O sonho de ingressar em uma universidade nem sempre é uma opção, visto que o trabalho e a luta para manutenção da vida e de seus pares são de suma necessidade. Muitos até sonham e desejam ingressar em uma universidade. No entanto, a dolorosa desigualdade racial e social encaminha esses "sonhos" para um segundo plano ou até mesmo para a desilusão, ceifando projetos de uma vida melhor. Como cultivar sonhos, como projetar em uma sociedade que a todo momento busca aniquilar a sua existência e a de seus pares? Infelizmente, as regras do jogo, do racismo e do capitalismo, são postas de maneira a tornar mais árduo o caminho percorrido pelas pessoas marcadas pela opressão e as desigualdades de raça, gênero e território.

Referências

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. *In*: ARIOVICH, Laura. **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio deJaneiro: Jorge Zahar, 2003.

PRETAGOGIA COM JUVENTUDES NO MATIZES[362]: para desbloquear nossos afrosaberes

Wanderson William Fidalgo de Sousa[363]
Sabrina Bernardina Thainara de Sousa[364]

Resumo
O presente escrito é um relato de experiência de uma oficina, realizada na 17ª Semana do Orgulho de Ser do Grupo Matizes, ofertada pelo Observatório das Juventudes e Violências na Escola (OBJUVE) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI), cujo objetivo é o de apresentar os afrosaberes desbloqueados pelas juventudes a partir da oficina que nasce das implicações dos autores após a realização do curso, intitulado: *Pretagogia no Currículo: Bases Teóricas-Práticas (Módulo I – Pertencimento Afro)*. Desse modo, implicados pelo curso e inspirados na Sociopoética, foi possível realizar uma oficina do resgate dos afrosaberes com/entre jovens.

Palavras-chave: Pretagogia. Juventudes. Afrosaberes.

1 Implicações iniciais

Para este momento nos valemos da escrita em primeira pessoa, pois somos um corpo-vivo dentro desde tecer escrito, assim como, implicados na realização dessa oficina, realizada na 17ª Semana do Orgulho de Ser do Grupo Matizes. Nos implicamos enquanto jovens negros com seus afrosaberes desbloqueados. Nesse sentido, ao fazermos o curso da Profa. Dra. Sandra Haydée Petit: *Pretagogia no Currículo: Bases Teóricas-Práticas (Módulo I - Pertencimento Afro)*, nos oportunizou fazer um resgate desses afrosaberes bloqueados e silenciados em nossos corpos.

Nesse sentido, concordamos com Jacques Gauthier (2012), quando diz que muitos de nossos saberes não se expressam com palavras, por terem sido recalcados em nossos músculos e nervos por diversas formas de opressão ou por pertencerem a ordem do silêncio, assim devemos pensar, conhecer, pesquisar e aprender com o corpo inteiro, com suas potências da razão, emoção, sensação, intuição, gestualidade, imaginação, criação e experiência.

Desse modo, o despertar dos afrosaberes no curso e a realização da oficina nos possibilitou acessar com/entre jovens o orgulho de ser e pertencer a um grupo étnico-

---

[362] O Grupo Matizes é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 18 de maio de 2002, cuja missão é a defesa dos direitos humanos, com ênfase na defesa de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT+). Reconhecida entidade de utilidade pública pela Lei Estadual nº 5811/2008, tem assento nos Conselhos Estadual de Direitos Humanos, nos Conselhos Estadual e Municipal LGBT e no Fórum Municipal de Educação. É filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e ao Fórum de Ong's/AIDS do Piauí. Disponível em: https://matizes.org.br/site/. Acesso em: 14 fev. 2023.

[363] Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPI). E-mail:wandersonfidalgo33@gmail.com
[364] Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: sabrina.bernardina.sabrina@ufpi.edu.br

racial, atravessado por linhas interseccionais, desfazendo visões únicas e favorecendo, principalmente, nosso pertencimento afroancestral.

2 Itinerário metodológico

A oficina foi realizada em 30/08/23 na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na sala dos núcleos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd). Realizamos a oficina implicados a partir da participação no curso e inspirados na Sociopoética, tomando como base dois de seus princípios: pesquisar com o corpo todo e o uso de técnicas artísticas (Gauthier, 2012).

A oficina foi realizada em quatro momentos: 1) apresentação com/entre jovens afros; 2) olhos afros fechados para ver o/a ancestral; 3) produção dos afrosaberes; e 4) socialização dos afrosaberes. É importante ressaltar que os participantes foram informados que, cada momento da oficina seria registrado, por meio de fotografias e vídeos para fins acadêmicos e que esses não teriam sua identidade revelada.

3 Produção artística dos afrosaberes com/entre juventudes no matizes

A oficina foi realizada com/entre jovens na Universidade Federal do Piauí (UFPI). No primeiro momento da oficina os jovens ao chegarem à sala eram acolhidos pela facilitadora Sabrina, que os orientava a tiragem de seus calçados e sentarem ao chão. Na sala, havia uma música ambiente com o som de tambores africanos. Quando todos já estavam presentes foi realizada uma apresentação coletiva de cada um, com uma bola imaginária que saia do pote no centro da sala e é jogada para cada um, até que todos estivessem apresentados. Vejamos na imagem a seguir:

Imagem 1 – Apresentação com a bola imaginária

Fonte: Acervo fotográfico particular do facilitador (2023).

Após esse momento, a facilitadora Sabrina falou sobre os afrosaberes e seu pertencimento afro após a participação no curso. Em sua fala, Sabrina potencializa a importância e potência de seu cabelo crespo, concordando com Grada Kilomba (2020), quando diz que o cabelo crespo tornou-se um instrumento de consciência política entre africanas da diáspora.

Com música ambiente, a facilitadora Sabrina orienta o grupo a fechar os olhos e deitar-se ao chão. Nesse momento, a facilitadora pede que aos jovens fiquem relaxados para vivenciarem a viagem imaginária que será conduzida pelo facilitador Wanderson. Vejamos na imagem a seguir:

Imagem 2 – Início do relaxamento

Fonte: Acervo fotográfico particular do facilitador (2023).

Em som ambiente com tambores africanos, o facilitador Wanderson iniciou a viagem imaginária. Nesse momento, nos inspiramos na Sociopoética para aprender como o corpo todo. Jacques Gauthier (2012) diz que no relaxamento o importante é que as pessoas parem de racionalizar tudo e se entreguem totalmente e deixe surgir os conteúdos sem censura. Assim, nos valemos disso para relaxar o grupo e que seja possível o desbloqueio ou acesso dos afrosaberes. A seguir o quadro com a viagem imaginária e, posteriormente, uma imagem desse momento:

Quadro 1 – Viagem imaginária – conversando com o ancestral

Respire fundo e solte o ar. Você irá retornar a sua infância, adolescência ou vida adulta. Você está no seu território. Você caminha neste território e vê um/a ancestral sentado/ ao chão, quem é esse ancestral? Qual o nome dele/a? Você se aproxima com cuidado e estabelece um diálogo de troca de afrosaberes. Neste diálogo você pergunta: a história do meu nome, as histórias da sua linhagem, inclusive agregados, pergunta sobre mitos e lendas de seu povo. Nesse território você sente o cheiro dos sabores da sua infância, adolescência ou vida adulta e imagina os modos de comer. Quais são esses modos de comer? Em seguida seu ancestral começou a falar sobre práticas e valores de iniciação, ritos de transmissão e ensino. Quais são eles? Conversando com seu ancestral você ouvir músicas, cantos, toques, ritmos e estilos afro. Nesse momento você levanta do chão e convida seu ancestral para dançar. Quais são esses ritmos? Após este momento vocês dois retornam para o chão e começam a falar sobre os cabelos. Cabelos afros, que são encaracolados, cacheados e crespos. Você aceita seu cabelo? Como é seu cabelo? Seu ancestral agora está falando de sua relação com África. Você consegue

estabelecer relação com África, qual é essa relação? Seu ancestral precisa se despedir. Quais afrosaberes ditos e não ditos? Você irá abrir os olhos com calma e voltará do seu território ancestral com os afrosaberes desbloqueados.

Fonte: Criação do facilitador a partir da participação no curso.

Imagem 3 – Viagem imaginária

Fonte: Acervo fotográfico particular do facilitador (2023).

Ao fim da viagem imaginária, o grupo retornou lentamente e encontrou à disposição materiais para produção dos afrosaberes desbloqueados. Na sala havia som ambiente para o favorecimento da produção. Jacques Gauthier (2012) também ressalta a importância da produção dos dados imediatamente após o retorno do relaxamento. A seguir a produção dos afrosaberes:

Imagem 4 – Produção dos afrosaberes

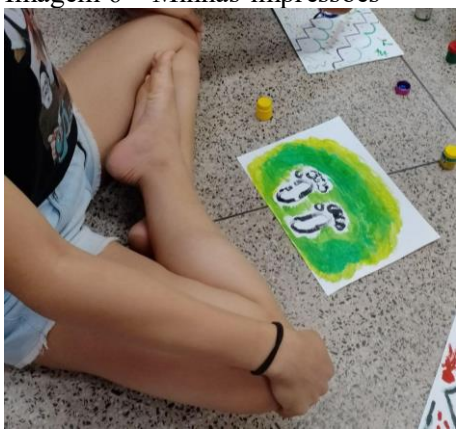
Fonte: Acervo fotográfico particular do facilitador (2023).

Nesse momento, optamos por expor apenas uma das produções. A produção recebeu pela participante o nome de *Minhas-impressões*:

> [...] Porque os pés deixam marcas, impressões por onde passam" A participante diz: "[...] Eu não tive muito essa questão de conhecer a

> ancestralidade da minha família. Eu fui criada só pela minha mãe e pelo meu irmão, então a gente era uma família bem pequena [...]. Essa memória que eu desbloquei, foi justamente com minha mãe, e eu fiz dois pés. Desde pequena eu sempre fui muito danada, e na minha casa tinha um quintal mais ou menos do tamanho dessa sala e tinha uma árvore, eu sempre gostava de ficar brincando lá descalça. E minha mãe sempre brigava, porque ela dizia que eu ia ficar com dor de barriga, porque de manhã era mais frio, aí ela dizia que pisa no chão frio ia me dar dor de barriga, eu sempre teimava. Outra coisa que destravou [...] foi sobre limpar a casa [...] ela colocava sal grosso nos cantinhos da casa ou então em potinhos em lugares específicos para tirar o olho gordo. Também lembrei da fitinha, sempre que pego um gato de rua, eu sempre coloco uma fitinha nele [...].

Imagem 6 – Minhas-impressões



Fonte: Acervo fotográfico particular do facilitador (2023).

Nesse sentido, podemos perceber, na fala da participante, os marcadores de africanidade que são: relação com a natureza, relação com o chão (vivências e simbologias), práticas e valores de iniciação/ritos de transmissão e ensino[365]. Assim, compreendemos que a oficina oportunizou o desbloqueio dos afrosaberes da participante, assim como dos demais.

Conclusão ancestral

Nesse sentido, a oficina *Pretagogia com juventudes no matizes: para desbloquear nossos afrosaberes* potencializou as juventudes presentes, como também foi possível fazer um resgate de seus afrosaberes recalcados em seus corpos. Desse modo, as implicações iniciais dos autores e sua inspiração na Sociopoética favoreceu o pertencimento afro dos participantes e resgate de seus afrosaberes.

Referências

[365] Tabela dos marcadores de africanidade disponibilizada pela Profa. Dra. Sandra Petit.

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. A Sociopoética e os cinco princípios: a filosofia dos corpos misturados na pesquisa em educação. *In*: ADAD, *et al.* **Tudo que não inventamos é falso**: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 41-59.

GAUTHIER, Jacques. **O oco do vento**: metodologia da pesquisa sociopoética e estudos transculturais. Curitiba: CRV, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

PETIT, Sandra Haydée. Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa. *In*: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). **Tudo que não inventamos é falso**: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 19-39.

SABERES INDÍGENAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: o que se aprende com a Festa da Menina Moça

Zenailde Rodrigues Costa[366]
Maria do Socorro Borges da Silva[367]

Resumo
Este artigo analisa que saberes indígenas que corroboram nos modos de educar em direitos humanos a partir das narrativas produzidas na experiência docente vivenciada em comunidade originária, por intermédio da Festa da Menina Moça na Região Canabrava, localizada em Barra do Corda, Maranhão. Este relato objetiva analisar os saberes experienciais de indígenas/originários, tendo como dispositivos a manifestação cultural Festa da Menina Moça para pensar modos de educar em direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Saberes. Povos Originários.

1 Introdução

Este trabalho surge como um processo de estudos e da realidade, vivenciada pela pesquisadora na atividade voluntária como docente alfabetizadora, que proporciona inquietações e afetamentos que a levaram à pesquisa de Mestrado, em processo de desenvolvimento. Resulta de produção vivenciada na matrizes curriculares do Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Esse processo, tendo como analisador a Festa da Menina Moça, traz algumas ideias fundamentais para pensar o Educar em Direitos Humanos.

Com esta produção objetivamos analisar os saberes experienciais de indígenas/originários, tendo como dispositivos a manifestação cultural Festa da Menina Moça para pensar modos de educar em direitos humanos.

A fundamentação teórica está pautada em Krenak (2022), Kambeba (2022, Munduruku (2012), Kastrup (2014), Deleuze e Guattari (1995), dentre outros que atravessam o educar em Direitos Humanos, além de estudos feitos no processo de mestrado da autora.

2 Metodologia

366 Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Mestranda em Educação (UFPI). Especialista em Libras pela Faculdade FAESPI. Especialista no Ensino da Matemática (IFMA). Professora da Educação Infantil em Escola Pública. Atualmente atua como Professora das Séries Iniciais do Ensino Fundamental em Escola Pública. E-mail: zenarodrigues.edu@gmail.com
367 Profa. Dra. Maria do Socorro Borges da Silva -UFPI – Doutora e mestre em educação, especialista em história política contemporânea e licenciatura em História. Docente da UFPI, no CCE-DEFE e PPGed. E-mail: msocorrobs@ufpi.edu.br

Tem base na abordagem qualitativa cartográfica, no método cartográfico (Deleuze; Guattari, 2010), com realização do mapeamento das experiências que a pesquisadora carrega no corpo, fazendo o caminho de volta às memórias, vivenciadas no lugar da cultura, na comunidade Indígena da Etnia Guajajara.

Escrever sobre essa experiência é um processo de lembrar as raízes originárias, de que pertencemos a algum lugar. É um caminho de retorno a si mesmo, de autoconhecimento, construção de si e de mundos, como é próprio do cartógrafo, traçando um plano comum, sem o qual a pesquisa não acontece, pois, a cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente (Kastrup; Passos, 2014).

A partir da observação cartográfica, posso afirmar que a vida dos Povos Indígenas Guajajaras é marcada por dois rituais de passagem bastante representativos: a Festa da Menina Moça e a Festa do Rapaz.

3 Hoje é dia de festa na aldeia

Durante os anos de convivência com o povo Tentehar-Guajajara, foram presenciadas situações como a Festa da Menina Moça por inúmeras vezes. Dado o afetamento por essa vivência, se tornou uma das festas que eu mais gostava durante todo o ano, sem contar com o Dia dos Povos Indígenas que é um momento de celebrar a resistência dos povos originários em todo o Brasil, por isso, essa festa é objeto de interesse da pesquisa.

O ritual de passagem da Menina-Moça abrange três fases importantes: a) a tocaia, b) a caçada; e c) a festa de apresentação. Tudo se inicia com a primeira menstruação ou a menarca. Ao notar o sangramento, a moça não pode guardar segredo, deve imediatamente contar aos pais ou quem estiver mais próximo de sua confiança. Guardar segredo sobre a menarca pode trazer sérios problemas físicos e psicológicos à moça, uma vez que a fase da tocaia, segundo a cultura indígena é fundamental para a sua proteção.

A tocaia é o lugar em que a moça fica reclusa por sete dias quando tem sua primeira menstruação. Na tradição Tentehar-Guajajara, se preparava uma pequena casinha dentro de um quarto da casa, cujas paredes e porta de entrada são feitas com palha de palmeira de coco babaçu. Todavia, nos dias atuais, dependendo da situação ou região, o próprio quarto da moça ou qualquer outro quarto da sala pode servir de tocaia, desde que tenha porta ou cortina para fechá-lo.

Quando a menina menstrua pela primeira vez, seu corpo fica frágil e suscetível às intervenções do mundo espiritual. A tocaia e a maioria dos procedimentos que são realizados em seu corpo têm a finalidade de protegê-la dos “espíritos ruins”, como traduzem. Por isso, a moça nunca pode ficar sozinha no período de reclusão, há sempre alguém por perto. Na maior parte do tempo são as crianças que fazem companhia a ela, visto que os adultos estão ocupados, organizando as coisas do seu ritual.

É interessante como o povo Tentehar-Guajajara se prepara muito tempo antes para esse momento. Como não há uma data marcada para a menarca acontecer, desde que percebem as transformações no corpo da menina, eles já vão preparando o que pode ser feito antes, como os colares, a esteira, os brincos, a vestimenta da festa, entre outros.

Esse trabalho é feito tanto pelas mulheres, quanto pelas próprias meninas que ficarão moças.

Assim que a menina menstrua, a comunidade toda é avisada. Geralmente, esse aviso vem por meio do barulho dos foguetes que a família da moça solta ao receber a notícia. Os fogos têm nesse ritual uma representação desde do início ao fim: na tocaia, na caçada e na festa de apresentação.

No primeiro dia, enquanto a moça está na tocaia, os parentes pegam os jenipapos verdes e os ralam para produzir a tinta que será passada na moça e em seus familiares. É um momento festivo, em que mesmo sendo um trabalho exaustivo, eles o fazem com muita alegria, relembrando histórias e dando risadas. É uma ocasião especial. Após ralarem, espremem o suco que sai daquela massa, e após algumas horas de descanso, se transforma em uma tinta preta, que é conhecida por tinta de jenipapo.

Com a tinta de jenipapo pronta, a menina-moça é despojada de suas roupas, ficando apenas de calcinha para que as mulheres mais velhas a banhem com esse suco que foi preparado. Elas passam em todo o seu corpo, e enquanto passam, vão apertando seus glúteos e suas coxas para que fique bem torneada quando crescer. É como se estivessem cobrindo-a com um manto de proteção e embelezamento ou fabricando corpos saudáveis e belos (Sousa, 2014; Tassinari, 2007).

Na pintura tradicional da menina-moça Tentehar-Guajajara, apenas o rosto não é totalmente encoberto pela tinta, nele são feitos grafismos próprios do ritual. Os colares de miçangas coloridas, além de embelezarem a moça, também servem como amuleto de proteção. Após se pintarem, os homens e as mulheres mais velhas vão até a tocaia conversar com elas sobre a importância desse ritual, bem como lhes dá conselhos para o futuro. Segundo o Cacique Magno Guajajara,

> O jenipapo representa a proteção usado em momentos culturais, e essa pintura é usada especificamente na festa da menina moça, não de hoje, mas usado pelos nossos ancestrais, não é apenas um uso exclusivo dos Guajajaras, e de outros povos forma de lutar (Diário de campo).

Quando chega o sétimo dia de tocaia, todos já sabem que sua saída será na madrugada do oitavo dia. Contudo, a cantoria começa ainda na noite do sétimo dia. Nesse dia, a família da menina-moça deve preparar uma comida bem reforçada para dar força aos cantores e cantoras que ficarão até o amanhecer cantando, dançando e sacudindo seus maracás. A saída da menina-moça é uma noite de festa, tanto a cidade como a aldeia são convidadas a participar.

É o ritual mais importante para esse povo, uma vez que a comunidade dedica mais tempo trabalhando em sua realização, bem como considera indispensável seu acontecimento. Diferentemente dos rapazes, as moças não podem ficar sem passar pelo ritual, necessitam desse momento de proteção. Essa festa é tão importante para o povo Tentehar-Guajajara que não deixou de acontecer nem mesmo em tempos pandêmicos.

4 Resultados e discussões

Historicamente, na tradição judaica cristã quando uma mulher sangra é símbolo de impureza. Na cultura indígena, esse ritual de passagem provoca uma potencialidade em se tornar uma mulher, pois quando é chegado a hora, esse momento é recebido com alegria tendo toda uma preparação antecipadamente e também durante as primeiras semanas.

Essas técnicas em torno da corporalidade nos remete mais uma vez à noção da "fabricação de corpos saudáveis" descrita por Tassinari (2007). É nesse processo de reclusão que a menina moça passa incialmente, é que podemos observar os modos de educar transmitidos pelos mais velhos. Krenak (2022, p. 116) afirma que todo essas "[...] experiencias são fundamentais para se perceber como sujeito coletivo, para aprender que não estamos sozinhos no mundo".

Na cultura Tentehar-Guajajara, a relação com o sobrenatural está presente em tudo, se encontra no cotidiano, no ambiente onde vivem, nos lugares que frequentam e em suas ações. Segundo Márcia Kambeba (2020, p. 41), "na cultura dos povos indígenas, o tempo é de fundamental importância na construção das territorialidades, da aprendizagem de modo particular". Esse modo de Educar nas comunidades indígenas obedece a uma outra dinâmica que não é a mesma utilizada em nossa cultura colonizadora, é onde eles constroem o "território do saber", contribuindo para o bem de uma coletividade e para a formação do ser pessoa.

Por intermédio da educação em direitos humanos é possível criar uma nova cultura a partir do entendimento de que toda e qualquer pessoa deve ser respeitada em razão da dignidade que lhe é inerente, uma característica única. Outra forma de refletir sobre o educar em direitos humanos dentro da cultura indígena acontece em seus momentos de pinturas ou grafismos corporais. É um dos saberes que perdura por muito tempo, e todos os indígenas, seja qual for a etnia, valorizam esse momento, que começa desde a caça dos jenipapos ainda verdes dentro das matas.

Esse é uma das inúmeras formas de Educar, dos saberes dos povos indígenas, e de como parte dessa riqueza lhes foi roubada com o processo da colonização. Atualmente, os povos originários buscam manter sua cultura viva por meio de elementos que carregam em seu território ancestral, o próprio corpo, a alma, e a memória. Daí a importância desses rituais de passagem que os indígenas mantêm, pois eles são a fórmula encontrada para "atualizar" e juntar os fragmentos de memória através da identidade étnica que cada povo possui (Munduruku, 2012).

Considerações finais

A experiência com a cartografia deixa evidente que se trata de uma abordagem metodológica que produz efeito formativo, também um modo de transversalização dos saberes produzidos com saberes não reconhecidos academicamente. É o método no qual é preciso traçar um plano comum, pois sem ele nada acontece na pesquisa.

Nesse de trajeto de produção e no encontro com Krenak (2022), Kambeba (2020) e Munduruku (2012), entendemos a importância de estudarmos sobre os direitos humanos, sobretudo acerca dos saberes ancestrais dos povos indígenas. É nesse processo de descolonização que tivemos que aprender a quebrar as fronteiras, atravessar os muros do preconceito e construir pontes que me levaram ao educar em direitos humanos.

O processo de produção deste artigo abre perspectivas para novos estudos a considerar que a cultura indígena apresenta desafios epistemológicos, pedagógicos, experiencias no educar em direitos humanos. Então, nos leva a compreender que, na atualidade, temos que constituir uma nova relação com essas culturas, não as ensinando como devem ser, mas buscando entender nesse caminho cartográfico o que se aprende com os modos indígenas de educar em Direitos Humanos.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** 3. ed. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *In*: KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Silva (org.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 203-237. v.2.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).

SOUSA, Emilene Leite de. Regra de três: uma análise comparativa entre distintas experiências com a infância. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais** [...]. Águas de Lindóia: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2012. p. 1-30.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, Campo Grande, n. 13, p. 11-25, nov.2007.

ASPECTOS DO PACTO DA BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO CEARENSE

Anderson Souza Oliveira [368]

Resumo
A discussão sobre educação e relações étnico-raciais está cristalizada e seu debate é pertinente até os dias atuais, entretanto, a abordagem sobre o sujeito branco nesse espaço se faz cada vez mais necessária. Esse trabalho tem como o conjunto de privilégios materiais e simbólicos que podem ser percebidos em uma escola de ensino médio pública de Fortaleza (CE), a partir de uma metodologia de observação participante (Cervo; Bervian, 1983).

Palavras-chave: Pactos da branquitude. Escola cearense. Juventudes. Estudos críticos da branquitude.

1 Introdução

A discussão sobre desigualdades escolares a partir do marcador social de diferença da raça é um campo consolidado dentro da Sociologia da Educação. Podemos ter como marco de pesquisa, os trabalhos de Carlos Hasenbalg369, demonstrando como há uma desvantagem educacional entre o grupo de estudantes negros em relação aos brancos. Assim, podemos mencionar a educação como *lócus*, onde se desenvolvem desdobramentos negativos (Hasenbalg, 1992).

Nesse sentido, podemos afirmar que as pesquisas e obras sobre essa temática se desdobraram a pensar como os sujeitos negros são os principais desprivilegiados nessa relação. Entretanto, um movimento dentro dos estudos étnico-raciais, não recente na historiografia, começa a ter mais visibilidade e pretender mudar a ótica dessa discussão racial, logo, precisamos evidenciar qual o lugar do sujeito branco nesse debate. A fim de perceber e caracterizar esses pactos, esta pesquisa se constrói a partir de uma perspectiva qualitativa ao adentrar o espaço escolar de duas instituições públicas de Ensino Médio e se implantar enquanto pesquisador ao notar as nuances das relações cotidianas, além de se inserir em aulas de Ciências Humanas.

2 Metodologia

A observação participante (Cervo; Bervian, 1983) como método, privilegiou o olhar a mecanismos peculiares que poderiam passar desapercebidos, devido a introdução nesse *lócus*, além disso, a vantagem dessa escolha é uma inserção gradual e que não provoque tantas diferenças de análise. No caso da escola, esse método foi primordial para que essa pesquisa qualitativa tivesse logrado êxito. A fim de que pudesse ter mais resultados positivos, a sala de professoras, bem como algumas salas de aula e

368 Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). anderson.sociologo07@gmail.com
369 É importante mencionar a importância de Carlos Hasenbalg para a cristalização do Centro de Estudos Afro-Asiáticos e seu legado na contribuição de pesquisas sobre a questão étnico-racial.

o intervalo da escola foram privilegiadas com maior atenção, para que pudesse existir um maior aprofundamento do que se via e ouvia (Oliveira, 2006).

3 Resultados e discussões

Dentro desse espaço de poder, a escola, as narrativas discursivas, produzidas por esses docentes reverberam seu posicionamento frente ao seu fenótipo. É importante compreender que para esses registros, a observação participante foi fundamental, justamente para que eu me sentisse seguro de estar nesse *lócus*, bem como os professores. Assim, a fim de entender essas categorias de forma materializadas, vamos analisar registros orais.

Reivindicando a fala, em determinada brincadeira, entre colegas de trabalho, determinado docente, afirma que viu algum estudante da escola pela rua e proferiu a seguinte frase: "[...] Negão que parece menino de rua". Essa frase mobiliza dois marcadores sociais da diferença: raça e classe. Para isso, se faz uma relação entre a pobreza, de forma jocosa e ainda associa com o fenótipo negro.

Essa frase enuncia como a branquitude acrítica, de forma velada, ainda ecoa para concretizar uma ideologia sobre o grupo racial negro. Quando se afirma que a pobreza tem cor, está sendo colocado que esse grupo tem uma predominância de classe e reforça a branquitude. Assim, é visível que a branquitude acrítica (Cardoso, 2008) pode ser percebida e sentida nesse espaço. Além disso, isso foi falado em uma escola, logo, esse ser caracterizado de forma marginalizada, também é um cidadão que está sendo desrespeitado. Não se sabe as especificidades materiais que esse estudante enfrenta na sua trajetória. Ou seja, é uma estratégia utilizada para que se busque menosprezar todo um grupo de forma nada velada.

Considerações finais

Podemos perceber que esta narrativa se relaciona com identificação e com a identidade racial, onde Cardoso (2008) afirma que a pessoa branca pode **ser** e **poder** tudo o que quiser. Isso caracterizado como um lugar de privilégios, onde se nota que o discurso da professora enfatiza justamente esse lugar de padrão ideal e normativo. Para Rachleff (2004) e McLaren (2000) um dos pilares da branquitude, enquanto sistema, é o mito da universalidade, onde o único parâmetro correto é o branco.

Referências

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível"**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia para o novo milênio. Tradução de Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RACHLEFF, Peter. **Branquidade**: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Oliveira de. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006.

O PROCESSO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO DOS JOVENS NEGROS E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

Thomas Ravelly dos Santos da Silva[370]
Lilian Maria da Silva Mello [371]

Resumo
O trabalho busca discutir a importância das políticas afirmativas para os indivíduos e o processo identitário desses jovens ao se reconhecer como negro ou pardo. A metodologia utilizada é fundamentada em uma breve revisão bibliográfica e dados de pesquisa por meio dos programas: *Todos pela Educação* e o *Programa do Fundo de População da ONU*. Os referenciais teóricos são Mbembe (2018) e Munanga (2019), os autores abordados traçam perspectivas raciais.

Palavras-chave: Juventudes. Autoidentificação. Políticas afirmativas.

1 Introdução

As atuais polêmicas em torno das bancas de heteroidentificação têm suscitado alguns desafios para os estudos das relações raciais no Brasil e para o campo das políticas públicas. O presente trabalho tem o intuito de abordar as políticas afirmativas, voltadas para a população negra e os conflitos gerados diante do processo de autoidentificação, sobretudo entre os jovens. As cotas raciais têm sido fundamentais para o acesso da população negra às universidades e concursos públicos, possibilitando a diminuição da desigualdade social e disparidade entre as juventudes. Simultaneamente, há o movimento reativo de setores conservadores da sociedade brasileira, que associam as ações afirmativas à perda dos seus privilégios.

Segundo Munanga (2019), a mestiçagem no Brasil contribuiu para diversos prejuízos e perdas para a população negra, dentre essas, a dificuldade no autorreconhecimento e autodeclaração. Não raro, pessoas pardas apresentam uma grande dificuldade em se reconhecerem como pessoas negras. Para os negros que têm a pele menos retinta, constatamos que o processo de reconhecimento racial parece ser mais difícil e isso se deve ao processo de embranquecimento, apontado por Munanga (2019).

2 Metodologia

Optamos, neste trabalho, em adentrar nas referências teóricas para discutir, de forma mais efetiva, as indagações trazidas e entendermos o processo de autoidentificação dos jovens negros e quais os corpos que são afetados.

[370] Graduando em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: thomas.silva@aluno.uece.br
[371] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lilian.mello@aluno.uece.br

O processo de negação da identidade negra pode ser uma forma de fuga para diminuir as vivências traumáticas e racistas, que atinge a psique e as condições materiais de existência da população negra, principal alvo da necropolítica (Mbembe, 2018). Segundo o Programa do Fundo de População da ONU, são assassinadas no país 30 mil pessoas, sendo 23 mil jovens negros.

Em relação a trajetória metodológica, este escrito tem por objetivo traçar uma investigação inicial somada a um exercício reflexivo sobre as ações afirmativas no país. Para a realização do trabalho, traçamos os seguintes objetivos: Contextualizar de forma breve o assunto do qual estamos investigando. Para isso, realizamos uma pesquisa de dados que dialogassem com a proposta do trabalho, acompanhada de uma revisão bibliográfica; Discutir como a política de ações afirmativas têm contribuído para mudanças nos processos de autoidentificação de jovens negros e pardos; e por fim, Refletir sobre ações afirmativas no país.

3 Resultados e discussões

Para traçar o fator da Educação, salientamos que, segundo a organização *Todos pela Educação*, em média, os adolescentes brancos de 15 a 17 anos permanecem no Ensino Médio com a proporção de 70%; já com os adolescentes negros, essa proporção é menor com o índice de 55,5% e os adolescentes pardos 55,3%.

Infelizmente, a realidade desses jovens condiz com outras circunstâncias, inúmeros desses indivíduos necessitam trabalhar para obter uma renda em casa e isso interfere no seu rendimento escolar, levando o jovem a desistir da escola. Seguindo essa linha de raciocínio sobre a Educação, apesar das falhas e das dificuldades, a quantidade de jovens negros nas universidades vem aumentando devido às cotas. É inegável a oportunidade que essas políticas proporcionam aos jovens negros.

Considerações finais

Desse modo, é indispensável uma discussão sobre esse tema, tendo em vista que essa política passa por uma revisão e avaliação institucional. Ainda há a alegação de que esse sistema minimiza a condição do pardo, porém, quando nos deparamos com a política de ações afirmativas, percebemos que a ação contempla diversos sujeitos, inclusive, os pardos. Legalmente, pretos e pardos constituem a população negra.

Diante disso, associamos a ideia de que a população compreenda as mudanças, como a diminuição das disparidades entre negros e brancos. Perante, o exposto, percebemos uma abertura ao debate sobre essa temática, trazendo possibilidades, como aumento e agilização do ingresso desses grupos nas universidades e Instituições de Ensino Superior. Mas é preciso destacar a importância de políticas de permanência desses grupos nessas instituições, pois ainda há dificuldade quanto à estabilidade desses jovens nesse sistema de ensino.

Referências

DO INÍCIO AO FIM: população negra tem menos oportunidades educacionais, 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/. Acesso em: 4 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e políticas afirmativas no Brasil do século XXI. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil**, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia/. Acesso em: 4 jul. 2023.

JUVENTUDES E RELAÇÕES RACIAIS: percepções de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Fortaleza-CE

Manuel Naiury Guedes de Sousa[372]
Lilian Maria da Silva de Mello[373]

Resumo
O trabalho discute, como ponto de partida, uma pesquisa que surgiu a partir de uma roda de conversa, realizada em uma escola da rede pública de Fortaleza (CE), onde foi discutido que o fator racial perpassa um contexto importante das juventudes. Como referenciais teóricos foram abordados Dayrell (2017) e Munanga (2005). A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e dados sintetizados das discussões realizadas na mencionada roda de conversa.

Palavras-chave: Juventudes. Fator racial. Roda de conversa.

1 Introdução

Durante o processo das vivências das juventudes alguns questionamentos são realizados durante esse período. Pensando na possibilidade de contribuir na construção da criticidade dos estudantes, referente às questões raciais, surge a necessidade de contextualizar uma roda de conversa que aborda o fator racial, sabendo que esse contexto se torna amplo, além das juventudes serem demarcada por tensões, conforme Dayrell (2017). Além disso, as efetividades podem ser suscitadas a partir do diálogo que estabelecemos e a forma como podemos tornar a sala de aula, também, como um ambiente acolhedor e seguro (Hooks, 2021).

A experiência de socialização permite a perfuração das visões pessoais sobre o fator racial, especialmente para aqueles que não pertencem aos mesmos grupos sociais do restante. Aliado a tal fato, a necessidade de discutir e analisar os diversos preconceitos e desigualdades entre grupos sociais se mostra presente dentro da escola, cada vez mais sugerida e exigida pelos discentes. Tendo em vista ambas as colocações, foi fundamental adaptar metodologias que permitissem o diálogo, a apresentação de dados, a partilha de perspectivas e/ou relatos de experiência, e ainda possibilitar a expansão.

2 Metodologia

Optamos, neste trabalho, em contextualizar a discussão, mediante as referências teóricas e a realização da roda de conversa para os estudantes de uma turma do 1° ano do Ensino Médio. Além disso, efetuamos a roda de conversa com facilidade por obtermos contato efetivo com a escola.

[372] Graduando em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: manuel.naiury@aluno.uece.br
[373] Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lilian.mello@aluno.uece.br

A temática da roda de conversa sucedeu por sugestões de cada discente, componente da turma em que a roda foi realizada, chegando à temática de *Preconceitos e Direitos Sociais*, adentrando, por interposição, em dois eixos: LGBTfobia e racismo. Este último se torna foco da presente pesquisa pela demanda de propostas individuais dos alunos e familiaridade com a temática. A fundamentação da escolha da roda de conversa reflete na importância desses jovens dialogarem sobre as questões raciais, uma vez que, no Ensino Médio essa possibilidade pode passar despercebida ou silenciada.

Para isso, foram traçados objetivos: usufruir do espaço da sala de aula para falar sobre a temática proposta, estimulando a sua observação e análise do que é passado pelas percepções que estão enraizadas e que trazem marcas coloniais, e fortalecem, pensamentos racistas. Para ampliar o senso crítico, utilizamos autores decoloniais que abordam as questões raciais.

3 Resultados e discussões

Por meio da roda de conversa realizada, pudemos constatar que os estudantes têm níveis de criticidade em relação aos fatores raciais. Ao compararmos as percepções das juventudes, por exemplo, em 2012 e as percepções desses/as jovens de hoje (tendo a turma em questão como amostra), o impacto da discussão que traz a relação étnico-racial tem como base uma curiosidade maior dos estudantes, além de perceberem que a história da população negra não se remete somente ao sistema escravagista.

Durante a roda de conversa foi utilizado um vídeo clipe, *Eu Não Sou Racista*, do *rapper* Nego Max, utilizado para abrir uma discussão profunda sobre práticas racistas, enraizadas no nosso dia a dia. Além das exposições e observações feitas pelos estudantes, como experiências pessoais – denunciando casos de racismo estrutural e explícito – ocorreram, também, apontamentos sobre mídias e até sugestões de músicas com letras que denunciavam situações e críticas de modo geral às relações étnico-raciais – em dado momento analisamos a letra de uma sugestão.

Nesse contexto, a construção de uma educação antirracista se fundamenta em processos e possibilidades para que esses alunos conheçam a história da população negra, referenciando sua cultura, origem, luta, movimento, entre outros paradigmas que compõem essa população. Segundo Munanga (2005), esse resgate histórico não se destina somente aos alunos negros, principalmente, aos estudantes brancos, pois compreenderão que as suas estruturas psíquicas foram atravessadas pelo preconceito.

Considerações finais

Em suma, a aproximação dos assuntos tratados em sala de aula, mediante recursos abrangentes como a roda de conversa, é uma metodologia viva e rica. É por intermédio das trocas e diálogos que entendemos sobre como o senso crítico dos estudantes pode ser ampliado, a fim de podemos entender quais recursos se adequam melhor à estrutura de cada corpo discente.

É válido ressaltar que essas discussões permitem que os estudantes reflitam as questões raciais no Brasil. Além disso, se questionarem sobre as práticas racistas que diversas vezes são reproduzidas ou acontecem de forma involuntária. A utilização da metodologia de roda de conversa para pautar o fator racial dentre jovens é um passo crítico para construirmos uma juventude antirracista.

Referências

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 ago. 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OS JOVENS INDIGENAS XERENTE NA UNIVERSIDADE

Rosemary Negreiros de Araújo [374]
Maria Helena Cariaga [375]

Resumo

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo discutir os principais desafios enfrentados pelos jovens indígenas Xerente na universidade, no período de formação universitária, considerando a entrada e a permanência dessa juventude no Ensino Superior. Logo, este estudo apresenta uma reflexão a partir dos estudantes do Curso de Serviço Social do *Campus* de Miracema do Tocantins (UFT), enfocando as relações entre a vida conjugal e a acadêmica e os conflitos, advindos da vida cotidiana e cultural que vivenciam. Por ser a UFT um espaço acadêmico que abrange a diversidade étnico-racial, as Políticas de Ações Afirmativas precisam contemplar essa diversidade, potencializando ações que visem à eliminação de qualquer forma de discriminação, presente, não só nos espaços acadêmicos, como nos demais espaços sociais. Essas vivências e os desafios enfrentados por esses estudantes que buscam conciliar os diversos papéis tradicionais que têm com a vida universitária. Sobre a metodologia, considerado como um caminho a ser percorrido, caminho este, do pensamento e da prática a ser exercida na abordagem da realidade, nessa direção, é possível dizer que a metodologia tem uma centralidade nas teorias sociais. Resumidamente, a metodologia envolve concepções teóricas da abordagem e é intrinsecamente ligada a formulação do conjunto de técnicas que possibilitem o caminho a ser percorrido para se conhecer a realidade, por meio da elaboração de procedimentos que possam garantir as aproximações necessárias ao que se pretende conhecer. A pesquisa qualitativa, conforme o processo, requer a observação o que inclui um conhecimento prévio e também a elaboração dos instrumentais a serem usados, nesse caso a aplicação de entrevistas aos grupos familiares de jovens envolvidos que atendam aos critérios significativos para a pesquisa social para melhor compreender as dimensões aqui propostas. É a pesquisa cientifica que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo, que responde as indagações sobre a realidade social, embora seja ela prática e teórica ao mesmo tempo, pois a pesquisa social vincula o pensamento e a ação e fomenta a produção de conhecimento cientifico. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não for considerado em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão relacionadas a interesse e circunstâncias socialmente determinadas e são apreendidas em dado momento histórico, político e social, são sínteses das determinações econômicas e das condições objetivas. Dentre as conclusões obtidas é fato que, embora a busca por uma formação universitária seja importante para homens e mulheres jovens, a gestação e a criação dos filhos ainda domina como

374 Dra. Rosemary Negreiros de Araújo, professora do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema. E:mail: rosearaujo@uft.edu.br
375 Dra. Maria Helena Cariaga professora do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema. E:mail: mhcariaga@uft.edu.br

prioridade. Foi observado ainda que o homem não é mais o único provedor, uma vez que a mulher, a cada dia está se inserindo no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que acumula as antigas funções no cotidiano do lar, prevalecendo ainda o sistema baseado na cultura e modo de vida tradicional, uma vez que o objetivo desse grupo de indígenas é se formar para atuar em suas aldeias, junto ao povo Xerente e/ou outros povos indígenas, considerando o Direito, segundo prega a atual Constituição, no Artigo 231- que reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e, ainda, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Nesse sentido, essa juventude é consciente do acesso e da manutenção de seus direitos.

Palavras-chave: Juventude indígena. Cultura Xerente. Formação universitária.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: Racco, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERRITÓRIO INDÍGENA: uma releitura e atualização de dados do estudo *Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais*

Layanna Giordana Bernardo Lima [376]
Gabriel Moreira Santana[377]

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo estudar dados atuais das questões socioambientais do território dos Akwê-Xerente, suas transformações econômicas, monetarização da vida e seus impactos na saúde física e mental. Os primeiros habitantes do Brasil, ao logo da história, vivenciaram e têm vivenciados situações de engano, escravidão, massacres, doenças e conflitos ao defenderem suas terras e seu modo de vida. Atualmente, sofrem com as pressões das interferências políticas, sociais e econômicas dentro e fora do seu território. Todavia, tais pressões acerca dos territórios indígenas são ações de apropriação ilegal, tendo em vista que aos indígenas por intermédios dos movimentos sociais foi reconhecido na constituição de 1988 dentre outros direitos o de "Originários" sobre as terras que tradicionalmente ocupam, além das obrigações da União de demarcar as Terras Indígenas e de proteger a natureza que existe dentro do território. O estudo, em questão, é constituído por uma revisão bibliográfica e documental, sob o território indígena dos Akwê-Xerente, a partir da releitura e atualização de dados do estudo, *Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais*, tese defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação de Geografia humana da USP. Atualmente, os desafios dos povos indígenas e, principalmente dos jovens são diversos, pois as pressões e ameaças da sociedade nacional, capitalista, está intensificada dentro e fora dos territórios. O aumento de problemas de saúde, violências e ausências de políticas públicas efetivas são ameaças a sobrevivência dos povos indígenas brasileiros. Apresentar análises e sistematização de dados históricos, culturais e sociais, possibilitará uma organização de um acervo científico, que subsidiar produção de materiais de estudo para as futuras gerações, além de registro das lutas de resistência e reorganização dos Akwê-Xerente no Tocantins.

Palavras-chave: Akwẽ Xerente. Território indígena. Monetarização da vida. Saúde Indígena.

[376] Layanna Giordana Bernardo Lima, Doutora em Ciências, Professora Adjunta do Curso de Pedagogia UFT/Campus de Miracema. E-mail:layanna@uft.edu.br
[377] Estudante do 8º período de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: moreira.gabriel@mail.uft.edu.br

AS JUVENTUDES INDÍGENAS E A ZONA URBANA DE MANAUS

Ronaldo Guimarães Santos[378]

Resumo
Este artigo tem como objetivo analisar as identidades dos jovens indígenas da cidade de Manaus, que migraram e migram da floresta, de suas comunidades indígenas, que também são ribeirinhas e de seus territórios para se estabelecerem ou estudarem na zona urbana de Manaus. Tem caráter de pesquisa bibliográfica e virtual, apoiadas em outras pesquisas existentes que, mediante uma abordagem interdisciplinar, envolve conceitos de identidades, juventudes, antropologia, sobre o que é urbano e o bioma amazônico. Essa é uma boa oportunidade de desenvolver este estudo, pois os povos indígenas são, atualmente a maior força e expressão de luta por direitos na Amazônia Brasileira, fazendo com que os seus povos e a Amazônia, continuem de pé. O intuito da pesquisa é discutir como essas juventudes indígenas constroem e convivem com pessoas de outras culturas diferentes de suas identidades dentro de um contexto urbano? Essas culturas indígenas estabelecem relações com suas ancestralidades, suas origens culturais e com as pessoas da realidade periférica da zona urbana da cidade em que se encontram. Essas juventudes étnicas expressam um outro modo de pensar e de se relacionar com outras vidas.

Palavras-chave: Juventudes Indígenas. Urbanos. Manaus. Identidades. Amazônia.

[378] PUC GOIÁS.

CAPOEIRA E JUVENTUDES: ancestralidade e tradição entre jovens capoeiristas em Goiânia

Ronan Marcelino de Souza[379]

Resumo

O Projeto de pesquisa, *Capoeira e Juventudes: Ancestralidade e Tradição entre Jovens Capoeiristas em Goiânia*, irá analisar as dimensões sociais e culturais da capoeira em busca de discutir como a dimensão da tradição afro-brasileira e da ancestralidade colaboram com a formação identitária das juventudes periféricas na cidade de Goiânia-GO. A capoeira é uma manifestação cultural afro-brasileira, que combina elementos de luta, dança, música, canto e arte. Tem vários elementos culturais e sociais que permitem a sua interpretação, e também é reconhecida como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira e da Humanidade pelo Iphan, cujas raízes emergem na resistência contra a escravidão. O conceito de ancestralidade será construído por meio da abordagem de Eduardo Oliveira, que compreende a ancestralidade como o principal conceito articulador de tradição africana no Brasil e suas regras. A pesquisa bibliográfica será realizada para construir o conceito teórico de juventudes, buscando dialogar com pesquisadores e autores, como: Abramo, Groppo, Carrano Pais, Novaes, Dayrell, Garcia, Duarte. Para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos serão utilizados para desenvolver esta pesquisa a observação participante, as entrevistas, a aplicação de questionário e os diálogos com os sujeitos da pesquisa. A população de referência, amostra desta pesquisa, será constituída por jovens participantes em grupos de capoeira da cidade de Goiânia. Os participantes serão jovens que se enquadram na faixa etária de 15 até 29 anos, integrantes do Projeto *Capoeira Leva EU* e Grupo Abada Capoeira.

Palavras-chave: Capoeira. Juventudes. Ancestralidade.

379 Mestrando em Sociologia, Universidade Federal de Goiânia (UFG). E-mail: ronanmarcelino@yahoo.com.br

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS NEGRAS: um olhar sobre os perfis de Tatielly Cachos e Duda Acaiaba no Instagram

Maria de Fátima Carvalho de Castro[380]
Marta Maria Azevedo Queiroz[381]

Resumo
Pesquisas como a do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2020), do *Mobile Time* e *Opinion Box* (2021) constatam que a presença *online* de crianças e adolescentes cresceu no Brasil nos últimos anos. Entretanto, em investigação na plataforma *Social Blade*, entre abril e maio de 2022, foi verificado que os maiores perfis e canais de crianças, com idade de até doze anos, nas redes sociais digitais são protagonizados por crianças brancas. Se as crianças negras não protagonizam os maiores perfis nas redes sociais digitais, os conteúdos produzidos por elas, nessas redes, terão pouca visibilidade. Apesar dessa pouca representação, as crianças negras produzem e compartilham suas narrativas com outras crianças e até mesmo com adultos, abordando diferentes temáticas. Posto isso, esta pesquisa tem como objetivo discutir como as crianças negras são representadas nas redes sociais digitais por meio dos perfis de Tatielly Cachos e Duda Acaiaba no Instagram. E de forma específica: 1) mapear nas redes sociais digitais canais e perfis de crianças negras, com foco na intersecção racial; 2) caracterizar as representações construídas por meio das narrativas de Tatielly e Duda; 3) interpretar as relações comunicacionais entre as crianças negras produtoras, por meio dos conteúdos postados, e os seguidores, por meio dos comentários das postagens. Para isso, será adotado como método a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016). É uma pesquisa de abordagem qualitativa, feita por meio de um estudo descritivo, mediante observação dos dois perfis. Os resultados parciais, apontam que Tatielly e Duda utilizam seus perfis para falar de si, enaltecer e construir narrativas positivas sobre beleza negra.

Palavras-chave: Crianças negras. Representações. Questões raciais. Instagram.

380 Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: mariacastro.castro8@gmail.com
381 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Comunicação pela UNISINOS. E-mail: profa.marta@hotmail.com

Grupo de Trabalho 18 – Juventudes e Políticas Públicas de Juventude

Coordenadores: Mailson Santos Pereira – (UFBA-BR); Rodrigo Crivelaro – (USP-BR);
Larissa Lima Santos – (SEC/BA-BR).

JUVENTUDES E O PROGRAMA ID JOVEM: impactos na redução de exclusões sociais

Sabrina Lima de Vilhena[382]
Beatriz Akemi Takeiti[383]

Resumo
Este texto é um recorte da pesquisa de Mestrado, que se dedica ao estudo de políticas públicas para as juventudes no Brasil, com foco no Programa ID Jovem. O objetivo é identificar os impactos do Programa ID Jovem na redução das exclusões sociais das juventudes. Portanto, são utilizadas narrativas como método e ambiciona contribuir com a produção de conhecimento no campo das juventudes, aprimorando o Programa ID Jovem.

Palavras-chave: Psicossociologia de Comunidades. Juventudes. Políticas Públicas. ID Jovem. Cultura.

1 Introdução

O estudo das Juventudes tem sido crescente na contemporaneidade em diversas áreas de conhecimento, tanto para a compreensão das múltiplas facetas dessa etapa do desenvolvimento humano, quanto para o desenvolvimento de políticas públicas. Nesse caminho, o Programa ID Jovem, regulamentado em 2015 como forma de assegurar o cumprimento do estabelecido no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), dispõe sobre o benefício da meia entrada para acesso a eventos artísticos-culturais e esportivos e estabelece procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual (rodoviário, ferroviário ou aquaviário).

Esta pesquisa questiona quais os impactos da política pública do Programa ID Jovem para jovens de baixa renda no Brasil, considerando as diversas dimensões da vida cotidiana (eventos esportivos e culturais, atividades de lazer, mobilidade urbana).

Dessa forma, estudos como o proposto por este projeto se mostram potentes na medida em que evidenciam narrativas a partir do olhar dos próprios jovens e, com isso, é possível identificar, se a partir desta política pública houve, de fato, contribuições que apontem para uma redução de exclusões sociais a partir do acesso aos direitos teoricamente viabilizados pelo programa e se vai ao encontro das necessidades de jovens de baixa renda, requisito obrigatório para o acesso ao programa.

A partir dos prováveis resultados obtidos, sejam eles oriundos do trabalho intelectual ou prático, previsto para a execução deste projeto, poderão ser testemunhadas a contribuição com a produção de conhecimento nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e aos estudos sobre a temática das Juventudes no Brasil e no exterior e também

[382] Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) (UFRJ). E-mail: sabrinavilhena@gmail.com
[383] Profa. Dra. do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) (UFRJ). E-mail: biatakeiti@medicina.ufrj.br

acerca da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, voltadas às Juventudes, bem como contribuir no aprimoramento do próprio Programa ID Jovem.

O *Grupo de Trabalho 19: Juventudes e Políticas Públicas de Juventude* do IX JUBRA, se relaciona a este projeto, pois tem como objetivo agregar pesquisas que se 'debruçam' analiticamente sobre as experiências das políticas públicas de/para/com juventudes e também acolhe pesquisas que se 'debruçam' sobre tais políticas acerca do seu processo de institucionalização e desenvolvimento ao longo dos anos, incluindo políticas públicas específicas, como o Programa ID Jovem e das questões relacionadas a sua implementação, execução e/ou impacto na vida das/os jovens nos diversos contextos da realidade brasileira. Isso é evidente neste projeto quando considera a própria narrativa de jovens usuários do Programa ID Jovem e o enfrentamento às exclusões sociais.

2 Metodologia

Para iniciar este estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico a fim de conhecer o que se tem produzido sobre o tema. Em seguida, serão realizadas entrevistas no formato de produção de narrativas com os próprios jovens. Neste estudo, privilegiamos metodologias colaborativas e participativas. Além disso, está sendo realizado um levantamento e análise de engajamento de Grupos em Redes Sociais que tratem do Programa ID Jovem e serão escolhidos aqueles que priorizam o maior número de participantes e maior frequência de publicações. A proposta desta pesquisa será apresentada com convite ao público para participar do estudo. Como critérios de inclusão, serão convidados a participar desta pesquisa sujeitos maiores de idade que são ou já foram usuários do Programa ID Jovem. Serão convidados alguns desses jovens para entrevistas dialogadas.

Seguidas essas etapas, as entrevistas serão transcritas e analisadas a partir do trabalho de análise do discurso e das narrativas obtidas.

3 Resultados e discussões

Esta pesquisa está em direção da etapa de catalogação de produções e referenciais, relacionados à temática e levantamento, análise de engajamento de Grupos e coletivos de Jovens em Redes Sociais que tratem do Programa ID Jovem.

Ao se realizar uma busca em bases de dados como o *SciELO*; *Google* Acadêmico; Portal Periódico da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), raros estudos são encontrados sobre o impacto dessa política pública, em especial quando trata do contexto das exclusões sociais. Ao todo, foram encontrados 3 (três) estudos que trazem já no título a temática do Programa como objeto central de investigação, 2 (dois) deles relacionados à área de turismo e 1 (uma) publicação da Secretaria Nacional da Juventude que relaciona o programa à identidade da juventude brasileira.

Com relação a grupos voltados ao Programa ID Jovem no *Facebook*, foram encontrados 9 (nove) principais grupos, sendo que o maior deles, em número de participantes, tem 49 mil membros.

Considerações finais

Pensar em políticas públicas para juventudes nos direciona inevitavelmente ao atravessamento das atividades culturais nessa etapa do desenvolvimento do indivíduo. A partir dos prováveis resultados obtidos, poderão ser testemunhadas a contribuição com a produção de conhecimento nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e aos estudos sobre a temática das Juventudes e também acerca da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, voltadas às Juventudes, bem como contribuir no aprimoramento do próprio Programa ID Jovem.

Referências

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, Presidência da República [2013]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL: ações junto a jovens de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

Monica Villaça Gonçalves[384]
Giovanna Bardi[385]
Thayane Eulália Martins Carneiro da Silva[386]
Emanuelle Oliveira Correa[387]

Resumo
É um relato de experiência de um projeto de extensão do curso de Terapia Ocupacional, que desenvolve ações em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As ações relatadas foram realizadas em conjunto com o Projovem do CRAS, por meio de oficinas de atividades no intuito de promover o fortalecimento de vínculos, ampliação da rede de suporte social e acesso aos direitos.

Palavras-chave: Juventudes. Terapia Ocupacional. Políticas Públicas.

1 Introdução

O projeto de extensão TO no SUAS, do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tem como objetivo desenvolver ações em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), voltadas para o Projovem, um Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O público acompanhado é de jovens, de 15 a 17 anos, pobres de uma periferia urbana, em sua maioria negros, que vivenciam dificuldades de acesso aos seus direitos sociais – educação, cultura, saúde e outros – além de experienciar processos estruturais que atravessam a identidade dessa população, como o racismo, a violência de gênero, as relações familiares e outros processos de violência, vivenciados no cotidiano.

2 Metodologia

As experiências destacadas foram vivenciadas de março a julho de 2023. As oficinas aconteciam quinzenalmente junto ao Projovem, sendo intercaladas por planejamentos e supervisões na universidade. Participavam das oficinas duas alunas extensionistas, a docente de terapia ocupacional, um educador social do Projovem e os jovens acompanhados pelo serviço.

[384] Doutora em Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail:monica.v.goncalves@ufes.br
[385] Doutora em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: giovanna.bardi@ufes.br
[386] Graduanda em Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: thayane.e.silva@edu.ufes.br
[387] Graduanda em Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: emanuelle.correa@edu.ufes.br

3 Resultados e discussões

Uma das intervenções foi uma oficina chamada de *Teia afetiva* que consistia em entregar um barbante para cada integrante do grupo de forma aleatória e, no momento que a pessoa estivesse com o barbante, esta deveria dizer quem era a pessoa mais importante em sua vida. A atividade deixou evidente a fragilidade dos núcleos familiares daqueles jovens que, aos poucos, se sentiram à vontade para compartilhar mais sobre suas vidas, sendo que uma das queixas principais foi a ausência de comunicação aberta dentro da família, incompreensão e falta de apoio emocional.

Além disso, situações de abuso físico, emocional ou sexual, bem como negligência por parte dos pais ou cuidadores também foram relatadas. A partir desta atividade surgiu a necessidade de se falar sobre assédio e violência sexual. Assim, foi proposta uma oficina de atividade na qual os jovens criaram, coletivamente, um "assediômetro" em uma cartolina, colando dizeres, como "abraço", "beijo", "passar a mão", "atitude sem consentimento", dentre outros.

Cada um dos dizeres era colado em uma parte do desenho que tinha três cores, sendo que a cor verde representava o que não era assédio, a amarela representava uma situação de alerta e a vermelha representava assédio. Após a criação desse desenho, principalmente as meninas se sentiram à vontade para relatarem momentos que viveram na escola e também em seus bairros de origem. Uma delas relatou: "sempre que eu passo no beco os caras ficam mexendo comigo, antes eu tinha medo, mas agora já acostumei", gerando importante escuta dos garotos, presentes na oficina.

Nas propostas feitas, foi possível confirmar que as oficinas de atividades, dinâmicas e projetos utilizam as atividades como um "recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação" (Lopes *et al.*, 2014, p. 595).

É fundamental empoderar os jovens para que possam resistir ao assédio e buscar ajuda quando necessário. Isso envolve discussões sobre os seus direitos, habilidades de resolução de conflitos, comunicação eficaz e onde buscar ajuda diante de determinada situação. Além das oficinas, foram realizados passeios para alguns locais da cidade, como o parque botânico, a biblioteca municipal, o aeroclube e um *tour* pela universidade na intenção de que esses jovens pudessem vivenciar locais para além da instituição e em outros bairros que não costumam frequentar, promovendo o acesso à cidade.

Considerações finais

Assim, as atividades realizadas pelo projeto de extensão da terapia ocupacional, junto à política de assistência social, atuam principalmente na prevenção de riscos sociais, na criação de vínculos, no fortalecimento das redes sociais de suporte e no acesso aos direitos desses jovens.

Referências

CAMPOS, Júlia Avide; CORREA, Emanuelle Oliveira; NATIVIDADE, Tamara Leyane Gonçalves; ALMEIDA, Diego Eugenio Roquette Godoy *et al*. Para além dos muros: ações territoriais da terapia ocupacional social junto a jovens. **REVISBRATO**- Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, [*S.l.*], v. 7, n. 3, dossiê

temático:1993-2002, p. 1993-2002, ago. 2023. DOI: 10.47222/2526- 3544.rbto58189. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/marcellel,+OK+58189+(2).pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Carla Regina;DE OLIVEIRA BORBA, Patrícia Leme. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional** [*online*], [*S.l.*], v. 22, n. 3, nov. 2014. DOI: https://doi.org/10.4322/cto.2014.081. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1114. Acesso em: 15 set. 2023.

JUVENTUDE, POLÍTICA PÚBLICA E AS INTERSECÇÕES PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS ESTRUTURAIS

Ronald de Jesus Castro[388]
Mailson Santos Pereira[389]
Nivaldo Antonio Lopes Neto[390]

Resumo
O trabalho se 'debruça' sobre os dados de violência letal contra os jovens negros periféricos, refletindo sobre as ações estatais necessárias de serem implementadas para essa população. A partir da pesquisa documental, se foi em busca de conotar e sintetizar reflexões que possam subsidiar ações, atividades ou projetos que reduzam os impactos do racismo estrutural, preconceito, genocídio, epistemicídio e relações sistêmicas sociais para com jovens negros e negras de periferia que são negligenciados historicamente.

> "Eu, sou preto, da favela e com orgulho de onde venho. Amo minhas raízes e por elas que tenho, muito respeito e admiração. Escrevo isso hoje pra provar que minha mente é destemida de ilusão. Pobres coitados, muitos andam sendo alienados, e pelo sistema são manipulados. Para! Olha pra mim, não sou mais um e você vai concluir. Minha luta é pra valer e desse jeito vou além. Destruindo o preconceito de tudo que me constrange. CALA A BOCA falante, conhecimento é o que falta. Nem todo mundo na periferia segura uma arma".
> Castro, Ronald.

1 Introdução

É nesse aglomerado de casas, mais conhecida como favelas, que jovens, especificamente negros, são estatísticas do sistema. Sendo vetados de sorrir, conquistar, sonhar e até mesmo viver. São negligenciados, tendo suas vidas ceifadas por um sistema que estruturalmente foi elaborado para degradação territorial e cultural de um povo que a muito tempo é colocado às margens do centro.

Nesse sentido, esta comunicação oral tem como objetivo visibilizar os dados de violência letal contra a população jovem negra periférica e indicar reflexões quanto à necessidade de ações estatais que garantam a vida e os demais direitos sociais a esses sujeitos juvenis.

---

[388] Discente do Mestrado em Dança pela UFBA, Assessor Especial da Coordenação Geral de Políticas de Juventudes da SERIN/BA, ex-presidente e atual Conselheiro Estadual de Juventude da Bahia. E-mail: euronaldcastro.oficial@gmail.com
[389] Discente do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA; membro do Observatório Social da Juventude – CAHL/UFRB e Conselheiro Estadual de Juventude da Bahia. E-mail: pereiramailson@msn.com
[390] Discente do curso de Ciências Sociais pela UFBA e Coordenador Geral de Políticas de Juventudes da SERIN/BA. E-mail: nivaldo.millet@serin.ba.gov.br

2 Metodologia

Foi adotada a pesquisa documental de algumas publicações institucionais acerca da violência contra a juventude negra, destacando-se os dados específicos da letalidade que atinge os jovens negros de periferia, buscando refletir sobre as ações necessárias para o enfrentamento dessa realidade por parte da ação estatal.

3 Resultados

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, há mais pessoas se declarando pretas e pardas no Brasil. Historicamente, os negros e negras foram negligenciados, tendo como exemplo o período escravocrata, onde o Brasil foi um dos últimos países a "abolir" essa conduta que se perpetuou por aproximadamente 400 anos. Deploravelmente uma ação que se tornou paradigma estrutural na construção social moderna.

Damaceno (2006, p. 14, grifos no original) destaca que "[...] há locais que os negros ganham maior espaço: nos presídios brasileiros 67% da população carcerária são **afrodescentes** e 77% dos mortos no nosso país são jovens **negros**, entre 15 a 29 anos". Já Alves (2017, p. 4) salienta "[...] que os movimentos sociais negros enfatizam a existência do 'extermínio' de jovens negros no Brasil, apontando tal realidade a partir dos altos índices de mortalidade desse segmento social".

A pouco mais de 134 anos de uma falsa liberdade, a sociedade continua criando e reproduzindo atitudes e ações que fomentam o descaso com o povo preto, tendo seus grupos afetados, entre eles, especificamente, o de jovens negros. É esse grupo, que mais morre no Brasil, visto que a cada 23 minutos um jovem negro é morto, por ações truculentas e por falta de políticas de reparação e conscientização assertivas.

Fazendo um recorte mais rebuscado, muitos desses jovens, não chegam aos seus 20 anos de idade. Viram para muitos uma simples estatística social, isso quando computada. Em documento publicado pela Secretaria Nacional da Juventude, se afirma que as

> [...] altas taxas de violência observadas no país contra adolescentes e jovens entre 12 a 29 anos de idade, em especial jovens negros, [...], em 2013, foram [de] 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios dos que os jovens brancos, segundo dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FSBP, 2014 *apud* Brasil, 2015a, p. 11).

Em paralelo, no documento *Mapa do encarceramento – os jovens do Brasil*, é possível encontrar dados que reiteram que a especificidade da violência letal que atinge à população é direcionada aos jovens negros e do sexo masculino. Conforme aponta a publicação do Governo:

> Sabe-se que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/Datasus, do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios em 2012 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a

> 52,63%), dos quais 77% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino (Brasil, 2015b, p. 9).

O número de homicídios de adolescentes do sexo masculino no Brasil é maior, inclusive, do que em países afetados por conflitos, como Síria e Iraque. Em 2015, 11.403 adolescentes de 10 a 19 anos foram assassinados no Brasil, dos quais 10.480 eram meninos. No mesmo período, na Síria, um total de 7.607 meninos morreram, a maioria em decorrência da guerra. No Iraque, foram registradas 5.513 mortes de meninos no mesmo período, em decorrência da violência, de acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência de 2014 (Melo; Cano, 2014).

Diante do exposto e compreendendo que todo tipo de política pública é incisiva, se pensada e aplicada da forma correta, algumas ações vêm sendo desenvolvidas no intuito de prevenir a violência que atinge a população jovem negra, por meio da garantia dos direitos sociais, como o Plano Juventude Viva.

Fazendo, assim, um recorte mais específico: a Bahia é referência em políticas sociais, entre elas protagonizando as políticas de juventude e cultura, mas ainda com intersecções que comprometem o avanço de um projeto que reduza de forma assertiva os impactos estruturais de um povo que foi escravizado e atravessado por culturas múltiplas.

Considerações Finais

As vidas dos jovens das periferias são ainda marcadas pela falta de oportunidades, que os torna cada vez mais vulneráveis à violência letal. Além de manter os investimentos na primeira infância, é hora do Brasil e da Bahia investir de forma efetiva igualmente na segunda década de vida. As juventudes, não são carência, e sim, potências. E acreditar nesse potencial é o primeiro passo para redução de impactos históricos.

Referências

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Violência racial e a construção do "genocídio da população negra". ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2017. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11020-violencia-racial-e-a-construcao-social-do-genocidio-da-populacao-negra/file. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015a.

BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015b.

DAMASCENO, Janaína. **Porque você deve parar de afirmar que o racismo reverso existe?** Entrevista concedida a Michelli Oliveira e Nathália Costa, 2016. Disponível em:

https://www.geledes.org.br/por-que-voce-deve-parar-de-afirmar-que-o-racismo-reverso-existe/. Acesso em: 20 jan. 2018.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio (org.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2014. Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2017.

PERCURSOS DA JUVENTUDE NA AGENDA DE DECISÃO DO GOVERNO DA BAHIA

Mailson Santos Pereira[391]

Resumo
O presente trabalho teve como objetivo sistematizar a trajetória histórica do desenvolvimento da pauta da juventude na agenda governamental baiana. É um estudo qualitativo que utilizou da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental para identificar pesquisas e documentos acerca da construção das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) na Bahia. Os resultados apontam que o cenário estadual das PPJ baianas tem sido permeado de caraterísticas específicas de cada gestor estadual.

1 Introdução

A pauta da juventude na agenda do Governo do Estado da Bahia, por meio do desenvolvimento de políticas públicas de juventude é uma temática que precisa ser melhor explorada, principalmente, se considerados os últimos quatorze anos (2008-2021) de ações mais sistemáticas do governo estadual em torno das juventudes baianas.

Buscou-se, então, neste trabalho, sistematizar a trajetória histórica de desenvolvimento da pauta da juventude na agenda governamental baiana, problematizando todo o percurso trilhado, elaborando o cenário estadual das políticas pública de juventude na Bahia.

2 Metodologia

É um estudo qualitativo que se orientou pela perspectiva metodológica da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, além do uso da análise de conteúdo para interpretação do *corpus* da pesquisa.

Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a construção das políticas públicas de juventude na Bahia, com destaque para a produção dissertativa de Jesus (2011) e outras produções acadêmicas: Vieira (2012), Anjos (2017), Pereira (2017), Pereira e Anjos (2018) e Santos, Santos e Pereira (2018). Ao mesmo tempo, foram coletados documentos acerca das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia, junto à Coordenação Estadual de Juventude: Bahia (2008); Bahia (2010); Bahia (2013); e Ribeiro (2013).

Após a sistematização dos dados e análise, foi possível estabelecer a trajetória histórica de desenvolvimento da pauta da juventude na agenda governamental baiana, a seguir apresentado.

3 Resultados e discussões

[391] Psicólogo Social – CRP03/7767; Mestre em Ciências Sociais pela UFRB e em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO; Discente do Bacharelado em Ciências Sociais pela UNEB e do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA; e membro do Observatório Social da Juventude (CAHL/UFRB). E-mail: pereiramailson@msn.com

Resgatando o histórico da Política Estadual de Juventude da Bahia, Jesus (2011, p. 51) destaca, como ponto importante, a realização de uma ação denominada Agenda Social para Jovens do Estado da Bahia, "[...] coordenada pela Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM), em parceria com o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Planejamento (Seplan) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP), a Unesco e a Rede de Protagonismo Juvenil", entre os anos de 2002 e 2003.

Esta ação sistematizou "[...] um documento propositivo para subsidiar a formulação de políticas públicas para este segmento [da juventude]" (Jesus, 2011, p. 51), que foi entregue ao Governador Paulo Souto no final de 2003, indicando a necessidade de criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia e da instituição da Década da Juventude.

A autora destaca ainda que esse processo desembocou na elaboração de uma política pública estadual específica de juventude, a saber: o Programa Jovens Baianos (Jesus, 2011). O Programa Jovens Baianos (PJB) foi criado no ano de 2005, sendo instituído por meio da Lei Estadual n. 9.511, de 3 de junho de 2005, para jovens de 16 a 24 anos com perfil específico de vulnerabilidade social.

No entanto, as políticas públicas de juventude começam a figurar de forma mais estrutural na agenda do Estado da Bahia a partir do final de 2007 e início de 2008, com todo o processo da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia; a instalação do GT Juventude, em 28 de março de 2008; a criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (CEJUVE/BA) e do Programa Estadual de Inserção dos Jovens no Mundo do Trabalho (TRILHA), ambos, em 21 de outubro de 2008; e a criação da Coordenação Estadual de Política de Juventude da Bahia (COJUVE/BA), em maio de 2011.

Vieira (2012), Anjos (2017), Pereira (2017) e Santos, Santos e Pereira (2018) indicam que a ascensão do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual em 2007, marca a inauguração da pauta da juventude na agenda governamental da Bahia. Em paralelo, Jesus (2011, p. 52) afirma que "em 2007, com a eleição do Sr. Jaques Wagner para o cargo de Governador do Estado da Bahia, intensificam-se as ações governamentais em torno das juventudes, acompanhando a conjuntura nacional".

Ao se desenvolver ações para o público-alvo das juventudes no âmbito da gestão estadual, se observa certa consonância do percurso trilhado na construção da política de juventude na Bahia com o desenho estabelecido nacionalmente. Para Anjos (2017, p. 55), "através de diálogos com a experiência de quatro anos de ações para a juventude, avançada, no âmbito federal, a Bahia trilha um caminho de fomento de ações para o setor populacional expressivo com idade entre 15 e 29 anos". Corroborando esta questão, Jesus (2011) afirma que a Política Nacional de Juventude serviu de inspiração e modelo para a Política Estadual de Juventude na Bahia.

Eventos posteriores importantes do desenvolvimento da pauta da juventude na Bahia foram as II e III Conferência Estadual de Juventude da Bahia, nos respectivos anos de 2011 e 2015; a aprovação e sanção do Plano Estadual de Juventude da Bahia, por meio da Lei Estadual n. 12.361, de 17 de novembro de 2011 (Bahia, 2011); os I, II, III e IV Encontro Estadual de Gestores Municipais de Políticas Públicas para a Juventude da Bahia, em 2010, 2011 e 2013, 2020, respectivamente; os I, II e III Encontro Baiano de Conselhos de Políticas Públicas de Juventude, em 2010, 2011 e 2013; e o Seminário de Jovens Prefeitos, em dezembro de 2012.

Considerações finais

A inclusão da temática das juventudes no rol das ações do Governo do Estado da Bahia, enquanto público destinatário de políticas específicas, antecede a chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual baiana, mas ganhará maior estruturação e caráter de uma Política Estadual de Juventude a partir de 2007, com a vitória de Jaques Wagner – PT e o alinhamento político com a gestão do governo federal.

Se as ações iniciais, ainda na Gestão Paulo Souto, se orientam pela perspectiva de uma "política para a juventude", com as gestões Jaques Wagner e sob influência do debate nacional, busca-se na Bahia tomar como horizonte a concepção dos jovens como sujeitos de direitos, tentando desenvolver "políticas com a juventude". Por outro lado, a partir da Gestão Rui Costa, vislumbra-se um retorno à ótica de "políticas para a juventude" nas ações do Governo do Estado.

Referências

ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. **Políticas Públicas para a juventude rural**: considerações sobre os 10 anos de gestões petistas no governo da Bahia (2007-2016). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/ Brasil, São Paulo, 2017.

BAHIA. **Lei nº 9.511**, **de 3 de junho de 2005**. Institui o Programa Jovens Baianos. Salvador, BA, Imprensa Oficial do Estado, Diário Oficial [2005]. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-9511-de-03-de-junho-de-2005. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Relatório final do grupo de trabalho de juventude**: acreditar no jovem é investir na Bahia. Salvador: UNFPA, 2008.

BAHIA. **Documentário das políticas públicas de juventude**. Salvador: SERIN, 2010.

BAHIA, **Lei n. 12.361**, de 17 de novembro de 2011. Aprova o Plano Estadual de Juventude. Salvador, BA, Imprensa Oficial do Estado, Diário Oficial [2011]. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12361-de-17-de-novembro-de-2011. Acesso em: 25 dez. 2021.

BAHIA. **Quer um conselho?** Como criar um conselho municipal de juventude. Salvador: Secretaria de Relações Institucionais, 2013.

JESUS, Viviane Quênia Brito de. **Participações, juventudes e políticas públicas**: o processo da Conferência de Juventude da Bahia – 2008. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PEREIRA, Mailson Santos. **Análise das concepções de juventude nos documentos do Programa Trilha-BA**. 2017. 56 f. Monografia (Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo) – Coordenação de Pós-Graduação *Lato sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

PEREIRA, Mailson Santos; ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. Análise da política estadual de juventude através da teoria dos múltiplos fluxos. **Juventude.Br**-Centro De Estudos e Memória da Juventude, [*S.l.*], v. 13, n. 15, p. 50-56, jul. 2018.

RIBEIRO, Zezéu. **Política para a juventude**. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação Edições Câmara, 2013.

SANTOS, Larissa Lima; SANTOS, Camila Borges dos; e PEREIRA, Mailson Santos. Experiência de atuação no controle social das políticas públicas de juventude no Conselho Estadual de Juventude da Bahia. **Annales FAJE**, v. 03, p. 243-253, 2018.

VIEIRA, Michelle do Nascimento. **Conselho Estadual de Juventude: a experiência da construção de uma política pública de juventude na Bahia**. 2012. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Metropolitana de Salvador, Salvador, 2012.

REFLEXÕES SOBRE A POTENCIALIDADE DA GESTÃO SOCIOTERRITORIAL NO ÂMBITO DO SUAS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Melissa Flávia de Oliveira Rodrigues[392]
Selene Elaine dos Santos Lima[393]

Resumo
O presente resumo apresenta uma reflexão sobre a importância da gestão socioterritorial para a operacionalização e materialização do Sistema Único de Assistência Social e para a promoção de ações, serviços e projetos para a juventude.

Palavras-chave: Gestão socioterritorial. Juventude. SUAS.

1 Introdução

A compreensão da realidade social de determinado território é primordial para a identificação de suas vulnerabilidades sociais, além de auxiliar na tomada de decisões, a partir da sistematização e análises dos dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais, presentes em uma determinada realidade, com o fito, de desvelar as vulnerabilidades e riscos, bem como as potencialidades encontradas no cenário (Silva, 2021).

Nesse viés, a territorialidade se denota como um instrumento ímpar que urge como subsídio para a materialização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e por conseguinte para o desenvolvimento de ações específicas para o público juvenil que tem suas especificidades de demandas e expressões da questão social. À vista disso, este trabalho visa elaborar uma reflexão sobre a potencialidade da gestão socioterritorial como instrumento de compreensão da realidade social para auxiliar na tomada de decisões e para a ação socioassistencial para as juventudes

2 Metodologia

A territorialidade advém como uma das diretrizes estruturantes do SUAS, sinalizando que existem especificidades em cada território, das relações que os seres humanos estabelecem com esse espaço e das ações em cada nível devem considerar a existência de vulnerabilidades sociais, conforme o espaço territorial que atua. Nesse ínterim, este resumo detém o caráter essencialmente qualitativo, em que foram utilizados pesquisa documental e revisão de literatura, por meio de autores, como Pereira (2009), Silva (2021), dentre outros.

[392] Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Integrante do Grupo de Estudos em Política de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). E-mail: melflavia10@gmail.com
[393] Bacharela em Serviço Social (UFPI). Assistente Social (SEMCASPI). Supervisora de campo no estágio na unidade CRAS Sul IV. E-mail: seleneelaineas@gmail.com

3 Resultados e discussões

A territorialidade é uma construção social, espaço de reconhecimento e identidade, além de ser um instrumento de apropriação da realidade social, fundamental para a materialização da ação pública, em especial da assistência social.

O processo de construção e consolidação do Sistema Único de Assistência Social é permeado por lutas, resistências, avanços e retrocessos, que se reconfigurou de modo a adquirir relevância para o desenvolvimento da sociedade na busca por prevenir e reduzir riscos sociais para a população usuária, configurando-se como "um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo", no âmbito da proteção social.

Hodiernamente, existem um leque de ações que vocalizam as juventude como público alvo, sujeitos de direitos e passivos de proteção social integral, cuja responsabilidade é conjunta da família, da sociedade e do Estado de zelar pelos seus direitos, além de salvaguardá-los, considerando suas heterogeneidades, sendo necessário uma atuação intersetorial e multidimensional que problematiza como se configura as relações sociais, políticas, econômicas e de poder em determinado espaço e público, bem como as desigualdades sociais determinantes de um território.

Portanto, deve ser usado de modo a articular o desenvolvimento de projetos, programas e serviços a realidade social dos usuários aproximando a gestão da vivência cotidiana dos atores sociais e de suas reais demandas, obtendo diferentes níveis de complexidade, vulnerabilidades e riscos (Sousa, 2020).

Desse modo, o desenvolvimento dessas ações para o público jovem no âmbito da assistência social se operacionaliza em meio aos níveis de proteção da política. Na esfera da proteção social básica, se coadunam esforços para a prevenção e antecipação de riscos e desproteção a que esses sujeitos estão submetidos, mediante o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Outrossim, a proteção social especial atua quando os indivíduos encontram-se sob violação dos direitos, risco social e pessoal com perda de vínculos afetivos (Pereira, 2022).

Nesse sentido, a gestão socioterritorial adentra como forma de qualificar-se a ação pública para a juventude na oferta dos seus serviços, programas e projetos socioassistenciais que viabilizem direitos, considerando as desigualdades socioterritoriais, garantia dos mínimos sociais, prevenção de riscos, a proteção social em face às violações de direitos que esse público está sujeito, além de oportunizar espaços de participação e protagonismo juvenil.

À vista disso urge a necessidade do conhecimento do território para a criação e formatação de políticas públicas que atenda as necessidades da juventude brasileira, elencando suas heterogeneidades e considerando as disparidades territoriais, as questões sociais, econômicas e culturais que visem seu bem-estar e o pleno acesso aos direitos de forma territorializada, universalista e democrática (Pereira, 2009).

Considerações finais

Em súmula, este resumo dispõe de uma breve reflexão sobre o mote estratégico que a gestão socioterritorial tem para operacionalização e materialização do SUAS e elaboração, gestão e materialização de ações, projetos e serviços para a juventude tupiniquim, com qualidade e de forma universal e democrática.

Referências

PEREIRA, Mônica Ogliari. **Juventude**: violência, violação de direitos e proteção social no SUAS, 2022. Disponível em: https://blog.gesuas.com.br/juventude-violencia-protecao-social-no-suas/. Acesso em: 12 ago. 2023.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Política nacional de assistência social e território**: um estudo à luz de David Harvey. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Leônidas Leal da. **Diagnóstico socioterritorial**. Conceito, etapas e responsabilidades, 2021. Disponível em: https://www.sigas.pe.gov.br/files/09092021100429-3.modulo.3.diagnostico.socioterritorial.conceitos.etapas.e.responsabilidades.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

SOUSA, Adriano Amaro de. Território e Identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia,** [*S. l.*], v. 1, n. 30, p.119-132, mar. 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436. Acesso em: 12 ago. 2023.

POBREZA MENSTRUAL: análise da implementação da Política Assistencial ao Combate à Pobreza Menstrual entre os estudantes da EPPP Monsenhor Waldir

Yara Maria Vieira Pontes [394]

Resumo

A pesquisa tem o intuito de analisar a implementação da Política Assistencial ao Combate à pobreza menstrual, após a Lei 17.574, de 24 de julho de 2021, no ambiente escolar. Essa lei visa à distribuição de absorventes com o intuito de garantir condições básicas para a adequada higiene íntima e pleno acesso à educação, reduzindo as desigualdades sociais. Par isso, é necessário obter observações, análises, fatos, narrativas, como meninas e meninos tratam a política assistencial na unidade escolar.

Palavras-chave: Dignidade menstrual. Políticas públicas. Pobreza menstrual.

1 Introdução

A abordagem da temática da Pobreza Menstrual é compreendida como um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, que afeta pessoas que menstruam. E não é apenas sobre o acesso aos itens de higiene, mas é também relacionada à falta de acesso ao saneamento básico, às informações sobre a menstruação e sobre o manejo da higiene menstrual, e à tributação excessiva sobre os absorventes. Isso afeta a saúde física e psíquica, conservando e intensificando a desigualdade de gênero, visto que as meninas deixam de frequentar as escolas e, isso, prejudica o desempenho escolar.

Diante da relevância da temática a ser estudada, temos estatísticas em torno da importância para formulações e fortalecimento das políticas públicas que possibilitem a permanência das adolescentes na escola. Segundo o relatório, intitulado *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*, elaborado pelo Fundo das Populações das Nações Unidas (UNFPA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 90% das meninas passarão entre 3 e 7 anos da vida escolar menstruando (UNFPA; UNICEF, 2021). Em relação à escolaridade, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017 -2018) forneceu a informação de que dentre um total de cerca de 15,5 milhões de meninas, cerca de 118 mil (0,76%) não tinham nenhum ano de estudo concluído e 135 mil meninas não sabiam ler ou escrever (UNFPA; UNICEF, 2021).

O gasto exorbitante com os absorventes é um agravamento para o cenário da pobreza menstrual. A tributação sobre o produto encarece os produtos necessários e não necessários para o consumo, se torna regressivo em torno ao combate das desigualdades sociais. Discutir uma Política Pública de Assistência ao Combate à Pobreza Menstrual é garantir uma melhor visibilidade e o impacto da política na vida das adolescentes, que almejam o desenvolvimento educacional, à saúde, e integração social em toda a sociedade.

[394] Pós-Graduada, Universidade Estadual Vale do Acaraú-(UVA). E-mail: yaramaria14@gmail.com

Os movimentos feministas contribuíram e contribuem na discussão da garantia dos direitos da mulher. Em todas as sociedades, existe um sistema de dominação masculino, chamado **patriarcado**, inserida em todos os espaços sociais da sociedade, principalmente nas representações políticas. Com o sistema de dominação vieram as facetas em questão, desigualdades de gênero, falta de oportunidades, condições mínimas, desigualdade social, disparidades econômicas, vulnerabilidade social entre outras

As políticas ao combate à pobreza menstrual começaram a ganhar notoriedade no cenário internacional e nacional, juntamente com os problemas ocorridos com a Covid-2019. No cenário político do ano de 2019, a Deputada Federal Marília Arraes (PT-PE), apresentou um projeto de lei que visava à distribuição de absorventes higiênicos às meninas do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas, tendo como objetivos: analisar a desutilidade dos produtos básicos, disponibilizados na escola para garantir a dignidade menstrual das estudantes; identificar o cenário da pobreza menstrual no impacto na vida estudantil no processo de ensino e aprendizagem; e refletir sobre o impacto que a política pública de dignidade menstrual apresenta na vida das estudantes.

2 Metodologia

A pesquisa se apropria de métodos da abordagem quantitativa, inicialmente, além de qualitativa, tendo a etnografia, famosa no campo das ciências sociais, e na antropologia, sendo a observação participante orteadora de produção de análises do dia a dia do objeto de pesquisa.

Será realizada uma pesquisa de campo e bibliográfica para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados para análise do problema em questão. A pesquisa será realizada com os estudantes da EEEP Monsenhor Waldir de Castro Lopes, situada na Cidade do Marco/CE, e com toda comunidade escolar. Mas, dando ênfase ao público feminino atendido em torno da política assistencial ao combate à pobreza menstrual.

3 Resultados e discussões

A pesquisa está na face inicial, dentro no campo da observação participante, com anotações e conversas dentro e fora de sala de aula, sobre a política assistencial ao combate à pobreza menstrual. Existem vários relatos sobre o não uso dos absorventes entregue ou diversas “brincadeiras” com este. E como o ciclo menstrual das meninas, propicia a ausência da escola, devido a baixa imunidade de saúde, afetando o desempenho escola, a falta de papel higiênico ou água nos banheiros, entre outras observações. Contudo, a relevância deste trabalho no campo nas discussões no campo das políticas públicas de juventude.

A discussão que realizamos dentro de diversos conceitos fundamentais em análise da política pública ao combate à Pobreza Menstrual, o primeiro é sobre Políticas Públicas que é um dos conceitos mais utilizados pelo o campo acadêmico: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. O conceito de pobreza menstrual, dignidade menstrual, segundo o relatório realizado pela a UNICEF 2021 e dos autores Ana Cândido e Maurício Saliba (2022), o conceito de gênero, segundo o autor Joan Scott (2017), o conceito de educação sexual segundo a autora Viviane Pinto (2015).

Considerações finais

Como a pesquisa está em fase inicial, pretendemos realizar questionários com as meninas, entrevista com os responsáveis da política dentro da escola, analisar o conhecimento dos estudantes sobre a política, conversar com a comunidade escolar sobre a garantia do direito a dignidade menstrual, entre outros.

Portanto, a temática em questão consiste em diversos questionamentos em torno de uma garantia dos direitos básicos de estudantes cearense, e, assim, contribuir para uma sociedade justa e igualitária, quebrando tabus construídos por uma sociedade patriarcal que considera a temática da menstruação como algo sujo e vergonhoso.

Referências

CANDIDO, Ana; SALIBA, Maurício. Interseccionalidade e dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**, [*S.l.*], v. 10, n.3, p. 1-26, fev. 2022. DOI: https://doi.org/10.25245/rdspp.v10i3.1288. Disponível em: https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1288. Acesso em: 12 fev. 2023.

CEARÁ. **Lei nº 17.574, 27 de julho de 2021**. Institui a política de atenção à higiene íntima de estudantes da rede pública estadual de ensino e autoriza o poder executivo a adquirir e a distribuir absorventes higiênicos, buscando garantir-lhes condições básicas para a adequada higiene íntima e o pleno acesso à educação, reduzindo as desigualdades sociais, minimizando os riscos de doenças e atenuando a infrequência e o abandono escolar. Fortaleza, CE, Imprensa Oficial do Estado, Diário Oficial [2021]. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17574-2021-ceara-regulamenta-a-lei-n-17574-de-27-de-julho-de-2021-que-institui-a-politica-de-atencao-a-higiene-intima-de-estudantes-da-rede-publica-estadual-de-ensino-e-da-outras-providencias. Acesso em: 15 fev. 2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual**, 2023. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/recomendacoes-implementacao-iniciativas-dignidade-menstrual. Acesso em: 20 jun. 2023.

FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Pobreza Menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos, 2021.Disponível em:https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos. Acesso em: 25 mar. 2023.

PINTO, Viviani Cavalcanti. **Educação sexual nas escolas públicas de Pernambuco**: uma questão de direitos humanos. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, [*S.l.*], v.20, n. 2, p. 71-99, mar. 2017. Disponível em:https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 29 jun. 2023.

VIRANDO O JOGO NUM CAMPO MINADO: serviço de apoio psicossocial para adolescentes, jovens e familiares em condições de vulnerabilidade

Jaína Linhares Alcantara[395]
Danyelle Gonçalves Nilin[396]
Márcia Maria Tavares Machado[397]

Resumo
Esta é uma análise sobre o projeto Virando o Jogo, política pública do Estado do Ceará, destinada a adolescentes e jovens "nem-nem" que tem por base os dados coletados na Plataforma Jotform, considerando os atendimentos realizados por assistentes sociais e psicólogos aos participantes do projeto e a observação realizada durante o período de 2019 a 2023 (cinco edições do projeto) na cidade de Fortaleza/CE, tendo em vista a possível redução de vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais.

Palavras-chaves: Juventudes. Vulnerabilidades. Apoio psicossocial.

1 Introdução

A presente comunicação trata de uma análise do projeto Virando o Jogo, uma política pública do Estado do Ceará, destinada a adolescentes e jovens (15-22 anos) que estão fora da escola, de faculdades e excluídas/os do mercado de trabalho formal, denominados na literatura, nas políticas e nos meios de comunicação como "nem-nem".

Os principais propósitos do Virando o Jogo são promover o retorno ao ambiente escolar ou educacional, ofertando cursos profissionalizantes e orientações para ingresso no mercado de trabalho. Em meio a estratégias de fortalecimento de autoestima e vínculos sociais oferece apoio psicossocial, além das formações em cidadania e profissionalizante e atividades de ação comunitária com suporte de uma bolsa mensal, vale-transporte e alimentação, ao longo de 7 meses.

A proximidade, a escuta e o convívio, registrados em plataformas digitais por profissionais da área de Serviço Social e Psicologia, demonstram o quanto outros "nãos" chegaram para suas famílias, antes dessa situação, vivenciada pelos próprios jovens. A falta de emissão ou a ausência de documentação civil é apenas uma das – bastante frequentes – vulnerabilidades, dentre as diversas mapeadas, junto ao público atendido pelo projeto, na tentativa de reparar iniquidades e garantir direitos a despeito do sofrimento e cerceamento de acessos verificados. A variação do grau de vulnerabilidade, a depender do caso, poderia ser mensurada tanto pelo acúmulo de situações de violação de direitos, como pela severidade da situação relatada por quem a vivenciou.

2 Metodologia

[395] Doutora em Ciências Sociais pela UFBA – UFC e FUNCAP. E-mail: jainalc@gmail.com
[396] Doutora em Sociologia pela UFC – UFC e FUNCAP. E-mail: danyelle.nilin@gmail.com
[397] Pós-Doutorado na Harvard School of Public Health – UFC e Cientista Chefe FUNCAP. E-mail: marciamachadoufc@gmail.com

Tomamos como base a análise de dados coletados na Plataforma Jotform a partir dos atendimentos, realizados por assistentes sociais e psicólogos aos participantes do projeto e a observação realizada durante o período de 2019 a 2023, durante as cinco edições do projeto na cidade de Fortaleza/CE. A partir da segunda edição do projeto, as equipes de apoio psicossocial passaram a realizar o acolhimento de todos aqueles matriculados no projeto quando poderiam, a partir de uma escuta guiada, fazer a primeira observação e registro sobre as condições narradas por um adolescente ou jovem.

3 Resultados e discussões

O serviço priorizou o acompanhamento de adolescentes, jovens e familiares que estivessem em condição classificadas como grave e/ou gravíssima (entre as vulnerabilidades consideradas grave, são exemplo, passar por insegurança alimentar, situação de abandono parental, ou ainda, familiares fazerem uso abusivo de álcool, dentre outras. Entre aquelas consideradas gravíssimas estão as condições de adolescente ou jovem que identifica situações ou pessoas que representam ameaça a sua vida, ou também familiares que apresentem sinais de violência doméstica [física, moral, patrimonial, psicológica, dentre outras] e ainda quem sofreu violência institucional por parte das forças do tráfico ou da segurança pública, são algumas).

Ao longo de aproximadamente seis meses entre o acolhimento e o fim da edição, as equipes realizam escutas, orientações psicossociais, emissão de encaminhamentos, interlocuções interinstitucionais (na busca de refinar informações para cidadão e para os equipamentos das redes estatais e municipais), além de fazerem visitas institucionais e visitas familiares para realização de busca-ativa e/ou tentar mediar conflitos ou reconhecer circunstâncias do cotidiano dos jovens em acompanhamento.

O serviço de referência e contrarreferência persiste como um desafio, pois os retornos de encaminhamentos ainda não são preenchidos no sistema com a frequência ou talvez não estejam sendo realizados a contento para que sejam mensuradas a variação do grau de vulnerabilidade, alcançado ao longo de uma edição do projeto. Além disso, a integração ao projeto de jovens que cumprem medidas socioeducativas, ou que estão em cumprimento de penas em meio aberto ainda parece complexa, na medida em que há uma grande diversidade de perfis de jovens na condição de “nem-nem”, com outros atributos integrativos.

As dificuldades para acessar a abertura de uma conta bancária, condição para o recebimento da bolsa ou o atraso desta inviabilizam a permanência daqueles que, historicamente, desde cedo precisam trabalhar para ajudar na manutenção da vida de sua família e por consequência a sua, mediante alguma forma de prestação de serviço mal remunerado ou trabalho ilícito. Violência doméstica e as desigualdades de gênero, além de situações de violência cotidiana, como o conflito entre facções criminosas que dificultam e, às vezes, inviabilizam a mobilidade, também atuam como dificultadores da permanência do jovem no projeto.

Considerações finais

Em meio a essas situações de vulnerabilidades acompanha-se a conquista de alguma autonomia por alguns, retorno à escola de outros, acesso a redes de serviços de

saúde, assistência social e justiça e já se encontram casos em que jovens concluem cursos de qualificação profissional e acessam algumas vagas de emprego ou montam seus próprios negócios, constroem currículos e retomam ou constroem sonhos, incluindo ingressar em cursos de Ensino Superior, permitindo supor a efetividade desta política como minimizadora de algumas vulnerabilidades.

Referências

BENKLER, Yochai. Siren Songs and Amish Children: autonomy, information, and law. **New York University Law Review**, [*S.l.*], v. 76, n. 23, p. 32-41, abr. 2001. Disponível em: https://www.benkler.org/SirenSongs.pdf. Aceso em: 22 abr. 2023.

A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA POLÍTICA DE JUVENTUDE NA CIDADE DE SURUBIM/PE

José Aniervson Souza dos Santos[398]

Resumo
Em Surubim/PE, a construção das Políticas Juvenis ocorreu, mediante a participação de jovens provenientes de movimentos religiosos e sociais, no ano de 2009. A inserção dessa temática, em âmbito municipal, se deu a partir desses movimentos e que foram, tempos depois, incorporados pelo governo da época. Este relato conta a experiência do autor enquanto Secretário de Juventude de Surubim e que esteve à frente desse movimento desde seu surgimento, em 2009.

Palavras-chave: Política Pública. Participação Política. Movimentos Sociais. Juventudes.

1 Introdução

A construção das políticas de juventude na cidade de Surubim tem forte influência de movimentos juvenis religiosos e sociais que, ao longo de vários anos, levantaram essa pauta e buscavam o comprometimento das autoridades governamentais em torno de sua efetivação no município.

É possível destacar que o ano de 2009 marca o início da discussão sobre Políticas Públicas de Juventude (PPJ) em Surubim, considerando a atuação de jovens da Pastoral da Juventude (PJ) que atuaram a fim de fomentar a temática com outros coletivos juvenis, como os grêmios estudantis, instituições religiosas, Ministério Público, Conselho Estadual de Juventude, entre outras organizações (Silva, 2015; Santos, 2016).

Toda essa mobilização para estudar o significado e a importância das políticas de juventude, provocou a criação de uma Organização Não-Governamental (ONG) no município, no ano de 2010, que se tornou a principal responsável por levar a temática até os gestores municipais da época.

Ao estar, hoje, na qualidade de Secretário de Juventude da Prefeitura de Surubim, mas tendo sido um dos jovens que iniciou a discussão da temática na cidade em 2009 e um dos fundadores da ONG em 2010, toda essa história – desde os estudos para discutir o que era PPJ e como efetivá-la no município, até o presente momento, em que se dispõe de uma secretaria municipal, um conselho de juventude e a construção de diversos instrumentos legais para a efetivação dos direitos da juventude – perpassa pela minha experiência tanto acadêmica, quanto social e cidadã.

Dito isso, o objetivo central deste trabalho é apresentar minha experiência em torno da construção da política de juventude em Surubim, estando hoje na condição de Secretário Municipal de Juventude da cidade.

---

[398] Mestre em Educação, Culturas e Identidades (Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFPPE). E-mail: aniervson@gmail.com

Considero, dessa forma, que a existência da política de juventude no município de Surubim ocorreu por meio da participação ativa e efetiva das juventudes e das organizações juvenis e esta se tornou referência, devido a abertura dada para que os jovens, público-alvo dessas políticas, pudessem participar do processo de tomada de decisão. O que permite afirmar que a participação social é um dos principais elementos para a estruturação, efetivação e consolidação das políticas públicas, de forma especial, das políticas de juventude.

2 Metodologia

Para dar conta de explicar os fenômenos em torno do objetivo deste estudo, foi escolhido fazer uso da Pesquisa Explicativa, utilizando como método o Estudo de Caso que "é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]" (Gil, 2008, p. 57-58).

Considerando que procurei estudar, de forma profunda, a participação juvenil na construção de suas políticas públicas em Surubim, de forma mais especial, a partir do recorte temporal desde agosto de 2020, quando assumo o cargo de Secretário Municipal de Juventude, esse método nos pareceu mais assertivo, pois proporciona: "[...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação", além de "[...]explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos" (Gil, 2008, p. 58).

Gil (2008) alertou que para este tipo de método se demanda muito tempo de pesquisa, o que, mais uma vez, justifica essa escolha metodológica, considerando meu envolvimento com a temática desde o seu surgimento na cidade, no ano de 2009.

3 Resultados e discussões

Em Surubim, cidade do interior do agreste de Pernambuco, a discussão sobre Políticas de Juventude só começa a surgir no ano de 2009, a partir da mobilização de jovens, oriundos da Pastoral da Juventude (PJ). A mobilização, iniciada pelos jovens da PJ, impulsou diversas outras ações em nível local, desde a criação de uma Organização Não-governamental (ONG) em 2010, bem como a realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude em 2011.

Ao assumir o cargo de Secretário Municipal de Juventude na cidade de Surubim, eu levava comigo a experiência de todo esse processo de mobilização e articulação em torno das PPJs no município, desde suas origens. Além vivenciar, enquanto jovem e articulador da temática, a dificuldade de ser levada a sério essa demanda, por parte dos poderes municipais da época.

Herdei uma secretaria que havia sido criada em 2013, assim como também foi criado o Conselho Municipal das Juventudes (CMJ), cuja atuação se resumia a pequenos e tímidos projetos. O CMJ, por sua vez, estava há dois anos com suas atividades paralisadas, aguardando o apoio e a sensibilidade da gestora municipal de juventude da época.

Na função de secretário, minha primeira iniciativa foi mobilizar o retorno do CMJ, realizar um processo eleitoral para nova composição e alteração da lei que criou

o conselho, que já estava em discussão interna há, ao menos, quatro anos. Mobilizei também a lei que criou o Fundo Municipal das Juventudes em Surubim (FUMJUV) e a partir daí comecei a desenvolver diversas ações que procuravam trazer os jovens para participar da vida diária e ativa da secretaria.

Em pouco tempo, a partir da mobilização constante em valorizar e acreditar na força da juventude, foi possível notar uma importante e significativa mudança na dinâmica em torno das PPJ em Surubim. Os jovens começaram, não apenas a participar das atividades promovidas pela secretaria, mas a ter a abertura para propor ações e cuidar do espaço físico.

O grande ganho dessa abertura para a participação juvenil nas PPJs do município foi o surgimento, mesmo que paulatino, da consciência política e cidadã de uma grande parcela dos jovens da cidade, que passaram a reconhecer o espaço físico da Secretaria de Juventude como seu espaço legítimo, a Casa das Juventudes.

Considerações finais

À frente da Secretaria de Juventude de Surubim desde agosto de 2020 consegui, por meio do constante investimento, dar vez e voz as juventudes, sobretudo aquelas que sempre estiveram à margem da política, aproximando o governo aos anseios reais dessa população.

Como resultado, é possível destacar, entre tantos pontos, um Conselho de Juventude atuante e que é referência em todo o estado; ter o primeiro Fundo de Juventude ativo e em pleno funcionamento do estado; iniciar a construção do 1° Plano de Juventude da cidade, com uma ampla participação juvenil; inaugurar diversos equipamentos esportivos, como exemplo, a Pista de Bicicross e o *Street Park*; realizar diversas atividades culturais com a participação dos próprios jovens da cidade; ampliar o número de idiomas, ofertados nos cursos de línguas da Secretaria, entre tantas outras atividades.

É claro que muito ainda precisa ser discutido a respeito dessa participação juvenil, principalmente o que diz respeito a capilaridade dessa temática. É preciso, ainda, investigar a diversidade da participação juvenil e o quanto ela tem crescido com o passar do tempo, a partir das formações políticas, oferecidas pelas instituições sociais e o quanto isso ajudou a impactar as ações da Secretaria de Juventude desde que assumi a pasta.

É certo que se desde a sua criação, em 2013, a Secretaria de Juventude de Surubim já trabalhasse para fomentar e garantir a participação juvenil em todo o seu contexto de atuação, teríamos hoje, uma política de juventude ainda mais efetiva e ampla no município.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, José Aniervson Souza dos. **Trans(id)entidades juvenil**: práticas educativas do instituto de protagonismo juvenil em Surubim/PE. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Departamento de Educação da

UFRPE, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Cinthia Maria Queiroz da. Instituto de Protagonismo Juvenil: 5 anos promovendo a cidadania e o protagonismo juvenil. **Revista Geração Z**, Surubim, n. 8, p. 40-43, maio 2015.

PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO: os (des)encontros entre as expectativas dos jovens e dos agentes estatais

Giovanna Silva Palhano[399]
Márcio Freitas Costa[400]

Resumo
O objetivo deste trabalho é desenvolver o argumento de que sendo a juventude uma experiência plural e desigual, alguns fatores limitam a capacidade de sua experimentação, o que também restringe os horizontes de expectativas dos projetos de vida, formulados nos Planos Individuais de Atendimentos (PIA) pelos jovens que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, tornando quase que, sem sentido alguns projetos, pensados pelos agentes estatais do atendimento socioeducativo.

Palavras-chave: Juventudes. Medidas Socioeducativas. Projetos de vida.

1 Introdução

Abordamos a juventude como uma categoria plural que diz respeito a um feixe de relações sociais que os sujeitos jovens estabelecem em seus diferentes espaços, tempos, num determinado momento particular de suas vidas. Essas relações sociais subjazem também relações de poder, porque os sujeitos não experimentam suas juventudes da mesma forma, uma vez que ocupam no momento de sua constituição como jovens, diferentes e desiguais posições nessas relações sociais.

Essas mediações irão condicionar a forma como esse sujeito produz e se apropria das suas experiências de pertenças no mundo, fazendo com que também a partir disso ele possa dar sentido ao mundo. Assim, o que pretendemos discutir neste trabalho, é como as restrições de possibilidades de experiências das juventudes incide sobre as expectativas dos projetos e planos de futuro dos jovens que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Paço do Lumiar-MA, cidade da região metropolitana da capital São Luís-MA.

Em nossa atuação profissional como técnicos do atendimento socioeducativo nesse Centro, observamos um certo desencontro do que se entende de projeto de futuro entre os agentes estatais, implicados na formulação dos Planos Individuais de Atendimentos (PIA) e entre os socioeducandos. Essa discussão se torna relevante na medida em que possibilitar futuros distantes do ato infracional é uma diretriz fundamental da política do atendimento socioeducativo, portanto, é importante um olhar reflexivo sobre a pluralidade das juventudes, seus projetos, possibilidades e restrições.

[399] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB e educadora social das medidas socioeducativas do município de Paço do Lumiar-Ma. E-mail: giovanna.palhano@academico.ufpb.br
[400] Graduação em Direito pelo Centro Universitário UNDB e orientador jurídico das medidas socioeducativas em Liberdade Assistida de Paço do Lumiar-Ma. E-mail: marciofreitascosta@gmail.com

2 Metodologia

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa. Metodologicamente, optamos pela etnografia (Geertz, 2008), envolvendo um conjunto de técnicas, como entrevistas semiestruturadas, observações situadas e sistematização de conversas informais com adolescentes e jovens que cumprem medidas de Liberdade Assistida no Creas do município de Paço do Lumiar-Ma, bem como com alguns agentes da equipe técnica de atendimento.

Refletimos a partir das experiências de jovens no que diz respeito a seus contextos de vida e seus anseios de projetos de futuro, em paralelo às representações que os agentes da equipe técnica têm sobre os Planos Individuais. Os nomes citados são fictícios em respeito ao direito de sigilo das identidades dos adolescentes e jovens em conflito com a lei.

3 Resultados e discussões

A família do José foi acompanhada pelo CREAS por volta dos anos de 2017. Lembramos de um episódio de quando ele tinha uns nove anos e fomos entregar uma geladeira para a sua família, auxiliando na mudança para o Conjunto Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro do Iguaíba em Paço do Lumiar-Ma, pois até então, a família não tinha onde morar. A mãe de José é uma mulher negra, mãe de sete filhos. O seu companheiro, pai de José, sofre de dependência química, ambos não sabem ler, e eles se sustentavam basicamente com o auxílio do Programa Bolsa Família. Seis anos depois nos reencontramos com a família, desta vez com a mãe de José, apresentando a sentença de medida socioeducativa do seu filho, com então 16 anos, envolvido num ato infracional.

A vida de José, como perversamente pudemos acompanhar desde a sua infância, foi marcada por muitas restrições, como o de acesso a direitos humanos básicos de segurança alimentar e moradia. Essas restrições, que em últimas instâncias representam restrições de cidadania o que, consequentemente, impôs restrições nos seus horizontes de possibilidades e expectativas de projetos de futuro.

Segundo Motta (2021), há uma profunda finitude nesses projetos de vida, não apenas do ponto de vista territorial, mas também do acesso que é restrito e/ou precário a muitos serviços e experiências de vida. Quando perguntamos para José sobre suas expectativas de plano de futuro, com muitas reticências, ele nos diz que pensa em ajudar o pai em suas atividades de encanador, sem mencionar desejos de escolarização, Ensino Superior, curso técnico ou emprego formal; o que por outro lado, parece ser o projeto universal que os agentes estatais entendem para os jovens atendidos.

Assim, observamos que há um certo descompasso acerca desses projetos por aqueles que o formulam e as expectativas reais dos jovens socioeducandos. Esse descompasso, por sua vez, gera tensões e afastamentos entre os jovens e os centros socioeducativos.

Considerações finais

Várias mediações atravessam as experiências de juventudes e impõem restrições ou possibilidades para vivenciá-las. Quando restringe, elas também limitam os

horizontes de expectativas dos planos de futuro, tornando quase que sem sentido alguns projetos de vida formulados nos PIA 's pelos agentes estatais do atendimento socioeducativo.

Desse modo, não se trata de dizer que os jovens não têm projetos de futuro e de vida. Ao contrário, tanto agentes estatais quanto jovens falam de projetos, mas essa mesma expressão tem sentidos e conteúdos muito distintos.

Ademais, salientamos o caráter inicial desta pesquisa, ainda em fase de sistematização de entrevistas com os adolescentes e equipe técnica. A discussão aqui apresentada faz parte de reflexões iniciais que surgiram e estão se amadurecendo a partir de inquietações da nossa prática cotidiana no atendimento socioeducativo.

Referências

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MOTTA, Luana. **Fazer estado, produzir ordem**: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável. São Carlos: EDUFSCar, 2021.

O LUGAR OCUPADO PELAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES COM NECESSIDADES EM SAÚDE MENTAL NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DE TERESINA-PIAUÍ

Sayonara Genilda de Sousa Lima[401]
Sofia Laurentino Barbosa Pereira[402]

Resumo
Este estudo visa apresentar o lugar ocupado pelas infâncias e juventudes que necessitam de cuidado em saúde mental no sistema de proteção social do município de Teresina, capital do Piauí. Apresenta parte dos resultados da investigação, no âmbito de Mestrado, realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que possibilitou concluir que é preciso avançar no desafio de superar a fragmentação dos serviços e de garantir a integralidade do cuidado.

Palavras-chave: Proteção social. Saúde Mental. Juventudes.

1 Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, cujo objetivo geral foi o de compreender como ocorre a articulação intersetorial entre as Políticas Sociais que compõem o Sistema de Proteção Social para o cuidado das infâncias e juventudes com transtorno mental no município de Teresina-Piauí, com destaque para as Políticas de Saúde Mental, Assistência Social, Educação e Sociojurídico.

Neste trabalho, é dado ênfase aos resultados obtidos na busca pela identificação do lugar que as infâncias e juventudes com necessidades em saúde mental ocupam no sistema de proteção social do município de Teresina-Piauí. Espera-se que esses resultados municiem as gestões e os trabalhadores de informações acerca da sua realidade, e possibilitem o fortalecimento do cuidado, voltado para as infâncias e juventudes com transtorno mental em Teresina-PI.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo no campo das ciências sociais aplicadas, que compreende uma realidade social a partir do olhar dos sujeitos e das suas experiências sociais, tendo como tipo de pesquisa, a explicativa com abordagem qualitativa, em que o empenho se deu ao encontrar significados diante da realidade investigada. Como cenário empírico, foram investigadas cinco políticas públicas do que compõem o sistema de proteção

[401] Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas para Crianças e Jovens pela UFPI. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piaui. E-mail: sayogenilda@hotmail.com
[402] Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Professora do departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br

social para o cuidado das infâncias e juventudes com transtorno mental: Saúde mental, Saúde pública, Assistência Social, Educação e Sociojurídico, em Teresina, Piauí.

Para a coleta de dados realizou-se pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, além de pesquisa de campo, com a observação participante, entrevista semiestruturada com dez profissionais atuantes nas Políticas Públicas listadas e grupo focal com a participação de cinco profissionais do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil do município. Também utilizou-se múltiplas estratégias de coletas de dados na busca de compreensão da realidade, a partir da estratégia de triangulação.

Além disso, os dados foram organizados, codificados e interpretados a partir da análise de conteúdo Bardin (2011). Ademais, todo o percurso investigativo adotou o método dialético de Marx, na forma de análise crítica da realidade e perspectiva de totalidade. A coleta de informações no campo aconteceu entre os meses de julho a setembro do ano de 2022, após autorização do Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, respeitando as orientações da Resolução de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3 Resultados e discussões

Com o intuito de averiguar se as infâncias e juventudes com necessidades em saúde mental são percebidas nos serviços que compõem o sistema de proteção social de Teresina-Piauí, questionou-se, aos sujeitos dos serviços pesquisados, se eles acolhem demandas desse público. Sobre isso, os achados indicam que o público infanto-juvenil com transtorno mental é identificado nesses serviços, porém, isso acontece dentro das especificidades de cada serviço que acolhem as necessidades das infâncias e juventudes com transtorno mental, quando estas se enquadram no perfil de atendimento, considerando a delimitação do público-alvo de cada dispositivo.

Além disso, as demandas surgem de forma fragmentada, conforme a setorialização desses serviços. Tal circunstância condiz com as discussões realizadas, por autoras como Yazbek (2014), Behring e Boschetti (2011), que tratam da desresponsabilização com as Políticas Sociais, em que os padrões universalistas e redistributivos foram tencionados pelo ideário neoliberal, que reduziu direitos e transformou as Políticas Sociais em ações pontuais e compensatórias.

Dessa maneira, o que se tem são políticas específicas, setorizadas e desarticuladas, que realizam uma atenção fragmentada das necessidades da população, esquecendo-se da integralidade no cuidado. Assim, verifica-se que essa situação vai ao encontro com o que é preconizado nas legislações sobre como deve ser o cuidado ofertado às infâncias e juventudes com transtorno mental. E esse dissenso entre o que é previsto e o que é realizado é colocado por autores como Tanõ e Matsukura (2015) como um desafio que exige a superação da fragmentação de ações reducionista, que limita o cuidado das infâncias e juventudes com transtorno mental, pois estes precisam ser vistos na sua integralidade.

Considerações finais

Dito isso, compreende-se que o lugar ocupado pelas infâncias e juventudes com necessidades em saúde mental, no sistema de proteção social em Teresina, é colocado, conforme a especificidade dos serviços e suas Políticas Públicas, que são historicamente

regulamentados, planejados, financiados e executados de forma fragmentada. Portanto, conclui-se que é preciso avançar no desafio de superar essa fragmentação e de garantir o cuidado integral para esse público.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TAÑO, Bruna Lidia; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental infantojuvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. **Cad. Ter. Ocup**., São Carlos, v. 23, n. 2, p. 439-447, jul. 2015. DOI: https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAR0479. Disponível em: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br. Acesso em: 10 maio 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. *In*: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T; SOUSA, R. G. (org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 77-103.

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E POLÍTICAS JUVENIS EM FOZ DO IGUAÇU

Andres Steven Amaya Sanchez[403]
Cristiane Sander[404]

Resumo
O objetivo do trabalho é analisar a participação juvenil, suas formas de organização e a implementação de políticas juvenis no município de Foz do Iguaçu/PR. A metodologia usada teve como base a investigação documental e bibliográfica. Os principais resultados foram a falta de políticas juvenis no município e a falta de espaços para a organização e vivências do protagonismo juvenil.

Palavras-chave: Juventudes. Participação juvenil. Políticas Juvenis.

1 Introdução

A participação juvenil em Foz de Iguaçu/PR tem sido marcada pela diversidade dos jovens que nela moram, por isso mesmo não falamos de juventude Iguaçuense se não de juventudes, delimitadas pelas assimetrias de raça, gênero e classe (Aquino, 2009). Por isso, as pautas e demandas são variadas, desde o repúdio à repressão estatal e reivindicação de direitos, bem como a militarização do Ensino Médio, entre outras.

Isto impacta diretamente nas dinâmicas sociais da cidade e da região, visto que em torno de 25% da população da Tríplice Fronteira são jovens (ISM-UNFPA 2020), e que, por sua vez, uma boa parcela se encontra em condições de vulnerabilidade pela falta de acesso ao trabalho, educação de qualidade e serviços de saúde adequados (ISM-UNFPA 2020).

Analisar as condições das juventudes do município, as políticas juvenis e a relação com a participação das juventudes, permitiu realizar um mapeamento das políticas já existentes e sua otimização, como também a proposição de novas políticas para a juventude. Assim, os objetivos deste trabalho são tematizar as categorias de juventudes e participação juvenil em Foz de Iguaçu, bem como analisar a oferta de políticas juvenis no município, refletindo sobre as políticas juvenis já existentes, apontando novas formas de construir e implementar políticas desde o território para o território com a participação efetiva dos jovens.

2 Metodologia

A pesquisa proposta é uma investigação descritiva sobre a participação juvenil em Foz do Iguaçu, a partir da pesquisa documental (Fonseca, 2002). Os documentos escolhidos foram de caráter quanti-qualitativo. Como fontes foram usadas: audiências

[403] Estudante do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea de América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). E-mail: asamayas@hotmail.com
[404] Doutora em Serviço Social (UniKassel/Alemanha), professora do Curso de Serviço Social – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br

públicas sobre juventudes, censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentos do Instituto Social do Mercosul-*Fondo de Población de las Naciones Unida*s (ISM-UNFPA), e fontes bibliográficas: trabalhos acadêmicos, livros, artigos, investigações, redes sociais, páginas *Web*, tabelas estatísticas e vídeos.

Assim, a pesquisa se organizou em quatro passos: primeiro – levantamento de bibliografias relacionadas ao tema; segundo – leitura e análise desses materiais; terceiro – relação dos dados colhidos dos documentos com dados provenientes da experiência vivida como jovem migrante, ex-estagiário do Centro da Juventude Jardim Naipi e a participação em diferentes conferências, audiências públicas e eventos sobre juventudes. O último passo da pesquisa consistiu nas reflexões finais para pensar a participação juvenil e as políticas juvenis no território.

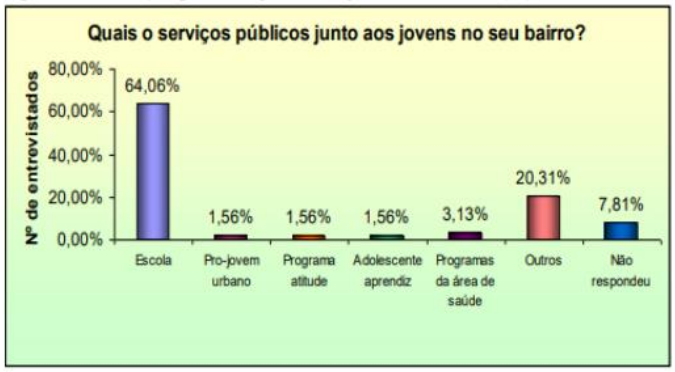
3 Resultados e discussões

Os resultados foram: o levantamento de 12 coletivos juvenis e das políticas juvenis, presentes no município. As juventudes se organizam de maneira autônoma, com a criação de coletivos, movimentos e organizações juvenis autolesionadas, com pautas na educação, política, arte e cultura, religião e meio ambiente.

Por outra parte, a construção das políticas juvenis ainda é limitada, pelo desafio do planejamento e incentivo da participação das juventudes, mas especialmente que os jovens não entram no orçamento público, ou seja, não têm recursos para fazer políticas de juventude.

Além do desafio da participação, também se observou uma centralidade na política de educação, deixando de lado outras áreas da vida juvenil, como pode se ver no seguinte gráfico produzido a partir da pesquisa de Kniphoff (2012), referente aos serviços que os jovens acessam em seus bairros em Foz do Iguaçu.

Figura 1 – Serviços públicos junto aos jovens no bairros de Foz do Iguaçu



Fuente: Kniphoff (2012.p. 45).

Além desse fator, também se assinala a falta de espaços de participação e protagonismo juvenil, um dos poucos espaços públicos em Foz do Iguaçu é o Centro da Juventude. A partir da pesquisa, levantou-se que há 12 coletivos juvenis em Foz do Iguaçu, no entanto, estes não são ouvidos ou chamados a contribuir no planejamento de políticas e/ou programas, voltados aos jovens, não há Conselho Municipal de Juventude.

Considerações finais

Desta forma, torna-se relevante marcar a necessidade de um estudo aprofundado dos diferentes movimentos juvenis autônomos e os possíveis caminhos para a estruturação de políticas juvenis em parceria com esses movimentos na cidade de Foz do Iguaçu.

A partir dos resultados obtidos é importante marcar um esforço para repensar a centralidade da educação na criação das políticas juvenis, pensar outros espaços de participação e protagonismo juvenil fora da escola. Dentro dessas possibilidades de outros espaços, o diálogo com os movimentos juvenis autônomos se faz necessário para a gestão de novas formas de participação juvenil no município, que poderiam se consolidar, em primeiro lugar, com a criação de um Conselho Municipal da Juventude, que procure efetivar as demandas das juventudes organizadas.

Referências

AQUINO, Luseni. A Juventude como foco das Políticas Públicas. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA 2009. p. 13-25.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes. Acesso em: 14 fev. 2023.

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR (ISM)/ FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Características socioeconómicas de las juventudes en las ciudades fronterizas del MERCOSUR**, 2020. Disponível em: https://paraguay.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/juventudes-y-fronteras-1_0.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

KNIPHOFF, Dionne. **A representação social dos adolescentes à luz das políticas públicas no corredor da fronteira do Iguaçu em 2012**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2012.

POLITICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Maria Ketully Neyane Alves Pinto[405]
José Alex Ferreira Rodrigues[406]
Janailton Coutinho[407]

Resumo
O objetivo desta pesquisa foi o de analisar as políticas públicas para juventude camponesa dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Para isso, foi aplicado um questionário com entrevista semiestruturada nos sujeitos escolhidos para participar da pesquisa: os jovens e os secretários de juventudes desses municípios. Assim, a partir dos resultados é fato que os jovens veem na educação uma forma de melhorar as perspectivas. Já em relação as políticas públicas, foi constatada uma ausência quase que total dessas políticas voltadas para esses sujeitos.

Palavras-chave: Juventude Rural. Políticas Públicas. Território Camponês

1 Introdução

As políticas públicas são de fundamental importância para a construção da cidadania. Têm como fundamentação atender as demandas e necessidades da população que se apresenta em situação de vulnerabilidade. Mas, para além disso, garante determinados direitos dos cidadãos, regular conflitos entre os diversos atores sociais e como consequência promover desenvolvimento (Santos, 2016).

A juventude camponesa era invisível em diversas sociedades. O Brasil recentemente passou a desenvolver políticas e ações na esfera pública, com foco na inclusão social de jovens. A expressão juventude camponesa vai ao encontro da compreensão dessa categoria teórica e social afirmada pelo paradigma da educação do campo. Sua expressão rural é entendida como carregada de preconceito, como lugar e condições sociais de subordinação (Santos, 2020).

A juventude rural vem ganhando notoriedade nas discussões dos movimentos sociais e despertando um interesse por parte de alguns pesquisadores que se dedicam em estudos ao rural brasileiro. Muitos autores chamam atenção em suas publicações, voltadas para a invisibilidade da juventude rural por parte de pesquisadores e autoridades públicas (Castro, 2005). Estudos sobre os jovens do meio rural vêm avançando com o passar dos tempos, os jovens rurais atravessam fronteiras entre o espaço rural e o urbano que diante da falta de perspectiva se agrava para os que vivem da agricultura. Os jovens do campo enfrentam um agravamento diante da falta de uma qualificação específica, voltada justamente para a realidade em que vivem (Barros, 2019).

[405] Mestranda. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ketulluneyane@gmail.br
[406] Graduado em Agronomia. Universidade Federal do Cariri. E-mail: jose.alex@aluno.ufca.edu.br
[407] Doutor. Universidade Federal do Cariri. E-mail: janailton.coutinha@ufca.edu.br

Os jovens rurais vêm se concretizando por meio de um espectro de identidade, caracterizada por meio da identificação desses jovens, como: camponês, quilombola, assentado, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena e extrativista (Menezes; Stropasolas; Barcellos, 2014).

Assim, o presente trabalho traz como objetivo analisar as políticas públicas para juventude camponesa, desenvolvidas pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

2 Metodologia

O trabalho foi realizado nos municípios de Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte, localizados na região Sul do Ceará. O principal critério, utilizado para desenvolver o trabalho, foi o ineditismo em virtude da escassez de publicações que abordam as políticas públicas, voltadas para o jovem camponês, no intuito de garantir, o fortalecimento e a visibilidade para essa temática.

Participaram da pesquisa os jovens camponeses e os secretários de juventudes com objetivo de responder a um roteiro de entrevista sobre a atuação dos municípios nas políticas públicas de assistência e inclusão. No decorrer da entrevista semiestruturada foram surgindo novos questionamentos sobre a atuação do município por meio de ações sociais existentes.

A metodologia do trabalho é de natureza qualitativa. A coleta de dados foi mediante entrevistas semiestruturadas com a participação de indivíduos, considerados peças-chave para a elaboração de políticas públicas para a juventude rural.

A sistematização e análise dos dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo proposto por Minayo (2010) e Bardin (2010), que se constitui de três fases básicas: a pré-análise dos dados, exploração do material coletado através de oitivas e o tratamento dos resultados.

3 Resultados e discussão

O exposto pelos Secretários de Juventude dos município confirma o que é relatado pelos jovens do campo. Na pesquisa foi evidenciado a falta de políticas públicas para o jovem camponês. São inexistentes as ações governamentais dos municípios para atender a demanda social do jovem do campo.

Foi observado o interesse dos jovens em projetos sociais que possam atendê-los no ambiente em que estão inseridos. Porém, devido aos recursos, destinados as secretarias de juventude, serem reduzidos para atender a população rural, o desejo de criar e executar projetos fica ‘à mercê’ dos repasses por parte da gestão.

Os jovens caracterizam a educação como uma possibilidade de melhoria social e uma porta de saída para mudança de vida. Pelo que pode ser observado, um dos fatores que ameaça a permanência na escola e que é enfrentada como um obstáculo é a situação financeira limitando a permanência no ambiente escolar.

A educação na zona rural é marcada por uma série de problemas como evasão e abandon,o devido a problemas e dificuldades enfrentados por pais e alunos, levando-os a desistência. Estudantes da zona rural enfrentam como problemas a falta de transporte, distância, má condição das estradas, adaptação, escolas com poucos recursos físicos e pedagógico, colaborando para altos índices de desistências (Verhine;Pita de Melo, 1988).

Sobre o lazer e sociabilidade, os jovens não consideram esses fatores para deixar o campo, mesmo que apresente falhas e a escassez de atividades para a diversão da juventude. Com o acesso facilitado à internet, a juventude pode ter acesso a diversas realidades conectando-se ao mundo (Puntel, 2011).

Para Castro (2009), muitas das pesquisas que tratam da juventude rural sempre vem no viés de forma direta ou indireta sobre a perspectiva da saída ou permanência do jovem rural. A frequente saída do jovem camponês para centros urbanos contribui de forma negativa para uma invisibilidade desses sujeitos. Ficar ou sair da zona rural é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de que a juventude rural como sendo uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crise da realidade do campo.

Considerações finais

Quanto à ausência de políticas públicas da juventude rural dos municípios, foi apresentado a importância da criação de programas para atender esses jovens por meio de programas sociais. Concluiu-se também que os jovens entrevistados veem na educação uma forma de terem melhores perspectivas de vida.

Com isso, além do objetivo apresentado, a ideia não foi estagnar o debate, mas incentivar a possibilidade de surgimento de novos trabalhos que torne esse público visível a partir da sua diversidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

Barros, Larissa dos Reis. **Perfil socioeconômico e produtivo da juventude rural da colônia do Uraim, Paragominas – PA**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus* Paragominas, 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural**: "apenas uma palavra" ou "mais que uma palavra", 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/151941731/Elisa-Guarana-Castro-Juventude-rural-apenas-uma-palavra-ou-mais-que-uma-palavra-2005. Acesso em: 23 jan.2023.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino-Americana de Ciências Sociales, Niñez y juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun. 2009. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindeumz/20131106010832/art.ElisaGuarana.pdf. Acesso em: 23 jan.2023.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

MINAYO, Cecília de S. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. **Saúde & Transformação Social**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 02–11, maio 2011. Disponível em: https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/652. Acesso em: 11 jul. 2023.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. *In*: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS IPEA, 1., 2011; ASSOCIAÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS, 1., 2011; CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Ipea, 2011. 1 CD-ROM.

SANTOS, Cesaltina Gomes Cravid Pires dos. Políticas públicas para a juventude no município de Redenção. 2016. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2016.

SANTOS, Marcos Vinícius Andrade dos. **Juventudes rurais nos movimentos sociais**: lutas, conquistas e desafios. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) –Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

VERHINE, Robert E.; PITA DE MELO, Ana Maria. Causes of School Failure: The Case of the State of Bahia in Brazil. **Prospects**, [*S.l.*], v. 18, n. 4, p. 557-68, 1988. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000082509. Acesso em: 23 jan.2023.

A GESTÃO ESTADUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA: o que dizem seus atores?[408]

Mailson Santos Pereira[409]

Resumo
Este trabalho objetivou analisar a gestão das políticas públicas de juventude no Governo da Bahia, de 2008-2018, a partir do relato de atores políticos estratégicos. É um estudo de caráter qualitativo, com coleta de dados feita por meio de entrevistas semiestruturadas e da análise de conteúdo destas. A partir dos resultados, é fato que a gestão estadual criou espaços de debate das demandas juvenis, estimulando a participação nessas instâncias; estabeleceu marcos normativos; e implementou ações específicas para os jovens baianos.

1 Introdução

O presente trabalho se 'debruça' sobre as Políticas Públicas de Juventude (PPJ), buscando identificar como se deu a construção e consolidação da pauta da juventude na agenda das políticas públicas, desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia, a partir do relato de atores estrategicamente situados no cenário baiano quanto a essa temática, apontando elementos de estruturação desse processo. Como opção teórica partiu-se da análise de políticas públicas de cunho descritivo.

2 Metodologia

É um estudo qualitativo que utilizou a entrevista enquanto técnica específica de produção dos dados, além do uso da análise de conteúdo para interpretação do *corpus* da pesquisa. Realizou-se as entrevistas com atores estratégicos alocados no órgão gestor e no espaço de controle social democrático da pauta das juventudes nas gestões petistas estaduais baianas, no período de 2008 a 2018.

Onze atores foram identificados, dos quais dez puderam ser entrevistados de forma presencial no período de 06 de fevereiro a 24 de abril de 2019, nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Barreiras. As entrevistas realizadas foram gravadas e duraram, em média, quarenta e cinco minutos. Destas, apenas sete foram utilizadas para a presente análise.

3 Resultados e discussões

A análise do material permitiu identificar o processo de inserção das juventudes na agenda governamental baiana, as legalidades criadas, as institucionalidades estabelecidas, a importância das gestões petistas, os atores políticos envolvidos, os

[408] Parte do conteúdo deste trabalho pertencem à dissertação Gestões Petistas Baianas e as Políticas Públicas de Juventude: narrativa dessas relações (Pereira, 2022), em específico, do quarto capítulo desta.

[409] Psicólogo Social – CRP03/7767; Mestre em Ciências Sociais pela UFRB e em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO; Discente do Bacharelado em Ciências Sociais pela UNEB e do Doutorado em Ciências Sociais pela UFBA; e membro do Observatório Social da Juventude (CAHL/UFRB). E-mail: pereiramailson@msn.com

marcos estaduais, as políticas públicas implementadas, os avanços e desafios vivenciados e algumas reflexões sobre o período posterior a 2018. Esses elementos foram agregados em quatros categorias temáticas.

Em relação à "Inserção da pauta da juventude na agenda governamental baiana", conforme encontrado na literatura (Jesus, 2011; Anjos, 2017), os entrevistados reconhecem a existência de ações anteriores às gestões petistas, voltadas para os jovens na gestão estadual, mas demarcam que a inserção e desenvolvimento da pauta da juventude, ocorreu a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual, em 2007; indicam igualmente a influência do cenário nacional, da gestão federal petista, da mobilização dos movimentos juvenis baianos e a realização das conferências como elementos importantes para que a pauta da juventude adentrasse a agenda do Governo da Bahia.

Acerca da "Importância das gestões petistas e os atores envolvidos no cenário baiano", os colaboradores da pesquisa fizeram referências às gestões petistas no governo federal, no governo estadual baiano e em governos municipais da Bahia, destacando que essas gestões foram cruciais para a sistematização da pauta das juventudes de forma mais articulada no âmbito do poder público. Ness sentido, essas gestões buscaram adotar em suas ações a perspectiva do jovem enquanto "sujeito de direitos", coparticipante e coautor das ações a serem destinadas ao público jovem – visto que esse modo de gerir, de forma participativa, tem sido uma das características dos governos do Partido dos Trabalhadores (Escola Nacional de Formação do PT, 2013), – construindo, dessa forma, "políticas públicas com a juventude".

Relacionado aos "Marcos estaduais e as políticas públicas de juventude no Governo da Bahia" foi possível sistematizar inicialmente o destaque dos participantes para a realização das conferências de juventude e a criação do Conselho Estadual de Juventude da Bahia. Em paralelo, os atores indicaram as normatizações das PPJ também enquanto marcos significativos, destacando-se o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho Juventude, em 2008 e a aprovação e sanção do Plano Estadual de Juventude, no final de 2011. Entre as ações desenvolvidas pelo Governo da Bahia, destacaram: o Jovens Baianos, o Programa TRILHA, o Programa Mais Futuro, o Partiu Estágio e o Primeiro Emprego; como também ações do governo federal que a gestão estadual aderiu e executou: o Estação Juventude e o Plano Juventude Viva.

Quando lançaram o olhar sobre os "Avanços e desafios vivenciados e as perspectivas sobre o momento atual", sobressai a própria inclusão da pauta das juventudes na agenda governamental baiana que buscou visibilizar os jovens como sujeitos de direitos. Junto a isso, apontaram que a participação foi reforçada como uma diretriz da política de juventude em âmbito estadual. Foi possível identificar também avanços e desafios quanto ao funcionamento administrativo do Conselho Estadual de Juventude da Bahia (CEJUVE/BA), sendo a questão orçamentária um desafio significativo.

Entre as preocupações, foram indicadas o cenário nacional fragilizado e a dependência que as unidades subnacionais têm de que o governo federal conduza e estimule a pauta. Além disso, o contexto de não incidência do órgão gestor de políticas públicas de juventude da Bahia e nem do Cejuve/BA nos programas vigentes, parece

indicar que as políticas de juventude do governo estadual baiano deixaram de ser "com a juventude" para voltar a ser "para a juventude".

Considerações finais

Todo o percurso trilhado, nesta pesquisa, permitiu verificar que a construção das políticas públicas de juventude da Bahia ocorreu por meio da inclusão e manutenção da pauta da juventude na agenda decisória do governo estadual no período pesquisado; da criação de espaços de debate acerca das demandas dos jovens baianos e do estímulo à participação juvenil nessas instâncias; do estabelecimento de marcos normativos (institucionalidades e legalidades) para a pauta em questão; da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a população jovem da Bahia; entre outras ações.

Dessa forma, foi possível inferir os elementos da construção das políticas públicas de juventude e a consolidação da pauta da juventude no âmbito do Governo do Estado da Bahia a partir do relato dos atores envolvidos com a pauta e situados estrategicamente.

Referências

ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. **Políticas Públicas para a juventude rural**: considerações sobre os 10 anos de gestões petistas no Governo da Bahia (2007-2016). 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Brasil, São Paulo, 2017.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT. **Caderno de Formação - O modo petista de governar e de atuação parlamentar**: curso para prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras do PT. São Paulo: Escola Nacional de Formação do PT, 2013.

JESUS, Viviane Quênia Brito de. **Participações, juventudes e políticas públicas: o processo da Conferência de Juventude da Bahia – 2008**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO PARA A JUVENTUDE RURAL: uma análise das principais abordagens na literatura

Keiliane Almeida de Oliveira[410]
Adelson Dias de Oliveira[411]
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira[412]

Resumo
O presente trabalho teve como objetivo identificar e analisar as políticas de educação no campo para a juventude rural, bem como as abordagens e discussão predominantes na literatura acadêmica recente, que envolvem seu impacto na permanência dos jovens nas áreas rurais. A partir dos resultados, é fato que pesquisas sobre políticas públicas para a juventude rural são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, fortalecer a identidade e o pertencimento dos jovens no campo.

Palavras-chave: Êxito rural. Permanência. Ruralidade.

1 Introdução

As políticas de Educação do e no Campo são iniciativas que visam promover à educação nas áreas rurais, considerando as particularidades e necessidades dessas comunidades. Essas políticas buscam garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação para os estudantes que vivem no campo, além de desempenharem um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na melhoria das condições de vida da juventude rural.

A juventude rural constitui uma parcela significativa da população brasileira e enfrenta desafios únicos em termos de acesso à educação, saúde, emprego e oportunidades. Investigar as políticas públicas direcionadas a essa parcela da população é fundamental para compreender os limites, as dificuldades e as possibilidades que resultam em sua inclusão (ou exclusão) social e que podem afetar seu desenvolvimento.

Ademais discutir as políticas de educação externas para esse público é essencial para avaliar seu impacto na permanência de jovens nas áreas rurais e na mitigação do êxodo rural. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar as políticas de educação no campo para a juventude rural, bem como as abordagens e discussão predominantes na literatura acadêmica recente, que envolvem seu impacto na permanência dos jovens nas áreas rurais.

A relevância sociocultural deste estudo destaca-se por fortalecer a identidade da juventude rural, uma vez que essa prática promove a preservação da cultura local, a

[410] Professora/Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, UNIVASF; Mestra em Ciências (UNIVASF, 2016). E-mail: keiliane.oliveira@discente.univasf.edu.br
[411] Professor/Doutor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UNIVAS.
[412] Professora/Doutora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UNIVASF.

conexão com a natureza circundante, a identificação pessoal e a participação ativa na comunidade.

2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, posto que tem como objetivo obter informações registradas por estudos anteriores, de modo a permitir compreender as características de um determinado fenômeno.

Os dados levantados foram analisados qualitativamente, pois a proposta do estudo foi discutir o que foi produzido nos anos recentes sobre políticas públicas, voltadas para juventude rural.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados entre 2018 e o primeiro semestre de 2023, escritos em língua portuguesa e que abordam políticas de educação no campo para a juventude rural. Foram excluídos os artigos repetidos, e aqueles que não tinham relação direta com a temática de estudo. Após a busca e aplicação dos critérios, foram selecionados 35 artigos para análise o que resultou na seleção de quatro artigos que foram lidos e analisados.

3 Resultados e discussões

Nota-se o quão complexa é a relação entre a juventude e as características da ruralidade no Brasil. Os artigos analisados destacam como o paradigma produtivista e agroexportador que predomina em relação ao modelo de desenvolvimento rural resulta em representações limitadas da juventude rural. Essa complexidade abarca outras dimensões discutidas antes, neste trabalho, a saber, a representação sociopolítica do jovem do campo, bem como sua identidade, tendo claras repercussões sobre as políticas públicas voltadas para a juventude rural.

Identificou-se ainda que políticas de educação no campo que visam à inclusão e a capacitação da juventude rural, buscam reduzir as taxas de êxodo rural e promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Considerações finais

Conclui-se que pesquisas sobre políticas públicas para a juventude rural são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, fortalecer a identidade e o pertencimento dos jovens no campo, desempenhando um papel fundamental na promoção da permanência da juventude rural em suas comunidades de origem.

Logo, é fundamental que essas políticas continuem a ser aprimoradas e inovadas de forma atender todas as especificidades dessa juventude rural, a fim de garantir um futuro mais promissor para a juventude rural e para o fortalecimento das comunidades rurais como um todo.

Referências

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil:** atores e fluxos políticos nesse processo social**.** Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANDES, Alano J. S.; ALVES, Ana E. S. A. panorama da literatura científica sobre a juventude rural no brasil: uma revisão sistemática. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 6, n.1, p. 180 - 193, mar. 2021.

SILVA, Letícia Costa; ARAÚJO, José Anchieta. Estado e políticas públicas para a juventude rural. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 25, n. 2, p. 45-57, jul. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i2.5635. Disponível em: file:///C:/Users/Home/Downloads/sysop,+5635.pdf. Acesso em 22 abr. 2023.

O LUGAR DE FALA DAS JUVENTUDES: participação estudantil nas feiras e festas literárias na Bahia

Larissa Lima Santos[413]
Emmanuelle Luiza Santos Menezes[414]

Resumo
As feiras e festas literárias são movimentos literários e culturais que acontecem em todo o país. Na Bahia, está sendo construído um processo de fomento as feiras e festas literárias nos vinte e sete territórios de identidade. Além disso, está sendo fortalecido a participação juvenil de forma ativa e efetiva desde a concepção do evento até a execução.

Palavras-chave: Participação Estudantil. Feiras e Festas Literárias. Jovens Curadores.

As feiras e festas literárias são movimentos culturais que acontecem em todo o país. Há uma disputa semântica sobre as feiras e festas, compreendendo, que as feiras têm perspectiva comercial e, com isso, uma atração do capital, e as festas literárias seriam movimentos culturais mais acolhedores e abertos a comunidade geral. A Bahia tem tradição – por meio do governo do estado – com as parcerias da Fundação Pedro Calmon, da Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação de apoiar feiras e festas literárias em todo estado da Bahia. Em 2023, foram fortalecidos o vínculo e a orientação de feiras e festas literárias nos 27 territórios de identidade da Bahia. Além disso, a participação ativa dos e das estudantes. Os estudantes, público da festa, foram percebidos como figuras passivas no contexto anterior das feiras e festas literárias. São aqueles e aquelas que devem ir, acompanhados dos professores da sua unidade escolar, e sentar para ouvir e prestigiar a programação. Mas, em uma sociedade em constante mudança e acelerada transformação, em que o uso da comunicação digital está no dia a dia de todos e com a compreensão da existência de diversas culturas juvenis, em meio aos estudantes, não dá para se esperar uma postura passiva. Com isso, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, através da Coordenação de Políticas Públicas para Juventude em Processos Educacionais tem promovido um debate, e por que não usar o termo, uma disputa na concepção das feiras literárias. Os estudantes e os jovens de fato não se interessam pelo mundo literário? Não gostam de ler? Ou tem se interessado pelo mundo da leitura de outras formas? Quais são os autores e os gêneros textuais lidos pelos estudantes/jovens? Quais são as referências? As feiras e festas literárias, na Bahia, tem sido um espaço de participação estudantil a partir da construção das feiras. Na escolha da programação, das mesas de debate, da divulgação, da apresentação artístico-cultural, da apresentação de iniciativas de participação estudantil e das escritas literárias dos jovens, da mediação e/ou monitoria nas feiras e festas literárias os estudantes têm adentrado ao mundo das feiras com uma participação ativa como sujeitos. Os estudantes

[413] Universidade Federal da Bahia. E-mail: laaarissalima@gmail.com
[414]UNIJORGE. E-mail: emmanuelleluiza4@gmail.com

têm ocupado os espaços, dando sentido e significado as suas experiências enquanto participantes com vez e voz. O horizonte é da participação dos estudantes como curadores das feiras e festas literárias. Participamos de feiras, até o momento, em 6 municípios e 4 territórios de identidade, que apresentaram diversas experiências. Alguns, mais experientes, relatam que os estudantes são muito novos e não conseguem compreender esse espaço ocupado de pensar a concepção de uma feira. Outros seguem pelo caminho da construção coletiva, a partir das vivências, experimentando novas possibilidades e deixando que os sentidos sejam construídos coletivamente. Nas feiras e festas literárias com apoio do governo do estado tem sido realizado uma pesquisa de satisfação com os participantes do evento, sejam estudantes, professores, comerciantes ou comunidade em geral. Além disso, os estudantes dos municípios em que estão ocorrendo feiras e festas literárias tem respondido um questionário acerca do processo de leitura e escrita dos estudantes nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

Grupo de Trabalho 19

Ocupe SUS Juventudes IST/HIV/AIDS – observatório de promoção à saúde, prevenção e assistência na perspectiva da saúde mental com foco no cuidado em liberdade e redução de danos e Ocupe sus juventudes IST/HIV/AIDS – observatório de promoção à saúde, prevenção e assistência na perspectiva antirracista e decolonial –

Coordenação: Analice de Oliveira (Centro de Referência e Treinamento – DST/AIDS – SES-SP-BR);
Fabiana Elias de Mesquita (Instituto Multiverso-SP-BR); Igor Rosa da Silva (Rede Nacional de Adolescentes e Jovens com HIV/AIDS-BR);
Sandra Vilchez (Centro de Referência e Treinamento – DST/Aids - SES–S-BRP); e Jean Vinicius Costa de Oliveira (UFF e Rede Jovem Rio+).

AS SEQUELAS INVISÍVEIS: a situação dos órfãos da Covid-19

Bárbara Vitória Martins Almeida[415]
Letícia Vitória Nogueira da Silva[416]
Ângela de Alencar Araripe Pinheiro[417]
Francisco Mikael Paulino de Oliveira[418]

Resumo
A orfandade decorrente da pandemia afeta crianças e adolescentes, e prejudica a segurança material e emocional. A AOCA busca o comprometimento da sociedade e dos líderes políticos, ampliando políticas públicas e direitos já garantidos. Está empenhada em ações políticas e levantamento de informações sobre órfãos, com o propósito de melhorar suas vidas. É imperativo que a sociedade e os governantes atuem para garantir os direitos e o bem-estar desses sujeitos

Palavras-chave: Incidência Política. Políticas Públicas. Criança e Adolescente. Orfandade.

1 Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu uma declaração de pandemia em relação ao coronavírus, marcando o início de uma crise de saúde global sem precedentes. Agora, passados dois anos desde o anúncio que indicou o suposto término da pandemia, evidenciam-se consequências alarmantes, exemplo é o significativo número de vidas perdidas devido à doença e à gestão inadequada dos órgãos estatais durante o período pandêmico. Mortes estas que incluíam mães, pais e outros cuidadores que desempenharam papéis fundamentais nas famílias e nas comunidades.

Em decorrência, da situação, crianças e adolescentes órfãos que perderam os membros de suas famílias para a Covid-19 enfrentam transformações em suas vidas, uma vez que são forçados a lidar com a perda de entes queridos e a adaptarem-se a uma vida sem o apoio e a orientação fornecida por essas figuras. De mesmo modo, enfrentam em sua vivência o luto pela perda do cuidador e deparam-se com o descaso dos Poderes Públicos em fornecer os recursos necessários, previstos por lei, para ampará-los no contexto em que se encontram: o de vulnerabilidade.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa baseada no relato de experiência. Apresenta atividades, posicionamentos e demandas discutidas pela Articulação em Apoio a Orfandade de Crianças e Adolescentes por Covid-19 (AOCA), surgida no Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC), vinculado à Universidade Federal do Ceará

415 Universidade Estadual do Ceará. E-mail: barbaravi.martins@aluno.uece.br
416 Universidade Federal do Ceará. E-mail: leticiavns@alu.ufc.br
417 Universidade Federal do Ceará. E-mail: a3pinheiro@gmail.com
418 Universidade Estadual do Ceará. E-mail: francisco.mikael@aluno.uece@br

(UFC). Mediante a uma incidência política, a AOCA luta pela garantia de direitos das crianças e adolescentes inseridos em contextos de vulnerabilidade, ocasionadas pela orfandade.

3 Resultados e discussões

A condição de orfandade não impacta unicamente na ausência do(s) cuidador(es) principal(is), mas permeia diretamente em dimensões da vida desses sujeitos. Há impacto na continuidade de assegurar uma condição de segurança material e alimentar. O financeiro da família é comprometido com a perda desse integrante familiar que, em diversos casos, era o provedor principal da família. Em decorrência, há o número alarmante da situação de insegurança alimentar no país, onde o Conselho Federal de Nutricionista (2023) destaca que cerca 70,3 milhões de brasileiros enfrentam dificuldades na garantia de subsistência.

Ainda, a orfandade traz implicações para o âmbito socioemocional, e ao se discutir a experiência de perda dos principais cuidadores, opera uma fonte de intenso sofrimento psíquico para a realidade dos sujeitos, visto a mudança irreparável na configuração familiar. A ausência significa, conforme a fase do desenvolvimento, abandono e desamparo, além de estar relacionada com traumas em lutos não elaborados (Zavaschi *et al.*, 2002). Ou seja, a perda de vínculos com o cuidador planta no indivíduo em orfandade sentimentos que impactam diretamente nos aspectos socioemocionais.

É fundamental compreender a repercussão da orfandade, visto o quantitativo de jovens que se tornaram órfãos em decorrência da pandemia passa dos 113 mil apenas no Brasil, dado publicado por Hillis *et al.* 2021). Observam-se negligências no cuidado destes em situações de vulnerabilidade, sendo percebido, assim, uma ausência de políticas públicas efetivas que os atendam integralmente, evitando situações como a recusa de acesso aos serviços de saúde e educação na ausência de um responsável legal.

Dessa forma, em 2020 surge a AOCA, um movimento que conta com diversos aliados: coletivos sociais, professores, estudantes, dentre outros. Por meio de incidência política junto aos Poderes Públicos, tenta-se exigir respostas para as perguntas: “Onde estão? Quantos são? Como estão (sobre)vivendo?”, atuando em busca da execução dos direitos de crianças e adolescentes já garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo ECA, no intuito de promover o fortalecimento, a expansão e a implantação de políticas públicas que atendam às suas necessidades particulares.

Diante disso, a atuação expande-se para diversos âmbitos, a exemplo, mediante correspondência com os gestores nas esferas Municipal, Estadual e Federal, por audiências públicas e reuniões técnicas, visando o comprometimento com a causa da orfandade, para que efetivamente ocorra a aplicação das leis. Contudo, evidenciam-se diversas dificuldades nesse contato com os gestores.

Portanto, a AOCA e seus apoiadores apresentam estratégias para convidar gestores e sociedade civil a agirem, colocando como primordial uma mobilização que vise produzir um levantamento de mapeamento de todos os sujeitos que estão na condição de orfandade, para ser possível retornos para os questionamentos outrora mencionados.

Além disso, é necessário que campanhas educativas aconteçam, para que a situação da orfandade não seja inviabilizada, por meio de debates e publicações

informativas, veiculadas nas redes de publicações, como jornais, convidando-os para a reflexão sobre a urgência de atenção à causa, possibilitando um comprometimento dos agentes públicos. Além disso, é essencial que ocorra uma previsão e execução orçamentária, para amparar a ampliação dos serviços, equipamentos e benefícios necessários para a manutenção da dignidade desses atores sociais.

Considerações finais

Faz-se necessário debates e discussões que ainda são invisibilizadas. Também, a realidade das crianças e adolescentes em contexto de orfandade é marcada por negligência Estatal, que não assegura os direitos desses indivíduos em situação de desregulamentação da representatividade legal e não são privilegiados com políticas públicas que atuem em seus aspectos socioemocionais.

Por isso, busca-se que o direito a viver uma vida digna seja garantida para esses sujeitos, ofertando uma escuta atenta daqueles que vivenciam os impactos diretamente da situação de orfandade, para fornecer recursos necessários para a compreensão das especificidades desse contexto, respeitando-os como sujeitos de direitos, para que, dessa forma, essas estratégias em conjunto, efetivem a prioridade absoluta de crianças e de adolescentes na garantia do acesso aos seus direitos.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Aumento da fome e insegurança alimentar no brasil**: relatório da ONU revela dados preocupantes, 2023. Disponível em: https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/aumento-da-fome-e-inseguranca-alimentar-no-brasil-relatorio-da-onu-revela-dados-preocupantes/. Acesso em: 20 set. 2023.

HILLIS, Susan *et al.* Global minimum estimates of children affected by COVID-19-associated orphanhood and deaths of caregivers: a modelling study. **The Lancet**, Inglaterra, v. 398, p. 391-402, jun. 2021. DOI: 10.1016/S0140-6736(21)01253-8. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34298000/. Acesso em: 20 set. 2023.

TRATO PÚBLICO DE CRIANÇAS e adolescentes em condição de orfandade: reflexões de forças sociais em defesa da dignidade e o buen vivir desses sujeitos sociais. **ADUFC**, 2023. Disponível em: https://www.adufc.org.br/2023/07/14/trato-publico-de-criancas-e-adolescentes-em-condicao-de-orfandade-reflexoes-de-forcas-sociais-em-defesa-da-dignidade-e-o-buen-vivir-desses-sujeitos-sociais/. Acesso em: 19 set. 2023.

ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer *et al.* Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. **Brazilian Journal of Psychiatry**, [*S.l.*], v. 24, n. 4, p. 189–195, out. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-44462002000400009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/zz6yFh7N4mTkK85zcTDQ6Xf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 19 set. 2023.

HOMENS JOVENS COM PRÁTICAS HOMOSSEXUAIS E GESTÃO DE RISCO AO HIV E AO SARS-COV-2 NA PANDEMIA DE COVID-19

Luís Felipe Rios[419]
Thamiris Dayane de Sá Pereira[420]
Larissa Vitória Silva Soares[421]

Resumo
A pesquisa descreve como jovens homens que fazem sexo com homens da Região Metropolitana do Recife vivenciaram a pandemia de Sar-Cov-2 entre 2020 e 2022. Os dados resultam de entrevistas a jovens e a profissionais. Foi identificada uma forte determinação econômica nas condições de saúde dos jovens, com implicações na vulnerabilidade à Covid-19 e a AIDS.

Palavras-chave: juventude. HSH. gestão de risco. covid-19. HIV/AIDS.

1 Introdução

O trabalho descreve como jovens homens que fazem sexo com homens (HSHs) da Região Metropolitana do Recife (RMR) vivenciaram as vulnerabilidades e as formas de proteção às pandemias de Sar-Cov-2 e HIV, entre 2020 e 2022. Considerando que HSHs são especialmente vulneráveis ao HIV (Keer *et al.*, 2018), buscamos pelos aspectos sociais, subjetivos e programáticos (Parker, 2000) relacionados a ambas as pandemias.

2 Metodologia

Os dados advém de pesquisa etnográfica, iniciada em 2022 e ainda em andamento, que envolve observação participante nos espaços de homossociabilidade da RMR, 30 entrevistas biográficas com jovens HSHs (18-29) anos e 20 entrevistas temáticas com pessoas que atuam nos referidos espaços. Nas entrevistas, exploramos as narrativas sobre as experiências sexuais, de sociabilidade e gestão de risco dos jovens. Aqui discutimos uma primeira análise exploratória descritiva dos dados, concernente a 17 entrevistas com jovens e 8 entrevistas com profissionais de serviços públicos de saúde e de segurança e direitos humanos.

3 Resultados e discussões

Os profissionais de saúde entrevistados atuam com uma população pobre, que teve a maior dificuldade de atender às prescrições biomédicas para segurança, por

[419] Doutor em Saúde Coletiva, Bolsista de Produtividade do CNPq, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: lfelipe.rios@gmail.com
[420] Graduanda em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: thamires.sapereira@ufpe.br
[421421] Graduanda em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: larissa.vsoares@ufpe.br

questões econômicas (Natividade *et al.*, 2020). Durante o período mais crítico da Covid-19, até que a vacinação conferisse uma maior proteção às pessoas, as preocupações dos profissionais estiveram mais relacionadas a nova pandemia do que à AIDS (excessão para os que trabalhavam com pessoas vivendo com o HIV/PVH).

Eles citaram como principais problemáticas: dificuldades no isolamento por causa do estigma nas famílias, am alguns casos, resultando em violência; os jovens em situação de rua e os que que praticavam prostituição não tinham recursos para manter os cuidados necessários e isolamento; muitos não possuíam documentação suficiente para acessar programas sociais; aumento crescente de transtornos mentais, decorrentes das situações aqui relatadas e também diante da iminência da morte e o estado de alerta provocado pelo vírus Covid-19; dificuldades com os cuidados de distanciamento, máscara e álcool, dentro das casas, visto que muitos frequentavam festas privadas e ou clandestinas. No que se refere aos jovens PVH, além de todas as questões citadas, embora PVH fosse grupo prioritário, houve uma resistência à vacinação, por medo de ser identificado como "aidético" e sofrer discriminação.

O relato dos jovens, a maioria remediados e de classe média, mostra uma preocupação com o vírus, proteção de si mesmos e das famílias. Para muitos, foi difícil conviver muitos meses com familiares que não sabiam de suas orientações sexuais, com medo de serem expulsos de casa, querendo socializar com amigos e transar.

A maioria se manteve isolada nos primeiros meses da pandemia e período de *lockdown*. Aqueles que moravam com pessoas “dos grupos de risco para Covid-19” (sic) evitaram sair pra socializar com amigos, para festas ou para sexo, mesmo durante a reabertura.

Mas, manter-se isolado nem sempre foi fácil e nem sempre ocorreu, pelo menos não plenamente, sempre que a medida exigia. Como formas de proteção, alguns jovens relataram engatar namoro. Houve que “fehasse” relação não monogâmica até a vacinação. Alguns namorados, residentes em casas diferentes, passaram os momentos mais críticos de espalhamento do vírus, interagindo pela *internet*. Para os solteiros, os aplicativos de buscas de parceiros foi usado para combinar sexo *online* e *offline*. A maioria, tanto dos que estavam em parcerias fixas como casuais, voltou transar presencialmente em momentos de flexibilização e conforme a reabertura, antes da rimeira dose da vacina. Com a primeira dose, relatam que a vida foi retornando ao “normal”.

Considerações finais

Identificamos forte determinação econômica nas condições de saúde dos HSHs, com implicações na vulnerabilidade à Covid-19 e ao HIV, mas também a transtornos mentais. No que concerne a gestão de risco, além do sexo a distância pela *internet*, e mudança em arranjos de parcerias sexuais, à semelhança do encontrado nos estudos sobre preverão do HIV/AIDS (RIOS et al, 2022), foi recorrente o uso de medidas alternativas às da saúde púbica, em que o mais relevante era conhecer o hábito das pessoas/confiança para tomar decisões sobre "socializar" ou "transar com alguém.

Referências

KEER, Ligia *et al.* HIV Prevalence among Men Who Have Sex with Men in Brazil: Results of the 2nd National Survey Using Respondent-driven Sampling. **Medicine**, [*S.l.*], v. 97, n. 1S Suppl 1, p. S9-S15, maio 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32807. Acesso em: 15 set. 2023.

NATIVIDADE, Márcio dos Santos *et al.* Distanciamento social e condições de vida na pandemia COVID-19 em Salvador-Bahia, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 25, n. 9, p. 3385-3392, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22142020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/kjGcdPcnc3XdB7vzGJjZVzP/. Acesso em: 15 set. 2023.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: Editora 34/ABIA, 2000.

RIOS, Luís Felipe *et al*. O novo normal no Vale das Ninfas: a COVID-19 e os circuitos de sociabilidade gay na região metropolitana do Recife/PE, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. *27,* n. 7, p. 2703–2715, jul. 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.04512022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/cNbScTHFd99BM7cBK34NRGB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 19 set. 2023.

EPIDEMIA DE HIV/AIDS E JUVENTUDES: rede e participação política

Jean Vinicius Costa de Oliveira[422]

Resumo

Este relato de experiência versa sobre o atual cenário da epidemia da AIDS e as redes de apoio para a juventude. As recentes descobertas de novas tecnologias de prevenção têm sido fundamentais no enfrentamento ao HIV/AIDS. Entretanto, será que não se está vivendo numa era, onde as respostas sociais e políticas estão sendo substituídas pelas soluções biomédicas? A geração atual, de fato, ficará livre da AIDS? Os marcadores sociais, como raça, classe e gênero têm sido um ponto chave no que se refere às dificuldades de acesso à testagem, tratamento e métodos de prevenção. Assim, a epidemia de AIDS tem se caracterizado historicamente, por uma devasta afetação aos indivíduos já excluídos e marginalizados na sociedade. Nesse cenário, a resposta comunitária juvenil ainda importa? Nesse sentido, o presente trabalho aborda a formação e funcionamento da Rede Jovem Rio+ (RJR+), que é uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, formada por jovens e que tem como objetivo trabalhar as especificidades da juventude que vive com HIV/AIDS. A RJR+ dispõe de dispositivos que possibilitam atuar em duas principais frentes: a saúde (de forma biopsicossocial, por meio do acolhimento, inserção nos serviços de saúde, fortalecimento da adesão ao tratamento, entre outras ações); e a participação social e política (na promoção do empoderamento político e social e garantia da autonomia do jovem no que se refere ao exercício de sua cidadania e a ocupação de espaços nos quais são deliberadas decisões pertinentes à saúde das pessoas que vivem com HIV/AIDS, tais como os conselhos municipais, estaduais e federais de saúde e relativos à temática jovem). A proposta metodológica ocorreu por meio da inserção em um conjunto de atividades de acolhimento, formação política e incidências da RJR+, considerando que o valor das experiências, somado à produção de conhecimentos e a mobilização política, produz melhorias ímpares. Entre os resultados obtidos estão: maior busca por testagem para as infecções sexualmente transmissíveis, aumento da adesão ao tratamento, maior procura pela PrEP e PEP, fortalecimento da autoestima e a mobilização juvenil comunitária para problematizar os marcadores sociais e compartilhar ações da RJR+.

Palavras-chave: HIV/AIDS. Juventudes. Protagonismo Juvenil. Rede. Participação Política.

[422] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do projeto de extensão Saúde mental e educação: diálogos críticos sobre medicalização da vida. E-mail: jeanvinicius@id.uff.br

Grupo de Trabalho 20 - Juventudes e Políticas de Narrativa: cenas e cenários da pesquisa com jovens

Coordenadores: Luciana Martins Quixadá - (UECE-BR); Antônio César de Holanda Santos (UFAL-BR) Millena Maria da Cruz Leitão.

ESCUTA ATIVA E EMPATIA: relato de experiência de gestão em uma escola pública pós-isolamento social

Camila Maria Ferreira dos Santos Monteiro[423]
Heitor Barros Chrisostomo[424]
Luciana Martins Quixadá[425]

640

Resumo
A pandemia do Coronavírus provocou transformações na sociedade e na escola não foi diferente. Surge a seguinte questão norteadora: "como gerir a escola pós-pandemia acolhendo e cuidando efetivamente da saúde mental dos adolescentes escolares?" Este estudo teve como objetivo compreender a experiência de gestão de uma escola pública de ensino médio no período pós isolamento social, auxiliando os alunos na superação dos desafios trazidos e promovendo o bem-estar deles.

Palavras-chave: Pandemia. Escola. Escuta ativa. Saúde mental

1 Introdução

O isolamento social, ocasionado pela pandemia da Covid-19, trouxe profundas mudanças para a nossa sociedade. A escola precisou mudar a forma de ensinar e de aprender. Ademais, trouxe o adoecimento mental para boa parte dos alunos. A Unesco diz que mais de 190 países suspenderam as aulas presenciais, um total de 1,2 bilhão de alunos sem aulas presenciais em 2020 (UNESCO, 2020).

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará retomou as aulas presenciais em 2021. A estratégia escolhida pelo Governo do Ceará foi a forma híbrida e em 2022, o aumento do número de pessoas vacinadas permitiu que o retorno ocorresse. Assim, tornou-se visível o adoecimento psíquico em que muitos alunos se encontravam. A Unicef fez um estudo entre jovens de 15 e 24 anos e constatou que 22% deles apresentaram algum sintoma de adoecimento mental. Um outro estudo, feito pela Prefeitura de Fortaleza em 2021, constatou que 85% pioraram a condição mental no período de isolamento.

Diante disso, o presente estudo tem a seguinte questão norteadora: Como a gestão escolar pode acolher esses alunos promovendo o bem-estar durante o período de retorno do isolamento? Como objetivo, buscou-se compreender como a escuta ativa foi importante para a promoção do bem-estar entre os alunos de uma escola pública de Fortaleza-Ce durante o período após isolamento social.

2 Metodologia

A EEFM São José, localizada em Fortaleza-Ce, num bairro de extrema vulnerabilidade social e possui 304 alunos matriculados. Alguns alunos relataram

[423] Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: cams.ferreira@aluno.uece.br
[424] Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: heitor.chrisostomo@aluno.ce.gov.br
[425] Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail:luciana.martins@.uece.br

sintomas de adoecimento mental e a gestão da escola passou a acolher esses alunos e encaminhar para acompanhamento terapêutico. Após o retorno das aulas, essa situação agravou-se e vários alunos apresentaram sintomas parecidos.

Durante o período de isolamento social, foi criado o São José Acolhe que tinha por objetivo oferecer aos adolescentes da EEFM São José um espaço de acolhimento. O grupo surgiu porque a maioria dos alunos não possuía um espaço de escuta com os pais e, durante a pandemia, os conflitos se intensificaram ainda mais. "A adolescência não é apenas uma etapa a ser superada, e sim uma etapa da vida para ser cultivada da forma certa" (Siegel, 2016, p. 74). Se como adultos compreendermos a natureza dessas mudanças, podemos caminhar com maior positividade durante a adolescência dos nossos alunos e filhos.

A escuta ativa estava presente no grupo e no dia a dia da coordenação escolar, essa prática funcionava também como ferramenta de conexão. O grupo São José Acolhe no formato presencial atendeu alunos, professores e funcionários. Os encontros traziam temas pertinentes ao período, como "O que fazer durante uma crise de ansiedade?". As reuniões começavam com o check-in, um momento em que todos diziam como chegavam ao grupo. Ao final, encerrava-se a reunião com o checkout, os participantes diziam como estavam saindo da reunião. Os alunos se sentiam acolhidos, de imediato se sentiam à vontade para falarem não apenas de suas dores, mas também das famílias. Uma aluna chegou a narrar: "[...] o grupo fez eu acreditar que sou bem mais forte que qualquer obstáculo durante a pandemia" (mantendo a forma original da escrita). Segundo Freire (2019, p. 113), é "escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele".

Carl Rogers (1983, p. 8) diz que "as palavras, os pensamentos, a tonalidade dos sentimentos, o significado pessoal, até mesmo o significado que subjaz às intenções conscientes do interlocutor" são partes do escutar. Ouvir seria se conectar de forma tão profunda que até suas emoções são compreendidas, por mais que os problemas de cada aluno não fossem resolvidos durante as reuniões, poder falar e ser escutado trouxe alívio no momento do isolamento social.

3 Resultados e discussões

O vínculo estabelecido entre gestão, professores e alunos têm gerado um maior engajamento na escola e uma presença maior das famílias em reuniões. Também é perceptível que as conversas motivadoras com a gestão têm auxiliado também na resolução de conflitos.

Uma professora que participou ativamente do Grupo São José Acolhe relatou que o grupo foi importante também para a saúde mental e mencionou que "foi como um oásis, para mim" (mantendo a forma original da escrita). Uma aluna que também participava das reuniões disse "foi uma terapia nos momentos de fraqueza, por meio de um bate papo trouxe a felicidade num momento não tão bom" (mantendo a forma original da escrita).

Os alunos que participaram do Grupo São José Acolhe durante a pandemia continuaram seu percurso, alguns já concluíram o Ensino Médio, outros estão cursando

uma universidade, o que comprova que fazer parte do grupo no período de isolamento social motivou os alunos a continuarem seus estudos.

Considerações finais

O Projeto São José Acolhe foi durante o período de pandemia um momento para que alunos e professores pudessem externar os seus anseios, mitigando problemas emocionais ocasionados não apenas pela ausência do contato com a sociedade de uma maneira geral, mas também advindos da interação com os membros da própria família e que, por razões diversas como violência e outros, deixavam os alunos em uma situação de maior vulnerabilidade.

Percebemos então, por meio do Projeto São José Acolhe, que várias das questões emocionais trazidas por esses alunos foram amplificadas pela COVID-19, mas a existências dessas relações vem de um contexto social que carece de atenção.

Assim, cabe o estudo e a ampliação de projetos semelhantes em outras escolas, juntamente com profissionais especializados e capacitação para os professores que possam fazer um primeiro acolhimento sabendo de fato como agir e fazer os devidos encaminhamentos.

Referências

FORTALEZA. **Desafios da Juventude de Fortaleza**. Disponível em: https://observatoriodejuventude.fortaleza.ce.gov.br/images/acervo/pesquisa-fortaleza-pandemia-e-as-juventude.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. 1ª. ed. Paz e Terra, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The State of the World's Children 2023**: for every child, vaccination. Florência: UNICEF, 2023.

ROGERS, Carl Ransom. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

SIEGEL, Daniel J. **Cérebro adolescente**: a coragem e a criatividade da mente dos 12 anos aos 24 anos. Tradução de Ana Cláudia Hamati. São Paulo: nVersos, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Educação**: uma cria sem precedentes. 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/courier/2020-3/educacao-uma-crise-sem-precedentes. Acesso em: 04 set. 2023.

PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES NO ENFRENTAMENTO AO ADOECIMENTO MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Patricia Veras Rodrigues[426]
Luciana Martins Quixadá[427]

643

Resumo
É uma pesquisa participante que objetivou identificar os agentes promotores do adoecimento mental dos adolescentes em uma escola pública, bem como promover estratégias para mitigar seus efeitos. Os dados revelados identificaram 04 categorias de agentes promotores deste adoecimento mental. A partir da análise destas categorias foi possível elaborar intervenções que culminaram com a realização do projeto PR Abraça, desenvolvido com a participação dos adolescentes envolvendo toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Adolescência. Pesquisa Participativa. Saúde Mental. Escola.

1 Introdução

Envolvidos em seus próprios mundos, os adolescentes enfrentam transformações importantes no momento em que transionam para a vida adulta. São momentos de incertezas, dúvidas e questionamentos sobre a formação de suas personalidades, aceitação de seus corpos, convivência em família, formação escolar e profissional, bem como suas decisões para o presente e o futuro.

Atreladas a essas incertezas tem-se ainda questões sociais, econômicas e políticas que fragilizam a existência dos adolescentes, que ocupam as periferias dos grandes centros urbanos compondo, em muitos casos, as escolas públicas dessas cidades. Estes questionamentos sobre o Ser e o Fazer no mundo, próprios da fase adolescente, ligados a questionamentos sobre sua existência como um sujeito de construção histórica, quando não observados, dialogados e compreendidos dentro de suas realidades trazem aos jovens fragilidades emocionais tais como: ansiedade, depressão, transtornos alimentares, dentre outras vulnerabilidades a que os jovens estão expostos.

Desta maneira, este trabalho propôs a promoção da saúde mental entre os adolescentes estudantes do Ensino Médio estadual em Fortaleza - Ceará por meio da proposição de intervenções de atenção e cuidado no ambiente escolar, considerando a participação desses adolescentes. Por meio de estratégias de pesquisas participantes pretendeu-se identificar e mapear as principais queixas e sintomas do adoecimento

[426] Mestra em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCCLIS/UECE). Professora Efetiva da Rede Estadual de Ensino do Ceará (SEDUC-CE). Coordenadora Escolar. E-mail: patricia.rodrigues1@prof.ce.gov.br
[427] Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará/UECE. E-mail: luciana.martins@uece.br.

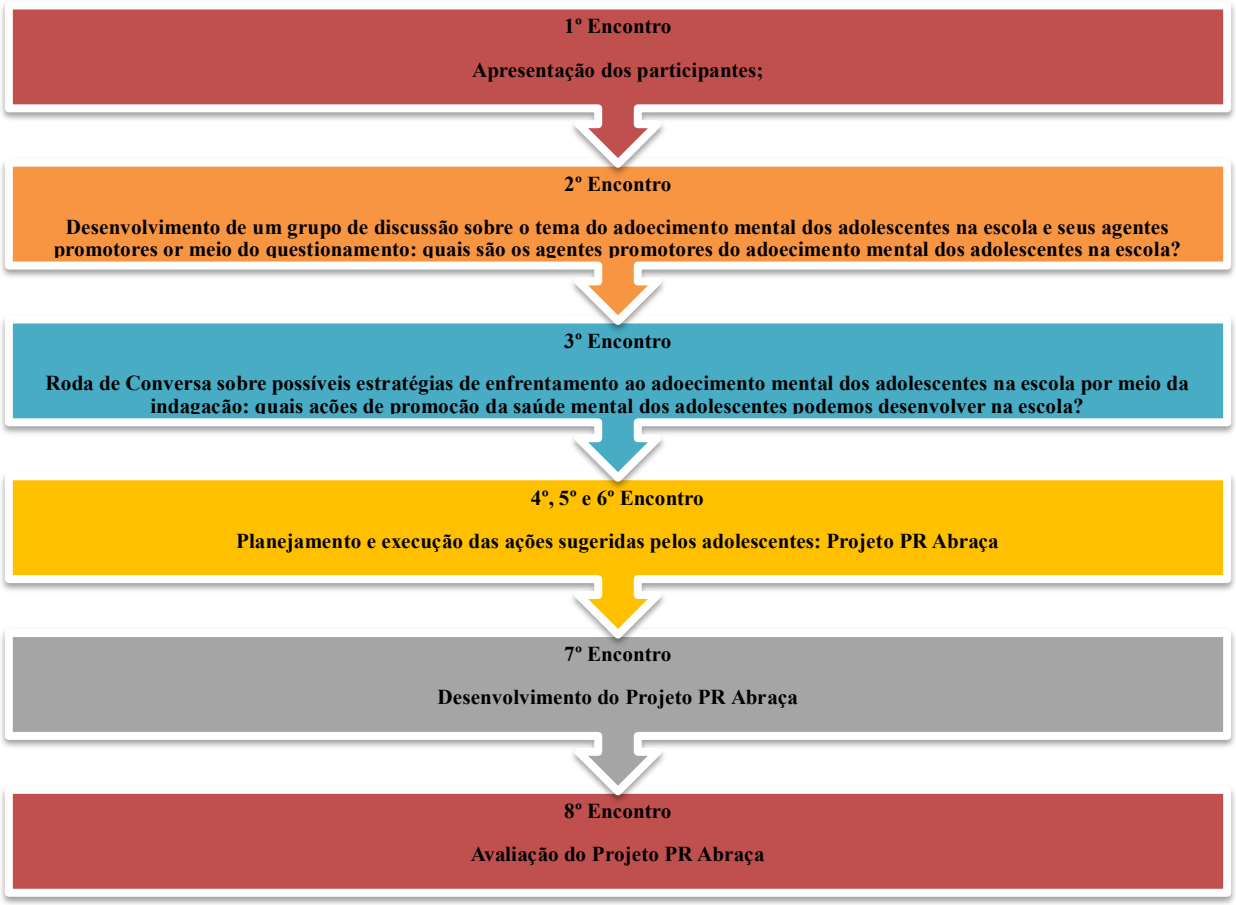
emocional com esses adolescentes; bem como a construção de intervenções para mitigar os efeitos deste adoecimento.

2 Metodologia

O presente estudo trata de uma investigação qualitativa, apoiada em uma pesquisa participante de Mestrado Acadêmico. Os estudos qualitativos participantes têm uma função dialógica que oportuniza a mutação dos pesquisadores e dos sujeitos investigados envolvidos no desenvolvimento da pesquisa científica (Flick, 2013). Participaram desta investigação 21 adolescentes entre 14 e 17 anos regularmente matriculados em uma escola de ensino médio integrado à formação profissional, que compõem o colegiado de líderes e vice-líderes de salas, abrangendo representantes de todas as séries e cursos ofertados na escola.

Esta pesquisa concentrou-se em uma relação dialógica e colaborativa entre todos os envolvidos na investigação. Para este fim, foram utilizados instrumentos metodológicos, tais como o desenvolvimento de rodas de conversas, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, discussões e debates em grupo aplicados de acordo com cada etapa do processo de coleta de dados.

Figura 1 - Síntese das ações realizadas com os adolescentes



Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.

Este trabalho foi desenvolvido a partir da realização de 08 encontros com os adolescentes durante o período de dois meses, que culminaram com a realização de um evento envolvendo toda a comunidade escolar, denominado PR Abraça, tencionando o enfrentamento aos agentes promotores do adoecimento mental na escola.

3 Resultados e discussões

A partir das análises dos dados obtidos, foi possível mapearmos os agentes promotores do adoecimento mental dos adolescentes na escola e elaboramos quatro categorias referentes aos agentes promotores do adoecimento mental dos adolescentes. São elas: Relacionamento com a família; Rotina escolar; Formação acadêmica e profissional; Relação consigo mesmo.

Diante dos dados observados, compreendemos, a necessidade da escola apropriar-se das condições de existência dos estudantes, pautando-se na empatia, na afetividade, no acolhimento e atenção às necessidades individuais de cada sujeito, colocando-se como oportunizadora de uma educação formadora de sujeitos com competências para resistir ao que lhes oprimem.

Dentro do processo investigativo os adolescentes foram convidados a construírem estratégias de intervenções imbuídas de sentido e, propositalmente, relacionadas com suas realidades (Freire, 1996).

Desta forma, nasceu entre os adolescentes, em parceria com os professores, o projeto denominado PR Abraça. A sigla PR relaciona-se com as iniciais do nome da instituição escolar. Fruto do protagonismo dos participantes, este projeto culminou em um dia dedicado à realização de oficinas, palestras, rodas de conversas e atividades lúdicas, promovendo espaços promotores de saúde mental na escola.

Figura 2 – Folder de divulgação do Projeto PR Abraça

Fonte: elaborada pelos participantes da pesquisa, 2022.

Ao se apropriarem das suas condições de vulnerabilidades, os adolescentes reivindicaram e executaram ações de promoção da equidade na atenção e cuidado à sua saúde dentro de seus processos educativos, visando à construção de uma educação embasada no acesso democrático em todas as suas etapas (Freire, 1996; Saviani, 2012). Com isto, espera-se que a escola por meio de experiências e vivências de mundo trazidas pelos adolescentes possa abrir-se ao novo (Arendt, 2009) e experimentar a construção de novas formas de organização, pautada nos saberes, no entusiasmo, na participação, na autonomia e na participação dos adolescentes.

Considerações finais

Os dados revelados a partir deste estudo cooperam para o avanço de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da adolescência em nossa sociedade e contribuem para

a elaboração de um diagnóstico situacional das condições de saúde mental dos adolescentes na escola, identificando os fatores geradores do adoecimento mental desta população, bem como as possibilidades de estratégias para a mitigação dos seus efeitos. No que tange às implicações práticas, este trabalho pode referenciar ações pedagógicas em diferentes ambientes escolares, evidenciando a participação dos adolescentes.

Por fim, consideramos que a escola, enquanto espaço de transformação pode tornar-se também um espaço de cuidado, fomentando ações que visem não só o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mas também à promoção da saúde emocional dos mesmos, oportunizando relações dialógicas e permitindo-se mais acolhedora e próxima da realidade de cada estudante.

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Coleções polêmicas do nosso tempo, 2012.

RISCOS ONLINE: reflexões e ações para o uso crítico da internet entre jovens de uma escola pública de Fortaleza

Abner Oliveira Lopes da Silva[428]
Luisa Maria Freire Miranda[429]
Luciana Lobo Miranda[430]

Resumo
A crescente presença de jovens no ambiente online, intensificada durante a pandemia da Covid-19, necessita discussão e reflexão sobre os riscos presentes no mundo digital. Foi realizado um curso de extensão com juventudes de uma escola pública de Fortaleza visando dialogar sobre os riscos on-line e seus possíveis modos de enfrentamento. O curso de 30 horas de carga horária, certificou 25 participantes e abordou os principais riscos identificados pelos estudantes.

Palavras-chave: Internet. Riscos. Juventudes. Pesquisa-Intervenção.

1 Introdução

O trabalho em tela está articulado a uma pesquisa de Doutorado em curso de nome *Riscos Online: reflexões e ações para o uso crítico da internet entre jovens em uma escola pública de Fortaleza*, financiada por pela FUNCAP, além de contar com bolsas PIBIC e PIBIC-EM, fornecidas pelo CNPq.

A partir do uso intenso das novas tecnologias por jovens, somos convocados a aprofundar os diálogos a respeito dos usos e dos seus possíveis efeitos para a vida cotidiana de seus usuários, inclusive os riscos presentes no meio virtual (Deslandes, 2020; Oliveira, 2017). Vários temas têm sido incluídos nos chamados riscos online, sendo alguns destes: cyberbullying; discursos de ódio; violência; hiperexposição, entre outros (Nejm, 2016).

Utilizando-se dos discursos produzidos por estudantes do ensino médio de uma escola pública de Fortaleza acerca dos riscos online e suas possíveis formas de enfrentamento, busca-se apreender quais práticas do mundo virtual são consideradas arriscadas, que caminhos são vislumbrados como estratégias de enfrentamento destes riscos e como marcadores sociais como classe, gênero, etnia, nível de instrução formal familiar e sexualidade interferem nas suas vivências online. Para isso, os diálogos sobre riscos online deverão se pautar em saberes que decorrem da experiência dos jovens enquanto usuários frequentes da internet. Por sua vez, a escola se justifica como *lócus* de pesquisa pelo importante lugar na formação tanto acadêmica, quanto social, cultural

[428] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: abneroliveira@alu.ufc.br
[429] Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: luisafreire@gmail.com
[430] Profª Dra. do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: lobo.lu@uol.com.br

e subjetiva das juventudes sendo palco e dispositivo potencializador de transformações relevantes.

2 Metodologia

O curso de extensão, como parte da pesquisa de doutorado, foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa-quantitativa na perspectiva teórico-metodológico da *Pesquisa-Intervenção* (PI) (Rocha; Aguiar, 2003; 2007; Miranda *et al.*, 2017). Essa perspectiva de investigação rompe com a tradição positivista ao assumir o lugar de pesquisador como um ato político inerente à toda investigação. Problemas e resoluções são pensados e identificados de forma coletiva, por meio de ferramentas metodológicas fornecidas pela PI como: dinâmicas de grupo, diários de campo, observação-participante, dentre outras (Rocha; Aguiar, 2003). Estas ferramentas foram utilizadas para habitar o campo: uma escola pública de Fortaleza.

A fim de mapear o perfil dos estudantes e suas formas de relação com a Internet e seus riscos, a equipe de pesquisa construiu um questionário online opcional para todo o ensino médio. O questionário contou com 212 respostas, das quais a equipe de pesquisa identificou 4 eixos temáticos principais a serem trabalhados no curso de extensão.

Após isso, foi ofertado aos alunos secundaristas no período da manhã a participação no curso, em seu contraturno, com duração de 6 encontros e totalizando 30 horas que foram distribuídas de forma híbrida, nos encontros presenciais e em atividades realizadas na internet. Foram entregues termos de consentimento e assentimento para que todos os dados gerados pudessem ser utilizados com fins de uso em pesquisa. Os encontros foram gravados e estão em processo de transcrição. Para a tabulação dos dados qualitativos dos grupos e diários de campo será utilizado o software de análise textual *Atlas Ti.* versão 8.4.2.

3 Resultados e discussões

O curso ofertado para os secundaristas contou com 40 inscrições e 25 participantes foram certificados por assiduidade. O conteúdo programático foi dividido em 4 eixos temáticos: Efeitos dos usos da Internet para a saúde mental; Segurança na Internet; Violência e conteúdos sensíveis e Aliciamento e exposição de crianças e adolescentes. Por meio das trocas com o grupo, foi possível vislumbrar como era pensada a relação com o espaço virtual e os riscos intrínsecos a ele.

Constatou-se, por meio de falas no grupo, a ratificação e aprofundamento dos eixos escolhidos, despontando a dificuldade em propor soluções definitivas para as problemáticas em questão e os impactos destas na saúde mental dos usuários da rede. O grupo concluiu, portanto, que não há um caminho único capaz de evitar os riscos ou minimizar danos resultantes das interações online e que as plataformas digitais são percebidas como pouco ou nada eficazes no dever de solucionar tais problemas.

Como culminância do grupo, foi criado um perfil de *Instagram*, visando um trabalho contínuo de divulgação de informações sobre riscos online, bem como formas de identificar e enfrentar tais problemáticas. Além disso, os participantes responderam a um questionário online sobre a experiência do curso, onde as respostas indicaram que,

para a maioria, a participação no curso foi agradável e trouxe novos conhecimentos e reflexões.

Considerações finais

A construção coletiva de reflexões acerca dos impactos que o uso da Internet traz para o cotidiano dos jovens faz-se cada vez mais necessária, em especial após a intensificação do uso das tecnologias digitais com o isolamento social decorrente da Pandemia por Covid-19. A ampliação do debate mostra-se profícua ao incluir o discurso dos jovens, usuários frequentes da Internet, sobre suas experiências no ambiente online e suas diferentes formas de habitar esse território. Trata-se de uma temática desafiadora e em constante transformação que convoca a todos nós pensarmos maneiras mais conscientes, saudáveis e críticas de se apropriar da Internet.

Referências

NEJM, Rodrigo. Exposição de si e gerenciamento da privacidade de adolescentes nos contextos digitais. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MIRANDA, L. L.; EL KHOURI, M.; SOUZA FILHO, J.; OLIVEIRA, E. O Vídeo Como Dispositivo na Pesquisa com Jovens Estudantes: Contorno(S) Estético-Ético-Político(S). **Revista de Psicologia**, [*S.l.*], v.8, n.1, p. 53–64, 2017.

ROCHA, M. L. D.; AGUIAR, K. F. D. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, [*S.l.*], v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

NARRATIVAS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE SEXUAL PARA JOVENS GAYS

Luís Felipe Rios[431]

Resumo
O trabalho discute os bastidores da produção de materiais de educação em saúde sexual voltados para prevenção do HIV entre jovens gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSHs), construídos a partir de uma perspectiva narrativa.

Palavras-chave: Narrativa. Educação em Saúde. Juventude. Homossexualidade. HIV/AIDS.

1 Introdução

Na educação em saúde no Brasil ainda prevalece uma abordagem não crítica, com ênfase no modelo biomédico, com produções textuais persuasivas. A partir dos anos de 1970, surgiu uma forma crítica a esse modelo, estimulando reflexões sobre determinantes sociais de saúde e transformações na realidade (Monteiro; Vargas; Cruz, 2006). Os materiais discutidos se enquadram na segunda perspectiva, e considera aspectos programáticos, socioculturais e pessoais para a mudança da conduta (Parker, 2000). Preza em construir encontros dialógicos (Freire, 1985), entende os seres humanos como engendrados culturalmente e as narrativas como importantes no processo de subjetivação (Bruner, 1999).

Narrativas iniciam quando algo que desafia o canônico provoca uma desordem significativa e se encerra quando a ordem é reestabelecida. Na sequência dos episódios os ouvintes/leitores aprendem o certo, o errado e os motivos para retornar ao certo ou criar uma nova ordem (Bruner, 1999). Mesmo que haja uma tendência cultural à manutenção de regras e valores, aquilo que desestabiliza pode ser o recurso para provocar a mudança (Turner, 2008). Sahlins (1990) observou como encontros entre culturas podem produzir o que ele chamou de “risco empírico”: algo extraordinário, não canônico, que desafia a inteligibilidade dos esquemas conceituais e possibilita mudanças em suas configurações.

2 Metodologia

A produção aqui discutida é direcionada a HSHs maiores de 18 anos, e se utiliza da pós-pornografia como forma narrativa (Sarmet, 2014), devido à forte presença do pornô na experimentação da sexualidade entre os HSHs. Os materiais, produzidos para veiculação na *internet*, são compostos de cinco conjuntos de cartões, intitulados "Na Agonia do Tesão”, que, por meio de narrativas verossímeis, abordam elementos corporais, afetivos e emocionais em enredos sexuais de sexo inseguro, além de apresentar possibilidades de prevenção para o drama do sexo inseguro (Rios *et al.*, 2019).

[431] Doutor em Saúde Coletiva, Bolsista de Produtividade do CNPq, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da UFPE. E-mail: lfelipe.rios@gmail.com.

A produção imagética baseia-se na noção de estilizações corporais (Rios, 2020): configurações que produzem sentido (sensações, valorações emocionais, significados e direções) aos corpos em interação. Também trabalha o contra-intuitivo, criando uma segunda camada de sentido, questionando as dimensões de vulnerabilidade associadas a raça, gênero e classe.

Os cartões são hospedados no *site* "Alice Bee (drag queen) no Vale das Ninfas" (circuitos de sociabilidade LGBT+ do Recife). O recurso à arte drag vem interrogar as estigmatizações da própria comunidade gay, que frequentemente reproduz opressões em relação às feminilidade.

Com a intenção de produzir evidências científicas sobre a efetividade e eficácia desse modelo de educação, realizamos, em março de 2023, uma roda de conversa com profissionais e outras pessoas interessadas em porção da saúde de HSHs, que teve a operacionalidade do material como objeto de reflexão. Também estamos aplicando um questionário avaliativo com os visitantes do *site*.

3 Resultados e discussões

Vale destacar que entre maio e setembro de 2023, tivemos cerca de 1000 acessos de novos visitantes, dos quais 220 voltaram a interagir com o *site*. O questionário começou a coletar dados em meados de agosto/2023 e, paulatinamente, temos ampliado a divulgação sobre o *site* no Instagram e Facebook. no entanto em cerca de um mês de coleta apenas 3 pessoas o responderam.

Queremos retomar aqui os temas que emergiram na roda de conversa: dificuldade dos profissionais com o uso das categorias de identidade; possível reforço da estigmatização dessas populações por prestar-lhes cuidado em saúde sexual; racismo estrutural e seu amplo impacto na vulnerabilidade de: pessoas moradoras das periferias, pessoas em privação de liberdade e pessoas em extrema situação de pobreza; letramento que dificulta o acesso a muitos dos materiais educativos em saúde.

Considerações finais

O último aspecto é particularmente relevante para o trabalho *online*. Estamos pensando em como produzir materiais que exijam menor habilidade de leitura para serem usados na *Internet*, como audio-pós-pornôs e pós-pornô-animações, que possam ser distribuídos, por exemplos, no TikTok e WhatsApp, além das redes com as quais já estamos trabalhando.

Referências

BRUNER, J. **Atos de significado para uma psicologia cultural.** Lisboa: Edições Escuta, 1999.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTEIRO, S.; VARGAS, E.; CRUZ, M. Desenvolvimento e uso de tecnologias educacionais no contexto da aids e da saúde reprodutiva: reflexões e perspectivas. *In*: MONTEIRO, Simone, and VARGAS, Eliane (org.). **Educação, comunicação e**

tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 27-47.

.

PARKER, R.(2000). **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: Editora 34/ABIA, 2000.

RIOS, L. F. *et al.* O drama do sexo desprotegido: estilizações corporais e emoções na gestão de risco para HIV entre homens que fazem sexo com homens. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 32, p. 65-89, 2019.

RIOS, L. F. Da hierarquia à igualdade? Parcerias sexuais, estilizações de gênero e classes sociais entre homens com práticas homossexuais. **REBEHC**, v. 4, n. 15, p. 219-248, 2020.

SAHLINS M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SARMET, E. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. **Revista Periódicus**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 258- 276, 2014.

TURNER, Victor. **Drama, campos e metáforas**. Niterói: EdUFF, 2008.

CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS A PARTIR DE UMA MATRIZ DE VULNERABILIDADES: planejamento para intervenções psicossociais junto a jovens da periferia da cidade de Fortaleza

Raquel Alencar Barreira Rolim[432]
Carla Melo da Escossia[433]
Márcia Maria Tavares Machado[434]

Resumo
Fundamenta-se em um pesquisa-intervenção junto a jovens da periferia de fortaleza, em regiões demograficamente assinaladas por alto indicie de violência e diversas vulnerabilidades. Uma equipe financiada pela Fundo de Amparo à Pesquisa do Ceará (FUNCAP), subsidiou o trabalho de psicólogos e assistentes sociais, acompanhando mais de 1.000 jovens na construção de projetos de vida. As narrativas surgidas a partir do encontro com os jovens, nos corredores entre as aulas profissionalizantes, ou nas mini oficinas permitiram pensar e repensar as estratégias de atuação. A construção de vínculos também se baseou em uma rede de apoio emocional considerada fundamental na travessia de demandas cotidianas.

Palavras-chave: Juventudes. Narrativas. Pesquisa intervenção. Apoio emocional, autoconhecimento.

1 Introdução

O estudo desenvolvido pelo sociólogo Marcos Rolim (2018) confirmou que em 111 casos de jovens que cumpriam pena no sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul, 100% destes haviam se evadido da escola entre 11 e 12 anos de idade. Corroborando essas questões, Daniel Cerqueiro, técnico do IPEA, na pesquisa *Trajetórias Individuais, criminalidade e o papel da educação* (2016) afirmou ser a educação uma fonte crucial na minimização desses problemas.

No Ceará, a vulnerabilidade socioeconômica dos jovens entre 15 e 29 anos tem colocado desafios para os gestores públicos, uma vez que essa população vive um cotidiano agravado pela evasão escolar, pela ausência de oportunidades e por questões

[432] Raquel Alencar Barreira Rolim – Doutora em Psicologia pela Universidade Paris 7 - Sorbone Denis Diderot). Pesquisadora Funcap, Programa Cientista Chefe – UFC. E-mail: raquelbrolim@gmail.com
[433] Carla Melo da Escossia - Doutorado em Sociologia UFC. Mestrado em Sociologia - École d'Hautes Études en Sciences Sociales. Vinculada Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: carlamelodaescossia.ce@gmail.com
[434] Márcia Maria Tavares Machado - Professora Departamento de Saúde Comunitária, da Faculdade de Medicina da UFC. Cientista Chefe FUNCAP (área Infância e Juventude). E-mail: marciamachado@ufc.br

diretamente relacionadas à criminalidade e à violência. O diagnóstico elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE/2018) trouxe informações relevantes sobre as condições socioeconômicas e de acesso ao mercado de trabalho dos jovens cearenses. O Estado aparece como o sexto entre os estados brasileiros com maior proporção de jovens, de 15 a 29 anos, na condição de Nem-Nem, ou seja, jovens que não estudam e não trabalham.

Dessa forma, a partir do Programa Ceará Pacífico, foi criado um projeto para oferecer suporte socioemocional a jovens inscritos no *Virando o Jogo*, além de profissionalização e engajamento comunitário. Os jovens inscritos recebem essas intervenções e o grupo de intervenção do Virando o Jogo, constituído por assessores, mediadores e equipe de apoio e execução da Vice-Governadoria, sendo necessário monitoramento e avaliação de todas as ações executadas.

A intervenção psicossocial junto a jovens de 15 a 22 anos participantes do atual Programa *Virando O Jogo* - Governo do Estado do Ceará, foi montada a partir da escuta dos jovens e análise dos casos acanhados, formando uma bagagem de conhecimento nunca exaustiva. O trabalho consistiu na apropriação de ideias e na valorização de competências, tendo em conta o potencial já existente ou adquirido nos cursos ofertados pelo Programa *Virando o Jogo*, ligado ao Projeto Superação da Vice-governadoria do Ceará.

Estudos de casos feitos em equipe interdisciplinar (Psicólogo, assistente social, antropólogo, sociólogo, educador físico) possibilitaram a aproximação com esses jovens descritos como “Nem-nem”, por estarem ou fora da escola e do mercado de trabalho. Foi percebido que nesse modelo investigativo, jovens e profissionais foram construindo, em negociações constantes, possibilidades para seguir com projetos de vida que muitas vezes colocaram a retomada escola ou a profissionalização como fundamental nesse trilhar.

A carência de políticas assistências que chegassem até essas famílias, como por exemplo por falta de cadastro ou documentação, muitas vezes provocam descredibilidade e desinteresse, no contato inicial, no entanto as resoluções e acompanhamento cotidiano revelou-se um facilitador de vínculos. Dentre as inúmeras demandas para acompanhamento psicológico, elegemos quatro para analisar, a partir do critério de complexidade e do alto número de jovens com tais vulnerabilidades. São elas: 1. jovens que apresentam demanda de saúde mental; 2. Jovens vítima de abuso ou exploração sexual; 3. Jovem que faz uso abusivo de álcool; 4. Jovem que faz uso recreativo e/ou abusivo de outras drogas.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa-ação, com a utilização das abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados de todas as ações realizadas pelo Projeto são digitados numa plataforma JOTFORMS e gerenciados pela equipe de coordenação dessa intervenção (composta pela Cientista Chefe da FUNCAP e 6 assessores).

Os dados foram registrados semanalmente e, a cada mês, compilados por uma equipe de assessores e mediadores.

Estudo de caso

Para obter os dados necessários para conhecer o perfil dos jovens e famílias atendidos no Projeto Virando Jogo, foi feita uma investigação do registro dos casos acompanhados pelos psicólogos e assistentes sociais e catalogação de dados da base secundária de registros.

Os casos foram analisados por temáticas (problemas emocionais, conflitos familiares, abandono escolar, conflitos com a lei, dentre outros), observando o tipo de vulnerabilidade que foi definida, a partir do atendimento do psicólogo ou assistente social e a solução para o problema. Foi realizado um estudo analisando o procedimento adotado para a solução do problema, tipo de encaminhamento, resultado alcançado.

3 Resultados e discussões

A seguir o quadro de um dos 15 segmentos extraídos da Matriz de vulnerabilidade adotada pelos pesquisadores interventores.

ANÁLISE DOS DADOS
SAÚDE MENTAL

Matriz de vulnerabilidade	E3	E4
Adolescente ou jovem que apresenta demanda de saúde mental	101 (28,5%)	130 (28,7%)
Adolescente ou jovem vítima de abuso ou exploração sexual.	29 (8,5%)	40 (8,8%)
Adolescente ou jovem que faz uso abusivo de álcool.	38 (10,5%)	46 (10,1%)
Adolescente ou jovem que faz uso recreativo e/ou abusivo de outras drogas.	31(8,6%)	34 (7,5%)

Nas duas primeiras edições do PVJ, os jovens que eram atendidos pela equipe psicossocial, vinham encaminhados a partir de uma demanda detectada pelo articulador (profissional inserido na comunidade), portanto os atendimentos não eram sistemáticos. Foi percebido que muitos jovens não expunham seus desconfortos e alguns casos já chegavam com grau de risco e vulnerabilidade altíssimos, necessitando de atendimento

em urgência, ou eram encaminhados com demandas próprias do incômodo gerado pelo período da adolescência.

Nas edições 3 e 4 foi modificado o formato com o qual a equipe atuava. Todos os jovens passaram a ser acolhidos para uma detecção de risco, segundo uma Matriz de Vulnerabilidade que orientava os profissionais quanto ao grau de urgência e o formato do acompanhamento. Este era pensado a partir da estratificação de risco: gravíssimo, grave e moderado.

Segundo a tabela, a maior vulnerabilidade apresentada refere-se à necessidade de acompanhamento por conta de risco referente a Saúde Mental 28,5% na terceira edição e 28,7% na quarta edição. O jovem tem uma pluralidade de formas de comunicar (autolesão, tentativa de suicídio, transtornos alimentares, comportamentos obsessivos e outras formas psicossomáticas apresentadas), mas muitas vezes não sabe identificar o que sente e menos ainda verbalizar, “o adolescente nem sempre sabe falar do que sente porque não sabe identificar corretamente o que sente” (Nasio, 2011). Fez-se necessário o olhar especializado, a escuta profissional desde o início do processo de acolhida dos jovens no PVJ.

Interessante pontuar que ao proporcionar um espaço de escuta individualizado a todos, muitos sentiram-se em confiança para expor aspectos da vida em todas as suas formas de vulnerabilidade psíquica. Foi percebido que as inúmeras violações de direitos que os jovens com os quais trabalhamos são submetidos é por si, só gerador de sofrimento psíquico. Importante, portanto, antes de fazer encaminhamentos rápidos à psiquiatria, acolher o desconforto natural advindo do período da adolescência, o sentimento de desamparo provocado pela ausência de fatores próprios das necessidades básicas humanas, e também acolher a ansiedade por soluções rápidas, próprias da contemporaneidade. Foi também percebido, nos estudos de casos, que muitas jovens se auto-medicam para tamponar o sofrimento.

> À psiquiatrização dos atos e das ações também corresponde a tentativa farmacêutica de psicofarmacologizar a própria vida, o que equivale a postular que cada ato da vida de um sujeito é possível de ser medicado ou medicalizado, sendo este um programa ao qual a psiquiatria oferece todo o seu empenho (Esperanza, 2011).

A escuta psicossocial considera o jovem na sua subjetividade inserido num contexto social, territorial e identitário. Percebe-lo a partir de tantos aspectos, possibilita a realização de ações concretas construídas a partir da condição de cada um, nas suas limitações, mas também acreditando e apostando em perspectivas de construção de projetos de vida onde o jovem é o protagonista.

> No século XX, começa um percurso de incorporação pela medicina geral. A psiquiatria se resume ao discurso médico, toma-o como referência, abre o mapa das classificações nosológicas com a busca de um correlato de organicidade que permita afirmar que a doença mental é no conjunto equiparável à física (Esperanza, 2011).

A extensa listas de espera para atendimento psicológico, na rede SUS, mobilizou toda a equipe a fazer interlocuções permanente com a rede, refazendo o vínculo dos jovens com as instituições. Além dos atendimentos individuais oferecidos a estes jovens, foram realizados grupos temáticos sobre o que é saúde mental, sobre racismo estrutural, sobre violência contra a mulher, sobre resolução de conflitos e sobre comunicação não-violenta. Os grupos permitiram multiplicar as formas de comunicar dos jovens e proporcionou partilhas entre eles sobre assuntos do cotidiano, também ocasionou sentimento de pertenças ao grupo, tento neste lugar de fala e de escuta.

Outra vulnerabilidade detectada como bastante alta entre as jovens foi o consumo abusivo de álcool e drogas consideradas ilícitas pelo Estado, 10% dos jovens acompanhados apresentavam esse comportamento. Uma das estratégias para acolher e acompanhar essas jovens foi ofertar para os profissionais, diversas formações para ampliar a percepção dos casos acompanhados, dentre muitas: Redução de Danos, Construção de rede de apoio e cuidado, Violência e dinâmicas sociais de Facções em Fortaleza, Intervenções artísticas e comunitárias etc. Semanalmente também foram realizados estudos de casos de forma interdisciplinar e supervisões clínicas sempre que necessário

.

Considerações finais

Falar daquilo que gera sofrimento psíquico, sobretudo para jovens que estão inseridos em processos com diversas formas de ataque à saúde mental, como por exemplo ter sido vítima de abuso ou exploração sexual (8% das jovens), pode ser desencadeador de maior angústia, uma revitimização. Portanto, houve o cuidado de centralizar um referente para os casos gravíssimos, onde este era detentor do sigilo e do acompanhamento desses jovens, sempre respaldado pela reflexão interdisciplinar.

Foi percebido que nesse modelo investigativo, jovens e profissionais foram construindo, em negociações constantes, possibilidades para seguir com projetos de vida que muitas vezes colocaram a volta à escola ou a profissionalização como fundamental nesse trilhar. A carência de políticas assistências que chegassem até essas famílias, como por exemplo por falta de cadastro ou documentação, muitas vezes provocam descredibilidade e desinteresse, no contato inicial, no entanto as resoluções e acompanhamento cotidiano revelou-se um facilitador de vínculos.

Referências

CERQUEIRO, Daniel *et al*. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de Homicídios**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016.

ESPERANZA, Graciela. Medicalizar a Vida. *In*: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (org.). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

NASIO, Juan- David. **Como agir com um adolescente difícil?** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ROLIM, Marcos. Desistência do crime. **Sociedade e Estado** [online], v. 33, n. 3, p. 829-847, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20183030008. Acesso em: 24 maio 2022.

A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE CUIDADO E RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

660

Roseane Amorim da Silva[435]
Jaileila de Araújo Menezes[436]
Antônio César de Holanda Santos[437]

Resumo
No presente estudo buscamos conhecer as vivências dos/as jovens universitários/as e as produções de dispositivos de cuidado e resistência em contextos de pandemia. Participaram jovens universitários de três instituições de Ensino Superior. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa participativa, em que foram realizados grupos via Google Meet e entrevistas. Foi possível conhecer as experiências, os desafios e as estratégias de cuidado na pandemia.

Palavras-chave: Juventudes. Pandemia. Pesquisa participativa.

1 Introdução

Muitas são as repercussões da pandemia do COVID-19 na vida acadêmica. Os desdobramentos da pandemia se tornaram foco de atenção na educação devido ao risco de infecção para os/as universitários/as e docentes. As universidades aderiram à modalidade de aulas remotas, o que ocasionou mudanças no modo de realizar as atividades acadêmicas e o atraso no cronograma dos cursos, que repercutiu nos planos do futuro profissional e na busca pela independência e estabilidade financeira, em alguns casos, baseada na expectativa da formação universitária (Gundin *et al.*, 2021). Mesmo depois do retorno ao ensino presencial, foram muitas as mudanças e questões a serem lidadas para uma reorganização das vivências universitárias. Desse modo, no presente estudo buscamos conhecer as vivências dos/as jovens universitários/as e as produções de dispositivos de cuidado e resistência em contextos de pandemia construídos por eles/as.

2 Metodologia

Participaram da pesquisa jovens universitários/as de três Instituições de Ensino Superior localizadas em diferentes territórios da região nordeste do Brasil, Capital de Pernambuco, Sertão do Pajeú e Agreste de Alagoas, respectivamente: Universidade Federal de Pernambuco - Recife; Universidade Federal Rural de Pernambuco - Serra Talhada, e Universidade Federal de Alagoas - Palmeira dos Índios. A constituição de um coletivo e de um processo de pesquisa interinstitucional foi possível via encontros no Google Meet, o grupo se reuniu semanalmente durante 11 encontros.

---

[435] Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.
[436] Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
[437] Universidade Federal de Alagoas- UFAL.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma metodologia participativa (Silva; Moura; Santos, 2021), onde buscamos construir informações junto aos/as participantes, e foram realizadas três etapas: na primeira, aconteceram os grupos de discussão temáticos, só com a equipe do projeto; na segunda etapa foram realizados grupos onlines, com os/as jovens das três instituições, momento em que esses/as trouxeram temáticas e reflexões sobre as vivências juvenis universitárias na pandemia. Também foram construídos alguns materiais com os/as jovens: um podcast intitulado: "Experiências literárias na pandemia", que ressalta a importância da Literatura e Arte como ferramentas para lidar com as dificuldades e consequências dessa crise sanitária; Um relato de experiência de uma jovem universitária mãe em formato de carta; Um livreto intitulado: Quem és, Brasil? Que aborda as mulheres negras explicitando as opressões sociais enfrentadas na pandemia; Um vídeo poema abordando a figura de Carolina Maria de Jesus, com base no seu livro "Quarto de despejo", uma adaptação, com poesias recitadas ao fundo, destacando a desigualdade presente na sociedade brasileira. E na terceira etapa, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com os/as jovens das três instituições. Todas as entrevistas foram videogravados com a devida autorização dos/das participantes, para posterior transcrição e análise das informações, assim como aconteceu com os grupos. Os eixos temáticos que orientaram a análise foram: sentidos produzidos sobre a experiência de ser jovem universitário/a na pandemia; juventude e dispositivos de cuidado; juventude e estratégias de resistência.

3 Resultados e discussões

Foi possível na pesquisa mapearmos as vivências e experiências dos/as jovens universitários/as enfrentadas na pandemia, como também dialogar e refletir conjuntamente sobre temáticas como: as desigualdades sociais vivenciadas por universitários/as, maternidade e universidade, os obstáculos enfrentados pela mulher negra e também, refletimos sobre a importância da literatura e arte no enfrentamento a estados emocionais dolorosos.

Também foi possível conhecer e compreender as dificuldades enfrentadas no contexto pandêmico e suas respectivas consequências na vida dos/as participantes do projeto, observamos também as estratégias de resistências e cuidado que essa juventude desenvolveu ao recorrer a literatura, a arte, os exercícios físicos, os coletivos juvenis, para não desistir dos objetivos e sonhos, apesar das circunstâncias impostas pela pandemia do COVID-19 não ter sido favoráveis e com consequências que perduram até os dias de hoje.

Considerações finais

Ao ouvirmos os/as jovens sobre as dificuldades para darem continuidade aos estudos na pandemia, vimos que o sistema de opressão racial, de gênero e classe foram sistemas que produziram e produzem opressões sobre essas juventudes, o que fez com que alguns e algumas não conseguissem dar continuidade ao processo de escolarização e outros/as precisassem criar estratégias para resistir às opressões. Com isso pensamos no papel da universidade como dispositivo importante na rede de cuidados dos/as jovens, um espaço que vai além da formação profissional para a juventude.

Referências

GUNDIM, Viviane Andrade, et al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Rev Baiana Enferm.**, [*S.l.*], v. 35, n. 2, 2021. Disponível em:https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293/23470. Acesso em: 9 fev. 2022.

SILVA, Roseane Amorim; MOURA, Renata Paula dos Santos; SANTOS, Antônio César de Holanda. Narrativas (des)construídas como tarefa política da pesquisa participativa decolonial. **Revista de Psicologia**, [*S.l.*], v. 12, n. 2,p. 147-160, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.11. Acesso em: 6 abr. 2023.

NARRATIVAS DE JOVENS SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO NUMA PROPOSTA INOVADORA DE ENSINO

663

Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)
Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (UFC)

Resumo
Este trabalho visa discutir como as narrativas de estudantes do nono ano de uma escola comunitária apontam para a importância de uma educação inovadora na sua aprendizagem e desenvolvimento de valores e formação humana. A escola, situada na cidade de Bananeiras - brejo paraibano - atende a 13 comunidades rurais e duas urbanas e tem um método de ensino inovador que não segue a proposta pedagógica de ciclo e salas de aula, mas se pauta pelo modelo de projetos de aprendizagem, partindo do interesse de estudo do aluno. A proposta pedagógica tem como inspiração o pensamento freiriano, porém não se define a partir de autores específicos. O que orienta o trabalho é a manifestação do interesse dos alunos expresso em uma consulta inicial com os estudantes, que são acompanhados por mediadores e tutores e avaliados cotidianamente sobre o que aprenderam e o que ainda precisam aprender sobre o tema do projeto. Nesse sentido, podemos entender que a proposta segue uma perspectiva decolonial e pode ser analisada à luz do pensamento vygotskiano, uma vez que propõe ser a mediação a base de toda aprendizagem. As narrativas dos jovens que participaram online de uma roda de conversa, apontam para o papel da escola como estimuladora da participação dos alunos em todos os projetos da escola, desde o que pretendem aprender e o modo como podem fazê-lo até na construção dos espaços e ambientes escolares. A participação foi definida como "poder fazer escolas" e "poder utilizar suas curiosidades". Referem-se à colaboração de professores que atuam como mediadores do processo e citam um projeto denominado aprendendo e ensinando que contempla a colaboração de colegas nesse processo, afirmando ser um espaço em que os estudantes ensinam e aprendem conjuntamente. Participam inclusive de comitês referentes a iniciativas acerca da biblioteca, da estimulação de leituras e de produção de eventos como Sarau Literário. Afirmam ainda que se sentem apoiados na escola em relação a seus problemas e desafios vivenciados como jovens e se dizem preparados para enfrentar o ensino médio numa perspectiva de ensino regular, especialmente porque aprendem a ter iniciativa para seus estudos e não depender dos professores dizerem o que estudar. Destacaram a escola como impulsionadora do desenvolvimento sócio afetivo e destacaram a "segurança" como critério avaliativo da aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao logo das trilhas.

Palavras-chave: Juventude. Participação. Escola Inovadora.

Grupo de Trabalho 21 - Juventudes e escuta sensível: construindo cultura de paz na escola

Coordenadoras:
Coordenadores: Maria Dolores dos Santos Vieira - (UFPI-BR); Rosa Maria de Almeida Macêdo - (UFPI-BR); Millena Maria da Cruz Leitão - (Projeto de extensão "cuidar em escuta sensível"- UFPI).

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA SENSÍVEL DE JOVENS ESTUDANTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Graziela Dutra Kantorski[438]
Maria de Lourdes Soares Ornellas[439]

Resumo
O estudo aborda a importância da escuta sensível de jovens estudantes para educação inclusiva. A metodologia utilizada é baseada em análise bibliográfica, consultando fontes relevantes no campo da Psicanálise e da Educação. Os resultados revelam a importância da compreensão da complexidade do sujeito e da escuta dos ditos e não-ditos. A Psicanálise pode aportar ferramentas teórico-metodológicas para essa articulação no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Escuta Sensível. Educador. Jovens Estudantes.

1 Introdução

O tema que será abordado é a relação entre a juventude e a escola. A delimitação do tema está voltada para investigar a importância da escuta sensível dos jovens estudantes para promover uma educação inclusiva. A juventude é uma fase de transformação e descoberta, e a escola tem um papel essencial nesse processo. Ao promover uma escuta sensível, os educadores conseguem criar um ambiente acolhedor e empático, permitindo que os estudantes se sintam ouvidos e valorizados. Isso é especialmente importante para os jovens que muitas vezes têm suas vozes ignoradas ou minimizadas.

A importância da escuta sensível dos jovens estudantes na educação inclusiva é demonstrada por meio da influência da psicanálise nas práticas educacionais. Ao compreender a subjetividade dos jovens, seus desejos, conflitos e motivações internas, a psicanálise possibilita uma abordagem mais ampla e além do ensino formal. Essa perspectiva considera a individualidade de cada estudante, permitindo uma educação mais personalizada e inclusiva, que leva em conta as necessidades afetivas e psicológicas dos jovens.

Dessa forma, a escuta sensível embasada na psicanálise contribui para um ambiente educacional mais acolhedor, onde os jovens se sentem compreendidos e capacitados a desenvolver todo o seu potencial. Desse modo, os jovens são agentes

[1] Mestranda em Educação e Contemporaneidade - Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Vinculada ao Grupo de pesquisa em Educação, Psicanálise e Representações Sociais (Geppe-rs). Email: graziela.dk@gmail.com
[439] Pós-doutora. Doutora em Psicanálise e Educação - Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Pesquisas em Educação, Psicanálise e Representações Sociais (Geppe-rs). Email: ornellas1@terra.com.br

ativos e essenciais no processo de aprendizagem, e sua voz precisa ser ouvida e considerada para que a educação seja verdadeiramente inclusiva e eficaz.

Ao dar voz aos estudantes, a escola proporciona um espaço de diálogo e participação, incentivando a expressão de suas opiniões, interesses e necessidades. Ao se tornar mais sensíveis à realidade dos estudantes, os educadores podem ajustar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada um. Isso inclui a adaptação de atividades, materiais e recursos para tornar o ensino mais inclusivo e significativo.

Uma prática inclusiva proporciona um ambiente que valoriza a diversidade, estimula o respeito mútuo e reconhece as potencialidades de cada estudante. A escuta sensível é um instrumento fundamental para alcançar esses objetivos, pois permite apreender as demandas específicas de cada jovem estudante, seja no campo acadêmico, afetivo ou social.

2 Metodologia

Neste trabalho, refletimos sobre a importância da escuta sensível dos estudantes para uma educação inclusiva. Para isso realizamos um estudo de revisão bibliográfica do tema no campo da Psicanálise e da Educação.

3 Resultados e discussões

Por meio da análise bibliográfica, foi possível acessar dispositivos teóricos que contribuíram para a construção dos objetos de estudo. Nesse trajeto, os resultados são expostos em dois eixos argumentativos que exploram os conceitos psicanalíticos do sujeito, inconsciente e a escuta dos ditos e não-ditos, assim como o silêncio.

No primeiro eixo, discute-se o conceito de sujeito na Psicanálise trazido pela pesquisadora Maria de Lourdes Soares Ornellas (2019; 2022) em diálogo com Jean Claude Filloux (1999; 2002) e Leny Magalhães Mrech (2002). A abordagem psicanalítica considera a subjetividade em sua complexidade, levando em conta tanto os aspectos conscientes como os inconscientes do sujeito.

Essa compreensão abrangente do sujeito é crucial ao lidar com a juventude, pois permite enxergar para além do comportamento visível e compreender as complexidades afetivas e psicológicas enfrentadas pelos jovens. O segundo eixo aborda a importância da escuta dos ditos e não-ditos, e sua relação com o silêncio, com a contribuição de Ornellas em diálogo com Eni Pulccinelli Orlandi (2002; 2009; 2022).

A escuta sensível implica não apenas ouvir o que os jovens estudantes falam, mas também prestar atenção nas entrelinhas. Os jovens estudantes podem enfrentar desafios, questionamentos e conflitos que podem permanecer ocultos nas palavras que eles comunicam. Assim, a escuta atenta e sensível é fundamental para captar essas mensagens implícitas e responder de forma adequada às necessidades dos jovens estudantes.

O silêncio não é apenas a ausência do que é dito, mas também representa o que é excluído, apagado ou deixado de lado. Ele desempenha um papel importante na comunicação, pois pode abrigar significados que não são expressos verbalmente. É necessário estar atento a essas lacunas para compreender o que pode estar sendo excluído na interação.

Assim, a relação da escuta sensível com a juventude nas práticas educacionais envolve não apenas ouvir as palavras ditas pelos jovens, mas também estar atento ao que não é dito, o que é dito e ao silêncio. Essa abordagem ajuda a compreender as experiências, dificuldades e afetos dos jovens, permitindo uma interação mais significativa e eficaz.

Considerações finais

Consideramos essencial que as escolas promovam a escuta sensível como parte de sua prática diária. Investir tempo e energia para escutar os estudantes é investir na construção de um ambiente educacional mais inclusivo, onde todos se sintam valorizados e tenham espaço para serem quem realmente são. A juventude é uma fase crucial na formação dos sujeitos, e a escuta sensível pode ser um poderoso aliado nesse processo de crescimento e aprendizagem.

A integração dessas abordagens promove um ambiente de aprendizagem acolhedor e permite aos educadores compreender as complexidades afetivas e psicológicas enfrentadas pelos jovens. Portanto, a abordagem da Psicanálise, que busca escutar o discurso do estudante, pode ser uma ferramenta para a articulação no cotidiano escolar. O resultado desse debate aponta para possibilidade de construir uma Educação que não apenas compreende melhor a realidade educacional do presente, mas que também tem o potencial de informar a transformação educacional para o futuro.

Referências

FILLOUX, Jean Claude. O mestre, o desejo de saber e o desejo de ensinar. *In*: MOKREJS, Elisabete (org.). **Psicanálise e Educação**. São Paulo: Expressão & Arte, 2002. p. 97-121. cap. 6.

FILLOUX, Jean Claude. Psicanálise e pedagogia ou: sobre considerar o inconsciente no campo pedagógico. *In*: **Anais** do I Colóquio do Lugar de Vida/ LEPSI: a psicanálise e os impasses da educação. São Paulo: Lugar de Vida, 1999.

MRECH, Leny Magalhães. **Psicanálise e educação**. Novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 5. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulações e circulação de sentidos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2022.

ORNELLAS, Larissa. A escuta psicanalítica na contemporaneidade. *In*: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **Psicanálise e educação**: (im)passes subjetivos contemporâneos. Salvador: Quarteto, 2011. p. 119-132. cap. 8.

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **Psicanálise & educação**. O que falta em um está no outro?. Salvador: EDUFBA, 2019. 152p.

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares; OPA, Cláudia Bailão. Educação, arte e psicanálise. Tríade formativa em dobras discursivas. *In*: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares (org.). **Psicanálise e educação**. Impasses subjetivos contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2022. 6, p. 13-30. cap. 1. v.6.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCUTA SENSÍVEL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: um olhar da monitoria

Maria Gabriely Alves da Silva[440]
Júlia Lorrana Viana Duarte[441]
Lorena Beathriz Costa Dourado[442]
Maria Dolores dos Santos Vieira[443]

Resumo

Este trabalho versa sobre a experiência de monitoria em um projeto de extensão, com o objetivo descrever as contribuições da monitoria para a formação acadêmica a partir da escuta sensível no cenário educacional. Foi realizado acompanhamento das escutas, elaboração da agenda semanal e a recepção dos escutados. A experiência da monitoria contribuiu para consolidação do conhecimento teórico, prático e o desenvolvimento de competências socioemocionais, especialmente no âmbito da escuta.

Palavras-chave: Escuta Sensível. Monitoria. Formação Docente.

1 Introdução

A oportunização de metodologias de ensino, que possam auxiliar na construção do conhecimento e na articulação entre a teoria e a prática são fundamentais nos espaços educacionais. De acordo com Schneider (2006), o trabalho da monitoria objetiva contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e assim auxiliar acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento, sendo então uma atividade formativa de ensino.

De acordo com Frison (2016), a monitoria é compreendida como uma modalidade de ensino, potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada dos estudantes universitários. Segundo o autor, o processo ativo de aprendizagem realizado na monitoria desenvolve a consciência, o controle, a gestão do tempo, a organização das tarefas sendo essencial para a promoção da aprendizagem, pois ultrapassa as aprendizagens baseadas na memorização, tornando os indivíduos mais comprometidos com a sua própria aprendizagem.

No que tange a Universidade Federal do Piauí (UFPI), diversos projetos são realizados com o intuito de promover a difusão do ensino, auxiliar na formação, dentre eles, o Projeto de Extensão "Cuidar em Escuta Sensível", com o intuito de promover a escuta a jovens universitários e a docentes da Universidade Federal do Piauí, discentes da educação básica da rede municipal de Teresina e comunidade em geral.

[440] Acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail:mariagabriely@ufpi.edu.br
[441] Acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: julialorranaviana@gmail.com
[442] Acadêmica de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: lorenadourado@aluno.uespi.br
[443] Professora efetiva da Universidade Federal do Piauí, do Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE). E-mail: mariadolores@ufpi.edu.br

A escuta sensível é a ação de escutar com atenção, empatia e respeito ao outro. Apoiada na empatia, virtude que o pesquisador deve ter para compreender atitudes, comportamentos, ideias, valores simbólicos e mitos de cada um, podendo essa ser utilizada no contexto educacional (Barbier, 1993).

A escrita proposta tem o objetivo de descrever a experiência da monitoria no Projeto de Extensão "Cuidar em Escuta Sensível" da Universidade Federal do Piauí, no Campus Ministro Petrônio Portella, a fim de evidenciar a importância da monitoria para a formação inicial de docentes e a sua contribuição para o exercício da escuta sensível nos espaços educacionais.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado a partir da vivência de três discentes-monitoras do Projeto de Extensão "Cuidar em Escuta Sensível". A experiência relatada ocorreu entre março e agosto de 2023. O Projeto "Cuidar em Escuta Sensível" é composto por quatro monitoras, duas coordenadoras e oito voluntários escutantes. Dentre as atividades realizadas pela monitoria estão: a participação nas escutas; elaboração da agenda semanal de escutas; recepção dos inscritos; organização e engajamento na rede social do Projeto; e a elaboração de diários de itinerância.

3 Resultados e discussões

A monitoria permite ao monitor vivenciar novos ambientes. Diante disso, Lira e Nascimento (2015) destacam que a monitoria é um programa que auxilia na fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e ainda contribui na preparação da formação docente, sendo esta supervisionado por um professor. Com isso, nota-se como a participação na monitoria é enriquecedora para o graduando, pois possibilita o contato com a teoria e a prática em ambientes de atuação do discente.

Ademais, a participação na monitoria promove a aproximação com o professor e outros profissionais. Segundo Abreu *et al.* (2014), a partir do convívio diário entre os participantes do projeto as relações sociais são reforçadas. Tal contato é primordial para o desenvolvimento docente do monitor. Cabe destacar também que a monitoria estimula a produção científica pois fornece ao monitor o contato com eventos científicos. Com relação a esse incentivo, no projeto, é elaborado mensalmente um diário de itinerância que descreve todas as atividades desenvolvidas ao longo do mês, afecções, sentimentos, e demais ideias (Barbier, 2007). A produção do diário permite que a coordenadora do projeto saiba detalhadamente o que foi realizado e contribui para a escrita do aluno.

Segundo Moreira (2011), o professor é agente facilitador da aprendizagem, ou seja, para que a aprendizagem ocorra é necessário que o aluno também contribua. Contudo, para facilitar esse processo e melhorar a relação professor aluno é necessário preparo por parte do docente. A monitoria vai muito além de um título, ela proporciona conhecimentos e experiências únicas para os monitores.

Nesse sentido, acredita-se que a experiência da monitoria, possa contribuir de maneira significativa para a consolidação do aprendizado das teorias pedagógicas, além de desenvolver competências socioemocionais importantes para a formação docente, em

especial na construção de um olhar sensível e empático, primordial para a prática docente.

Considerações finais

A elaboração deste trabalho teve como objetivo demonstrar a importância da monitoria para a formação docente, narrando a experiência vivenciada até o presente momento na monitoria do Projeto Cuidar em Escuta Sensível, apontando seus benefícios e desafios enfrentados. Considera-se que o objetivo do trabalho foi atingido. Os resultados, eles realçam a importância da participação da monitoria. Trata-se de uma experiência riquíssima na qual todo graduando deveria ter essa oportunidade, principalmente discentes de licenciaturas, pois possibilita ao discente o contato com a escola e amplia suas relações sociais.

Referências

ABREU, T. O. *et al*. A monitoria acadêmica na percepção dos graduandos de enfermagem. **Rev. Enferm. UERJ**, [*S.l.*], v. 22, n. 4, p. 507-512, 2014.

BARBIER, René. A Escuta Sensível em Educação. **Cadernos ANPED**, [*S.l.*], n. 5, 1993.

BARBIER, René. **A Pesquisa-ação.** Tradução Lucie Didio. 2.ed. Brasília: Liber livro, 2007.

FRISON, L. M. B. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, [*S.l.*], v. 27, n. 1, p. 133–153, jan. 2016.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**.2.ed. São Paulo:EPU, 2011.

SCHNEIDER, M. S. P. S. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 6, n. 65, out. 2006.

OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Kaio Eduardo Silva Lima[444]
Luciana Martins Quixadá[445]

Resumo
O presente trabalho é caracterizado como um relato de experiência e tem como objetivo apresentar como os Círculos de Construção de Paz, podem contribuir para promoção da Cultura de Paz em uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral de Fortaleza-CE. Após a implementação da metodologia dos Círculos, percebemos que o diálogo é um dos pontos primordiais para a promoção de um ambiente escolar saudável e positivo.

Palavras-chave: Círculo de Construção de Paz. Cultura de Paz. Juventudes.

1 Introdução

Conflitos são uma parte natural da convivência humana, e o ambiente escolar é especialmente propenso a eles devido à duração das interações e à proximidade das relações que se desenvolvem na escola.

Mesmo sendo uma condição normal das relações humanas, os conflitos quando não possuem uma resolução adequada podem evoluir para situações de violência ocasionando problemas de ordem física, emocional, psicológica e cognitiva para todos os envolvidos, em especial para os alunos (Avanci *et al.*, 2023).

A violência no contexto escolar assume várias facetas, refletindo tanto as violências que existem na sociedade como gerando formas específicas próprias desse ambiente (Abramovay, 2021). Diante da complexidade desse problema é importante que as escolas implementem ações que proporcionem um ambiente positivo e que incluam nesse processo o jovem como um sujeito ativo.

Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) sugerem a adoção de programas que promovam a plena participação da juventude, onde os estudantes sejam protagonistas e se sintam envolvidos no processo de ensino e aprendizado. Isso contribuirá para transformar a escola em um ambiente democrático que valoriza a diversidade de individualidades.

Nesse sentido é que apresentamos os Círculos de Construção de Paz (CCP) como uma alternativa para a resolução dos conflitos e promoção de uma Cultura de Paz, por meio do diálogo igualitário entre os envolvidos.

Os CCP representam uma metodologia única, sistematizada pela professora Kay Pranis, que baseou seus estudos em práticas das “Primeiras Nações de Yukon”,

---

[444] Professor de Educação Física da SEDUC-CE, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCLIS) da Universidade Estadual do Ceará.
[445] Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

originárias do Canadá. Assim ela estruturou o método de Círculos de Construção de Paz, que podem ser utilizados para a promoção do diálogo entre as pessoas, nos mais diferentes contextos e com diferentes objetivos (Pranis, 2010). O que difere o CCP de outras técnicas são seus elementos e metodologia específica como a cerimônia, o bastão da fala, o facilitador ou guardião, as orientações e os processos decisórios consensuais (PRANIS, 2010).

Nesse sentido o objetivo deste estudo é apresentar como os Círculos de Construção de Paz, podem contribuir para promoção da Cultura de Paz em uma escola de Ensino Médio em Tempo Integral de Fortaleza-CE.

2 Metodologia

A seguinte pesquisa é caracterizada como um relato de experiência, que foi resultado de uma série de vivências com adolescentes (16 a 18 anos) em uma Escola de Ensino Médio da periferia de Fortaleza. Foram realizados três encontros com diferentes turmas de terceiro no ano de 2020. Esses encontros foram realizados com a metodologia dos Círculos de Construção de Paz com a duração de 1 hora e 40 minutos. Além dos alunos da turma (25 alunos em média) foram convidados a participar do encontro os Professores Diretores de Turma (PDT).

Durante os Círculos o primeiro momento era destinado para a realização da cerimônia de abertura, a discussão dos valores, orientações de como os Círculos funcionam e os acordos firmados para a boa convivência entre todos. Foi apresentado também o objeto da palavra. No segundo momento foram selecionadas algumas perguntas norteadoras.

1 - O que é ser jovem para você?

2 - O que eu gosto e o que não gosto na minha escola?

Para concluir, realizamos a cerimônia de fechamento do círculo.

3 Resultados e discussões

3.1 O que é ser jovem para você?

No início dessas atividades exibimos o curta metragem “Nunca me sonharam” onde adolescentes relatam diversas situações e angústias de jovens periféricos de várias cidades do Brasil. Muitos alunos se identificaram com as problemáticas apresentadas, como o relacionamento com os pais, com os colegas e a situação de angústia em relação ao futuro com o término do terceiro ano do Ensino Médio.

A grande maioria relata que ser jovem na sua comunidade e família é não ter vez nem voz, por não existirem espaços de diálogo nas famílias e nos outros ambientes que eles frequentam.

3.2 O que eu gosto e o que não gosto na minha escola?

Os pontos de convergência recaem sobre a insatisfação na relação professor-aluno. Os alunos relatam que não conseguiam estabelecer uma proximidade com alguns professores, pois sentiam que o professor não ligava para eles, não dava um bom dia, só entrava na sala e iniciava atividades no quadro.

Outro ponto bastante comentado são os casos de *bullying* virtual, realizado por meio de páginas em redes sociais destinadas a difamar alguns alunos. Ao final do

encontro eles relataram a satisfação de possuir um espaço de fala e que sua voz fosse escutada e indagaram quando os outros encontros iriam ocorrer.

Considerações finais

Percebemos que o diálogo é um dos pontos primordiais para a promoção de um ambiente escolar saudável e positivo, que proporcione ao aluno a possibilidade de expressar seus anseios e angústias. Nesse sentido, os Círculos de Construção de Paz, proporcionam uma escuta qualificada e segura, onde os integrantes do Círculo são convidados a se expressarem e a se mostrarem sem máscaras e sem medos.

Assim, é importante que estudos relacionados a esse tema sejam realizados a fim de possibilitar a investigação mais ampla sobre os resultados dessa metodologia para a promoção de uma Cultura de Paz no ambiente escolar.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola**, sentidos e buscas: por que frequentam? Brasília: Flacso-Brasil, OEI- MEC, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: Acesso em: 15 abr. 2023.

ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas**. Programa de Prevenção à violência nas escolas. 2. ed. Brasil: FLACSO, 2021. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas_edicao2.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

AVANCI, J. Q. *et al.* Reflexões sobre os efeitos da violência na saúde de alunos e professores. *In*: DE ASSIS, S. G. *et al*. **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. São Paulo: Editora Fiocruz, 2023. Disponível em: https://books.scielo.org/id/q58k5/pdf/assis-9786557082126.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

SIGNIFICAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o que dizem a família e a escola?

Joseane Rebech Rodrigues Félix [1]
Maria Dolores dos Santos Vieira [2]

Resumo

O texto é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem o objetivo de conhecer as significações da família e da escola acerca da Educação Inclusiva em uma escola da rede municipal de Teresina, no estado do Piauí. A importância da pesquisa encontra-se, em trazer maior visibilidade e melhor compreensão acerca do tema o que pode contribuir para atuação docente com mais possibilidades de qualidade das práticas de professoras que tenham alunos disléxicos em sua sala de aula, visto que essa realidade tem sido cada vez mais presente e crescente atualmente. Assim, o estudo soma esforços para uma sociedade cada vez mais preparada e familiarizada com a diferença de maneira que se torna acolhedora e aja para além da tolerância, tornando-se lugar de acolhimento e de luta pela igualdade de direitos. Na arquitetura metodológica, a pesquisa é de abordagem qualitativa, caracterizada como uma pesquisa de campo quanto aos procedimentos e descritiva em relação aos seus objetivos. A análise das informações obtidas por meio das técnicas da observação não participante e da entrevista se deu pela Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016). Os resultados parciais foram revelados com base nas contribuições teóricas de autoras e autores que estudam a temática. Segundo elas e eles, as significações que a escola e a família atribuem à Educação Inclusiva são diferentes e respondem aos interesses de cada uma. Portanto, com base nisso, conclui-se que é inegável a importância da discussão sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil de modo a proporcionar uma escuta sensível à família e a escola, instituições promotoras da Cultura de Paz por meio da inclusão.

Palavras-chave: Significações. Educação Inclusiva. Educação Infantil. Família. Escola.

EDUCAÇÃO FAMILIAR E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIANTE (TOD): um estudo bibliográfico

Bárbara Layse de Sousa Passos [1]

Resumo

Este trabalho é um recorte de um estudo bibliográfico em andamento no formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual aborda a contribuição da educação familiar para a prática docente com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. A problematização central indaga de que maneira a educação familiar contribui para a prática docente de professores com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. Seu objetivo geral é compreender de que maneira a educação familiar contribui para a prática docente de professores com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. A relevância da pesquisa se dá, uma vez que, deve-se levar em consideração que o primeiro contato educacional da criança é no meio familiar, por isso esse ambiente precisa ser bem estruturado, o que fará toda a diferença no processo educacional de uma criança com TOD e de sua forma de se portar em sala de aula. A metodologia do trabalho está centrada na abordagem qualitativa e utiliza a Análise de Bardin (2016) para a análise das informações. Os resultados parciais do estudo incluem a identificação de contribuições eficazes de colaboração entre família e escola, que vão desde o diálogo e o acolhimento da criança pelos pais no seio familiar e o apoio deles aos professores diante dos desafios enfrentados na prática docente, manifestados muitas vezes em palavras de agradecimento aos modos de educar. Pelo caminho realizado até agora conclui-se que as contribuições da educação familiar alteram as práticas docentes a partir da partilha entre escola e família facilitando a educação das crianças com TOD na Educação Infantil.

Palavras-chave: Transtorno Opositor Desafiante. Educação Infantil. prática docente. educação familiar.

A EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DISLEXIA: escutando vozes da escola

Natália Cardoso dos Santos Campos[446]
Maria Dolores dos Santos Vieira[447]

Resumo

Este escrito é um fragmento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que se desenvolve em uma universidade pública federal do estado do Piauí com o objetivo de analisar as práticas docentes de professoras com foco na aprendizagem de crianças com dislexia do 1º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Deste modo, pergunta-se: "como se dão as práticas docentes de professoras com foco na aprendizagem de crianças com dislexia do 1° ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental?". A relevância da pesquisa se encontra em ampliar novos conhecimentos nessa área, subsidiando novos métodos de ensino para fins de uma educação mais inclusiva. Acrescenta-se, também, a visibilidade que o trabalho pode trazer para a questão levantada entre as professoras interlocutoras e a reflexão sobre as suas práticas docentes. Em sua metodologia, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como pesquisa de campo. Para tal investigação realizou-se entrevista reflexiva com as professoras e alunos pertencentes a escola, *lócus* do estudo. Os resultados parciais da pesquisa foram submetidos à Análise de Conteúdo (AC) de Minayo (1998) e apontam para meios de reconhecer características da Dislexia bem como para práticas docentes de suporte ao processo de aprendizagem destes alunos. Desta forma, conclui-se que é indispensável encontrar e perceber docentes sensíveis, preparados para identificar e intervir de forma adequado para melhor adaptação e adequação das práticas docentes para o trato com alunos que possuem Dislexia, de maneira que, também, os alunos sejam bem atendidos e acompanhados de forma inclusiva e sensível.

Palavras-chave: Dislexia. Práticas Docentes. Educação Inclusiva. Alunos. Ensino Fundamental.

[446] Natália Cardoso dos Santos Campos, Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: nataliacardoso@ufpi.edu.br
[2] Maria Dolores dos Santos Vieira, Professora Doutora vinculada à Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: mariadolores@ufpi.edu.br

A ESCUTA SENSÍVEL NO ACOLHIMENTO À JOVENS: um apoio no enfrentamento do transtorno da ansiedade

Lia Raquel Saraiva de Sousa - Universidade Federal do Piauí

Resumo

A escuta sensível é entendida nesta escrita como uma escuta atenta, que busca compreender e perceber os detalhes e representou, especificamente, uma forma de cuidar das juventudes na universidade. O trabalho tem como objetivo discutir a prática da escuta sensível como uma alternativa que promove o acolhimento à jovens com transtorno da ansiedade. É relevante uma vez que diante de situações de vulnerabilidade socioemocionais, nas quais jovens passam por momentos de cobranças internas e externas, incertezas sobre o futuro e euforias próprias dessa fase, a escuta sensível tem sido uma rede de apoio e ajuda. Assim, cabe questionar: como a escuta sensível pode promover um acolhimento a jovens que estão enfrentando momentos de angústia e ansiedade? Para responder a esta questão adotamos o método hipotético dedutivo com uma abordagem qualitativa. Os resultados obtidos com a experiência apontam que a escuta sensível além de trazer um alívio socioemocional para jovens que se encontram em momentos de ansiedade alterada, auxilia-os também, a encontrar aquilo que precisam para enfrentar a ansiedade, uma vez que os leva a sentirem compreendidos e a lidar melhor com as suas emoções. Desse modo, observamos que a escuta sensível é uma prática metodológica que pode ser usada para cuidar e encaminhar esses jovens para a escuta de si, o autoconhecimento e a construção de uma autoimagem positiva, condições indispensáveis para um viver mais feliz. Concluímos assim, que o Projeto Cuidar em Escuta Sensível tem contribuído para a saúde mental das juventudes universitárias quando as escutas, as acolhe e as faz refletir sobre si mesmas para além do contexto acadêmico.

Palavras-chave: Escuta Sensível. Acolhimento. Jovens. Ansiedade.

A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma escuta sensível de si e do outro

Karine Maria Fernandes Medeiros (UFPI)
Maria Dolores dos Santos Vieira (UFPI)

Resumo
O trabalho em destaque é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento no Curso de Pedagogia, de uma universidade pública federal da capital Teresina, no estado do Piauí e tem por objetivo: analisar as práticas docentes que são contributos para afetividade em sala de aula na Educação Infantil. A pesquisa é relevante, porque realça o papel da professora e do professor na atualidade. que é muito mais do que ser repassador(a) de informações, precisa tornar-se também um parceiro de modo a favorecer o desenvolvimento humano pela via da afetividade. Em relação ao percurso metodológico, a pesquisa é de abordagem qualitativa e quanto aos seus objetivos caracteriza-se como pesquisa de campo. Para produção das informações utilizou-se como técnica para geração das informações, o questionário direcionado às professoras do Centro de Educação na Educação Infantil (CMEI) de União Piauí. A análise das informações se deu por meio da Análise de Conteúdo (AC) a partir dos estudos de autoras e autores abordados na pesquisa e que enfatizam que uma aprendizagem, que caminha juntamente com a afetividade, traz resultados positivos na vida da criança. Conclui-se que qualquer aprendizagem está intimamente ligada à vida afetiva, por isso não cabe à escola diminuir esta vida afetiva, mas sim ampliá-la e fortalecê-la, criando um ambiente socioafetivo saudável para as crianças em formação. As crianças estão em constante aprendizagem e desenvolvimento, assim, todas as fases da criança devem ser cultivadas com afetividade de modo a fortalecer as relações humanas que ela vive na infância e possibilitar a sua autoestima e autoconceito positivos.

Palavras-chave: Afetividade. Aprendizagem. Professor. Aluno.

EDUCAÇÃO FAMILIAR E PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIANTE (TOD): um estudo bibliográfico

680

Bárbara Layse de Sousa Passos [1]

Resumo

Este trabalho é um recorte de um estudo bibliográfico em andamento no formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que aborda a contribuição da educação familiar para a prática docente com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. A problematização central indaga de que maneira a educação familiar contribui para a prática docente de professores com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. Seu objetivo geral é discutir de que maneira a educação familiar contribui para a prática docente de professores com crianças com Transtorno Opositor Desafiante (TOD) na Educação Infantil. A relevância da pesquisa se dá, uma vez que, deve-se levar em consideração que o primeiro contato educacional da criança é no meio familiar, por isso esse ambiente precisa ser bem estruturado, o que fará toda a diferença no processo educacional de uma criança com TOD e de sua forma de se portar em sala de aula. A metodologia do trabalho está centrada na abordagem qualitativa e utiliza a Análise de Bardin (2016) para a análise das informações. Os resultados parciais do estudo incluem a identificação de contribuições eficazes de colaboração entre família e escola, que vão desde o diálogo e o acolhimento da criança pelos pais no seio familiar e o apoio deles aos professores diante dos desafios enfrentados na prática docente, manifestados muitas vezes em palavras de agradecimento aos modos de educar. Pelo caminho realizado até agora conclui-se que as contribuições da educação familiar alteram as práticas docentes a partir da partilha entre escola e família facilitando a educação das crianças com TOD na Educação Infantil.

Palavras-chave: Transtorno Opositor Desafiante. Educação Infantil. Prática Docente. Educação Familiar.

O TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH): olhares docentes na Educação Infantil

Kellyne Hellen Cunha Sousa (UFPI)

Resumo

Este texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento. Traz como problema de pesquisa, a seguinte questão: Quais as percepções do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) a partir de olhares docentes na Educação Infantil? E para dar conta de investigar o problema de pesquisa proposto, elaborou-se o objetivo geral: Compreender o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) a partir de olhares docentes na Educação Infantil. Essa discussão é necessária para se pensar um ensino de qualidade e inclusivo para todas as crianças. Compreende-se que a temática é de suma importância para o campo educacional, particularmente para aquele que trata da formação docente para a Educação Infantil. Na construção metodológica busca-se apoio na abordagem qualitativa, utilizando as técnicas da observação não participante e da entrevista semiestruturada desenvolvidas com três professoras da Educação Infantil para gerar as informações e, posteriormente, a realização da análise das informações por meio do método de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016). Por meio das informações geradas pela escuta sensível às professoras e interpretadas à luz da AC, constatou-se que ainda há ausência de qualificação das professoras com relação a transtornos de aprendizagem e que os pais e/ou responsáveis apresentam grande resistência ao serem comunicados pelas professoras, ou pela escola, a respeito dos comportamentos característicos do TDAH percebidos nas crianças, o que dificulta o educar e o cuidar. Conclui-se que é necessário maior investimento na formação docente e na formação da família quanto à temática abordada, para dessa maneira, ser possível a real inclusão de crianças com TDAH na escola.

Palavras-chave: Percepções. Professoras. Educação Infantil. TDAH. Escola.

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO E PRÁTICA EDUCATIVA: a urgência de uma relação dialógica e contextual

Airan Celina Sepúlveda dos Santos Rocha de Abreu (UFPI)

Resumo

Este artigo tem como objetivo, discutir a importância da incorporação à educação infantil do Campo por meio do trabalho docente, da prática educativa vivenciada pelas crianças em outros espaços educativos/sociais, para além da escola. A partir da questão, qual a importância da incorporação à educação infantil do Campo por meio do trabalho docente, da prática educativa vivenciada pelas crianças em outros espaços educativos/sociais além do escolarizante? Para realizar seu trabalho na Educação Infantil do Campo, os docentes devem compreender que as crianças são sujeitos sociais que ao chegarem às escolas trazem consigo e nas suas histórias de vida, traços da história e cultura de seu lugar de origem, realizados por meio de práticas educativas diversas e plurais. O estudo tem metodologia bibliográfica e levantamento de trabalhos que discutem a temática. O exercício analítico a que o presente texto se propõe tem como inspiração teórica os trabalhos de Molina (2002; 2015), Sacristán; Gómez (1998), Silva e Pasuch (2010), Tardif; Lessard (2005, 2011), dentre outros, além de documentos legais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017). Do apanhado decorre que poucos elementos contextuais da vivência das crianças são incluídos nas práticas educativas dos docentes que trabalham no Campo, o que fragmenta e descontextualiza a aprendizagem das crianças. É preciso reconstruir essa realidade, ressignificando o trabalho dos professores da Educação Infantil do Campo.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação infantil do Campo. Prática educativa.

Grupo de Trabalho 22 - O Debate Público das drogas na atualidade: proibicionismo, encarceramento e juventude

Coordenadores: Marcondes Brito da Costa (IFPI/PPGS-UFPI) e Celso de Brito e Celso de Brito (PPGANT-UFPI).

JUVENTUDE E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRÁFICO DE DROGAS E EM CONFLITO COM A LEI

Antônio Mateus Soares[448]
Claudenice Teixeira C. Mayo[449]

Resumo
O texto aborda a privação de direitos de adolescentes moradores de bairros excluídos e o envolvimento com o tráfico de drogas, tendo como consequência a ampliação da criminalidade em Salvador-BA. O objetivo é discutir a relação perversa entre adolescentes e jovens em situação de risco e cooptação pela economia do crime. Na metodologia realizamos revisão de literatura, pesquisa documental e de campo com levantamentos de dados em órgãos públicos.

Palavras-chave: Juventudes. Tráfico de Drogas. Direitos,

1 Introdução

Os jovens e adolescente carregam potenciais destrutivos e construtivos, que podem ser estimulados ou reprimidos de acordo com o que é estabelecido pela sociedade. Nesse sentido, Miriam Abramovay e Mary Castro (2002) defendem que a vulnerabilidade social fragiliza os indivíduos ou grupos expostos a riscos e a níveis elevados de segregação. Verifica-se que em Salvador há um crescente número de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, especialmente nas áreas mais excluídas, o que vem provocando um elevado número de crimes de homicídios.

Conforme Antonio Mateus Soares (2015), a privação de acesso aos direitos sociais, expressos em condições de pobreza e carências sociais, repercutem no esvaziamento da cidadania impondo aos adolescentes uma série de obstáculos que bloqueiam o acesso à sociedade de direitos e fragilizam às expectativas de inserção em uma vida lícita, sobretudo ao mundo do estudo e do trabalho. Tais situações se agravam, quando estes adolescentes fazem parte de famílias em situação de desajustes e com dificuldades de prover o básico necessário para a manutenção da vida digna, contextos que os tornam vulneráveis à cooptação do tráfico de drogas (Cruz Neto,2001).

2 Metodologia

Utilização de pesquisa quali-quanti, associado a revisão de literatura, levantamentos em órgãos públicos da segurança do Estado da Bahia e pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas, com perguntas objetivas sobre o envolvimento do adolescente no tráfico de drogas, e sua relação com às instituições sociais família, escola e perspectiva de vida, contribuindo em uma maior análise do tema deste estudo,

[448] Doutor em Ciências Sociais. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Integrante do Observatório Social da Juventude – OSJ. E-mail: antoniomateuscs@gmail.com
[449] Mestre em Segurança Pública (UFBA); Delegada Titular - Secretaria de Segurança do Estado da Bahia (SSPBA); Departamento de Policia Metropollitana (DEPOM). E-mail: claudenicemayo@gmail.com

por meio de reflexões sobre as respostas dadas pelos adolescentes entrevistados. Foram realizadas 17 (dezessete) entrevistas com adolescentes que se envolveram no tráfico de drogas e foram apreendidos na Delegacia do Adolescente Infrator, entre os meses de outubro de 2014 e fevereiro de 2016.

3 Resultados e discussões

De acordo com levantamentos na Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI) de Salvador, tem ocorrido um aumento do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas, e em consequência tem se verificado o aumento da mortalidade de jovens e adolescentes por crime de homicídio, principalmente com a utilização de arma de fogo, fato que ocorre com maior incidência nos bairros empobrecidos e excluídos de Salvador. Os números apresentados fazem parte da coleta de dados feita junto a Delegacia e também de acordo a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC).

No perído de 2006 a 2015 os números relativos às ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes e registrados na delegacia especializada a partir de 2006 até o ano de 2015 evoluíram. Em 2006 e 2015, o crescimento de registros foi progressivo, havendo pequenas oscilações. Em 2006, foram registradas 23 ocorrências, em 2009, este número é 10 vezes maior, computando 237 ocorrências, houve uma pequena redução em 2010, que apresentou 223 ocorrências, mas o crescimento foi logo retomado em 2011, apresentando 305 casos de registros, no ano seguinte, 2012, houve uma pequena redução no número de ocorrência. Mas chama atenção a evidencia que entre 2006 a 2015, o crescimento de registros de ocorrência, envolvendo adolescentes no tráfico de drogas é 16 vezes maior, em 2015, havíamos o registro de 376 casos de ocorrência.

Considerações finais

Constatamos que nos bairros do Súburbio Ferroviário de Salvador e na área conhecida como "miolo urbano" – micro região intercalada entre a Av. Paralela e a BR-324 há o maior acúmulo de registros de mortes envolvendo adolescentes.

Os dados coletados indica as áreas da micro região urbana – região atlântica; região central; Águas Claras; São Cristovão e outros dentro do intervalo Av.Paralela e Br-324 e região da Baia de Todos os Santos. Quando cruzamos os dois levantamento feitos, novamente os bairros empobrecidos e em situação de periferização e exclusão aparecem como de maiores incidências criminais, áreas onde há o acúmulo de privações de direitos e condições adversas que ampliam vulnerabilidade social de adolescentes e jovens.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, n. 116, p. 143-176, 2002.

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis**. São Paulo: Scritta/Anpocs,1994.

CRUZ NETO, O. **Nem soldados, nem inocentes**: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

LEVISKY, D.L. (2001). Apresentação. *In*: DL LEVISKY (org). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção**: conhecendo, articulando, integrando e multiplicando. São Paulo: Caso de Psicólogo Hebraica, 2001.

SOARES, Antônio Mateus. **Violência na escola**: transformação do ato de indisciplina em ato de infração e a mobilização de ações públicas. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

REPRESSÃO ÀS DROGAS E ENCARCERAMENTO DAS JUVENTUDES: reafirmação das hierarquias sociais, raciais e de sexo/gênero

Francisca Mikaelly da Costa Cunha
Rubia Maria Vieira e Silva
Marina Daniel e Silva

Resumo
O trabalho objetiva analisar a repressão às drogas e os processos de encarceramento das juventudes pobres, negras e periféricas, mostrando a reafirmação das hierarquias sociais, raciais e de sexo/gênero histórica e socialmente construídas no Brasil. A metodologia adotada consistiu em estudo bibliográfico. Os resultados mostraram que tal realidade tem afetado, notadamente mulheres e meninas, que têm sido estigmatizadas e alvo constante das violências, configurando um verdadeiro genocídio destas populações.

Palavras-chave: Estado. Encarceramento de Mulheres. Guerra às Drogas.

1 Introdução

O presente trabalho[450] objetiva analisar a repressão às drogas e os processos de encarceramento das juventudes pobres, negras e periféricas, mostrando a reafirmação das hierarquias sociais, raciais e de sexo/gênero histórica e socialmente construídas no Brasil.

2 Metodologia

O presente trabalho utilizou o estudo bibliográfico, fundamentado em autores que abordam o tema, com o intuito de analisar o contexto histórico das prisões femininas, o proibicionismo e a seletividade que perpassa a ação do Estado no Brasil.

3 Resultados e discussões

As práticas repressivas no Brasil remontam ao período colonial, porém, a prisão como pena foi instaurada a partir do Código Criminal do Império. Contudo, não havia unidades prisionais específicas para as mulheres, e, nesse contexto elas encontravam-se em condições extremamente insalubres, vivenciando o risco de serem violentadas (Angotti; Salla, 2018). Já nas décadas seguintes, tal cenário permanece no Brasil Imperial (Helpes, 2013).

Todavia, com a República, em 1889, iniciam várias reformas com relação à organização dessas prisões. Nesse contexto, ocorreu a fundação da primeira casa das Irmãs do Bom Pastor D'Angers, em 1891, no Rio de Janeiro. Essas mudanças são

[450] O trabalho mostra os resultados da pesquisa intitulada "Questão social, encarceramento e o sistema prisional brasileiro na atualidade", desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO/UFPI/CNPq), coordenada pela Prof.ª Dr.ª Rosilene Marques Sobrinho de França.

oriundas de uma maior preocupação do Estado com a ordem pública das cidades, visando a detenção das pessoas consideradas "desordeiras". Na década de 1920, começam a surgir mais propostas para a criação de penitenciárias destinadas a mulheres.

Dessa forma, em 1921, ocorreu a criação do Patronato das Presas, no Distrito Federal, presidido pela Condessa de Cândido Mendes, em 1930 funda-se o Asilo do Bom Pastor, o qual recebia meninas consideradas rebeldes ou prostitutas.

Logo, conclui-se que o objetivo real da prisão era manter os excluídos sob controle, garantindo sua submissão (Foucault, 1987 *apud* Helpes, 2013). No cenário hodierno, percebe-se uma improvisação dos presídios masculinos para receber mulheres, ou seja, eles não possuem uma estrutura específica voltada ao sexo feminino, vale ressaltar também que esses espaços continuam reafirmando a "inferioridade" da mulher, pois, muitas vezes elas são isoladas em suas celas, enquanto os homens podem realizar atividades ao ar livre (Helpes, 2013).

No contexto do capitalismo neoliberal tem sido adotado a política de "Guerra às Drogas", no entanto, os "valores e ideologias que constroem o pensamento proibicionista levam à criminalização e ao controle de pessoas, em especial jovens pobres (Rocha, 2013, p. 566), que, a partir dos "discursos ideologizados", ganham o "status de traficantes perigosos e recebam o estigma de inimigos sociais, justificando a criminalização da juventude pobre e a efetivação do estado penal" (Rocha, 2013, p. 562). No referido cenário, o Estado brasileiro reafirma as hierarquias sociais, raciais e de sexo/gênero, e, no caso de adolescentes, o "discurso penalizatório" vincula o encarceramento a uma perspectiva de "proteção'" (Rocha, 2013, p. 564).

Tal realidade tem afetado diretamente as juventudes pobres, negras e periféricas, notadamente mulheres e meninas, que têm sido estigmatizadas e alvo constantes das violências, inclusive engendradas pelo próprio Estado que deveria protegê-las (Helpes, 2013), configurando um verdadeiro genocídio destas populações, tendo como base as explorações e opressões que perpassam o sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista instaurado no Brasil (Cisne, 2015).

Considerações finais

Posto que a população jovem, pobre, negra e periférica, em especial meninas e mulheres negras são as que sofrem mais incisivamente os desdobramentos do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista construído no Brasil, é necessário que o Estado ultrapasse a esfera repressiva e fortaleça o Estado social, tendo como centralidade o desenvolvimento de ações preventivas, por meio de políticas públicas que possam favorecer o acesso aos direitos.

Referências

ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história de presídios de mulheres no Brasil. **Revista de historia de las prisiones**, São Paulo, n. 6, p. 7-23, jan./jun. 2018.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, [*S. l.*], v. 18, n. 1, p. 138–154, 2015. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v18n1p138. Disponível em:

https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588. Acesso em: 3 set. 2023.

HELPES, Sindia. Mulheres na prisão: uma reflexão da relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. **Revistas cadernos de estudos sociais e políticos**, Juiz de fora, v.2, n.3. p. 160-185, jan./jul. 2013.

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013.

USO DE DROGAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a experiência de São Domingos do Maranhão

Leila Daniela Sousa Ferreira Teixeira
(UFPI)

690

Resumo
O presente trabalho visa apresentar a experiencia do município de São Domingos do Maranhão na implantação dos serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes, elucidar o perfil das famílias dos acolhidos, constituídos por mães, chefes de família, usuárias de drogas. A relevância ocorre pelo fato de ser a primeira modalidade de acolhimento implantada no município. Os métodos utilizados foram leitura de relatórios, análise de dados e revisão de literatura.

Palavras-chave: Acolhimento. Crianças e Adolescentes. Famílias, Drogas.

1 Introdução

O presente relato de experiência traz o trabalho realizado pela pesquisadora que atuou como Secretária Municipal de Assistência Social de São Domingos do Maranhão nos anos de 2017 a 2020, e contribuiu ativamente na implantação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes existentes no município de São Domingos do Maranhão.

O primeiro Serviço implantado foi o Serviço de acolhimento em Família Acolhedora, por meio de Lei Municipal nº 03/2018. Inicialmente o Serviço pretendia acolher crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos com direitos violados e com medida protetiva de acolhimento, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desde a implantação foram acolhidos grupos de irmãos, e dada a urgência do acolhimento e do Serviço ser recente e não haver famílias acolhedoras cadastradas em número suficiente para atender a demanda, o município precisou implantar no ano de 2019 outra modalidade de acolhimento, a Casa-Lar.

A escolha por tal modalidade, deveu-se pelo entendimento de proporcionar as crianças e adolescentes acolhidos um ambiente similar ao ambiente familiar, com estrutura de casa e com a presença de cuidadores. Até o final de 2020, a Casa já havia atingido sua capacidade máxima de acolhimento de 10 crianças, acolhendo no primeiro ano 17 crianças e adolescentes, e dada a rotatividade, a unidade de acolhimento sempre esteve lotada.

A Casa-Lar "Coração de Jesus" foi implantada também por meio de lei municipal nº 03/2019, e recebe principalmente grupos de irmãos, de faixas etárias variadas, inclusive adolescentes de 18 anos.

Um dos aspectos da implantação dos serviços de acolhimento que chama a atenção é a medida protetiva de abrigamento como alternativa de proteção integral, outro aspecto importante e que aqui quero trazer o foco é o perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria mães chefes de família, usuárias de

álcool e drogas e pobres. É importante também evidenciar os índices de violações de direitos de crianças e adolescentes ocasionados pelo uso de álcool e drogas.

O presente relato de caso pretende abordar a experiência do município de São Domingos do Maranhão no acolhimento institucional de crianças e adolescentes e para tal irá refletir sobre os índices de violações de direitos contra crianças e adolescentes no município, analisar o perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria usuárias de álcool e drogas, e refletir sobre a medida protetiva de acolhimento como alternativa de proteção integral.

2 Metodologia

O presente trabalho fez-se a partir da sintetização da experiência vivida na implantação do acolhimento no período de 2018 a 2020, rememorando-se o passo a passo da implantação dos serviços, desde a legislação de criação dos Serviços, leitura de relatórios, análise de dados, participação ativa em estudos de caso, reuniões com o Ministério Público, Judiciário, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar a revisão de literatura.

3 Resultados e discussões

O município de São Domingos do Maranhão é um município de pequeno porte 2, segundo a classificação do IBGE, por ter 34.391 habitantes, está localizado a 386 km da capital São Luís. Em relação a política de Assistência Social era considerado como Gestão Básica, por ter os equipamentos da Proteção Básica (até 2017 – 1 CRAS) e um equipamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade (1 CREAS).

No ano de 2017, segundo dados do Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, haviam 97 pessoas vítimas de violência, sendo que destas 83 eram crianças e adolescentes*. Neste ano, as principais violações foram: trabalho Infantil com 38 casos; Negligência, 33 casos; Violência Intrafamiliar (violência física e psicológica), 7 casos; Abuso Sexual, 3 casos; Exploração sexual, 1 caso e; Pessoa Com Deficiência vítima de violência intrafamiliar, 1 caso.

Os dados do CREAS relativos ao ano de 2017 apontaram para a necessidade de fortalecimento das políticas de proteção social voltadas a criança e ao adolescente, sendo decisivos na tomada de decisão para expansão dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como implantação de dois Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O município de São Domingos passou então a ter três CRAS, sendo um deles em Zona Rural, e outro em área periférica, com Serviços de Convivência sendo ofertadas nas três unidades.

Compreende-se que apesar da expansão dos serviços e do CRAS ter um importante papel preventivo, protetivo e proativo, as situações de violações de direitos ocorridas indicaram a necessidade de um Serviço de Acolhimento. O Família Acolhedora foi implantado em 2018, e já no seu primeiro ano acolheu 06 crianças, com idade de 0 a 8 anos, sendo a principal causa a negligência severa, tendo como principal autor os pais e ou responsáveis usuários de álcool e drogas. Outra característica é que as crianças são grupos de irmãos, dificultando o acolhimento, pois nem sempre a família acolhedora tem disponibilidade para receber todos os irmãos, sendo necessário separá-los.

Em 2018, o CREAS atendeu 54 pessoas vítimas de violações de direitos, destas 37 foram crianças e adolescentes, sendo: 6 crianças vítimas de violência intrafamiliar, 11 crianças vítimas de abuso sexual, 1 vítima de exploração sexual, 4 vítimas de negligência/abandono contra criança, 15 crianças/adolescentes vítimas de trabalho infantil.

Os casos atendidos pelo CREAS também eram acompanhados pelo Conselho Tutelar, e em alguns casos o acompanhamento já vinha ocorrendo há mais de um ano, com tentativas de inserção das crianças vítimas em família ampliada ou extensa, contudo sem sucesso, e a implantação de outra modalidade de acolhimento tornou-se necessária.

Em 2019, a Casa-Lar foi implantada, com capacidade para acolher até 10 crianças, e já iniciou seu funcionamento acolhendo 8 crianças e adolescentes, e até o final de 2019 foram acolhidos 17 crianças e adolescentes, destas 3 foram transferidas para o Família Acolhedora, 2 foram reinseridas na família e 2 completaram a maior idade.

Perfis das famílias das Crianças e Adolescentes

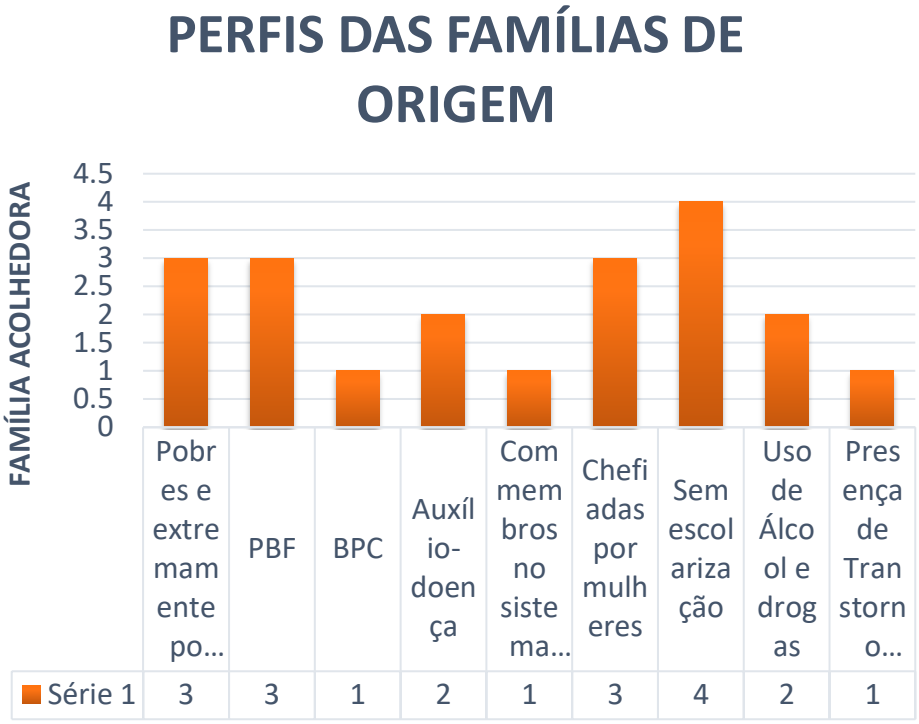
As famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidas, conforme relatório do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para o ano de 2018 e Relatório de Acolhimento dos Serviços de Acolhimento do ano de 2019, são em sua maioria famílias monoparentais femininas, que sobrevivem principalmente do Programa Bolsa Família, estão na pobreza e extrema pobreza, não possuem escolarização e são usuárias de álcool e drogas.

> [...] Além disso, as famílias de origem são famílias numerosas, geralmente chefiadas por mulheres, que tem em média de 3 a 6 filhos, de diferentes pais e que numa mesma família há mais de um membro acolhido em família acolhedora, e que foi vítima de negligência severa.

As famílias são numerosas, e esse fato constituiu-se como um desafio para o serviço, tendo em vista que no geral as crianças e adolescentes acolhidos são grupos de irmãos. Os familiares tem dificuldade em assumir os cuidados e o serviço de acolhimento passou a ser a única alternativa dada a impossibilidade dos pais.

O Gráfico 1 apresenta o Perfil das Famílias das crianças e Adolescentes Acolhidas em até Dezembro de 2019:

Gráfico 1 – Perfil das Famílias das Crianças e Adolescentes Acolhidas



Fonte: Relatório dos serviços de acolhimento – 2019.

As causas dos acolhimentos são principalmente as violações de direitos, sendo os pais e responsáveis, os principais agressores, impossibilitando a permanência da criança e do adolescente no domicílio, situação agravada pelo uso abusivo do álcool e de drogas.

O uso de álcool e drogas está presente em 66,6% dos acolhimentos em Famílias Acolhedoras e 76,4% dos acolhimentos em Casa-Lar do município de São Domingos do Maranhão. No período compreendido entre 2017 a 2020, as ações de prevenção e combate ao uso de drogas, foram incipientes e restritas a campanhas e palestras realizadas pelas escolas e CRAS. No município há apenas um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), contudo não é voltado para o uso de álcool e drogas.

Discussão

Para o presente trabalho compreendemos a família, como

> [...] o primeiro grupo humano no qual desfrutamos sentimentos de pertença, onde desenvolvemos os primeiros contatos com o mundo social, por meio do processo de interiorização, exteriorização e socialização. Como sujeitos desse processo, aprendemos a nos tornar seres humanos e reconhecer os outros significativos, a expressar nossas necessidades e sentimentos, a solicitar atenção e a demonstrar satisfação e afeto nas relações intersubjetivas (Silva, 2015, p. 85).

Nesse sentido e como esse importante espaço de pertença e socialização, ao longo dos anos, as famílias têm sofrido cada vez mais as consequências do aprofundamento da modernidade, do avanço das políticas neoliberais, com o

aprofundamento da pobreza, do desemprego estrutural e fragilização nos vínculos pela presença de relações conflituosas principalmente pelo uso abusivo de álcool e drogas, favorecidas por tais conjunturas.

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, segundo Rizzini (2004), historicamente foi marcado pelo abandono em decorrência da pobreza, contudo após a instituição Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veda a destituição do poder familiar em decorrência da pobreza, essa realidade tem mudado e em pesquisa realizada por Valente (2013), a principal causa de acolhimento no Brasil, com 20,1% dos casos é o uso abusivo de álcool e drogas dos genitores, já a carência de recursos aparece em 5º lugar, representando 9,7% dos casos.

Percebe-se que há uma tendência na aplicação de medida protetiva de acolhimento em casos de crianças e adolescentes filhos de usuários de álcool e drogas, não só pela presença da violência, mas pelo risco aos quais as crianças e adolescentes estão submetidos, bem como pela ausência de alternativas do Estado para tais situações.

Considerações finais

Considera-se de grande valia a implantação dos Serviços de Acolhimento do município de São Domingos do Maranhão, como parte de políticas sociais importantes na proteção social de crianças e adolescentes. Contudo, deve-se considerar que a medida de acolhimento é medida excepcional e que deve-se investir em políticas públicas que garantam a prevenção de tais medidas.

A política de combate ao uso de drogas é incipiente no município, não tendo ações concretas que combatam, previnam e ofereçam alternativas aos usuários que precisam de reabilitação.

Por fim, os questionamentos iniciais que geraram o trabalho: medida protetiva de abrigamento como alternativa de proteção integral; perfil das famílias das crianças e adolescentes acolhidas, em sua maioria mães chefes de família, usuárias de álcool e drogas e pobres; e índices de violações de direitos de crianças e adolescentes ocasionados pelo uso de álcool e drogas, precisam ser aprofundados para fortalecer as ações já implementadas e ações futuras.

Referências

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma**. A institucionalização de crianças no Brasil:** percursos histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA**,** Maria Jacinto Carneiro Jovino da. **A centralidade na família no discurso da Política de Assistência Social brasileira**: imprecisões, continuidades e rupturas. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no Serviço de Acolhimento. São Paulo: Paulos, 2013

O DIREITO PENAL DO INIMIGO NA LEI DE DROGAS: um estudo sobre usuário e traficante em sentenças prolatadas pela Vara Única da comarca de Uruçuí no ano de 2023

Clériston Tomaz da Silva[451]
Gabriel Eidelwein Silveira[452]

Resumo
O presente trabalho estuda a teoria do Direito Penal do Inimigo no que diz respeito ao tráfico de drogas com ênfase na seletividade penal. Com base nessa teoria pretende-se fazer uma breve análise da sua expressão na Lei de Drogas. Além disso, apresentar um breve histórico sobre a proibição das drogas no Brasil e os seus dilemas entre traficante e usuário que tem como consequência uma aplicação seletiva. Logo após, fazer uma análise das sentenças proclamadas pela vara única da comarca de Uruçuí no ano de 2023 nos processos em que houve atuação da Defensoria Pública do Piauí. Sob uma análise de dados extraídos das condições socioeconômica dos réus, quantidade de drogas, condenações e absolvições nos processos em que os réus afirmaram ser usuário e se o juiz por meio de suas decisões demonstra uma possível atuação seletista inclinada no estigma e nos estereótipos.

Palavras-chave: Direito Penal do Inimigo. Lei de Drogas. Seletividade Penal.

1 Introdução

O endurecimento penal sob o viés das guerras às drogas fez com que os delitos de tráfico de entorpecente passassem a liderar o *ranking* dos crimes que mais encarcera no país. Embora a lei de drogas tenha substituído a pena de prisão para o usuário de drogas por medidas alternativas como serviço comunitário, o que deveria reduzir a população carcerária. Mas o que ocorreu foi o contrário, pessoas sendo presas por portar pouca quantidade de drogas. O Direito Penal como instrumento de controle de combater as drogas acarretou na construção da imagem do 'traficante' como inimigo, por meio de uma seletividade penal na definição entre o usuário e traficante na aplicabilidade da Lei 11. 343/2006, Lei de Drogas.

O Brasil com sua política de guerra às drogas elegeu o traficante como o inimigo da nação. Com a ideologia de defesa da sociedade tem vendido um discurso de que o recrudescimento penal é capaz de reduzir a criminalidade. Porém, o que resultou foi um aumento de prisões, processos e condenações e principalmente nos crimes relacionados ao tráfico de drogas. Um dos principais motivos do aumento da população carcerária, hoje, são os crimes previstos na lei de drogas. Dentro do sistema de justiça criminal o

[451] Bacharel em Direito, Advogado, Mestrando em Sociologia PPGS/UFPI. E-mail: cleriston.thoma.adv@gmail.com
[452] Bacharel em Direito, Mestre em Sociologia UFRGS, Doutor em Sociologia UFRGS, Professor Adjunto da UFPI. E-mail: professor.gabriel@ufpi.edu.br

Poder Judiciário exerce de forma expressiva o papel de legitimar o aniquilamento dos tidos como inimigos da sociedade.

O sistema de justiça criminal brasileiro escancara o racismo estrutural. Isso diz muito sobre o perfil das pessoas que são tidas como inimigas, essas pessoas são jovens negros entre 18 e 29 anos conforme os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Ainda segundo o anuário essas pessoas são as que mais morrem.

Os dados deixam evidente que o racismo é a base dessa política desastrosa das guerras às drogas que se manifesta por meio de uma seletividade penal por meio da cor da pele. A falta de caráter objetivo na lei de drogas para diferenciar usuário e traficante tem acarretado uma aplicação seletiva culminando em condenações pautadas em depoimentos policiais que dentro do sistema criminal são os primeiros a fazerem a seleção. Essa seletividade em sua grande maioria é pautada no preconceito de indivíduos das classes socioeconomicamente vulneráveis.

A importância deste trabalho científico se dá pela discussão da seletividade penal nos crimes previstos na lei de drogas, e como a teoria do direito penal do inimigo tem assumido uma protagonismo no contexto do combate às drogas. Percebemos que a guerras às drogas tem sido um grande fracasso para a sociedade que a cada dia vive momentos tensos de violência de um fogo cruzado dessa política da guerra às drogas.

Além do mais, essa mesma política traz um viés ideológico pautado no extermínio de jovens, no racismo institucional e estrutural. As drogas é um fato social que se encontra em todas as camadas da sociedade, mas somente os totalmente vulneráveis é quem sofre essa represália do Poder Estatal.

O objetivo deste trabalho é discutir a teoria do Direito Penal do Inimigo no que diz respeito ao tráfico de drogas com ênfase na seletividade penal. Apresentar um rápido histórico sobre o proibicionismo das drogas no brasil e seus dilemas entre traficante e usuário no campo da seletividade penal. Por fim, analisar as sentenças proferidas pela vara única de Uruçuí no ano 2023 nos processos em que houve atuação da Defensoria Pública do Estado do Piauí, analisando as características dos réus e o resultado dos processos demonstrando a seletividade penal na justiça criminal e a expansão do direito penal do inimigo no combate a guerra às drogas.

Tais objetivos visam um aprofundamento e reflexão sobre as condenações ou absolvições nos processos em que os réus afirmaram ser usuário e se o juiz por meio de suas decisões demonstra uma possível atuação seletista inclinada no estigma e nos estereótipos.

2 Metodologia

A presente pesquisa busca fazer uma análise nos processos criminais com réus envolvidos nos crimes previstos na lei de drogas e como o juiz criminal examina a diferenciação entre traficante e usuário de drogas tendo como base a coleta de dados dos processos findos em que houve a atuação da Defensoria Pública no ano de 2023. Pretendendo verificar nas sentenças a aplicação do direito penal do inimigo e da seletividade pela cor da pele em relação ao tráfico de drogas. Além disso, averiguar se as decisões das sentenças são fundamentadas por meio de estereótipo e estigma.

Optou-se pelos processos nos quais houve a atuação da Defensoria Pública do Estado do Piauí, devido uma experiência como estagiário na defensoria pública do

referido estado no setor de assistência jurídica às comarcas que não tinha defensores públicos. Daí o anseio em pesquisar sobre o referido tema. Hoje exercendo a advocacia criminal e militando em comarcas do interior é perceptível que as pessoas acusadas por tráficos sempre são os jovens pretos dos bairros periféricos que na grande maioria não tem condições de pagar um advogado e muitas vezes ficam dependendo da atuação da defensoria pública, mas no estado do Piauí nem todas as comarcas tem defensor.

A escolha por analisar os processos finalizados é porque estes possibilitam na prática examinar a diferença entre traficante e usuário e como o magistrado se expressa e organiza os argumentos na sentença para então identificar a seletividade penal e a imagem do traficante como inimigo. Essa pesquisa é de caráter quantitativa e exploratória, detendo-se somente aos processos em que a Defensoria Pública atuou na defesa de seus assistidos e que tenham alegado em sua defesa serem usuários. Sem um questionário definido procuro distinguir quais fundamentos que se repetia nos autos e se eles estariam permeados de estereótipos e pela estigmatização social, com o propósito de compreender como são decididos os processos tentando demonstrar a ideologia presente.

Tratando-se da coleta de dados, pretende-se de primeira mão fazer uma leitura das intimações publicadas pela Vara Unica da Comarca de Uruçuí em nome da Defensoria Pública Estadual por meio do sistema eletrônico do Tribunal de Justiça do Piauí. Após selecionar todas as sentenças findar do ano de 2023, verificar quais foram os processos que os assistidos da defensoria alegaram que portavam ou armazenavam drogas para o consumo pessoal e quais foram as provas produzidas nos autos. Além disso, examinar se mesmo alegando que a droga era para uso pessoal ainda assim foram condenados por tráficos.

Referencias

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito penal do inimigo**: noções e críticas. Tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. 3.ed. Belo Horizonte :Editora D'Plácido, 2019.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Tradução de Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho cientifico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

"JOVENS, MACONHEIROS E MARGINAIS": uma análise do discurso de parlamentares frente aos debates sobre a descriminalização da maconha no Brasil

Pedro Henrique Soares da Silva[453]

Resumo

Aprovada em agosto de 2006, a Lei de Drogas (Lei no 11.343/2006) trouxe uma dualidade marcante na abordagem legal das drogas no Brasil, ao eliminar a pena de prisão para o uso de drogas e, ao mesmo tempo, aumentar o tempo mínimo de detenção para crimes relacionados ao tráfico. Essa ambiguidade legal teve e continua tendo implicações profundas, especialmente no encarceramento de jovens e na tendência à criminalização de pessoas em situação de pobreza. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar os discursos dos parlamentares brasileiros sobre a Lei de Drogas, com foco na iminente discussão sobre a descriminalização da maconha. O objetivo principal é identificar a presença de pautas proibicionistas, racistas e de criminalização da pobreza, especialmente no que se refere ao encarceramento juvenil. Buscando promover reflexões embasadas sobre a Lei nº 11.343 de 2006 e sua relação com o sistema penal, visando contribuir para um debate informado sobre as políticas de drogas no Brasil, considerando também as complexas dinâmicas sociais e raciais que permeiam o encarceramento de jovens. É importante ressaltar que a juventude brasileira carrega as marcas históricas de dominação e violência, refletidas no elevado encarceramento de jovens, um fenômeno intrinsecamente relacionado à questão racial. A problemática relação entre as juventudes e as drogas, mediada pelo sistema penal é marcada por uma dinâmica criminalizadora, que amplifica o encarceramento massivo desses jovens, destacando a necessidade de uma análise crítica das políticas de drogas e de suas implicações sociais e raciais.

Palavras-chave: Lei nº 11.343/200. Proibicionismo. Encarceramento Juvenil. Discursos Parlamentares. Maconha.

[453] Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí E-mail: ph.soares@ufpi.edu.br.

Grupo de Trabalho 23 - Nas trilhas das Políticas Públicas de Juventudes

Coordenadores: Marcílio Dantas Brandão - (Univasf-BR); Waneska Bonfim - (DIACONIA-BR); Ariadne Savatore Alves da Costa - (UBES-BR).

POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para uma Juventude de Rede

Angeline Feitosa de Carvalho[454]
Jéssica Rodrigues Soares[455]
Pedro José de Sousa Santos[456]

Resumo
O presente artigo tem o objetivo de analisar o impacto da ausência de políticas públicas voltadas para a juventude na era das redes assim, a pesquisa busca compreender como essa temática foi evidenciada em cinco artigos publicados que foram selecionados, dentro do período dos últimos cinco anos levando em consideração, a pandemia da covid 19 e os avanços tecnológicos dos últimos tempos. Como a lacuna deixada pela falta de políticas públicas efetivas no campo da juventude é preenchida pelos processos e interações de rede que ocupam o cotidiano dos jovens. Pretende-se fazer uma problematização teórica, sobre as políticas públicas voltadas para a juventude de rede. Sobre a abordagem metodológica, optou-se por uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica de caráter exploratório, realizando uma seleção de artigos (por meio de descritores), para a classificação e análise, de forma sistemática, com os descritores: **Políticas Públicas, Juventude e Rede.** No Google Acadêmico https://scholar.google.com.br/?hl=pt.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Juventude. Rede.

1 Introdução

Na contemporaneidade, as redes têm uma importância social, seja nas práticas diárias, seja no âmbito acadêmico. É possível assegurar que, entre todos os grupos sociais que delas se usam, os jovens despontam como um dos segmentos que mais fazem uso de ferramentas tecnológicas.

Desse modo, é fundamental que existam políticas públicas voltadas para esta categoria "juventude" que vem se remodelando junto ao crescente desenvolvimento científico e tecnológico.

A relevância desse recorte pode ser mais facilmente percebida se considerarmos os jovens como pertencentes a essas redes. Essa conjuntura pode ser entendida como um domínio fecundo tanto para a compreensão dos jovens, seus comportamentos e estilos de vida, quanto dos limites e possibilidades das interações desses indivíduos com as tecnologias digitais e as políticas públicas vigentes. Partindo da compreensão de que as juventudes do século XXI estão cada vez mais imersas no universo tecnológico, fazendo deste um ambiente primordial de, portanto, considerando-as como ferramenta

[454] Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFPI. E-mail: angeline.carvalho@ufpi.edu.br
[455] Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFPI. E-mail: jessy_rod2006@hotmail.com
[456] Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFPI. E-mail: santos.pedroadv@gmail.com

indispensável à vida moderna, torna-se relevante questionar como se efetiva a interação juvenil com as vias digitais.

Portanto, é pertinente questionar como a lacuna deixada pela falta de políticas públicas efetivas no campo da juventude é preenchida pelos processos e interações de rede que ocupam o cotidiano dos jovens?

O objetivo deste trabalho é discutir sobre as interfaces entre juventude e rede, levando em consideração os desafios e implicações que infligem a ausência de políticas públicas levando em consideração, a pandemia da covid 19 e os avanços tecnológicos dos últimos tempos.

2 Metodologia

Foram selecionados 5 artigos acadêmicos sobre o problema de pesquisa, dos últimos cinco anos, com os descritores: **Políticas Públicas, Juventude e Rede**. Os artigos foram eleitos por meio do Google Acadêmico pesquisando os descritores aqui citados.

Para a análise do material, foi feita a leitura dos artigos, findando na criação de sínteses, a fim de constituir base para a análise, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, as conclusões bem como demais problematizações relevantes sobre a temática que foram construídas pelos respectivos autores.

A análise do conteúdo consistiu em uma revisão dos conteúdos elencados, identificando as categorias e observando as semelhanças e as diferenças em uma análise comparativa.

Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização.

Referência: Reis, Juliana Batista dos; Dayrell, Juarez Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização Educação, vol. 45, 2020, Enero-Diciembre, pp. 1-23 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil.

Objetivos: Desenvolver reflexões teóricas e metodológicas para os estudos sobre juventudes na contemporaneidade diante da experiência de sujeitos imersos no universo online e digital.

Metodologia: A pesquisa de análise bibliográfica e sociológica sobre as noções de socialização e individualização, inclusive na internet, o texto reflete sobre os desafios para as pesquisas que buscam compreender a construção social dos/as jovens na atualidade, diante o atual processo estrutural de singularização e a intensa presença da internet como espaço de experiências juvenis.

Resultados: A investigação conclui que web é matriz de socialização que transversaliza o cotidiano de jovens em outras esferas de socialização familiar, escolar, entre pares. A partir de referências das sociologias do indivíduo e da sociologia da juventude, o ensaio estimula o desenvolvimento de um olhar para as experiências juvenis atrelando as categorias analíticas socialização e individualização a partir de plurais e interseccionados modos de ser e estar no mundo, no contexto da cibercultura. E reconhecer nas dinâmicas socializadoras os processos de constituição dos indivíduos em dinâmicas relacionais. Rede, configuração, conexão, transversalidade, processo,

entrelaçamento, interdependência, ligação foram palavras frequentemente anunciadas como possibilidade de compreensão das experiências juvenis contemporâneas.

A relação público/privada na juventude mediada pelas plataformas de redes sociais digitais.

Referência: Rodrigo Otávio dos Santos

Objetivos: Sobre as principais características dessa população, para adiante explicar acerca das plataformas de redes sociais digitais e seus algoritmos. Aborda a relação público/privada para os jovens urbanos em suas redes sociais digitais.

Metodologia: Por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, as relações entre o público e o privado na vida juvenil mediada por plataformas de redes sociais digitais.

Resultados: O principal resultado é a discussão aprofundada sobre a conflituosa relação entre as plataformas capitalistas de redes sociais digitais e a mente juvenil que pouco consegue perceber a diferença entre o que é público e o que é privado. Que às características da atual geração de jovens urbanos de classe média, que utilizam a internet de forma constante e, mais ainda, as plataformas de redes sociais digitais. Por isso a relação público/privada na juventude mesmo, ao longo do artigo também buscamos informar acerca do funcionamento de tais ferramentas e de seus algoritmos. Ao fim, analisamos algumas características da relação entre o público e o privado mediadas pelas plataformas de redes sociais digitais nas mentes juvenis.

Juventude e o consumo de/em plataformas digitais: reflexões sobre o acesso aos conteúdos.

Referência: Maria Luiza Reis Castro

Objetivos: O presente artigo traz reflexões acerca das principais plataformas digitais educativas consumidas pelos estudantes de uma escola técnica federal, analisando seu conteúdo, sua estrutura e as razões para o seu acesso, a partir da aplicação de questionários.

Metodologia: Os dados foram tabulados e analisados, quantitativa e qualitativamente. Por meio das análises, observou-se que muitos dos canais eram semelhantes entre si, possuindo uma aproximação com as práticas escolares tradicionais.

Resultados: A investigação concluiu que as plataformas digitais fazem parte da vida desses jovens, ocupando um papel não apenas de entretenimento, mas também no aprendizado, complementando os conteúdos das aulas presenciais. Que é necessário refletir sobre os desafios e os limites da acessibilidade dessa nova modalidade de ensino. A exclusão digital é uma realidade no Brasil, como foi mostrada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2018, tornando assim, a substituição das aulas presenciais pela implementação de aulas a distância, uma ação que perpetua a desigualdade na educação. Além do acesso à internet, deve-se considerar fatores externos que interferem na relação dos estudantes com as aulas online, como: se eles possuem um ambiente propício para estudar em casa e se possuem tempo hábil para acompanhar esse tipo de atividade. Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu perceber que o acesso às plataformas que disponibilizam conteúdos educativos se faz de modo majoritário para complementar as demandas escolares. O modelo das aulas online analisadas também nos fez refletir sobre o significado da interatividade, em geral, uma

característica valorizada e associada de modo exclusivo aos conteúdos digitais, já que o advento dessa tecnologia possibilitou uma ampla rede de comunicação universal.

Avanço ou retrocesso: um estudo sobre os impactos das redes sociais na construção do valor mental dos jovens.

Referências: Edilaine Silva, Henrique Emanuel Pereira, Jean Pereira Ameno.

Objetivos: Analisar a influencia das redes sociais na construção do valor mental dos jovens.

Metodologia: A pesquisa foi produzida por meio de uma revisão bibliográfica e por meio de pesquisa transdisciplinar, ocorrendo uma revisão bibliográfica com análise de documentos contidos predominantemente nas bases de dados SciELO, periódicos capes, bibliotecas virtuais, pesquisa e dados globais, bem como o uso de autores renomados que dissertam sobre o assunto.

Resultados: Foi possível concluir que a geração de hoje é a geração das redes sociais. Segundo o arquétipo, os jovens são hiper conectados aos meios de comunicação e informações virtuais, possuem facilidade em absorver conteúdos on-line. São capazes de identificar um fato de forma ágil e distribuir aos demais em poucos minutos.

Os prejuízos identificados na pesquisa, mostram o excesso e o exagero em absorver informações e seguir os padrões pré-estabelecidos da classe dominante. Além de vários efeitos para a saúde e para o desenvolvimento físico dos jovens, manter-se bem informado para eles requer dedicação e tempo que podem ser duradouros, causando a substituição de lazeres importantes para a formação do conceito do indivíduo.

Pode-se concluir que a evolução da internet e das redes sociais possui um caráter duplo, pois ao mesmo tempo que há evolução e agilidade de informações, há também perigos como a dependência, o tempo, as informações falsas, dentre outros, cabendo ao jovem filtrar tais informações.

Jovens brasileiros em conectividade contínua: estudos e tendências.

Referência: Brasilina Passarelli

Objetivos: a relação entre a juventude brasileira e a conectividade, por meio da exposição e análise de estudos que analisam a conectividade continua. Assim, a autora avalia os desafios e oportunidades que se apresentam em cenários nos quais o campo contemporâneo hiper conectado no imbricamento da internet das coisas (IOT) e a inteligência artificial se apresentam integrados à experiência juvenil brasileira, avaliando ainda, a importância das literacias de mídia e informação nesse contexto.

Metodologia: O artigo apresenta breve estado da arte acerca do comportamento dos jovens brasileiros em conectividade contínua. Inicia ainda conceituando políticas públicas e os principais modelos conceituais, além de esboçar um perfil demográfico atual da juventude brasileira.

Resultados: A reboque das informações reveladas pelos diferentes estudos aqui reunidos nota-se a crescente importância das literacias de mídia e informação entre os jovens. Cada vez mais eles se expressam por meio das imagens paradas ou em movimento, além da criação de códigos linguísticos segmentados por questões de gênero e outras minorias, além de memes divertidos. Estas constatações reforçam a urgência da reconfiguração das relações sociais no imbricamento da Internet das Coisas (loT), Big Data e Inteligência Artificial permeados pela conectividade contínua, pedindo

pela criação de uma ética digital, educação digital, medicina digital, direito digital e assim por diante.

3 Resultados e discussões

De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente, são consideradas adolescentes as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, conforme a Lei 8.069/90. Sendo válido pontuar ainda que as pessoas entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, são consideradas jovens conforme o estatuto da juventude Lei 12.852/13 (Brasil, 2013).

Diante disso, entende-se que conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5° todos são iguais perante a lei, garantindo assim todos os direitos e garantias para os jovens e adolescentes, dando direitos de acesso à tecnologia, saúde, educação e antes de tudo segurança jurídica (Brasil, 1988).

Assim, conforme a autora Brasilina Passarelli, se faz necessárias políticas públicas no intuito de proteger os jovens e adolescentes diante da realidade atual, tendo em vista que às políticas públicas são um sistema de decisões públicas que visa ações preventivas ou corretivas destinadas a atuar em diversos setores da vida social.

A revista Estação Juventude, trazendo pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas, aborda que a questão das políticas públicas no tocante aos jovens, juventude no caso é bastante recente, não apenas no Brasil, mas de maneira internacional. Mas com a aceleração das transformações tecnológicas, a juventude volta a ser assunto, principalmente por envolver questões econômicas (Brasil, 2014).

Assim, os jovens necessitam de uma abordagem não só econômica, mas sim como sujeitos de direitos. Deste modo a revista Estação Juventude aborda, que a noção política pública não pode ser reduzida à prestação de serviços (Brasil, 2014).

Conforme Silva, Pereira e Ameno, o avanço da tecnologia e das redes sociais, possui um caráter duplo, pois ao mesmo tempo que há evolução e agilidade das informações, há também perigos a dependência, o tempo, as informações falsas.

Diante disso, Marcelo Parazzi pontua que embora não seja reconhecida como distúrbio pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o vício pela internet, pode ser considerado um transtorno de dependência, e por isso profissionais de saúde acabam por considerar um tema muito preocupante.

A nova geração, considerada por estudiosos como a geração Alpha é formada por indivíduos que estão sempre conectados, com uma certa agilidade e pensamentos acelerados, pois são de uma época que já nasceram imersos na tecnologia e que vem sendo formada por meio de um mundo que tudo de baseia no virtual, assim necessita de mudanças no sistema escolar, nas brincadeiras, na vida, pois o tradicional não atende mais às demandas atuais desses indivíduos (Zambello; Castardo; Macuch, 2021).

Assim, Silva Pereira e Ameno afirmam que a geração Alpha é totalmente moldada no século XXI, com indivíduos logados e conectados à internet o tempo todo e, é a geração mais dotada materialmente e tecnologicamente alfabetizada do mundo.

De acordo com o Hospital Santa Mônica, o excesso de tecnologia por parte da juventude, faz com que os indivíduos passem a maior parte do tempo interagindo virtualmente, o que afeta o desenvolvimento e faz perder outras experiências sociais importantes. Além disso, se tem a problemática das redes dominarem e influenciarem o

comportamento dos adolescentes e jovens. Se tornando uma questão tão preocupante, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu o vício em jogos eletrônicos na classificação das doenças mentais, podendo ser comparado a casos de dependência química.

É de grande relevância ainda pontuar, que segundo a Associação Pan-Americana da Saúde (OPAS), 50% dos problemas relacionados à saúde mental iniciam em torno dos 14 anos de idade, necessitando assim de Políticas públicas que deem atenção a esse público (OPAS, 2019).

Sobre os textos selecionados podemos notar que a web é instrumento de socialização que perpassa outras esferas como família, escola etc. É de relevância reconhecer que são dinâmicas socializadoras na constituição do indivíduo, para isso compreender as experiências juvenis na atualidade. Observa-se a relevância de discutir sobre os conflitos referentes a plataforma social e a mente da juventude para que possam perceber o que é público e privado por meio dos algoritmos existentes nas redes sociais digitais, pois muitos jovens acabam por perder sua identidade.

No âmbito educacional podem complementar os conteúdos das aulas presenciais, mas que também é importante refletir sobre os limites que acarretam, para que não gere exclusão digital, se essas mídias não chegarem a todos. Também considerar os fatores externos se o ambiente da casa desse discente se é um ambiente adequado e se tem tempo de acompanhar esse tipo de modalidade, mas serve como suporte pedagógico nas atividades escolares.

A rede permite uma significativa interatividade de comunicação universal. Permitem absorver conteúdos de forma rápida, mas que usados em excesso terão efeitos maléficos, existe uma regra a ser seguida (padrões estabelecidos pelas plataformas), com isso influenciam a saúde dos jovens que substituem lazer por essa conectividade na rede. O avanço da internet tem dois lados cruciais a rapidez de informações, mas bastante prejuízos como vício, fake news e necessário os jovens filtrar. O aumento das literacias de mídias representadas por códigos entre os jovens faz-se necessário constatações reforçam a urgência da reconfiguração das relações sociais no imbricamento da Internet.

Considerações finais

A partir dos artigos estudados para análise da temática que envolve políticas públicas, juventude e tecnologia, é possível inferir que, as categorias se tornam cada vez mais indissociáveis, ou seja, na medida em que experienciamos um crescente avanço tecnológico, observa-se absorção, sobretudo, da juventude para uma realidade virtual, comprometendo assim, o desenvolvimento de noções básicas de socialização, bem como da sua própria percepção identitária, além de aspectos relacionados à qualidade da saúde mental e da educação dos jovens, uma vez que na contramão deste fenômeno, as políticas públicas voltadas para esta nova realidade permanecem insuficientes.

Tendo em vista a juventude enquanto segmento particularizado na sociedade, é essencial que se reflita acerca dos desafios e limites impostos pelo avanço do mundo virtual e como este influencia diretamente a geração de jovens atualmente.

Assim, faz-se necessário a realização de novos estudos que busquem uma melhor compreensão dessas tecnologias a fim de viabilizar a construção de um novo olhar sobre

a conexão entre a juventude e os recursos digitais disponíveis, para que seja possível a elaboração de novas políticas públicas de fato eficazes para solucionar as problemáticas originadas pela ausência de instrumentos que orientem esta relação.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Secretaria de Estado de Direitos Humanos**. Políticas públicas e legislação. Disponível em: https://juventudes.es.gov.br/politicas-publicas-e-legislacao#:~:text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20do%20governo%20para,nunca%20tinha%20tido%20no%20pa%C3%ADs. Acesso em: 1 set. 2023.

CASTRO, Maria; SILVA, Alice; FREITAS, Patricia; ROCHA, Sérgio. **Juventude e o consumo de em /em plataformas digitais**: reflexões sobre o acesso aos conteúdos, 2021. Disponível em: https://www.abric.ong.br/ojs/index.php/scientiaprima/article/view/92. Acesso em: 1 set. 2023.

CHIODI, Alexsander Dugno. **Jovens, redes sociais e política**: o impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em Porto Alegre. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221899. Acesso em: 30 ago. 2023.

ESTAÇÃO JUVENTUDE. **Conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Impacto da tecnologia na saúde mental dos jovens**: um sinal de alerta. Disponível em: https://hospitalsantamonica.com.br/impacto-da-tecnologia-na-saude-mental-dos-jovens-um-sinal-de-alerta/. Acesso em: 30 ago. 2023.

PARAZZI, Marcelo. **Vício em internet:** identifique sintomas da dependência. Disponível em: https://www.marceloparazzi.com.br/blog/vicio-em

internet/#:~:text=problemas%20de%20vis%C3%A3o%20e%20de,ins%C3%B4nia%20e%20estresse.
Acesso em: 30 ago. 2023.

PASSARELLI, Brasilina. Jovens brasileiros em conectividade contínua: estudos e tendências. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v.1, Edição Especial, p.1-16, fev, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes.
Acesso em: 30 ago. 2023.

SANTOS, Rodrigo Otávio. **A relação público/privada na juventude mediada pela plataformas de redes sociais digitais**, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/?hl=pt . Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, Edilaine; PEREIRA, Henrique Emanuel; AMENO, Jean Pereira. **Avanço ou Retrocesso**: um estudo sobre os impactos das redes sociais na construção do valor mental dos jovens. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/34449/1/ARTIGO-REDES%20SOCIAIS%20PRONTO%20tcc%20final%20%284%29.pdf.
Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. **Políticas públicas e juventude**: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens, 2019. Disponível em: pobres.https://scholar.google.com.br/?hl=pt.2019. Acesso em: 30 ago. 2023.

ZANBELLO, Beatriz Lopes; CASTARDO, Ana Paula Borges; MACUCH, Regiane da Silva. **Alpha, a geração hiperconectada e a educação emocional**. Disponível em: https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/9395/1/Beatriz%20Lopes%20Zanbello.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

DIÁLOGOS E POLITICAS PÚBLICAS SOBRE JUVENTUDES COM DEFICIÊNCIA: estigma, invisibilidade e exclusão

Jéssica Rodrigues Soares[457]

Resumo

O artigo tem o objetivo de analisar como no Brasil está o avanço das políticas públicas e popularização dos movimentos sociais de Pessoas com Deficiência jovens (PcD), especialmente nas redes sociais, onde esses sujeitos compartilham seu dia a dia - alegrias e dificuldades nas vivências de corpos deficientes, denunciando situações de preconceito, capacitismo, negligência, etc. É relevância avaliar que políticas públicas estão direcionadas a juventude com deficiência. Estes são importantes para que se tornem de conhecimento geral uma série de dificuldades, historicamente naturalizadas, que perpassam essas vivências. Pessoas com deficiência durante muito tempo foram marginalizadas, tratados como sujeitos estigmatizados, com vivências marcadas pela exclusão social e isolamento. Somente com os avanços nas discussões sobre o tema e o estabelecimento da inclusão como um direito social as possibilidades de mudança dessa realidade foram se concretizando. Sobre a abordagem metodológica selecionou-se uma pesquisa qualitativa de conteúdo para análise do tema pretendido.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Juventude, Deficiência.

1 Introdução

O envolvimento e participação das crianças e jovens nos contextos sociais de pertença é importante para o seu desenvolvimento e autonomia. Para um jovem com deficiência não é diferente. Contudo, a vida de jovens é dificultada pelas suas características de interação, comunicação e comportamentos, mas também pela sociedade, que tantas vezes apenas vê as limitações, negligenciando as potencialidades e a responsabilidade de levar a cabo ações promotoras da inclusão nos diferentes contextos.

Jovens com limitações podem e devem ter suas trajetórias de vida incluídas naturalmente, desde que haja uma viabilização do seu envolvimento e participação, suportada em facilitadores como o trabalho em parceria com a escola, família, amigos, empresas, igreja e associações, assim como o apoio ao desenvolvimento das potencialidades e concretização dos seus projetos.

Portanto, é de relevância avaliar que politicas públicas estão direcionadas a juventude com deficiência.

O objetivo deste trabalho é de analisar como no Brasil está o avanço das políticas públicas e popularização dos movimentos sociais de Pessoas com Deficiência jovens - PCDs,

2 Metodologia

[457] Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFPI. E-mail: jessy_rod2006@hotmail.com

O presente artigo faz uma análise qualitativa de conteúdo, conforme Minayo (2006), sob um ponto de vista sociológico, dos atravessamentos sociais entre a infância e juventude de pessoas com deficiência, a partir da literatura disponível sobre o tema. Se faz importante, então, compreender a inclusão como um problema, a fim de perceber o estigma que envolve as relações sociais de pessoas com deficiência.

3 Resultados e discussões

Segundo Ariès (1986), sobre a história da criança e infância, existem concepções que culturalmente foram construídas ao longo dos anos. A criança sempre existiu, no entanto o termo infância ainda era ausente até o século XVI, surgindo a partir do século XVII e XVIII. Essa observação leva a reflexão sobre a construção da história da infância, tendo em vista a peculiaridade do ser criança como sujeito histórico no mundo social. A formação do termo infância foi sendo construída ao longo do tempo e criando assim diversos significados, partindo das relações sociais e não apenas das especificidades da criança.

Podemos perceber que, ao longo da história da humanidade, a infância é percebida de diferentes formas e lugares nos discursos e é pensada como ausência e não como presença, como uma fase a ser superada (cuidado, todas as fases são pensadas, no ciclo da vida, para serem superadas). Se pensarmos na infância e na juventude das pessoas com deficiência, a questão é bem mais complexa, pois a segregação e a exclusão são marcas da história e essas marcas estão presentes nas formas como as crianças percebem a si, ao outro e constituem sua subjetividade.

Ao analisar essas marcas, o que se destaca é a invisibilidade da infância ao longo da história. Tal invisibilidade foi analisada por Ariès (1986), que nos fala sobre a ausência de um "sentimento de infância" antes da Modernidade. De acordo com o autor, nas sociedades antigas, a criança não tinha um lugar específico na sociedade, não havia o sentimento de infância e não existia a consciência de que a infância era uma fase da vida com suas particularidades, que se diferenciava do mundo dos adultos. Por isso, "[...] assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes" (Ariés, 1986, p. 99).

Portanto, os estudos de Ariès (1986) nos possibilitam compreender a criança concreta, historicamente situada e que está inserida numa classe social e numa cultura. Dessa forma, a ideia de infância não foi sempre a mesma, sendo determinada historicamente a partir das formas de organização da sociedade.

Conforme também é explicitado no texto do Mario Margulis e Marcelo Urresta (1994) sobre a categoria juventude é significativa, seu uso leva a um quadro de significados reconhecemos sua existência na análise sociológica, como evidenciado pela abundância de estudos rotulados com este conceito. No entanto, o conceito "juventude" parece nos colocar em quadro classificatório preciso para nos confundir imediatamente, nos incluir na ambiguidade e imprecisão. Ou pior ainda, fazer uma variedade intolerável parecer a mesma. É preciso, então, acompanhar a referência à juventude com a multiplicidade de situações sociais em que essa etapa da vida se desenrola e apresentar os quadros sociais historicamente desenvolvidos que condicionam os diferentes modos de ser jovem.

Com isso, a invisibilidade e a crença na incapacidade da pessoa com deficiência geram a criação de rótulos que são uma constante em uma sociedade que ainda não aprendeu a viver com a diversidade. Rótulos de qualquer ordem devem ser combatidos em qualquer contexto e para qualquer pessoa. Mas no caso das pessoas com deficiência, os rótulos que reforçam a crença na incapacidade devem ser fortemente confrontados como uma forma de combater preconceitos e discriminação. A invisibilidade histórica das pessoas com deficiências, somadas à crença na sua incapacidade e aos rótulos sociais que têm sido criados, estão na base da profecia do seu fracasso na vida.

Medo, pena, proteção exacerbada, submissão e outros mecanismos sociais não são favoráveis ao desenvolvimento pleno da cidadania e, portanto, devem ser eliminados do dia a dia do jovem com deficiência e substituídos por coragem, e, voz, poder de participação e decisão.

A escola passa a ser então uma instituição fundamental pois é onde começam a ocorrer as distinções entre idades, atribuindo diferentes responsabilidades de acordo com essas, além da hierarquia, que garante o poder da disciplina àqueles que têm mais idade.

Bourdieu (1983) tem como objeto de estudo o termo “juventude”, e simplifica esse como uma palavra que vem a designar uma série de acontecimentos sociais que ocorrem em determinados momentos da vida. Ele vai afirmar que as classificações por idade, comparando estas com as classificações entre os sexos e classe social acabam por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em determinada posição.

O autor afirma ainda que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente, fazendo uma distinção entre “idade biológica” e “idade social”:

> [...] As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. Cada campo, como mostrei a propósito da moda ou da produção artística e literária, possui suas leis específicas de envelhecimento: para saber como ser e cortam as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta ("nouvelle vague","novo romance", "novos filósofos", "novos juízes", etc.). Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes [...] (Bourdieu, 1983, p. 113).

Dessa forma, ele considera outros determinantes sociais compondo o que se entende como juventude e cita por exemplo as diferenças entre o jovem burguês e o jovem operário, além dos conflitos geracionais. De fato, essas diferenças existem, o que não anula a validade teórico e prática da juventude como objeto de estudo, não sendo essa apenas uma palavra.

Como visto em Ariès (1981), ao longo da história foram percebidas diversas mudanças e significados entre os termos que classificam os momentos da vida, e outros

determinantes como classe social e gênero modificam sim as vivências entre os jovens, mas não anulam uma unidade da categoria. Minayo (2011) disserta sobre a condição juvenil no séc. XXI:

> O conceito de 'condição juvenil' tem muitas acepções. Uma delas é a que acentua os traços comuns, não obstante as dimensões de espaço, tempo e a pluralidade de condições dos que nasceram em um mesmo período histórico; uma segunda dá ênfase às desigualdades de classe, de gênero e de cor; e outra ainda ressalta as características e os padrões culturais. Poderíamos dizer que todas essas perspectivas enriquecem o conceito, ainda que de forma diferente (Minayo, 2011, p. 19).

Essa condição juvenil não vai ocorrer da mesma forma para todas as pessoas, como afirmou Bourdieu (1983). Minayo (2011) vai afirmar, por exemplo, que a socialização primária é marcada por especificidades de gênero e desigualdades; e a socialização secundária (com o acesso à educação) acaba sendo um instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica. Assim, a condição financeira da família, o acesso aos benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural vão ser determinantes.

As mudanças atuais, no cenário sociopolítico e econômico mundial, logicamente incluindo o Brasil, também afetam diretamente a condição juvenil:

> Em todas as sociedades atuais, os jovens são os que mais sofrem com a transição. Primeiramente, têm dificuldade de encontrar modelos de vida nas instituições socializadoras que também estão passando pela mesma crise. Seus pais e mestres estão assistindo, junto com eles, ao fim da ética do trabalho como organizadora da identidade e como fonte de realização e de gratificação pessoal. Essa mudança estrutural revolve as entranhas da socialização juvenil, até então delimitada pelo circuito tradicional da família, da escola e do emprego. A passagem do adolescente para a vida adulta na era industrial era regida pelo emprego, que lhe oferecia identidade própria e autonomia ante a proteção e as amarras do contexto familiar. Pelos motivos aludidos, a expansão do tempo de juventude aqui tratada segundo a noção de 'moratória social' tem um sentido político e econômico muito claro, pois de um lado ela responde à necessidade de estender os anos de formação, de escolaridade e de capacitação profissional dos jovens, mas de outro ressalta as dificuldades de inserção desse grupo no mundo produtivo e no universo dos adultos (Minayo, 2011, p. 25).

Dessa forma, os determinantes sociais que diferenciam as vivências de jovens não restringem a juventude como apenas uma palavra, ou não restringem essa apenas a acontecimentos ruins como queda na participação do mercado de trabalho e elevadas taxas de desemprego, escolaridade em idade inadequada e problemas sociais, violência, mas também apontam mudanças como nas concepções e experiências de sexualidade, participação política, dentre outros.

Observa-se, no entanto, com os autores, uma ausência de discussão sobre a juventude de pessoas com deficiência. Na literatura sobre esse grupo, destacam-se as análises sobre a inclusão escolar, as políticas públicas para permanência perpassam a vida desses sujeitos e são importantes mecanismos para viabilizar a socialização.

Assim, o acesso à espaços de socialização, como a escola, devem ser garantido a todos, logo, o ambiente escolar precisa oferecer espaço adequado ao trabalho inclusivo, para que possa atender as necessidades de cada criança e a iniciativa primordial é pensar na formação do professor e sua identidade profissional, se este tem reais possibilidades de atender esses sujeitos.

> [...] a convivência desde a educação infantil em um modelo inclusivo pressupõe a formação de novas gerações com concepções sem preconceitos sobre o outro. Se não categorizarmos algo ou alguém como superior ou inferior, esse traço não fará parte de sua constituição (Carneiro, 2012, p. 87).

A presença de estudantes com deficiência na escola tem aumentado nos últimos anos, mas nem sempre são bem vindos por conta da falta de experiência e despreparo. Uma escola inclusiva precisa estabelecer interação com estes alunos, estes como sujeitos capazes de aprender, de conhecer. Cursos profissionalizantes para professores não são capazes, sozinhos, de modificar práticas (embora importantes) - como afirma Carneiro (2012), é preciso permitir que a convivência estabeleça relações de percepção capazes de levar à mudanças conceituais necessárias.

De acordo com Durkheim (2014), a escola é um fato social já que instituições escolares, regidas por disciplinas e métodos - são de competência de estudo da sociologia. É um ambiente onde ocorre socialização e tem uma função dentro de determinada sociedade, fundamentais na construção dos sujeitos.

Dessa forma, aqui é importante salientar avanços no percurso histórico da Educação Especial e também práticas de políticas de inclusão (mesmo estas se consolidando de maneira lenta no atendimento às crianças com deficiência). Com isso existe uma figura essencial para que de fato ocorra o processo de inclusão: o professor, e sua formação adequada para atender esses sujeitos numa prática inclusiva para que possa saber lidar com as diferenças em sala de aula.

Por inclusão, Braga e Schumacher (2013) fazem uma conceituação desta a partir da teoria de Honneth (2006) - este aborda um ideal de sujeito autônomo, cuja formação da identidade (sendo esta sendo aqui compreendida como uma dialética entre sujeito e sociedade) é produzida por meio de etapas de interiorização de respostas sobre o reconhecimento social.

> Em termos ideais, sociedade justa é aquela em que se configura um ambiente de relações sociais permitindo a seus membros condições de perseguirem aquilo que consideram uma vida boa. Em outras palavras, uma sociedade cuja integração social se produz por meio da institucionalização dos princípios de reconhecimento. A inclusão é um dos pontos finais hipotéticos do ideal de sociedade do autor porque, dessa forma, a sociedade se

> configuraria mediante processo de inclusão (Braga; Schumacher, 2013, p. 382).

Logo, para uma inclusão de fato se efetivar é preciso que a sociedade institucionalize princípios de reconhecimento, estes ocorrem por meio de políticas públicas e em especial da educação. Logo se faz necessário pensar sobre quais condições materiais de garantias de direito o Estado Brasileiro está proporcionando para de fato concretizar a inclusão da pessoa com deficiência.

Carvalho e Gallo (2020) afirmam que o Brasil, hoje, enfrenta uma situação política de combate a ações afirmativas de inclusão e diversidade na educação pública, agravada após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e posterior eleição, em 2019, do governo Bolsonaro:

> Junto a isso, tomamos conhecimento da vertiginosa desidratação dos recursos econômicos destinados à educação, enquanto o gerencialismo neoliberal passou a enfatizar a perspectiva tecnopolítica de "gastos" e de "custos" para a educação, no lugar de compreender o capital aplicado à educação como investimento nas condições de transformação humana. [...] Ao assumir o Governo Federal em janeiro de 2019, a administração, imediatamente, suprimiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. No dia 9 de outubro do mesmo ano, o Governo Federal vetou o projeto de lei nº. 3.688/2000 que dispunha sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. (Carvalho; Gallo, 2020, p. 147).

Esse fato pode ser considerado um retrocesso tendo em vista o percurso histórico da educação especial (destacado pelas autoras como passando por quatro processos - exclusão, segregação, integração e inclusão) - no Brasil marcada por iniciativas pela busca de direitos para pessoas com necessidades especiais, pois estes, desde a antiguidade, eram considerados indignos e excluídos da educação escolar.

De acordo com Jannuzzi (2012), nesse contexto, as questões ligadas à educação da pessoa com deficiência são percebidas com as tentativas de institucionalização que iniciaram no fim do século XVIII e início do século XIX, ressaltando a criação do imperial Institutos dos meninos cegos (IBC) (1854) e alguns depois o Instituto dos Surdos - Mudos (INSM), sendo mantidos e administrados pelo poder central com vistas a garantir aos alunos um lugar no mercado de trabalho.

Assim, a educação desses sujeitos sucedia-se nos hospitais psiquiátricos ou em instituições especializadas para receber crianças com deficiência. O período caracterizou-se pelas ações baseadas na institucionalização, ou seja, buscava se "tratar" o deficiente a partir do modelo médico-assistencialista, no intuito de perceber a deficiência como doença, indicando assim, o tratamento mais apropriado para cada "paciente" e institucionalizado, por meio de asilos e manicômios.

Braga e Schumacher (2013) citam Goffman (1988) para caracterizar o conceito de estigma, termo presente nas relações sociais que, de forma prejudicial, constroem uma visão limitada e estereotipada da pessoa com deficiência:

> [...] o estigma é uma relação especial entre atributo e estereótipo. Por possuírem caracterização simplificada, alguns atributos acabam levando a leituras equivocadas e grosseiras. A principal característica do estigma é ser um construto social, reflexo da própria cultura, não uma propriedade de indivíduos. Cada sociedade cria uma hierarquia de atributos, que considera desejáveis e indesejáveis, determinando regras próprias para lidar com tais atributos. [...] Independentemente da perspectiva, pode-se afirmar que o contexto social influencia na determinação do que ou quem é estigmatizado ou não, quem estigmatiza e como estigmatiza. Para Goffman, uma pessoa é estigmatizada quando há discrepância entre identidade social virtual, relativa à categoria e aos atributos socialmente previstos, e identidade social real, relativa à categoria e aos atributos que o indivíduo na realidade possui. À pessoa estigmatizada é atribuída a condição de não pessoa [...]. (Goffman, 1988, p. 15 *apud* Braga; Schumacher, 2013, p. 379).

Então, compreendendo o estigma como produto das relações sociais - da cultura que se constrói de forma histórica; é possível apreender que a pessoa com deficiência muitas vezes é atribuído o lugar de "uma não pessoa", como no caso dos "tratamentos" do modelo médico-assistencialista que eram feitos de forma a excluir os ditos 'anormais' do convívio em sociedade.

Sobre as legislações brasileiras voltadas à garantia de direitos às pessoas com deficiência, destacamos algumas de importância histórica - Lei n° 5. 692/71 (Brasil, 1971), com a redação alterada pela lei n° 7.044//82 (Brasil, 1982), fixou as diretrizes e bases do ensino de 1° e 2° graus, define o objetivo geral para estes graus de ensino (comum ou especial) como o de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania". Referente ao aluno com deficiência, a LDB de 1971, no seu artigo 9º, apresentava que:

> Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971, p. 3).

Nesse período, os direitos ligados aos alunos deficientes continuam seguros legalmente, mas não a uma edificação educacional, nem medidas práticas. As questões em que juntam essa população não tiveram seu real acréscimo. Em 1988, com a Constituição Federal, que é formidável por garantir os direitos fundamentais de todos os grupos sociais, acarretou modificações nas abonações de direitos dos indivíduos com deficiência.

Em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de 'integração instrucional' que condiciona o acesso às

classes comuns do ensino regular àqueles que "[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (Brasil, 1994, p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da Educação Especial.

E logo em 1996, com a aprovação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, viabiliza-se também os direitos assegurados aos deficientes, em sua participação na sociedade escolar, ao ressaltar no artigo 58:

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (Brasil, 1996, p.20).

Para que essa lei acenda, a LDBEN de 1996, estabelece em seu Artigo 59, como dever do estado além de assegurar o direito da acessibilidade ao ensino regular, métodos, curriculares e recursos em que prioriza professores capacitados, para desenvolver o ensino adequado aos alunos portadores de necessidades especiais educacionais.

A Lei brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13. 146, no dia 6 de julho de 2015 e aprovada em 2 de janeiro de 2016, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), considera a pessoa com deficiência "Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial" (Brasil, 2015, p.28). Hoje, na LDB (Brasil, 2020):

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020, p. 40).

Assim, nos termos da legislação atual, é garantida uma educação especial pública, "preferencialmente" na rede regular, quando necessário serviços de apoio especializado nesta e que, quando não for possível a integração do aluno nas classes comuns por função de suas condições específicas, é garantido uma integração em escolas e serviços especializados (Brasil, 2010). No entanto, o que se observa na realidade das escolas brasileiras é uma grande dificuldade, especialmente na inclusão na educação infantil.

De acordo com Carneiro (2012), é importante que a educação infantil seja estruturada para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de um desenvolvimento pleno dos potenciais:

> Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007), a inclusão escolar deve ter início na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Por sua trajetória histórica de não atendimento do aluno com deficiência, a escola comum não está preparada para tal tarefa, ou seja, nossa escola não é inclusiva e não sabe ser, o que significa que sua transformação no sentido de cumprimento legal e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica. Essas alterações envolvem vários aspectos: estruturais, econômicos, instrumentais, de recursos humanos, pedagógicos etc. A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais (Carneiro, 2012, p. 86).

Para a autora, uma prática pedagógica direcionada e intencional contribui para uma inclusão em sentido pleno. Assim, deve-se questionar e superar modelos que ainda se baseiam em uma ideia de cuidado assistencialista e excludente, que perduram nas salas de aula mesmo que as legislações recomendem uma outro modelo ideal, ou seja, é preciso uma mudança conceitual sobre o papel da educação infantil e a quem a escola se destina.

Percebe-se que as legislações de garantias de direito são destacadas como meios pelos quais é possível se efetivar um reconhecimento social da pessoa com deficiência, porém é preciso saber se de fato, na prática profissional (no caso da escola), se está ocorrendo a inclusão - daí a importância do papel do professor, ator responsável pelas ações em sala de aula, que por meio da atuação profissional especializada vai dar sentido ao reconhecimento social da pessoa com deficiência, efetivando uma real inclusão.

Considerações finais

Tendo em vista os estudos sobre juventudes e infância, no que concerne a pessoas com deficiência, grande parte da literatura disponível é centrada nas relações de inclusão na escola.

No caso do jovem com deficiência, a invisibilidade, as crenças, os rótulos estão presentes em suas vidas desde cedo e provocam impacto em sua forma de ser e viver que vão comprometer ainda mais suas chances de inclusão. A complexidade subjacente a uma história de exclusão não pode ser ignorada, mas não pode também se tornar um instrumento de superproteção da pessoa com deficiência e, consequentemente, de sua

segregação. Assim como para qualquer ser humano, a vida regular deve funcionar como uma escola de aprendizagem, que também deve ser para a pessoa com deficiência.

As políticas públicas de inclusão têm avançado no Brasil, permitindo com que essas crianças e jovens passem a ter o direito a socialização, tendo suas diferenças respeitadas. Isto possibilita novas formas de vida. Destacamos, no entanto, a necessidade de novos estudos sobre juventudes e infância de pessoas com deficiência, que não considerem apenas a questão da escola, já que estes transitam em múltiplos espaços sociais.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br.Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1971. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 19 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 20 setembro. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024/1961**. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de axel honneth. **Revista Sociedade e Estado** [*online*], v. 28, n. 2, p. 375-392, mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/w7mWRyGCMP7tZhr74tnjDxk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 9 out. 2021.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 146-160, jun. 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/52688/34300. Acesso em: 6 out. 2021.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, [*S.l.*], v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/124965. Acesso em: 6 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: ed. 70, 2014.

GALINDO, B. M. B. **Educação especial**: atendimento educacional especializado em uma escola do município de Ji-Paraná, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/HPCfWMfDGq4CdVwtrZpKBcB/. Acesso em: 6 out. 2021.

JANNUZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. A condição juvenil no século XXI. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (org.). **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p. 17-43.

FILHOS DA POBREZA E DO ESTADO: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil

Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes[458]

Resumo
O artigo problematiza o acolhimento institucional de crianças e adolescentes pobres no Brasil na sua relação com a família, sociedade, Estado e neoliberalismo. O estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental com fontes secundárias por meio de levantamentos nacionais. Destarte, questiona-se a institucionalização da infância e adolescência pobre, engendrada na construção histórica das desigualdades do país, nas contradições do capitalismo e do próprio Estado na condução das políticas públicas.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Família. Estado.

1 Introdução

O contexto histórico brasileiro esteve marcado por uma cultura de institucionalização da infância e adolescência delimitada pelo crivo de famílias pobres, negras, periféricas e consoante a moralização e difusão dos valores dominantes. Conforme determina as diversas convenções nacionais e internacionais, a infância e adolescência tem direito à proteção compartilhada pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Assim, em casos de violações dos direitos desses sujeitos, determina-se, em caráter excepcional e provisório a medida protetiva de acolhimento institucional, quando esgotadas as possibilidades de convívio familiar e comunitário protetivo. Paralelamente, a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, sendo a família obrigatoriamente encaminhada ao acesso das políticas públicas. Será que as normas correspondem a realidade?

2 Metodologia

No intuito de analisar as várias nuances que emergem e perpassam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de uma base documental com fontes secundárias por meio de levantamentos nacionais que versam contemporaneamente sobre essa área.

3 Resultados e discussões

[458] Mestra em Serviço Social e Direitos Social pela UERN. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: julianagsdantas@gmail.com.

No Brasil, o processo sócio-histórico de constituição do sistema estatal de proteção social a crianças, adolescentes e suas famílias esteve fortemente marcado pela estrutural desigualdade socioeconômica determinada pela sociedade capitalista. Buscava-se de forma preponderante prevenir a desordem, à medida que ofereciam suporte às famílias nos casos em que estas não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela e consequente autoridade e paternidade ao Estado, caso se julgasse necessário (Rizzini, 2011).

O contexto de reestruturação produtiva e crise globalizante do capital reverberaram em expressivas transformações sobre a vida social, traduzidas na expansão do processo de precarização do trabalho e redução do poder aquisitivo das famílias (Antunes, 2018). A família brasileira, com especial atenção a pobre, continua sendo considerada a fonte privada e natural de proteção social, em que é responsabilizada e, muitas vezes, culpabilizada pelo sucesso ou fracasso de seus membros (Mioto, 2008). Assim, a família torna-se impossibilitada de cuidar, pois indispõe de cuidados estatais. Vejamos os dados ilustrados a seguir:

Tabela 1 – Situação familiar de crianças e adolescentes acolhidos (2020)

Situação dos pais ou responsáveis	Percentual
Problemas de saúde mental e uso de substâncias psicoativas	47,6%
Problemas de saúde ligados à Covid-19	14,3%
Falta de moradia e vulnerabilidade social	14,3%
Tratamentos médicos em outro município	9,5%
Conflitos familiares	9,5%
Prisão por tráfico	4,7%
TOTAL	100%

Fonte: Pesquisa NECA/MNPCFC/FICE (Brasil, 2020).

Compreende-se que os problemas de saúde mental e uso de substâncias psicoativas é sobreposto no quadro situacional das famílias, atingindo um percentual de 47,6%, seguido de problemas de saúde lidados à Covid-19 (14,3%), da falta de moradia e vulnerabilidade social (14,3%), de tratamentos médicos em outros municípios (9,5%), conflitos familiares (9,5%) e prisão por tráfico (4,7%). Nesse sentido, a crise econômica e um contexto pandêmico instaurado interseccionou e aprofundou as desigualdades existentes, obliterando as condições de vida da população mais pobre.

Com base no levantamento nacional de crianças e adolescentes acolhidas, no ano de 2013, o percentual de 55,5% de acolhidos eram pretos ou pardos e 43,2% brancos e um total de 1,2% pertence à etnia indígena. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até o maio de 2020, o mapeamento de dados constatou que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos são pardos (48,8%), 34,4% brancos, 15,5% pretos, 0,8% indígenas e 0,4% amarelos (Brasil, 2020). Tais dados apontam as imbricações históricas que incidem não somente em um corte de classe, mas também racial.

Considerações finais

A construção histórica das desigualdades sociais no país é congruente com o processo de formação social e as inerentes contradições do capitalismo. Embora a pobreza não possa explicar por si mesma a totalidade dos contextos ou as próprias motivações para o acolhimento institucional desses sujeitos, importa considerar que ela "debilita a família no cumprimento do seu papel parental" (Rizzini, 2006, p. 127), fazendo com que de alguma forma os direitos da criança ou do adolescente sejam violados neste espaço, considerando, preponderantemente, os limites impostos pelo capital.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2020.

MIOTO, Regina Célia. Família e políticas sociais. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUGAR DAS JUVENTUDES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO ORÇAMENTO PÚBLICO EM FOZ DO IGUAÇU/PR

Cristiane Sander[459]
Andres Steven Amaya Sanchez[460]

Resumo
O presente texto apresenta os primeiros resultados do projeto de pesquisa "Juventudes e direitos - lugar das juventudes nas políticas públicas e no orçamento público em Foz do Iguaçu/PR", discutindo sobre a importância da criação de espaços e formas da participação dos jovens na definição do orçamento público.

Palavras-chave: Juventudes. Orçamento Público. Participação.

1 Introdução

Propor políticas públicas para e com as juventudes, ou seja, incluí-las e ouvi-las no processo de decisão sobre o orçamento público, é fundamental para garantir sua proteção e proporcionar seu desenvolvimento como indivíduos e cidadãos. Além disso, há nos jovens um potencial de criatividade e de energia das quais a sociedade necessita para se repensar e se refazer nos mais diversos âmbitos. Desta forma, é importante considerar a transversalidade e a intersetorialidade do tema adolescências e juventudes, que consiste em "[...] entender quem são os sujeitos que as demandam e suas trajetórias de vida multidimensionais" (Abramo, 2014, p. 59).

Assim, políticas transversais seriam aquelas ações com a finalidade de buscar a inserção das temáticas das juventudes nas diferentes áreas/setores, uma vez que estes deveriam ser atendidos por diferentes políticas que visam garantir o acesso aos seus direitos, como saúde, educação, assistência social, trabalho, esporte, cultura, entre outras. Sugere-se que estas políticas públicas combinem "mecanismos de proteção social, gerando novas oportunidades de inserção profissional e sociocultural e que incentivem a participação dos jovens" (Abramo, 2014, p. 59).

Considerando estes elementos pretende-se apresentar os primeiros resultados do projeto de pesquisa "Juventudes e direitos - lugar das juventudes nas políticas públicas e no orçamento público em Foz do Iguaçu/PR" vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) de Foz do Iguaçu/PR, discutindo sobre a importância da criação de espaços e formas de participação dos jovens na definição do orçamento público.

[459] Doutora em Serviço Social (UniKassel/Alemanha), professora do Curso de Serviço Social – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br
[460] Estudante do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea de América Latina na Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA). Integrante Voluntário do Projeto de Extensão: "A voz da Juventude" – Juventudes e direitos na Tríplice Fronteira. E-mail: asamayas@hotmail.com

2 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, usamos da pesquisa bibliográfica permitindo assim, compreender o objeto de pesquisa de forma mais ampla, do que se poderia pesquisar *in loco* e da pesquisa documental, por meio da qual a coleta de dados se restringe a documentos, escritos ou não, que podem ser feitos no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou posteriormente (Marconi; Lakatos, 2011).

3 Resultados e discussões

A participação dos jovens é um dos princípios e das diretrizes que devem orientar as políticas de juventude no Brasil, buscando a autonomia, a emancipação e atuação dos jovens na formulação, implementação e avaliação das políticas. Também está assegurada como direito no Estatuto da Juventude (Lei Federal n° 12.852/2013) por meio do Art. 4º. No entanto, quando olhamos para as propostas de orçamento público e suas formas de discussão, debates e decisão, os jovens não são ouvidos, nem envolvidos e acabam não tendo espaço nem no processo, nem nos resultados/recursos por meio de políticas voltadas às suas demandas e necessidades, apesar de representarem 25% da população.

O projeto de pesquisa tem estudado políticas públicas de e para os jovens, bem como ações e espaços nos quais os jovens conhecem e debatem sobre seus direitos previstos no Estatuto e que se fortalecem no sentido de compreender, formular e propor suas demandas. Um destes espaços é o projeto de extensão, "A voz da Juventude - juventudes e direitos na Tríplice Fronteira"[461] no qual são realizados programas de webrádio e o podcast, o mesmo tem sido um espaço para o debate sobre diferentes temas, como: trabalho, participação social e política, organizações juvenis, entre outros.

Outro espaço é o projeto de Extensão "Juventudes e Direitos"[462] que tem realizado oficinas com jovens do Programa 'Agentes da Cidadania" junto ao Centro da Juventude, a partir dos direitos previstos no Estatuto. Assim, os envolvidos passaram a demonstrar mais interesse em participar e se posicionar de forma consciente sobre os seus direitos, com intervenções e participação nas Conferências Municipais da Assistência Social e dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Também fortaleceram seus posicionamentos e intervenções em diferentes atividades do Centro da Juventude.

Considerações finais

A partir dos projetos de extensão, junto aos jovens, têm-se gerado diálogos que consolidam uma rede entre juventudes, pesquisadores e profissionais. Isso tem resultado num maior protagonismo juvenil, numa participação mais efetiva nas políticas públicas,

461 Projeto de extensão vinculado ao Curso de Serviço Social da UNILA em parceria com a Web Rádio "Nossa Voz" do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu/PR (CDHMPFI). Disponíveis em https://www.cdhmp.com.br/categoria/a-voz-da-juventude/. e nas redes sociais: Instagram, Youtube e Facebook pelo @juventudesedireitos.

462 Projeto de Extensão vinculado ao Curso de Serviço Social da UNILA em parceria com o Centro da Juventude - Jardim Naipi - Foz do Iguaçu/PR.

resultando numa maior conscientização quanto a importância da definição de valores no orçamento público do município para políticas e/ou programas, projetos para os jovens.

A pesquisa aponta para a necessidade de um trabalho contínuo de investigação sobre as condições das juventudes, o impacto das políticas juvenis por meio dos investimentos públicos. E da importância de espaços que visam fortalecer a vivência e onde se experiencia o diálogo e o protagonismo juvenil proporcionando a ampliação das articulações entre os jovens e suas organizações.

Referências

ABRAMO, H. W. (Org.). **Estação Juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, Presidência da República [2013]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANDER, C. **Relatório do Projeto de Extensão "A voz da Juventude - Juventudes e Direitos"**. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2022.

33 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NO BRASIL: caminhos e (des)caminhos dos movimentos sociais

Ada Márcia Rêgo Bastos[463]
Dafne Dias Lages Monteiro[464]
Iolanda Carvalho Fontenele[465]

Resumo
O ECA/1990 regulamentou as garantias prescritas na Constituição Federal de 1988 e é resultado de articulações de lutas e movimentos em prol dos direitos infanto-juvenis, representando um importante instrumento de defesa e proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil. O presente trabalho objetiva discutir a importância do ECA, bem como dos movimentos sociais pró-direitos desses segmentos, o problema do arrefecimento desses movimentos e as consequências nas garantias desses direitos.

Palavras-chave: Direitos. Movimentos Sociais. Avanços/Desafios.

1 Introdução

Nesses 33 anos de aprovação do ECA é muito importante a reflexão sobre os avanços, as conquistas, a importância dos movimentos sociais e seus desafios, tendo em vista o contexto onde se verifica um esfriamento desses movimentos e das lutas pró-direitos das crianças e adolescentes e como consequência uma invisibilidade dos mesmos na agenda pública e um certo esvaziamento dos serviços no sentido de garantir direitos, por meio das políticas e das ações institucionais do Estado.

2 Metodologia

O resumo está baseado em uma revisão de literatura e para tanto utilizou-se de pesquisas, de trabalhos científicos, bem como do ECA, de modo a elaborar uma compreensão sobre a proposta de estudo.

3 Resultados e discussões

A Constituição Federal (CF) de 1988, representa um marco significativo quando define uma nova concepção de políticas públicas, na perspectiva de um Estado Democrático Social de Direito, com a afirmação dos princípios da igualdade, da

[463] Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: adamarcia39@gmail.com.
[464] Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: dafnelages08@gmail.com.
[465] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutora em Políticas
Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com.

universalidade, da cidadania, da dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, a aprovação do ECA, em 13 de julho de 1990, representa um desdobramento das garantias constitucionais voltadas para à infância e adolescência no Brasil, sendo também resultado da articulação de muitas lutas e movimentos em prol de uma lei que garantisse os direitos dessas pessoas.

O ECA revogou o Código de Menores que vigorou no Brasil de 1927 a 1990, produto de uma época culturalmente autoritária onde jovens e crianças (em particular os empobrecidos) eram vistos a partir do conceito de situação irregular, com caráter discriminatório, estigmatizador que associava a pobreza a uma situação de irregularidade, onde o menor ganhava o status de carente ou de delinquente. Em um país marcado por violações de direitos como o Brasil, as crianças e adolescentes foram colocados à margem do Estado e de suas políticas e foi nesse contexto que foi aprovado o ECA.

Para a aprovação do ECA foram necessárias muitas mobilizações por parte de diversos setores da sociedade, esse processo desenvolveu-se por meio das denúncias contra a política governamental para a infância e a juventude no país, predominando o discurso universal da justiça social e cidadania (Nicodemos, 2020).

Dentre os movimentos, destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que a partir dos anos 1980, "constituiu-se como sujeito ativo nas pressões em manifestações públicas, pelas conquistas e defesa dos direitos da cidadania para essa população" (Nicodemos, 2020, p. 195). Engrossou esse movimento a Pastoral do Menor, categorias profissionais, servidores públicos, representantes institucionais e entidades privadas que atuaram desde o processo constituinte em 1987/88, culminando nas conquistas trazidas pela CF/1988 e posteriormente com o ECA/1990.

O ECA trouxe significativos avanços e conquistas (Brasil, 1990) que vieram como resultado, dentre outros, da ação dos movimentos sociais. No entanto, esses movimentos começaram a passar por um processo de arrefecimento a partir dos anos 1990, em vista da emergência e do fortalecimento das propostas neoliberais nos anos 1990, que trouxe de um lado um forte ajuste fiscal e controle da inflação.

Nesse cenário, as conquistas da carta constitucional/1988 passaram a ser consideradas como barreiras para o controle da inflação, das dívidas e das contas públicas, de modo que a CF/1988 passou a ser vista pelos governos, especialmente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2002, como um caminho inviável e desastroso. Diante disso, o governo FHC também assumiu uma postura rígida em relação aos movimentos sociais, no tocante às suas lutas, mobilizações e demandas.

Nicodemos (2020) explica que essas dificuldades dos movimentos sociais surgem na relação com o Estado e na fragmentação da luta social, uma vez que os movimentos sociais perderam sua habilidade de se unir em prol da transformação social. Ao contrário, eles têm passado a focar cada vez mais na defesa de interesses isolados e específicos, com uma política de pressão menos eficaz, o que impacta na capacidade de interferir nas políticas.

Essa dinâmica desafiadora aponta para a necessidade de um engajamento mais coeso e articulado entre os diversos setores da sociedade e os movimentos sociais. A continuidade do diálogo e da colaboração é essencial para fortalecer as ações em prol

da proteção dos direitos das crianças e adolescentes, superando as barreiras impostas pelas dificuldades na relação com o Estado e pela fragmentação da luta social.

Considerações finais

Torna-se evidente que a superação dessas dificuldades requer uma abordagem articulada entre os diversos setores da sociedade e os movimentos sociais. O fortalecimento da participação da sociedade é essencial para a afirmação das iniciativas que visam proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes, superando os obstáculos impostos pelas relações complexas com o Estado e pela fragmentação da luta social. Somente com esforços conjuntos será possível construir um futuro mais justo e equitativo para a juventude, promovendo a efetiva transformação social almejada desde a promulgação da Constituição Cidadã.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I8069.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

NICODEMOS, A. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 12, n. 24, p.170-197, dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11892#:~:text=O%20Movimento%20Nacional%20de%20Meninos,esvaziamento%20de%20seu%20potencial%20reivindicat%C3%B3rio%2C. Acesso em: 9 ago. 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO JUVENIL BRASILEIRA: sociedade e delinquência juvenil

Antônia Camille Severiana Maciel[1]
Maria Ricardina de Alencar Neta[2]

Resumo
O trabalho objetiva realizar a análise a respeito das políticas públicas, e a maneira como estas podem interceder no repertório da juventude brasileira, destacando a importância de tais políticas públicas na vida dos jovens que muitas vezes podem apresentar disfunções sociais. A metodologia adotada consistiu em estudo bibliográfico. Com os resultados foi possível observar a relevância das políticas públicas na construção da cidadania dos juvenis.

1 Introdução

O presente trabalho intitulado Políticas Públicas e População Juvenil Brasileira: sociedade e delinquência juvenil tem como objetivo analisar a relação existente entre a criação de políticas públicas dentro do recorte da juventude com a estigmatização dos mesmos relacionando-os diretamente com os distúrbios sociais e a delinquência.

2 Metodologia

No presente trabalho, utilizou-se do uso de bibliografias de autores que debatem a temática, a fim de analisar a formação das políticas públicas e sua eficácia para a população juvenil no Brasil.

3 Resultados e discussões

De acordo com as ciências sociais, a juventude trata da transição entre a infância e a vida adulta, caracterizando-se como o período em que o sujeito passa a construir a sua personalidade, uma identidade perante a sociedade. Nessa perspectiva, a Organização das Nações Unidas (ONU) entende a população jovem como o grupo de idade entre 10 e 24 anos, incluindo adolescentes e jovens.

Muito se fala a respeito do fato de que, na juventude, os indivíduos passam pelo risco de apresentar alguns distúrbios sociais, destacando-se a delinquência juvenil. Nota-se, portanto, a importância de existir políticas públicas voltadas para os juvenis, para que eles possam ter oportunidades e direitos que contribuam para a construção de uma vida cidadã.

Diante disso, Robert Merton (1938) destaca que a delinquência é proveniente da negação ao acesso de oportunidades, sendo assim, os jovens encontram por meio dela a maneira mais fácil para atingir uma melhor condição. Faz-se notar a precisão de políticas públicas que, também, aparecem com o intuito de trazer a todos os que compõem a categoria da juventude, o atendimento perante a suas necessidades, proporcionando o levantar de sua cidadania (Merton, 1938).

Segundo Daiane Dourado (2018), as políticas públicas são criadas para solucionar problemas que aparecem como relevantes para a coletividade, onde será

exigida uma intervenção governamental. Estas políticas surgem para incluir o juvenil na sociedade, atuando para melhor garantir o acesso aos seus direitos. Assim, observa-se a importância da criação de políticas públicas que possam dar suporte aos jovens expostos à delinquência juvenil (Dourado, 2018).

É de suma importância não abrandar as políticas públicas somente como prestação de serviços, mas compreender que estas ações exigem altos níveis de relações entre o Estado e a sociedade civil. O recorte da juventude ainda é recente em todo mundo. Estas demandas só começam a ser atendidas por meio de políticas públicas específicas na segunda metade de 1980, quando as demandas da juventude se tornaram parte da questão social (Abramo, 2014).

As ações voltadas para este público possuem tendência a serem verticalizadas com o principal objetivo de preparar estes jovens para a vida adulta, destacando políticas de educação e qualificação. Assim, as demandas são altas principalmente pelo grande número de jovens que se encontram em situações de vulnerabilidade no país, números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) apontam um reflexo desta afirmação quando indicam que em 2021 mais de 12 milhões de jovens não estudavam nem possuíam uma ocupação.

Em relação com a tendência de uma visão da juventude como uma etapa problemática, justifica-se a necessidade de políticas focalizadas nas áreas de saúde e justiça (Abramo, 2014).

Spósito coloca essa relação entre jovens e problemas como estigmatizantes, de modo que a problemática que os afetam transformam-se em problemas de juventude e consequentemente esse grupo se torna um problema para a sociedade (ABRAMO apud Spósito, 2005). Abramo (2014) ainda aponta que a juventude é vista pelo governo e pela sociedade como um objeto de falha, disfunção ou anomia na integração social, concluindo que a juventude representa um risco para a continuidade social.

Considerações finais

Por meio da análise realizada ao decorrer desse trabalho, torna-se possível compreender os fatores que fazem as políticas públicas se tornarem um diferencial na vivência dos jovens que protagonizam distúrbios sociais, bem como as mudanças progressivas na sociedade por meio da proteção dos direitos dos indivíduos para que estes alcancem o exercício da cidadania.

Referências

ABRAMO, H. W. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014.

DAVID, Pedro. Teoria Sociológica da Delinquência Juvenil. **Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara**, Rio de Janeiro, n.2, p.40-59, maio/ago. 1967.

DOURADO, Daiane. **Delinquência juvenil**: políticas públicas e o ordenamento jurídico brasileiro, 2018. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/727. Acesso em: 15 set. 2023.

GROPPO, Luís. **Juventudes e políticas públicas**: comentários sobre as concepções sociológicas da juventude, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2318-92822017000100002. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2021, o país tinha 12,7 milhões de jovens que não estudavam nem estavam ocupados**, 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20de,%2C%20com%20 12%2C5%25. Acesso em: 15 set. 2023.

MERTON, Robert. Social Structure and Anomie. **American Sociological Review**, [*S.l.*], v. 3, n. 5, p. 672-682, out. 1938.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: trajetórias e desafios

Lívia Danniele de Lima e Silva[466]
Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva[467]
Pamela da Silva Geraldo[468]

Resumo
O tema abordado refere-se às políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. Utilizou-se a revisão bibliográfica como fonte de pesquisa. Assim, este resumo tem como objetivo discutir a implementação das políticas públicas para a proteção de crianças e adolescentes a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como os desafios que tais políticas enfrentam no cenário atual.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desafios. Crianças e Adolescentes.

1 Introdução

O presente resumo aborda como tema as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 - CF/1988. Nisso, o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) (Lei n° 8.069), que surgiu em 1990, e a CF/1988 reconhecem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, como previsto no inciso I do Art. 100 do ECA, priorizando sua proteção pelo Estado, sociedade e família, com base na dignidade humana.

No entanto, apesar dos avanços legais, persistem desafios na efetivação desses direitos, levantando questionamentos sobre a eficácia das políticas pós Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, este resumo visa discutir sobre a efetivação dessas políticas e os desafios que elas enfrentam no cenário atual.

Dessa forma, torna-se de suma importância promover um amplo debate sobre essas medidas e aprimorá-las no que se refere à garantia dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Portanto, para efetivar isso, é imperativo que o Estado e a sociedade unam esforços por meio da implementação de políticas públicas abrangentes e eficazes, destinadas a mitigar as desigualdades materiais que permeiam nossa sociedade.

2 Metodologia

O presente resumo é fruto da revisão bibliográfica, baseando-se em artigos já publicados como fonte de pesquisa e ordenamentos legais, sobretudo a partir das

[466] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: livdanniele@ufpi.edu.br;
[467] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Serviço Social da UFPI E-mail: vitoria10melo21@ufpi.edu.br;
[468] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: pamelageraldo@ufpi.edu.br.

contribuições de França e Ferreira (2013), Cordeiro e Clementino (2012) e o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) (1990).

3 Resultados e discussões

A CF/1988 estabeleceu os princípios de reestruturação das políticas públicas, com foco no direito social como sua base e no comprometimento do Estado com o sistema. Ela também enfatizou a descentralização e a participação social como diretrizes organizacionais. Isso levou à compreensão de que a Constituição de 1988, juntamente com o ECA, servem como instrumentos para legitimar os direitos humanos das crianças e adolescentes, abordando suas necessidades e exigindo a coordenação de políticas públicas para criar um sistema de proteção visando ao bem-estar desses grupos (França; Ferreira, 2013).

Assim, "os direitos humanos se constituem, portanto, em alicerces importantes do Estado democrático de direito, cuja negação afronta o significado da cidadania que fundamenta esse modelo de Estado" (França; Ferreira, 2013, p. 189). No entanto, conforme as autoras, a implementação das políticas para as crianças e adolescentes enfrenta desafios, como lidar com diversas perspectivas e combater desigualdades sociais, violências e discriminações sutis nas relações sociais. Isso é agravado no contexto do modelo capitalista neoliberal no Brasil.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o Brasil começou a debater a questão das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes apenas em 1990, enquanto outros países já discutiam esse tema desde dos anos 1960, impulsionados por debates internacionais liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Cordeiro; Clementino, 2012).

Com isso, na segunda metade dos anos 1990, houve um aumento significativo de iniciativas em nível federal, estadual e municipal que buscaram implementar projetos e programas para as crianças e adolescentes. Desse modo, as ações no que se refere à implementação e proteção integral do público infanto-juvenil são, conforme previsto na CF/1988 e no ECA, responsabilidade do Poder Público. No entanto, esse período também testemunhou o surgimento de discussões sobre os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes, destacando a necessidade de políticas públicas para superar crises e a pobreza (Cordeiro; Clementino, 2012).

As políticas públicas, embora sejam decisivas para a concretização dos direitos humanos, ainda enfrentam diversos desafios para a efetivação desses direitos à população infanto-juvenil. Conforme França e Ferreira (2012), a educação é um direito fundamental que requer a eliminação das fragilidades no sistema educacional para assegurar igualdade de acesso, permanência e sucesso escolar.

Todavia, as autoras afirmam que a nossa sociedade profundamente marcada pela desigualdade social, com um elevado número de famílias analfabetas provoca a violação desse direito. Ademais, em relação ao direito à saúde, é destacado por elas os muitos desafios no tocante ao respeito às crianças e adolescentes, sendo um dos principais a adoção de uma perspectiva multifacetada e interativa que promova a prevenção e recuperação da saúde e aproxime-a da educação, esportes e lazer – direitos este que enfrentam os desafios de ainda possuírem ações fragmentadas e pontuais por parte do

poder público –, cultura, saneamento, segurança e habitação, para garantir a efetivação desse direito.

Considerações finais

Conclui-se que, apesar do debate acerca das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes terem iniciado mais tardiamente no país, ainda é notório a trajetória dessas políticas no que diz respeito aos avanços da maneira a qual se era analisado os sujeitos desse grupo e a colocação destes enquanto merecedores de direitos e de políticas públicas que abranjam suas especificidades.

Contudo, os avanços impulsionados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são inegáveis, contudo, persiste a necessidade de reforçar e discutir continuamente essas políticas para garantir sua eficácia na superação dos desafios que impactam essa parcela da população. Dessa forma, reitera-se a importância de um contínuo diálogo e aprimoramento dessas políticas.

Referências

BRASIL. **Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães; CLEMENTINO, Josbertini Virgínio. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. **O público e o privado**, v. 10, n. 20, p. 13-28, 2012.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. As políticas públicas e a efetivação de direitos humanos pós Constituição Brasileira de 1988. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 181–191, 2013. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.12i2.0002. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1799. Acesso em: 1 set. 2023.

ANÁLISE SOCIOLOGICA DAS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA

Nilson Weisheimer[469]
Raul Bomfim Landim[470]

Resumo
Este projeto envolve um estudo exploratório-descritivo que visa analisar as concepções de juventude e políticas públicas no contexto do Estado da Bahia. A pesquisa busca discutir como as políticas públicas estaduais abordam a juventude e como essas concepções podem impactar a formulação e implementação eficaz de políticas voltadas para essa população. A análise sociológica visa aprimorar o desenvolvimento e a execução de políticas públicas direcionadas aos jovens na Bahia.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas Públicas. Jovem. Participação Política.

1 Introdução

Este estudo aborda a complexa relação entre juventude e políticas públicas na Bahia, destacando a necessidade de uma análise sociológica para compreender as concepções subjacentes a essas políticas e seu impacto. Os objetivos incluem a análise dessas concepções, a avaliação de seu efeito nas políticas públicas e a proposição de recomendações alinhadas com as reais necessidades dos jovens.

A pesquisa é justificada pela relevância no campo da sociologia e no desenvolvimento de políticas públicas, visando à promoção da equidade, inclusão e ao aprimoramento do estado social e econômico da Bahia.

2 Metodologia

Neste estudo, uma metodologia abrangente é empregada para analisar as concepções de juventude e políticas públicas na Bahia. Começa com uma pesquisa descritiva, que envolve a análise de documentos relacionados às políticas de juventude. Uma pesquisa qualitativa complementar inclui entrevistas com diversos participantes para obter uma compreensão profunda.

A análise de conteúdo e a análise de discurso materialista são usadas para categorizar dados e explorar relações de poder. As concepções identificadas são comparadas às teorias clássicas da sociologia, como Marx, Durkheim e Weber. A triangulação de dados assegura a validade das conclusões, enquanto a discussão destaca implicações e recomendações práticas.

[469] Pós doutor, UFRB. E-mail: nw65br@gmail.com
[470] Mestrando, UFRB. E-mail: rblandim@hotmail.com

3 Resultados e discussões

Os resultados revelaram um panorama diversificado de políticas públicas com objetivos específicos, variando desde a empregabilidade e educação dos jovens até a prevenção da violência e o acesso à cultura e ao esporte. No entanto, as análises também apontaram desafios na implementação e no acesso a esses programas, especialmente para jovens em situações de vulnerabilidade socioeconômica. A análise crítica enfatizou a importância de abordar questões estruturais e ideológicas subjacentes que afetam a juventude, destacando a necessidade de reformular políticas para enfrentar as desigualdades sistêmicas e promover uma abordagem mais holística para o desenvolvimento juvenil.

A seguir a tabela catalogada das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia:

Tabela 1 – Catálogo das políticas públicas de juventude no Estado da Bahia

Política Pública	Objetivo	Público-Alvo	Impacto
Programa Primeiro Emprego	Proporcionar experiência de trabalho para jovens recém-formados	Jovens recém-formados	Redução do desemprego juvenil e aquisição de experiência profissional.
Programa Pacto pela Vida - Juventude Viva	Prevenção à violência entre jovens, especialmente em áreas vulneráveis	Jovens em áreas de risco	Redução da violência entre jovens, promoção da segurança e cidadania.
Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador	Promoção de atividades esportivas para jovens	Promoção de atividades esportivas para jovens	Melhoria da saúde, integração social e desenvolvimento de habilidades esportivas.
Programa Trilha - Juventude Cidadã	Formação profissional e acesso ao mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade	Jovens em situação de vulnerabilidade	Melhoria da empregabilidade e inclusão social.
Juventude Empreendedora	Fomento do empreendedorismo entre jovens	Jovens interessados em empreender	Estímulo à iniciativa empreendedora e geração de empregos.

Programa Universidade para Todos (UPT)	Preparar estudantes do ensino médio para o vestibular	Estudantes do ensino médio	Melhoria nas chances de ingresso na educação superior.
Programa Jovem Aprendiz	Promover a formação profissional de jovens	Jovens em busca de formação profissional	Aquisição de habilidades profissionais e inserção no mercado de trabalho.
Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Proteção de jovens contra abusos e exploração sexual	Crianças e adolescentes em situação de risco	Prevenção de abusos e proteção de direitos de jovens.
Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Juventude	Fomentar o empreendedorismo social e ambiental entre jovens	Jovens empreendedores sociais e ambientais	Promoção do desenvolvimento sustentável e soluções para desafios ambientais e sociais.
Programa Juventude Produtiva	Criar oportunidades para autonomia econômica de jovens com idade entre 16 e 29 anos por meio de formações diversas	Jovens baianos dentro da ação Escola do Trabalhador 4.0	Ofertar serviços de mediação de conflitos e homologação entre empregadores e trabalhadores.

Fonte :Portal Governo do estado da Bahia.

Essas descobertas têm implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que leve em consideração tanto às necessidades práticas dos jovens quanto às questões estruturais que moldam suas vidas.

Considerações finais

Nas Considerações Finais deste estudo, emerge uma compreensão aprofundada e elaborada das complexas relações entre juventude e políticas públicas na Bahia. Ao longo deste trabalho, empreendemos uma análise minuciosa, explorando as políticas existentes, ouvindo as vozes dos jovens e contextualizando essas realidades dentro do panorama sociológico mais amplo.

Os resultados desta pesquisa revelam não apenas a diversidade de desafios enfrentados pelos jovens na Bahia, mas também as oportunidades latentes e as perspectivas para o futuro.

Referências

GILL, R. Análise de Discurso. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 2002. p.244-70.

RUA, Maria Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In*: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v.2.

WEISHEIMER, Nilson. A construção social da juventude. *In*: Universidade Luterana do Brasil. **Sociologia da juventude**. Curitiba: Ipbex, 2008.p. 15-32.

Webgrafia

Governo do Estado da Bahia. Disponível em: https://www.bahia.ba.gov.br/category/noticias/politicas-publicas/. Acesso em:10 jan. 2023.

HÁ UM PASSADO NO MEU PRESENTE: revoluções do pião NUCEPEC nas convers(ações) da juventude para/com a juventude

Yasmin Alencar Guerreiro[471]
Rafaela Firmino Leite[472]

Resumo
O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) é uma ação de extensão, associada à Universidade Federal do Ceará, desenvolvida pela juventude. Atuando como resistência na luta por direitos infanto-juvenis, a figura do pião, que simboliza o NUCEPEC, desponta como ludicidade, solidez, revolução, memória e movimento. Tais características refletem na constituição histórica do núcleo e na su
a essência de construção coletiva por uma juventude de sujeitos ativos.

Palavras-chave: Juventudes. Coletividades. Direitos. Políticas Públicas. NUCEPEC.

1 Introdução

O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) é um programa de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC). Instituído em 1984, e quando ainda vigorava o Código de Menores de 1979, nasce de forma pioneira no Departamento de Psicologia da UFC. Gerado pela inquietação e desejo de transform(ação) de uma composição de professores e membros da sociedade civil, interessava-se desde a sua base na defesa dos direitos da criança e do adolescente e nas políticas públicas (ou na falta delas).

A atuação do projeto na luta por direitos se dá desde a sua intensa participação na campanha criança constituinte, que visava assegurar os direitos da criança e do adolescente na carta magna (Pinheiro, 2009) até o desenvolvimento das suas práticas de extensão que perduram até hoje.

Simbolizado pela ludicidade e pela revolução do pião, brinquedo que rememora os tempos de infância, o núcleo pauta suas atividades na construção de uma identidade da juventude, a partir da inserção, sobretudo, na extensão universitária e no fortalecimento de políticas públicas infanto-juvenis. Entendendo que as atuações são (re)pensadas, tensionadas, significadas e construídas por uma diversidade de jovens que compõem o NUCEPEC, amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), por docentes e pela comunidade, defendemos a importância da juventude participar ativamente do processo construtivo de defesa das políticas públicas. Por essa razão, com nossas atividades, partimos sempre do fio condutor de empoderamento infanto-juvenil, fundamentando-se nas convers(ações) da juventude para/com a juventude.

[471] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: psi.yasminalencar@gmail.com
[472] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: rafaela.firmino@alu.ufc.br

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a apresentar e discutir ponderações e reflexões acerca das práticas do NUCEPEC para/com as juventudes em um contexto de afirmação do posicionamento coletivo na luta por direitos.

2 Metodologia

Partindo de uma metodologia participativa, em que os membros e participantes são sujeitos ativos no processo de educação e aprendizagem, o objetivo é sempre promover a emancipação seja da juventude membro do núcleo, seja daquela a qual as suas práticas são destinadas.

Apesar de ser formalmente coordenado por docentes, o núcleo opera sob uma lógica de gestão compartilhada que coaduna com o período da redemocratização política, que contextualiza o momento de início das suas atividades (Cordeiro; Pinheiro, 2009). Para além da organização interna, os projetos de extensão promovidos pelo NUCEPEC, também operam neste formato de horizontalidade. Sendo um dos princípios o entendimento da criança enquanto construtor ativo da própria história, elaboramos planos de intervenção que levam em consideração propostas das próprias crianças, permitindo uma construção coletiva da prática, o que o autor Paulo Freire (1987) chama de dialogicidade pedagógica ao dizer que "a educação autêntica não se faz de 'A' para 'B' ou de 'A' sobre 'B', mas de 'A' com 'B' (Freire, 1987, p.48).

Derivando desta noção, os eixos de atuação do NUCEPEC se constituem, atualmente, da seguinte forma: 1) A Liga de Direitos Humanos, que opera com discussões acerca da garantia de direitos com jovens periféricos de Fortaleza; 2) O Cine NUCEPEC, com debates colaborativos sobre direitos e deveres mediados por produções audiovisuais; 3) O Novas Cores, impulsionando a criatividade e autonomia das crianças em situação de acolhimento institucional; 4) O Eixo de Políticas Públicas, como espaço formativo dos jovens do núcleo e atuação na garantia de direitos para a orfandade pela Covid-19, por meio da Articulação de Apoio à Orfandade de Crianças e Adolescentes pela Covid-19 (AOCA) e 5) O Eixo de Desenvolvimento, voltado para o estudo das características específicas dos sujeitos em cada etapa de sua formação.

3 Resultados e discussões

Identificamos como frutos da atuação dos sujeitos componentes do NUCEPEC uma relevância para além do âmbito conceitual típico do ambiente acadêmico. A juventude rompe com a incumbência de um personagem subordinado e passivo na academia, (des)construindo como um sujeito ativo, expressando novos modos de subjetivação no campo político e, para além de empoderar a si, funciona como um instrumento propagador de empoderamento dos seus.

Percebe-se, também, a importância da extensão universitária com um papel transformador da conjuntura social em que está inserida e nas reflexões acerca das políticas públicas de juventude, sendo o NUCEPEC um dispositivo atuante neste compartilhamento junto à comunidade.

Nesta atuação, identificamos limitações, como a falta de recursos públicos e o recente período pandêmico, que desafiavam a extensão e exigiam uma reinvenção. Apesar disso, o potencial criador dessa conexão entre projetos que são feitos pela

juventude para/com a juventude, manteve nosso propósito sólido de propagar a figura da criança como um sujeito de direitos.

Considerações finais

Em síntese, é notória a dimensão e o valor da atuação do NUCEPEC que, assim como as revoluções de um singelo pião, com solidez atrelada à ludicidade e leveza, refletem na constituição histórica do núcleo e na sua essência de construção coletiva com uma juventude de sujeitos ativos.

As convers(ações) para a juventude ecoam em nossos próprios universos enquanto jovens, levando-nos a um constante processo de ressignificação, subjetivação e construção de identidade. Essa ressignificação perdura e acompanha os membros até a idade adulta, afinal, como o dito na canção *Bola de meia, bola de gude* (1980): "Há um passado no meu presente".

Referências

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

CORDEIRO, A. C. F.; PINHEIRO, A. A. A. Gestão compartilhada, cuidado e diálogo no NUCEPEC/UFC. In: PINHEIRO, A. A. A. (org.). **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: aprendizagens compartilhadas. Fortaleza: NUCEPEC/UFC, 2009. p. 24-43.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PINHEIRO, A. A. A. O estatuto da criança e do adolescente e o NUCEPEC/UFC. *In*: PINHEIRO, A. A. A. (org.). **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: aprendizagens compartilhadas. Fortaleza: NUCEPEC/UFC, 2009.p. 19-23.

JUVENTUDES: entre Direita, Esquerda e o Pensamento Neoliberal

Rogério de Oliveira Araújo[473]
Olívia Cristina Perez[474]

Resumo
Esta pesquisa analisa a presença do ideal neoliberal nas juventudes a partir da relação com ao seu posicionamento ideológico, destacando como as juventudes expressam uma percepção política conectada com os princípios do neoliberalismo. Como resultados constatamos que os jovens à direita estão mais próximos do ideal neoliberal. No entanto, as juventudes apresentam um amplo apoio a concepção de uma democracia direta, fato que vai na contramão do neoliberalismo.

Palavras-chave: Juventudes. Ideologia. Neoliberalismo.

1 Introdução

Os primeiros estudos sobre juventude tenderam a abordar a temática sobre o viés da transformação social, compreendendo a juventude como um ator, se não central, ao menos relevante nos movimentos sociais e nas revoluções dos padrões de comportamento social (Melucci, 1997; Sherer-Warren, 2014).

Nas últimas décadas, no entanto, tem se tornado mais evidente a participação da juventude não apenas em movimentos sociais à esquerda, ou outros grupos a exemplo dos coletivos, mas também na atuação em movimentos reacionários e conservadores (Araújo, Barros; Perez, 2022). Nesse sentido, emerge a questão sobre como a juventude se constitui numa pluralidade ainda pouco compreendida, e como esses atores são impactados pela ideologia neoliberal hegemônica.

Importa ressaltar a perspectiva da juventude diante dos estudos no campo das políticas públicas. Nesse setor, perpassamos estudos que vão desde a concepção da juventude enquanto problema a ser resolvido, até a análise da constituição de políticas públicas para a juventude e como elas incluem esses atores nos seus processos de construção e efetivação (Bussinguer; Neves, 2016; Castro, 2021; Araújo; Perez, 2023).

Entretanto, a literatura evidencia a falta de diálogo dos estudos sobre comportamento político das juventudes com as perspectivas que investigam os impactos do neoliberalismo e sua consequente redução do papel do Estado e das políticas públicas. A própria conceituação sobre o que é democracia tem sido amplamente impactada pelo avanço do ideal neoliberal, em vista da instalação hegemônica do capital financeiro Marilena Chauí (2005).

A partir dessa concepção o presente estudo compreende a necessidade de analisar a pluralidade que envolve as juventudes, assim o problema de pesquisa que guia

[473] UFPI. E-mail: rogeroliveira373@outlook.com
[474] UFPI. E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: Em que medida o posicionamento ideológico das juventudes revela maior adesão aos princípios do neoliberalismo entre os jovens?

2 Metodologia

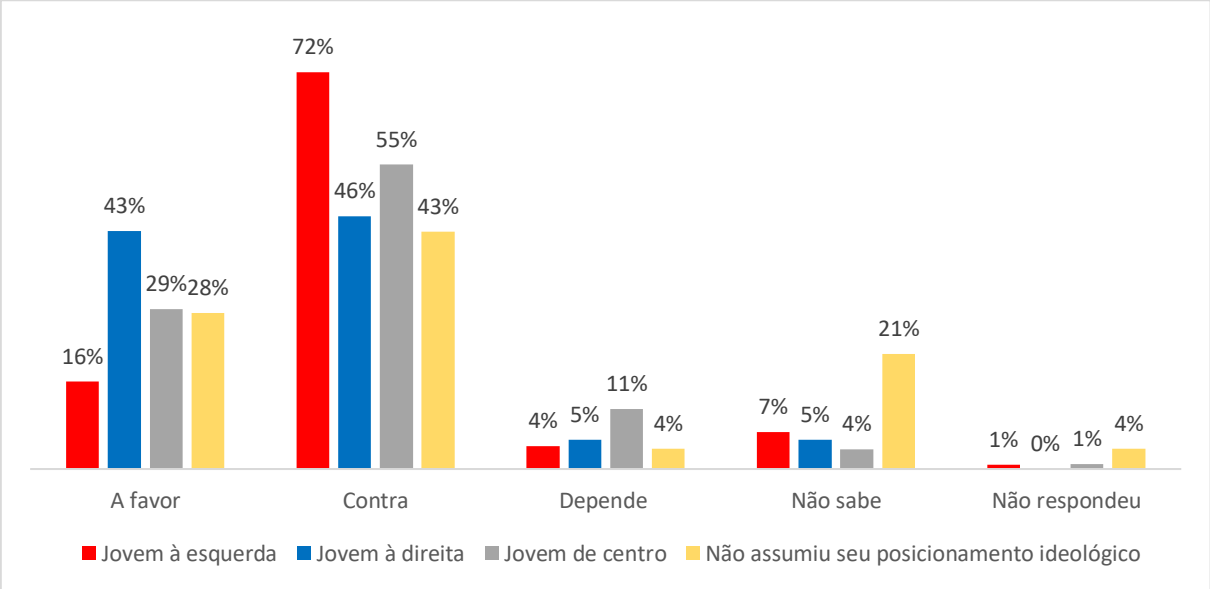
Adotamos para os fins desta pesquisa a metodologia quantitativa descritiva a partir da análise dos bancos de dados do ESEB (Estudo eleitoral Brasileiro) em sua última aplicação, realizada no período pós-eleitoral de 2022.

A partir desse banco de dados foram trabalhadas as variáveis: idade, autoidentificação ideológica, avaliação de quem governaria melhor o país, opinião e aprovação dos auxílios do governo federal (bolsa família e auxílio Brasil). Ao todo a amostra do ESEB de 2022 utilizada neste estudo contabiliza 525 jovens de 16 a 29 anos de idade.

3 Resultados e discussões

No gráfico, explicitamos a concepção dos jovens segundo a ideologia quanto a privatização das empresas estatais. Compreendemos que esse dado se constitui em princípio caro ao neoliberalismo.

Gráfico 1 – Apoio a privatização de estatais



Fonte: Elaboração dos autores com base no ESEB 2022.

A primeira análise que podemos fazer desses dados se dá no peso que a ideologia à esquerda possui quanto a valorização das estatais. Essa defesa condiz com o pressuposto de igualdade (Bobbio, 1995) que pauta esse espectro político. Além disso, considerando que o *survey* de onde retiramos estes dados são realizados em período eleitoral, podemos também realizar um *link* com a agenda de campanha federal petista que venceu as eleições, na qual uma das pautas era o fim das privatizações iniciadas pelo governo Bolsonaro.

Nessa mesma linha de raciocínio o maior apoio da juventude à direita para a pauta as privatizações, pode ser vinculada com o projeto de estado defendido pelo principal candidato da direita (Jair Bolsonaro). Entretanto, a ampliação de políticas neoliberais realizadas pelas gestões Temer e Bolsonaro nos últimos entre 2016 e 2022 parecem ter surtido um efeito reverso na percepção política dos jovens, uma vez que mesmo entre os jovens de direita não se tem um amplo apoio a pauta das privatizações, elemento caro ao neoliberalismo.

Considerações finais

O presente trabalho discorreu sobre as diferenças que perpassam a juventude, em vista de averiguar como o ideal neoliberal tem se assentado sobre a percepção política desses atores. Nesse sentido, partimos da análise em relação ao posicionamento ideológico dos jovens, analisando como a proximidade com a esquerda, direita, centro ou a não identificação se conectam em maior ou menor adesão das ideias neoliberais.

Os resultados destacaram como a juventude a direita está mais propensa a aderir aos pressupostos do neoliberalismo. Dentre as questões levantadas no trabalho, enfatizamos que a perspectiva de que o governante do país deveria ser alguém de perfil mais técnico é uma concepção mais aceita entre os jovens do que a de o governo ficar nas mãos de algum empresário. No entanto, as juventudes ainda preferem majoritariamente a concepção de uma democracia direta, na qual possam ter voz e vez.

Referências

ARAÚJO, R. DE O.; BARROS, R. F.; PEREZ, O. C. Jovens e opinião sobre política: Semelhanças e diferenças entre as juventudes de direita e de esquerda no Brasil. **Studia Politicae**, [*S.l.*], n. 57, p. 41–57, 2022.

ARAÚJO, R. DE O.; PEREZ, O. C. Juventudes e Marcadores Sociais da Diferença nos Planos Estaduais de Juventude do Brasil. **Revista Iberoamericana**, [*S.l.*], v. XXII, n. 82, p. 81–96, 2023.

BUSSINGER, E. C. DE A.; NEVES, E. S. DA S. Juventude e políticas públicas: bônus ou oportunidades, perdidas? **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [*S.l.*], v. 17, n. 2, p. 241–292, 2016.

CASTRO, E. G. Juventude do/no campo: caminhos teóricos, metodológicos e nas políticas públicas revisitando 2013. *In*: ALMEIDA, E. de *et al.* (ed.). **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos**: uma antologia do GT03 da ANPEd. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 139–169.

CHAUÍ, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. *In*: TEIXEIRA, A. C. (ed.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p. 23–30.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimento sociais. **Revista Brasileira de Educação**, [*S.l.*], v. 6, n. 5, p. 5–14, 1994.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e possibilidades

Lizandra Inês Both [475]

Resumo

A institucionalização dos direitos sociais da Juventude, assim reconhecido, é algo recente na história do Brasil sendo um marco importante o Estatuto da Juventude de 2013. A partir disso, tem-se várias lutas e conquistas, forjados por movimentos sociais e a juventudes organizada nos mais diversos segmentos, dentre esses grupos da sociedade civil. Diante desse cenário, a pesquisa visa reconhecer como tem se efetivado as políticas públicas da juventude, especialmente no que se refere aos espaços de participação social, como as Conferências da Juventude. Assim, o objetivo é reconhecer os avanços e os desafios que precisam ser enfrentados para que os direitos sociais da juventude se efetivem. Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, diagnosticada e exploratória. Nessa primeira fase, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, a fim de reconhecer a base teórica e legal dos direitos sociais das juventudes, tendo como base dados a CAPES. Consta de uma pesquisa ainda iniciante, porém, com os dados pesquisados já é possível perceber que há um aumento pelo interesse do tema.

Palavras-chave: Juventude. Políticas Públicas. Estatuto da Juventude.

[475] Especialização em Gestão de Projetos Sociais, professora no curso de Serviço Social da Unicentro FCMA – Faculdade do Centro Maranhense. E-mail: lizandraboth@yahoo.com.br.

ANÁLISES DOS REFLEXOS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS DE JOVENS

Erilene Alves de Sousa[476]
Paula Franssinetti Jales Cartaxo[477]
Alexsandra Maria Sousa Silva[478]

Resumo

Este trabalho se propõe discutir sobre as condições sociais dos jovens e seus reflexos em tempos de realização do exame de vestibular/ENEM e as escolhas, dentre as quais, situamos a dimensão profissional. Vivemos em uma sociedade capitalista e estratificada em classes sociais, onde a preocupação com o *status* profissional e o retorno financeiro parece que vem se sobrepondo as escolhas por identificação ou sonho. A partir dessa problematização, temos como objetivo deste estudo, analisar os reflexos das condições sociais para as escolhas profissionais de jovens do 3º ano do Ensino Médio. A metodologia foi qualitativa, com realização de entrevistas com estudantes 3º ano do Ensino Médio, de uma escola privada, no interior do Ceará (CE). Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo, com auxílio do software atlas T.i. Os resultados apontaram algumas categorias como: a cultura/social, a família e a escola. Identificou-se que a decisão do jovem sobre a profissão a seguir, está atravessada por determinantes sociais, destacando cursos de 'elite', como medicina, direito e engenharia. Isso é reflexo de uma sociedade capitalista e estruturada em classes sociais, cujos efeitos são incorporados e marcam as escolhas desses sujeitos. A dimensão familiar foi uma categoria que emergiu fortemente, visto que os jovens demonstraram atribuir considerável importância aos posicionamentos, principalmente de seus pais (pai e mãe) na escolha de qual curso buscar. Questionamos com isso, a realidade dos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, cuja escolhas estão limitadas as condições em que vivem, que cresceram longe da família ou que não tem referência próxima de pessoas que tiveram experiência no Ensino Superior. Diante do exposto, problematizamos algumas naturalizações produzidas em torno do ideal de vida direcionado ao jovem na modernidade, que influencia o futuro e as escolhas, a depender da classe social que este ocupa. Ao jovem de classe pobre, é destinado o mundo do trabalho, ao jovem de classe média, o Ensino Superior, a considerar alguns cursos, dito mais acessíveis e aos jovens de classe alta os cursos considerados de elite. Por fim, é valido pontuar o papel da escola na (trans)formação dessa realidade que priva uns e supervaloriza outros. Concluímos reafirmando que a educação é um caminho de enfrentamento as opressões, de construção de conscientização e de luta pela libertação social.

[476] Mestra em ensino na saúde, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Faculdade 5 de Julho (F5) e Centro Universitário Uninta, em Sobral-Ce. E-mail: erilene.icarai@gmail.com
[477] Graduada em Psicologia, pela Faculdade Luciano Feijão (FLF), em Sobral-Ce. E-mail: paula.moura.cartaxo@gmail.com
[478] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF),em Sobral-Ce. E-mail: alexsandramss88@gmail.com

Palavras-chave: Juventude. Ensino Superior. Condições Sociais.

JUVENTUDES, SOCIABILIDADES E INTERSECCIONALIDADE NA ESTAÇÃO DA JUVENTUDE EM SOBRAL-CE

Isabelle Melo Rocha [479]
Erilene Alves de Sousa[480]
Lucielle Nascimento Araújo[481]

Resumo
Esta pesquisa se assemelha a um caleidoscópio, representado aqui nas fragmentações vividas em diferentes espaços, ora sendo Estado, ora ouvindo um grupo de dança pop da periferia da cidade que por meio da arte dão novo sentido as suas histórias, tão marcadas pelos preconceitos em virtude de seus marcadores sociais de raça, sexualidade, gênero e classe social. A pesquisa teve início no mestrado em 2017(UFC) e tem continuidade no doutorado em Sociologia (UECE). O que se repete durante esta trajetória pesquisando os jovens nas políticas públicas é que suas experiências cotidianas têm passado ao largo conforme afirma Diógenes (2009) do âmbito político formal do Estado. Nesse sentido o objetivo é compreender as dinâmicas das relações entre os jovens acompanhados pela Estação da Juventude no bairro Novo Recanto em Sobral-Ce, explorando os referentes culturais presentes em suas experiências. A pesquisa etnográfica de abordagem qualitativa, ocorreu por meio dos diários de campo para registrar as interações e experiências vividas. Analisar como se dá a sociabilidade de jovens negros, pobres da periferia é percebe-los a partir dos eixos de subordinação e discriminação, partindo de suas realidades. Os jovens encontram nas sociabilidades dos grupos uma forma de expressão, identidade e resistência às normas sociais as quais são submetidos e oprimidos em virtudes de seus marcadores sociais. Eles utilizam a linguagem, a dança e a estética como formas de comunicação e resistência. No bairro Novo Recanto: “onde todas as pessoas se conhecem”, existem sujeitos dotados de agência, de experiências que são tecidas em uma diversidade de formas de se fazer a cidade.

Palavras-chave: Juventudes. Sociabilidades. Interseccionalidade.

[479] Mestre em Saúde da Família (UFC), doutoranda em Sociologia (UECE), professora do Curso de Serviço Social da Faculdade 05 de Julho em Sobral-Ce. E-mail: belmrocha2@hotmail.com.
[480] Mestre em Ensino na Saúde (UECE) Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade 05 de Julho em Sobral-Ce. E-mail: Erilene.icarai@gmail.com.
[481] Estudante do 4° Semestre do Curso de Serviço Social da Faculdade 05 de Julho. E-mail: luciellearaujo5@gmail.com.